Universidade Federal Fluminense

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Programa de Pós-Graduação em História

# A *gente* da Felisberta

## Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação

## (c.1847 – tempo presente)

*Rodrigo de Azevedo Weimer*

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.

Orientadora: Prof. Dra. Hebe Maria Mattos

Niterói, março de 2013

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

W422 Weimer, Rodrigo de Azevedo.
A *gente* da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente) / Rodrigo de Azevedo Weimer. – 2013.
475 f. ; il.
Orientador: Hebe Maria Mattos.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.
Bibliografia: f. 439-471.
1. Negro no Rio Grande do Sul. 2. Camponês. 3. Herança. 4. Memória e história. 5. Abolição da escravatura, 1888. I. Mattos, Hebe Maria. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.
CDD 326.098165

**A *gente* da Felisberta**

**Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação**

**(c.1847 – tempo presente)**

Rodrigo de Azevedo Weimer

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Comissão Examinadora

_____

Prof. Dra. Hebe Maria Mattos (orientadora)
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Jean Hébrard
École des Hautes Études en Sciences Sociales

_____

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

_____

Prof. Dra. Verena Alberti
Fundação Getúlio Vargas – CPDOC

_____

Prof. Dra. Martha Abreu
Universidade Federal Fluminense

*Dedico esta tese para todos aqueles que me acompanharam desde a infância, minha* gente, *em especial Fanny e Tóti (dos quais* produzo presença*), Tania, Günter, Wally, Ricardo, Lua e Tong, porque não apenas para os camponeses negros do pós-Abolição a vivência familiar era fundamental para a sobrevivência.*

*Dedico-a, também, a Aurora Inácia Marques da Silva, a Diva Inácia Marques Terra e à memória de Ercília Marques da Rosa e Eva Marques Correia. Sem essas quatro mulheres, este trabalho não seria apenas sem sentido. Seria impossível.*

*Finalmente, apresento uma dedicatória deste estudo acerca da memória à memória de Ana Rios, pioneira dos caminhos que hoje procuro trilhar.*

# Agradecimentos

Foram anos de trabalho tão gratificante quanto cansativo. Estudos. Apropriação bibliográfica. Aprendizados teóricos. Desenvolvimento de metodologias. Leitura de papéis amarelados pelo tempo ou molhados pela chuva, microfilmes. Conversão de antigas para novas notações do sistema de classificação de arquivos. Muitos quilômetros rodados: Porto Alegre, *freeway*, pedágios, a fabulosa vista da Lagoa dos Barros, Osório, de vez em quando Estrada do Mar e Capão da Canoa, de vez em quando a estrada de terra do Caconde. Trabalho de campo recompensador e fatigante. Infindáveis transcrições de entrevistas. Recurso à justiça para obter o acesso à documentação do tabelionato de Maquiné. Fotografia das fontes. Elaboração de bancos de dados, tabelas, gráficos. Access e Excel. Sistematização de dados. Impressões. Relatórios. Reflexão e diálogo entre empiria e teoria. Maratonas de congressos, encontros, seminários. Artigos, comunicações, *papers*. Discussão com especialistas e colegas. Ponte aérea Salgado Filho-Galeão / Santos Dumont. Noites mal (ou não) dormidas trabalhando na escrita do exame de qualificação e do texto final da tese. Abandonar os braços de Morfeu porque *aquele insight* não aguentou esperar até o dia seguinte para ser digitado no computador. Incertezas quanto ao futuro. Revisão e listagem de referências bibliográficas, documentais e entrevistas, abreviaturas de nomes de instituições, o escambau! E, no entanto, certamente algo terá escapado.

Não é fácil a vida de doutorando. Dela sentirei, contudo, muitas saudades. Ô época boa da vida! É com certa *depressão pós-parto* e muita emoção que admito que terminou. Acabou. É chegado o momento, portanto, de apresentar meus débitos diante de todos aqueles que me acompanharam nessa jornada. Peço licença aos leitores para longos agradecimentos, pois este trabalho resulta de uma trajetória de pesquisa de mais de uma década.

A professora Hebe Maria Mattos conduziu com profissionalismo e competência o processo de orientação, dando-me tranquilidade e autonomia para desenvolver o trabalho e amadurecer intelectualmente. Sempre acessível e solícita, Hebe deu indicações precisas e rumos seguros ao desenvolvimento deste estudo. Prestou apoio incondicional em momentos muito difíceis. A ela, meu agradecimento.

Sou grato, ainda, ao povo brasileiro, que com o dinheiro de seus impostos financiou este doutoramento, através do CNPq. Espero que a reflexão aqui apresentada possa contribuir para um país melhor, menos desigual, e para o avanço do conhecimento acadêmico em minha área. A agência de fomento agraciou-me com uma bolsa de pesquisa, uma taxa de bancada e um estágio sanduíche sem os quais o trabalho não se teria viabilizado.

Agradeço ao professor Álvaro Pereira do Nascimento, que compôs a banca do exame de qualificação. Suas críticas e sugestões foram preciosas para o desenvolvimento posterior do trabalho.

O professor Paulo Moreira generosa e prontamente aceitou fazer a leitura crítica de dois terços da tese em *tempo recorde*, contribuindo em muito com seu minucioso parecer, agraciando-me também com sua presença na banca da tese. Agradeço, ainda, aos professores Jean Hébrard, Verena Alberti e Martha Abreu – que também havia apresentado importantes contribuições durante a qualificação – por terem aceito participar da banca de defesa da tese junto a minha orientadora.

Tive a felicidade de encontrar um qualificado time de mestres nestes anos de pesquisa e aprendizado. Com Marcos Alvito tive importantes aprendizados sobre história oral e a relação entre antropologia e história, e com Hebe Mattos e Martha Abreu, sobre cultura e identidade negras. No curso da professora Márcia Motta, pude aprofundar os debates acerca do conceito de camponês. Andrea Daher e Jean Hébrard muito me ensinaram sobre cultura escrita e oralidade, e Priska Dégras fez o mesmo no

que toca à nominação. Os professores gentilmente dispuseram-se a ler minha produção, através de artigos, capítulos e monografias e apresentaram inestimáveis contribuições.

Agradeço aos meus orientadores desde a iniciação científica até o mestrado: Gunter Axt, Helen Osório e Paulo Moreira. Com todos eles aprendi diferentes aspectos da *artesanía* histórica.

Um parágrafo especial é merecido por Daisy Macedo de Barcellos. Amiga, guru, mestra, 'mãe' intelectual, segundo a genial intuição de dona Aurora. Daisy, generosamente dispondo-se a interromper seu voluntário autoexílio dos ritos acadêmicos, recebeu-me na casa da praia e discutiu meu trabalho entre xícaras de café e as estripulias de Xodó, Juju, Lolita, Monet e Puff. Além de sua leitura atenta e dessa 'banca informal', a que poucos doutorandos podem-se dar ao luxo, não canso de repetir aquilo que já registrei no agradecimento de minha dissertação de mestrado: ela ensinou-me o be-a-bá da reflexão, da teoria e da prática antropológica. Com ela aprendi a ter *anthropological blues*, e espero que o *historical blues* que arrisco tentar seja digno de seus ensinamentos. Finalmente, há mais de dez anos ela deu-me um voto de confiança convidando-me para trabalhar na equipe de Morro Alto. Se hoje procuro desbravar aquele *cipozal*, é graças ao seu estímulo.

Ah, a saudosa equipe de Morro Alto, que me acompanhou na pesquisa de que o presente estudo é fruto! Segundo as sábias palavras de Neruda resgatadas por Miriam Chagas para se referir a esse rico grupo de pesquisa, "o melhor de cada um é todos nós juntos". Sem aquelas reflexões e trocas iniciais, não poderia ter chegado à discussão apresentada nesta tese. Agradeço ainda aos colegas que me permitiram a utilização de entrevistas por eles realizadas, bem como à Claudia Fonseca. Registro ainda minha dívida para com a antropóloga Cíntia Beatriz Müller, que me 'levantou a bola' da temática da nominação, pela qual, desde então, ando obcecado.

Agradeço aos Gabriéis, Berute e Aladrén, por terem discutido comigo a versão inicial do projeto de pesquisa que resultou nessa tese. Tive, ainda, interlocutores que contribuíram em muito ao discutirem comigo aspectos do trabalho. Com Thiago Leitão de Araújo troquei ideias – em realidade, uma troca desigual da qual saí muito beneficiado – sobre a participação de escravos na produção pecuária.

Carlos Eduardo da Costa perdeu-se comigo, inúmeras vezes, em extensas discussões de mesa de bar sobre o pós-Abolição. Para além de perspectivas e problemas diferentes, ou evidentes divergências, compartilhamos a paixão pela temática e a certeza de que ela está na ordem do dia como um desafio para a investigação histórica.

Gabriel Berute apresentou diversas contribuições em sua generosa leitura do capítulo 2. Regina Xavier chamou a atenção para a importância de discutir as heranças africanas nas práticas de nominação, em um produtivo seminário no qual tive a honra de debater minha dissertação de mestrado com ela e seus alunos.

Em nossos agradáveis cafés no *Maomé*, discuti com Miriam Chagas a situação política no Morro Alto, o encaminhamento da luta dos quilombolas e realizamos reflexões acerca dos processos identitários subjacentes. Essa antropóloga realizou uma leitura crítica que muito contribuiu para a redação do capítulo 6. É impossível mensurar o quanto meu argumento foi influenciado pela rápida, arguta, original e perspicaz reflexão da Miriam, porém é certo que esse diálogo em muito enriqueceu a elaboração da tese. Miriam, valeu.

Sou grato à Sherol e à Marta dos Santos por terem me colocado em contato com a família de Eva Marques Correia.

Agradeço a todos aqueles que entrevistei, por terem me concedido a dádiva de compartilhar seus tesouros: experiências, memórias, reminiscências e até mesmo documentos escritos. Espero ter sido digno de seu voto de confiança.

Um agradecimento especial vai para o Wilson Marques da Rosa. Sinto-me honrado por ele ter-se dado a conhecer para mim, em toda sua complexidade, fortaleza e sensibilidade. Vejo nele um espelho de mim. Papéis distintos – o da liderança comunitária e o do intelectual – e personalidades diferentes afastam-nos. O afeto da falecida dona Ercília e o comprometimento com a causa quilombola, todavia, unem-nos.

Alguns profissionais trabalharam com competência para realizar tarefas concernentes ao processo de pesquisa. Sandro Netto fez um excelente trabalho ao filmar entrevistas, enriquecendo os registros disponíveis, e o conheci através de Vitor Necchi, que me concedeu espaço para publicar um texto na revista cultural *Norte*. O amigo Eduardo Michalany de Andrade verteu de forma competente um texto meu para a língua francesa e fez o imenso favor de revisar meu *resumé*. A queridona Amanda Francisco generosamente corrigiu meu *abstract*.

Agradeço ao advogado Márcio Medeiros Félix, que me representou no bem-sucedido requerimento administrativo através do qual logrei obter acesso à documentação do tabelionato de Maquiné. Agradeço, ainda, à juíza Conceição Aparecida Canho Sampaio, da comarca de Osório, que deferiu o referido requerimento e, ainda, aos funcionários do tabelionato, que apesar dos ‘percalços iniciais’, foram

bastante gentis. Paulo Moreira e Maristel Nogueira ofereceram-me com presteza suas máquinas fotográficas, diante de meu desespero ao constatar que meu aparelho não possuía a resolução necessária para fotografar aquelas fontes e que o prazo para efetuar essa tarefa transcorria.

A disposição, competência e acessibilidade dos funcionários das instituições onde pesquisei e das voluntárias do Centro da História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias facilitaram o processo de pesquisa. Agradeço, ainda, à equipe do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense, em especial à Silvana Damasceno, pela paciência e afinco com que resolveram eventuais problemas burocráticos – às vezes decorrentes de *vacilos* meus – durante estes quatro anos.

Agradeço a Carlos Alberto Iglesias Salgado, Elie Cheniaux, Rodrigo Grassi de Oliveira, Luiz Roberto Benia e Lúcia Serrano Pereira, que através de seu trabalho competente, ajudaram a criar as condições de tranquilidade com que pude escrever este trabalho.

Os Ferrão também desempenharam esse papel. Um agradecimento especial para dona Maria, Miguel e Sônia.

Sou grato à minha família, por ter estimulado a realização deste doutorado, por ter compreendido minha ausência e por ter tolerado eventuais chatices. Por terem dado força nos momentos difíceis e por terem compartilhado minhas maiores alegrias. Os Azevedo e os Weimer sorriem meus sorrisos e choram minhas lágrimas, desde sempre.

Meus amigos de *ontem*, *hoje* e *sempre* tornaram o doutorado mais suave, ao compartilharem risadas, ideias, invenções, cutucadas. A leveza por eles soprada arejou o difícil processo de pesquisa e escrita. Meus agradecimentos especiais à Alessandra Gasparotto, à Caroline Heck, ao Christian Leite, ao Cristian Salaini, à Daniela Carvalho, ao Dante Guazzelli, à Elisa Garcia, à Fabiana Mancilha, ao Gabriel Berute, à Graziele Dainese, à Julia Schirmer, ao Marcelo Vianna, à Mariana Fernandes, à Pilar Uriarte, à Renata Conrado, ao Tiago Ribeiro, ao Vinicius Oliveira e ao pessoal do *mateando na senzala* e ao dos bilhetinhos anônimos de amigo secreto – a maioria de minha autoria –, particularmente à *facção da R.O.D. – Bonfa*. Mesmo que nem sempre nos vejamos tanto quanto gostaríamos, saibam que cada um de vocês, cada qual à sua maneira, torna-me uma pessoa melhor, o que, por caminhos misteriosos e indiretos resultam, creio, em um profissional também melhor.

Aline Ramos Francisco merece uma menção especial. Gêmea bivitelina (somos murta e mármore, caingangue e luterano), sempre pude contar com ela nos melhores e piores momentos. Seu sorriso generoso e seu ombro amigo dão a certeza de não estar sozinho. A Aline é o mais certo nas horas incertas. Nossa *mútua aculturação* há muito nos enriquece (embora nesse quesito ela seja muito mais bem-sucedida). Ao mesmo tempo, a pequena Heloísa Francisco Fernandes enche minha vida de poesia e doçura. Lolô, você é o meu orgulho, e quando a solidão batia nas frias noites do inverno de Paris, olhava para nosso retrato na Redenção.

Ao Tititis: B. E. ou agradecimento? Murisqueta ou ladainha? UFC ou Lady Gaga? Lutinha ou baleia? Charutos ou tequila? T.C. ou Gonna Fly Now? (e a Rê que nos aguente)...

Cássia Silveira potencializa minha criatividade. Certa vez, em um bate-papo nas ruas de uma cidade do Velho Mundo (Paris? Bruxelas? Antuérpia?), ela soltou a seguinte pérola, qualquer coisa do tipo: “as coisas mais legais não têm nenhuma utilidade. É o caso da minha amizade com o Rod”. É isso mesmo, Cassinha. Obrigado pela amizade intrinsecamente boa, incondicional, sincera e não-utilitária. Obrigado pelo apoio e compreensão quando estou prestes a *surtar*.

Ao Tiago e à Aline, agradeço adicionalmente pela paciência com que me ouviram expor, por computador, minhas ideias acerca de ‘cores’ e racialização. Essas conversas, devidamente salvas, foram importantes para eu organizar meus argumentos e pensamentos.

Foram muitas as andanças pelo mundo.

Em São Paulo, Thomas Alexandre, Juliana Serzedello Crespim Lopes, (minha *noiva*), e Izabel de Fátima Cruz Melo tornaram meu mundo e minha cuca mais *odara*. Tom, ainda, abrigou-me em sua casa.

No Rio de Janeiro, vivi bons momentos ao lado de Carlos Eduardo da Costa, Daniela Carvalho, Daniela Yabeta, Elisa Garcia, Gabriel Aladrén, Graciela Garcia, Graziele Dainese, Joana d’Avila, Jonas Vargas, Josiane Wedig, Leandro de Andrade, Liandra Caldasso, Luiz Gustavo Cota, Paulo Moreira, Pedro Belchior e Siméia Lopes. Sou especialmente grato ao Gabriel e à Joana, que me receberam durante o processo seletivo e ao Paulo e à Dani, que me abrigaram nas primeiras semanas, quando não tinha onde morar. Agradeço à generosidade e ao convívio amigável com que Elisa, Graci, Grazi, Josi e Liandra me ofereceram pouso nas incontáveis vezes que tive que

retornar ao Rio para compromissos acadêmicos ou para resolver pendências burocráticas.

Em Paris, agradeço antes de tudo à coorientação da professora Myriam Cottias. Ela ofereceu um direcionamento seguro e um ambiente tranquilo para a pesquisa, recomendando bibliografia pertinente, indicando acervos, facilitando o acesso a bibliotecas, sugerindo disciplinas a cursar e ajudando a elucidar aspectos teóricos e metodológicos do trabalho realizado.

Agradeço à equipe de funcionários e à direção da *Maison du Brésil*, onde encontrei um lar. O companheirismo de Luciana Boeira, Rodrigo Bonaldo e Victória Piffero tornou a estada em Paris mais agradável e a condição de *sudaca* menos difícil.

Em Wagner Astan encontrei mais do que um parceiro, mais do que um companheiro. Nossas 'loucas noites no Marais' e as conversas esperando o *Noctilien* representaram muito mais do que a quebra da rotina de seminários e bibliotecas. Criaram solidariedades e possibilidades de sobrevivência de dois *brazucas* perdidos em terras francesas e minimizaram os perrengues de ser um estrangeiro em um país desconhecido. Sua risada gostosa *causou* no Marais e nas festas do *couchsurfing* e ecoou em meu coração. Se Wagner foi meu 'irmão francês', Ignez Valette foi minha 'mãe', apresentando-me a geografia, a vida cultural e política da cidade-luz e dando-me todo o amparo emocional e logístico. Obrigado, Ignez.

Obrigado a todas e todos. No entanto, um muito obrigado é muito pouco.

*Si yo fuera un anticuario sólo me gustaría ver las cosas viejas. Pero soy un historiador y por eso amo la vida.*

Pirenne *apud* Bloch (1987, p. 38)

*Que senzala foi aquela*
*Que o maçambique nasceu*
*Foi numa grande senzala*
*Que a Senhora escolheu*

Canto do *maçambique*, em louvor a Nossa Senhora do Rosário, composto pelo chefe do grupo Faustino Antônio

*El padre del padre del tamborero*
*le está contando a su nieto*
*la historia de aquel tambor*
*Como le contó a su padre su abuelo*
*que dicen le había contado a él, su hermano mayor*

*La historia que es larga y a veces es triste*
*resiste si se descarga en cada generación*
*La historia que no se cuenta en palabras*
*tampoco voy a contarla yo*
*en esta canción*

Jorge Drexler – Tamborero

# RESUMO

No presente trabalho tenho como objetivo analisar como o passado escravista e o período subsequente à Abolição da escravidão vêm sendo lembrados ao longo do século XX na região do litoral norte do Rio Grande do Sul. Para tanto, analisou-se a trajetória de um casal de escravos e sua descendência desde meados do século XIX até a aurora do século XXI. Inscreve-se na perspectiva da "história da memória", não obstante a experiência vivida seja recuperada como forma de contextualizar os processos de rememoração. Temáticas como a relação entre a oralidade e a cultura escrita, as experiências de gênero e de racialização, a valorização da memória do cativeiro face a disputas políticas contemporâneas e as práticas de nominação foram costuradas através do conceito de "consciência histórica", por meio da qual procuro traduzir uma disposição investigativa – ainda que não "científica" ou "acadêmica" – do grupo estudado face a seu próprio passado.

Palavras-chave: memória do cativeiro, memória do pós-Abolição, campesinato negro, herança, consciência histórica.

# ABSTRACT

In this study I intend to analyse how the slavery past and the period after the Abolition of slavery in Brazil have been recorded during the 20th century in the north littoral of the Brazilian State of Rio Grande do Sul. The trajectory of a couple of slaves and their offspring was studied since the middle of the 19th century till the dawn of the 21th century. This thesis befits into the perspective of the "history of memory", notwithstanding the lived experience is recovered as a way of contextualization of the remembrance processes. Issues like the relation between orality and written culture, gender and racialization experiences, the appreciation of the slavery memory in view of contemporary political disputes, and the practices of nomination were interconnected through the concept of "historical consciousness". This concept means an investigative disposition – but not "scientific" neither "academic" – of the studied group in view of their own past.

Keywords: slavery memory, post-Abolition memory, black peasantry, inheritance, historical consciousness.

# RÉSUMÉ

Dans la présente étude, j'ai pour but d'analyser comment le passé esclavagiste et la période après l'abolition de l'esclavage ont été rappelés pendant le XX$^{ème}$ siècle dans la région du littoral nord de l'état de Rio Grande do Sul. Pour cela, on a étudié la trajectoire d'un couple d'esclaves et sa descendance depuis la moitié du XIX$^{ème}$ siècle jusqu'à l'aube du XXI$^{ème}$ siècle. Ce travail est inscrit dans la perspective de l' « histoire de la mémoire », même si l'expérience vécue est récupérée comme contexte des processus de remémoration. Des sujets comme la relation entre l'oralité et la culture écrite, les expériences de genre et de racialisation, la valorisation de la mémoire de l'esclavage devant des querelles politiques contemporaines et les pratiques de nomination ont été liés à travers le concept de « conscience historique ». Ce concept-là traduit une disposition investigatrice – quoique pas « scientifique » ni « académique » – du groupe étudié face à son propre passé.



Mots-clés: mémoire de l'esclavage, mémoire de la période après l'esclavage, paysans noirs, héritage, conscience historique.

## Abreviaturas utilizadas

AHO – APASF – Arquivo Histórico de Osório – Arquivo Público Antônio Stenzel Filho

AHPOA – Arquivo Histórico de Porto Alegre

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AM – Administração Municipal

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APMO – Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório

BN – Biblioteca Nacional

c – cerca de

CA – Correspondência ativa

CCC – CA – Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio

COA – CA – Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio

CP – CA – Cartório da Provedoria de Conceição do Arroio

CP – Correspondência passiva

FO – Fórum de Osório

IJCSUD – CHF – Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família

It. – Item

LABHOI – UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense

Mcf. – Microfilme

ORCTNM – Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas de Maquiné

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SMCO – Secretaria Municipal de Cultura de Osório

v – verso

# Sumário

**Mapa da tese** 1
*Aventuras na tórrida tarde de Osório* 1
*Uma proposta de trabalho* 3
*Pós-Abolição e tempo presente* 11
*Mapa do território pesquisado* 14
*Pós-Abolição no meio rural: uma revisão bibliográfica* 18
*Uma abordagem geracional de arranjos familiares* 28
*Ser camponês, ser negro* 31
*Mulheres e os interlúdios de racialização* 34
*Fontes: contando números, contando histórias* 38
*Mnemosine e Clio, Clitemnestra e Electra* 44
*Mapa de capítulos* 52

**Capítulo 1 – Práticas de letramento: falado e por escrito** 55
*Os documentos guardados dentro da bolsa* 59
*Práticas de produção da documentação* 61
*Práticas de conservação da documentação* 71
*A história conversa com a memória, a memória conversa com a história: a atafona do Ramalhete.* 77
*Escritas de si e autorrepresentação: conquistas e consideração* 85
*Interlúdios de racialização I: o aprendizado da 'cor'* 90

**Capítulo 2 – Geração de escravos** 95
*O pardo Manoel Inácio, também chamado de Manoel Inácio Osório Marques* 96
*Criações, lavouras, canaviais, engenhos e atafonas* 101
*Inácias crioulas, Terezas africanas* 117
*Aqueles que não eram mais escravos* 122
*Felisberta, a 'escrava livre'* 129
*O que significa ser escravo para os descendentes de escravos?* 132
*Prenomes e pronomes: o nominável e o inominável na experiência escrava* 135
*Interlúdios de racialização II: Manoel branco, Manoel pardo, Felisberta preta* 142

**Capítulo 3 – Geração de camponeses** 151
*Filhos de ventre-livre, filhos livres e seus padrinhos* 155
*Relações consensuais e noções locais de legitimidade* 164
*A herança de Manoel Inácio* 169
*O campesinato negro do Morro Alto e a República que foi* 180
*Relações vicinais através de processos criminais: Primeira República* 187
*Interlúdios de racialização III: A 'cor' na polícia e na justiça* 204
*'Fazer farinha para criar crioulas' ou o retorno da atafona do Ramalhete* 211
*Carpinteiros, campeiros e tropeiros do Morro Alto* 216
*Estratégias matrimoniais* 224
*Os camponeses e a forca* 231
*A adaga e os grãos* 236

**Capítulo 4 – Geração de migrantes** 247
*Motivos para partir – narrativas de expropriação* 251
*Motivos para partir – a terra que enfraqueceu* 257

*Motivos para partir – narrativas de direitos* 261
*Motivos para partir – a parte feminina e a parte masculina* 272
*Interlúdios de racialização IV: A 'cor' no cartório ou o retorno dos 'italianos'* 278
*Interlúdios de racialização V: A 'cor' na festa ou o Baile do Biriva e outros bailes* 283
*O trabalho nas cidades – 'esses negócios dos homens quando se encontram'* 300
*Os que não migraram – 'assim que nós fizemos a nossa vida'* 304
*Os que voltaram – 'ela indo pra lá e nós indo pra cá'* 316
*A 'reforma agrária'* 319

**Capítulo 5 – A família dos "Inácios": práticas de nominação e memória da escravidão** 321
*Um pouco de teoria, pra começo de conversa* 322
*Os usos do nome senhorial* 332
*Os usos do tecnonímico* 337
*Prenomes e memória da escravidão* 348
*Interlúdios de racialização VI: A 'cor'do nome ou o retorno de Belizário* 355
*Nomeação, raízes e rotas* 357

**Capítulo 6 – Geração de quilombolas** 363
*Os mais novos não sabem tanto por causa da televisão.* 367
*Memórias da escravidão atravessando gerações* 369
*Missão de vida: cultura histórica e movimento social* 376
*Narrativas de desrespeito social* 384
*'Essa identidade tá sendo construída por nós'* 387
*Movimento social, cultura histórica e historicidades mais densas* 388
*Bisnetos, seus nomes e profissões* 392
*O 'tipo dos escravos'* 397
*Contar a memória do cativeiro* 399
*Interlúdios de racialização VII: De morenos a negros.* 402

**Aonde o mapa nos levou** 419
*O cipozal* 419
*Atalhos, desvios* 420
*Ela trabalhou na fazenda de Rosa Osório Marques* 422
*Caminhos principais* 423
*'Mas será que o negro não tem tanta coisa boa pra falar?'* 428
*As notificações* 429

**Interlúdios de racialização**
*Interlúdios de racialização I: o aprendizado da 'cor'* 90
*Interlúdios de racialização II: Manoel branco, Manoel pardo, Felisberta preta* 142
*Interlúdios de racialização III: A 'cor' na polícia e na justiça* 204
*Interlúdios de racialização IV: A 'cor' no cartório ou o retorno dos 'italianos'* 278
*Interlúdios de racialização V: A 'cor' na festa ou o Baile do Biriva e outros bailes* 283
*Interlúdios de racialização VI: A 'cor' do nome ou o retorno de Belizário* 355
*Interlúdios de racialização VII: De morenos a negros.* 402

**Anexos** 431
**Fontes escritas** 435
**Fontes orais** 439
**Bibliografia** 441
**Filmografia** 465
**Discografia** 467

# Índices de fotos, mapas, gráficos genealógicos, tabelas, quadros, gráficos e organogramas.

**Fotos**

Foto 1 – Senhoras Eva Inácia Marques e sua irmã Aurora Inácia Marques da Silva em 13 de outubro de 2012, em Osório 3
Foto 2 – Dona Diva Inácia Marques da Terra em 12 de março de 2010, em Osório 3
Foto 3 – Carteira de identidade de dona Ercília Marques da Rosa em 1972 68
Foto 4 – Foto 3X4 de dona Ercília Marques da Rosa em 1955 68
Foto 5 – Fotografia do casamento de Ercília Marques da Rosa 68
Foto 6 – Planície do Espraiado, vista do alto do Morro da Vigia 152
Foto 7 – Recibo de aquisição das terras no Espraiado 159
Foto 8 – Guia de pagamento do imposto territorial de Felisberta Marques 182
Foto 9 – Manoel Inácio Marques Neto e Aurora Inácia Marques da Silva 220
Foto 10 – Chaira, marca de gado de Manoel Inácio e tesoura de cortar lã de ovelha 220
Foto 11 – Marca de gado de Manoel Inácio Marques no cimento fresco da casa de seu neto 220
Foto 12 – Manoel Inácio Filho, Clara Amélia de Jesus e sua neta Beta 227
Foto 13 – Manoel Inácio Filho, com suas filhas Eva e Maria 227
Foto 14 – Clara Amélia de Jesus, no casamento de sua sobrinha Edite Maria da Rosa 228
Foto 15 – Adaga de dona Edite Maria da Rosa 240
Foto 16 – Insígnia republicana na guarda na adaga de Edite Maria da Rosa 240
Foto 17 – Edite Maria da Rosa com a adaga de seu avô paterno – com bainha 241
Foto 18 – José Inácio da Rosa com a adaga de seu pai 241
Foto 19 – Casamento de Aurora Inácia Marques da Silva 273
Foto 20 – Casamento de Diva Inácia Marques Terra 274
Foto 21 – Salão de bailes de Júlio Elói da Rosa em Capão da Canoa 296
Foto 22 – Dona Eva Marques Correia em 12 de março de 2010, no Caconde 308
Foto 23 – Dona Eva Marques Correia 308
Foto 24 – Wilson Marques da Rosa, segurando a carteira de identidade de sua mãe, Ercília 379
Foto 25 – Pais de Wilson, Júlio Elói da Rosa e Ercília Marques da Rosa, com propaganda eleitoral de Romildo Bolzan (ainda no MDB) 396
Foto 26 (anexo) – Autorização de Aurora Inácia Marques da Silva para utilização de documentação para fins acadêmicos 434

**Mapas**

Mapa 1 – Litoral norte do Rio Grande do Sul 16
Mapa 2 – Litoral norte do Rio Grande do Sul em mapa de 1889 16
Mapa 3 – Região do Morro Alto 17
Mapa 4 – Região do Morro Alto em mapa sem data 17

**Gráficos genealógicos**

Gráfico genealógico 1 – Famílias Marques da Rosa, Osório e Nunes da Silveira 103
Gráfico genealógico 2 – Descendência de Inácia 118
Gráfico genealógico 3 – Filhos de Angélica Inácia Isabel 153
Gráfico genealógico 4 – filhos de Felisberta e Manoel Inácio 157
Gráfico genealógico 5 – Casamento entre Manoel Inácio Marques Filho e Clara Amélia da Rosa 226
Gráfico genealógico 6 (anexo) – Descendência de Manoel Inácio e Felisberta 431
Gráfico genealógico 7 (anexo) – Descendência de Belizário 432
Gráfico genealógico 8 (anexo) – Descendência de Pulquéria Felisberta 432

Gráfico genealógico 9 (anexo) – Descendência de Angélica Inácia Marques 432
Gráfico genealógico 10 (anexo) – Descendência de Rosalina Inácia Marques 433
Gráfico genealógico 11 (anexo) – Descendência de Maria Inácia Marques 433
Gráfico genealógico 12 (anexo) – Descendência de Manoel Inácio Marques Filho 433
Gráfico genealógico 13 (anexo) – Descendência de Mercedes Inácia Marques 434

**Tabelas**

Tabela 1 – Concentração da propriedade escrava da família Marques – Conceição do Arroio (1858-1878) 107
Tabela 2 – Animais nos inventários dos Osório Marques na década de 1880 110
Tabela 3 – Escravos do sexo masculino – profissões. Início da década de 1870 113
Tabela 4 – Procedência das mães e avós escravas em Conceição do Arroio (1841-1886) 119
Tabela 5 – A "cor" nos inquéritos policiais (1901-1932) 206
Tabela 6 – A "cor" nos processos judiciais (1901-1932) 206
Tabela 7 – População rural, suburbana e urbana em Conceição do Arroio/Osório (1920-1950) 247
Tabela 8 – Número total de registros civis da amostra (1914-1949) 267
Tabela 9 – Taxa de masculinidade – registros civis de Osório – 1914-1949 269
Tabela 10 – Registros tardios realizados por outrem e pelo próprio declarante e registros no ano do nascimento – 1914-1949 270
Tabela 11 – Profissão dos pais das crianças na amostra de 1348 registros civis 1914-1949 304
Tabela 12 – População rural do Rio Grande do Sul – 1940-1950 (%) 306
Tabela 13 – Difusão de *tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios conforme o grupo étnico-racial. (décadas 1880-1940) 346
Tabela 14 – *Tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios: luso-brasileiros e pretos, pardos, morenos e mistos. (décadas 1880-1940) 347

**Quadros**

Quadro 1 – Fórmulas estereotipadas na redação de cartas – primeira metade do século XX 64
Quadro 2 – Alianças matrimoniais das famílias Marques da Rosa e Nunes da Silveira – século XIX 102
Quadro 3 – Filhos de Manoel Inácio e Felisberta – padrinhos e madrinhas. 1874-1896 158
Quadro 4 – Contribuintes do imposto rural pertencentes à família de Manoel Inácio Marques (1904) 185
Quadro 5 – Alianças matrimoniais entre as famílias de Manoel Inácio e Merêncio – primeira metade do século XX 229
Quadro 6 – Plantações, indústrias vegetais, criações, indústrias animais, extrativismo – século XX 231
Quadro 7 – Falas sobre como pagavam as mercadorias no armazém – século XX 234
Quadro 8 – "Cores" da família de Brás Floriano da Rosa (1914-1949) 280
Quadro 9 – Ocupação dos participantes presumivelmente pretos ou pardos no "Baile do Biriva" (1932) 301
Quadro 10 – Herança nominal na "*gente* da Felisberta" – séculos XIX e XX 361
Quadro 11 – Nomes e profissões de netos de Manoel Inácio Filho e Clara Amélia da Rosa – século XXI 395

**Gráficos**

Gráfico 1 – Número médio de escravos em inventários de Conceição do Arroio (1858-1878) 107
Gráfico 2 – Total de alforrias em Conceição do Arroio (1859-1888) 123
Gráfico 3 – Média anual de alforrias em Conceição do Arroio (1859-1888) 123
Gráfico 4 – População de Conceição do Arroio (1920-1950) 248

Gráfico 5 – Pretos, pardos, morenos, mistos nos registros civis de Conceição do Arroio/Osório – números absolutos (1914-1949) 268
Gráfico 6 – Pretos, pardos, morenos, mistos nos registros civis de Conceição do Arroio/Osório – percentagens (1914-1949) 268
Gráfico 7 – Registros tardios realizados por outrem: % em relação aos registros totais do ano (1914-1949) 271
Gráfico 8 – Registros tardios realizados pelo próprio declarante: % em relação aos registros totais do ano (1914-1949) 271
Gráfico 9 – Profissão do pai dos registrados nos registros civis de Maquiné – 1914-1949 (%) 305
Gráfico 10 – Presença de *tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios (décadas 1880-1940) 346
Gráfico 11 – *Tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios: luso-brasileiros e pretos, pardos, morenos e mistos. (décadas 1880-1940) 347
Gráfico 12 – *Tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios: luso-brasileiros e pretos, pardos, morenos e mistos. % por década. (1880-1940) 348

**Organogramas**

Organograma 1 – Circuito de transmissão de documentos 56
Organograma 2 – Relatos a respeito da memória da escravidão na família de Eva Marques Correia 370
Organograma 3 – Relatos a respeito da memória da escravidão nas famílias de Aurora Inácia Marques da Silva e Diva Inácia Marques Terra 370
Organograma 4 – Relatos a respeito da memória da escravidão na família de Maria Conceição Dias Nunes 374
Organograma 5 – Relatos a respeito da memória da escravidão na família de Ercília Marques da Rosa 380

# Mapa da tese

*Aventuras na tórrida tarde de Osório*

Conheci Aurora Inácia Marques da Silva no dia 28 de novembro de 2001. Eu estava na Cúria Diocesana de Osório pesquisando registros de batismo do imediato pós-Abolição, a fim de procurar presumíveis descendentes de escravos da Fazenda do Morro Alto. Fazia-o porque a comunidade que hoje vive na região daquela antiga propriedade escravista pleiteava o seu reconhecimento como "remanescente de quilombos", e para tal era necessário realizar um laudo histórico-antropológico. Como integrante da equipe de pesquisa encarregada deste estudo, cabia-me reunir evidências documentais de um território de ocupação histórica, e era o que eu fazia naquele arquivo.

Estava eu entretido entre papéis amarelados quando adentraram duas senhoras, dispostas a encontrar o registro de batismo do pai de uma delas. Eram dona Antonina e sua cunhada, dona Aurora. Disposto a ajudá-las, ofereci-me para ver se possuía nos registros do meu computador o batistério do pai de Antonina, e de fato o havia digitado. Assim, as poupei do trabalho de percorrer os livros em busca do registro de Felipe Manoel da Silva, do qual ela, satisfeita, encomendou uma certidão. Perguntei a dona Aurora se ela não queria procurar o de seu pai também, e ela respondeu-me, enigmática, que de sua família tinha tudo em sua casa, e que viera apenas para ajudar a outra. Despedi-me das simpáticas senhoras, não sem antes pegar o endereço de Aurora para a realização de posterior entrevista.

No horário do almoço, veio-me a certeza de que muito mais interessante do que, pela tarde, retornar à Cúria e continuar a minuciosa procura por possíveis filhos de ex-escravos, seria dirigir-me ao endereço que anotei e coletar depoimentos daquelas pessoas que Deus havia colocado em meu caminho. Tinha a impressão de que, entre os recomendados por outros moradores de Morro Alto para que fossem entrevistados, estava o nome de uma senhora chamada Aurora. Impulsivamente, adquiri um gravador analógico, fitas e pilhas em uma das únicas lojas que se encontravam abertas no mormaço de meio-dia do verão de Osório. Foi um rito de passagem: era a minha primeira entrevista sem a vigilante tutela de um antropólogo. Seu início foi desastroso.

Encontrei dona Aurora e seu cunhado, seu Celso. Dona Antonina havia regressado para sua casa, em Tramandaí. Iniciada a entrevista, dentro de alguns minutos surgiu na sala de dona Aurora sua irmã e vizinha, a esposa de seu Celso, dona Diva. Solenemente, estendeu sua mão para que eu a beijasse. Desconhecedor dos códigos que prescreviam pedir bênção aos mais velhos, correspondi ao que acreditava ser uma demonstração de cordialidade, apertando sua mão. Diva ficou ultrajada, e ao longo da entrevista reiteradas vezes enfatizou que hoje em dia os jovens não respeitavam mais os mais velhos. Tentei consertar minha gafe indagando-a como eram as coisas antigamente. Isso deu margem para que ela discorresse longamente sobre o tempo de sua infância, sobre seus pais, seus avós, em especial a ex-escrava Felisberta. Tive mais sorte que juízo, e dessa sucessão de mal-entendidos resultou uma, creio, boa entrevista e uma amizade que perdura há cerca de uma década, alimentada por bate-papos, entrevistas, cafés, cachorros-quentes e festas de Nossa Senhora do Rosário.

**Foto 1 – Senhora Eva Inácia Marques e sua irmã Aurora Inácia Marques da Silva em 13 de outubro de 2012, em Osório**[1]

Foto de Rodrigo Weimer.

**Foto 2 – Dona Diva Inácia Marques da Terra em 12 de março de 2010, em Osório**

Foto de Sandro Netto.

*Uma proposta de trabalho*

Na epígrafe deste estudo, apresenta-se um canto em louvor a Nossa Senhora do Rosário que recupera a memória da escravidão como forma de afirmação de uma identidade grupal. Sem me deter na congada da qual aquele canto faz parte, meu

[1] Aurora e Eva tiraram a foto em frente a uma roseira plantada por sua mãe, Clara Amélia de Jesus. É sabido que a referência a árvores plantadas por ancestrais é um importante parâmetro de territorialidade para a comunidade de que fazem parte (Barcellos *et al.*, 2004, p. 328-330).

objetivo é analisar, de forma intercruzada, memórias e trajetórias sociais de populações egressas do cativeiro. Escrevo uma história de como o grupo estudado operou a memória do cativeiro e do pós-Abolição através da tradição oral, das práticas de nominação e das experiências de gênero e racialização.[2] A fim de verificar uma trajetória de mobilidade social, acompanhei a história de uma família ao longo de quatro gerações. Nos termos postulados por Levi (1992), a redução da escala de observação é o *locus* onde se empreende a análise, e não o *objeto* da mesma. Assim sendo, sublinho que o *tema* do presente estudo *não é* a "*gente* da Felisberta" em si; ela é, sim, um local no qual pretendo focar as temáticas arroladas.

Considerando a variedade de temas a que me proponho enfocar neste trabalho, que são necessários para uma abordagem exaustiva dos cenários negros no pós-Abolição, e a extensão do recorte temporal adotado – entre a última geração de cativos até seus bisnetos (ver adiante) –, restringi meu olhar a um núcleo familiar, sem por isso deixar de ter a pretensão de que algumas de minhas conclusões possam ser coextensivas a outras famílias negras da região.[3] Discutirei oportunamente quando as características enfocadas são generalizáveis ao campesinato negro da região e quais são específicas da família abordada. Um empreendimento desta natureza, amparado em instantâneos de historicidade ao longo de 150 anos, está condenado a um caráter mais *panorâmico*, no que toca à variedade de temas em questão em um intervalo temporal tão longo;[4] porém, o que se perde nesse aspecto, se ganha em *intensidade*, percebendo de forma mais *densa* como as temáticas abordadas foram vividas pela família em questão. A escolha

[2] Tendo em vista as já amplas dimensões da proposta analítica deste estudo, realizei a opção por não vincular tais assuntos ao conceito de *patrimônio*, e tampouco discuti-los sob este prisma.

[3] A fecundidade do estudo transgeracional para análise de trajetórias de mobilidade social em classes populares pode ser conferida em Duarte e Gomes (2008) que analisaram comparativamente três famílias cariocas ou fluminenses ao longo do século XX, dentre as quais as dos próprios autores. Para uma temática mais próxima àquela aqui estudada, ver o exemplo de Scott e Hébrard (2012). Em uma impressionante investigação, os autores acompanharam a trajetória de uma família descendente de escravos no espaço atlântico, entre o fim do século XVIII e o início do século XX. Os autores mapearam sua presença na Senegâmbia, São Domingos, Cuba, Louisiana, Haiti, França, Bélgica, México e Alabama, relacionando-a à "era da emancipação", verificando sua participação em processos como a Revolução Haitiana e a Guerra Civil Norte-Americana. Atualmente, a historiadora Natalie Zemon Davis prepara estudo assemelhado, acerca de uma trajetória familiar de escravos no Suriname durante quatro gerações. A obra será intitulada "Braided Histories".

[4] Não esperem portanto os leitores, por exemplo, do capítulo 3 uma investigação exaustiva dos destinos de ex-escravos na região, ou do capítulo 4 uma avaliação do impacto da política trabalhista. Dotados de imenso interesse, tais aspectos são merecedores de estudos específicos. Irei abordá-los, tão-somente, como meios de acompanhar a trajetória da família estudada e de perceber como os aspectos em questão foram recordados pela memória. Os leitores avaliarão se consegui apresentar contribuições substantivas a respeito de tais temáticas. Se conseguir, "é lucro", porque meu foco é utilizar tais assuntos apenas como pano de fundo de minhas reflexões sobre processos mnemônicos.

metodológica revelou-se frutífera e acertada; a opção por um agregado maior de famílias não teria levado a resultados tão ricos e aprofundados.

Ao enfocar a análise da memória da escravidão e do pós-Abolição em uma escala microscópica tenho o entendimento de que o acompanhamento mais detalhado de processos sociais pode ajudar a elucidar processos macrodimensionados. Sabe-se que a proposta metodológica da micro-história, longe de opor problemas macrossociais à observação microssocial, consiste em reduzir a escala de observação a fim de elucidar problemas históricos que não transparecem da mesma forma se analisados unicamente em dimensões macrossociais (Levi, 1992, Revel, 1998). Sendo assim, não me furtei, também, a recorrer a exemplos de outras famílias em situações similares quando as fontes o permitiam ou ainda quando inexistiam fontes a respeito da família escolhida. Este estudo, em certos momentos, não deixa de ser, também, uma tentativa de verificar se algumas conclusões obtidas a partir de visões mais generalizantes resistem a uma aproximação mais *rés ao chão*.

Perspectivas recentes (Cooper, Holt e Scott, 2005) apontam que o pós-Abolição, longe de ter caminhos e trajetórias pré-definidos pela herança escravista, foi um momento em que foram postulados problemas cujas respostas estavam abertas à atuação dos indivíduos.[5] Nesse sentido, trata-se de uma arena de conflitos e problemas cujos desfechos não estavam pré-definidos, mas dependiam da atuação subjetiva, individual e coletiva. Assim, uma observação mais minuciosa das ações dos personagens do pós-Abolição – e a *família* é um sujeito fundamental nesse contexto, como vem apontando a bibliografia pertinente (Andrews, 1998, Wissenbach, 1998a, Rios e Mattos, 2005, Guimarães, 2006, Rios e Mattos, 2007) – possibilita uma aproximação da *agência* desses sujeitos sociais sobre sua vida em liberdade.

Sem pretender caracterizar teórica e metodologicamente a prosopografia como empreendimento analítico (o que foi realizado por Heinz, 2006), assinalo que sua influência chegou ao estudo de grupos populares ou mesmo marginais.

> A história das mulheres, a história das classes médias e populares, mesmo aquela dos marginais, recorreram igualmente à biografia coletiva nas últimas décadas graças à abundância da documentação impressa, à ajuda da história

[5] Ao investigar a invisibilidade histórica e a segregação de descendentes de africanos em Santa Catarina, Ilka Boaventura Leite observou a insuficiência da herança escravista como fator explicativo do racismo contemporâneo (Leite, 1996, p. 47).

> oral ou à reutilização dos grandes arquivos biográficos já existentes (Charle, 2006, p. 43).[6]

Giovanni Levi (2000, p. 104) observa que as sociedades de Antigo Regime estavam imersas em uma margem de grande incerteza e insegurança que, no entanto, não tinha efeitos imobilizadores sobre os sujeitos sociais. Longe de considerar sociedades pós-Abolição sociedades de Antigo Regime, podemos, porém, traçar um paralelo no que toca à incerteza, que ademais, atingia também aos ex-senhores.[7] Se a indefinição dos papéis sociais a ser desempenhados dali em diante criava *incerteza*, criava também *possibilidades* a serem ocupadas e desempenhadas pelos ex-escravos e seus descendentes. Creio que o melhor *locus* de observação dessas possibilidades e limites encontrados pelos sujeitos sociais consista nas ações de famílias, sujeitos coletivos por excelência da ação de ex-escravos e descendentes no pós-Abolição.

Lima (2006, p. 266) sublinha que na micro-história praticada por Levi, a ênfase é dada às trajetórias familiares com a finalidade de compreender como relações sociais e estratégias de aliança são acionadas para controlar a incerteza intrínseca à vida. Elenquei a família dos descendentes dos ex-escravos Felisberta e Manoel Inácio Marques como foco de análise dos aspectos anteriormente arrolados, a fim de verificar como esse núcleo familiar lidou com os problemas da sociedade pós-Abolição e como deles recorda. Infelizmente, está para além do alcance deste trabalho a possibilidade de acompanhar o itinerário de *todos* os descendentes desse casal. Muitos de seus netos ou bisnetos simplesmente *perderam-se*, ao longo de um século e meio, dos familiares com quem pude estabelecer contato.

O presente estudo intitula-se "A *gente* da Felisberta" como uma referência ao termo êmico pelo qual os moradores de Morro Alto referem-se às relações familiares. Não acatei o conselho de dona Diva, de colocar o título de "a família de Manoel Inácio Marques e Felisberta Severina da Silva", por ser a segunda mencionada pelos familiares nos dias de hoje através do prenome. Por outro lado, como veremos no capítulo 2, privilegiou-se a figura feminina na intitulação do trabalho por Felisberta ser acionada na luta social contemporânea, não apenas por sua condição de "herdeira" de Rosa Osório Marques (ver em seguida), mas sobretudo por seu simbolismo como mulher batalhadora que criou os filhos e lutou contra as adversidades do pós-Abolição. Embora "família"

[6] Não me proponho à realização de um estudo prosopográfico, apenas apresento o fato de que sua contribuição atingiu, também, o estudo de grupos populares.
[7] Ver Mattos, 1998, Fraga Filho, 2006 e Rios e Mattos, 2007.

seja empregado como signo de distinção, *gente* remete a um sentimento de pertencimento comunitário coletivo (Chagas, 2005a, p. 131-137). Eventualmente utilizarei o termo "família". É impossível dele fugir e ele é acionado pelos próprios entrevistados. No entanto, em virtude do sentimento de pertença a ele intrínseco, procurarei privilegiar o termo *gente*.[8] Ainda que tenha surgido como interpretação nativa dos pesquisados acerca de suas relações de parentesco, acredito que a noção em questão tenha grande potencial heurístico entre os historiadores, sobretudo por permitir uma fuga a concepções restritivas de família e por sugerir formas mais realistas de perceber as teias comunitárias negras.

Com efeito, esse "ramo" (Barcellos *et al*., 2004, p. 210) multiplicou-se, segmentou-se e deu origem a diversas "famílias" nos dias de hoje. *Gente*, pois, é uma maneira mais genérica de referir-se à pluralidade de arranjos familiares entre seus descendentes, além de ser mais fiel às representações coletivas de relações de parentesco. Poder-se-ia dizer que dos dez filhos de Manoel Inácio e Felisberta, três não tiveram filhos e uma teve uma menina que morreu ainda criança. Dentre os demais, tive contatos esporádicos com os descendentes de três – Pulquéria, Belizário, Maria. Os dois primeiros, como veremos no capítulo 3, eram considerados "ilegítimos" e tinham, assim, um contato mais episódico com a família, e a outra faleceu quando seus filhos ainda eram pequenos, tendo os mesmos se dispersado. Quanto aos filhos e netos dos demais – Rosalina, Manoel Inácio Filho e Mercedes –, foi possível mapear seus itinerários de forma mais sistemática. Ao fim do trabalho, no anexo, os leitores poderão consultar árvores genealógicas com a descendência de cada um dos filhos e filhas de Manoel Inácio e Felisberta que teve filhos.

Felisberta Severina Marques consta no rol de herdeiros da senhora Rosa Osório Marques. A última é lembrada por ter legado terras da fazenda do Morro Alto a seus escravos em um testamento de 1886 e em inventário de 1888. O marido daquela, Manoel Inácio, também era cativo da família senhorial Marques. Voltaremos a isso com mais detalhes no capítulo 2. Essas terras vêm sendo lembradas e acionadas como fundamento de uma disputa territorial contemporânea. Convém sublinhar que, conforme assinala Chagas (2005a, p. 327) a peça testamentária não constitui a "medida do direito

[8] A importância dessa noção na forma como os entrevistados constroem as relações de parentesco pode ser exemplificada com o caso de uma entrevista que tentei realizar com uma senhora, bastante idosa. Ela possuía muitas dificuldades para se lembrar de seu passado e não sabia quem eram seus familiares. Sobrinhos, filhos e irmãs eram tratados de forma indistinta. No entanto, quando perguntada sobre quem eram, afirmava: minha *gente*. A identificação pessoal e geracional se fôra, mas não o pertencimento coletivo representado pela categoria. Diário de campo de 7 de janeiro de 2009 em Osório.

da comunidade" e sim "uma âncora jurídica a confirmar direitos mais amplos que são derivados de sua ocupação tradicional". O direito de comunidades "remanescentes de quilombos", com efeito, não trata do direito sucessório tradicional, mas da leitura feita por esse agrupamento dos direitos e significados representados pelo testamento na garantia de direitos territoriais (Chagas, 2005a, em particular p. 348).

Como expus anteriormente, compus uma equipe interdisciplinar de antropólogos, historiadores e geógrafos entre 2001 e 2002. Foi produzido um relatório de pesquisa, publicado sob a forma de livro (Barcellos *et al*, 2004), acerca da comunidade negra de Morro Alto, situada nos municípios de Osório e Maquiné, no litoral norte do Rio Grande do Sul. A família estudada pertence a essa comunidade, e foi naquela ocasião, conforme visto, que com ela tive um primeiro contato. O estudo realizado reconstituiu a trajetória da comunidade, vínculos sócio-históricos com o passado escravista e pós-escravista, e a organização social contemporânea. Conforme demanda comunitária contemplada pela administração de Olívio Dutra no Governo Estadual, a elaboração do laudo contribuiu para seu reconhecimento, por parte da Fundação Cultural Palmares, como "remanescente de quilombos".

Como desdobramento da mobilização social do movimento negro durante a década de 1980, a Constituição Federal contemplou, no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a garantia legal de titularização de terras aos "remanescentes de quilombos" que as estivessem ocupando.[9] O'Dwyer (2002) analisou os novos significados assumidos pela categoria *quilombo*, a partir da discussão entre movimentos sociais, instituições jurídicas e Academia de quem seriam os sujeitos do direito assegurado constitucionalmente. Tem-se chegado a um entendimento de que o mecanismo diz respeito aos direitos étnicos das chamadas comunidades negras rurais, ou "terras de pretos". Em fins dos anos de 1990, a comunidade negra de Morro Alto, situada no litoral norte do Rio Grande do Sul, divisa entre os municípios de Osório e Maquiné, também iniciou sua mobilização para ver assegurado o direito a suas terras.

A Associação Comunitária recebeu o nome de Rosa Osório Marques, em homenagem à referida senhora escravista. Um dos protagonistas da ação dessa agremiação – seu presidente por mandatos consecutivos – é Wilson Marques da Rosa, um bisneto do casal de escravos por mim investigado. A entrevista com ele realizada foi

[9] Não me proponho aqui, por motivos de fôlego, a uma historicização acerca da legislação recente acerca do reconhecimento das comunidades quilombolas. Para tanto, e para a relação desse corpo jurídico com os "usos do passado", ver Moreira, 2009.

fundamento do capítulo em que investigo a emergência de uma demanda comunitária como “remanescentes de quilombos”. Desde o momento em que realizei as entrevistas, no início de 2010, o pleito comunitário teve novos desdobramentos, como a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Morro Alto em março de 2011. Esse relatório tornou mais palpável e trouxe para a ordem do dia o debate público a respeito da titularização da área.

Em 2001, quando o estudo inicial de reconhecimento de Morro Alto como “remanescente de quilombos” foi produzido, trabalhou-se com o cruzamento de diversos tipos documentais para dar conta da historicidade dessa comunidade, cotejando diferentes fontes escritas (registros paroquiais de terras, medições judiciais, mapas, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, inventários e testamentos, cartas de alforria, dentre outros) e fontes orais (entrevistas com os moradores mais idosos, filhos e netos de ex-escravos). Constituíram-se genealogias a fim de dar conta de trajetórias familiares. Ao longo do processo de pesquisa, os moradores da região também disponibilizaram fotografias e documentos escritos que se encontravam em seu poder.

Embora a documentação tenha sido trabalhada no relatório de pesquisa, ela foi acessada apenas na etapa final do trabalho de campo. Tais documentos foram trabalhados no relatório de forma mais detida (Barcellos *et al.*, 2004, p.137 e 144-146), tendo sido inclusive reproduzidos no seu apêndice documental (Barcellos *et al*., 2004, p. 470 e 472-475). Não obstante, julguei-os merecedores de um investimento analítico de maior fôlego, devido à sua excepcionalidade como tipo documental e ao potencial explicativo a respeito dos destinos de ex-escravos e descendentes no litoral norte do Estado. Para tanto, obtive uma autorização por escrito de dona Aurora Inácia Marques da Silva a fim de utilizar essa documentação com fins de pesquisa acadêmica (ver anexo). Mais tarde, ao longo do doutorado, percebeu-se que mais do que um cruzamento, um diálogo entre o escrito e o oral poderia ser fértil, e essa estratégia metodológica foi matéria-prima para o capítulo 1.

Escolheu-se a família em questão por três razões: em primeiro lugar por esse corpo documental particular ao qual, de forma extraordinária, tive acesso, e pelas possibilidades de pesquisa e discussão por ele abertas. Poucas famílias na região possuem acervo documental dessa natureza e menos ainda se dispõem a disponibilizá-lo a pesquisadores. O segundo motivo é justamente o vínculo de confiança e, por que não dizer, afetivo, criado entre pesquisador e pesquisados – eu *gosto* deles, e tenho indícios

suficientes para acreditar que eles *gostam* de mim –, que possibilitou que me fossem franqueados o acesso a tais documentos e encurtaram caminhos para a realização de entrevistas e para contato de novos depoentes. O terceiro motivo é a pluralidade de caminhos tomados pelos descendentes de Felisberta e Manoel Inácio. De certa forma, isso compensa a possível objeção de que, ao restringir-me a uma família, estaria atingindo uma compreensão parcial dos possíveis destinos de ex-escravos no pós-Abolição, e uma amostra *viciada* na apreciação de sua memória. Isso não é verdade, já que dentre os muitos filhos, considerados legítimos ou ilegítimos, desse casal, há diversas trajetórias, mais ou menos bem-sucedidas, de mobilidade social e espacial.

É bastante legítimo que os leitores perguntem-se se a família em questão é *representativa* do extrato social do qual faz parte. Prontifico-me a adiantar a resposta: não o é. Isso não a faz menos digna de interesse histórico, justamente porque se sabe, a partir das proposições teóricas de Grendi (1998) e do oxímoro excepcional/normal, que muitos aspectos de normalidade geralmente calada são revelados a partir de casos pouco representativos.[10] O estudo da "*gente* da Felisberta" permitiu-me aproximar de diversos cenários do pós-Abolição que me seriam inacessíveis se me tivesse tolhido em função de sua *representatividade.* Mais do que isso, possibilitou-me constituir um recorte do passado povoando-o de experiências singulares.

Todavia, foi conveniente situar por quais motivos a família em questão não é representativa e contextualizar em que consiste sua *excepcionalidade*, e para tanto foi necessário recuar a abrangência da análise até o período anterior à Abolição da escravatura. Embora reconheça – e seja meu objetivo percebê-lo – o período pós-Abolição em sua especificidade como momento histórico com problemas próprios e possibilidades de trajetórias sociais autônomas, não pude me furtar à análise da geração que passou pela experiência do cativeiro, à qual dedico um capítulo. Isso por três razões: a primeira é porque a *memória do cativeiro* revelou-se mais do que um problema de pesquisa, um caractere espontaneamente presente ao longo do trabalho de campo, talvez alimentado pela demanda contemporânea de Morro Alto como "remanescente de quilombos". A segunda é porque, negados, afirmados, ignorados – seja lá qual for a resposta que tenha sido dada –, os estigmas oriundos do cativeiro sempre foram um aspecto com o qual os descendentes de escravos precisaram lidar.

[10] Sabina Loriga, por sua vez, em minicurso ministrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no dia 11 de outubro de 2011, censurou a micro-história italiana por nutrir uma "utopia naturalista" de indivíduos representativos de agregados sociais mais amplos.

O último motivo, mais específico, é que Felisberta e Manoel Inácio, como veremos, não foram escravos *quaisquer*. Sua situação específica dentro da escravaria possibilitou-lhes o acesso a um capital político, simbólico e mesmo econômico que souberam manejar para construir sua vida em liberdade. Com isso, não se pretende afirmar que a vida em liberdade decorria meramente de uma *herança* do cativeiro. Minha ênfase é no "souberam manejar", e não no "capital". Porém tal capital havia, e cabe-me discuti-lo.

*Pós-Abolição e tempo presente*

O pós-Abolição é um período histórico de difícil delimitação, dificuldade que faz premente enfrentar o problema. Seu marco inicial pode ser tomado como maio de 1888, porém, ao gosto do freguês, podem-se tomar outras datas significativas marcantes da decadência do escravismo – 1831, 1850 ou 1871. Não me sinto capaz de propor um critério rígido a fim de delimitar esse período histórico,[11] não obstante sua importância na história da produção e distribuição de mercadorias no mundo ocidental. Embora reconheça a relevância dessa discussão, não tenho respostas para ela, já que me aferro às experiências particulares do grupo social recortado, e não a uma perspectiva global. Como não quero chegar a um impasse paralisante, pareceu-me mais adequado tomar a periodização da forma que foi mais conveniente a esta pesquisa em suas particularidades. Uma periodização *instrumental*, digamos assim.

A minha narrativa de um pós-Abolição – ou melhor, aquela que emerge da memória de meus entrevistados – inicia-se em meados do século XIX, não apenas pelo cessar do tráfico atlântico de escravos – que, conforme veremos no capítulo 2, provavelmente levou à decadência da fazenda do Morro Alto –, mas sobretudo pelo nascimento de Manoel Inácio Marques, patriarca da família estudada. Trata-se do episódio mais longínquo alcançado pela memória familiar, que de certa forma inaugura sua saga. Percorro a segunda metade do século XIX e o século XX, abrangendo também pessoas que ainda estão vivas nos dias de hoje.[12] Mattos (2008, p. 98) inscreveu o

[11] Que, possivelmente, não se encontre concluído. Deixo tal reflexão em aberto para estudos vindouros.

[12] Fui levado, portanto, à média duração de aproximadamente cento e cinquenta anos. Embora se trate de uma duração mais longa do que a que geralmente se encontra em trabalhos acadêmicos mais recentes, resisti a qualificá-la como "longa duração" porque, no sentido braudeliano, esta expressão remete à uma ideia de imobilidade, de estruturas profundas e inconscientes, geográficas e mentais, que certamente não é o que se pretende expressar aqui (Braudel, 1990). Creio que essa abordagem possibilitará que se preste atenção a períodos mais recentes da história desse agrupamento social, já que boa parte dos estudos existentes apenas dá conta da Primeira República ou, quando muito, da época varguista.

estudo dos chamados quilombos contemporâneos na noção de história do tempo presente. Com efeito, uma história da memória é, em alguma medida, uma história do tempo presente, conforme assinalou Wolikow (1998, p. 17).[13] Conforme Mudrovcic (2009, p. 106), pode-se caracterizar como história do tempo presente aquela na qual o objeto – no meu caso, a recordação – encontra-se em um presente histórico constituído por memórias de pelo menos uma de três gerações que compartilham a temporalidade presente. Nesse sentido, embora eu tangencie uma recuperação de "um passado", meu objeto é situado no presente, ou seja, a recordação acerca desse passado.

Quando tratamos de memória, o passado é retomado a partir de um trabalho contemporâneo de rememoração. Ao longo desta tese, essa discussão será feita inúmeras vezes, para ser arrematada no capítulo 6. Os leitores encontrarão nesta tese duas "histórias", e espero que as leia de forma integrada, já que assim procurei escrevê-las. Há, não há dúvidas, nestas páginas, uma *história social do período pós-Abolição* tal como protagonizada pela "*gente* da Felisberta", amparada pela memória, mas também por fontes documentais. No entanto, escrevo-a *em função* de uma *história da memória do cativeiro e do pós-Abolição.* Não o faço por pretender subordinar a história à memória: pelo contrário, o objetivo é inscrever essa última em um quadro histórico mais amplo, segundo a proposta de Traverso (2005, p. 32. Ver adiante).[14]

Mais do que tomar a memória como fonte ou objeto (ver adiante a discussão sobre memória e história), procurei escrever uma história que com ela dialogasse, nela estivesse embebida, no projeto que Ricœur (2007, p. 400) qualificou como história cultural da memória e do esquecimento e que Catroga (2001, p. 55), alternativamente, apontou como história social da memória e do esquecimento. Tenho necessidade de contar como meus entrevistados contaram-me suas histórias. Recomenda-se não separar

[13] "En fait le plus fructueux pour l'historien du temps présent est de renverser son rapport avec la mémoire. Il ne peut se contenter de l'utiliser de manière critique comme source de connaissance, mais il a tout intérêt à la considérer comme un objet d'étude en soi. Dès le moment où l'on ne confond plus la mémoire de l'événement avec celui-ci il devient intéressant d'étudier l'histoire de la mémoire et celle-ci à un moment historique donné. (Wolikow, 1998, p. 17). [De fato, o mais frutífero para o historiador do tempo presente é inverter seu relato com a memória. Ele não pode se contentar com sua utilização de maneira crítica como fonte de conhecimento, mas tem todo interesse em considerá-la como um objeto de estudo em si. A partir do momento em que não se confunde mais a memória de um evento com ele mesmo, torna-se interessante estudar a história da memória e esta em um dado momento histórico.] Minha tradução.

[14] Dessa maneira, como os leitores perceberão no capítulo 6, privilegio, quando falo em "história da memória", o circuito inter-geracional de recordações. Para tanto, foi necessário, porém, percorrer a historicidade desta família ao longo de todo século XX a fim de perceber as disposições diferenciadas para narrar, silenciar ou recuperar o passado familiar.

as possíveis leituras, porque experiência e memória sociais surgem como indissociáveis neste percurso de pesquisa.

Não constitui objetivo do presente trabalho verificar qual foi a atuação da família analisada nas diferentes situações e conjunturas da história do Brasil desde 1847. Essa pretensão iria muito além dos limites de exequibilidade de um trabalho dessa natureza. Proponho-me a um feito um tanto quanto diverso: analisar de que maneiras fatos diversos são trazidos à vida pelas reminiscências dos familiares. Nesse sentido, não se trata de uma história iniciada em 1847, mas de uma história que dialoga com uma memória de fatos que remontam àquele ano. Essa – aparentemente sutil – diferença permite com que se selecionem aspectos a serem analisados a partir da importância que lhes são dados pela memória. Ao historicizar a memória dessa família, atemo-nos aos aspectos que foram julgados relevantes, especialmente tendo em vista as experiências que levaram à definição do corte geracional adotado.[15]

Três exemplos melhor explicarão a diferença que se quer estabelecer. Um deles é o da ditadura civil-militar de 1964-1985, que será raramente lembrada nas páginas deste texto, não por este autor não a considerar importante, mas porque os entrevistados só se lembraram dela ao realizar a associação entre esse período e a expropriação de terrenos (ver capítulos 4 e 6).[16] São os conflitos fundiários que conferem importância ao período ditatorial, e não o contrário. Outro caso é o da Revolução Federalista de 1893-1895, lembrada de forma indistinta frente a diversos outros conflitos armados no Rio Grande do Sul, contituindo um *etnotexto* (ver capítulo 3). Finalmente, o processo de Abolição da escravidão far-se-á presente principalmente quando arrolar os estatutos sociais indefinidos de fins do século XIX e as comparações entre a liberdade legada pela Lei Áurea e os direitos sociais da era Vargas. No entanto, encontra-se secundarizada na memória comunitária face ao testamento de Rosa Osório Marques que lhe foi contemporâneo e, por vezes, possibilitou a substituição da princesa Isabel por Rosa como mulher rica e boa que concedeu liberdade e direitos.

---

[15] São frequentes, em pesquisas com narrativas orais, momentos em que os entrevistados simplesmente não recordam de aspectos históricos julgados relevantes pelo pesquisador. Ver Connerton (1993, p. 25). Cabe à sensibilidade do estudioso avaliar quando se trata de "esquecimento" ou quando se pode considerar, propriamente, um "silêncio". Acerca dessa diferença, conferir Pollak (1989).

[16] Um morador de Morro Alto, Manoel Francisco Antônio, por mim entrevistado, participou ativamente de mobilizações sociais pela reforma agrária em inícios dos anos 1960. Este ancião é descendente da escrava Tereza, irmã de Felisberta. Quando indagados a respeito da temática, os netos e bisnetos de Felisberta remetem ao senhor "Manoel Chico", evidenciando ser esse um assunto mais presente em outros ramos familiares daquela comunidade.

Verificou-se, ao longo da pesquisa, o caráter *dinâmico* das memórias analisadas. Parte-se, neste trabalho, do caráter processual do fenômeno da memória: ele é uma reconstrução contemporânea do passado a partir de problemáticas e indagações presentes, mais do que a consulta a registros mentais estáticos. Voltarei a esse problema em diversas ocasiões ao longo deste esforço de pesquisa. Os relatos ouvidos em 2001, primeiro contato com a família em questão diferem, evidentemente, daqueles escutados em 2009 e 2010. Pesam nisso uma maior intimidade com o pesquisador para abordar questões delicadas, uma maior politização da memória do cativeiro decorrente da participação em um processo de mobilização étnica e o oscilar da necessidade de diferenciação ou de identidade com outras famílias da região. Nas ocasiões em que isso acontecer, explicitarei e discutirei de forma adequada as discrepâncias. No entanto, a memória tampouco é totalmente maleável ao sabor das circunstâncias, existindo o mencionado *etnotexto* que apresenta regularidades diacrônicas entre os relatos pesquisados. Existe um "núcleo comum" que perpassa as narrativas no intervalo considerado (Mello, 2012, p. 169, 192, 196, Appadurai *apud* Mello, 2012).

*Mapa do território pesquisado*

A antiga fazenda do Morro Alto encontrava-se onde, na atualidade, é a divisa entre os municípios de Osório e Maquiné,[17] no litoral norte do Rio Grande do Sul. Compreendia diversas localidades, dentre as quais a denominada Morro Alto, onde hoje é o entroncamento das estradas BR-101 e RS-407. Os extremos meridional e setentrional da fazenda eram as localidades de Aguapés e Espraiado,[18] unidas recentemente por um túnel na primeira rodovia, que corta caminho por baixo do morro. A leste, seguia rumo à praia de Capão da Canoa ao longo da atual RS-407, por uma planície denominada Faxinal do Morro Alto, até o canal denominado Barra do João Pedro, que liga a lagoa dos Quadros à lagoa das Malvas. Situava-se à beira das lagoas das Malvas e da Pinguela, essas mesmas continuação uma da outra. Na margem oposta da última, encontra-se a localidade conhecida como Caconde.

[17] Osório e Maquiné são, ambos, municípios oriundos do antigo município de Conceição do Arroio. Em 1934, o município mudou de nome de Conceição do Arroio para Osório, por determinação do interventor federal José Antônio Flores da Cunha. Em 1992 o distrito de Maquiné obteve sua emancipação.

[18] São correntes tanto a designação Espraiado quanto Despraiado. Utilizei a primeira por ser mais corrente entre meus entrevistados.

A fazenda, *grosso modo*, encontrava-se entre as lagoas dos Quadros e Pinguela no sentido norte-sul e entre o divisor de águas da serra e o dito canal, no sentido leste-oeste. Em um *continuum* territorial, tem-se também a fazenda de Aguapés, do outro lado do morro. Ela pertencia à mesma família senhorial. Como o litoral norte do Rio Grande do Sul possui um notável sistema lacunar, no interior daquela unidade produtiva encontravam-se as lagoas Negra e do Ramalhete.

Uma localidade que terá bastante importância ao longo desta tese é aquela que possui o mesmo nome da última lagoa citada. Do outro lado desta última, na direção sudeste em relação ao Borba e ao Espraiado, situa-se a península denominada Ramalhete. Ela se estende rumo noroeste sobre a lagoa (ver mapa 3).

Na atualidade, na região existe uma série de localidades que compõem a tessitura de uma comunidade negra entrelaçada por laços de parentesco, práticas culturais e projetos políticos comuns: Morro Alto, Aguapés, Barranceira, Faxinal do Morro Alto, Ramalhete, Ribeirão do Morro Alto, Borba, Espraiado e, mais além, Prainha.

**Mapa 1 – Litoral norte do Rio Grande do Sul**
As indicações em branco foram marcadas por mim[19]

**Mapa 2 – Litoral norte do Rio Grande do Sul em mapa de 1889**
(detalhe)[20]

[19] Fonte: http://maps.google.com.br/
[20] Fonte: AHRS, Móvel 2 – Gaveta 5 – Envelope 021 – 1889. Estado do Rio Grande do Sul, cartografia executada no Departamento Estadual de Estatística por João Campomar J.º

**Mapa 3 – Região do Morro Alto**

As localizações em branco foram marcadas por mim[21]

**Mapa 4 – Região do Morro Alto em mapa sem data**

(detalhe)[22]

[21] Fonte: http://maps.google.com.br/

[22] Fonte: AHRS, Conceição do Arroio – Móvel 5 – Gaveta 3 – Envelope 445 s/d Planta da cidade. 1: 358:000. Neste mapa o morro encontra-se superdimensionado e ocupa o lugar da Lagoa Negra e da Lagoa do Ramalhete, e de parte do Faxinal do Morro Alto, como se pode perceber o comparando com a fotografia de satélite.

*Pós-Abolição no meio rural: uma revisão bibliográfica*

Quando se discute os itinerários negros no pós-Abolição, existe uma leitura bastante arraigada socialmente no que tange à mobilidade espacial dos ex-escravos e descendentes entre o meio rural e o meio urbano no pós-Abolição. Na obra "Escravidão nunca mais!" o jurista Nelson Câmara sintetizou aquilo que acredito ser um senso comum quando se pensa na questão. Segundo o autor, a Abolição da escravidão esteve na gênese das favelas e aglomerados miseráveis no meio urbano, sendo esse o destino dos libertos:

> o modo cruel como foi feita a Abolição, colocando na rua da amargura milhões de almas escravizadas, sem terra e sem perspectiva alguma, resultou nas primeiras aglomerações nas periferias dos maiores centros urbanos, formando-se favelas e palafitas, e depois, em fase subsequente, os cortiços. (Câmara, 2009, p. 354)

O texto do qual foi extraído o excerto merece discussão, na medida em que se propõe a oferecer subsídios à aplicação da lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. A citação destacada traduz aquilo que comumente se pensa a respeito dos itinerários dos antigos escravos no Brasil, e possivelmente servirá para a formação de professores dos ensinos médio e fundamental.[23] Tal visão arraigada encontra-se criticada em trabalhos mais recentes, embora se fundamente em autores como Fernandes e Bastide (1971, ver adiante). Ainda assim, generaliza-se para o conjunto do país conclusões tomadas a partir de estudos específicos e descontextualiza-se o momento historiográfico em que foram escritos.

Há que destacar que não procede a afirmação de que a origem dos cortiços é subsequente à Abolição da escravidão. Chalhoub (1990) e Moreira (2003), por exemplo, apontaram eloquentes exemplos de espacialidades negras nos meios urbanos, respectivamente, do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, durante o século XIX. Ainda assim, cabe discutir o afluxo de ex-escravos para as cidades no pós-Abolição.

Mais do que um escritor pioneiro acerca do assunto, Nina Rodrigues (2006, originais de 1896 e 1897, 1977, original de 1906) foi um contemporâneo que testemunhou o processo social que descrevia no imediato pós-Abolição. Embora

[23] Nascimento (2005) aponta a presença desse senso comum em livros didáticos e salas de aula do ensino médio, amparado em obras como a de Fernandes (1965, ver adiante), desconectadas do contexto historiográfico em que foram produzidas. O autor alerta, ainda para os efeitos de *bullying* entre alunos negros da associação de seus antepassados como "'marginais', 'prostitutas', 'ladrões', 'assassinos', 'bêbados', 'miseráveis' entre outros" (Nascimento, 2005 p. 12).

interessado especificamente em aspectos culturais dos africanos que julgava destinados a desaparecer e em suas "sobrevivências" – particularmente linguísticas e religiosas –, e não em processos macrossociais da população negra como um todo, o autor opinou – talvez como forma de justificar seu recorte geográfico – que a maior parte dos africanos na Bahia dirigiu-se a Salvador, poucos permanecendo em cidades de médio porte e menos ainda em antigos engenhos. A maior parte ter-se-ia dedicado ao pequeno comércio e alguns teriam trabalhado como lavradores nos arrabaldes soteropolitanos (Rodrigues, 1977 p. 101).[24]

Nina Rodrigues fez escola, e Ramos (1940, 1942, 1979) e Carneiro (1978) deram continuidade a sua obra. Embora despidos do caráter racialista tão presente na obra de Rodrigues, mantiveram seus interesses sobre aspectos culturais como culinária e religiosidade – o candomblé da Bahia. Ao menos no primeiro caso, o autor insistiu também na ideia do iminente desparecimento das culturas negras no Novo Mundo, ao manejar os conceitos de "sincretismo", "sobrevivências" e "aculturação".

Gilberto Freyre, muito embora tenha celebrado a ascensão social de mulatos e mestiços e tenha sublinhado o caso de ex-escravos bem-sucedidos, os últimos apareciam em um caráter de exceção. No geral o quadro delineado para os descendentes de escravos no pós-Abolição era sombrio:

> A liberdade não era bastante para dar melhor sabor, pelo menos físico, à vida dos negros fugidos que simplesmente conseguiam passar por livres nas cidades. Dissolvendo-se no proletariado de mocambo e de cortiço, seus padrões de vida e de alimentação muitas vezes baixaram. Seus meios de subsistência tornaram-se irregulares e precários. Os de habitação às vezes degradaram-se. Muito ex-escravo, assim degradado pela liberdade e pelas condições de vida do meio urbano, tornou-se malandro de cais, capoeira, ladrão, prostituta e até assassino. O terror da burguesia dos sobrados (Freyre, 2006 [original de 1936], p. 297).

Se para Freyre a liberdade cumpriu um papel degradante, os estudos de Florestan Fernandes atribuíam ao cativeiro uma herança nefasta sobre os libertos, na medida em que a ética de trabalho e o estado de "anomia" herdados do cativeiro ter-lhes-ia tornado inábeis "psicossocialmente" para competir com a mão-de-obra imigrante no mercado de trabalho paulista (Fernandes, 1965 p. 39-69). Em que pese todas suas divergências com Freyre, o caráter degradante da liberdade ou do cativeiro constituía um espelho entre os

[24] Câmara (2009, p. 354) menciona o mesmo trecho de Rodrigues, porém o atribuindo a Wissenbach (1998b p. 113), sem o referir como uma citação. Dessa forma, passa a impressão de que a autora compartilha de tal afirmação, o que não coaduna com sua abordagem (ver adiante).

dois autores. Como já assinalaram Rios e Mattos (2005), ambos convergiam na interpretação do pós-Abolição como um período incapacitante para os egressos do cativeiro. A antropóloga Daisy Barcellos assinalou que os trabalhos da Escola Sociológica Paulista "pecam por reduzir o papel do negro a um plano de passividade incompatível com o grau de participação na formação do Brasil e do Rio Grande do Sul" (Barcellos, 1996).

Vale destacar que o estudo de Florestan privilegiou o meio urbano paulista do século XX, e esse recorte não parece inocente; pelo contrário, ele ajudou a sustentar seu viés teórico segundo o qual negros originários do campo encontravam-se desestruturados socialmente na grande cidade; e também resultou de uma leitura acrítica dos queixumes senhoriais que afirmavam haver uma evasão de mão-de-obra das lavouras no pós-13 de maio.[25]

No entanto, a escolha de São Paulo como foco da análise de Fernandes[26] não encontra sustentação nos próprios dados empíricos do autor, já que ele demonstrou que entre 1886 e 1893 a população negra e mulata cresceu, naquele centro urbano, em uma proporção inferior à população de brancos nacionais e brancos estrangeiros. Ainda assim, o autor insistiu no êxodo rural direcionado a São Paulo e Santos (Fernandes, 1965 p. 41-42), não contemplando em sua análise aqueles que permaneceram no meio rural. Observo que não há nenhum problema em realizar um estudo de caso no meio urbano de São Paulo, mas não se pode generalizar suas conclusões para o meio rural[27] ou para o conjunto do Brasil.

O estudo de Andrews (1998), a exemplo do de Fernandes (1965), centra-se no município de São Paulo, muito embora tire conclusões precipitadas para o conjunto da província, inclusive seu meio rural, como bem criticou Marques (2009 p. 32-33). Segundo esse autor, Andrews manteve de Fernandes a ideia de marginalização, porém a retirou do despreparo dos negros e a atribuiu ao racismo dos brancos. De qualquer maneira, procurou explicar uma realidade social complexa somente a partir de dados quantitativos e da variável mercado de trabalho.

Embora leve em conta a existência de libertos que permaneceram nas fazendas onde haviam sido escravos, ou vizinhas, a par daqueles que migraram para as cidades, a

[25] Para leituras críticas dessas fontes, ver, por exemplo, Mattos, 1998 cap. 14, Fraga Filho, 2006 cap. 6, Weimer, 2008a cap. 1, Weimer, 2010a.
[26] O trabalho de Bastide e Fernandes (1971 p. 60) também privilegia São Paulo e afirma que a "maioria [dos libertos], porém, abandonava os trabalhos agrícolas e procurava as cidades".
[27] Essa crítica foi realizada por Rios e Mattos, 2005 p. 20.

tônica da análise de Carvalho (2008 p. 52-53) é de crítica em relação à inserção marginal de afro-descendentes em uma República que percebe como excludente. Eles teriam oscilado entre a ausência de empregos fixos ou "os mais brutos e mais mal pagos". Ao sublinhar a cidadania negada aos descendentes de escravos, no entanto, o autor não percebeu a importância da busca de cidadania por parte dos mesmos.[28]

Os estudos mais recentes a respeito da presença negra no meio urbano destoam dos trabalhos precedentes, uma vez que não procuram no passado escravo elementos "anômicos" explicativos de uma suposta desestruturação do negro na sociedade capitalista. Pelo contrário, investigam a contribuição da experiência social de sujeitos que passaram pelo cativeiro para a formação da classe operária (Loner, 2001; Mattos, 2008; Chalhoub e Silva, 2009).

Um olhar mais sistemático dos estudos acadêmicos para os itinerários negros no meio rural foi dirigido a partir da década de 1990. Em grande parte tributário das novas abordagens e estudos acerca da escravidão desenvolvidos na década de 1980 (para uma revisão, ver Schwartz, 2001), a exemplo desses, via-se os (ex)-escravos como sujeitos ativos em busca de seus próprios interesses e com experiências culturais e sociais que não se resumiam à vitimização imposta pelo cativeiro. Em paralelo a essa renovação historiográfica, percebe-se, nessa década, a emergência no cenário político de comunidades negras rurais, que exigem a concretização de direitos fundiários com base na Constituição Federal de 1988 e sob a identidade de "remanescentes de quilombos". Inicialmente tais grupos atraíram mais o interesse de antropólogos do que de historiadores (ver Leite, 1996, O'Dwyer, 2002 e Arruti, 2006).

Da parte de historiadores, três trabalhos foram pioneiros a respeito da temática.[29] Rios (1990) ressaltou a importância da família e do acesso à terra como condições de sobrevivência e ideais de trabalho almejados. Machado (1994) destacou a formação de uma economia camponesa à margem das grandes propriedades cafeicultoras, dando ênfase a doações de terras efetuadas por antigos senhores e sublinhando as dificuldades

[28] Na esteira de José Murilo de Carvalho, Müller (2006, p. 55-59) percebeu a população negra como vítima passiva da negação de direitos civis. Mattos (2000), em uma abordagem distinta, demonstrou como os libertos, como sujeitos históricos ativos que foram, procuraram lutar, ao longo do século XIX, pelos direitos civis almejados.

[29] No ano de 1990, Hebe Mattos, Sheila Faria e Ana Rios publicaram um "Caderno do ICHF", da Universidade Federal Fluminense, com estudos acerca de trabalho familiar e escravidão (Mattos de Castro, Faria e Rios, 1990). Trata-se de um exemplo indicativo do interesse pela temática no Rio de Janeiro naquela conjuntura historiográfica.

para sua legalização. Observou, ainda, a formação de um conceito de liberdade contrastivo em relação às relações sociais vividas sob o cativeiro.

O terceiro estudo é o de Mattos (1998 [tese de 1993, primeira edição de 1995]). A autora apresentou uma versão aprofundada dessa abordagem, ao discutir os esforços dos cafeicultores fluminenses, no pós-13 de maio, em manter e atrair uma mão-de-obra ora agraciada pela possibilidade de mobilidade espacial, na qual acabou por prevalecer os deslocamentos dos libertos. Ela demonstrou os intrincados mecanismos de negociação, nem sempre bem-sucedidos, dos fazendeiros para utilização da mão-de-obra ora livre, e ressaltou que as expectativas dos libertos em relação à liberdade, forjadas sob a vigência da escravidão, foram elementos decisivos nessas negociações. Seu estudo ainda discute a vinculação, na leitura senhorial, entre a ideia de "vadiagem" e mobilidade espacial dos libertos, aspecto que veio a ser explorado em estudos posteriores, e a interpretação de um mercado de trabalho desfavorável como "indolência" e "despreparo" por parte dos fazendeiros.

Alaniz (1997), Papali (2003) e Guimarães (2006) versaram sobre a tutela de órfãos nos primeiros anos da República, nos municípios de Campinas, Taubaté e Juiz de Fora. A primeira autora destacou que oferecer filhos em tutela podia ser, em situações de pobreza e necessidade extrema, uma possibilidade de viabilizar a sobrevivência familiar e da criança (Alaniz, 1997 p. 73). Tais estudos, ao inclinar-se sobre a tutela de órfãos reafirmaram aspecto ressaltado pela historiografia a respeito do tema: a importância dos vínculos familiares nos anos posteriores à Abolição da escravidão.

Os estudos recentes a respeito do pós-Abolição tendem a ressaltar a diversidade regional e as diferentes situações vividas pelos libertos, em lugar de propor uma leitura generalizante e unívoca. Wissenbach aponta que a adequação à condição de livre foi condicionada por fatores como:

> particularidades regionais e conjunturas econômicas diversas, proporcionalidade do elemento negro no cômputo das populações de cada parte do país, presença de outros segmentos na disputa do mercado de trabalho e de agrupamentos negros já consolidados (...) (Wissenbach, 1998b p. 51-52)

A própria autora, no artigo em questão, contemplou a presença negra nos espaços rurais e urbanos do Estado de São Paulo, abordando aspectos como práticas de cura, sociabilidade, religiosidade e condições de moradia no campo, assim como a

residência dos que se instalaram nas cidades durante o ímpeto europeizante e higienizador das elites brancas na Primeira República.

Existem, contudo, estudos que, embora contemplem o período pós-Abolição em seu recorte cronológico, e façam um esforço para quebrar a visão do 13 de maio de 1888 como um demarcador estanque de períodos históricos, não discutem senão poucos exemplos posteriores a 1888. Eles ressentem-se de uma reflexão sobre o período pós-emancipação em sua especificidade histórica (Guimarães, 2006, Guimarães, 2009).

Se a marca dos novos estudos é a diversidade, conta-se hoje com artigos e monografias regionais apuradas, a respeito de Pernambuco (Santos, 2010); do Recôncavo Baiano (Fraga Filho, 2006); da região serrana do Rio de Janeiro (Dezemone, 2004); da área rural do Rio de Janeiro (Rios e Mattos, 2007); da cidade do Rio de Janeiro (Silva, 2009); de Juiz de Fora (Souza, 2003, Guimarães, 2006, Guimarães, 2009); da província de São Paulo (Silva, 2008); da província do Paraná (Silva, 2005), Curitiba e entorno (Marques, 2009); de Desterro (Lima, 2005); e da região serrana do Rio Grande do Sul (Weimer, 2008a). Tais estudos compõem um mosaico de experiências de vida, ocupações e atividades desempenhadas pelos antigos escravos no pós-Abolição, contemplando tanto aqueles que permaneceram no meio rural, na fazenda onde foram escravos ou não, quanto aqueles que se direcionaram para as cidades.

Certamente a profusão de estudos enriqueceu enormemente os conhecimentos existentes sobre o pós-Abolição no espaço rural brasileiro. No entanto, creio que ao ressaltarem a pluralidade de possibilidades disponíveis aos libertos – o que é absolutamente necessário –, deixaram de especificar de forma mais minuciosa os mecanismos e dinâmicas através dos quais essas possibilidades adquiriram concretude. Em outros termos, mais do que apontar os diferentes caminhos disponíveis para os libertos, resta investigar em que situações e condições as pessoas os seguiram. Creio ser o grande desafio para a historiografia sobre o pós-Abolição atingir avanços ainda maiores do que os já alcançados. Quatro autores, no meu entendimento, apontam possibilidades investigativas nesse sentido.

Marques (2009) verificou que, dos ex-escravos por ele estudados, alguns permaneceram na localidade onde foram cativos, outros migraram para Curitiba, e outros seguiram para Ponta Grossa. Até aí, nada além da já constatada diversidade de destinos assinalada pelos demais estudos. Porém, no último caso, o autor conseguiu verificar empiricamente que o que motivou a migração intraprovincial foi o esforço por

reconstituir laços familiares quebrados pelo comércio interno de escravos, o que parece ser uma diretriz de pesquisa bastante fértil para estudos similares.

Monsma (2004, 2005) abordou a população negra no oeste paulista, a partir do estudo de inquéritos policiais e processos criminais, sob um viés *relacional* desse segmento populacional com imigrantes europeus.[30] Ao trazer a discussão para o campo da interação entre negros e brancos, o autor dá margem à abordagem de solidariedades e colaboração entre esses grupos, mas também ao conflito interétnico e à violência simbólica. Ao fazer da relação com outros segmentos sociais o seu enfoque, Monsma apresenta uma contribuição na medida em que traz a análise da população negra no pós-Abolição para o terreno das relações interétnicas.

Costa (2008) colocou em discussão a variável *geracional* na discussão da migração rural-urbana.[31] O autor, que analisou os migrantes do Vale do Paraíba que se dirigiram a Nova Iguaçu, constatou que a geração que partiu de forma massiva foi a segunda nascida após a Abolição, e não a primeira. Levar em conta as gerações nos deslocamentos populacionais é importante para historicizar os processos migratórios e relacioná-los a processos políticos e econômicos, em lugar de discuti-los em abstrato. O autor ainda situou (Souza, 2003 também fez isso) os processos migratórios na dinâmica interna da economia camponesa, na qual a expulsão de contingente populacional faz parte dos mecanismos necessários para impedir a fragmentação da propriedade e, em última análise, para a sobrevivência, quer da unidade econômica camponesa que se deixa, quer do jovem migrante que parte em busca de novas oportunidades.

Rios (2005a), por seu turno, tentou sistematizar a diversidade de itinerários por ela constatada no pós-Abolição na região estudada, isto é, o Sudeste cafeeiro. As trajetórias de vida agrupadas como "campesinato itinerante", "pacto paternalista" e "terras de preto" demarcam experiências sociais diversas, no que tange a "conduta, trabalho e socialização". O primeiro caso engloba aqueles que tiveram dificuldades de manter um acesso estável à terra, e assim, tiveram no deslocamento espacial a tônica de suas narrativas. O segundo refere-se àqueles que permaneceram orbitando no mesmo espaço geográfico em que seus ancestrais foram escravos, e não relataram maiores privações decorrentes do deslocamento espacial ou dificuldades para obtenção de roças.

[30] Cleber da Silva Maciel (1997), mesmo que me pareça manter uma relação ambígua com a perspectiva de Bastide e Fernandes (1971) – ora a criticando, ora apresentando um viés similar –, escreveu importante estudo sobre a temática, enfatizando conflitos entre brancos e negros sob o viés do racismo.

[31] A temática da migração no pós-Abolição também vem sendo abordada nos trabalhos de Lucia Helena Oliveira Silva (2005, 2008, 2009, 2011).

O último exemplo constitui comunidades negras rurais, em parte caracterizadas pelo isolamento, originárias de doações ou aquisições de terrenos descapitalizados. Essa caracterização mais precisa das possibilidades do campesinato negro da região permitiu à autora discutir melhor os contratos de trabalho no pós-Abolição, bem como verificar a existência de diferentes margens de tolerância e flexibilidade, por parte de fazendeiros, em relação a variadas parcelas da população (Rios, 2005b).

Os últimos exemplos discutidos permitem vislumbrar possibilidades de substancialização da discussão sobre o campesinato negro no pós-Abolição, melhor caracterizando e qualificando suas experiências sociais, para além de elencar o leque de possibilidades disponíveis. Embora todos os trabalhos referidos apresentem contribuições substantivas ao estudo do período pós-Abolição, manifesto minha dívida em relação às inspiradoras abordagens de Costa (2008) – no que toca ao recorte geracional e à preocupação com as migrações – e de Rios (2005b) – no que diz respeito ao enfoque na diversidade de trajetórias do campesinato negro no pós-Abolição. Ainda que meu estudo verse sobre a a memória, tais trabalhos permitiram-me uma compreensão melhor dos assuntos recordados.

Não obstante as contribuições dos novos estudos, suas abordagens e aproximações não chegaram a trabalhos de síntese a respeito da história do Brasil, seja genéricos ou específicos do período republicano. A exemplo da "História Geral da Civilização Brasileira" organizada por Sérgio Buarque de Hollanda (1978), da "História Geral do Brasil", organizada por Maria Yedda Linhares (1990), e de "Uma História do Brasil" de Thomas Skidmore (1998), as recentes sínteses organizadas por Ferreira e Delgado (2008), Priore e Venâncio (2010),Ferreira (2011), e de autoria de Bastos e Fonseca (2012) não contemplaram, no período posterior à Abolição, uma apreciação aprofundada sobre a história social da população egressa do cativeiro.

O ambiente rural é frequentemente tido como espaço de estagnação e de reação frente à modernização (Carvalho, 1998, p. 112). Na obra clássica de Victor Nunes Leal, os trabalhadores rurais encontrar-se-iam em uma situação de submissão política e resumidos, mesmo, a uma condição "sub-humana" (Leal, 1975, p. 56). Ana Rios (2007), porém, assinalou que essa abordagem menospreza a necessidade de estabelecer estratégias visando a captura do trabalho e a lealdade dos trabalhadores rurais, dentre os quais ex-escravos e descendentes. Em suma, a autora coloca a ênfase nas negociações

contratuais implícitas às relações sociais no meio rural, demonstrando que a lealdade não é dada.

Em termos mais gerais, porém, vê-se um lapso, por um lado, entre uma narrativa de história social sobre o processo de desagregação do escravismo e, por outro, uma análise sobre a Primeira República que privilegia aspectos políticos, econômicos e institucionais e uma reflexão sobre as engrenagens de um sistema coronelista de relações de poder. Há, no máximo, uma história social do movimento operário, mas não da população no meio rural, a não ser quando abordada sob o viés da imigração ou dos movimentos messiânicos.[32] A população oriunda do cativeiro, porém, não chegou a ser adequadamente contemplada nos esforços de síntese, a não ser, eventualmente, sob o ponto de vista da vitimização, conforme veremos no capítulo 3.

Os textos reunidos na coletânea "Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história" (Motta e Zarth, 2008) possuem o mérito de romper com a ideia de um campesinato meramente reativo frente aos desafios colocados pela modernidade e de buscar as motivações específicas e concepções de justiça desse grupo social ao mobilizar-se no sentido de buscar seus objetivos, relacionar-se com o Estado, empreender revoltas, etc. Todavia, os autores não se propuseram a um recorte étnico, como aquele que aqui proponho. Raramente referiram-se a ex-escravos. Sendo assim, contribuem apenas parcialmente para uma reflexão acerca dos destinos da população negra no pós-Abolição.

Os livros de síntese sobre história do Rio Grande do Sul na Primeira República organizados por Reckziegel e Axt (2007) também não deram conta dos itinerários da população descendente de cativos no meio rural, não obstante ser antiga a tradição de estudos acerca da escravidão e da liberdade no Brasil meridional e ela encontrar-se sistematizada em catálogo de referência (Xavier, 2007). Não pretendo esgotar o material existente, até porque ele já se encontra levantado no referido guia bibliográfico; apenas demonstrar que, não obstante a existência de profícua produção, ela encontra-se silenciada em trabalhos de síntese. Menciono ainda o fato de que a maior parte dos estudos relacionados por Xavier (2007, p. 216-231), a respeito do pós-Abolição, diz respeito ao meio urbano do Rio Grande do Sul, e não ao problema central desta revisão bibliográfica, isto é, a realidade no meio rural e as migrações rumo às cidades.

[32] Para um estudo inovador a respeito do movimento do Contestado, ver Pinheiro Machado (2004).

Contudo, não se pode deixar de observar o pioneirismo do trabalho de Dante de Laytano, sobretudo porque ele debruçou-se sobre a mesma comunidade aqui estudada, quando analisou as congadas do município de Osório (Laytano, 1945): aqueles que as promoviam eram originários da antiga fazenda do Morro Alto.[33] O autor ainda estudou os africanismos no linguajar gaúcho, investigando, inclusive, as toponímias (Laytano, 1936). O autor, portanto, em meados do século XX já se preocupava com a realidade do negro no Rio Grande do Sul uma vez transcorrida a Abolição da escravidão.

Outro estudo que não pode deixar de ser mencionado é aquele de Cláudio Moreira Bento (1976). O autor, no intuito de escrever uma história no negro na sociedade rio-grandense, contemplou o período até 1975 nos marcos de sua análise. Porém, ao contrário de Laytano, que considerou o negro nos tempos que lhe foram contemporâneos nos marcos do folclore, a partir da cultura e do linguajar populares, Bento optou por relacionar 44 personagens negras ilustres da (sua) atualidade:

> De uma participação ativa dos negros no passado, na paz e na guerra, sob a forma de uma equipe eficaz, mas silenciosa, entre os seus descendentes rio-grandenses da atualidade começaram a despontar, faz algum tempo, algumas personalidades de destacada atuação na comunidade rio-grandense, nos mais variados campos de atividades. Na falta de um levantamento mais efetivo, recorreremos a uma mostra de 44 destacadas personalidades, levantadas e cedidas por pessoas amigas (Bento, 1976, p. 250).

O autor dá ênfase, particularmente, para políticos e acadêmicos, não obstante contemple também esportistas e músicos populares. No esforço de investigar a contribuição do negro à formação do Rio Grande do Sul, o que constitui seu objetivo, seu trabalho ressente-se, contudo, no que toca ao século XX, de uma análise que vá além da enumeração de indivíduos ilustres.

Existem alguns trabalhos mais recentes, anteriores ao esforço historiográfico de Reckziegel e Axt (2007). Alguns vieram a público, oriundos de estudos de reconhecimento de comunidades rurais "remanescentes de quilombos" (Barcellos *et al.*,

[33] O autor não observa, e tampouco se tratava do objetivo de seu estudo, se, tal como hoje, a maior parte dos "maçambiqueiros" (participantes do referido auto religioso) originários de Morro Alto residia em Osório. No entanto, trata-se de um bom indicativo acerca do êxodo rural, já que como veremos no capítulo 4, ele acentuou-se nos anos 1930-1950. A família que escolhi analisar, contudo, nunca se envolveu diretamente nos festejos das congadas, a não ser como festeiros, mas não ocupando lugares honoríficos ou de dançantes no seio das mesmas. Por essa razão, o maçambique não será objeto de reflexão neste trabalho. A respeito do mesmo durante a década de 1940, ver Laytano (1945); início dos anos 1950, ver Côrtes (1987); em fins dos anos de 1970 e inícios dos 1980, ver Corrêa (1976a, 1976b, 1977, 1978a, 1980a, 1980b e 1980c); contemporaneamente, Fernandes (2004) e Bittencourt Junior (2006).

2004; Anjos e Silva, 2004), e outros resultam de trabalhos acadêmicos acerca de territorialidades negras no meio urbano porto-alegrense (Kersting, 1998; Mattos, 2000) e da formação de uma "elite" negra diferenciada econômica e intelectualmente no interior da irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre (Müller, 1999). Esses estudos estavam sendo discutidos no meio acadêmico no momento em que Reckziegel e Axt (2007) organizaram sua obra. Isso me leva a crer que, efetivamente, o olhar daqueles que se têm proposto a organizar ou escrever trabalhos sintéticos acerca da história do Rio Grande do Sul não se tem interessado por parcela significativa da população na Primeira República.

Parte dos estudos a respeito do pós-Abolição no Estado é posterior a essa obra (Weimer, 2008a; Gomes, 2008; Magalhães, 2010; Silva, 2011; Rosa, 2011). O primeiro dos trabalhos citados acompanha itinerários de antigos cativos no imediato pós-Abolição na serra gaúcha. Os seguintes tratam do associativismo negro nas cidades de Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Pelotas, e o último refere-se à relação entre negros e brancos, nacionais e imigrantes no bairro da Colônia Africana, em Porto Alegre. A coletânea de Silva, Santos e Carneiro (2008), por fim, reúne diversos estudos acerca da temática negra no Rio Grande do Sul.

Outra lacuna significativa acerca dos estudos sobre pós-Abolição no Rio Grande do Sul, para o qual o presente trabalho pretende apresentar uma contribuição inicial, diz respeito à reflexão sobre memória. Infelizmente, o empreendimento analítico de Ana Rios (2005a e 2005b) não encontrou continuidade. Assim sendo, os estudos de ponta dizem respeito à memória do cativeiro (Rios e Mattos, 2005), inclusive com iniciativas filmográficas (Abreu e Mattos, 2005 e 2007), limitando-se, porém, à região Sudeste. Assim sendo, é mais que salutar a tentativa de uma história da memória do pós-Abolição também para outras regiões do Brasil.

*Uma abordagem geracional de arranjos familiares*

O recorte geracional adotado por Ira Berlin (2006) para a escrita de sua história da escravidão estadunidense foi inspirador para o trabalho aqui realizado. Adotando a sucessão de gerações por que passaram os cativos como fio condutor de sua narrativa, o autor recupera a experiência da escravidão a partir de seus próprios agentes, desde os que vivenciaram o tráfico negreiro – "gerações da travessia" – até aquelas gerações que atingiram a liberdade. Entre essas, através das expressões "gerações da *plantation*",

“gerações revolucionárias” e “gerações de migrantes” o autor procurou dar conta dos efeitos do trabalho na grande lavoura, das grandes revoluções democráticas ocidentais de fins do século XVIII e do tráfico interno de escravos na vida dos próprios cativos.

O exemplo do trabalho do autor demonstra o quanto a abordagem geracional pode ser fecunda, e aproprio-me de sua proposta ao dividir a “*gente* da Felisberta”, *grosso modo*, em quatro gerações: “geração de escravos”, “geração de camponeses”, “geração de migrantes” e “geração de quilombolas”. Através delas, pretendo expressar aqueles que passaram pela experiência do cativeiro, o estabelecimento de um campesinato negro na região de Morro Alto, as movimentações populacionais de meados do século XX e a contemporânea emergência de etnicidades entre os descendentes daqueles cativos.

É bem verdade que a sucessão dessas possibilidades geracionais já sugere uma interpretação do processo de mobilidade social dos ex-escravos na região. No entanto, tais “gerações” foram propostas como hipóteses a partir de uma análise prévia dos dados disponíveis, e não postulada de maneira alheia a ela. Além disso, tais gerações expressam *tendências gerais* que, no entanto, estão sujeitas a marchas e contramarchas, que serão apresentadas de forma mais minuciosa na sequência dos capítulos. Reconheço, com Guedes (2008) e Machado (2008), que a mobilidade social é um fenômeno geracional, e não individual, assim como, com Barcellos (1996, p. 130), que se trata de um processo familiar. Porém, sublinho não se tratar de processo linear. Como procuro demonstrar nesta tese, inserções diferenciadas em relações de legitimidade ou ilegitimidade ou em alianças matrimoniais melhor ou pior sucedidas implicaram em possibilidades favoráveis ou adversas de mobilidade social.

Entende-se geração como algo mais do que um estrato demográfico ou uma sucessão de faixas etárias na população humana. A geração adquire existência autônoma quando possui uma identidade própria (Sirinelli, 1998). Uma faixa etária possui um sentido de pertencimento que extrapola suas dimensões biológicas, que é definida por experiências e problemas em comum.[34] Dando um exemplo, entrevistei um neto de

[34] Ver também Ricœur, 1985, p. 198, sobre o caráter sociológico, e não biológico, da noção de geração. Para o filósofo francês, trata-se de um campo histórico formado por uma cadeia de contemporâneos, antecessores e sucessores. Ricœur (2007, p. 290) observa, ainda, que o conceito de geração dá densidade aos de transmissão e herança, aspecto que veremos ainda quando assinalarmos, ao longo desta tese, os processos de herança e transmissão de ofícios, instrumentos de trabalho e nomes. Candau (2012, p. 142), por sua vez, destaca o lugar da memória genealógica/geracional na “consciência de sermos os continuadores de nossos predecessores”. Sobre a mesma discussão, ver ainda Mudrovcic (2009, p. 106-107) que, contudo, prefere falar em sobreposição do que sucessão de gerações, visto que mais de uma

Pulquéria, filha mais velha de Felisberta. Ele "regula em idade" com muitos netos de sua bisavó, e como tal, passou por experiências sociais similares, no caso, o êxodo rural que, como veremos, levou muitas famílias a partir de Morro Alto. Embora pertencente a um "extrato demográfico" diverso – trata-se de um bisneto –, é da mesma geração dos netos, na medida em que compartilha de suas experiências sociais. Sob outro prisma, o senhor mencionado não pertence à "geração de quilombolas", pois o processo vivenciado por outros bisnetos, bem mais jovens que ele, e mesmo outros a ele contemporâneos, lhe é alheio.

Para Nora, o conceito de geração mescla memória e história. Ela constitui um fenômeno puramente individual que, no entanto, possui apenas um sentido coletivo. Além disso, trata-se de uma noção por origem continuísta que possui, porém, um sentido de descontinuidade e ruptura (Nora, 1997, p. 2983). No caso específico de minha análise, cumpre observar, antes de tudo, onde se localizam tais descontinuidades ocultas por trás das pretensões de continuidade da sucessão geracional. Adiantando um pouco o argumento, elas parecem estar bem claras na geração a ser analisada no capítulo 6 que, no entanto, fundamenta suas demandas no tempo imemorial. Antes de inventariar continuidades e rupturas, porém, parece-me mais profícuo inscrevê-las no "diálogo dos tempos", na feliz expressão de Mattos (2005a).

***

Cabe ainda explicitar qual noção de família é aqui referida. Os autores da Escola Sociológica Paulista, informados pelo conceito de anomia, tendiam a não perceber a existência de relações familiares quando não equivalessem à família patriarcal ou às famílias nucleares modernas. No entanto, a bibliografia mais recente acerca da história da família tem dado maior atenção a arranjos alternativos, pluralizando o conceito de *família*, abandonando o comportamento familiar ocidental como modelo (Faria, 1997). No caso em questão, isso implica em analisar de forma arguta a maneira como as famílias eram constituídas e adquiriam significação segundo o ponto de vista dos moradores da região. Dessa maneira, as genealogias serão utilizadas de forma meramente acessória, como forma de ilustrar o fio condutor de uma história social, mas

coexistem no tempo presente. De qualquer maneira, a autora define a história do tempo presente a partir dessa noção, que articularia o tempo privado do indivíduo e o tempo público da história.

muito consciente de que elas não abarcam a complexidade das relações familiares vividas.

Barcellos (1996, p. 169-174), ao estudar famílias negras de classe média em Porto Alegre, observou uma pluralidade de modelos familiares vivenciados pelo grupo por ela estudado. Segundo a autora, existe uma sobreposição entre um modelo tradicional, comum em meios populares negros – que leva em conta parentes por afinidade e "ser criado junto" –, e outro moderno, urbano, "através da preservação de um canal de individualização expresso em rotas autônomas de inserção no universo das relações sociais extrafamiliares de amizade". Aparentemente, o processo de urbanização e ascensão social foi acompanhado por uma transição entre os dois modelos familiares. No entanto, esta análise extrapola os objetivos do presente estudo.

Finalmente, cumpre observar que pertença familiar não constitui fonte de direitos (Chagas, 2005a, Müller, 2006). Vínculos genealógicos não substituem os critérios de autoatribuição na determinação de direitos constitucionais. Assim sendo, seria possível questionar a validade em um estudo centrado em uma família. Se entendermos, com Weber (2004, p. 267-277), que as relações comunitárias étnicas se definem por uma *presunção de uma origem comum* e por *destinos compartilhados*, qual a relevância de investigar uma *origem comum* histórica e empiricamente *efetiva* quando não há necessariamente um *compartilhamento de destinos*? Como lidar com esse problema?

Respondo que, sim, é histórica – e mesmo antropologicamente – relevante descobrir em que pontos os destinos de segmentos populacionais com projetos outrora comuns se desviaram e se diferenciaram, a ponto de sua origem histórica ser esquecida ou negligenciada e os projetos então comuns divergirem. É o que veremos nos capítulos 2 e 3 e no quarto interlúdio de racialização, quando conheceremos as trajetórias opostas de Manoel Inácio e sua descendência e os parentes "italianos".

*Ser camponês, ser negro*

Certa vez, em um seminário, fui perguntado sobre a existência de um campesinato negro[35] na região. Evidentemente, meu interlocutor não tinha dúvidas sobre a existência de negros que eram camponeses, mas seu problema era se havia, verdadeiramente, alguma especificidade que os definisse como grupo e que os

[35] Para uma discussão acerca da utilização desse termo, ver adiante.

diferenciasse do campesinato "em geral". Respondi relatando uma história que dona Diva e sua prima, dona Eva, me contaram.[36]

Segundo elas, um fazendeiro – aparentado dos ex-senhores Marques, aliás – Manoel Machado, *não gostava de nego*[37] e tinha o hábito de passar atirando para o alto, para assustá-los, quando os via. Essa memória é muito viva na lembrança de dona Diva porque ela e suas irmãs escondiam-se no mato quando Machado chegava disparando e porque seus primos, Antônio e Teodoro, certa feita, fugiram pelo mato ao ouvir os tiros e *se rasgaram todos*. Vale lembrar que Antônio e Teodoro – conheci o último –, filhos de uma filha de Felisberta chamada Pulquéria, eram claros, mas ainda assim nos critérios sociorraciais locais, morenos.

É possível que as estratégias econômicas e demográficas de camponeses brancos e negros fossem as mesmas. Mas não só de economia e de demografia faz-se o tecido social. O fato é que diante de Manoéis Machados, a "cor" e a experiência do cativeiro poderiam contar, em muito, para as vivências e possibilidades sociais disponíveis. Toma-se aqui, portanto, como pressuposto, a existência de um campesinato brasileiro e, dentre esse, de um segmento negro com experiências e trajetórias históricas próprias. Ou, ainda, "não é por serem campesinas que tais comunidades deixam de ser étnicas" (Müller, 2006, p. 18).

Moura (1978) e Woortmann (1995) desenvolveram seus estudos no sentido de demonstrar, em contraposição a Chayanov (1979a e 1979b), o campesinato em função dos caracteres culturais por ele vividos e preservados, e não meramente através da ótica de sua economia e demografia. Compartilho da perspectiva das autoras, na medida em que desenvolverei aqui aspectos "culturais" como letramento, parentesco, nominação e memória, e dirijo-me a um segmento do campesinato selecionado a partir do *étnico* e de relações raciais de discriminação.

No entanto, creio que uma perspectiva que leve a cultura em consideração não pode prescindir, ainda assim, de uma abordagem chayanoviana. Se ela não basta para dar conta das características do campesinato, pela importância das características culturais, é evidente que o trabalho na unidade econômica camponesa tinha suas bases

[36] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório, Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório, Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

[37] As narrativas locais dão conta de que esse desgosto se devia ao fato do pai de Machado ter sido morto por um escravo. Para uma análise minuciosa das narrativas míticas acerca do episódio, ver Chagas, 2005a, p. 194-207.

no trabalho familiar e que essas famílias buscavam um equilíbrio entre a satisfação de suas necessidades de consumo e a autoexploração da sua mão-de-obra.

> Uso la hipótesis del balance subjetivo trabajo-consumo para analizar los procesos de las unidades de explotación y establecer el tipo de motivación de la actividad económica de la familia campesina (Chayanov, 1979a, p. 99).[38]

Silva (2004, p. 18), com base em Wolf (*apud* Silva, 2004, p. 31) sublinha que não obstante a diversidade das sociedades camponesas no mundo, a predominância do trabalho familiar é um aspecto de convergência entre elas. Os aspectos econômicos da definição de campesinato são necessários à delimitação desses *negros* como *camponeses*, da mesma forma como, a partir da cultura, pode-se definir esses *camponeses* como *negros*.

Os termos propostos por Chayanov (1979a) como definidores da unidade de produção camponesa – a busca de um equilíbrio entre a satisfação da necessidade familiar de consumo e a penosidade do emprego da mão-de-obra familiar – não levam em conta com maior acuidade a inserção do campesinato em circuitos mercantis. Outras perspectivas mais históricas dão conta de vínculos eventuais com o mercado,[39] a exemplo de Ciro Flamarion Cardoso:

> uma estrutura camponesa se define do ponto de vista econômico sobretudo por quatro características: 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, *sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado;* 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente, etc. (Cardoso, 1979, p. 52. Grifos meus).

O autor assim definiu a unidade camponesa apenas em sua dimensão econômica. A autonomia da unidade econômica camponesa foi tomada por Archetti, Fossum e

---

[38] [Uso a hipótese do balanço subjetivo trabalho-consumo para analisar os processos das unidades de exploração e estabelecer o tipo de motivação da atividade econômica da família camponesa.] Minha tradução.

[39] Thompson (1998b) refere contribuição de Thorner: “Sem dúvida nos desencaminharemos se tentarmos conceber as economias camponesas como orientadas exclusivamente para a ‘subsistência’, suspeitando de capitalismo sempre que os camponeses dão mostra de serem orientados para o ‘mercado’. É muito mais razoável admitir como ponto de partida que durante séculos as economias camponesas tiveram dupla orientação para ambos os fins. Dessa forma, é possível evitar muita discussão infrutífera sobre a natureza das assim chamadas economias de ‘subsistência’” (Thorner, Apud Thompson, 1998b, p. 441).

Reinton (*apud* Cardoso, 1979, p. 52) em termos de segurança no acesso à parcela, grau de relação direta com o mercado vertical (distinto de um mercado horizontal onde se efetua o intercâmbio entre compradores e vendedores de igual *status*) e grau de gestão, quanto à distribuição dos recursos disponíveis, do camponês sobre sua parcela. Efetivamente, intercâmbios comerciais são recorrentes na história humana e seria ingênuo esperar que camponeses não os realizassem.

*Mulheres e os interlúdios de racialização*

Existem dois aspectos aos quais eu não me irei furtar na análise realizada no presente estudo. O primeiro diz respeito às relações de gênero, e o segundo, às experiências de racialização. Hierarquias raciais ou aquelas que opuseram homens e mulheres estão presentes, o tempo todo, na trajetória da "*gente* da Felisberta", e assinalo a importância fundamental de ambos os aspectos nos caminhos e descaminhos tomados pela "*gente* da Felisberta". Ambas temáticas são *transversais* ao estudo realizado e têm presença constante nas memórias que os entrevistados compartilharam comigo. Porém, adotei estratégias expositivas diferentes para me aproximar das duas questões.

No que toca ao debate de gênero, procurei, como Davis (1997), mais do que assinalar a assimetria social entre homens e mulheres, demonstrar também as maneiras como elas procuraram subverter tais relações e tomar para si o protagonismo sobre sua história. Dessa maneira, assinalo tais questões nos momentos em que a narrativa tornou evidente a existência de situações desvantajosas para as mulheres, mas também as maneiras pelas quais elas procuraram tirar o melhor partido possível, em uma situação hierárquica, não se contentando com um lugar subalterno.

Uma chave interpretativa interessante acerca das relações entre homens e mulheres consiste em explorar a oposição apresentada por Gilberto Freyre (2006, [original de 1936]) entre o ambiente doméstico – a *casa* – e o público – a *rua*. Ainda que essa possibilidade de leitura da sociedade brasileira deva ser matizada pelo fato de ter sido formulada em relação ao espaço urbano, e não rural, e ainda para o período imperial, creio que esse universo simbólico deve ser levado em conta na definição dos espaços prescritos ao masculino e ao feminino no caso por mim estudado. O sociólogo pernambucano assinalou o ambiente da *casa* como um espaço de resguardo, no qual o domínio patriarcal assegurava o domínio sobre escravos, dependentes, esposa, filhos e filhas. Em contraponto a esse espaço hierarquizado, a *rua* aparece como um espaço de

perigo e desordem, no qual aquela autoridade não mais se impunha de forma assegurada. Sendo assim, nada mais lógico de que o espaço da *rua* fosse vedado, o máximo possível, às mulheres (Freyre, 2006 [original de 1936], p. 145 e 269).

Essa dicotomia pode ser fértil para pensar a sociedade brasileira em outros períodos. Roberto DaMatta propôs-se a uma antropologia do Brasil contemporâneo, na qual recuperou o mesmo par antinômico identificado por Freyre. Em uma primeira interpretação, o autor recuperou essa oposição nos mesmos termos freyrianos: a *rua* seria o espaço de descontrole e massificação, ao passo que a *casa* representaria o controle e o autoritarismo; portanto, o ambiente doméstico cumpriria o papel de comando dos homens sobre as mulheres. (DaMatta, 1981, p.70-71). Em estudo posterior, porém, o antropólogo fluminense qualificou esse argumento, ao assinalar que no Brasil contemporâneo a *rua* representa o ambiente da impessoalidade e caracterizado pela linguagem da lei, ao contrário do ambiente da *casa*, caracterizado pelas relações pessoalizadas e afetivas.

Curiosamente, o lugar do autoritarismo é deslocado para o ambiente da *rua*, já que para DaMatta, a linguagem da lei iguala, e ao igualar, subordina. Além disso, o estudioso desfaz a dualidade ao incluir um terceiro elemento, o *outro mundo*, o mundo do além, para ele, fundamental na gramática cultural brasileira (DaMatta, 1991). Como não me interessa neste estudo uma análise das convicções religiosas do grupo estudado, e tampouco de suas relações com a morte e com o além (embora considere um objeto pertinente, interessante e importante), deixarei de lado o terceiro elemento para centrar-me na oposição *casa-rua*. Algumas estudiosas – mulheres – trouxeram novos elementos que apontam nuances e, ao mesmo tempo, substancializam esse argumento.

Sandra Graham (1992) está de acordo com o fato de que o domínio da *casa* e da *rua* constituem categorias centrais do "mapa cultural" brasileiro, atribuindo a cada espaço as mesmas características ressaltadas por Freyre e DaMatta. No entanto, a historiadora demonstra com maestria, ao longo de todo seu livro, como atores sociais femininos transitaram no espaço da *rua* no final do século XIX e início do XX: criadas, lavadeiras, carregadoras de água, mulheres encarregadas de fazer compras no mercado. Livres e escravas. Estas, porém, estavam secundarizadas em relação às amas-de-leite, criadas domésticas, cozinheiras. As últimas eram encarregadas dos serviços da *casa*. A elas cabia conservar *puras* do ambiente *contaminado* das ruas. As demais estavam sujeitas a todo tipo de suspeição em relação a sua *virtude* por transitarem no espaço

público. Ou, ainda, relegavam-se tais tarefas a serviçais idosas e experientes, a quem se julgava capazes de defender-se, por sua experiência, e menos atrativas sexualmente.

Martha Abreu (1989) também demonstrou que os parâmetros culturais da moralidade popular, na *belle époque* carioca, não coincidiam necessariamente com a normatização jurídica. Pelo contrário, diversas moças transitavam pelo espaço da *rua* e empreendiam relacionamentos tidos como legítimos, ainda que não-coincidentes com a percepção de juízes, promotores e advogados. Existia, pois, uma tensão entre esses dois códigos, já que as moças precisavam dialogar com as prescrições jurídicas em eventuais processos de defloramento.

Claudia Fonseca (1997), por sua vez, fez uma análise histórico-antropológica acerca da condição de "mulher, mãe e pobre" durante a Primeira República. A autora, embora não trabalhe diretamente com a dicotomia *casa-rua*, argutamente percebeu o caráter *ideológico* dos valores daquela sociedade. Não necessariamente se concretizavam nas práticas sociais cotidianas. Não necessariamente eram seguidos à risca pelos grupos populares: as mulheres tinham que *batalhar* pelo sustento familiar e, como tal, transitavam pelos espaços públicos. Por outro lado, também não eram impermeáveis àqueles valores sociais moralistas e conservadores. Se as mulheres pobres trabalhavam ou mesmo se amasiavam, não estavam isentas de serem taxadas de "mulheres públicas",[40] dado que o espaço a elas reservado era o lar.

A defesa da *honra* das mulheres, conforme minha pesquisa demonstrou, era fundamental para o prestígio familiar e grupal. Era uma forma de metonímia. Destaco, ao longo do texto, o lugar simbólico ocupado pelas mulheres, em especial Felisberta, na formação da identidade familiar dos sujeitos pesquisados, lugar que é associado a uma percepção essencialmente racializada. Assim, sublinho a importância da mulher negra na autoestima e na autorrepresentação do grupo. No entanto, tais questões serão exploradas no fluxo do texto, sem dedicar um capítulo para tal, em virtude das já avultadas dimensões do trabalho.

Tampouco à questão da racialização dedicarei um capítulo, muito embora a entenda como fundamental para a compreensão da memória da escravidão, da memória familiar e da memória do pós-Abolição, ou ainda da "consciência histórica" (ver adiante) desenvolvida pelo grupo pesquisado. Todavia, tal questão perpassa todos os capítulos.

---

[40] Sobre a definição de mulheres e comportamentos honestos no Brasil de inícios do século XX, ver Abreu Esteves, 1989, e Caulfield, 2000.

Ao ler "O Jogo da Amarelinha", de Julio Cortázar (2009), ambicionei realizar em um estudo acadêmico a mesma coisa que o escritor argentino ousou fazer em sua obra: um livro que pudesse ser lido de maneiras diferentes. Bem-sucedido ou não, incluí em cada capítulo "Interlúdios de racialização", devidamente numerados, que poderão, assim, ser lidos como parte integrante dos capítulos dos quais fazem parte ou, ainda, em sequência, formando um único capítulo dedicado integralmente à temática da racialização. Ao gosto dos leitores. Advirto que a proposta, aqui, não é analisar os processos de racialização no âmbito das teorias raciais/racistas. Mais do que o plano ideológico, interessa-me investigar como a segregação operou no plano do *vivido* (ver Albuquerque, 2009). O delineamento de barreiras condicionou as possibilidades de atuação social dos sujeitos pesquisados.

Analiso o papel do ambiente escolar na internalização de hierarquias raciais. Contraponho a maneira como Manoel Inácio e Felisberta foram apontados na documentação escravista àquela como foram lembrados por seus netos. Analiso o registro policial e judicial das "cores" e também sua inscrição nos registros civis. Estudo o papel dos bailes na realização da segregação racial e a percepção dos entrevistados de seu papel como significado – ou metáfora –, por excelência, do *racismo*. Por fim, verifico o significado das "cores" na identificação pessoal e a transição de uma identidade "morena" para outra "negra". Creio que, ao acompanhar as temáticas dos capítulos, tais problemas oferecerão um belo panorama das experiências de racialização dos sujeitos pesquisados.

Talvez fosse mais prudente designar o segmento populacional estudado como um campesinato preto, pardo, moreno e misto, sendo fiel à designação de época que aparece em fontes como censos populacionais e registros civis. No entanto, assumo o risco do anacronismo em prol da economia verbal: efetivamente, o texto tornar-se-ia pesado e, possivelmente, pedante, se desfilássemos um rol de terminologias de "cor" de época a cada vez que tivéssemos que nos referir a um grupo social de camponeses diferenciados etnicamente e que passou pela experiência da discriminação racial.[41]

[41] Larissa Viana (2007) dispensou o uso de aspas a cada vez que referisse termos como preto, crioulo, pardo, mulato, branco, pessoa de "cor", etc. a fim de evitar o pedantismo. No entanto, ela sublinha o caráter hierarquizante de tais distinções, bem como seus conteúdos mutantes. Assim como a autora, não pretendo naturalizar categorias, e se os menciono eventual e genericamente como negros ou não-brancos, dedico os interlúdios de racialização para a discussão adequada de como tais termos aparecem na documentação e nas entrevistas. No meu caso utilizarei aspas quando me referir de forma substantivada às categorias de racialização – o termo "negro", o termo "pardo", etc. Porém, ao referir-me a sujeitos coletivos – "os negros fizeram isto", "o negro conquistou tais direitos" ou quando eles cumprirem função adjetiva – "campesinato negro", "testemunha mencionada como moreno", etc. as dispensarei. Jamais irei

No entanto, estou ciente de que o termo “negro” historicamente politizou-se durante a década de 1930, com a Frente Negra Brasileira e a Legião Negra, culminando em um processo de positivação décadas mais tarde, com o Movimento Negro Unificado (Gomes, 2005; Domingues, 2007). Além disso, reservo um interlúdio de racialização exclusivamente para a discussão de como a ressignificação desses termos operou na comunidade em questão. Por ora, adianto que, se “negro” não era uma categoria presente na documentação do registro civil, era utilizada na vida cotidiana dos sujeitos pesquisados.

Ao realizar a opção por utilizar “negro” como conceito analítico (recurso válido, desde que explicitado como tal, pois analistas não são obrigados a utilizar necessariamente conceitos êmicos[42]), estou plenamente consciente dos riscos de essencialização e até mesmo de uniformização decorrentes do uso indiscriminado do termo. Não é à toa que se está atento, por exemplo, à condição de Manoel Inácio e seus familiares como pardos, e que outras nuances de “cor” aparecerão ao longo dos interlúdios de racialização. Trata-se, em suma, explicito aqui, de um uso deliberadamente *instrumental* do termo, e assumo as implicações dessa opção. Nesse sentido, sigo os passos de Mello (2012, p. 87), que realizou a opção de genericamente utilizar o termo “negro” sem, contudo, descuidar das categorias êmicas de classificação racial, aqui discutidas nos “interlúdios de racialização”.

*Fontes: contando números, contando histórias*

Tem-se utilizado o cruzamento de fontes qualitativas e quantitativas na escrita da história, o que certamente representa um avanço em relação a uma oposição castradora entre narrativas e história serial. Eu também me proponho a fazer isso, porém, ao contrário do que muitas vezes é feito – toma-se o caso individual como *ilustrativo* da tendência coletiva –, provocativamente proponho-me ao contrário: *ilustrarei* as histórias de Felisberta, seu marido, seus filhos e netos com gráficos e tabelas expressivas de tendências gerais. Em outros termos, não pretendo avaliar se os casos particulares são *representativos* de tendências gerais, mas o contrário: analisar se situações gerais *representam* as tendências particulares.

---

inserir aspas no meio de citações de entrevistas ou fontes documentais. Quando me referir à família de meio-irmãos de Manoel Inácio, utilizarei aspas para “italianos” a fim de despertar estranhamento.

[42] Para a distinção entre conceitos analíticos e “nativos” – e a legitimidade de utilização dos primeiros –, ver Guimarães (2003).

Com isso, não quero inscrever meus personagens em um contexto estático, unificado e homogêneo (Revel, 1998, p. 27), mas perceber em que medida essas particularidades são eloquentes, inscrevendo-as como escolhas "em um campo de alternativas limitadas que constituem a 'fábrica da realidade social e psicológica do homem'" (Grendi, 2009, p. 48). Como destaca Loriga (1998, p. 247-248), não se trata do "paradoxo do sanduíche", em que se alternam camadas de contexto e de existência individual, mas utilizar atos particulares – que, a propósito, não são individuais e sim familiares – como forma de apreender atos sociais. Pretendo enriquecer meu trabalho com o que pode haver de melhor nas fontes geralmente consideradas mais "objetivas" – as seriais – e nas consideradas mais "subjetivas" – as orais – partindo do entendimento de que *toda* fonte encerra sua dimensão de objetividade e subjetividade.

Para análise dos corpos documentais, utilizo o método onomástico proposto por Ginzburg e Poni, (1991 p. 169-178), seguindo o nome na documentação primária de forma a acompanhar itinerários individuais e coletivos. Para tanto, o cruzamento de diversos tipos documentais é fundamental, para perceber a atuação dos indivíduos em diferentes instâncias do tecido social. No entanto, não me pretendo limitar a seguir os nomes como "fios condutores", problematizando também os significados sociais, políticos e culturais e hierarquias neles impressos (ver capítulo 5). Quando nos propomos à análise das práticas de nominação, os "nomes" perdem seu caráter de mero fio condutor e revelam-se um problema de investigação histórica.

Farei dois usos da documentação em poder dos netos de Felisberta. As guias de pagamentos de impostos territoriais que, com lapsos, abrangem os anos de 1899 a 1940, prestam-se à análise seriada, permitindo verificar a evolução da propriedade da terra, sua extensão e distribuição entre integrantes da "*gente* da Felisberta". Finalmente, a leitura em voz alta de partes desse corpo documental para seus portadores, além de dar um retorno da pesquisa aos pesquisados, permitiu fomentar relatos orais e perceber a relação estabelecida por eles com a documentação escrita (ver capítulo 1).

Um conjunto documental certamente merecedor de análise específica e mais aprofundada é o conjunto de fotografias de familiares guardado pelos integrantes da família em questão. No entanto, infelizmente, limitei-me a utilizá-las de forma ilustrativa de minha narrativa principal, embora saiba que elas constituem um sistema sígnico não-verbal passível de análise e interpretação, tanto quanto os textos escritos (Cardoso e Mauad, 1997). Não realizei esse tipo de abordagem por ele exigir um escopo

teórico e conceitual diferente do que aquele de que disponho, e não havia condições de dele apropriar-me de forma adequada, dadas a dimensão do estudo e a quantidade de aspectos de que deveria dar conta. O privilégio dado aos textos escritos foi, não há dúvidas, uma escolha metodológica, e a fiz por ter maior familiaridade com eles.

Voltando às entrevistas, parto do entendimento de Portelli (1996), segundo o qual as fontes orais não são dados brutos à espera da interpretação do pesquisador, mas já contêm interpretações dos próprios entrevistados. Sendo assim, não busco narrativas mais ou menos "verdadeiras", mas compreender em que medida os relatos apresentados tornam-se verdadeiros e adquirem sentido para os narradores nos variados contextos de locução. Pretendo estabelecer uma relação dialógica com fontes escritas, para que os relatos orais possam oferecer indícios para a pesquisa documental e a leitura de documentos escritos possa instigar relatos orais. Não acredito que isso tenha representado indução das entrevistas pois, conforme constatei, a oralidade é irredutível a possíveis direcionamentos dados por fontes escritas.

Percebo, pelo contrário, uma negociação entre a memória e fontes documentais. Nesse sentido, compartilho das observações de Arruti (2006 p. 37-38): "nos propomos a abordar a memória sem recorrer nem ao subjetivismo que a postula apenas como mito ou como justificação nem ao objetivismo que vê nela apenas uma fonte alternativa de reconstituição do passado" e Mello (2012, p. 156) "tomando o cuidado de não cristalizar os relatos sobre o território e não tratá-lo somente em sua dimensão 'simbólica'". Cabe sublinhar também a observação de Mattos (2004): "A ênfase nos depoimentos orais como eixo de análise não impede, porém, que sejam tomados como fonte de informações objetivas para o tema tratado, especialmente quando confrontados com outras fontes ou com outros depoimentos de contemporâneos". Assumir a possibilidade de dar *crédito* aos depoentes foi, na situação de pesquisa em questão, um compromisso político e ético do analista. Realizei um banco de dados temático e nominal para verificar como diferentes episódios e personagens apareceram na memória dos diferentes entrevistados.

Creio não ter aberto mão de parâmetros éticos ao não ter-me contentado em ouvir apenas os "informantes autorizados". Pelo contrário, familiares considerados "menos habilitados" me interpelaram para saber o motivo pelo qual, até então, não me havia interessado em ouvi-los. Sentiam-se preteridos. Mesmo nos casos em que houve oposição para tal, os principais informantes não se sentiram desautorizados ou

ofendidos por minha “desobediência”. Por outro lado, conforme os faccionalismos comunitários, outros segmentos poderiam não considerar aqueles meus “informantes autorizados” os mais indicados. Parece-me ser esse jogo extremamente relacional, negociado e situacional. Jamais é absoluto. Se Pollak (1989), em uma exposição mais breve de seus pensamentos acerca da memória, sublinhou que a escolha de testemunhas obedece a um “enquadramento da memória”, em outro trabalho (2000) assinalou um quadro muito mais dinâmico e sutil. Se a memória é enquadrada, ela passa por sub-enquadramentos e reenquadramentos, sobretudo em uma conjuntura tão dinâmica e efervescente quanto aquela da emergência de etnicidades em Morro Alto.

Cabe, ainda, discutir as condições de minha inserção em campo. Se, por um lado, eu já era conhecido por boa parte dos entrevistados, e tinha, inclusive, certo prestígio em função da pesquisa anteriormente realizada em função do relatório de reconhecimento de Morro Alto como “remanescente de quilombos”, foi um tanto quanto difícil desvincular as finalidades de ambas as pesquisas e esclarecer que o presente trabalho tem um objetivo estritamente acadêmico, que apenas indiretamente poderá incidir favoravelmente sobre sua luta – isto é, divulgando uma trajetória familiar.

Tal situação também foi percebida em 2003 pela antropóloga Miriam Chagas, que, ao realizar sua tese de doutorado não esperava “que essa condição [a de partícipe da pesquisa que resultou no relatório de Morro Alto e antropóloga do Ministério Público] fosse como em um passe de mágica descartada por eles” (Chagas, 2005a, p. 39-40). O fato é que o não foi mesmo entre 2008 e 2010, quando realizei o trabalho de campo. A associação como alguém que fez parte da pesquisa anteriormente realizada abriu-me portas; todavia criou, também, não negativas, mas resistências da parte dos céticos ou desgostosos com a morosidade do trâmite da titulação de Morro Alto.[43]

Optei por apresentar os nomes dos entrevistados por três motivos: em primeiro lugar, em se tratando de uma comunidade que luta pela titularização de suas terras como “remanescentes de quilombos”, é desejável, para ela, sua *visibilidade*. Além disso, na maior parte dos casos, obtive uma autorização, tácita ou explícita, para apresentar os nomes dos depoentes. Nos poucos casos em que não me senti seguro para fazê-lo, conservei o seu anonimato. Finalmente, tratando-se de um estudo no qual a nominação é

[43] Um exemplo da associação entre minha pesquisa e a anterior, para o reconhecimento de Morro Alto como “remanescente de quilombos” está em um episódio ocorrido na casa de dona Diva. Enquanto a entrevistava, fui procurado por um sobrinho que me trouxe sua certidão de nascimento e solicitou-me que a copiasse. Ao ver isso, seu primo, brincalhão, gritou “agora tu quer a tua parte no quilombo?”. Diário de campo de 9 de janeiro de 2010 em Osório.

um foco central de atenção, adotar nomes fictícios, além de ser artificial, praticamente inviabilizaria o trabalho.

Com o objetivo de não maximizar o preconceito linguístico tão presente em nossa sociedade, optei por grafar corretamente as falas dos entrevistados. Não interferi na sintaxe, na fluidez e na estrutura de seu discurso, mas achei conveniente grafar *dizer*, em lugar de *dizê*, *conosco*, em lugar de *com nós*, por exemplo, e outras adequações similares – mesmo porque o presente autor *também* possui vícios de linguagem. Todavia, a utilização da segunda pessoa do singular com a conjugação verbal da terceira pessoa – *tu foi*, *tu é*, *tu queria*, em lugar de *tu foste*, *tu és*, *tu querias* – é característico do linguajar rio-grandense – não apenas popular – e foi mantida como signo da gauchidade evidente nesta família negra.

Foram realizadas 36 entrevistas com netos, bisnetos, sobrinhos-netos e parentes afins de Felisberta e Manoel Inácio. Oito delas foram apontadas em diário de campo, quer por condições inadequadas de acústica, quer por qualquer outro motivo técnico ou prático que impedisse de gravá-las, 25 foram gravadas em áudio e três em vídeo, totalizando aproximadamente 24 horas e 45 minutos. Todas elas foram processadas e indexadas em um banco de dados no programa *Access*, com 991 registros temáticos e nominais. Nem todas as entrevistas foram "utilizadas", isto é, citadas em texto, com a mesma densidade analítica, porém, através da confecção do banco, todas elas contribuíram para me dar um panorama dos cenários sociais do meio rural rio-grandense, das movimentações populacionais rumo à cidade no pós-Abolição e da memória sobre tais aspectos.

O material reunido será incorporado ao acervo do LABHOI – UFF, tanto no que toca aos arquivos de áudio e vídeo, quanto no que diz respeito às transcrições, aos diários de campo, fotografias tiradas ao longo do processo de pesquisa e ao banco de dados elaborado para busca temática naquelas. Serão realizadas três exceções: em primeiro lugar, o caso daquelas entrevistas em que, por motivos diversos, não me senti à vontade para registrar os nomes dos informantes. Não tornar públicas as entrevistas é uma maneira de preservar seu anonimato. Nesses casos, utilizei o recurso de referi-los através de seus laços de parentesco (exemplo: "neto de Pulquéria Felisberta"). Em segundo lugar estão as entrevistas gravadas em fitas K7 no início dos anos 2000, que instruem um processo administrativo ainda aberto para titulação das terras de Morro Alto e das quais participaram outros pesquisadores. Trata-se de material de pesquisa

gentilmente cedido por terceiros. Finalmente, documentos e fotos particulares dos entrevistados não serão doados, já que obtive sua autorização exclusivamente para fins de pesquisa, e não para arquivamento.

***

Foi realizada a coleta de inventários e testamentos da família senhorial Marques, Osório e Nunes da Silveira, buscando reconstituir a trajetória de seus cativos, bem como consultado o catálogo de inventários on-line disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Localizei também os inventários de Manoel Inácio Marques e de Francisco Pastorino (padrasto de Manoel Inácio) e através de sua análise procurou-se dar conta da permanência de um campesinato negro na região e dos mecanismos de transmissão de terras de pai para filho.

Além da análise qualitativa da carta de alforria de Manoel Inácio Marques (não foi possível localizar a de Felisberta Inácia Marques), quantificaram-se as 260 cartas de alforria de Conceição do Arroio visando obter um padrão dos tipos de manumissão registrados em cartório. Foi realizada consulta ao catálogo on-line de cartas de liberdade disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Foram analisados os registros de batismo dos escravos de Conceição do Arroio e, especificamente, da "*gente* da Felisberta" e outras famílias aparentadas durante a escravidão e no pós-Abolição, verificando padrões de recrutamento de padrinhos e a condição jurídica dos integrantes da família ao longo dos anos.

Inventários, testamentos e cartas de alforria foram devidamente fotografados ou digitados e restituídos à família a que se referem. Como veremos no capítulo 1, tal procedimento não constituiu apenas uma retribuição ética pelos documentos por ele disponibilizados, mas também um veículo de acesso à relação entre oralidade e escrita.

Embora não tenha encontrado processos criminais envolvendo a "*gente* da Felisberta", localizei diversos envolvendo seus vizinhos, de forma a evidenciar tensões que opunham camponeses negros entre si e com fazendeiros brancos da região, bem como os mecanismos de negociação travados. Os processos criminais revelam-se merecedores de cuidados de ordem metodológica. Ao investigá-los, não busco uma suposta violência inerente aos homens livres na sociedade escravocrata ou mesmo pós-escravista (Franco, 1997). A violência é inerente ao tipo documental elencado, não a

qualquer tipo social em si. No entanto, os considero uma fonte de notável riqueza porque, ao investigar circunstâncias excepcionais, explicitam aspectos do social que não estariam presentes em outras fontes, por serem considerados demasiado óbvios ou ainda por seu caráter de exceção.

Foram consultados, no Arquivo Histórico de Osório, lançamentos de impostos municipais de Conceição do Arroio de inícios do século XX, analisados de forma qualitativa e quantitativa. Acompanhando o nome das famílias negras de Morro Alto, foi possível saber quais tinham o acesso legal à terra no ano de 1904.

Os registros civis guardados no tabelionato de Maquiné, acessados mediante autorização judicial, foram pesquisados em intervalos de cinco em cinco anos e quantificados, no sentido de verificar o registro da categoria "cor" dos indivíduos e de identificar um aumento na procura pelos registros civis por pretos e pardos depois de 1934, isto é, dos direitos trabalhistas assegurados pela legislação da era Vargas. Quantifiquei, ainda, censos populacionais da primeira metade do século XX.

*Mnemosine e Clio, Clitemnestra e Electra*

Segundo a mitologia grega, a deusa da memória, Mnemosine, era mãe das nove musas, divindades inspiradoras de poetas e literatos, músicos e dançarinos, astrônomos e filósofos. Sua dança trazia graciosidade aos banquetes olímpicos. Essas entidades, porém, podiam ser vingativas e cruéis, ao punir os mortais que as ousavam desafiar. Na época romana, conferiu-se a cada uma delas um domínio específico, dentre as quais Clio ficou encarregada da história – que, então, não era encarada como disciplina científica (Kury, 1990, p. 87, 270, 274).

Clitemnestra, por sua vez, em um famoso episódio trágico, era esposa do rei Agamêmnon, e por ele teria nutrido ódio mortal após o sacrifício de sua filha Ifigênia, a fim de propiciar bons ventos às naus gregas que partiam para Tróia. Junto a seu amante Egisto, tramou o assassinato de seu marido. Não satisfeita, Clitemnestra estendeu seu ódio aos filhos que tivera com sua vítima, inclusive Electra, que foi salva pela mãe de ser morta junto com o rei, mas passou a ser tratada como escrava. Como sangue é vingado com sangue, Electra jurou fazer justiça ao pai e ao tratamento por ela recebido, o que efetivamente realizou quando matou sua mãe com o auxílio de seu irmão Orestes (Kury, 1990, p. 87 e 119).

A perspectiva deste trabalho é de que a relação entre a "mãe-memória" e a "filha-história" deve ser tratada como a relação entre a deusa Mnemosine e a musa Clio, e não como a relação entre Clitemnestra e a heroína Electra. Não cabe à memória escravizar a história, e tampouco à história assassinar a memória. Que a musa Clio continue a dançar para os deuses, inspirada por sua mãe Mnemosine. Como fazê-lo? Uma revisão bibliográfica pode apontar algumas diretrizes interessantes para uma perspectiva harmoniosa de memória e história.

***

Diversos autores procuraram contrapor memória e história como pares antinômicos. Não interessa se a prioridade fosse concedida à memória (Péguy *apud* Bédarida, 2002, Halbwachs, 2006 [original de 1950]) ou à história (Yerushalmi, 1984, Nora, 1997, Pomian, 1999, Le Goff, 2003). Tanto aqueles que consideraram a primeira mais digna de interesse, por ser mais viva, rica e fecunda, quanto os que a condenaram por ser arcaica, carecer de criticismo, distância e meditação – propondo-se, pois, a tornar a memória em uma 'província' do território do historiador –, coincidem em um ponto fundamental: haveria uma oposição irredutível entre memória e história.

Segundo a interpretação de François Hartog (2003, p. 136), o autor de *Les lieux de mémoire* (Nora, 1997), não opôs [sic] história e memória, nem as confundiu, mas propôs que uma se servisse da outra. Talvez. Todavia, palavras textuais de Nora insistem nessa oposição que Hartog minimiza:

> Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que [sic] *tudo opõe uma à outra*. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (Nora, 1993, p. 9. Grifos meus).

Quando Nora propôs essa oposição, ele na verdade era tributário de discussões presentes entre estudiosos que o precederam. Yerushalmi (1984), como historiador do povo judeu, assinalou que a historiografia judaica nasce em ruptura com sua memória. O autor intrigou-se com as dificuldades de escrever a história justamente entre uma população tão afeita à memória e que traz no texto escrito – sagrado – a referência básica de sua identidade religiosa. A exemplo de Connerton (1993) e Sarlo (2007), tais reflexões pautaram-se pela saudável tentativa de marcar a independência entre a memória e a história; contudo, acabaram por vezes por demarcar uma oposição estéril entre ambas. Pomian (1999), por sua vez, descreveu longamente como a história autonomizou-se da memória, tomando-a, por fim, como seu objeto de estudo, reflexão e análise. Hartog (2003, p. 136) sublinha que Nora também propôs um novo campo: a "história da memória" – e talvez por isso, não perceba as oposições suscitadas pelo autor em questão.

Na perspectiva de Hartog, a memória torna-se um território do historiador e, como tal, a ele subordinada. No entanto, como Ricœur (2007, p. 397-400) criticou em Le Goff (2003) e Pomian (1999), transformar a memória em "matéria-prima", "território" do campo de análise do historiador não constitui uma superação da oposição entre história e memória. Pelo contrário, subordina a segunda à primeira.

Não obstante os prognósticos de Nora (1997 [original de 1984]) de que a memória passava por um rápido processo de desaparecimento – o que seria justificativo do inventário representado por seus *Lieux de mémoire* – o mesmo autor viu-se surpreso pela sucessão de discursos, comemorações e monumentalizações da memória francesa durante a década de 1980. Hartog (2003, p. 137) enfrentou o paradoxo de a memória ser evocada quando em vias de extinção. O autor propôs que a memória que hoje se manifesta é de natureza distinta da memória tradicional. Concordo com esse aspecto, e a ele tornarei, embora julgue precipitado – e desnecessário – qualquer prognóstico relativo a um eventual – para mim impossível – desaparecimento da memória social.

Considerações à parte, o fato é que alguns intelectuais viram-se incomodados por aquilo que entenderam como "abusos da memória" (Todorov, 1995). Uma série de leis, na França, que procuraram arbitrar legalmente interpretações do passado histórico – relativas ao tráfico de escravos e ao genocídio armênio (Heymann, 2006) –, gerou desconforto e insatisfação entre os historiadores, que acreditaram ver ameaçado seu livre pensar. Robin (2003, p. 19) trabalhou com o conceito de *memória saturada*,

observando, não desprovida de razão, que o excesso de memória é a outra face do esquecimento. De qualquer maneira, o que pretendo assinalar é que o discurso dos intelectuais francófonos oscilou de uma forma muito rápida entre o "declínio" da memória e o seu "excesso". Em ambos os casos, porém, a memória aparece como uma visitante indesejada, uma invasora nos domínios de sua filha.[44]

O mal-estar dos historiadores nos anos de 1990[45] face à profusão da temática da memória, e a influência de seus imperativos sobre a produção historiográfica pode ser percebida pela reflexão de Meneses (1992). A partir das – bastante corretas – constatações de que a memória passa sempre por um *trabalho*, uma *reconstrução* a partir do presente, está sujeita a enquadramentos, a silêncios e amnésias[46], e de que é necessária a compreensão de mecanismos, suportes, valores, referenciais, conteúdos, representações, agentes, práticas sociais, o autor proclamou a independência da história face à memória e a condição da última como objeto de estudos da primeira. Ainda que crítico à visão "cética e limitada" de Nora, o autor compartilha com ele a preocupação com que a história se tornasse "cativa da memória", e com a afirmação da especificidade disciplinar da história face àquela. Era o "estado da discussão" naquele momento. Hoje, todavia, é patente o desconforto de muitos historiadores com uma separação estrita entre memória e história (Seixas, 2004).

Certos autores ofereceram outras respostas à profusão de manifestações da memória a partir dos anos de 1980, trazendo desafios e questionamentos que levam a repensar as oposições entre memória e história usualmente defendidas. Para Rousso (1998), assim como para Hartog, a história da memória levaria à superação da dicotomia entre história e memória. Para o autor, não faz sentido opor as reconstruções do passado realizadas por historiadores profissionais daquelas operadas por indivíduos ou grupos. Nesse sentido, a memória tem uma história que cabe, também, ao historiador reconstruir. Em que pese, porém, a manifestação de Rousso contrária a essa oposição, creio que sua proposta ressente-se de uma discussão mais profunda da inter-relação

[44] É curioso que, embora a reflexão sobre a memória tenha vindo à tona de forma muito vigorosa durante a década de 1980 na França, o discurso dos historiadores geralmente tinha um tom virulento, ao sublinhar as limitações heurísticas da memória e ao separá-la de forma radical da historiografia. Por vezes algumas palavras de certos autores levam a crer em um menosprezo em relação à memória. Em seus *Lieux de mémoire*, Nora (1997, p. 24) utiliza o adjetivo *éradicatrice* para se referir à postura triunfante da história face à memória. Ora, esse adjetivo deriva do verbo *éradiquer* – fazer desaparecer um mal. Para Le Goff (2003, p. 29), a memória é *mítica, deformada, anacrônica*. Creio que essa postura depreciativa em relação à memória oculte uma postura agressiva/defensiva de tais historiadores diante do vigor daquela durante os anos de 1980 na França.

[45] Presente, todavia, em muitos estudiosos vinte anos mais tarde.

[46] Ver Pollak, 1989 e 1992.

entre memória e história. Existe ainda o risco de se cair na perspectiva de Pomian (1999), Nora (1997) e Le Goff (2003) de uma memória a ser contemplada como um objeto inerte e passivo sujeito ao olhar crítico do historiador. Wolikow (1998, p. 16) considerou exagerado estabelecer uma oposição entre memória e história, embora reconheça as diferenças entre ambas. Tais relativizações da oposição foram brandas. Todavia, existiram questionamentos mais radicais e que foram a fundo nessa discussão.

Fernando Catroga leva além o questionamento da separação entre memória e história, qualificando-a como cientificista e propondo, alternativamente, a admissão de seu caráter "ambíguo e indeciso". O autor discute que a história engendra memória tanto quanto o contrário (e veremos alguns exemplos neste estudo) e observa que "a *história-ciência* só será socialmente útil se radicar na *história viva* tecida pela tensão entre memória, esquecimento e expectativa". O autor chega, mesmo, a assinalar operações similares da memória e do trabalho historiográfico:

> outras características, apresentadas como típicas da memória (selecção, finalismo, presentismo, verossimilhança, representação), também se encontram no trabalho historiográfico, dado que, hoje, este não se cinge à busca de explicações por causalidade eficiente, e a visão linear, acumulativa, homogênea e universalista do próprio progresso dos conhecimentos sobre o passado é contestada. Afinal, a historiografia contemporânea também opera com uma perspectiva não contínua de tempo e reconhece a impossibilidade de se aceitar o vazio entre o sujeito-historiador e o seu objecto, o que matiza as pretensões à verdade total e definitiva, meta ilusoriamente defendida por paradigmas ainda imbuídos de positivismo (Catroga, 2001, p. 40).

Paul Ricœur, por sua vez, assinala que a querela de prioridade entre história e memória é indecidível (2007, p. 363), propõe o exorcismo da desconfiança de que a história possa ser "remédio ou veneno" para a memória, e ainda propõe a superação de "uma aporia paralisante que deve desembocar o debate incessantemente retomado entre as pretensões rivais da história e da memória de cobrir a totalidade do campo aberto, por trás do presente, pela representação do passado" (2007, p. 403). Interpretando o autor, Loriga observa:

> De início, para Ricœur, o historiador deve deixar de tratar os vestígios da memória como resíduos arcaicos ou como uma ficção da qual se deve desconfiar. Mais do que isso, deve deixar de reduzir a memória a um objeto entre outros – como fez às vezes a história das representações. Em compensação, deve reconhecer sua profunda dependência da memória, aceitar que ela seja sua matriz, seu solo de enraizamento. (Loriga, 2009, p. 25)

Dosse (2001 p. 79), por sua vez, observa que a história da memória também é proposta por Ricœur; todavia, a "objetividade em história passa então de suas ilusões lógicas para a sua necessária dimensão ética". Devo confessar que após anos trabalhando com memória, as provocações e propostas de Catroga e Ricœur soam-me particularmente interessantes e instigantes. Sou simpático a elas. Todavia, também me pergunto até que ponto elas – especialmente as de Catroga – instrumentalizam, em termos práticos, o ofício do historiador. Se servem para uma reflexão acerca de nossas competências e habilidades, de nossos métodos e teorias, no limite podem levar à dissolução de nossa especificidade disciplinar.

Catroga e Ricœur são "bons para pensar", talvez não tão "bons para fazer". Como levar a cabo o projeto (2007, p. 400) denominado por Ricœur como história cultural da memória e do esquecimento e Catroga (2001, p. 55), por sua vez, especificou como história social da memória e do esquecimento? Com efeito, se história e memória se assemelham tanto, para que serve um jardineiro no horto de Clio? Se a memória deve ser a matriz da história, como deve proceder o historiador para nela estar enraizado?

Felizmente, existem outros autores que apontam diretrizes para um "caminho do meio": preservando a especificidade do trabalho do historiador, sem dissolvê-lo em uma memória matricial, mas também sem trabalhar com uma oposição absoluta entre história e memória. Vou elencar aqueles historiadores que trazem contribuições nesse sentido, que são particularmente relevantes à minha pesquisa.

María Inés Mudrovcic (2009) destaca que a história do tempo presente lançaria por terra a pretensão epistêmica do conhecimento histórico de separar sujeito e objeto a fim de garantir uma reconstrução expurgada de interesses práticos. Ao reaproximar o pesquisador daqueles por ele estudados, temporalmente e em termos de engajamento político e compromisso ético – muitas vezes lembrados através da noção de "dever de memória" –, a história do tempo presente revelaria ser uma separação estrita entre memória e história demasiadamente simplista.

Enzo Traverso (2005) é bastante criterioso ao assinalar as distinções entre a memória e a história. No entanto, sublinha, também, a influência desempenhada pela história sobre a memória que, assim, não constitui mera matéria-prima. Segundo o autor, inexiste memória literal, originária e "não-contaminada". Para o autor, mais do que um simples campo de estudos, a interação entre memória e história cria "un champ

de tensions à l'interieur duquel s'écrit l'histoire" (Traverso, 2005, p. 32).[47] Portanto, a tarefa do historiador consiste não em evacuar a memória, e sim inscrevê-la em um conjunto histórico mais vasto. Foi por compartilhar dessa preocupação que historicizei – utilizando, sim, fontes orais – a trajetória da "*gente* da Felisberta" ao longo dos séculos XIX e XX: com a preocupação de inscrever a memória por mim analisada em tal conjunto histórico.

O autor tem ainda o mérito de problematizar aquilo de que falamos quando se pensa em memória, aspecto frequentemente secundarizado pelos intelectuais supracitados. Recuperando Walter Benjamin (*apud* Traverso, 2005, p. 12), o autor diferencia a memória denominada pela palavra alemã *Erfahrung*, que remete à experiência transmitida de geração em geração, forjando identidades grupais na longa duração – e é essa que se encontra nas três primeiras gerações analisadas neste trabalho – e aquela designada como *Erlebnis*, que remete à experiência vivida. Enquanto a primeira é característica de sociedades tradicionais, a última caracteriza a modernidade. Ela é individual, frágil, volátil, efêmera. Possui o ritmo e as metamorfoses da vida urbana, da sociedade de mercado, do liberalismo e do individualismo possessivo.[48]

Adiantando um pouco a argumentação do capítulo 6, os leitores deverão estar preparados para encontrar um declínio da memória *Erfahrung* e a surpreendente afirmação de uma memória *Erlebnis* que, contudo, revisita as narrativas tradicionais e delas se apropria. Isso se torna possível pelo fato da fronteira entre a memória individual e a memória coletiva do passado histórico não ser tão nítida quanto parece.[49] Com efeito, para Ricœur (1985), há um limite poroso entre um tempo público e um tempo privado, por ele designado como tempo anônimo. Se o avô pode ter contado, nos

---

[47] [um campo de tensões no interior do qual se escreve a história.] Minha tradução.

[48] Correndo o risco de ser demasiado ousado, acredito que boa parte das críticas usualmente dirigidas à memória se aplica muito mais à memória *Erlebnis*, do que à memória *Erfahrung*. Afinal, como sublinha Benjamin, face à modernidade – e utiliza como exemplo a leitura dos romances, solitária por definição – a figura do narrador, que transmite uma experiência de boca a boca para uma audiência coletiva a uma *história* [sic] contada, inicia seu declínio (Benjamin, 2000). Suponho ser o declínio da memória *Erfahrung* que Nora constatou, e o vigor da memória *Erlebnis* que o surpreendeu.

[49] Sarlo (2007, p. 24-29) expõe uma leitura um tanto distinta de Benjamin. A autora, que não faz a distinção entre os tipos de memória *Erlebnis* e *Erfahrung*, apresenta a argumentação do autor como uma melancólica constatação do esgotamento de relatos como consequência direta da dissolução de experiências no pós-Primeira Guerra Mundial. Assim, a autora refere uma contradição e um equívoco em seu argumento. O filósofo alemão oscilaria entre uma crítica a abordagens objetivistas e reificadoras do passado e os lamentos face à dissolução de referentes experenciais da narrativa. Ao mesmo tempo, ter-se-ia enganado ao prognosticar a escassez de testemunhos, quando se deu, justamente, o contrário. Para fins deste trabalho, considero mais adequada a perspectiva de Traverso (2005), que parece estar mais atento aos matizes qualitativos da memória discutida por Benjamin. Conforme perceberão os leitores, tais nuances serão fundamentais à análise aqui realizada.

tempos de juventude, fatos referentes a pessoas que não se pôde conhecer, a narrativa colhida da boca dos ancestrais encontra-se em intersecção parcial com a memória dos descendentes, intersecção produzida em um presente comum.

Alessandro Portelli, por sua vez, sublinha que, se correta, a distinção entre fatos e representações só pode ser percebida se os contemplamos de forma *conjunta*. Conforme o autor:

> Representações e "fatos" não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade de seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como *história* com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações. (Portelli, 1998, p. 111. Grifos originais).

Se substituirmos as palavras "representações" por memória e "fatos" por história, encontraremos um texto exemplar de como tal relação se dá para o autor de "O massacre de Civitella Val di Chiana". Em sua pesquisa junto aos habitantes desse vilarejo, vitimado por fuzilamentos dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, Portelli foi extremamente respeitoso e sensível à dor dos sobreviventes e à sua percepção do ocorrido sem, no entanto, ceder um milímetro sequer no rigor da prática histórica. O autor demonstra praticamente como a memória pode ser mais do que um problema a ser enfrentado pelo historiador ou, ainda, uma matéria-bruta a ser explorada como "fonte", mas tomada de forma dialogicamente enriquecedora para ambas.

Finalmente, Amos Funkenstein (1989) procurou superar a oposição entre história e memória através de um conceito intermédio, o de "consciência histórica". Para Funkenstein, uma vez que o historiador nunca se desvencilha totalmente da memória coletiva, trata-se de evitar o conflito entre ambas sem embaçar suas diferenças. Para tanto, reconhece que uma postura investigativa perante o passado não é privilégio da disciplina histórica: "I propose the concept of historical consciousness in the precise meaning as such a dynamic heuristic construct – the degree of creative freedom in the use and interpretation of the contents of collective memory".[50] Seu campo de estudos é

[50] [Eu proponho o conceito de consciência histórica no sentido preciso de tal construção heurística dinâmica – o grau de liberdade criativa no uso e interpretação dos conteúdos da memória coletiva.] Minha tradução.

o povo judaico, e diverge de Yerushalmi ao afirmar que o ato de rememorar não apenas retoma o passado, mas lhe dá sentido.

Para Funkenstein – são os exemplos por ele tomados – os povos de Israel e da Grécia possuíam uma consciência histórica que, em todo caso, passava pela liturgia, pela poesia e pela lei, e não necessariamente por uma disciplina histórica com pretensões científicas. Isso não significa que a consciência histórica se assemelhe à história tal como hoje a praticamos. Pelo contrário, não está isenta de mitos, ficções históricas, por vezes deliberadas, anacronismos e distorções. No entanto, trata-se de uma postura problematizadora, investigativa e questionadora face ao passado, ainda que não conforme as ferramentas críticas do historiador.

Embora os exemplos apontados pelo autor digam respeito a sociedades letradas, ouso lançar como hipótese que o grupo por mim estudado possuía, também, uma consciência histórica, embora analfabetos.[51] Após ter observado, muitas vezes, pessoas de idade reunidas falar sobre coisas antigas, percebi que seu olhar não as estava apenas *rememorando*, mas também lhe *indagando* e colocando *problemas*, nas convergências, divergências e lacunas de suas narrativas. Embora os documentos escritos, por eles guardados, tenham sido um "interlocutor silencioso" desde sempre, o contato com o texto escrito do testamento de Rosa Osório Marques, a partir dos anos de 1960 (ver capítulo 4) representou uma oportunidade a mais para o exercício de tal "consciência histórica", maximizando-a. Esse é meu problema central, a ser desenvolvido ao longo da tese, e é nesse sentido que investigo a oralidade, a relação com a palavra escrita, as experiências de racialização e o seu complexo sistema de nominação. Para mim, trata-se de veículos de expressão de sua "consciência histórica".

*Mapa de capítulos*

Por fim, resta apresentar o plano de capítulos aqui seguido.

No primeiro capítulo, apresento uma discussão acerca das práticas de letramento e da relação entre oralidade e palavra escrita no grupo estudado. Trata-se, ao mesmo tempo, de um estudo crítico da documentação conservada pela família, de suas práticas

[51] Peter Seixas propôs em seu livro a teorização acerca da noção de "consciência histórica". Admitindo-o, como Funkenstein, como um conceito intermédio entre a história e a memória, da mesma forma assinala que não existe "aquisição" de "consciência histórica" por parte de povos dela desprovidos. Ao propor uma leitura "inclusiva" dessa noção, rejeita sua especificidade como atributo da modernidade (Seixas, 2004, p. 9).

de transmissão e da maneira como a "*gente* da Felisberta" coloca em diálogo o escrito e o oral – sem saber ler, muitas vezes.

No segundo capítulo, apresento a experiência de Felisberta e Manoel Inácio, discutindo sua especificidade dentre os cativos da família Marques, especificidades essas que marcaram a trajetória familiar de uma forma mais genérica. Além de discutir como o cativeiro "foi" na região, procuro apresentar como meus entrevistados "lembram que ele foi".

No terceiro capítulo, discuto o estabelecimento de um campesinato negro na região, discutindo relação com a terra, sua propriedade legal e herança, busca por cidadania da parte do grupo através do pagamento de impostos, relações com fazendeiros, antigos senhores e entre si, mas também estratégias matrimoniais e relações travadas com o mercado.

No quarto capítulo, apresento os movimentos migratórios tomados pelo grupo em meados do século XX, desconstruindo a ideia de que eles se verificaram, apenas, no sentido rural-urbano. Analiso ainda as relações raciais estabelecidas no meio urbano em meados do século e a crescente demanda pelos registros civis.

No quinto capítulo, discuto as práticas de nominação adotada pela "*gente* da Felisberta", tentando vinculá-la a uma memória familiar da escravidão e do pós-Abolição.

No sexto capítulo, aprofundo a discussão sobre memória da escravidão quando comparo a memória da escravidão presente entre netos e bisnetos de escravos, relacionando um interesse renovado pelo passado escravocrata à demanda contemporânea pelo reconhecimento como comunidade "remanescente de quilombos".

Como exposto anteriormente, por fim, os capítulos contarão com interlúdios nos quais os processos de racialização serão discutidos de forma concomitante aos aspectos analisados ao longo dos capítulos.

# Capítulo 1 – Práticas de letramento: falado e por escrito

> Cuando terminó el libro, muchos de cuyos cuentos estaban inconclusos porque faltaban páginas, Aureliano Segundo se dio a la tarea de descifrar los manuscritos. Fue imposible. Las letras parecían ropa puesta a secar en un alambre, y se asemejaban más a la escritura musical que a la literaria (Márquez, 2006 p. 224)
> Melquíades le hablaba del mundo, trataba de infundirle su vieja sabiduría, pero se negó a traducir los manuscritos. 'Nadie debe conocer su sentido mientras no hayan cumplido cien años'. (Márquez, 2006 p.225)
> Era la historia de su familia, escrita por Melquíades hasta en sus detalles más triviales, con cien años de anticipación. La había redactado en sánscrito, que era su lengua materna, y había cifrado los versos pares con la clave privada del emperador Augusto, y los impares con claves militares lacedemonias (Márquez, 2006 p. 493-494).

Neste capítulo, pretendo discutir as relações estabelecidas pela "*gente* da Felisberta" entre a palavra escrita – embora analfabetos, apenas aparentemente a ela alheia – e a oralidade através da qual narram suas histórias e as experiências vividas, por eles e pelas gerações pregressas. Uma reflexão desta natureza implica na análise das concepções compartilhadas de memória, história e registro escrito.

Dona Aurora possui em sua casa, cuidadosamente embalados, documentos dos séculos XIX e XX. Foi por essa razão que, ao me conhecer, disse que de sua família tinha tudo em casa. Ela os herdara de sua mãe, que os ganhou de sua sogra e de sua cunhada, as quais receberam, respectivamente, de seu marido e pai, conforme o

organograma a seguir, no qual as flechas representam os circuitos de transmissão da documentação:

**Organograma 1 – Circuito de transmissão de documentos**

Hereditários, porém, não eram apenas os papéis, mas o hábito de conservá-los. Conforme me confidenciou, a "mania de guardar" também é uma herança.[1] Em certa ocasião,[2] perguntei para dona Aurora com quem ela gostaria que ficassem os papéis depois dela, e ela afirmou que deveriam permanecer com Manoel Inácio Marques Neto, o seu único irmão homem. A decisão de deixar para ele explica-se pelo fato de ela não ter filhos, mas também por características individuais de Manoel: ele é muito "interesseiro".[3] Isso implica, portanto, que a conservação dos papéis envolve interesses familiares. Quais serão? Voltarei a esse aspecto adiante.

Meu primeiro contato com esse fundo documental deu-se em uma reunião, em 20 de julho de 2002, com a Associação Comunitária Rosa Osório Marques, da comunidade de Morro Alto, da qual a família em questão é parte integrante. Na mencionada reunião estávamos na reta final de conclusão de nosso relatório de pesquisa, e havíamos solicitado aos moradores que levassem, para aquele evento, fotografias antigas e outros documentos que eventualmente tivessem em seu poder. Eis

[1] Diário de campo de Rodrigo de Azevedo Weimer. Dia 9 de fevereiro de 2008.
[2] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.
[3] "Interesseiro", entre os moradores de Morro Alto, não tem o mesmo significado pejorativo da linguagem corrente, aproximando-se, ao invés, de "interessado", porém com a nuance de denotar o indivíduo com elevada capacidade de ir atrás de interesses – individuais ou coletivos.

que dona Aurora apareceu trazendo, no interior de uma sacola de supermercado, um verdadeiro tesouro, em termos de documentação antiga.

Na semana seguinte, com calma e vagar, dirigi-me à sua residência, em Osório, e, com a sua autorização, pesquisei seus papéis. Realizei sua leitura e transcrevi parte deles, os que me pareceram mais relevantes do ponto de vista da pesquisa histórica então empreendida, dada a heterogeneidade do corpo documental. Particularmente dois foram utilizados no laudo de reconhecimento de Morro Alto como "remanescente de quilombos": um recibo de terras adquiridas, em 1890, por Manoel Inácio de um integrante da família senhorial, Manoel Osório Marques, e uma carta recebida por ele de Ana Osório Nunes, outra ex-senhora.

É difícil saber até que ponto outras famílias da região possuem documentos na profusão com que os descendentes de Felisberta os têm, na medida em que eles só se tornam públicos quando disponibilizados para pesquisa de historiadores, ato de desprendimento raro entre núcleos familiares de condição social similar. Todavia, tendo a acreditar que a "*gente* da Felisberta" tenha mais documentos do que seus vizinhos ou parentes. De qualquer maneira, parece-me que, nessa localidade, está invertida a lógica descrita por Artières (1998, p. 11), segundo a qual a ausência de papéis constitui anormalidade e a ausência de controle gráfico é índice de periculosidade.[4]

Pelo contrário, a raridade de registros escritos, seu caráter excepcional, parece ser a regra em Morro Alto. Os documentos em posse de Aurora Inácia Marques da Silva devem diferenciar a "*gente* da Felisberta" das demais da região: poucos núcleos da comunidade de Morro Alto parecem possuir tantos documentos antigos ou utilizá-los no sentido de "produzir presença" do ancestral (ver adiante). Ora, na comunidade em questão, o vínculo com o ancestral fundador de um ramo familiar é definidor do pertencimento a ele (Barcellos *et al.*, 2004), ressaltando o papel dessa documentação.

O tempo urgia, e o prazo para conclusão do relatório se estava esgotando. Assim, não foi possível dar uma utilização exaustiva para aqueles ricos papéis. Os anos foram passando, Morro Alto foi reconhecida, no entanto aquele fundo documental de inegável valor histórico – escritos envolvendo um ex-escravo e seus familiares – seguia inexplorado. Então, já em 2008, quando me preparava para fazer o doutorado, decidi deter-me novamente sobre esses documentos, por entendê-los merecedores de um investimento analítico consistente. Então, munido de uma máquina fotográfica, retornei

[4] Parece-me que, por não levar em conta estratos sociais iletrados e por se debruçar majoritariamente sobre o meio urbano, esse autor hiperestima os imperativos sociais no sentido do autoarquivamento.

à residência de sua guardiã, e os encontrei arquivados no interior de uma bolsa, e não mais no interior de sacola plástica.[5] Fotografei todos os documentos, porém diversas imagens ficaram tremidas e propus-me a repetir o trabalho.

Era necessário reproduzi-lo o quanto antes, pois aquele patrimônio poder-se-ia desagregar. Em uma de minhas visitas a dona Aurora, ela solicitou-me que lesse um documento para uma sua prima que ali estava presente, de visita. Constatando que era um bilhete do avô da visitante para sua avó, ela lhe deu de presente, como uma recordação![6] Dona Aurora não compartilha da concepção de que acervos documentais são indivisíveis, e como proprietária dos documentos pode dá-los para quem bem entender. No entanto, o meu dever como historiador era viabilizar uma forma de conservação do corpo documental, o quanto antes.

Percebendo-me interessado – ou "interesseiro", no termo positivado da comunidade –, dona Aurora autorizou-me a xerografar seus documentos. Não o fiz com todos, mas apenas com aqueles mais antigos e cuja importância considerei maior. Fiz isso – o ideal teria sido reproduzir todos, independentemente de meus critérios subjetivos de "importância" – para não abusar da confiança de dona Aurora, permanecendo tempo demais afastado com a documentação. Afinal, ela deixou-me sozinho com um legado de seus avós, em um ato que me emociona até hoje. Eu contei os documentos, antes de levá-los para copiar, e ao retornar, iniciei a contar novamente, para demonstrar que os devolvia em sua integralidade. Fui interrompido por ela, que disse: "Não precisa. Eu confio em ti". Essa confiança passa, evidentemente, por um bom uso das fontes que ela me estava disponibilizando, mesmo que não fizesse idéia de em que consiste o meu trabalho,[7] nem de porque, afinal, aqueles papéis faziam de mim tão "interesseiro".

O interesse familiar naqueles papéis era claro e indubitável. O de um estranho não podia ser explicado, por mais que eu me esforçasse em dizer-lhe que eu gosto de saber das histórias do passado, das histórias dos "antigos", e por mais que ela

---

[5] O que demonstra, talvez, que a relevância dada aos documentos no processo de pesquisa tenha levado dona Aurora à decisão de conservá-los de uma forma mais "nobre".

[6] Trata-se de Tibério, camponês negro da região do Morro Alto que protagonizou um processo criminal discutido no capítulo 3. Por sorte, fiquei com uma transcrição do documento – muito importante, um convite para participação em uma festa de São Benedito. Não é uma cópia fotográfica ou xerográfica, mas é melhor que nada.

[7] Como dito no "mapa da tese", os moradores frequentemente associam a pesquisa realizada para o doutorado com aquela empreendida para o seu reconhecimento como "remanescente de quilombos". Apesar dos repetidos esforços por explicar a verdadeira natureza do trabalho mais recente, frequentemente vi-me obrigado a prestar esse esclarecimento novamente.

conhecesse o livro que foi publicado a partir das pesquisas realizadas anteriormente. No entanto, nenhuma dessas justificativas parecia bastar, pertencendo, pelo contrário, o acesso à documentação à ordem da confiança.[8]

*Os documentos guardados dentro da bolsa*

Uma característica marcante desse corpo documental é a sua heterogeneidade. É composto por fragmentos juntados ao longo de décadas, cuja relevância era avaliada por indivíduos incapazes de discernir o conteúdo de papéis juntados ao conjunto. Não há, aqui, qualquer intenção autobiográfica, conforme Artières (1998, p. 11) propôs aos arquivos privados: trata-se de um testemunho ao mesmo tempo voluntário e involuntário, nos termos de Bloch (1987, p. 52). Voluntário na intenção de sua composição (embora não na sua constituição como fonte histórica, como acervo passível de utilização para reconstrução de um passado), involuntário no controle sobre o que dele faria parte, afinal, aqueles que juntaram aqueles papéis não eram alfabetizados e não tinham pleno domínio do que ali se registrava. Isso constitui, talvez, sua maior riqueza: há os mais variados tipos de fonte – convites para participação em festas religiosas comunitárias, orações, santinhos, poemas, donativos à igreja local, documentação referente a direitos trabalhistas, regulamentos de cemitérios, guias de sepultamento, receituários médicos, anotações de créditos e débitos, notas de aquisições realizadas em empórios e armazéns, registros de dívidas,[9] dentre outros.

São documentos incríveis, os quais o historiador dificilmente terá condições de encontrar juntos, mas ao mesmo tempo de difícil trato, dado o seu caráter esparso. Sequer me proponho a dar conta de todas as possibilidades de análise por eles abertas. Aqui discutirei o acervo como um todo, visando à relação entre oralidade e palavra escrita, com especial atenção às correspondências. Meu problema são os motivos que, considerando o limitado acesso à palavra escrita, levaram os integrantes dessa família à conservação desses papéis.

---

[8] Segundo Prochasson (1998, p. 108), quando está em jogo o acesso a arquivos pessoais, "Procedimentos visando a criar confiança, que podem às vezes resultar numa cumplicidade amigável ou mesmo numa amizade franca e plena, constituem a base de toda aproximação".

[9] Esse registro de dívida encontra-se no verso da Correspondência Passiva 8 (ver adiante). Segundo Jack Goody, "Recordar quais são as dívidas e a quem se deve (para poder agradecer e mais tarde retribuir), é um processo complexo. O registro escrito, pelo contrário, assume uma forma tremendamente simplificada e tremendamente abstrata, por si já categorizada; consiste no nome do autor do empréstimo e na quantidade oferecida, acrescentados às vezes seu local de residência, e sendo-lhe atribuído freqüentemente um número" (Goody, 1988, p. 100). O texto, anotado a lápis no documento é: "José Francisco Pastorino deve a Manoel Inácio 13$000". Trata-se de empréstimo realizado entre meio-irmãos.

No capítulo 3 analisarei documentos esparsos. A documentação particular, provavelmente devido aos grupos sociais que usualmente abrange, vem sendo mais explorada pela história política e dos intelectuais, parecendo, portanto, uma contribuição interessante utilizá-la para a escrita da história social mais *rés-ao-chão*, sem, contudo, a pretensão de apresentá-los como passíveis de estabelecer a diferenciação entre o *verdadeiro* e o *falso* (Prochasson, 1998, p. 113-114). Por outro lado, ao possibilitar a discussão da relação entre cultura escrita e oralidade, abre uma janela para a história da memória.

Do ponto de vista da demanda fundiária em que a comunidade está inserida, o documento de maior destaque é o mencionado recibo através do qual Manoel Inácio – apesar de ser marido de uma herdeira de uma doação de terras – adquiriu um terreno a seu ex-senhor. Além desse, temos uma série de guias de pagamento de impostos territoriais. Iniciada em 1899, ela vai até 1941, com algumas interrupções.[10] Essa documentação é relevante para a escrita de uma história agrária da presença dessa família na região e, em um contexto de demandas fundiárias, como comprovação de uma ocupação territorial contínua até a década de 1940, pelo menos.

As correspondências trocadas pela "*gente* da Felisberta" na primeira metade do século XX são importantes para delinear sociabilidades e afetos em que ex-escravos e descendentes estavam inseridos. A correspondência datada mais antiga é de 1903, e a mais recente, de 1947. Temos 24 cartas, que podem ser divididas em dez correspondências passivas e quatorze ativas.[11] A rigor, todas são passivas, isto é, foram recebidas pela família em questão e guardadas por ela, mas no caso das classificadas como ativas elas também foram escritas por familiares, de forma que serão essas que nos permitirão investigar sua produção, práticas de escrita e existência ou não de delegação de escrita (ver adiante). Eu ordenei esses documentos e atribui-lhes uma numeração, em ordem cronológica, de tal forma que temos CP8, CA6 significando correspondência passiva número 8, correspondência ativa número 6.

Dessas cartas escritas por sua *gente*, a maior parte delas foi dirigida por filhos para dar notícias à sua velha mãe, com duas exceções: uma para um irmão, outra de sobrinha para tia. Na maior parte, elas tinham por signatária Rosalina Inácia Marques, uma filha de Felisberta que foi residir em Conceição do Arroio.[12] O outro filho que

[10] Ver capítulo 3.
[11] Ver relação completa entre as fontes escritas.
[12] A migração de Rosalina será analisada no capítulo 4.

mandou uma carta é Ladislau, provavelmente durante uma viagem. Temos, ainda, uma correspondência escrita por Ercília, filha de Rosalina, para sua madrinha e tia Angélica, e missivas não assinadas, mas cujo conteúdo permite perceber serem internas ao núcleo familiar. Uma exceção é uma carta (CA14) dirigida de Manoel Inácio para seu tocaio[13] Manoel Isabel, ou seja, para alguém de fora do núcleo familiar. Considerando improvável que o signatário tenha feito duas vias da carta para guardar uma, deduz-se que se trata de missiva nunca enviada, ou ainda presenteada ao patriarca ou família, em um circuito comunitário de recordações, conforme exemplificado anteriormente.

*Práticas de produção da documentação*

Neste ponto, discutirei de que forma foram produzidas as cartas identificadas no ponto anterior como correspondência ativa da família em questão. Analisarei a existência de "índices de oralidade" na correspondência, a fim de que esses índices possam contribuir para elucidar se as cartas foram escritas diretamente pelos signatários ou se, pelo contrário, foram ditadas por eles para alguém dotado da capacidade para escrever, no fenômeno denominado "delegação de escrita". "Índices de oralidade" tratam-se da presença de indícios, na palavra escrita, de uma tradição oral ou mesmo de um registro escrito de falas verbalizadas oralmente – a exemplo da transcrição de discursos parlamentares:

> Por "índice de oralidade" entendo tudo o que, no interior de um texto, informa-nos sobre a intervenção da voz humana em sua publicação – quer dizer, na mutação pela qual o texto passou, uma ou mais vezes, de um estado virtual na atualidade e existiu na atenção e na memória de certo número de indivíduos. (Zumthor, 1993, p. 35).

A fim de verificar o lugar ocupado pela oralidade na "*gente* da Felisberta", em sua relação com a sociedade que a cercava na primeira metade do século XX, peço aos leitores licença e paciência para examinar, de forma breve, a teorização acerca da sua relação com a palavra escrita. Zumthor (1993, p. 18) define a existência de três tipos de oralidade: a primária, correspondente ao caso de sociedades nas quais inexiste qualquer contato com a palavra escrita, a mista, "quando a influência do escrito permanece

[13] Um dicionário um pouco posterior a esse documento define tocaio como homônimo. No caso, dois Manoéis. (Figueiredo, 1913, p. 1962.)

externa, parcial e atrasada" e a oralidade segunda, quando se trata de um meio no qual a escrita "tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário".[14]

No caso da "*gente* da Felisberta", trata-se da oralidade segunda, pois suas formas de interação com o Estado, como veremos no capítulo 3, a exemplo dos impostos – e eventualmente entre si, no caso das correspondências ora analisadas –, dão-se mediadas pela palavra escrita. Isso é importante, pois a configuração da oralidade quando a sociedade envolvente desconhece o escrito é radicalmente diverso daquele em que ele é usado largamente.

Para Goody (1987, p. 269), a discrepância entre linguagem escrita e oral, bem como as diferentes pronúncias decorrentes, constituem um poderoso fator de discriminação de classes sociais. Não dominar a palavra escrita em um meio em que todas as transações oficiais dependem do uso desta implica, além de um estigma, em uma dependência de outrem que "terceirize" tal função. Nesse caso, aqueles que desconhecem os códigos escritos são levados, assim, a adaptarem-se, apelando para a modalidade aqui denominada "delegação de escrita".[15] Conforme veremos no primeiro interlúdio de racialização, hierarquias raciais operavam no acesso, ou não, à possibilidade de alfabetização.

Não é possível, não obstante, opor de forma binária aqueles que possuem o domínio, ou não, da palavra escrita. A noção de letramento é tomada por Goody, definindo sujeitos sociais como letrados ou iletrados. O que diferenciaria iletrados de analfabetos é que os primeiros não são leitores, embora não necessariamente sejam incapazes de fazê-lo, como os analfabetos. Há diversos graus de indivíduos parcialmente alfabetizados que se inserem entre os iletrados (Goody, 2007, p. 165).

É legítimo interrogar-se acerca de se os familiares redigiram suas cartas de próprio punho ou delegaram sua escrita para alguém. Zumthor (1993, p. 45-46) apontou, como primeiro "índice de oralidade", os abundantes "tiques de composição, ou de vocabulário", isto é, "refugos textuais" que demonstrariam a persistência, no escrito, de fórmulas orais que funcionavam como amparo da discursividade verbal. Tratar-se-ia da reprodução escrita dos elementos "mais estáveis na tradição oral". Convém sublinhar, contudo, que não é a elevada ou baixa quantidade de "índices de oralidade" que

[14] Alternativamente, Walter Ong subdivide as sociedades humanas entre as que utilizam a oralidade de forma primária (ignorando completamente o uso da escrita) e secundária (no mesmo sentido da oralidade segunda de Zumthor) (Ong, 1998).

[15] Não se trata de vitimizar aqueles que não possuíam o domínio da palavra escrita. Pelo contrário, trata-se de verificar, como, ativamente, puderam apropriar-se, através da delegação da escrita, de um meio de comunicação que a princípio lhes era alheio.

implicará, necessariamente, na caracterização de um texto como delegado, mas sim a natureza desses índices.

Nas cartas por mim analisadas, aqueles “tiques de composição”, longe de serem elementos enraizados na tradição oral, parecem ser, pelo contrário, fórmulas estereotipadas oriundas de normatizações da redação de cartas, conforme se vê no quadro abaixo: prescrições de bons modos na prática epistolar. Os trechos selecionados foram agrupados de forma temática, para perceber melhor as recorrências de fórmulas utilizadas:

**Quadro 1 – Fórmulas estereotipadas na redação de cartas – primeira metade do século XX**

| Fórmula[16] | Carta |
|---|---|
| **Votos de saúde** | |
| "Muito estimarei que estas mal-traçadas linha vão te encontrar gozando boa saude" | CA1 |
| "Estimo que estas va encontrar todos de perfeita saúde" | CA2 |
| "eu istimo que porai vãom todos consaude" | CA5 |
| "Estimo que ao receber esta va gosando perfeita saude em companhia de suas filha" | CA10 |
| "mamãe desejo que esta va le encontrar com saúde com todos" | CA13 |
| "Estimo a tua saude e a de tua familia" | CA14 |
| **Saudações e felicidades** | |
| "Saudações e Felicidades. Em primeiro lugar desejo-te, saude e paz e prosperidade junto com sua querida família" | CA7 |
| "Saudações e felicidades" | CA8 |
| "Saudações e felicidades" | CA11 |
| **Levar e solicitar notícias [pegando a pena ou lápis]** | |
| "Muito estimo que vão estas a fim de contar notícias minhas e para saber tuas" | CA3 |
| "tive hoje o praser de pegar na penna ao fim de nottar estas poucas linhas" | CA4 |
| "hoje tenho o fim de pegar a mão a pena escerver esas mal tarsadas linha" | CA5 |
| "hoje tive a oportunidade de pegar a mão no lapis ao fim de dar noticias minhas e ao mesmo tempo saber noticias suas" | CA8 |
| "Com prazer peguei a mão no lapis para le participar que se as cousa correr bem para nos" | CA9 |
| "Oje peguei, na pena para dar noticias nossas e no mesmo tempo saber noticias suas". | CA10 |
| "hoje com imenso prazer que levo a mão em meu lápis para dar notícias minhas (...) e ao mesmo tempo para saber notícias suas" | CA11 |
| "Prezada mãe, com muito prazer e felicidade eu peguei a mão no lapis para darte noticias minhas e ao mesmo tempo saber noticias suas" | CA12 |
| **Lembranças a familiares** | |
| "muita lembranças a todos da casa um abraço na mamãe e otro na afilhada" | CA1 |
| "saudades e lembranças a minha madrinha e todos de meus parente, sem mais nada peço aceitar um abraço do seu filho que lhe estima" | CA2 |
| "lenbarnsas para todos da cazas um abraso a mia filhada" | CA5 |
| "lebaça para o povo da casa um abraso em minha querida Mamãe um abraso na minha querida a filhada um abraso na minha madrinha um abraso na minha tia" | CA6 |
| "E um abraço a minha afilhada Beta e a todos de casa". | CA9 |
| "Lembrança minha querida madrinha Angelica" | CA10 |
| "Lembrança para todos da casa e abraço na minha afilhada Beta. Terminando queiras aceitar a lembrancas e saudades a meus e minha irmãs" | CA10 |
| "Queiram aceitar minhas irmãs, irmãos, comadres e sobrinhos um forte abraço meu. Um apertado abraço nas minhas queridas afilhadinhas e sobrinhas Évinha e Beta e lembrança a todos os conhecidos". | CA11 |
| "termino o assunto enviando-lhe mil recomendações de sua filha" | CA4 |
| "E no maz é só por hoje, só q. asseitar lembranças dessa tua comadre" | CA3 |
| "Um abraço a cada um e a benção minha querida Mãe um abraco para a minha madrinha e para a de [ilegível] lembranca para todos de casa". | CA7 |
| **Bênção** | |
| "Mil saudações e a bença de sua filha" | CA9 |
| "De vossa filha que lhe pede a bênção" | CA10 |
| "A minha querida mãe peço a bençao e ofereço um forte abraço e um beijo desta filha que vive ausente". | CA11 |
| "queras aceitar lembrança de sua amada filha e queras me abençoar" | CA12 |

[16] Optou-se pela manutenção da grafia presente nas cartas, não exatamente pela fidedignidade à escrita de época, mas por ser fundamental na questão aqui investigada, se se trata de uma escrita direta ou delegada. Assim, poupar-me-ei de redigir [sic] em cada palavra divergente da língua portuguesa formal culta contemporânea.

Talvez pareça exagerado afirmar que práticas como estimar a saúde do destinatário, enviar lembranças a um familiar, dar notícias e solicitar as mesmas, ou ainda um ritual de respeito como a bênção possam representar fórmulas estereotipadas de manifestação. No entanto, o que está em jogo não são tais práticas – parte de uma economia do afeto (Elias, 1990) e como tais, nada tendo de excepcional –, mas *a forma como se expressam*. São recorrentes as partículas "estimo que esta vá te encontrar gozando de saúde", "saudações e felicidades", "peguei a mão no lápis (ou na pena)", "lembranças para todos de casa e abraços para ...", "peço a bênção" que, se não são estruturais, se repetem de forma constante. Não acredito que elas representem uma especificidade do grupo analisado, mas, antes, dêem conta das práticas epistolares relativamente comuns em Conceição do Arroio, de uma forma mais geral, entre as décadas de 1900 e 1940.[17]

Outro ponto a ser assinalado – e que os leitores poderão parcialmente acompanhar pelo quadro – é que a caligrafia e a ortografia utilizadas nas correspondências variam. Tomemos duas cartas dirigidas por Rosalina Inácia Marques a sua mãe e comparemos os trechos apresentados das mesmas (CA5 e CA7): "eu istimo que porai vãom todos consaude" "lenbarnsas para todos da cazas um abraso a mia filhada" [CA5] são contrastantes com o trecho "Saudações e Felicidades. Em primeiro lugar desejo-te, saude e paz e prosperidade junto com sua querida família" [CA7].[18]

Nessas cartas, há variados graus de domínio do idioma escrito por parte da mesma signatária. Outros documentos apresentam graus intermediários entre esses casos extremos, de maior e menor capacidade de grafia. Caligrafias e ortografias são, em suma, heterogêneas nas cartas que Rosalina enviou a sua mãe. Raras são as missivas perceptivelmente redigidas pelo mesmo sujeito. Isso sugere que ela apelou a diversos indivíduos ao longo da vida, solicitando-lhes que lhe escrevessem cartas. Para tanto,

[17] Hansen (2000, p. 81), ao estudar a linguagem luso-brasileira do seiscentos, constatou que esta é, "antes de tudo uma jurisprudência ou usos autorizados dos signos prescrevendo que todas as imagens, discursivas, plásticas, musicais, gestuais, devem ser *boas* imagens, reguladas ou controladas em regimes analógicos de adequações verossímeis" [grifos originais]. Sublinhando, destacando e respeitando a evidente dessemelhança histórica entre o corpo discursivo analisado pelo autor e aquele que ora observo, e assumindo o risco de anacronismo, não deixa de ser surpreendente encontrar, trezentos anos após, um relativo grau de formalização da linguagem escrita. O que é ainda mais significativo é que essa estruturação do texto segundo fórmulas de polidez verifica-se entre grupos populares, ao contrário da escrita erudita dissecada por Hansen. Se isso depõe a favor de uma escrita delegada – alguém escreveu para eles segundo as normas formais aludidas –, também há que se levar em conta que os sujeitos a quem os pais e avós dos meus entrevistados confiavam a escrita de suas missivas não deviam ser tão assimétricos socialmente em relação a eles, apesar do domínio da palavra escrita.

[18] Para relativizar esse contraste, é bom lembrar que a caligrafia do documento CA5 é mais legível do que a do CA7, mesmo esse tendo sido redigida por alguém com maior domínio da linguagem escrita. Não existe, portanto, correlação direta entre caligrafia e ortografia.

deve ter recorrido a quem oferecesse maior disponibilidade, levando em conta relações micropolíticas. A oportunidade de solicitar a escrita de uma carta para alguém mais escolarizado não estava sempre disponível, e deve ter sido aproveitada quando surgiu.

Em outras ocasiões, é possível que se tenha apelado para sujeitos de escolarização desconhecida, bastando para a escolha o critério de saber escrever ou não, além, é claro, da confiança depositada nele. Pergunto aos leitores: qual crédito vocês confeririam para delegar a alguém o poder de comunicar por escrito suas palavras? A quem confiar essa tarefa? Não é questão simples, e certamente era cuidadosamente considerada pelos familiares dos entrevistados no momento de solicitar que escrevessem uma carta, confidenciando intimidades e pondo em suas mãos a expectativa de uma transcrição fidedigna daquela mensagem que se pretendia fazer chegar.[19]

Não está descartada a hipótese de que Rosalina não fosse analfabeta, e sim iletrada, nos termos de Goody (2007, p. 165), já apresentados. Segundo Nogard (1997), é frequente que aqueles que solicitam a delegação da escrita tenham algum grau de relação com a palavra grafada, porém sintam-se inseguros quanto ao seu próprio domínio da mesma. Assim, a escrita delegada contempla não apenas os completamente não-alfabetizados, mas também os que exibem graus parciais de domínio da escrita, ou ainda, que se sentem inseguros em relação a ela. Dessa maneira, é verossímil que Rosalina detivesse rudimentos da habilidade de redigir e fosse, quiçá, a autora do documento CA5, mas se sentisse constrangida com sua capacidade de escrita, legando-a a outros na maior parte do tempo.

Trata-se de uma possibilidade possível, mas contradita pelos relatos familiares. Um depoimento de sua filha permite perceber que o grau de conhecimento da palavra escrita por Rosalina era insuficiente para redigir cartas:

> Ercília – A minha mãe era analfabeta. Ela conhecia o ABC mas não sabia juntar as letras. E ela fazia conta, somar, diminuir e multiplicar. Os grãos de feijão, ou os grãos de milho. Naquela época a gente lavava as peças de roupa a vintém. Então tinha lá a bacia, a peça era um tostão. Ela fazia as contas tudo direitinho.
> Claudia – Tinha interesse em fazer as contas certo.
> Ercília – Ia lá, as patroas iam verificar, tava certo. Ela era inteligente. Apesar de analfabeta, ela era inteligente. E ela sempre dizia que os filhos que ela criasse haviam de aprender a ler, a escrever, e fazer as quatro operações. Que

[19] Em um estudo etnográfico contemporâneo acerca de redatores de cartas para terceiros na França, há registros de queixas dos signatários quando o conteúdo da mensagem escrita não era considerado fiel à mensagem transmitida oralmente (Nogard, 1997). Esse exemplo sugere a possibilidade de um controle das cartas redigidas por parte daqueles que delegaram a escrita.

> é somar, diminuir, multiplicar e dividir. Como é que dava na idéia dela? Porque ela era inteligente, né?
> Claudia – Pois é, era isso que eu tava pensando.
> Ercília – Fazia conta, fazia conta.
> Claudia – Muito batalhadora.
> Ercília – Uma pessoa que, esses tempos tava falando com uma professora, "a sua mãe não era analfabeta" ela disse. "A sua mãe era alfabetizada, porque a pessoa pra não saber nada e saber que os filhos tudo tinham que aprender". É porque antigamente os pais, o meu pai mesmo diz ela que dizia que quando eu tivesse que por no colégio não ia botar no colégio porque ia escrever recado pros namorados. E ela dizia que não. Que se ela tivesse o prazer de me criar ela ia me botar no colégio como ela de fato botou. No outro dia lá ela [?] sozinha e eu nunca faltei no colégio pra dizer hoje tu não vai que nós hoje temos bastante roupa pra lavar.[20]

De acordo com a memória de sua filha, portanto, sua mãe conhecia as letras mas era incapaz de juntá-las. No entanto, isso não significa que devesse ser considerada analfabeta – e analfabeto tem aqui o sentido mais pejorativo possível, de pessoa ignorante –, não apenas por saber as operações básicas, mas sobretudo por sua inteligência.[21] Apesar de não dominar a escrita sabia da importância da educação, afinal seu objetivo era colocar os filhos na escola e o cumpriu. Vindo de Ercília, esse depoimento adquire um sentido mais significativo, pois ela veio a tornar-se professora. Da providência de sua mãe, ela obteve ascensão social, tanto do ponto de vista material quanto simbólico: de filha de uma lavadeira pobre a docente, a primeira – segundo a tradição familiar – professora negra do litoral norte do Rio Grande do Sul.[22]

---

[20] Entrevista com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa em 13 de setembro de 2002 por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer.
[21] O conhecimento das operações matemáticas como fator de relativização do analfabetismo é um aspecto encontrado em outras entrevistas, como quando dona Aurora fala de seu pai. Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[22] Sobre a trajetória pessoal de dona Ercília, ver o depoimento escrito por ela (Rosa, 1999), e sua análise, mais adiante.

**Foto 3 – Carteira de identidade de dona Ercília Marques da Rosa em 1972**
Documento disponibilizado por seu filho Wilson Marques da Rosa.

**Foto 4 – Foto 3X4 de dona Ercília Marques da Rosa em 1955**
Foto disponibilizada por seu filho Wilson Marques da Rosa.

**Foto 5 – Fotografia do casamento de Ercília Marques da Rosa.**
À direita da noiva, encontra-se sua mãe Rosalina.
Foto disponibilizada por seu filho Wilson Marques da Rosa.

Se Rosalina não sabia escrever, tinha perto dela pessoas capacitadas para tal: seus filhos. A partir do momento em que eles se alfabetizaram, podem ter-se tornado as pessoas preferenciais a quem Rosalina delegava a comunicação com sua mãe. Temos uma carta (CA10) de 1934[23] – Ercília tinha 13 anos – na qual temos, no mesmo papel e com a mesma letra – bela caligrafia, por sinal, sem erros ortográficos – um poema dirigido por Ercília para sua tia e madrinha Angélica e, no verso, uma carta de Rosalina a Felisberta. Essa é, certamente, uma carta escrita a rogo de sua mãe, por uma escrevente acima de qualquer suspeita.[24] Além dessa, tem-se a CA8, dirigida por Rosalina a seu irmão em 1937. Na parte superior da carta, encontra-se grafado o nome de sua filha. A mesma caligrafia está presente na correspondência ativa 9.

Estranhamente, não encontramos outras cartas com a mesma letra, o que demonstra não ter sido habitual a solicitação a Ercília. Provavelmente, porque nos anos anteriores, ela fosse nova demais para ser julgada apta a escrever, e 1934 é um dos últimos anos em que temos cartas de Rosalina para sua mãe: após, apenas uma de 1938 (CA11). Isso pode também estar relacionado ao fato de Ercília cedo ter ido trabalhar em casas de família e exercido outras atividades para o sustento doméstico (Rosa, 1999, p. 153), o que poderia ter diminuído sua disponibilidade para a escrita de cartas, aumentando a distância entre ela e sua mãe. Estimo, a partir de depoimentos de diversos familiares, a morte de Felisberta na década de 1940. A partir daí cessou o principal motivo pelo qual Rosalina escrevia para Morro Alto.

Finalmente, temos a carta CA14, dirigida por Manoel Inácio a seu homônimo Manoel Isabel.[25] Escrita com uma letra elegante e sem erros ortográficos, lembro-me de ter comentado tal fato para dona Aurora na primeira vez que fui em sua casa e transcrevi o documento. Ela asseverou-me que seu avô era alfabetizado. No entanto, em seu inventário, que localizei posteriormente no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul,[26] Manoel Inácio consta como analfabeto.

---

[23] Já aos onze Ercília deu aulas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. No ano de 1939, concluiu o colegial. (Rosa, 1999, p. 153).

[24] Tenho em meu poder uma carta que dona Ercília dirigiu a mim no fim de sua vida, desejando felicidades a mim e à minha família. A letra difere daquela carta que acredito que ela tenha escrito aos treze anos, pois é possível que sua caligrafia se tenha transformado após mais de setenta anos, inclusive muitos de prática docente, e considerando suas dificuldades de manter a mão firme em virtude da idade avançada.

[25] Esta correspondência não se encontra datada.

[26] APERS, COA – CA, caixa 027.0335, Auto 814, Estante 159, inventário de Manoel Inácio Osório Marques, Ano 1906.

Dando uma cópia da transcrição do inventário para dona Aurora, li em voz alta para ela, inclusive a parte de seu testamento em que ele se declarava incapaz de ler e escrever. Longe de ficar surpresa, dona Aurora sublinhou que mesmo analfabeto, seu avô atinou de fazer um testamento para assegurar para os filhos seu legítimo quinhão, solicitando a alguém que escrevesse para ele, o que era um sinal de sua inteligência e visão. A delegação da escrita foi aceita com bastante naturalidade por sua neta, asseverando tratar-se de prática corriqueira.

Esse costume, desde que feito através de sujeitos confiáveis, era uma maneira de superação dos limites de escolaridade, como Ercília observou em relação a sua mãe Rosalina; e Aurora, em relação a seu avô Manoel. Essa superação de limites envolveu a esperança de uma vida melhor para a geração seguinte, quer no caso de Rosalina, dotando seus filhos da educação formal, quer no de Manoel Inácio, a ela recorrendo a fim de garantir-lhes um pecúlio.

***

Quanto ao pólo receptor dos documentos escritos por delegação, Chartier (2004, p.100-101), ao analisar a circulação de textos escritos na França do Antigo Regime, sublinha que "a relação com o escrito não implica necessariamente uma leitura individual", podendo ser mediada por uma leitura em voz alta. Acredito que seja o caso da família aqui analisada: a incapacidade da "geração de escravos" e de seus filhos realizar a leitura de documentos não a impediu de manter atividades epistolares significativas.

Neumann (2005, p. 71), na análise de práticas letradas Guarani nos séculos XVII e XVIII, destaca a diferença entre "delegação horizontal" – "entendida como uma leitura com pretensões de recepção coletiva, dirigida ao grande público com mensagens padronizadas e frequentemente repetidas" – e "verticais" – "concebida como de alcance limitado, restrita a um grupo específico e sem pretensões de alcance coletivo, divulgada em ambientes mais reservados". Considerando que no final das correspondências sempre se enviavam beijos e abraços a variadas pessoas e lembranças a "todos de casa", é de se supor que a leitura das correspondências pudesse ter uma audiência coletiva.

*Práticas de conservação da documentação*

Ao deparar-me com a documentação em poder de dona Aurora, a principal questão que me ocorreu foi o que motivou a conservação daquele acervo, considerando que as pessoas que os mantiveram são analfabetas. Uma boa maneira de aproximar-se desse problema foi iniciar pelos fundamentos explicitamente admitidos, pela "*gente* da Felisberta", para não se desfazer dos documentos deixados por seu avô. Com a palavra, dona Aurora, indagada por mim acerca do perfil de quem deveria vir a cuidar dos documentos depois dela e dos motivos pelos quais mantinha os documentos em poder da família mesmo sem saber realizar sua leitura:

> Aurora – Tem que ser uma pessoa cuidadosa que goste de guardar.
> Rodrigo – E que mais que tem que ter essa pessoa? Como é que tem que ser essa pessoa pra guardar e cuidar disso?
> Aurora – Ah, tem que ser pessoa *interesseira*, né? Assim, que se interesse nas coisas do tempo antigo e guarde e não bote fora.
> Rodrigo – Não bote fora.
> Aurora – É.
> Rodrigo – E porque que é importante não botar fora? Porque que é importante guardar esses papéis?
> Aurora – É importante porque se a gente tem necessidade de alguma coisa, vai ali, procura e acha.
> Rodrigo – E qual é a importância desses papéis?
> Aurora – Ah, é muito importante.
> Rodrigo – E a senhora me explica qual é a importância?
> Aurora – É muito importante pra nós que somos da família. Muito importante. Porque a hora que a gente precisa a gente tem.
> Rodrigo – E o que que eles representam?
> Aurora – *Se apresentam* uma pessoa da gente que já morreu.
> Rodrigo – E a senhora sabe o que que tá escrito nesses documentos?
> Aurora – Não sei ler. Não sei nada. Não sei o valor disso aí. Só eu sei que eu tenho que guardar pra minha hora que eu precisar ou qualquer um da minha família.
> Rodrigo – Mas a senhora não tem nem idéia do que que tem em cada um deles, algumas coisas que tem?
> Aurora – Não. Não tenho nem idéia. Que valor tem esses papéis.
> Rodrigo – Mas o que que a senhora acha que tá escrito ali?
> Aurora – Uma herança, né?
> Rodrigo – Uma herança.
> Aurora – Herança.
> Rodrigo – Herança do que, dona Aurora?
> Aurora – Ah, dos avôs.[27]

Inicialmente descrevendo o perfil daquele que desejava que fosse o novo guardião dos papéis em seu poder – ele adequa-se a seu irmão, cuidadoso, gosta de guardar, "interesseiro" –, Aurora explica a importância dos papéis estarem disponíveis

[27] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório. Grifos meus.

para sua família em caso de necessidade. De que necessidade se trata? Para efeitos de prova de uma suposta herança legada pelos avós – possivelmente associada à demanda fundiária de Morro Alto –, chegamos aqui ao interesse familiar anteriormente mencionado. É isso que dona Aurora acredita estar escrito nos documentos, e é o que explicaria sua cuidadosa minúcia em conservá-los. Aproximamo-nos, portanto, de motivos práticos para a preservação da documentação citada. Caberia conservá-los por seu valor de prova em um caso de eventual herança ali registrada.

No entanto, como adverte o antropólogo Marshall Sahlins, concebendo-se "a criação e o movimento de bens somente a partir de suas quantidades pecuniárias, ignora-se o código cultural de propriedades concretas que governa a 'utilidade' e assim continua incapaz de dar conta do que é de fato produzido" (Sahlins, 1979, p. 185). Portanto, há que desconfiar da ideia de que a 'utilidade' dá conta do real, e investigar os 'códigos culturais', os simbolismos latentes na conservação desses documentos.

A própria noção de herança só é utilitária em termos aparentes. Legado dos antepassados, através dela eles 'presentificam-se': "the *presentification* of past worlds – that is, techniques that produce the impression (or, rather, the illusion) that worlds of the past can become tangible again (…)"[28] (Gumbrecht, 2004, p. 94. Grifo original). Na condição de herança, o passado torna-se tangível, readquire "presença". Uma palavra de dona Aurora foi muito significativa ao atestar o fenômeno a que Gumbrecht refere-se: quando indagada do que *representam* esses documentos, respondeu que ali "*se apresentam* uma pessoa da gente que já morreu" (Grifos meus). Mais do que uma crença mística na presença espiritual do ancestral, através do documento se tem uma presença mesmo física, que se torna tangível através de uma referência espacial (Gumbrecht, 2004). Esse é o sentido do documento em questão, para além dos caracteres nele impressos: nele, o ancestral apresenta-se.[29]

---

[28] [A presentificação de mundos passados, isto é, técnicas que produzem a impressão (ou mais apropriadamente, a ilusão) de que mundos do passado possam-se tornar novamente tangíveis.] Minha tradução.

[29] Isso pode explicar, também, a intensa emoção que tomou conta de dona Aurora, dona Diva e dona Eva quando lhes entreguei os registros de batismo de integrantes de sua família ou quando li em voz alta cartas trocadas entre familiares (ver adiante). Foucault opina pela presença "quase física" do missivista na recepção de cartas. O caso aqui analisado nos leva a refletir acerca dessa presença se dar, também, entre aqueles que as guardaram ao longo de um século sem conseguir efetuar sua leitura. "A carta faz o escritor "presente" àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas actividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física (...). Escrever é pois "mostrar-se", dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o

Se a herança de dona Aurora é, além de interesse pecuniário, também "produção de presença", há que destacar que o filósofo Gumbrecht postula uma oposição entre "culturas de presença" e "culturas de significado", cujos termos de contraste[30] consistem em uma contradição entre corpo e mente; significados inerentes ou acessíveis apenas através de interpretação; espaço e tempo. O evento, em "culturas de significado" representa inovação e possui um efeito de surpresa. Em "culturas de presença", contudo, a inovação é necessariamente uma alteração ilegítima da ordem revelada das coisas representada pela cosmologia. A "cultura de significado" encontra nos debates parlamentares um ritual prototípico, já que envolve o debate coletivo e intelectual de idéias visando deliberações para um futuro imediato. O ritual prototípico da "cultura de presença" é a Eucaristia, na qual no pão faz-se presente o corpo de Deus. (Gumbrecht, 2004, p. 80-85)

Poderíamos fazer severas ressalvas à forma dicotômica como o autor reduz as culturas humanas em duas categorias e ao caráter estático por ele impresso ao que denominou de "culturas de presença".[31] Pelo contrário, Marshall Sahlins demonstrou de forma magistral a dialética entre a cosmologia e a história no caso de sociedades usualmente reconhecidas como "mecânicas", ao que propôs, alternativamente, a noção de sociedades "performáticas", referindo-se à sociedade havaiana, por ele analisada:

> Quando confrontados por pessoas que parecem criar suas regras em movimento, que fazem do fato social uma ficção frente a seus verdadeiros interesses, lembramo-nos de nós mesmos e começamos a falar, misteriosa ou dialeticamente, de princípios antitéticos, de propriedades e tipos de causação. Descobrimos diferenças ontológicas entre estrutura e prática, sistema e evento, estado e processo, norma e comportamento. (Sahlins, 1990 p. 46)

Ao postular a existência de sociedades "performáticas" em contraposição às "mecânicas", Sahlins não pretende, todavia, propor nova dicotomia. Essas disposições perante o mundo, longe de serem opostas, combinam-se:

> *Todas as sociedades provavelmente se utilizam de alguma mistura desses modos recíprocos de produção simbólica.* Mas existem sistemas com movimentos predominantemente radcliffe-brownianos:[32] grupos delimitados

---

remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face" (Foucault, 2006, p. 149-150).

[30] Não enumerarei todos, apenas os que julguei mais relevantes para minha argumentação.

[31] Mesmo que admitamos as formulações do autor como tipos-ideais weberianos, é possível indagar a adequação de tipos-ideais de tal maneira dicotômicos.

[32] Isto é, prescritivos.

> e regras obrigatórias que prescrevem anteriormente em muito a maneira pela qual as pessoas devem agir e interagir. Vamos chamá-las de "estruturas prescritivas". Por contraste relativo, a havaiana seria uma "estrutura performativa". (Sahlins, 1990 p. 47. Grifos meus.)

Se admitirmos que *todas as sociedades* podem guardar algum grau de "presença" e algum de "significado" – como procurarei demonstrar ser o caso daqueles que estudo –, poderemos encontrar na análise dicotômica de Gumbrecht – relativizando-a – alguns elementos férteis para reflexão. A interpretação dos documentos não seria o mais importante diante da "presença" neles revelada dos ancestrais. Pelo contrário, seu significado – uma herança – está revelado, e o esforço interpretativo, necessário na medida em que o confirme. Dessa forma, a utilização que pretendo dar a essa documentação, isto é, utilizá-la para fins interpretativos e de análise histórica é, se não oposta, ao menos incongruente com a que essa família realiza: evocar a "presença" de um ancestral.

O acervo legado por Manoel Inácio evoca um passado que se perpetua e presentifica. Nesse sentido, os esforços de interpretação de significados são ora confirmadores das expectativas em relação aos documentos escritos, ora desnecessários, ora concorrentes com a "presença" produzida através deles. No entanto, se com Le Goff (2003), é forçoso admitir que todo documento possui uma dimensão monumental, o estudo empírico realizado com essa família remete ao fato de que esses monumentos possuem, também, seu aspecto documental, conforme se verá adiante.

Os papéis guardados por Aurora Inácia Marques da Silva seriam, portanto, um suporte material dessa memória objeto de sacralização, a que me referia anteriormente como "produção de presença". As perspectivas apresentadas no "mapa da tese", segundo as quais a oposição entre memória e história deve ser superada, porém, são férteis na interpretação de uma situação em que memória e história não se embatem. Uma cultura histórica acadêmica (ver capítulo 6) é bem vinda, por proporcionar a decodificação da palavra escrita até então inacessível.

Em alguma medida, a incapacidade para realizar a leitura dos documentos legados por Manoel Inácio pode ter contribuído para a conservação dos papéis, e não para sua destruição ou extravio. Em outros termos, os documentos podem ter sido preservados *por causa*, e não *apesar* do caráter inacessível das letras neles registradas.[33]

[33] O mistério que os cerca, no que tange ao seu conteúdo, faz deles merecedores de um lugar à parte (Douglas, 1976). Segundo Durkheim (2003), o plano do sagrado possui, dentre outras características, a

Esses papéis estão longe de ser objeto de manuseio cotidiano. Além do alcance, são merecedores de um lugar próprio. Por outro lado, sua decodificação não é irrelevante, pois a qualquer momento as verdades através deles reveladas podem fazer-se úteis.

Independente da importância que se lhes possa conferir *a posteriori*, documentação fundiária, correspondências, recibos, orações, ou outros documentos, foram julgados relevantes quando incorporados àquele fundo e, depois, preservados de forma indistinta pela dificuldade de discernimento de outros papéis ali guardados.[34]

Encontramos, pois, uma família na qual a preservação de documentos legados por seus antepassados pode ser lida como uma prática de "produção de presença", evocando o ancestral que os produziu e transmitiu às gerações. Com isso, pretendo discutir uma questão a um só tempo ética e política: como conciliar meus imperativos de pesquisa e as expectativas e funções desempenhadas por esses papéis entre os familiares?

O problema, se não pode ser negligenciado, ainda assim está exposto de forma parcial. Se oposição existe – entre "presença" e "significado", memória e história –, seria castrador tomá-la como absoluta. Neste subcapítulo apresentou-se uma oposição, que quero em seguida desconstruir, verificando como, na prática, "presença" e "significado", memória e história *circulam* em lugar de *polarizar-se*.

Mais fértil é reconhecer a existência de uma tensão produtiva entre esses aspectos. Equilibrando-se em uma tênue linha que separa o respeito às expectativas e vicissitudes dos depoentes e o rigor metodológico característico de sua própria disciplina, o historiador talvez necessite amparar-se no mesmo tipo de relação de confiança estabelecida, no passado, por aqueles que solicitaram a terceiros que lhes redigissem cartas e aqueles que as escreveram.

Porém, mais do que uma tensão, existe ainda um diálogo, no qual uma memória familiar – expressa por meio da oralidade – se alimenta e "conversa" com uma história acadêmica – percebida como possibilidade de decodificação de documentos escritos – na mesma dimensão e intensidade com que esta história o faz com aquela memória. Nesse sentido, ao propor – para o pesquisador e para os familiares – a interpretação de

---

inacessibilidade e a não-cogniscibilidade imediata para não-iniciados: sua dimensão é a dos tabus e mistérios. A referência ao sagrado, aqui, remete *exclusivamente* ao lugar inacessível e específico conferido a esses papéis. Chagas (2005a, p. 155-157), contudo, assinala a grande devoção religiosa de integrantes do núcleo familiar em questão.

[34] Chagas (2005a, p. 127) ressalta que, em uma comunidade na qual a maior parte dos octagenários são analfabetos, os documentos escritos adquiriram uma importância muito grande em sua defesa diante de investidas territoriais de elementos externos, o que contribui para a importância dada à palavra escrita.

documentos escritos, a história é “fonte” para a memória familiar tanto quanto a recíproca: ela se apropria deles e os processa. É esse diálogo que em seguida irei analisar. Essa conversa, diga-se de passagem, assemelha-se ao “ritual” do debate, típico das “culturas de significado” de Gumbrecht, e não da transmutação expressa pela eucaristia, característica das “culturas de presença”.

A forma dicotômica com que se tem dividido o erudito e o popular e a palavra escrita e a tradição oral tem recebido críticas diversas (Chartier, 2004). Pelo contrário, práticas múltiplas imbricam-se. Uma vez tendo demonstrado de que maneira, no passado, os pais e avós de meus entrevistados enviaram e receberam cartas, mesmo sem saber ler, em seguida discutirei através de que formas a memória familiar relacionou-se com a palavra escrita durante o próprio processo de pesquisa de campo desta tese.

Permitir a um pesquisador a leitura de documentos de foro íntimo e particular familiar envolve o mesmo tipo de desprendimento do que ao confessar para um terceiro o conteúdo que se quer ver registrado em uma carta. Em ambos os casos, portanto, cabe a questão dos *usos* a serem dados às informações disponibilizadas. Da mesma forma que não seria de bom tom escrever uma carta que contrariasse o relato da escrita delegada (Nogard, 1997), cumpre não redigir, a partir dos documentos disponibilizados, um relato que a prejudique de alguma forma ou que seja incoerente com sua autorrepresentação. Isso, de forma alguma, é contraditório com o rigor teórico-metodológico da área da história.

Não adentrei, aqui, no *conteúdo* dos documentos em seu poder, naquilo que eles trazem de informações sobre experiências e processos vividos, dinâmicas e afetos vivenciados. Tal será realizado nos demais capítulos da presente tese. Contudo, delinear as condições sociais de produção desses documentos escritos e as relações estabelecidas pela “*gente* da Felisberta” com a palavra grafada – a um só tempo íntima e alheia –traz-me uma situação mais favorável para a escrita da *história* da sua *memória*.

***

Se, conforme mencionado no “mapa da tese”, não me encorajo à análise das fotos como mensagens, arrisco-me a ensaiar algumas considerações acerca daquelas fotografias como reminiscências: “materialização da experiência vivida, doce lembrança

do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificadas em signos" (Cardoso e Mauad, 1997, p. 405).

Ainda que não me sinta preparado para explorar o último aspecto, estou convencido de que elas constituem um *locus* privilegiado de "produção de presença", baseado na minha observação da relação estabelecida pelos entrevistados com elas.[35] As fotografias, certamente, constituem relíquias familiares, tanto quanto os documentos escritos, e são frequentemente guardadas junto a eles, ou em álbuns cuidadosamente preservados em cantos específicos da casa. Certamente, todas minhas observações acerca da documentação escrita podem ser extrapoladas às imagens, talvez em uma dimensão ainda mais intensa.

Isso se dá por dois motivos: em primeiro lugar, a presença física do ancestral assim produzida possui vigor ao ser acessível de uma forma mais direta: inexiste a mediação de uma palavra escrita que não dominam. Em contraposição, porém, isso reduz a dimensão de mistério latente. Além do mais, o reconhecimento da fisionomia, da aparência, quiçá a sugestão do gestual e da expressão corporal potencializa em muito a presença de um ancestral, sobretudo quando se o conheceu pessoalmente. Aos ancestrais, reconhecem, e neles *se* reconhecem. A linha de continuidade postulada em relação ao passado torna-se *visível*.

*A história conversa com a memória, a memória conversa com a história: a atafona do Ramalhete.*

Miriam Chagas, etnografando a comunidade de Morro Alto, e particularmente a relação por ela estabelecida com o testamento legado por Rosa Osório Marques, destaca a *tensão* existente entre o valor creditado à palavra falada e à palavra escrita.

> Há uma permanente tensão que é levantada sobre o valor creditado à "palavra". A autoridade de quem fala é apoiada nos documentos que porta ou teve acesso. Nesses casos, quem dispõe de recursos de letramento, como um livro, é quem, espera-se, aponte os seus direitos. Nesta visão, os "documentos" metaforizam esse recurso necessário para dispor desse "objeto" inacessível que é o direito legal sobre as terras (Chagas, 2005a, p. 128)

[35] Cardoso e Mauad (1997) examinam as formas pelas quais as imagens, tais como os documentos, transformam-se em monumento, no sentido de que elas demonstram os aspectos que, no passado, se queria perenizar para o porvir.

Embora a expressão escrita confira legitimidade a uma determinada narrativa, isso não implica na passividade do oral perante o escrito. Pelo contrário, segundo Chagas, muitas vezes os termos expressos no testamento são conhecidos pela comunidade através da expressão oral, demonstrando o diálogo entre ambos. A autora assinala que em Morro Alto, a narratividade a respeito da própria história "se interpõe para além do que teria sido documentado por escrito" (Chagas, 2005a, p. 139). Além disso, a expectativa depositada sobre a equipe de pesquisa, capacitada à leitura da documentação, residiria na *descoberta* de *camadas*, no *desvendamento* do *escondido*, e não na atribuição, ao escrito, de um caráter evidente (Chagas, 2005a, p. 129-130). A documentação escrita tem sua validade, mas a comunidade não lhe confere, ingenuamente, um estatuto de verdade inconteste: mais do que isso, trata-se de uma instância de confirmação do oral ou de descoberta do implícito.

Pretendo, neste subcapítulo, exemplificar de que maneira o discurso falado dialoga, responde, e mesmo duvida do discurso escrito, através de dois exemplos vividos nesta pesquisa: quando entreguei aos entrevistados fotografias de documentos pesquisados a respeito de seus familiares – seus registros paroquiais de batismo e civis de casamento e a carta de alforria de seu avô – e quando procedi à leitura para dona Aurora e dona Diva dos documentos por elas a mim disponibilizados, a fim de verificar suas reações. O conteúdo dos documentos por vezes reforçava, por vezes ia contra suas convicções, das quais não abriram mão acriticamente diante do "poder" da palavra escrita.

Quando apresentei fotografias dos registros de batismo de suas mães, pais, tias, tios, avós e bisavós para dona Eva, dona Diva e dona Aurora, a reação conjugou a um só tempo uma extrema emoção e um toque de desconfiança. A reunião e a restituição daquele corpo documental ocasionavam uma evidente satisfação e nostalgia de tantos entes queridos ali "presentificados", mas também dúvidas quanto à possibilidade de que aqueles papéis estivessem conservados durante tantos anos, reunidos em um mesmo lugar e, mais ainda, que eu tivesse tido o trabalho de fotografá-los para lhes levar. Pareceu uma oferta tão generosa e inesperada, que em mais de uma ocasião não se acreditou que eu deixaria as fotografias apresentadas com elas, isto é, que se tratava de um presente e não apenas algo a ser mostrado.

Dona Eva disse-me "não sei não", e eu argumentei que "encontrei no arquivo", ao que ela resignou-se "ah, então é", movimentando a cabeça para a direita, aceitando o

argumento.[36] A referência de que os papéis vinham do "arquivo" pareceu suficiente para que aceitasse sua veracidade, ou, ao menos, julgasse que não mais valia a pena a questionar. Acreditando ou não na autenticidade do documento, ela expressou a intenção de dar o registro de batismo de sua mãe Mercedes para sua filha Maria, que era muito "puxa-saco" da avó. A "presença" do ancestral evocada pelo documento estaria em melhores mãos junto àquela que tinha vínculos afetivos muito sólidos com a avó. Em outros termos, dona Eva preferia oferecer, como uma dádiva, a uma filha muito ligada a Mercedes, a "presença" produzida pelo registro de batismo de sua mãe.

Se concordo com Gumbrecht quanto à existência de "produção de presença", discordo com o autor quanto à sua oposição dicotômica em relação à produção de significados. Se meus entrevistados eventualmente reconheceram a "presença" de seus ancestrais nos documentos que lhes foram entregues, também os *interpretaram* criticamente e a partir deles produziram significados.[37]

Por exemplo, não há dúvidas sobre a sensibilidade de dona Diva quando lhe entreguei uma fotografia da carta de alforria de seu avô, um avô, afinal, que ela nunca conheceu, mas em relação ao qual mantém uma relação de deferência. Não há dúvidas de que o documento "produziu presença", e essa lhe suscitou autêntica emoção. Porém, perceptivelmente, ela conferiu significados práticos àquele documento, que, segundo acreditava, *poderia servir* para a reivindicação coletiva de Morro Alto, no sentido de legitimar seu pertencimento familiar frente aos demais.

Outro exemplo foi quando lhe entreguei os registros de batismos de seus familiares e ela estranhou a ausência do batismo de seu tio Ladislau. Por alguma razão que ignoro – ela sequer o conheceu, talvez por isso –, parecia bastante ansiosa por seu batistério, e por diversas ocasiões, quando ia entregar algum documento, ela perguntava e entusiasmava-se com a possibilidade de que se referisse a esse tio. Como justamente dele eu não encontrei o registro, dona Diva propôs-se a refletir sobre o motivo de sua ausência, descartando a possibilidade de que não tenha sido batizado – eram muito católicos – e concluindo que ele deve ter sido batizado em casa.

> Diva – Então faltou um, não foi batizado?
> Rodrigo – Não, ou eu não achei. Qual que...
> Diva – Irmão do meu pai!
> Rodrigo – O Ladislau?

[36] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[37] Segundo Ricœur (2007, p. 347; Ricœur, *apud* Loriga, 2009, p. 26), há interpretação em todas as fases de operação historiográfica; até mesmo naquelas em que predomina a memória.

> Diva – É.
> Rodrigo – Não achei o dele. Não achei.
> Diva – Ué.
> Rodrigo – Mas é que os livros de batismo não são completos, de repente eles, ele batizou num ano que tá faltando livro, ou...
> Diva – Ou batizou em casa.
> Rodrigo – Batizou em casa, isso aí não quer dizer.
> Diva – O João [apelido do irmão de dona Diva] batizou em casa, o João meu irmão batizou em casa, o pai foi buscar o padre, ele tava muito mal e eles vieram e batizaram em casa.[38]

A ausência de Ladislau entre os registros escritos que entreguei colocou um problema para o qual encontrou uma explicação aceitável e familiar, já que compartilhada por seu irmão João. Dona Diva *interpretou* a documentação a partir de um *problema*, mais do que nela apenas reconhecer a "presença" de seus familiares.

Porém, é possível existir casos em que a documentação escrita, mais do que propor problemas, pode chocar-se ou mesmo desautorizar a versão da história tida como verdadeira e corrente no núcleo familiar. Tal foi analisado por Chagas, quando verificou, no que toca ao testamento de Rosa Osório Marques, uma tensão entre o empenho que as famílias demonstravam na "procura do direito" e a possível frustração de suas expectativas pelo que poderia ser revelado através da pesquisa. Existiu, de fato, uma decepção quando o registro escrito, cuja autenticidade foi colocada sob questão, revelou uma dimensão exígua para a terra doada.[39] A autora demonstra, assim, que para a comunidade a dimensão da terra legada só adquiria sentido se dela se pudesse retirar o sustento e, mais do que isso, a palavra escrita era passível de dúvida (Chagas, 2005a, p. 150-152). Os relatos orais não são passivos nem se anulam de forma acrítica diante de narrativas escritas. Desse ponto de vista, sustento que o oral – veículo da memória – dialoga, mas é irredutível ao escrito – acessível ao historiador. Como assinala Ricœur (2007, p. 505), "A história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo".

Foi o que se verificou, também, em minha pesquisa, no que toca à atafona que Manoel Inácio possuía no Ramalhete. O fato é que Aurora e Diva sustentam que ele era proprietário de um engenho nessa localidade – rumo ao Faxinal do Morro Alto –, segundo lhes contava sua avó Felisberta (sobre o poder de verdade da narrativa dos avós, ver capítulo 6). Ao mesmo tempo, um dos documentos em seu poder dá a entender

[38] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[39] Sempre lembrando que o fundamento de direitos territoriais étnicos não se confunde com o do direito hereditário civil.

que ele permanecera cuidando do mesmo. Não pretendo confrontar as duas informações, já que o documento – que será analisado no capítulo 3 – não é datado e é possível que tanto o escrito quanto o oral tenham seu quinhão de verdade.[40]

Independentemente da "verdade" que, no caso é inacessível, essa família nutre a convicção de que o Ramalhete lhes pertence, pois Manoel Inácio o perdeu por ter morrido em um enfarte enquanto nele trabalhava e seus filhos eram muito pequenos para continuar tocando aquele empreendimento, tomado por estranhos. Dona Aurora assegurou que os proprietários da terra no Ramalhete não duravam muito, na expectativa da chegada à terra de seus verdadeiros donos, os descendentes de Manoel Inácio Marques.[41] Meu ponto é verificar a reação diante da "discordância" constatada entre o registrado por escrito e o lembrado.

Em um primeiro momento, essa discordância não foi reconhecida como tal. Pelo contrário, na primeira vez em que mostrei para elas esse documento, ainda lá nos idos de elaboração do laudo de Morro Alto, meu prestígio aumentou por ter "encontrado" o documento que "provava" sua propriedade sobre o Ramalhete. É necessário sublinhar que o documento não especifica a localização da atafona, devendo-se confiar na narrativa familiar que, evidentemente, não "colocaria" o engenho em outro lugar. Dona Aurora relatou, em caráter de evidência, que sabia que a atafona era no Ramalhete pelo fato de seu avô ali ter morrido.[42]

No momento da leitura do documento, nove anos mais tarde, cada palavra foi lida e *interpretada* no sentido de dar uma sustentação escrita ao relato familiar. Por exemplo, no texto do documento, Ana Osório Nunes (ver capítulo 3) dirigia a Manoel Inácio a ressalva de que "só esse engenho além de ser dos órfãos é o único aí que não paga arrendamento". Confesso desconhecer de que órfãos se trata aqui. Do ponto de vista de dona Eva, no momento em que li para ela e sua irmã o documento, trata-se, de forma evidente, dos filhos que Manoel Inácio deixou no momento de sua morte.

> Eva – E é dos órfãos era dos filhos. Hein. Os órfãos eram os filhos dele, né, do Manuel Inácio.
> Rodrigo – Não sei, eu tô perguntando.
> Eva – Com certeza. Ele diz ali dos órfãos. Né? Como é, esses.

[40] Existe a possibilidade de que Manoel Inácio tenha adquirido o terreno do Ramalhete depois de ter trabalhado durante anos, a título dos Marques, como, veremos, outros camponeses negros fizeram (ver exemplo de Tibério, no capítulo 3).
[41] Diário de campo de 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[42] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.

> (...)
> Eva – Sim, é dos órfãos.
> Aurora – As crianças eram pequenas quando ele morreu.
> Eva – Sim, eram tudo órfão. Pai sei lá do que. Órfão é uma pessoa que morre e deixa os filhos. É. Ah é, ele morreu e deixou decerto os filhos, o falecido pai, a falecida minha madrinha, e por aí por diante, né? Era os órfãos. [pausa prolongada] Eles eram de quantos, Doca [Aurora]?
> Aurora – Oito. Guri era dois, o falecido papai e o falecido tio Ladislau.[43]

A esperança de retomar a atafona do Ramalhete, e a atenção despertada por esse assunto foi tão grande que os assuntos continuaram orbitando sobre esse ponto mesmo durante a leitura de outros documentos, como o inventário de Manoel Inácio Marques. Estranhou-se a ausência da atafona do Ramalhete entre os bens arrolados,[44] mas o estranhamento praticamente não representou um problema, na medida em que o fluxo discursivo seguiu transcorrendo em paralelo à sua leitura. Já dona Diva facilmente explicou a ausência do terreno do Ramalhete entre os bens arrolados em inventário. Tal devia-se à morte súbita do avô, que não lhe dera tempo para declarar aquele terreno.

> Rodrigo – É, porque aqui aparece só o terreno no Despraiado, viu.
> Diva – Porque não deu tempo de falar, né, porque uma pessoa morre [tão rápido] [?] [risos] Tô falando, só [...].[45]

Quando realizei a leitura dos documentos, tinha a expectativa de que estaria apresentando uma grande contribuição, ao devolver aos portadores dos documentos o domínio sobre o conteúdo neles expresso. Sem pretender minimizar a importância desse ato, aprendi outra coisa fundamental: o discurso falado pode ser fugidio em relação às pautas propostas pela leitura dos documentos escritos. Os fluxos narrativos, especialmente na entrevista realizada com dona Aurora, que contou com a participação de dona Eva, sua irmã, representaram um diálogo entre as duas que, se não foi indiferente à leitura de documentos por mim procedida, também não foi uma simples resposta aos estímulos dados pela leitura do documento escrito. Os relatos suscitados

[43] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[44] O que, de forma alguma, não indica ser inverídica a propriedade de Manoel Inácio sobre o terreno, tendo em vista a profusão, na região, de propriedades tidas sem o registro no cartório de imóveis, mas mediante modalidades informais, sem formalização por escrito (Barcellos *et al.*, 2004, p. 135-141). O terreno no Espraiado, por ele adquirido para seus filhos (ver capítulo 3) foge a essa regra, pois foi registrado em inventário e em diversas entrevistas seus descendentes afirmaram-me que ele tinha *escritura*.
[45] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.

pelo registro escrito geralmente "ganhavam asas", porque estavam pautados por curiosidades e interesses não necessariamente coincidentes com o registrado no papel.

A reação espontânea diante da leitura dos documentos foi situar os personagens mencionados dentro da rede de relações de parentesco, estabelecendo familiaridade entre a palavra escrita e as relações sociais vividas. Talvez porque dona Diva considerasse que o conteúdo dos documentos fosse autoevidente, ao contrário, para mim, dos nomes mencionados. Apenas em um segundo momento, e se estimulada para tal, Diva prestou-se a uma reflexão acerca do conteúdo das cartas. Ela *respondeu* aos termos da leitura do documento que falava da atafona de seu avô, porém relatando o que estava *ausente* no documento – complementando-o e estabelecendo um diálogo entre o escrito e o oral –, em lugar de comentar o que estava *presente.*[46]

A retribuição pelos documentos cedidos expressa na leitura dos mesmos implicou em nova troca: ao mesmo tempo em que eu ajudava a decifrar os caracteres ilegíveis presentes no documento, elas ajudavam-me identificando quem eram os personagens envolvidos, quem eram seus tios, avós, padrinhos que pagaram impostos, assinaram cartas e recibos. Elas não se comportaram como receptoras passivas da "verdade" documental, mas apresentaram sua contribuição ativa para que eu pudesse interpretá-los e *produzir significado*. Elas não estavam "sendo ajudadas" pelo pesquisador ao saber o que estava registrado ali, mas o estavam "ajudando" ao elucidar de quem se tratavam os personagens envolvidos nos documentos.

A oposição latente entre o registro escrito e a memória oral acerca da atafona do Ramalhete, explicitou-se quando dona Aurora me solicitou ajuda jurídica para que a família recuperasse o domínio sobre aquele terreno. Expliquei que minha competência profissional não me permitia prestar assistência legal, mas passei-lhe o contato de diversos serviços de assistência jurídica gratuita.[47] Fui obrigado, ainda, a ponderar sobre as implicações do pleito individual de uma área compreendida dentro de um todo maior pleiteado coletivamente e a indicar que o documento de Ana Osório Nunes apenas referia a presença de Manoel Inácio no local, e não sua propriedade, o que poderia tornar o pleito mais difícil. Mesmo com esse porém, dona Aurora considerou a carta

[46] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[47] Até o momento em que redigi este capítulo, dona Aurora tinha desistido de encaminhar esse pleito, por questões monetárias – possivelmente custos de ligações telefônicas e deslocamento para Porto Alegre –, não obstante a gratuidade da assessoria jurídica.

valiosa por comprovar a presença de seu avô na região.[48] Sendo assim, o documento adquiria uma importância e uma utilidade *práticas*, em lugar da sacralidade que lhe poderia estar reservada na hipótese de pura e simples "produção de presença".

É curioso observar que, apenas quando verbalizada oralmente, a oposição entre o que dizia o documento escrito e a tradição oral passou a ser mais levada em consideração. Enquanto restringi-me à leitura do documento, as entrevistadas apresentaram suas *interpretações* livremente, sem atentar para possíveis oposições e, pelo contrário, ressaltando possíveis convergências. Apenas quando essas divergências foram ressaltadas, pôde o relato oral *duvidar* da palavra escrita. Em outros termos, os *questionamentos do escrito* só foram percebidos como tal quando expressos *oralmente*.

Entrevistei dona Aurora uma vez mais depois dessa ocasião. Ela foi enfática em afirmar que seu avô adquiriu o terreno no Espraiado para seus filhos e a atafona do Ramalhete para si.[49] Há dúvida, sim, em relação à palavra escrita, mas essa dúvida é resultado de um diálogo: apenas quando colocada sob questão, a oralidade pôde reafirmar e reinventar seus termos. A verdade expressa na tradição oral não se deixou dobrar perante a verdade expressa na leitura da fonte escrita.[50] Isso não quer dizer que não dialogue com ela ou seja insensível a ela. Se Aurora enfatiza e reafirma sua versão, é em diálogo e em contraposição à leitura alternativa proporcionada pelo papel escrito. Os documentos da bolsa de dona Aurora foram "engordados" por outros que pesquisei para esta tese de doutorado, tais como os registros de batismo, a transcrição do inventário e a carta de alforria de seu avô que para ela e dona Diva eu levei. O diálogo entre acervos escritos e oralidade possibilitou a redação desta tese de doutorado: a história, analisando criticamente tal relação dialógica através de uma posição de distanciamento, é capaz de colocar-se em equidade em relação à memória (Loriga, 2009, p. 27).

Como na epígrafe deste capítulo, eles possuem documentos até recentemente não decifrados que, se não contam a história da família em seus detalhes mais triviais, podem ser decodificados e contribuir para a conversa entre uma memória veiculada pela oralidade e uma história que se propõe à análise do registro escrito. Não me proponho ao feito de Aureliano Babilônia, que, cem anos depois, decifrou os manuscritos de

[48] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório, Diário de campo de 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[49] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[50] Ao sublinhar esse aspecto, não abro mão da pretensão de verdade inerente ao trabalho do historiador. Estou, simples e objetivamente, constatando *uma outra verdade sobre as verdades*: a de que aquilo que oral concebe como verdade não se rende àquilo que o escrito apresenta como verdadeiro.

Melquíades. Tão-somente, relato algumas conclusões a que cheguei lendo documentos antigos e batendo papo, em contextos formais de entrevistas ou não, e tomando café com meus entrevistados em Osório, intérpretes de documentos.

*Escritas de si e autorrepresentação: conquistas e consideração*

Os encontros "Raízes dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha" são eventos bienais que têm como objetivo congregar historiadores locais, docentes e pesquisadores sem vínculos institucionais – e também acadêmicos – que desenvolvem trabalhos acerca dos municípios do quadrante nordeste do Rio Grande do Sul. São comuns os relatos de memória publicados por escrito. A exemplo de dona Ercília, outros dois integrantes letrados dessa família – seu filho e sua nora – submeteram textos a edições diversas desse evento. Analiso, pois, como aqueles que possuem o domínio da palavra escrita fizeram-se representar em publicações acerca da história regional.

A relação entre subjetividade e escrita foi esmiuçada por Foucault (2006). Para os fins deste trabalho, não pretendo retomar de que maneira essa relação foi historicamente empreendida.[51] Embora não se trate da notação monástica de experiências espirituais, da recolha de coisas lidas e ouvidas como suportes de exercícios de pensamento ou, ainda, de uma narrativa epistolar de si próprio – aspectos analisados pelo autor sob a rubrica de "escritas de si" –, através dos textos publicados nos eventos "Raízes" os integrantes dessa família procuraram fixar determinada autorrepresentação e legar essa percepção à posteridade.[52] Essa autopercepção é organizada, assim, através de uma narrativa constituinte de subjetividades.

> Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e os acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas. (...) Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu (Artières, 1998, p. 11).[53]

[51] "Basta dizer que da Antiguidade até hoje, a escrita performa a noção de sujeito. Embora exacerbada na cultura burguesa da Ilustração, a escrita de si não é nem um aspecto moderno nascido da Reforma, nem um produto do romantismo; é uma das tradições mais antigas do Ocidente (...) na Antiguidade greco-romana o "eu" não é apenas um assunto sobre o qual escrever, pelo contrário, a escrita de si contribui especificamente para a formação de si." (Klinger, 2007, p. 27)

[52] "O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto" (Artières, 1998, p. 31).

[53] No caso daqueles que conservaram documentos pertencentes à coletividade familiar, registram-se vínculos de pertença familiar e a "produção de presença" descritas. Os papéis não são inteligíveis e não se referem àqueles que os conservaram: não se trata, pois, do "cuidado de si". Situação distinta é a do

Se essa prática de escrita opera sobre o leitor, expressando determinada subjetividade à qual o autor tinha a intenção de transmitir, também efetua um trabalho sobre o próprio escritor, em um movimento denominado por Foucault (2006, p. 151-152), no que toca às missivas, como "introspecção". A mesma dinâmica é reconhecida por Artières (1998, p. 32) como "subjetivação". O domínio da palavra escrita representa ainda a autonomia e a possibilidade de expressão *sem a mediação* de interlocutores acadêmicos, não obstante os mesmos serem eventualmente bem-vindos devido à legitimidade institucional que podem conferir a uma narrativa (ver capítulo 6).

O texto de dona Ercília (Rosa, 1999) tem um tom altamente confessional. O texto, escrito na primeira pessoa do singular, apresenta todas as dificuldades pelas quais essa senhora padeceu durante a infância, ajudando sua mãe como lavadeira e em lides domésticas, e as peripécias pelas quais passou até tornar-se a primeira professora negra da região. Sua narrativa, ainda, procura destacar as boas relações, com afilhados, compadres e amigos da sociedade local que conseguiu manter, não obstante o preconceito racial ainda presente. Essa tensão entre uma origem humilde e laços sociais convenientes é assinalada no primeiro parágrafo após a apresentação de seus dados pessoais: "Minha origem é de família pobre, benquista em toda a sociedade, com ótima relação familiar e social" (Rosa, 1999, p. 152).[54]

A narrativa segue relatando a oportunidade que Ercília teve de estudar. A aquisição de material escolar – através da venda de araçás – é metafórica do esforço para obter a escolarização, mas também das redes sociais em relação às quais a autora expressa sua gratidão: a dona Glória, que lhe deu uma lousa, e mesmo aos "fregueses certos" da venda das frutas. O tom da narrativa ressalta a um só tempo as situações de grande necessidade pela qual passou, necessitando trabalhar desde muito cedo – apontando uma infância diferenciada, devido à impossibilidade de brincar – e os vínculos afetivos criados com as famílias e crianças de que cuidou.

A autora apresentou-se como vencedora em sua trajetória de vida, e creditou tal condição aos esforços de sua mãe, ao auxílio de seu irmão e à graça divina. "Graças a Deus, venci, juntamente com minha mãe que apesar de analfabeta, lutou junto comigo,

---

segmento letrado dessa família, que produziu os pequenos textos autobiográficos aqui analisados. Dona Ercília possuía um diário, ao qual, contudo, não tive acesso.

[54] Conforme Barcellos (1996, p. 135) ao estudar a ascensão social de famílias negras em Porto Alegre, "A vida como pobre é referida como uma luta de pais e avós para vencê-la, superá-la através da educação dos filhos, do investimento para uma casa melhor, um bairro melhor, uma escola melhor".

dando-me irrestrita colaboração e todo apoio possível" (Rosa, 1999, p. 153). Em paralelo aos vínculos familiares que a levaram a vencer, Ercília assinalou a importância de relações solidárias verticais, exemplificadas num vaticínio do Juiz de Paz que sintetiza a trajetória de ascensão social bem-sucedida: "estudes bastante e tenhas boa conduta, pois tu vais trabalhar" (Rosa, 1999, p. 153).

Dona Ercília teve o cuidado de apresentar uma trajetória social ascendente sem, contudo, esquecer-se de agradecer, profundamente católica, aos que estiveram com ela: Deus, sua mãe, seu irmão e a Virgem Maria, as professoras e a diretora da escola, seus colegas, muitos dos quais vieram a tornar-se políticos na localidade. Com eles compartilhava uma conquista que lhe enchia de orgulho:

> Devido aos problemas da época, e à forte discriminação racial, existente em nossa sociedade, principalmente com relação à tez da pele, destaco ainda, que mesmo assim, fui a primeira mulher negra a receber o diploma no Colégio General Osório e a ingressar nos quadros do magistério Osoriense.
> Nesse sentido, relato um acontecimento do qual fui personagem central. Quando recém-formada, em busca de trabalho, uma senhora que ainda vive em Osório, disse à minha mãe: **Não deixe a tua filha trabalhar como professora. Põe na cozinha dos outros, que ganhará roupa velha, comida e dinheiro livre.**
> Obtendo como resposta o não, assim aconteceu: **Dona Santa, eu fico sozinha, com Deus. Deixo ela seguir seu destino.**
> Esta senhora foi infeliz em sua colocação e aconselhamento, enganando-se redondamente. *Eis que por toda minha trajetória de vida tive ótimas conquistas e consideração, principalmente na realização profissional e pessoal.* (Rosa, 1999, p. 154. Grifos em negrito originais; em itálico, meus)

Dona Ercília atribuiu, portanto, à providência de sua mãe, que não seguiu aquele conselho, o fato de ter conquistado a condição de professora. Conforme assinalado por Mello (2012, p. 224), "botar uma filha para trabalhar" implicava em privá-la do aprendizado formal. Rosalina fez a opção de garantir esse último para sua filha. Era o destino de Ercília, ao qual a mãe fez o seu papel de não se opor, de deixar-se cumprir.[55] Como visto anteriormente, a importância de tal entendimento é ressaltada pelo fato de sua mãe ser analfabeta.

O trecho final do excerto sintetiza a maneira como Ercília narrou sua vida no texto: *conquistas*, decorrentes de seu próprio esforço e, porque não dizer, do investimento familiar de sua mãe e de seu irmão e da graça divina, mas também *consideração* de pessoas da sociedade local – não obstante o racismo, sempre ressaltado

[55] Conforme veremos no capítulo 6, a ideia de um destino, de uma missão de vida também se encontra presente em seu filho.

– em relação às quais a biografada não apenas manifesta gratidão, mas com as quais tinha vínculos afetivos valorizados como um aspecto significativo em sua vida[56]. Por exemplo, Ercília Marques da Rosa relatou o período em que viveu em Bananeiras, trabalhando como professora, enumerando as casas onde residiu, as pessoas que a abrigaram, os filhos que foram seus alunos, e os afilhados que ali teve.

A biografada dissertou, ainda, sobre seu matrimônio, sobre a participação política de sua família junto ao Partido Trabalhista Brasileiro,[57] a perda de seu marido, e sua nomeação como subprefeita do distrito do Morro Alto, na década de 1980, por ocasião do processo de redemocratização do Brasil. Seu relato possui a tônica de demonstrar uma trajetória de ascensão social baseada no próprio esforço, vencendo dificuldades socioeconômicas e o racismo. Tal esforço foi coadjuvado por relações amistosas com alguns integrantes da sociedade local e por uma aliança matrimonial privilegiada.[58]

O texto de sua nora, por sua vez (Rosa, 2008) não possui o mesmo tom confessional e, ao contrário daquele de sua sogra, não se propõe a uma narrativa exaustiva acerca de sua vida, apenas relatar histórias – relativamente fragmentárias – pelas quais passou dona Ercília, a partir de relatos da própria. Assim, seu texto disserta acerca da condição de sua avó escrava; de um salvo-conduto por ela utilizado para circular durante a década de 1940; das lavadeiras de Osório; das bonecas com as quais dona Ercília brincava em sua infância; de seu casamento e atividades camponesas promovidas quando não estava em sala de aula.

Marilda da Rosa escreveu ainda sobre o salão de baile pertencente a Júlio Elói da Rosa, seu sogro, e acerca do fato de ali dançarem brancos e negros juntos, desafiando a segregação racial então vigente (ver capítulo 4). O texto registra, ainda, a narrativa acerca da mãe de sua sogra, Rosalina, instando o neto Wilson, seu marido, a buscar as terras pertencentes àquela comunidade enquanto ele preparava-lhe palheiros. Esse relato é idêntico ao apresentado por Wilson em entrevistas diversas, o que leva a crer que, possivelmente, trate-se não de uma memória de sua sogra, mas de seu marido (ver capítulo 6). De qualquer maneira, o relato de Rosa (2008) em seu texto conclui pela

[56] Tais sentimentos de dívida, em paralelo à honestidade da família negra, foram sublinhados também por Barcellos, 1996, p. 148-154. O passado escravo, a pobreza são "utilizados como elementos enfáticos da força moral da família negra, forjada na escravidão (...)". (Barcellos, 1996, p. 145)

[57] Nessa família, percebe-se o constatado por Barcellos (1996): vinculações ideológicas e políticas, filiações religiosas e de compadrio poderiam inseri-los em redes mais amplas. Ver capítulos 4 e 6.

[58] Ver primeiro interlúdio de racialização.

participação, não relatada, mas testemunhada, de dona Ercília nas lutas comunitárias pelo reconhecimento e titularização de Morro Alto como “remanescente de quilombos”.

Tônica um tanto diversa é a apresentada no texto de seu marido, Wilson Marques da Rosa (2004), que se apresenta na condição de pesquisador e presidente da Associação Rosa Osório Marques. Talvez por não se propor a uma análise da trajetória familiar ou a uma narrativa biográfica, acerca de si ou de sua mãe, o autor coloca-se em um maior distanciamento ao narrar, na terceira pessoa, a história dos negros na região do Capão da Canoa. Atribuindo à tradição e à história oral, dá conta de uma fuga em massa de cativos após um desembarque clandestino e de um massacre ali ocorrido por ocasião da Revolução Farroupilha. Cumpre observar (ver capítulo 6) que as mesmas narrativas me foram relatadas por ele em entrevista, atribuídas à sua vó, que, possivelmente, representava a fonte de tais relatos orais. Ou, ainda, ele pode ter creditado a sua avó a origem de relatos escutados de forma mais difusa.

Wilson Marques da Rosa prossegue arrolando diversos negros que contribuíram para a formação da cidade de Capão da Canoa, seja com melhorias urbanas, desempenhando atividades como parteiras, vendedores de produtos agrícolas, benzedeiras, e proprietários de salões de baile onde negros podiam dançar, inclusive um salão misto, onde brancos e negros podiam dançar juntos (ver capítulo 4):

> O Santa Rosa enfrentou o racismo, na prática, permitindo o acesso de brancos e o uso do mesmo espaço entre as duas etnias. Custou-lhe o ônus de abaixo-assinados, solicitando o fechamento do salão, com acusações infundadas. O delegado da cidade Sr. Prates, homem correto de bom censo [sic], não se dobrou às pressões e deu grande contribuição para barrar o racismo, permitindo que o salão continuasse a sua missão.
> O proprietário do salão SR. JULIO ELOI DA ROSA, além da dar a sua contribuição para a cultura e o lazer, juntamente com os seus pais, avós, irmãos e irmãs, também deram sua participação para o desenvolvimento na urbanização, construção civil, limpando ruas, lavando roupas, trabalhando em hotéis ou tocando bailes como o seu irmão gaiteiro CHICO ILÓRIO. (Rosa, 2004, p. 44)

Efetivamente, Wilson fala de sua própria família, apresentando seus méritos na formação da sociedade de Capão da Canoa, inclusive o combate ao racismo representado pelo salão de bailes de seu pai. Porém, o faz sem admiti-lo, já que em nenhum momento explicita seu pertencimento familiar.[59] Wilson chega mesmo a falar

[59] Embora o autor grafe os nomes de pessoas de sua família em caixa alta, o faz também com outros negros da comunidade caponense, não havendo para tal um parâmetro familiar, portanto. O texto não deixa claro o critério utilizado para escolher esse tipo de fonte.

de si terceira pessoa. Creio que imprimir um maior distanciamento através desse recurso retórico é uma maneira de criar uma percepção de imparcialidade para a narrativa.[60]

> Também na área da política os negros deram sua contribuição, com eleição de WILSOM [sic] MARQUES DA ROSA para vereador na primeira eleição no município, com uma votação expressiva. Confirmou seu compromisso social, apresentou projetos para a criação da Biblioteca da Câmara. Atuou para a organização e regulamentação dos vendedores ambulantes, na luta pela causa Negra, criou e apoiou a escola de samba, grupos de pagode e o fortalecimento do carnaval de rua, entre outros.
> No compromisso com a preservação do patrimônio AFRO, luta atualmente pela regulamentação das terras QUILOMBOLAS. (Rosa, 2004, p. 45. Palavras em maiúsculas originais.)

Embora existam convergências entre as diferentes formas como esse núcleo familiar represente sua história, há ênfases diversas, que, contudo, não são divergentes. O relato de dona Ercília e, em menor grau, de Marilda, apontam para um processo de ascensão social com base no esforço, no trabalho e em alianças verticais – *conquistas* e *consideração*. O de Wilson indica a resistência negra na região, e não propriamente uma memória doméstica e familiar. Essa distinção entre uma memória referente a episódios públicos ou privados será retomada no capítulo 6.

Se a autorrepresentação dessa família agrega um itinerário de ascensão social ascendente com base em alianças sociais verticais – mas poderíamos acrescentar horizontais –, mobilização de esforço familiar e pessoal, e uma narrativa de resistência negra, é porque nas experiências sociais desse grupo esses elementos estavam colocados. É o que analisarei nos capítulos seguintes. Porém, antes, vejamos como as hierarquias raciais operavam na realidade escolar.

*Interlúdios de racialização I – O aprendizado da 'cor'.*

Foi raro o ingresso à experiência escolar para os entrevistados na faixa de 80 ou 90 anos. Além de uma hierarquização propriamente racial no acesso à educação básica, também contavam fatores de classe, já que cabia aos filhos de camponeses ajudarem seus pais na lavoura, tendo pouco ou nenhum tempo para se dedicar aos estudos. Além disso, as escolas, quando existiam, eram distantes, de forma que a maior parte deles permaneceu analfabeta. Mesmo para aqueles que conseguiram estudar, a realidade

[60] Conforme Artières (1998, p. 28, Grifos originais), "Um traço comum às práticas de arquivamento é com efeito um desejo de *tomar distância em relação a si próprio*". Além disso, o autor ressalta a sua pretensão a um papel de *testemunho.*

escolar também produzia suas hierarquias raciais: era um espaço de *aprendizado* do lugar reservado para brancos e negros naquela sociedade.[61] O espaço ocupado pela realidade escolar é bastante significativo nos relatos de experiências de racismo.

Três netos de Felisberta e Manoel Inácio que eu entrevistei me relataram ter tido acesso ao ensino fundamental em uma escola no Espraiado.[62] O tempo que as crianças puderam permanecer na escola foi inversamente proporcional à sua ordem de nascimento, o que indica que se reservou aos mais novos uma maior possibilidade de estudo, enquanto os mais velhos estavam mais diretamente engajados no sustento da unidade familiar. No entanto, nisso interferiram também fatores de outra ordem. O senhor Manoel Inácio Marques Neto, por exemplo, abandonou a escola por se ter desgostado de práticas racistas no meio escolar que, assim, é lembrado local racialmente hierarquizado:

> Manoel Inácio Marques Neto – a professora era mais assim, ó, do lado dos brancos do que do lado dos negros, porque os negros nunca puderam se trajar como os brancos. (...) Então assim ó, ela torcia mais pro lado dos brancos porque os brancos foi que deram asas pra ela trabalhar de professora. (...) Os negros andavam atrasados. Com a calcinha, desse tamanhozinho. Os brancos andavam com a calcinha comprida, que nem eu tô. [63]

A percepção de favorecimento dado pela professora aos alunos brancos era explicada pelas vestimentas mais humildes utilizadas pelos demais, mas principalmente ao fato dela ter sido alçada à condição docente pelas boas relações com a sociedade branca. Certamente esse fator contribuiu para o êxodo escolar,[64] pois sua irmã, a caçula Eva, estudou os quatro anos do ensino fundamental com uma professora negra, de nome Hermínia, que inclusive era "meio parente".[65] Ao contrário do irmão, Eva não saiu da escola. De qualquer forma, cumpre notar que as crianças, detendo um grau mínimo de alfabetização, poderiam ler as cartas para seus pais e avós, assim como, já visto, os filhos de Rosalina poderiam ter escrito cartas para sua mãe. Essa tarefa poderia ser desempenhada, mesmo, por elementos externos ao núcleo familiar, vizinhos, amigos ou integrantes da família extensa.

---

[61] Para uma reflexão e análise acerca de como a realidade escolar reproduz hierarquias sociais, ver Bourdieu e Passeron (1982).
[62] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório, entrevista com dona Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório, entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[63] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[64] O racismo também aparece como fator de evasão nas narrativas coletadas por Barcellos (1996, p. 219).
[65] Entrevista com dona Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

Nesse sentido, o empoderamento de mulheres negras à condição de professoras era fundamental para esse grupo para o acesso à educação e para não serem discriminados na realidade escolar. O elemento chave na interpretação da conquista por Ercília Marques da Rosa – prima de Eva e Manoel Inácio Neto – da condição de primeira professora negra do litoral norte foi a *luta* – dela e de sua mãe – para que tivesse a possibilidade de educar-se e formar-se como docente. A condição docente era uma das raras condições de ascensão social em uma sociedade em que as mulheres tinham poucas oportunidades. Sobretudo, era uma forma de protagonismo feminino no espaço público, insuspeita face aos perigos da *rua*, um lugar perigoso e aviltante para a honra das mulheres.

No entanto – talvez pelo potencial papel democratizador de uma professora negra nas relações raciais em sala de aula, como se depreende do relato de seus primos –, ela enfrentou forte resistência para que pudesse desempenhar a profissão arduamente obtida. Conforme relato de seu filho, em 1945 Ercília foi designada para lecionar na região de Bananeiras, não tendo sido aceita pela sociedade local.[66]

Ela apelou ao Presidente da República, Getúlio Vargas, que acolheu seu pedido e a autorizou a dar aulas. Ainda assim, sofreu represálias da prefeitura por "pular a hierarquia" e buscar uma interlocução direta com o Presidente. Vale destacar que se apelou à figura benevolente de Vargas, reconhecido, através de diversos estudos com comunidades negras rurais, como instituinte de direitos (Mattos, 2004, p. 63, Mattos, 2005a, p. 54-55; Dezemone, 2004, p. 125-135). Porém, não se tratou nesse caso de um canal institucionalizado de acesso a direitos, mas de *alguém* com quem se podia contar. Não se trata de um direito assegurado, mas de uma *dádiva*. Essa não foi recebida, porém, de forma passiva: Ercília tomou a iniciativa de dirigir a missiva por saber que Vargas poderia interceder por ela.

O problema racial era um aspecto de tensionamento, pois, da realidade escolar, não apenas para discentes, mas também para docentes. Por outro lado, a condição de professora assegurava um *status* considerável dentro da comunidade negra, a ponto de vencer obstáculos cromáticos que operavam no mercado matrimonial local. Com efeito, o marido de Ercília, Júlio Elói – ou Hilório – era "bem claro". Além disso, era proprietário de uma venda, gozando de bastante prestígio na "Prainha". Ercília, por sua vez, tinha o apelido de Preta como derivação da tez de sua pele. No entanto, a

[66] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

desvantagem, no que toca à “cor”, foi compensada através do lugar simbólico de professora: alguém que, não apenas difundia o conhecimento, mas permitia a alunos negros um maior acolhimento em escolas, era inteligente e conquistara tal espaço por meio de muita *luta*. Tal situação foi recorrente na comunidade em questão, repetindo-se em outras famílias.

Se a dura experiência de discriminação racial era aprendida na escola, porém, veremos no próximo interlúdio que existia uma memória familiar substantiva sobre as experiências de racialização. Não só de preconceito se vivia: as representações a respeito não apenas eram muito concretas, como eram *constitutivas* da forma como se percebiam no mundo.

## Capítulo 2 – Geração de escravos

> Tanto habló de la familia, que los niños aprendieron a organizarle visitas imaginarias con seres que no sólo habían muerto desde hace mucho tiempo, sino que habían existido en épocas distintas. Sentada en la cama con el pelo cubierto de ceniza y la cara tapada con un pañuelo rojo, Úrsula era feliz en medio de la parentela irreal que los niños describían sin omisión de detalles, como si de verdad la hubieran conocido. (Márquez, 2006 p. 390-391)

Este capítulo dedicar-se-á à investigação das representações do passado escravista por parte dos descendentes de cativos. Embora tenha estudado diversos documentos escritos, não esperem os leitores uma apreciação da estrutura agrária ou uma história social da escravidão em Conceição do Arroio ou na Fazenda do Morro Alto. As páginas que dedico à avaliação desses aspectos não têm como objetivo esgotá-los ou deles dar conta, mas sim melhor localizar os sujeitos investigados e substancializar a posterior análise da memória daqueles processos, assunto ao qual dedicarei a segunda metade do capítulo.

Partindo de Durkheim e Mauss (2002, [original de 1903]), Chartier (2002, p. 72-73) discutiu o conceito de representações, contrapondo-o ao de mentalidade. Segundo o autor, aquela noção permitia averiguar: a) trabalhos de classificação e recorte em uma sociedade contraditoriamente construída; b) práticas que levam ao reconhecimento de identidades e disposições próprias perante o mundo; e c) a institucionalização dessas formas em grupos, comunidades ou classes. Dessa maneira, o conceito de representação

traz novamente a contradição e a diversidade social –os conflitos – para a apreciação de cultura e identidades. O conceito de mentalidade tende a achatar e homogeneizar tais nuances. Nesse sentido, não se pretende verificar uma suposta avaliação socialmente difundida do passado escravista. Pelo contrário, circunscreveu-se um grupo bastante específico e pretende-se avaliar as implicações de suas representações do tempo do cativeiro na identidade familiar.

*O pardo Manoel Inácio, também chamado de Manoel Inácio Osório Marques*

A escrava Angélica deveria estar feliz no dia 30 de novembro de 1847. Naquela terça-feira de meia-lua, nasceu seu primeiro filho, o pardo Manoel,[1] patriarca do grupo familiar por mim analisado. A jovem mãe pertencia à senhora Isabel Maria Osório, casada com Pascoal Marques da Rosa. Essa última era grande proprietária de terras, gado e canaviais na fazenda do Morro Alto, no atual município de Osório – inclusive na localidade de nome Espraiado. Além disso, era terratenente na Fazenda do Arroio, em Capivari [2], e em São Francisco de Paula de Cima da Serra, segundo atesta seu inventário, de 1867.[3]

Não se sabe se foi um parto complicado ou não, mas infere-se que, após as lancinantes dores, mãe e avó, Inácia, deleitaram-se com a vista do bebê. Segundo a memória familiar, Manoel era filho de um senhor, provavelmente Pascoal Osório Marques, de que reuni alguns indícios apresentados no capítulo 3. Segundo seus descendentes, Manoel Inácio era "*gente* dos Marques", isto é, pertencente àquela família, embora escravo, e agarram-se, para sustentar sua versão, ao fato dele ter chamado seus possíveis meio-irmãos para batizar seu primogênito e de ter possuído, em liberdade, o sobrenome senhorial.[4]

Todavia, a prática de integrantes da família senhorial apadrinharem os filhos de seus cativos não foi rara no Brasil escravista (Machado, 2008). O próprio Manoel Inácio

[1] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 23r

[2] Atualizei a grafia de Capivary. Contudo, não empreguei o nome do município que veio se a tornar – Capivari *do Sul* – pela mesma razão pela qual utilizo as denominações correntes no período a que se referem: Conceição do Arroio e São Francisco de Paula de Cima da Serra, e não Osório e São Francisco de Paula.

[3] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.

[4] Trata-se de uma interpretação dos próprios pesquisados. Não a assumo como minha, apenas me proponho a apresentar e discutir os seus significados para eles. Contudo, estou ciente de que o termo *gente* e o uso do sobrenome senhorial eram mais difundidos do que meus entrevistados gostariam de admitir.

teve como padrinhos Thomaz Osório Marques e Rosa Osório Marques, filhos de sua senhora Isabel Maria Osório – e irmãos de seu suposto pai.[5] *Sui generis*, porém, foi o fato de ter sido herdado por seu padrinho após a morte de sua senhora.[6] Com efeito, Manoel Inácio figura entre os cativos de Thomaz Osório Marques em seu inventário de 1885.[7] Estudos importantes da historiografia brasileira sublinham a contradição entre a instituição do compadrio e a condição senhorial (Schwartz, 1988). Seu caráter de *exceção* evidencia, antes de tudo, o trânsito daquela família escrava frente à casa-grande.[8]

Como possível neto da *sinhá* e como afilhado de seu filho, Manoel Inácio não foi para o eito. No inventário de Isabel Maria Osório, em 1867, ele tinha 19 anos e trabalhava como campeiro.[9] Existe extensa discussão historiográfica acerca da situação dos campeiros nas fazendas de criação. Monsma (2011) atribui aos escravos campeiros relações de dominação mais pessoalizadas, que implicavam em "certo grau de respeito pela competência de escravos específicos e uma tendência de confiar neles e atribuir-lhes maiores responsabilidades". Em tal pessoalidade residia também índices de *confiabilidade* dos mesmos cativos. No entanto, o autor também assinala a contradição dessa situação, na medida em que os campeiros também eram "orgulhosos", "briosos" e tinham acesso a armas e cavalos, o que poderia implicar em uma potencial instabilidade.

Araújo (2008), todavia, inscreve esse maior poder de barganha nos marcos da resistência escrava, através da utilização estratégica das regras impostas pelos senhores.

---

[5] Dentre os cativos (1841-1868) e ingênuos (1871-1888) batizados em Conceição do Arroio, 9,04% foram batizados por padrinhos e 12,57% por madrinhas pertencentes à família senhorial. Se nos restringirmos apenas às famílias terratenentes no Morro Alto, essa proporção eleva-se, respectivamente, para 16,62% e 22,25%. Tal diferença pode representar uma política paternalista mais relevante entre os Marques da Rosa, Osório Marques ou Nunes da Silveira. Não obstante, também é possível que eu tenha podido identificar melhor os laços de parentesco entre os senhores por possuir um domínio maior sobre a genealogia das referidas famílias. Fonte: IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio.

[6] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.

[7] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1883.

[8] Os livros de registros permitem antever raros casos em que cativos foram apadrinhados por seus senhores, e os mesmos parecem específicos da política paternalista adotada pelos Osório Marques, na medida em que apenas essa família assim procedeu. Foi o caso do mulato Luciano, nascido em 20 de abril de 1844, filho da escrava Florinda. Seu padrinho era Pascoal Osório Marques, marido da *sinhá* Ana Maria Nunes, também sua madrinha (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 5v); da mesma forma, a parda Clementina, filha da escrava Angélica e meia-irmã de Manoel Inácio, teve como madrinha sua senhora Isabel Maria Osório (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 8r).

[9] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.

Dialogando com Genovese (1988), o autor percebe, portanto, o paternalismo como um espaço de embates e disputas também entre os cativos dedicados à pecuária. Se o número de campeiros era reduzido em relação aos roceiros – um número pequeno[10] podia cuidar de extensos rebanhos – aos senhores podiam arrancar concessões, devido a aspectos como a premência das possibilidades de fugas em um contexto fronteiriço e as próprias características intrínsecas ao trabalho pecuário.

Faria (1998 p. 326) e Osório (2007 p. 156-157) verificaram uma correlação positiva entre a presença de famílias escravas e a existência de atividade econômica pecuarista. Os vínculos afetivos estabelecidos por tais famílias podiam ter o papel de obstaculizar a fuga de cativos (Weimer, 2008a). Eventualmente, tal possibilidade de fuga foi apontada como um obstáculo – quiçá impeditivo – para o emprego de escravos na pecuária (Maestri, 2008, p. 185), o que não vem sendo corroborado pelas evidências empíricas de estudos mais recentes (Zarth, 2002, Osório, 2005 e 2007, Araújo, 2008, Weimer, 2008a, Teixeira, 2008, Farinatti, 2010).

O trabalho não-vigiado de cativos vem sendo mais analisado no que toca ao meio urbano (Chalhoub, 1990, Xavier, 1996 e Moreira, 2003). No entanto, Lara (1988, p. 235-236) sublinhou que também no meio rural "todo um universo de relações pessoais encarregava-se de identificar os cativos e reafirmar sua condição, lembrando-lhes quem era seu senhor e controlando-lhes as atividades". Assim, a identificação dos cativos como tais extrapolava as dimensões de cada propriedade, obstaculizando fugas. No que toca ao meio rural rio-grandense, as possibilidades de mobilidade espacial de cativos foram apontadas por Oliveira (2006).

Florentino e Góes (1997) atribuíram às relações familiares escravas um papel estabilizador. Efetivamente, os Marques tiveram a prática de manter em cativeiro parte das famílias enquanto a outros era conferida a possibilidade de trânsito espacial entre litoral e serra. Ao fazer isso, introduziam, porém, expectativas e frustrações dos escravos no cálculo político do escravismo, o que poderia ser potencialmente desestabilizador – a exemplo de um processo crime analisado, em que um capataz forro foi morto por um escravo campeiro, seu afilhado (Weimer, 2008a, p. 47-65).

Como sublinha Slenes (1999, p. 50), a história é pródiga em exemplos de que a condição de 'reféns' levou à criação de solidariedades. Esse autor e Cristiany Rocha (2004) enfatizaram, para além de concessões senhoriais, seu pólo criador de laços

[10] Creio que em Conceição do Arroio essa proporção fosse ainda menor, por se tratar de uma localidade mais agrícola do que Cruz Alta, estudada pelo autor.

horizontais mediante a conservação de referenciais de memória africana e a criação de solidariedades entre os cativos. O primeiro aspecto será problematizado especialmente neste capítulo e no capítulo 5. Quanto ao segundo, os leitores encontrarão solidariedades familiares para dar e vender e para todos os gostos ao longo deste estudo.

Farinatti (2010, p. 349) sublinhou a elevada taxa de masculinidade em regiões pecuaristas, o que dificultava o acesso a uniões estáveis. Longe de negar a importância das famílias escravas entre campeiros, essa constatação destaca a vantagem diferencial daqueles que as possuíam: segundo o dito popular, "em terra de cego, quem tem um olho é rei". Além disso, como veremos, a região por mim estudada estava distante da economia *ganadeira* de Alegrete, por ele estudada.

Concordo com Hebe Mattos, quando afirma que a mobilidade espacial, os laços familiares, e o acesso costumeiro à terra era vivenciado pelos escravos como uma aproximação de experiências de liberdade (Mattos, 1998, p. 89). A conjunção de indícios disponíveis – sua "cor", as evidências de ter sido filho de um senhor, a maior especialização, o fato de ter constituído família e pertencer a uma família de crioulos que estavam com o Marques havia gerações – faziam de Manoel Inácio um cativo diferenciado face à homogeneidade que o sistema escravista pretendia imprimir (Mattos, 1998, p. 124). Não apenas, pois, a condição de campeiro, embora ela também.[11] No entanto, há que levar em conta, conforme sublinhou Rocha (2004, p. 135), que "essa proximidade com a casa-grande não implicou necessariamente um afastamento ou conflito com relação à senzala". Filho de senhor ou não, Manoel Inácio era, antes de tudo, um cativo, e com cativos relacionou-se ao casar e apadrinhar.

Poucos anos após o inventário de dona Isabel, apareceu como carpinteiro, a mais especializada dentre as profissões dos cativos de Thomaz Osório Marques.[12] Guedes (2008) assinalou a grande importância dos serviços de carpintaria em regiões de produção canavieira, para confecção e conserto de benfeitorias. Embora o autor mencione pretos forros, talvez suas observações possam ser válidas, também, para o então escravo Manoel: "carpinteiros e músicos desfrutavam de estima social por causa

[11] Em minha dissertação de mestrado, analisei o assassinato do ex-escravo Calisto por seu afilhado, o escravo Damásio, no ano de 1880. Ambos eram campeiros. No entanto, o acesso material e simbólico a determinadas condições que extrapolavam a mera especialidade profissional colocavam o primeiro em uma situação de dominação frente ao segundo – gozava da confiança senhorial para ser o capataz de seu afilhado (Weimer, 2008a). Garcia (2010, capítulo 2), como eu, encontrou situações de assimetria entre campeiros. O estatuto social, portanto, não era mera função da especialidade ocupacional.

[12] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1883. A lista de escravos anexada é da década de 1870.

de seus ofícios, não só entre forros e descendentes de escravos, mas também perante membros da elite local (...) o trabalho proporcionava dignidade e reputação social" (Guedes, 2008, p. 121).[13] Certamente, a especialização conquistada por Manoel Inácio nos trânsitos com a casa-grande representou um capital social que lhe permitiu, posteriormente, na vida em liberdade, adquirir um terreno para os seus (ver capítulo 3).

O prestígio de que Manoel Inácio gozava dentre outros cativos levou-o a ser convidado quatro vezes para ser padrinho de escravos ou ingênuos da família Marques: nos anos de 1862, 1871, 1877 e 1883. Nas duas primeiras ocasiões, foram registrados os nomes de Isabel Maria Osório e Thomaz Osório Marques como seus senhores, respectivamente.[14] Após 1877, contudo, essa informação não consta. Ele foi referido, ainda, como pardo na primeira ocasião, na qual a batizada era a escrava Filomena, filha de Severina. Segundo a memória familiar, Filomena era sua prima e irmã de Felisberta, aquela que veio a tornar-se sua esposa. Estamos, pois, face a solidariedades familiares que extrapolavam os tensos jogos de poder da hierarquia do cativeiro.

Em 1877 e 1883, contudo, ele figura com o nome senhorial – Manoel Inácio Osório Marques ou Manoel Inácio Marques Osório, conforme a ocasião.[15] Embora não possa identificar nenhum vínculo de parentesco entre o padrinho e seus afilhados, alguns laços solidários podem ser apontados: as crianças chamavam-se, respectivamente, de Manoel e Angélica. Ou seja, foram nomeadas como seu padrinho e a mãe do mesmo. A carta de alforria de Manoel data, apenas, de 30 de outubro de 1884, quando Thomaz Osório Marques o libertou sem ônus ou condição (Scherer e Rocha, 2006, p. 242). Portanto, nosso personagem já possuía um sobrenome ainda antes de usufruir da vida em liberdade.

O que pensar disso? Talvez sua condição entre a escravaria dos Marques fosse tão considerável que se considerasse autorizado à utilização do nome senhorial. Talvez gozasse, mesmo, de certa liberdade informal que o permitisse exercer algumas prerrogativas da vida em liberdade – como um sobrenome.

---

[13] O autor desenvolve algumas considerações de Mattos de Castro (1987, p.106), para quem era o trabalho para outrem, e não o trabalho manual em si, que estigmatizava os trabalhadores cativos.

[14] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 11r; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 1r. Na segunda ocasião, a madrinha era a liberta Inácia, muito provavelmente a avó materna do padrinho.

[15] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 62 v e 97v.

*Criações, lavouras, canaviais, engenhos e atafonas*

Antes de analisar as atividades produtivas da fazenda do Morro Alto, realizarei um breve histórico da ocupação daquelas terras pelas aparentadas famílias Marques e Nunes da Silveira, embasado na pesquisa realizada por Barcellos *et al*. (2004, capítulo 1) por ocasião da elaboração de laudo de reconhecimento da comunidade de Morro Alto como "remanescente de quilombos". Originários de Santa Catarina, Manoel Nunes da Silveira e os irmãos Bernardo e José Marques da Rosa (filhos do açoriano Pascoal Marques da Rosa) adquiriram em sociedade, nos primeiros anos do século XIX, datas no Morro Alto concedidas em fins do XVIII à família Paim de Andrade. Outros Marques depois estabeleceram-se na região, sendo também beneficiários de datas de terras. José Marques da Rosa desposou Isabel Maria Osório. Dentre os grupos familiares presentes no conjunto de senhores da fazenda do Morro Alto, iremos nos interessar particularmente pelos Osório Marques, proprietários de Angélica, Manoel Inácio e sua esposa Felisberta.

Após estabelecer-se ali, expandiram suas terras, sendo através da concessão de novas datas, através de alianças matrimoniais com outros proprietários da região ou ainda privilégios decorrentes de seu engajamento militar, ou simplesmente, expansão definida pelos autores como "não tão mansa e tampouco pacífica". Os autores relativizam denominação da figura jurídica definidora da propriedade fundiária entre 1822 e 1850, na esteira de obras historiográficas pertinentes.[16] De qualquer forma, nos inventários analisados, figuram terras no Morro Alto mas também em suas circunvizinhanças – Ribeirão, Borba, Espraiado, Aguapés – ou além – Cangalha, Pedra Branca, Capivari, São Francisco de Paula de Cima da Serra. O conjunto formado pelas primeiras localidades configurou um conglomerado fundiário apropriado coletivamente. Suas fronteiras eram difusas e sua administração, familiar.[17] Não havia nos registros paroquiais de terras de meados do século XIX uma preocupação de delimitar de forma estrita as propriedades familiares. Os autores atribuem isso a dois fatores determinantes:

> Isto expressa, por um lado, a realidade de uma unidade produtiva cujos donos pertenciam a uma mesma família. Não existia, nesse momento, por parte dos mesmos, a necessidade, a preocupação – ou mesmo o conhecimento – da delimitação exata da extensão e da localização do quinhão de cada um neste território. Por outro lado, a família Marques não tinha interesse em demarcar

[16] Para uma apreciação da violência intrínseca à apropriação de terras no século XIX, ver Motta (2008).
[17] Sobre o caráter impreciso dos limites fundiários oitocentistas, ver Osório (1990) e Motta (2008).

> com exatidão suas terras – a imprecisão dava margem ao uso da força e do poderio político para resolver eventuais conflitos territoriais (Barcellos *et al.*, p. 50)

Encontrei outro exemplo, em que a testadora, no ano de 1876, admitia explicitamente que seu irmão criara seus escravos. De onde concluí: "mais do que a formalidade do nome do dono de cada um, o importante para as famílias de escravos era onde morariam, trabalhariam, se poderiam conviver uns com os outros". (Weimer, 2008a, p. 58). O caráter familiar do empreendimento escravista dessa fazenda era potencializado pelo fato de que a fragmentação das terras decorrente do passar de gerações foi evitada pela prática corrente de realizar casamentos entre si. Verifiquemos o quadro abaixo e gráfico genealógico, extraídos de Barcellos *et al* (2004):

**Quadro 2 – Alianças matrimoniais das famílias Marques da Rosa e Nunes da Silveira – século XIX [18]**

| Pais | Casamentos realizados por seus filhos |
|---|---|
| **Antônio Marques da Rosa (8)** | Não temos notícias de casamento ou filhos de Antônio; sabe-se que suas terras passaram a Joaquina Maria Marques (n. 7). |
| **Joaquina Maria Marques (7) e João Antônio Alves (21)** | De seus três filhos, apenas Manuel Antônio (Manduca) (n. 25) casou-se, com sua prima Maria Osório Marques (n. 31). |
| **Manuel Marques da Rosa (9) e Flaviana Maria Rosa (22)** | Teve três filhos e uma filha. Maria (n. 27) permaneceu solteira, enquanto Antônio (n. 26) casou-se com uma integrante da família Osório (n. 44); tanto José Marques da Rosa sobrinho (n. 28) quanto Manuel Marques da Rosa filho (n. 29) desposaram primas de segundo grau (Rosa Osório Marques Sobrinha – n. 56 e Joaquina Marques da Silveira – n. 63) |
| **Bernardo Marques da Rosa (10)** | Sua filha única – e natural, Maria Bernarda Marques (n. 30), casou-se com um filho de Manuel Nunes da Silveira (n. 17). |
| **José Marques da Rosa (11) e Isabel Maria Osório (12)** | Tiveram cinco filhos. Tanto Maria Osório Marques (n. 31) quanto Tomás Osório Marques (n. 34) casaram-se com primos de primeiro grau: Maria pela parte dos Marques (n. 25), Tomás por parte dos Osório (n. 40). Pascoal Osório Marques (n. 32) casou-se com Ana Osório Nunes (n. 49), neta do sócio de seu pai, e também da família Osório. Verifica-se, também, um caso de sororato: Ana Osório Marques (n. 33) casou-se com Ponciano (n. 18), filho de Manuel Nunes da Silveira, e faleceu sem deixar filhos. A família insistiu na aliança matrimonial entre Marques e Nunes da Silveira, de forma a promover o casamento entre Rosa Osório Marques (n. 35) e o viúvo de sua irmã. |
| **Manuel Nunes da Silveira (5) e Maria Clara Marques (6)** | Dois de seus quatro filhos, Ponciano (n. 18) e José (n. 17), desposaram filhas de seus sócios. Marcelino (n. 19) casou-se com uma integrante da família Osório (n. 45), porém sua filha também se casou com filho do sócio de seu pai. Finalmente, Manuel Nunes da Silveira (n. 20) foi o único que não se casou com integrante das famílias Osório ou Marques da Rosa. |

[18] Fonte: Barcellos *et al.* (2004, p. 45). Os números entre parênteses dizem respeito ao gráfico genealógico de número 2, anexado em seguida.

**Gráfico genealógico 1 – Famílias Marques da Rosa, Osório e Nunes da Silveira**[19]

[19] Fonte: Barcellos *et al.* (2004, p. 55-57). Os autores empregaram triângulos para identificar indivíduos do sexo masculino. Nas demais genealogias desta tese, de minha autoria, utilizaram-se quadrados.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 – **Pascoal Marques da Rosa** natural dos Açores | 19 – **Marcelino Nunes da Silveira** | 37 – **Joaquina Francisca da Terra** | 55 – **Maria Osório Marques** (1858-1859) | 73 – **Bernardina** n. 1880 |
| 2 – **Ana Marques de Jesus** natural de Conceição da Lagoa, Santa Catarina | 20 – **Manuel Nunes da Silveira Filho** | 38 – **Manuel Luís da Silva Borges** n. 1777 | 56 – **Rosa Osório Marques Sobrinha** (1844-1885) | 74 – **Joaquina** n. 1882 |
| 3 – **Tomás José Luiz Osório** falecido em 1815 | 21 – **João Antônio Alves** nasceu em Santa Catarina, faleceu em 1841 | 39 – **Bernardino da Terra Osório** faleceu em 1876 | 57 – **Joaquim de Azevedo e Souza** | 75 – **Pascoal** n. 1883 |
| 4 – **Rosa Joaquina da Souza** nascida em Rio Grande | 22 – **Fabiana Maria Rosa** | 40 – **Ana Maria Osório** (1834-1926) | 58 – **Francisca Cândida da Anunciação** | 76 – **Norberto Osório Marques** n. 1885 |
| 5 – **Manuel Nunes da Silveira** falecido em 1841 | 23 – **João Antônio Marques** (1825-1881) | 41 – **Manuel da Terra Osório** | 59 – **Joaquim de Azevedo e Souza Filho** | 77 – **Antônio Osório Marques da Rosa** n. 1887 |
| 6 – **Maria Clara Marques** | 24 – **Maria Joaquina Marques** faleceu em 1876 | 42 – **Josefa Maria Osório** faleceu em 1903 | 60 – **Antônio de Azevedo e Souza** | 78 – **Luciana Osório Marques** (1893-1969) |
| 7 – **Joaquina Maria Marques** faleceu em 1872 | 25 – **Manuel Antônio Marques** faleceu em 1886 | 43 – **Manuel Luís Osório** (Marquês do Herval, General Osório) (1808-1879) | 61 – **Ana Marques da Silveira** | 79 – **Manuel Osório Marques da Rosa** n. 1889 |
| 8 – **Antônio Marques da Rosa** | 26 – **Antônio Marques da Rosa** (1833-1913) | 44 – **Joaquina Osório Marques da Rosa** | 62 – **Vitória Marques da Silveira** | 80 – **Alvaro Osório Marques** n. 1891 |
| 9 – **Manuel Marques da Rosa** faleceu em 1877, nascido em SC | 27 – **Maria Marques da Rosa** nasceu em 1839 | 45 – **Bernardina Joaquina Osório** | 63 – **Joaquina Marques da Silveira** | 81 – **Otaviano Osório Marques** n. 1892 |
| 10 – **Bernardo Marques da Rosa** faleceu em 1858 | 28 – **José Marques da Rosa Sobrinho** (1837-1905) | 46 – **Vicente Luís Ferreira** | 64 – **Genoveva Marques da Silveira** | 82 – **Antonieta Osório Marques** n. 1896 |
| 11 – **José Marques da Rosa** | 29 – **Manuel Marques da Rosa Filho** (1844-1913) | 47 – **Joaquina Rosa de Jesus** | 65 – **Sebastião Marques da Silveira** | 83 – **Olímpio Osório Marques** n. 1899 |
| 12 – **Isabel Maria Osório** faleceu em 1867 | 30 – **Maria Bernarda Marques** faleceu em 1896 | 48 – **Maria Joaquina de Jesus** | 66 – **Manuel Marques da Silveira** | 84 – **Albertina Osório Marques** n. 1901 |
| 13 – **Bernardino** | 31 – **Maria Osório Marques** faleceu em 1858 | 49 – **Ana Osório Nunes** n. 1850 | 67 – **Bernardino Marques da Silveira** | 85 – **Amélia Osório Marques** n. 1903 |
| 14 – **Laura** | 32 – **Pascoal Osório Marques** nasceu em 1830 | 50 – **Ana Osório Marques** n. 1853 | 68 – **Clara Marques da Silveira** (1834-1904) | 86 – **Júlia Osório Marques** (1883-1958) |
| 15 – **Firmiano Luiz Osório** faleceu em 1872 | 33 – **Ana Osório Marques** faleceu em 1859 | 51 – **Isabel Osório Marques** n. 1849 | 69 – **José Marques Osório** n. 1871 | 87 – **João Machado Ramos** faleceu em 1882 |
| 16 – **Ana Joaquina** | 34 – **Tomás Osório Marques** Nasceu em 1832 | 52 – **João Osório Marques** (1843-1897) | 70 – **Maria Magdalena** n. 1872 | 88 – **Manuel Marques Machado** (1877-1950) |
| 17 – **José Nunes da Silveira** faleceu em 1853 | 35 – **Rosa Osório Marques** (1827-1887) | 53 – **Manuel Osório Marques** n. 1847 | 71 – **Marcelino** n. 1874 | 89 – **Romário Marques Machado** (1901-1974) |
| 18 – **Ponciano Nunes da Silveira** faleceu em 1867 | 36 – **Pedro Machado de Borba** | 54 – **José Osório Marques** (1854-1927) | 72 – **Isabel** (1878-1921) | 90 – **João Marques Machado** n. 1906 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 91 – **Osvaldo Marques Machado** n. 1907 | 96 – **Augusta Conceição de Oliveira Marques** (n. 1887) | 101 – **Florisbela Maria Rosa** | 106 – **Cândida Nunes da Silveira** n. 1865 | 111 – **Erondina Maria da Conceição** |
| 92 – **Alice Marques Machado** n. 1911 | 97 – **Protásio Marques da Rosa** (n. 1909) | 102 – **Manuel Nunes da Silveira** (1855-1888) | 107 – **Pedro Nunes da Silveira** n. 1868 | 112 – **Caetano Barcelo dos Anjos** |
| 93 – **Rosa** (n. 1843) | 98 – **Alberto** (n. 1912) | 103 – **José Nunes da Silveira** n.1855 | 108 – **Reginalda**, escrava da senzala dos Marques | 113 – **Arnestina Nunes da Silveira** |
| 94 – **Maria** (n. 1838) | 99 – **Manuel** (n. 1911) | 104 – **Antônio Nunes da Silveira** n. 1856 | 109 – **Amândia Serafina da Silva** | 114 – **Antônio "*Neca*" Nunes da Silva** n. 1930 |
| 95 – **Genoveva** (n. 1840) | 100 – **José Nunes da Silveira** faleceu em 1869 | 105– **João Nunes da Silveira** n. 1861 | 110 – **Manuel Antônio da Silva** | 115 – **Otilia dos Anjos Mittman** n. 1917 |

Sócios originais na aquisição da Fazenda do Morro Alto: 10, 11, 5

Legaram terras para seus ex-escravos: 24, 35, 42

Inventários / testamentos analisados: 5, 7, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 21, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 39, 42, 52, 54, 56, 68, 72, 88, 89, 100, 102

Entrevistas realizadas: 114, 115

Rosa Osório Marques – legou terras em testamento: 35

"*Zé Marques da cria*" – não entregou a herança legada por Rosa Osório Marques – 54

"*Manduca Marques*" – 25

Maria Bernarda Marques – 30

Morto por seu escravo (ver ponto 1.3): 87

Apontados pela comunidade como expropriadores "*não gosto de nego*" (ver ponto 1.7) : 88, 89

Protásio Marques da Rosa – no "*tempo da reforma agrária*", abrigou os acampados em sua fazenda (ver ponto 1.5): 97

Além de proprietários de terras, as famílias Marques da Rosa, Osório e Nunes da Silveira também eram grandes possuidoras de cativos, a quem recorriam em suas atividades produtivas. Com efeito, de 914 escravos batizados na freguesia entre 1841 e 1868, 226 – ou 24,72% – pertenciam àquelas famílias, e dos 645 ingênuos batizados entre a lei do ventre livre de 28 de setembro de 1871 e o 13 de maio de 1888, 149 – 23,1% – eram filhos de cativas dos Marques, Nunes ou Osório (ou composições dos três sobrenomes).[20] Engana-se quem pensa que a maior parte dos demais escravos pertencia a outros grandes proprietários escravistas. Em sua maioria, eram pertencentes a pequenos e médios lavradores que grassavam na freguesia.[21] De qualquer forma, ninguém chegava aos pés da impressionante concentração familiar da propriedade escrava.

De 28 proprietários que batizaram mais de 10 escravos ou ingênuos na freguesia, treze (46,42%) faziam parte das famílias Marques da Rosa, Nunes da Silveira ou Osório (e suas variações). Temos ainda, entre esses maiores proprietários, dois pertencentes à família Oliveira Marques. Eles não foram contabilizados por desconhecer o vínculo genealógico com os Marques de que trato. Se fôssemos levá-los em conta, a proporção subiria para 53,57%. Se subirmos para a faixa dos sete proprietários que batizaram mais de 20 ingênuos ou escravos, temos seis (85,71%) pertencentes às famílias em questão. Os dois únicos que batizaram mais de 30 ingênuos fazem parte do grupo delimitado, e o proprietário que batizou mais crianças é Manoel Antônio Marques, genro de Isabel Maria Osório, com 40 infantes.

Esses dados, talvez, expressem uma política mais ativa em estimular a reprodução natural da escravaria; porém, deve ser expressiva da concentração da propriedade escrava em suas mãos na medida em que, quando avançamos para faixas mais elevadas de número de batizados, cresce a representatividade dos Marques da Rosa, Nunes da Silveira e Osório (ou variações). O grupo familiar dos senhores de Manoel Inácio – José Marques da Rosa (6), sua esposa Isabel Maria Osório (21), seus filhos Pascoal Osório Marques (8), Thomaz Osório Marques (14), Maria Osório Marques (1), Ana Osório Marques (8) e Rosa Osório Marques (14), seus genros Manoel Antônio Marques (40), Ponciano Nunes da Silveira (3), e noras Ana Osório Nunes (5) e

[20] Fonte: IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio.

[21] Alguns estudos realizaram o importante trabalho de desconstruir a percepção do Rio Grande do Sul como um espaço exclusivo de grandes proprietários. Sobre a relevância de pequenos produtores, ver por exemplo Zarth (2002), Garcia (2005) e Osório (2007).

Ana Maria Osório (2) (não incluí os netos do casal em questão) – batizou 122 crianças, escravas ou de ventre-livre – praticamente a terça parte dos que receberam os santos óleos entre os dessas famílias. Era, sem dúvidas, um dos ramos mais abastados.[22]

Embora não tenha pesquisado diretamente em inventários, uma publicação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul apresenta um levantamento exaustivo dos dados referentes à escravidão nesse tipo documental (Pessi, 2010). Nesse catálogo, estão arrolados os escravos inventariados no Rio Grande do Sul, divididos por municípios. Constam informações como os nomes, valores de avaliação, "cor", "nação", idade ou outras eventuais peculiaridades. No que toca a Conceição do Arroio, foram reunidos 164 documentos constando 1040 cativos, cuja concentração familiar entre os Marques da Rosa, Osório e Nunes da Silveira pode ser acompanhada na tabela seguinte:

**Tabela 1 – Concentração da propriedade escrava da família Marques Conceição do Arroio (1858-1878)**

| | Escravos | % | Proprietários | % | Média |
|---|---|---|---|---|---|
| Não-Marques | 827 | 79,52 | 155 | 94,51 | 5,34 |
| Marques | 213 | 20,48 | 9 | 5,49 | 23,67 |
| Total | 1040 | 100,00 | 164 | 100,00 | 6,34 |

Aquela família escravocrata, não obstante representasse apenas 5,49% dos inventariados levantados por Pessi, detinha a propriedade sobre a quinta parte dos cativos da freguesia. E, o que é mais significativo, o tamanho médio de suas escravarias era mais do que quatro vezes superior ao dos demais proprietários:

**Gráfico 1 – Número médio de escravos em inventários de Conceição do Arroio (1858-1878)** [23]

[22] Fonte: IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio.
[23] Pessi (2010).

Para que queriam os Osório Marques tantos cativos? À parte o status decorrente de possuir muitos escravos em uma sociedade escravista, encontrava-se a acumulação de bens simbólicos e materiais que reiterassem as diferenças entre os possuidores de escravos e os demais homens livres.[24] Na produção dessas desigualdades socioeconômicas, claro está o papel dos cativos como força de trabalho nas lavouras e criações de seus senhores.

Acompanhei os inventários de Isabel Maria Osório (1867) e seus cinco filhos – Maria (1858), Ana (1859),[25] Pascoal (1884), Thomaz (1885) e Rosa (1888).[26] Optei por limitar-me ao núcleo dos senhores de Manoel Inácio e seus familiares, na medida em que a proposta era investigar as atividades produtivas em que se empregaram seus escravos, e não um exaustivo levantamento da estrutura agrária da fazenda do Morro Alto ou da freguesia de Conceição do Arroio. Da mesma forma, não levantei os documentos referentes aos esposos e esposas dos filhos de dona Isabel Maria, na medida em que os inventários não são uniformes: temos de seus genros, mas não de suas noras. Sendo assim, esses três instantâneos das atividades produtivas familiares – em fins dos anos de 1850, fins dos anos de 1860 e segunda metade dos anos de 1880 – permitirão uma apreciação das atividades em que se empregaram Felisberta e outros cativos.

Isabel Maria Osório possuía um monte-mor[27] de 25 contos, 68 mil e 600 réis. Os filhos que faleceram depois dela lograram expandir esse patrimônio. Apenas Thomaz Osório Marques tinha um patrimônio assemelhado ao de sua mãe: 29 contos, 117 mil e 831 réis. Pascoal e Rosa, todavia, possuíam ao fim da vida, respectivamente, 46 contos, 209 mil e 595 réis e 51 contos, 583 mil e 64 réis. A última mais do que dobrou o patrimônio recebido à mãe por herança. Tal se deu, em parte, pela aliança matrimonial com Ponciano, um Nunes da Silveira.

---

[24] Amparados em Moses Finley, João Luiz Fragoso e Manolo Florentino sublinharam que "o alto grau de concentração da propriedade escrava nos coloca não apenas diante de uma sociedade possuidora de escravos, mas sobretudo diante de uma sociedade escravista, definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao escravo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres". Fragoso e Florentino, 2001. p. 88.

[25] O inventário de Ana Osório Marques consiste, tão somente, no requerimento de sua abertura, não constando, todavia, o título de herdeiros, declaração de bens, avaliação ou partilha.

[26] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867; APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0304, auto n. 45, inventário de Maria Osório Marques, ano de 1858; APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0264, auto n. 20, inventário de Ana Osório Marques, ano de 1859; APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0360, auto n. 839, inventário de Pascoal Osório Marques, ano de 1884; APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1885; APERS, COA – Viamão, estante 24 e/c, caixa 030.0125, auto n. 108, inventário de Rosa Osório Marques, ano de 1888.

[27] Define-se monte-mor como o agregado bruto do valor monetário dos bens do falecido, prévio à realização da partilha e ao desconto de dívidas passivas, custas processuais e testamentárias.

No entanto, o crescimento dos bens familiares procedida por ela e seus irmãos deu-se através da expansão das propriedades para além de Morro Alto. Se a irmã falecida em 1858 já possuía bens em São Francisco de Paula de Cima da Serra, nas décadas posteriores a diversificação da localização das fazendas tornou-se uma regra. Barcellos *et al.* (2004, p. 126-127) já observaram uma desvalorização relativa das terras de Morro Alto no conjunto do patrimônio da família Marques ao longo do século XIX. As propriedades em Morro Alto e arredores, praticamente as únicas no inventário de Isabel Maria Osório, foram cedendo importância àquelas em outras regiões.

Com efeito, na década de 1880, Rosa Osório Marques possuía terras de grande vulto em Capivari e um quinhão na fazenda do Potreiro Velho, em Cima da Serra; Thomaz Osório Marques expandira as propriedades familiares para Capivari, Torres e São Francisco de Paula de Cima da Serra; e Pascoal Osório Marques tornara-se latifundiário no último município. O abandono da fazenda do Morro Alto torna-se evidente pela descrição dada à casa naquela propriedade: se o inventário de dona Isabel a qualifica como "casa de moradia", os de seus filhos Pascoal e Rosa a descrevem como "velha" e "em mau estado". Levanta-se, como hipótese, o fato do intercâmbio de açúcar e aguardente ter decaído após o cessar do tráfico negreiro, já que essas mercadorias podiam ser intercambiadas com os comerciantes atlânticos. Tal possibilidade coincide com a constatada decadência da fazenda do Morro Alto na segunda metade do século XIX, o que levou os Marques a diversificar seus investimentos produtivos. Os autores do relatório de identificação de Morro Alto como "remanescente de quilombos" atribuem a essa secundarização do território original da família Marques o fato de Rosa, que não tinha filhos, ter doado uma extensão de terras naquela fazenda para ex-cativos, dentre os quais Felisberta:

> Ao deixar parcela da Fazenda de Morro Alto para seus escravos, Rosa estava se desfazendo de uma fração de seu patrimônio que havia deixado de ter lucratividade econômica, mantendo o território ocupado por famílias de seus ex-escravos. (Barcellos *et al.* 2004, p. 128).

Felizmente, todos os inventários da década de 1880 dos Osório Marques especificam a localização dos bens semoventes. A seguinte tabela poderá dar, com maior exatidão, a dimensão da produção pecuária assumida em Conceição do Arroio, Capivari e em Cima da Serra:

| Tabela 2 – Animais nos inventários dos Osório Marques na década de 1880 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Pascoal Osório Marques (1884) [28] | | | Thomaz Osório Marques (1885) [29] | | Rosa Osório Marques (1888) [30] | |
| | CA[31] | SFPCS[32] | Capivari | CA | SFPCS | CA | Capivari |
| Reses de criar | 120 | 800 | 400 | 200 | 700 | 25 | 1000 |
| Bois mansos | 35 | 40 | 3 | 25 | | 2 | 20 |
| Bois tafonários | | | | 3 | | | |
| Bois serranos de sítio | | | | 3 | | | |
| Novilhos | | | | | | | 25 |
| Cavalos | | | | | 15 | | |
| Animais cavalares de criar | | | | | | | 30 |
| Cavalos mansos | 24 | 30 | 16 | 25 | | | 25 |
| Éguas mansas | | | 6 | 5 | | | 25 |
| Potros | | | | 1 | | | 5 |
| Burros echores | | | | 2 | | | |
| Bestas | | 16 | | | 8 | | |
| Bestas mansas | 5 | | | 4 | | | |
| Bestas chucras | 7 | | | 1 | | | |
| Animais de criar | 19 | | 30 | 11 | 20 | | |
| Ovelhas | | | 150 | 25 | | | 400 |

Percebe-se, em primeiro lugar, uma marcante preferência pela criação de reses nas fazendas de Cima da Serra ou em Capivari, que se destaca também pela produção de ovelhas. Efetivamente, à exceção dos faxinais do Morro Alto e do Borba – diversas vezes descritos nos inventários como pantanosos – aquelas terras eram mais propícias à agricultura nas encostas dos morros, o que fazem ainda hoje os descendentes de escravos que lograram ali se estabelecer. A tabela mostra, ainda, a presença importante em Conceição do Arroio de animais possivelmente utilizados em práticas agrícolas,

[28] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0360, auto n. 839, inventário de Pascoal Osório Marques, ano de 1884.
[29] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1885;Thomaz Osório Marques não criava animais em suas terras em Torres.
[30] APERS, COA – Viamão, estante 24 e/c, caixa 030.0125, auto n. 108, inventário de Rosa Osório Marques, ano de 1888.
[31] Conceição do Arroio.
[32] São Francisco de Paula de Cima da Serra.

como bois mansos.[33] O inventário de Thomaz Osório Marques é ainda mais específico quando os menciona como animais tafonários.

O quadro, todavia, capta um momento específico da trajetória dos Osório Marques, quando eles lograram ultrapassar o poderio em âmbito local e adquirir expressão na elite provincial.[34] Embora possuíssem animais, os inventários das décadas de 1850 e 1860, de Maria Osório Marques e sua mãe Isabel Maria Osório[35] não adquirem o vulto da propriedade pecuária de seus irmãos/filhos. Aparentemente, portanto, temos a ascensão sociopolítica dessa família em paralelo a uma maior especialização pecuária e a secundarização das terras de Morro Alto como empreendimento escravista.

A atuação dos escravos campeiros encarregados das lides pecuárias era bastante dinâmica, e havia diversos trânsitos envolvendo as localidades onde a família Marques desenvolvia atividades produtivas. Conforme visto, os campeiros tinham uma margem de barganha e manipulação dos códigos paternalistas (Araújo, 2008). Se a fuga era sempre uma possibilidade iminente, hoje é mais que comprovado que isso não inviabilizou a atuação de escravos nas lides pecuárias.

Existiam, é certo, constrangimentos senhoriais que limitavam a margem de evasões. Em minha dissertação de mestrado, constatei, no Morro Alto, entre senhores aparentados dos Osório Marques, a prática de manter parcela da família em liberdade e parcela em cativeiro. Da mesma forma, pode-se inferir que a manutenção de esposas e filhos de campeiros sujeitos ao cativeiro limitava afetivamente as possibilidades de fuga nos trânsitos entre fazendas (Weimer, 2008a). A evasão poderia representar um abandono de entes queridos, a não ser que se encontrassem estratégias para uma ação de resistência familiar.

Em 2001, a equipe de Daisy Barcellos entrevistou o então nonagenário senhor Ramão Inácio Marques. Sobrinho de Felisberta, ele foi criado por seu avô Romão[36] até

---

[33] À exceção dos animais de Rosa Osório Marques que, como visto, doou suas terras em Morro Alto aos seus ex-cativos.

[34] Alguns Marques desempenharam papel importante na política imperial e, mais tarde, nas convulsões da Revolução Federalista de 1893-1895. Ver Stenzel Filho, 1980 [1924], Ramos, 1990, Barcellos *et al*., 2004, Weimer 2008a.

[35] O inventário de Maria Osório Marques arrolou 160 reses de criar, 24 bois mansos, 25 éguas xucras, 15 cavalos mansos, 2 bestas mansas e 60 ovelhas. O de sua mãe, 200 reses de cria, 40 bois, 16 cavalos mansos e 15 animais de cria. Fonte: APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867; APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0304, auto n. 45, inventário de Maria Osório Marques, ano de 1858.

[36] Por vezes mencionado como Ramão, por vezes como Romão.

os 15 anos, e guardava na ocasião da entrevista uma memória riquíssima e detalhada das atividades campeiras que lhe foram relatadas:

> Ramão - Era escravo...era campeiro, era domador de cavalo... (...)...ele quase não tropeava... o gado pouco pra...a vida do meu avô foi braba mesmo... laçando os bois brabo, que só o laço esticava e já voltava pra pegá [sic] o negô [sic]...já voltava pra pegar a pessoa, o boi... já laço um boi ali na barra, isso ele contava sempre, toda vida... pastando, de noite ele saia pros campo o gado brabo, né... então diz ele que foi indo, que foi indo e os cavalo... nem ruiam pra ele. Quando o gado gira ele teve no meio desse gado e laçô[sic] um boi... o boi era brabo, o boi esticou o laço lá... vortô[sic] e veio, ele abriu o cavalo pra fora, porque o boi vinha atrás do cavalo aí no campo, no laço... abriu o cavalo pra fora e cruzô[sic] a cerca. Recebe o golpe lá e volta de novo, ele diz que esse boi brigô[sic] tanto, brigô tanto... ele tava sozinho, os outros tavam campeando, uns companheiro, mais uns três, parece que é dois ou três, pros lado e ele abriu a boca a gritar... quando os companheiro chegaram que botaram o laço no boi, o cavalo caiu e morreu... É verdade, por nada que o boi não matava o meu avô... (Barcellos *et al*, 2004, p.64-65).

Aos inventários de Thomaz e Pascoal Osório Marques foram juntadas cópias das listas de matrículas de seus escravos residentes em Conceição do Arroio, realizadas por ocasião da lei do ventre livre.[37] Ao inventário do primeiro, por razão que ignoro, juntou-se a relação dos cativos de seu tio Firmiano José Luiz Osório. As listas permitem apreciar as profissões dos cativos no início dos anos de 1870, na medida em que especificam aquilo em que trabalhavam:

[37] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0360, auto n. 839, inventário de Pascoal Osório Marques, ano de 1884; APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1885, f. 25-28.

**Tabela 3 – Escravos do sexo masculino – profissões. Início da década de 1870.**

| | **Lavradores** | Mãe conhecida | Pardos | **Campeiros** | Mãe conhecida | Pardos | **Outras profissões** | Mãe conhecida | Pardos | **Nenhuma profissão** | Mãe conhecida | Pardos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pascoal Osório Marques | 5 | 3 60% | 1 20 % | 1 | 1 100% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Firmiano José Luiz Osório | 13 | 1 7,69% | 1 7,69 % | 3 | 3 100% | 3 100 % | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 100% | 0 |
| Thomaz Osório Marques | 8[38] | 5 62,5% | 3 60 % | 6[39] | 4 66,66% | 1 25 % | 1[40] | 1 100 % | 1 100 % | 0 | 0 | 0 |

Embora a amostra seja pequena, percebe-se, por um lado, uma presença considerável de famílias entre a escravaria desses senhores e mais, uma incidência ainda maior no caso dos campeiros do que dos lavradores. No que toca aos familiares de Manoel Inácio, dos quatro campeiros de seu senhor, um (Ramão) era seu tio e outro (Israel) seu primo. O último tornar-se-ia, também, seu cunhado. Se por um lado a família senhorial procurou prestigiar um conjunto de cativos em detrimento de outros, há que avaliar que eles também procuraram valer-se de tais prerrogativas. Dito de outra maneira, uma conquista através da labuta na carpintaria e no trato do gado só aparentemente pode ser considerada uma concessão senhorial.

O trabalho nos campos era sofisticado, tinha uma sazonalidade específica (Farinatti, 2010, p. 376-383) e exigia uma série de competências e habilidades. Embora prestigiado, envolvia riscos, também, como demonstra o relato do senhor Ramão sobre seu avô *domador*. No entanto, os dados parecem apontar um acesso comparativamente mais fácil à família escrava, quer por estímulo senhorial, quer por um maior prestígio e atração daquelas moças por esses homens valentes ou de melhor *status*, quer por uma preferência dos senhores em recrutá-los entre as famílias já constituídas – e conhecidas.

[38] Três deles em sociedade com seu irmão Pascoal Osório Marques.
[39] Cinco deles em sociedade com seu irmão Pascoal Osório Marques.
[40] O carpinteiro Manoel Inácio.

Por outro lado, não se encontra uma correlação positiva entre "cor" e especialização entre os cativos dos Osório Marques, à exceção da escravaria de Firmiano José Luiz Osório – precisamente o caso em que há uma diferença mais acentuada entre campeiros e lavradores no acesso à família escrava. Talvez esse senhor tivesse uma política senhorial diversa da de sua irmã e sobrinhos. O fato é que, entre os Osório Marques, os pardos,[41] via de regra, não se valeram disso para almejar o acesso a uma maior especialização. Poder-se-ia alegar o caso dos pardos Ramão e Manoel Inácio. O segundo era um caso *sui generis*, como tenho tentado mostrar. Seu tio, bem, seu tio era filho de Inácia, que os leitores terão oportunidade de conhecer em breve.

Vimos que os Marques possuíam significativas posses fundiárias e pecuárias.[42] No entanto, o número de escravos empregados na agricultura sempre foi superior ao dos que se dedicaram às lides campeiras. Tal constatação contrasta com os dados encontrados por Helen Osório (2007, p. 146-153) e Luiz Augusto Farinatti (2010, p. 354), que encontraram maior número de campeiros. Poder-se-ia argumentar que se trata de uma especificidade da região por mim abordada, já que Conceição do Arroio é sabidamente mais agrícola do que o conjunto do atual Rio Grande do Sul, estudado pela primeira autora, ou que Alegrete, investigado pelo segundo. Não comparemos, pois, alhos com bugalhos.

No entanto, tendo a concordar com Araújo (2008), que sugeriu que parcela dos escravos constantes nas pesquisas daqueles autores com ocupação não-identificada pudesse ser lavradores. Aparentemente, a agricultura demandava um emprego mais intensivo de mão de obra. As estimativas apontam que um escravo campeiro poderia cuidar de entre 500 e 700 reses (Araújo, 2008, p. 66). Ora, considerando o tamanho dos rebanhos dos Osório Marques apresentados *supra*, de fato um limitado número de cativos dariam conta das demandas campeiras. Os demais dedicaram-se, pois, à agricultura.

Osório (2007, p. 160-161) e Farinatti (2010, p. 126) aproximaram-se da produção agrícola nas unidades produtivas analisadas verificando a frequência de equipamentos e instrumentos agrícolas presentes nos inventários *post-mortem*. Farei o mesmo, muito embora de uma forma qualitativa e não serial, considerando quer a amostragem, quer a abordagem da presente pesquisa. Trata-se, pois, de reunir os

[41] O significado dessa categoria será discutido mais adiante.

[42] Essas não se comparam, é evidente, às de regiões mais propriamente *ganadeiras*, como Cruz Alta, pesquisada por Araújo (2008), Alegrete (Farinatti, 2010) ou mesmo São Francisco de Paula de Cima da Serra (Teixeira, 2008), onde, contudo, os Marques concentraram seus rebanhos na década de 1880.

indícios que demonstram que os escravos dos Marques tinham lides agrícolas em suas fazendas, e não apenas cuidavam de animais.

A evidência mais óbvia é a alta presença de escravos lavradores nas relações anexas aos inventários dos irmãos Thomaz e Pascoal Osório Marques. Todavia, cabe especificar o que se plantava e o que se colhia e, mais do que isso, quais eram os produtos dessas culturas. No inventário de Isabel Maria Osório arrolou-se "Uma roça de mandioca".[43]

Todos os inventariados estudados possuíam bois, oscilando entre 24 e 40. Em alguns casos eles estavam concentrados em Conceição do Arroio. Trata-se de fator de produção associado por Osório (2007, p. 160-161) à agricultura. Se ainda houver alguma dúvida sobre a finalidade agrícola desse animal, o arrolamento dos bens de Thomaz Osório Marques é esclarecedor: alguns deles são definidos como tafonários.

O inventário de Isabel Maria Osório em 1867[44] indicava três casas de engenho: duas no Maquiné, e outra sem especificação de localização. A indicação de dois alambiques "aparelho próprio para realizar a destilação" (Houaiss e Villar, 2001, p. 134), um forno e dois tachos "vasilha grande, de cobre ou ferro usada nos engenhos para cozimento e transformação do caldo de cana em açúcar" (Houaiss e Villar, 2001, p. 2656) leva-me a acreditar que tais engenhos fossem dedicados à produção de açúcar e aguardente. Até os dias de hoje a cana é uma das culturas preferenciais entre os camponeses negros da região. No fim da década de 1850, também sua filha Maria figurou como proprietária de "Uma casa coberta de palhas com engenhos de fabricar aguardente e seus pertences".[45]

Desde a década de 1820, a plantação canavieira na região impressionou os viajantes (Laytano, 1945 p. 17; Saint-Hilaire, 1974 [manuscrito de 1853 de viagem realizada em 1821-1822], p. 20). Essa pode ter sido, não obstante a limitação dos rebanhos possuídos pela família estudada, a razão do fundamental emprego da mão-de-obra escrava. Barcellos *et al*. (2004, p. 59) identificaram na bibliografia pertinente (Schwartz, 1988, p. 280-334; Ferlini, 1984) a correlação positiva entre lavoura de cana-de-açúcar e emprego do trabalho cativo.

---

[43] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.
[44] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.
[45] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0304, auto n. 45, inventário de Maria Osório Marques, ano de 1858.

É provável que, tal como no Rio de Janeiro, a produção de aguardente tenha servido como moeda de troca no tráfico atlântico (Alencastro, 2000, p. 307-314, Cantarino, Mattos e Abreu, 2009, p. 13; Ferreira, 2001, *apud* Cantarino, Mattos e Abreu, 2009, p. 18, Pessoa, no prelo, p. 6, Abreu, no prelo, p. 139), quer na primeira metade do século XIX, quer no período do tráfico ilegal, quando diversos navios negreiros aportaram no litoral fluminense (Abreu e Mattos, 2007). Tal afirmação adquire maior expressividade se levarmos em conta que, conforme os leitores lembrarão, a economia açucareira de Morro Alto decaiu na segunda metade do século XIX, cedendo espaço a outras propriedades da família Marques.

Sabe-se que Capão da Canoa, então pertencente a Conceição do Arroio – mais especificamente a praia do barco, também denominada como Capão Alto ou Capão da Negrada – é um lugar de memória do tráfico atlântico por ali ter sido realizado desembarque ilegal de cativos em 1852 (Moreira, 2000, Oliveira, 2006, Moreira, Oliveira e Weimer, no prelo). As narrativas da história oral, porém, sustentam que o dito navio naufragou, e que os escravos que escaparam se estabeleceram de forma independente e livre (Barcellos *et al.*, 2004).

A produção de açúcar e aguardente prosseguiu ao longo do século XIX. Pascoal Osório Marques, por exemplo, tinha engenhos nos lugares denominados Sertão e no Espraiado, o último compartilhado com seu irmão Thomaz.[46] O segundo era possuidor, ainda, de um alambique. O Espraiado é, ainda hoje, conhecido por sua produção de açúcar e derivados.

Se havia bois tafonários, havia, portanto, atafonas, "engenho de moer grãos, manual ou movido por animais; moinho, azenha" (Houaiss e Villar, 2001, p. 330). Ao que tudo indica, enquanto as benfeitorias especificadas nos inventários como "engenhos" eram destinadas à moagem de cana-de-açúcar, e as "atafonas" eram voltadas à produção de farinha. Um exemplo é dado pelo inventário de Maria Osório Marques. Datado de 1858, arrola "Uma atafona e todos os pertences de fazer farinha".[47] Trinta anos mais tarde, sua irmã Rosa também figura como proprietária de atafona,

[46] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0360, auto n. 839, inventário de Pascoal Osório Marques, ano de 1884; APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1885.

[47] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0304, auto n. 45, inventário de Maria Osório Marques, ano de 1858. Dentre seus bens móveis encontravam-se também um jogo de pedras de moer, que provavelmente pertencia à atafona, e uma carreta em mau estado que pode ter sido empregada em atividades agrícolas.

porém em Capivari.[48] O caso mais eloquente, porém, é de uma atafona – denominada, é verdade, nos inventários como "engenho", porém "engenho de fabricar farinha" – que pertencia metade ao senhor Pascoal e metade seu irmão Thomaz.[49] A mesma situava-se em localidade próxima ao Morro Alto, denominada Ramalhete. Sim. É a atafona do Ramalhete, que tanto deu o que falar no capítulo anterior e ainda mais tinta me levará a gastar no capítulo vindouro. Por ora, basta dizer que é um indício nada desprezível que a atafona de que Manoel Inácio veio a cuidar pertencesse àquele que se supõe ser seu pai.

Criações, lavouras, canaviais, engenhos e atafonas: tais eram as atividades de uma escravaria diversificada e plural; hierarquizada e também com solidariedades familiares e horizontais. Não há dúvidas de que um dos fatores de estratificação era a origem. Quem eram os africanos? Quem eram os crioulos?

*Inácias crioulas, Terezas africanas*

Dentre os cativos de Morro Alto, estava Inácia. Ela deve ter nascido em princípios do século XIX, pertenceu a José Marques da Rosa e a sua esposa Isabel Maria Osório e teve numerosa prole que enriqueceu a escravaria de seus senhores.[50] Talvez pela fertilidade de seu ventre, tenha sido agraciada com a liberdade em algum momento entre o nascimento de sua filha Inês (1841) e o de seu neto Herculano (1855),[51] quando seu estatuto foi registrado como "ex-escrava".

---

[48] APERS, COA – Viamão, estante 24 e/c, caixa 030.0125, auto n. 108, inventário de Rosa Osório Marques, ano de 1888. A senhora Rosa era possuidora, ainda, de uma carretilha, uma carreta soldada, uma carreta pequena, uma carroça pequena que talvez tenham sido utilizadas para o transporte de produtos agrícolas.

[49] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0360, auto n. 839, inventário de Pascoal Osório Marques, ano de 1884; APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1885.

[50] Em 1822, nasceu Severino (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 3, livro 1 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 40-40v); em 1825, Angélica (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 3, livro 1 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 54v); em 1827, Reginalda (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 3, livro 1 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 66v); em 1829, Ramão (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 3, livro 1 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 81v); em 1838, Marinha (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 1) e em 1841, Inês (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 1). Não se sabe se todas essas crianças sobreviveram, considerando os altos índices de mortalidade infantil, porém se tem notícias posteriores de Angélica, Reginalda, Ramão e Marinha.

[51] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 51, ano de 1855.

Para além da renda política advinda dos cativos com que alimentou a escravaria dos Osório Marques, Inácia era uma escrava nascida em Santa Catarina.[52] Assim sendo, acompanhara seus senhores em sua migração (Barcellos *et al.*, 2004, p. 40). Não apenas por ter nascido no Brasil, o que por si só conferia-lhe um estatuto vantajoso em relação aos africanos, mas principalmente por ser uma cativa antiga e criada junto à casa-grande – e Mattos (1998, p. 127) assinala que uma antiguidade maior das escravarias favorecia processos de integração –, Inácia possuía um relativo capital simbólico que procurou manejar em busca da alforria.

Dos filhos de Inácia interessam-me particularmente dois: Angélica e Ramão. A primeira, como visto, foi mãe de Manoel Inácio. O segundo teve uma filha com Severina, filha de uma africana de nome Tereza. Não consegui localizar o registro de batismo da menina que então nasceu, que se chamava Felisberta, mas estimo em fins da década de 1850, aproximadamente dez anos após seu primo. Esse casal de primos constituiu família entre 1881 e 1883 e teve oito filhos, cuja trajetória melhor será analisada no capítulo posterior.

**Gráfico genealógico 2 – Descendência de Inácia[53]**

Terezas africanas e Inácias crioulas encontravam-se entre os escravos da família Marques, de forma mais específica, e podem ser tomadas de forma metonímica à presença desses grupos de escravos em Conceição do Arroio. Neste subcapítulo,

[52] Essa informação consta no batismo de sua neta Inácia, IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 48, nascida em 1854.
[53] Fonte: IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, relatos orais e APERS, COA - CA, caixa 027.0338, Auto 883, Estante 159, inventário de Thomaz Osório Marques, Ano 1885, que apresenta a idade de Felisberta em uma lista de matrícula de escravos de 1871.

proponho-me a avaliar a incidência de africanos e crioulos na freguesia, como inferência do legado do continente-mãe entre os escravos daquela região e na "*gente* da Felisberta".

Os registros de batismo podem fornecer dados preciosos para a avaliação da presença de africanos na freguesia e entre os cativos da família Marques, na medida em que às vezes registrava-se a procedência das mães e avós das crianças batizadas. Em que pese na imensa maioria dos sacramentos realizados tal informação não constar, podemos pôr as mãos à obra e lidar com os dados disponíveis:

**Tabela 4 – Procedência das mães e avós escravas em Conceição do Arroio (1841-1886)[54]**

| **Procedência das mães** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sem especificações | Africanas | Brasil[55] | CA[56] | RG[57] | Outras procedências[58] | Total |
| Escravos Conceição do Arroio (1841-1868) | 583 | 52 | 239 | 25 | 5 | 10 | 914 |
| % | 63,79 | 5,69 | 26,15 | 2,74 | 0,55 | 1,09 | 100,00 |
| Escravos Marques[59] | 136 | 23 | 55 | 8 | 3 | 1 | 226 |
| % | 60,18 | 10,18 | 24,34 | 3,54 | 1,33 | 0,44 | 100,00 |
| Livres Conceição do Arroio (1871-1886) | 561 | 2 | 82 | 0 | 0 | 0 | 645 |
| % | 86,98 | 0,31 | 12,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 |
| Livres Marques | 133 | 1 | 15 | 0 | 0 | 0 | 149 |
| % | 89,26 | 0,67 | 10,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 |
| **Procedência das avós** | | | | | | | |
| | Sem especificações | Africanas | Brasil | CA | RG | Outras procedências | Total |
| Escravos Conceição do Arroio | 785 | 55 | 40 | 7 | 6 | 21 | 914 |
| % | 85,89 | 6,02 | 4,38 | 0,77 | 0,66 | 2,30 | 100,00 |
| Escravos Marques | 192 | 19 | 10 | 2 | 0 | 3 | 226 |
| % | 84,96 | 8,41 | 4,42 | 0,88 | 0,00 | 1,33 | 100,00 |
| Livres Conceição do Arroio | 643 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 645 |
| % | 99,69 | 0,16 | 0,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 |
| Livres Marques | 148 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 149 |
| % | 99,33 | 0,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 |

[54] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4 e 5, livros 2 e 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio.
[55] Trata-se de uma origem brasileira não-especificada quanto ao local de nascimento.
[56] Conceição do Arroio.
[57] Província do Rio Grande de São Pedro.
[58] Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula de Cima da Serra, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais.
[59] Mais precisamente, Marques da Rosa, Osório, Nunes da Silveira e variações.

Pra começo de conversa, percebe-se que a especificação da procedência é mais lacunar entre livres do que entre escravos, entre avós do que entre mães, e não tem variações significativas entre os cativos dos Marques e aqueles do conjunto da Província. Além disso, a presença de mães e avós africanas é mais significativa no período de batismos de escravos (1841-1871) do que no de filhos livres de mães escravas (1871-1888), em que o registro de origens africanas é ínfimo. Mesmo no primeiro período, porém, a presença de mulheres crioulas geralmente supera em muito a de africanas, sobretudo entre as mães.

Eu ainda tendo a acreditar que na massa de mulheres cuja origem não foi identificada houvesse muitas crioulas, pelo fato de a origem africana ser uma característica marcante e mais frequentemente digna de registro do que ter nascido no Brasil. Por outro lado, especialmente entre as avós, deveria haver diversas africanas de origens ignoradas que não foram identificadas. Era de se esperar uma presença maior de africanas nas gerações mais antigas. A lógica diz, avós africanas, mães e netos crioulos... Todavia, a proporção de avós africanas é ligeiramente menor do que a de mães (tanto no conjunto da freguesia quanto entre os cativos dos Marques), o que representa um contrassenso. Há africanas ocultas entre as avós de origem desconhecida.[60] Deixarei de lado, porém, tais suposições e trabalharei com os dados positivos disponíveis.

As informações sistematizadas no quadro parecem indicar um progressivo distanciamento da escravaria da freguesia de suas origens africanas.[61] Na geração nascida após 1871, há uma quantidade muito pequena de africanas entre as mães e entre as avós. Tais dados indicam que a crioulização da escravaria da região estudada ocorreu antes do Sudeste. Para realizar um cruzamento de fontes documentais, podemos apelar às preciosas listas de escravos de Pascoal e Thomaz Osório Marques e Firmiano José Luiz Osório, já trabalhadas anteriormente. Dos quatorze escravos e escravas do primeiro, apenas quatro nasceram na África, e eles já tinham 49, 50, 56 e 58 anos; dos dezesseis constantes no inventário de seu irmão, apenas três eram africanos, com idades de 48, 56 e 60 anos; o tio, finalmente, era proprietário de sete africanos, porém em um conjunto de 25 cativos e cativas.

[60] Deve ter havido um esforço no sentido de ocultar a origem das ditas africanas em virtude da lei de 1831, que proibiu o tráfico negreiro. Todavia, como ressalta Sidney Chalhoub (2012, p. 76), havia uma "combinação esdrúxula de um direito formal que proibia o tráfico e um direito costumeiro senhorial que o sancionava".

[61] Perussatto (2010b, p. 58) também assinala uma progressiva diminuição do contingente africano no município de Rio Pardo ao longo das três décadas por ela estudadas (1860-1870-1880).

Apesar do já mencionado desembarque de 1852 – e do fato de que cerca de duas dezenas de africanos foram batizados em Conceição do Arroio após a lei Eusébio de Queiroz até 1860[62] – a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio evidentemente não possuía a pujança e o dinamismo da economia cafeeira do Sudeste. Aqueles africanos aportados – da Costa, da Costa da África, de "nação" Congo, Cabinda, Benguela – parecem constituir exceção, e não a regra, na escravaria da freguesia.[63] Estudos recentes relativizam a percepção de que o Rio Grande do Sul foi demasiadamente prejudicado pelo tráfico interno de escravos (no que toca a Rio Pardo, ver Perussatto, 2010b, p. 70 e 97, e no que tange a Cruz Alta, ver Araújo, 2008, p.110). No entanto, reconhecer que a Província não perdeu tantos escravos assim não faz dela um foco receptor de africanos de forma massiva.

Assim, o envelhecimento do contingente africano e a crioulização da escravaria africana parece resultar de uma menor capacidade de competir com áreas mais abastadas pela mão-de-obra de jovens recém-chegados da África. Tal situação pode estar por trás, também, da invisibilidade dos africanos que constatei em São Francisco de Paula de Cima da Serra no pós-Abolição (Weimer, 2008a, p. 306-320). Independente de conclusões mais audaciosas, parece evidente que a família de Manoel Inácio acompanhara seus senhores e era nascida no Brasil havia pelo menos três gerações. Nesse sentido, o "matrimônio" [64] de Felisberta com ele foi uma aliança ascendente, entre uma cativa lembrada como "bem pretinha", neta de africana, com o neto de uma escrava crioula estabelecida que, ademais, gozava de uma situação menos desfavorável no seio da escravaria dos Marques. No entanto, para ele também fazia sentido a desposar, na medida em que era filha de seu tio. Reforçavam-se, assim, solidariedades familiares, e poder-se-ia contar com uma esposa conhecida e respeitável.

Na memória das pessoas entrevistadas a referência à África é bastante mais difusa do que aquela encontrada nos relatos analisados por Rios e Mattos (2005). Não podemos relacionar, em absoluto, a experiência dos cativos do Morro Alto a uma geração de africanos chegada na primeira metade do século XIX, como é a realidade do Sudeste cafeeiro (Rios e Mattos, 2005, p. 63). Apenas uma mãe de criança de ventre-livre foi identificada como africana. Mesmo estando os números, provavelmente,

[62] Dois pelos Marques da Rosa. Apenas no dia 10/9/1851, batizaram-se quatro, e entre 13 e 17/11/1855, seis. Fonte: IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio.
[63] De 914 escravos batizados nos livros 2 e 3 (1841-1868) de registros paroquiais, apenas 26 foram identificados como africanos. Além disso, 29 foram batizados adultos ou adolescentes. Fonte: IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4 e 5, livros 2 e 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio.
[64] Veremos no capítulo 3 que não eram casados perante a lei ou a igreja.

invisibilizados e sub-representados, não é possível que sua presença passasse tão batida assim, caso fosse muito mais expressiva.

Igualmente, não há uma memória dolorosa de famílias separadas pelo tráfico interno, como estudos pertinentes apontam para o Sudeste (Rios e Mattos, 2005, Abreu e Mattos, 2005). Tais narrativas, simplesmente, inexistem. Nos dados contabilizados acerca da origem de mães, temos sete originárias de Santa Catarina, e nove avós da mesma procedência, além de duas baianas e duas mineiras. Isso é ínfimo diante do agregado analisado. Não há dúvidas que a eventual separação dessas famílias deve ter gerado muito sofrimento, porém o mesmo não repercutiu na memória coletiva do grupo analisado. Tratava-se de uma experiência histórica bastante distante para Manoel Inácio, Felisberta e os seus.

*Aqueles que não eram mais escravos*

Conforme mencionado no início deste capítulo, Manoel Inácio foi alforriado em 30 de outubro de 1884 (Scherer e Rocha, 2006, p. 242.) Seria tentador interpretar esse fato como decorrência de sua situação como afilhado de seu senhor e seu possível sobrinho. No entanto, seria possível questionar essa linha de raciocínio indagando o motivo pelo qual, não obstante tais laços afetivos, foi mantido em situação de cativeiro até o ocaso do sistema escravista. Como não se pode deixar de sublinhar, por melhor que fosse a situação de Manoel Inácio face ao conjunto da escravaria – casado, com uma especialização e um ofício que instrumentalizaria sua vida em liberdade – era, antes de tudo, um *escravo*. Pode-se pensar, ainda, que seu lugar de interlocução entre a senzala e a casa-grande fosse estratégico para os Marques, e dele não se quisessem desfazer.

O ano de 1884 é reconhecido como aquele em que, por pressão dos cativos, a manutenção do escravismo no Rio Grande do Sul tornou-se insustentável e concederam-se manumissões de forma massiva, como tentativa desesperada de tentar conservar alguma ascendência sobre os cativos:[65]

> No final da década de 1880, a resistência dos escravos aos contratos de prestação de serviços, a sua negação em participar dos planos das elites forçaram a radicalização do discurso dos republicanos, provocando o que podemos chamar de "ruptura na representação". O programa gradualista defendido por todos os grupos políticos partidários foi colocado abaixo pela

[65] Fraga Filho (2006, p. 109, 118, 348) observou tal situação para o caso baiano.

> ação de resistência dos agentes que eram considerados atores coadjuvantes. Esperava-se deles um comportamento de público passivo, e a entrada turbulenta dos mesmos em cena levou a uma reelaboração dos posicionamentos das elites, que várias vezes adotaram a verborragia fácil do "despreparo dos escravos" para a vida em liberdade. O pacto entre os vários órgãos funcionou em 1884, mas se desorganizou com a oposição dos cativos que queriam a libertação imediata e acabaram com isso impulsionando os republicanos rio-grandenses a radicalizarem o seu posicionamento. (Moreira, 2003, p. 184)

Tais esforços, no entanto, resultaram malogrados, tendo em vista que os ex-cativos, no pós-Abolição, recusaram-se em geral a cumprir as cláusulas de prestação de serviço e dívidas de lealdade com a casa senhorial (Weimer, 2008a, p. 90-99). Eram comuns, no Brasil, os lamentos referentes à *ingratidão* dos libertos. Não era o caso, todavia, de Manoel Inácio que, conforme veremos no capítulo posterior, seguiu transitando no círculo de relações da família Marques. O fez, no entanto, no intuito de atingir uma maior autonomia para os seus.

Retornemos, porém, às alforrias de Conceição do Arroio. Tal como no restante da Província, elas concentraram-se nos anos de 1880: 87 no lapso 1859-1871, com uma média de 6,69 cartas anuais; 25 entre 1871 e 1880, totalizando 3,13 alforrias ao ano, e finalmente, 134 entre 1880 e 1888, com uma média anual de 14,89 manumissões.[66]

**Gráfico 2 – Total de alforrias em Conceição do Arroio (1859-1888)**

**Gráfico 3 – Média anual de alforrias em Conceição do Arroio (1859-1888)**

[66] Fonte: Scherer e Rocha (2006).

Há ainda uma modificação no perfil dessas cartas. Com efeito, totalizando os dois primeiros períodos, 70,53% das manumissões estavam condicionadas à morte do senhor, 5,35% de condição desconhecida, 12,5% compradas e 11,6% sem ônus ou condição. A figura do contrato de prestação de serviços era desconhecida, ao passo que no período de 1880-1888, representa nada menos que 82,09%. As alforrias condicionadas à morte do senhor decaem para 2,23%, aquelas de condição desconhecida para 2,98%, as compradas na mesma proporção e aquelas sem ônus ou condição para 9,7%. Diante da iminente queda do regime escravocrata, da qual todos estavam conscientes, não estava mais em jogo colocar a liberdade em função da duração da vida do senhor, mas, tão-somente, prolongá-la em alguns anos.

Seria tentador avaliar que Manoel Inácio foi alforriado sem ônus ou condição devido aos vínculos explicitados com a família senhorial. Soares (2009) assinalou que as alforrias eram mais facilmente acessíveis a crioulos estabelecidos em famílias que conviviam com senhores há gerações. Da mesma forma, em seu estudo sobre Porto Alegre, Moreira observou que as:

> libertações sem ônus ou condição atingiam cativos de todas as idades, mas não deixavam de premiar principalmente aqueles que estavam há anos com seus senhores e já haviam – por si ou por seus pais – merecido a confiança dos mesmos, o que possibilitava usarem as cartas de alforria até mesmo como garantias de bom comportamento, a serem apresentadas às autoridades e aos novos patrões. (Moreira, 2003, p. 204)

Contudo, as mesmas não atingiam apenas "Manoéis Inácios", e tampouco eram isentas de constrangimentos.

> (...) no ritual de passagem ao mundo dos livres cabia aos senhores a posse da chave que livraria os escravos do cativeiro; eram eles que concediam a liberdade, que deveria ser vista como uma dádiva que, ao mesmo tempo que enaltecia as atitudes senhoriais (seja frente à sociedade, à Coroa Imperial ou seus representantes ou à esfera divina), prendia os libertos a laços de obrigação e obediência. (Moreira, 2003, p. 200)

Tais expectativas senhoriais, como visto, nem sempre encontravam repercussão entre os cativos. Mesmo quando encontravam, como no caso de Manoel Inácio, podia-se manipulá-las no sentido de atingir seus próprios objetivos, em um clássico exemplo da "resistência por meio da negociação" discutida por Reis e Silva (1989) e do paternalismo como campo de disputas sociais, propugnado por Genovese (1988). Existe

farta discussão historiográfica sobre se a alforria representava uma dádiva senhorial (Soares, 2009) ou um ato de resistência, através da manipulação de códigos paternalistas a favor dos cativos (Moreira, 2003).

Sem querer esmiuçar esse importante debate, explicito que me inclino mais pela segunda posição, na medida em que a primeira parece-me demasiado tributária do discurso senhorial, sem levar em conta eventuais leituras alternativas por parte dos escravos e ex-escravos. Ao menos para o período que analiso, como visto, foram inúmeros os queixumes, no pós-Abolição, de que os forros não estavam sendo *gratos*. Não se pode tomar a expectativa de gratidão como explicativa de um processo no qual os cativos também foram sujeitos ativos.

A carta de alforria de Felisberta não consta no catálogo consultado. Os leitores, justificadamente, acharão que eu estou a invisibilizando, ou até mesmo que sou machista. Não a estou e não o sou: em breve fartar-se-ão de Felisberta. Por ora, contento-me em justificar que a invisibilização não se deve a mim, mas às fontes que não encontrei. Lamentavelmente, o historiador trabalha com a documentação disponível.

Pode-se problematizar os motivos pelos quais ela encontra-se invisibilizada na documentação. Não parece haver, no caso de seu batismo, qualquer motivo além de algum tipo de extravio documental, posto que localizei diversos registros de filhas e filhos de sua mãe, a escrava Severina. Contudo, como não me interessa nem um pouco ver Felisberta invisibilizada, vou empregar todos meus esforços no sentido de tirar leite de pedra e extrair o máximo possível dos indícios deixados por outros documentos.

Essa escrava aparece, tal como Manoel Inácio, na lista de cativos de 1871 de Thomaz Osório Marques:[67] preta, 14 anos, solteira, natural de São P. do Sul, filha natural de Severina, já falecida, capaz para qualquer trabalho, costureira. Nessa profissão era acompanhada por suas irmãs Tereza e Filomena. Inclusive Inocência, de oito anos, trabalhava com as irmãs. Apenas a pequena Maria, de seis anos – parda, ao contrário das demais –, era poupada da dita atividade. Seu irmão Israel, por sua vez, era campeiro. Temos, pois, um núcleo familiar que correspondia a seis dos 16 cativos de Thomaz. Se considerarmos ainda Romão e Manoel Inácio, pai e primo das irmãs, metade daquela escravaria pertencia à família.

[67] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1883.

O patrimônio de Thomaz Osório Marques foi inventariado em meio às convulsões do movimento abolicionista em Conceição do Arroio, e a avaliação dos bens a elas não passou alheia. Existem informações contraditórias no documento, provavelmente decorrentes de marchas e contramarchas na descrição e avaliação das posses. Em um primeiro momento, Felisberta foi descrita como cativa, enquanto suas irmãs Tereza e Filomena apareceram como libertas condicionadas à prestação de serviços, tendo sido inventariadas as estimativas do valor do trabalho devido. Dessa forma, elas possuíam estatutos jurídicos diferentes. A primeira pertencia à família senhorial e as demais deviam apenas um trabalho cujo valor era estipulado e podia ser herdado. A diferença, nesse caso, era, no entanto, retórica. O valor com que Felisberta foi avaliada foi de 150$000, a mesma quantia correspondente ao trabalho de suas irmãs. Embora a liberdade fosse uma conquista extremamente importante para os escravos, aos olhos dos Marques a avaliação monetária de seus serviços não diferia do valor de um cativo.

Contudo, ao longo do processo de inventário, diversos escravos foram alforriados: Antônio, Sebastião, Isidoro, João, Teresa (não era Teresa forra?), Maria e *Felisberta*. Possivelmente não se lavrou em cartório suas cartas de liberdade em função da nova condição jurídica já se encontrar registrada em inventário. A redação do documento é confusa: menciona-se a "importância [de 850$000] por que libertou sem condição os [sete] escravos". Afinal, a alforria era incondicional ou dependia do pagamento daquela quantia? Imagino eu que, para os libertos, tenha se dado sem ônus pecuniário. No entanto, para não desfalcar a herança de sua irmã, sobrinhos e sobrinhos-netos (o inventariado não tinha filhos), Thomaz Osório Marques pode ter bancado de seu bolso o valor pecuniário por que se estimava a libertação daqueles cativos.

Aqueles 850$000 foram herdados por sua irmã Rosa, e, junto com eles, veio a tutela – seria tutela uma palavra forte demais? –, a ascendência sobre aqueles sete cativos. Lembrando uma vez mais que a fazenda do Morro Alto era um empreendimento familiar administrado de forma fraterna pelos Osório Marques, pode-se pensar que a distribuição dos cativos nos inventários era bastante formal, já que nas lides cotidianas, mesmo pertencendo a Thomaz, aqueles tinham contato com Rosa, *sinhá* a quem deviam respeito e deferência.

Rosa Osório Marques também não teve filhos, e por essa razão, além de seus sobrinhos, nomeou como herdeiros 24 ex-escravos.[68] A eles coube uma dimensão de terras em Morro Alto, que na atualidade seus descendentes lutam para recuperar.

> Deixo para todos meus escravos, digo, ex-escravos e ex-escravas cento e oitenta e quatro braças de terras de matos que possuo na fazenda do "Morro Alto", separadamente entre eles para derem uso e fruto passando o [15r] destes a seus filhos e daqueles pela mesma forma sem que possam vender ou permutar.[69]

No entanto, há que destacar que o artigo 68, que regula os direitos das comunidades "remanescentes de quilombos", não reproduz os critérios do direito civil sucessório, mas aponta como sujeitos de direito atores sociais cuja emergência étnica leva em conta territorialidades, memória e sentimentos de justiça. Sendo assim, os quilombolas têm a percepção de que lhes foi legado o conjunto da fazenda do Morro Alto, e mesmo além. Esse território da memória não pôde ser desprezado, na medida em que encontra fundamento objetivo em um histórico de ocupação territorial durante o século XX por camponeses negros ao longo da extensão reivindicada. Em verdade, a comunidade ampara-se no testamento porque em diversas ocasiões ele foi um instrumento de defesa de seu território face a investidas de expropriação (Barcellos *et al.*, 2004, Chagas, 2005a).

Voltemos, no entanto, ao fim do século XIX. Dentre os 24 ex-escravos beneficiários daquele legado – Theodoro, Nazário, Manuel, Puluca, Jacintha, Esperança, Eufrásia, Laura, Henriqueta, Romeu, Idalina, Carlota, *Maria*, Merêncio, Felício, Ambrósio, *Sebastião*, Fortunato, *Antônio, Isidoro, João, Teresa, Felisberta e* Maria Puluca – os sete grifados em itálico foram "herdados" do irmão Thomaz.[70] Os demais foram herdados por dona Rosa Osório Marques por ocasião da elaboração do inventário de seu marido, Ponciano Nunes da Silveira, entre 1867 e 1868,[71] à exceção de Nazário e Carlota, possivelmente adquiridos ou nascidos posteriormente.

---

[68] Estudos recentes demonstram que a doações de terras a escravos não foram uma prática inusual no sistema escravista brasileiro. Ver Machado (1994), Slenes (1996), Leite (2002).

[69] APERS, COA – Viamão, estante 24 e/c, caixa 030.0125, auto n. 108, inventário de Rosa Osório Marques, ano de 1888. Testamento anexo, f. 14v-15r.

[70] Não se sabe se a Maria que ele lhe legou é aquela designada apenas por esse nome ou Maria Puluca (por vezes mencionada como Maria Polucena, assim como Puluca por vezes aparece como Polucena).

[71] APERS, COA – Viamão, estante 24 e/c, caixa 030.0125, auto n. 108, inventário de Rosa Osório Marques, ano de 1888. Certidão do inventário de Ponciano Nunes da Silveira anexada aos autos.

Dentre os ex-escravos legatários, onze ainda se encontravam presos, pelo prazo de dezoito meses, a cláusulas de prestação de serviços: Merêncio, Felício, Ambrósio, Romeu, Sebastião, Eufrásia, Esperança, Laura, Idalina, Maria e Carlota. Os valores por que se estimaram seus serviços foram, no caso dos homens, cinquenta mil-réis; e trinta mil-réis, no que toca às mulheres. Como bem assinalaram Barcellos *et al.* (2004, p. 91), tinha-se uma situação *sui generis*: os mesmos indivíduos constavam no título de herdeiros e tinham seus serviços avaliados no rol de bens da inventariada. Todavia, talvez percebendo o absurdo da situação, na realização da partilha os serviços dos ex-escravos – e herdeiros – não foram distribuídos entre os sobrinhos e sobrinhos-netos de Rosa Osório Marques.[72]

Ao longo do século XIX, colocaram-se em pauta diversas situações de ambiguidade dos estatutos jurídicos, através da multiplicação de casos específicos: face à situação dos cativos aportados ilegalmente após 1831, às disputas judiciais pela liberdade, ao crescente número de alforrias, e, ainda, às novas categorias criadas pelas leis abolicionistas (para alguns exemplos, ver Chalhoub, 1990 e 2003; Alaniz, 1997; Mendonça, 1999e 2001; Papali, 2003; Mamigonian, 2005 e 2006; Grinberg, 2006; Oliveira, 2006); em suma, às "zonas amplas de incerteza social sobre as fronteiras entre escravidão e liberdade na sociedade brasileira oitocentista", como diz Sidney Chalhoub (2012, p. 233). A fértil problematização de como os estatutos jurídicos eram um campo de disputa no sentido de obtenção de liberdade e autonomia no século XIX resulta, não há dúvidas, de uma disposição da historiografia mais recente em desnaturalizar e problematizar o caráter das instituições escravistas, que se têm revelado mais complexas e diversificadas do que até então se pensava.

Contudo, se pode pensar também no século XIX como um período de incerteza, no qual as categorias do escravismo colonial não mais davam conta de uma sociedade em transformação. Levi (2000, p.104) sublinhou a imprevisibilidade com que os sujeitos sociais tomam suas decisões e fazem suas escolhas. Ninguém dispõe de todas as informações necessárias para pautar sua atuação social. Isso é particularmente verdadeiro em um contexto como o analisado, no qual as categorias tornaram-se ambíguas e objeto de disputa.

Assim sendo, não se pode atribuir de forma simplória à má-fé o fato de Teresa ter aparecido como forra na declaração dos bens de Thomaz Osório Marques, e

[72] APERS, COA – Viamão, estante 24 e/c, caixa 030.0125, auto n. 108, inventário de Rosa Osório Marques, ano de 1888. Partilha – 89r-110r.

posteriormente ter sido, novamente, libertada. Ou à estranha sobreposição da condição de herdeiros e contratados cujo trabalho foi avaliado no inventário de Rosa Osório Marques. Ou, ainda, ao ato falho presente no testamento desta última: "todos meus escravos, digo, ex-escravos e ex-escravas". Impossível saber se se trata de uma hesitação da testadora ou um erro do escrivão. Certo, contudo, é atribuir essa rasura à ambiguidade através da qual, de uma forma geral, aquela sociedade percebia o estatuto social daqueles que não eram mais escravos. Liberdade e escravidão mesclam-se, ainda, na memória familiar.

*Felisberta, a 'escrava livre'*

Conforme explicou a senhora Diva Inácia Marques Terra, sua avó Felisberta era uma 'escrava livre'.[73] Essa categoria parece-me central na compreensão da autopercepção dessa família e de sua representação do cativeiro. Por outro lado, o oxímoro desafia a interpretação historiográfica, já que os termos parecem antinômicos e não-passíveis de síntese ou conciliação. Pode uma escrava ser livre? Como se dá tal possibilidade? A depoente não se estava referindo à lei do ventre-livre, haja visto que sua avó nasceu bastante antes.

Os leitores, espertos, deverão sugerir-me *perguntar* à entrevistada o que ela quis dizer com uma expressão capaz de causar tanto estranhamento a um historiador e ao respeitável público. Efetivamente, o fiz. Quando as categorias nativas não se fazem suficientemente claras, nada mais recomendável do que buscar explicações entre os próprios entrevistados. A condição de 'escravo livre' era, antes de tudo, decorrente de uma escolha por parte dos senhores. Era característica, também, do período final da escravidão. Sua avó foi selecionada dentre os escravos para aprender afazeres domésticos com a senhora:

> Diva Inácia Marques – Tinham. Aquelas que elas escolhiam. Porque era escolhido. A minha vó, ela já tava uma escrava livre, ela ficava mais junto com a senhora, como diziam eles, conversando, fazendo tricô, fazendo crochê, aprendendo a conversar. A minha vó. A minha vó já era escrava livre, [...] Ela fazia crochê muito bem, e tudo muito bem feito, tricô, e costurava na máquina, que elas tinham máquina de costura, então ela já era escrava livre. Chegava uma visita, ela já vinha pra cá pra rece... ela já chamava pra receber a visita, já era diferente. O meu avô também já tava escravo livre, então pra

[73] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

> eles quando terminou a escravidão foi que ele, tava terminando a escravidão foi quando eles nasceram.[74]

A condição de 'escravo livre' significava, então, o aprendizado de uma especialização, a comunicação com a senhora, a possibilidade de "apresentar-se" diante de visitas. Dizia respeito, ainda, à isenção de punições físicas e ao acesso à mesa senhorial: "Aí eles tratariam melhor, botavam a mesa, sentava lá pra comer, comia, bebia, do que tinha, enchia o estômago e ia trabalhar".[75] A prima de Diva, a falecida dona Ercília Marques da Rosa não utilizou a categoria de 'escrava livre', porém teve uma percepção similar da vida levada por sua avó.[76] Em contraste com outros escravos que apenas padeciam dos maus-tratos do cativeiro, sua avó usufruía do aprendizado de serviços domésticos, como bordar, tear, fazer crochê, e tinha a possibilidade de lazer e de brincar.[77] Trata-se de subtrair aos seus ancestrais os estereótipos associados ao escravismo: falta de laços, castigos físicos, trabalho coletivo (Mattos, 1998, p. 127). Trata-se de isentar a identidade familiar de estigmas e da desumanização do escravismo (ver adiante). Livre ou não, no entanto, uma escrava sempre era uma escrava. Barcellos *et al.* (2004, p. 94) registraram um relato segundo o qual a mesma avó, quando errava pontos de crochê, recebia da *sinhá* picadas no dedo com a agulha.[78]

Dedicar-se às atividades domésticas em contraste com aquelas do *eito* reproduz no meio rural a divisão constatada por Graham (1992) entre as criadas que se dedicavam às lides do interior da *casa* e àquelas que estavam empregadas nas *vis* atividades da *rua.* No entanto, da mesma maneira que nem todos campeiros eram Manoel Inácio, não bastava ser costureira para ser uma 'escrava livre'. Das oito escravas presentes no inventário de Pascoal Osório Marques,[79] três tinham essa ocupação e uma fiava.[80] Já

---

[74] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[75] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[76] Ainda que apenas dona Diva Inácia tenha utilizado tal termo – o fez, porém, em diversas ocasiões –, ele parece traduzir quer uma concepção familiar do cativeiro, quer a percepção do lugar da "*gente* da Felisberta" no mesmo.
[77] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 26 de agosto de 2001 na Prainha. Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi.
[78] Essa narrativa é claramente contraditória com a avaliação de Rosa Osório Marques como uma senhora *boa*. Provavelmente tendo lido no livro de Morro Alto (Barcellos *et al*, 2004, p. 94) a passagem que apresentava tal narrativa – relatada por sua prima – , dona Ercília, em certa ocasião (anterior ao campo realizado para a presente tese, quando já era falecida), disse-me algo do tipo: "se as boas eram assim, quem dirá as más...".
[79] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0360, auto n. 839, inventário de Pascoal Osório Marques, ano de 1884.
[80] As demais eram engomadeiras ou lavadeiras, além de uma menina.

dentre aquelas cinco arroladas no documento de Thomaz Osório Marques,[81] quatro costuravam, e a outra era criança. Finalmente, na relação referente a Firmiano José Luiz Osório havia oito escravas.[82] Delas, três costuravam, uma cozinhava, uma engomava, uma lavava, havendo ainda duas crianças. A costura não era, pois, uma atividade tão excepcional assim na fazenda do Morro Alto.

Segundo dona Diva, a condição de 'escrava livre' resultava de uma *escolha senhorial*. Essa escolha, no entanto, não parece ter sido arbitrária. Se ser costureira não era necessário nem suficiente para a condição descrita pela entrevistada, certamente outros fatores estavam em jogo. Felisberta era filha de Ramão e neta de Inácia, dois cativos (depois, ex-cativos) bastante prestigiados na escravaria de Morro Alto. Além de ser prima, constituíra casal com Manoel Inácio – descrito, ele também, como 'escravo livre'.

A categoria de 'escravo livre' parece aplicar, ao período da escravidão, uma percepção subjacente a todas narrativas familiares. Os descendentes de Felisberta parecem entender sua família como *especial*, como *diferenciada* perante os demais. Em nenhum momento a distintividade pretendida ofusca a identidade negra. Pelo contrário, é de um lugar de negros que se fala, e é a partir dessa negritude que se constroem diferenciações.

São comuns falas como a de que seu "avô era um marceneiro fino, daqueles que faziam uma mesa, fazia tudo sem pregado, só no encaixe".[83] "Ele era mais velho da família. Ele era o mais velho dos escravos".[84] Manoel Inácio Marques trabalhava em Cima da Serra, onde possuía gado.[85] Manoel Inácio Marques tinha muito dinheiro, era rico, expressam por sua vez seus irmãos, Aurora Inácia Marques da Silva e Manoel Inácio Marques Neto.[86] Protásio Marques da Rosa reconhecia a família de dona Ercília como primos.[87] Através dessas afirmativas, apresenta-se o caráter diferenciado que se procura construir, através da trama de alianças com a família senhorial e a recordação de um estatuto socioeconômico digno de consideração.

---

[81] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1885.
[82] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1885.
[83] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.
[84] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[85] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[86] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório; Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[87] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

*O que significa ser escravo para os descendentes de escravos?*

Manoel Inácio é representado como alguém que tinha dinheiro e era bem de vida. Provavelmente essa é uma situação específica da vida que seguiu após a alforria. De uma forma geral, a condição escrava é associada pelos entrevistados à ausência de posses, mais do que a critérios racializados (como veremos no segundo interlúdio de racialização, é frequente entre os entrevistados a percepção de que brancos podiam ser escravos) ou ao estatuto sociojurídico. Boa parte das características associadas à escravidão apareceu repetidas vezes em entrevistas diferentes, mesmo com o passar do tempo. Algumas perpassam a percepção de diversos informantes, demonstrando tratar-se de uma representação recorrente e coletiva do grupo estudado. Em entrevistas realizadas com diversas pessoas ao mesmo tempo, tais camadas profundas de memória sobrepuseram-se e dialogaram.

Se a "raça" e o estatuto sociojurídico não foram sublinhados como característicos da condição escrava, a classe social – entendida como um lugar específico em uma relação socioprodutiva – eventualmente o foi, ainda que de forma parcial. Para me aproximar às suas concepções a respeito daquilo que fazia de alguém um escravo, adotei como estratégia perguntar a dona Aurora, dona Diva e dona Eva o que diferenciava os avós que viveram o cativeiro daqueles que não o fizeram.

É sintomático que em nenhum momento tenha sido lembrado que os escravos eram propriedade de seus senhores, mercadorias, homens pertencentes a outros homens. A ausência de posses e bens, todavia, foi sublinhada de forma enfática por Eva Marques Correia. A consequência? A consequência era o trabalho para os senhores: "Pois eu acho que era trabalhar pra eles, né. E que eles não tinham nada".[88] Sua prima, dona Aurora, tinha uma avó, Amélia, que ao contrário de Felisberta, não foi cativa.[89] A condição livre é associada a um pequeno conforto, diferencial em relação à ausência do mesmo por parte dos escravos: "Porque eu não sei como é que a minha vó foi criada

[88] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

[89] Segundo as fontes eclesiásticas, Amélia nasceu em 5 de setembro de 1875, filha da escrava Vitalina, pertencente a Manoel Antônio Marques. Era, portanto, uma *cria de ventre-livre*. IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio. Para a análise da memória de Aurora Inácia Marques da Silva, contudo, tal informação é irrelevante: essas condições do nascimento da avó materna são-lhe desconhecidas – perderam-se no mar da memória familiar – e não influenciam na comparação por ela desenvolvida entre Amélia e Felisberta, que aqui pretendo averiguar.

com a mãe dela, né. Já a... a... A mãe da minha vó tinha algum confortinho, né. E deu pra... pra criar a família".[90]

Essas categorias, contudo, remetem à propriedade e à renda, e não exatamente a um lugar estrutural nas relações produtivas. Algumas falas, no entanto, são surpreendentemente convergentes com conclusões da bibliografia mais recente a respeito da escravidão. Como visto no "mapa da tese", os estudos de Rios (1990), Machado (1994), Wissenbach (1998a), Mattos (1998) e Andrews (1998) procuraram demonstrar que não existia uma aversão ao trabalho *em si*. Mattos de Castro (1987, p.106), Scott (1991), Holt, (1992 e 2005) e Guedes (2008) qualificaram essa constatação ao destacar que o que era considerado verdadeiramente degradante era o *trabalho para outrem*. Tais observações convergem com a análise de Machado (1994) e Mattos (1998), para quem o conceito de liberdade para aquele grupo social era contrastivo com o cativeiro.

Em entrevista que filmei com a falecida senhora Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010,[91] essa percepção é bastante presente. Como veremos no capítulo 4, sua narrativa da própria vida é de alguém que, junto com seu marido, nada possuía no momento do casamento e, graças ao esforço, logrou adquirir terras e estabelecer-se como produtora de farinha, e é desse lugar que ela fala e avalia a condição de seus ancestrais escravos.

O progresso familiar é sempre associado ao valor do trabalho *para si*. Ela afirma, com orgulho, que *não trabalhou* após casar-se. Esse *não-trabalho*, contudo, é o trabalho *para outras pessoas*, o trabalho *empregado*. Dedicou-se apenas à roça e ao lar. "Não, eu *nunca trabalhei depois que me casei*, não. Nunca. Criei meus filhos tudo, minha mãe parava comigo. Ainda criei três adotivos. Graças a Deus. *Trabalhava, a gente trabalhava, tá certo, em casa, na roça, fazia, ajudava na farinhada e tudo, mas empregado não*" [92] (grifos meus). O fato de nunca ter trabalhado para os fazendeiros é um fator de orgulho familiar, como se depreende da entrevista de Edite Maria da Rosa, prima de dona Eva.[93]

Para a última, o trabalho que os escravos desempenhavam *para outrem* é umbilicalmente associado à ausência de posses. "[eleva tom de voz] Ah, na vida, na vida deles quando eles foram escravos não [sacode o ombro] tinham nada. [sacode o

[90] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[91] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[92] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[93] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.

ombro] Pois eles faziam só pros patrões".[94] Existe, hoje, vasta discussão sobre o fato de que parte dos escravos cultivavam roças próprias dentro das fazendas escravistas (Cardoso, 1987, Machado, 1987, Schwartz, 1988, Reis e Silva, 1989, Guimarães, 2009). Para além dos frutíferos debates acerca de se tal fenômeno tratava-se de uma "brecha", ocupava um lugar estrutural no regime escravista ou fazia parte da resistência escrava, o fato é que tais aspectos não se encontram presentes na memória acerca do passado escravista das pessoas que entrevistei. Esse tempo é lembrado, fundamentalmente, como um período em que se trabalhava para outros, em contraste com o presente.

Para além da discussão de relações de trabalho, vemos, em segundo lugar, uma miríade de outros aspectos lembrados como definidores da condição cativa. A necessidade de obedecer a ordens senhoriais, a ausência do governo de si, a submissão às determinações de outrem aparecem nos seus discursos. A essa situação estão associadas limitações para o deslocamento espacial autônomo:

> Aurora – A diferença é que ser escravo é mesmo de que... a pessoa ser mandada que nem criança. (...) Que nem criança. Agora tu vai fazer isso, agora tu vai fazer aquilo, agora tu vai fazer aquele outro. Todos os dias era aquela lição. (...) Não [balança a cabeça negativamente], não tem governo. Pois se eu vou sair agora, eu vou a Porto Alegre, eu vou a Osório, não tem saída pra lugar nenhum. É ali.[95]

Perguntei ao senhor Sebastião, *rei Congo*, sobrinho-neto de Felisberta, como era a vida dos escravos e ele disse que faziam aquilo que mandavam, se o senhor mandasse fazer alguma coisa, ela tinha que fazer. Perguntado sobre quais coisas os senhores mandavam fazer, afirmou que era como uma empregada doméstica. Que fazia roupa, trabalhava em casa. Perguntei se ia para a roça, e ele disse que não, que apenas os homens iam para a roça, e não as mulheres, que ficavam em casa. Na fala do senhor Sebastião, portanto, a destinação ao trabalho doméstico resultava de uma segmentação de gênero, e não propriamente de uma hierarquização do trabalho entre os escravos.[96] Em contraposição a essa percepção da realidade escravista, a liberdade é definida como um momento em que havia a possibilidade de 'fazer a própria vida'.[97]

Finalmente, a experiência do cativeiro é percebida como uma situação de degradação humana. Barcellos *et al.*, (2004, p. 359-370) e Chagas, (2005a, p. 171-180)

---

[94] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[95] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[96] Entrevista com o senhor Sebastião Francisco Antônio no dia 16 de outubro de 2010 em Osório.
[97] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

já haviam sublinhado que o *'tempo do cativeiro'* era definido em Morro Alto pela ausência de direitos, submissão aos castigos físicos, humilhações e mesmo à percepção de *animalização* daqueles que o padeciam. Algumas entrevistas realizadas sustentam aquelas apreciações. As senhoras Diva, Eva e os filhos desta última associam claramente a realidade escravista às punições físicas.[98] Diva também relata que, à exceção dos *escravos livres*, os cativos não podiam se sentar à mesa, devendo comer em gamelas.[99] O casamento seria, ainda, um direito inacessível aos cativos, o que explicaria o fato de Manoel Inácio e Felisberta não terem realizado tal sacramento.[100] Para concluir, a fala de dona Diva é impactante no sentido de verificar até que ponto a experiência cativa representou, para aqueles que a viveram e seus descendentes, uma realidade de brutalização e um tratamento redutor à condição animal.

> Diva – Ah, porque o que é escravo, o que não é escravo é gente. E o que é escravo não é gente.
> Rodrigo – Quem é escravo não é gente?
> Diva – [balança a cabeça negativamente]
> Rodrigo – É o que?
> Diva – [sacode os ombros] É corpo de gente, figura de bicho.
> Rodrigo – Corpo de gente, figura de bicho.
> Diva – [balança a cabeça, concordando]
> Rodrigo – Porque, dona Diva, dá um exemplo.
> Diva – Porque assim. Eles tratam os escravos que nem bicho. Por isso aquele corpo de gente, figura de gente. De bicho.[101]

Como os descendentes de escravos, portanto, gerem a lembrança de uma situação histórica assim radicalmente brutal e desumanizadora?

*Prenomes e pronomes: o nominável e o inominável na experiência escrava*

Em sua análise de entrevistas realizadas com sobreviventes da experiência extrema dos campos de concentração, Michael Pollak (2000, p. 238-244) realizou frutífero exame dos pronomes pessoais empregados nas narrativas, uma vez que "L'analyse des pronoms personnels nous permet de constater le degré de distance et/ou

[98] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório. Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.
[99] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[100] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório. Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[101] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

d'aliénation que ressent la personne dans une situation donée".[102] (Pollak, 2000, p. 243). Resumidamente, o autor observou o emprego da primeira pessoa do singular – *je* – como uma forma de autoidentificação pessoal presente em todas narrativas biográficas; a primeira pessoa do plural – *nous* – aparece nas suas entrevistas como signo de um pertencimento coletivo (nacional, familiar, etc.), mas ao qual se conferia uma capacidade coletiva (presumida ou real) de ação e controle sobre a realidade.

A terceira pessoa do singular – *on*[103] – por seu turno, foi empregada em contextos que denotam a *impotência* por parte de uma coletividade. Segundo assinala o autor, a terceira pessoa é considerada uma não-pessoa pelos linguistas (Benveniste, *apud* Pollak, 2000, p. 239). Remete a situações e estruturas, e não a indivíduos identificáveis. Finalmente, o emprego da terceira pessoa do plural – *ils* ou *elles* – representa um afastamento suplementar do coletivo designado. Em suma, a análise pronominal representa um papel-chave no estudo do autor acerca da gestão do *indizível* da experiência concentracionária por parte dos entrevistados.

Realizando alguns cuidados na transposição de metodologia referente à análise de experiências *vividas* àquelas *lembradas* por meio da oralidade e da tradição familiar, creio que a metodologia empregada por Pollak na análise de suas entrevistas pode ser útil, desde que devidamente adaptados ao estudo das representações do passado escravista por parte de descendentes de cativos.

Em comum, ambas as experiências históricas foram vividas e lembradas como tendo implicado em um sofrimento extremo, em uma desumanização dos sujeitos, com aspectos também *indizíveis*.[104] Como gerir, portanto, o *indizível* do cativeiro? É óbvio, por não terem sido vividas pelos narradores, as histórias do cativeiro nunca aparecem na primeira pessoa, quer do plural, quer do singular. Sempre são narradas na terceira pessoa, mas o grau de distanciamento é estabelecido pela nomeação ou não dos sujeitos que a viveram. Em outros termos, algumas experiências são narradas com *prenomes*; outras, com *pronomes*.

---

[102] [A análise dos pronomes pessoais nos permite constatar o grau de distância e/ou de alienação que sente a pessoa em uma dada situação.] Minha tradução.

[103] O *on* francês expressa, na terceira pessoa do singular, um sujeito coletivo – algo como o "a gente" em português – mas também um signo de impessoalidade: *on sait* pode significar *sabe-se*; *on a fait*, *fez-se*, etc.

[104] Tais reflexões inspiram-se no trabalho de Gilroy (2001), que assinala que o terror representado pela experiência do cativeiro faz dela um aspecto difícil de ser lembrado e impossível de ser esquecido. Para aprofundar essa discussão, ver capítulo 6.

O insuportável contido nos castigos físicos nunca é esquecido; porém não é associado diretamente a algum familiar do locutor, ou mesmo a algum sujeito nomeado. Raramente se dirá "meu avô apanhou, a fulana foi pro tronco": quer por desejar afastar tal experiência negativa da memória familiar, quer por procurar erigir o caráter de sua família para além de uma realidade de vitimização, ou ainda por associar a existência subjetiva a aspectos positivos. O castigo físico, portanto, é um aspecto *inominável* da realidade escravista:

> Eva – É, diziam que *eles* apanhavam muito.
> Maria – É, surravam e ainda botavam sentado no formigueiro.
> Rodrigo – Isso contaram pra ti?
> Maria – É, o pai contava, ele que contava.
> Eva – É, *eles* tinha *os negos*, aí eles diz que chegou, aí tinha um, me perdoe Deus, diz que era muito malvado. Bernardino Coelho era tio da minha mãe. Aí diz que um dia ele foi na casa dos outros, "vai lá, pega *aquele nego* e sova bastante, dá uma, sova, depois bota no tronco e sova mais". Aí diz que chegavam aqueles [lanho?] assim e aí ele disse "vai lá e vê um formigueiro daquele miudinho e bota *ele* sentado nele".
> Rodrigo – Que horror.
> Eva – Bota *ele* sentado no formigueiro, aí o tio Bernardino, ele sempre andava com um bastãozinho... ele tinha uma [?] numa perna, andava assim. Aí ele disse que andava com aquele bastão e disse assim, eles disseram, o patrão velho disse "bota lá no formigueiro", ele disse "puta diabo!", levantou, diz que levantou o bastão assim "puta diabo!", com o perdão da palavra. "Não mesmo. Então mata *o nego* de uma vez. Se é pra botar no formigueiro assim mata *o nego* de uma vez. Mata!" Aí diz que ele ficou [?] e aí mandaram soltar.
> Maria – É, porque não obedeciam ninguém os que mandavam, né.
> Eva – Sim, não podia dizer que não. *Aqueles* que eram escravos também já estavam arriscando a vida, né. Tinha que ir. Mas era uma judiaria aquilo, né. *Eles* passavam muito trabalho no tempo dos escravos, né.[105] (Grifos meus)

> Ercília – É, minha avó Felisberta, Severina Felisberta. Então a minha avó contava... Tinham lazer, podiam brincar. A sinhá não se importava. Tem outros que não, que *o negro* só apanhava, ia pro castigo.[106]

Quando se contava com possibilidades de existência humana, de experiências as mais positivas possíveis dentro da cruel realidade do cativeiro, trata-se da avó – Felisberta, como visto, representada como *escrava livre*. Os demais, que padeciam das piores agruras do cativeiro, são genericamente denominados de 'eles' ou 'o negro'. Com isso, não pretendo postular que alguns necessariamente tenham sido poupados de punições físicas. Pelo contrário, meu argumento é que tais experiências não são

[105] Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.
[106] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 26 de agosto de 2001 na Prainha. Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi.

admissíveis, não são dizíveis a não ser através de uma referência genérica e pronominal à terceira pessoa.

Quando solicitados a enumerar os moradores de Morro Alto que haviam sido escravos e que os narradores conheceram durante a infância, novamente há uma referência genérica. A nomeação específica é de grande dificuldade:

> Rodrigo – E quem mais que era escravo lá no Morro Alto?
> Eva – Ah, mas lá tinha muito. Você nunca foi lá no dia da reunião dos escravos?
> Rodrigo – Eu já fui.
> Eva – É, tinha gente né. Aquilo tudo é filho, filho, [movimenta a mão a medida em que diz essas palavras] neto. É, filho eu acho que nem tinha, era neto, neto, bisneto. Eu fui umas quatro vezes depois não fui mais [olha pra baixo].[107]

Em lugar da ascendência de determinados escravos ser explicativa da participação comunitária na mobilização étnica presente, é a última que remete ao tempo da escravidão, sem, contudo, nomeá-los. Fui persistente, contudo, e consegui arrancar a dona Eva algumas especificações, embora ela tenha observado que, durante a infância, era considerado *mal-criação* demandar uma informação dessas a seus pais, de certa maneira sentindo-se importunada com minha insistência:

> Rodrigo – E a senhora sabe o nome desses escravos?
> Eva – Não [balança a cabeça negativamente]. Não, não sei. Eu não vou dizer o que eu não sei, né. Porque quando eles morreram decerto algum a gente nem existia, né. Depois a gente não ia tá perguntando pra mãe da gente, quem era fulano, quem era beltrano.
> Rodrigo – Claro.
> Eva – Eu só sei do meu avô, e a minha vó, e o, e ali os Romão, que eram primos da mãe, a gente da tia Teresa. É, os mais velhos, que a gente sabia. Agora o resto... A tia Olina, a tia Eufrásia. O resto a gente não sabe, né. A gente não... a gente primeiro não é que nem agora, agora as crianças sabem tudo. Porque eles indagam, e sei lá. E a gente não, a gente tinha respeito nos pais da gente, nas mães, não tava perguntando isso, perguntando aquilo, né. A gente não... Se respeitava os mais velhos. Agora ninguém respeita mais velho, né.[108]

O avô Merêncio, a avó Felisberta, a tia Teresa, a tia Eufrásia, a tia Olina, o velho Ramão. Se os leitores consultarem a listagem dos escravos legatários do testamento de Rosa Osório Marques, perceberão que os quatro primeiros constam como seus herdeiros. Os demais eram seus familiares: Olina era filha de Eufrásia, e Ramão – já

[107] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[108] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

mencionado neste capítulo – pai de Teresa e Felisberta, conforme recorrentes narrativas entre os moradores da região. Embora Ramão não conste no testamento, alguns moradores da região possuíam a impressão de que sim.[109]

Efetivamente, há uma associação muito direta por parte dos entrevistados entre a condição cativa e a condição de herdeiro de Rosa.[110] Em outras palavras, no discurso dessa família, há uma sobreposição entre "ser herdeiro de Rosa", "ser escravo" e "ter direito a terras": "Aí eles ganharam tudo. Aí eles já ganharam aquilo tudo ali. E o que ali onde o Manoel Alípio[111] tá, aquilo ali é tudo *dos escravos*".[112]

Em quase todas as ocasiões em que escravos foram nomeados, tratam-se de herdeiros do testamento de Rosa ou seus familiares. Aurora Inácia Marques da Silva referiu como escravas sua avó Felisberta e suas irmãs Tereza e Severina, além de Floripa,[113] avó de seu falecido marido.[114] A última é uma evidente exceção, por não constar no testamento de Rosa e não ser familiar próxima de nenhum herdeiro. No entanto, creio que Aurora a confundiu com a escrava Eufrásia, essa sim, constante no título de herdeiros do testamento de Rosa.

Sustento essa hipótese por três razões: Floripa era avó paterna de seu marido, e Eufrásia, sua avó materna. Aurora mencionou Floripa como mãe de sua sogra. Além

---

[109] É o caso da falecida senhora Aurora Conceição da Silveira, filha do ex-escravo Merêncio – e tia-avó da Aurora que entrevistei. Entrevistada por Paulo Moreira e Miriam Chagas, junto com outros moradores da região engajados no processo de reconhecimento de Morro Alto como "remanescente de quilombos", Aurora colocou em dúvida as afirmativas do senhor Manoel Francisco Antônio de que o velho Ramão – de cujos descendentes Aurora era comadre – não era herdeiro de Rosa. Entrevista com Manuel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio, Aurora Conceição da Silveira, Manoel Conceição da Silveira e Maria Conceição da Silveira no dia 13 de setembro de 2001. Entrevista realizada por Paulo Moreira e Miriam de Fátima Chagas.

[110] Müller (2006, p. 135) pretendeu ter identificado em outra família, residente no Faxinal do Morro Alto, descendentes da escrava Idalina, legatária do testamento de Rosa Osório Marques. A autora atribui à "dependência cotidiana quanto às relações de trabalho com brancos" o não-engajamento dos "Idalina" na demanda fundiária de Morro Alto. Ocorre que existiram, pelo menos, *duas* Idalinas em Morro Alto. A que deu origem à família investigada pela autora nunca foi escrava. Era *ingênua*. Nasceu de *ventre-livre* em 3 de dezembro de 1883, filha de Gasparina, escrava de Manoel Antônio Marques. (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio. Ver também Barcellos *et al.*, 2004, p. 442). A escrava Idalina, legatária de Rosa Osório Marques, era filha de Polucena, cativa dessa senhora e também herdeira. Nasceu em 1859 ou 1860 (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 94v).

[111] Manoel Alípio é um neto do ex-escravo Merêncio, também legatário de Rosa. Filho da senhora Aurora mencionada na nota 109, Manoel Alípio é proprietário de uma borracharia no entroncamento das estradas BR-101 e RS-407. Ali é o núcleo da localidade chamada de Morro Alto, onde se localizava a casa-grande da família Marques. Suas ruínas ainda podem ser vistas, mediante autorização, no terreno da família dos descendentes de Ramão.

[112] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

[113] A escrava Floripa nasceu em 1º de abril de 1859, filha da escrava Laurinda, pertencente a Pascoal Marques, e neta da africana Rita, cuja proprietária era Isabel Maria Osório. IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 85v.

[114] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.

disso, sua narrativa a respeito de Floripa, em março de 2010, é idêntica à que apresentou em novembro de 2001 a respeito de Eufrásia: foi a primeira a estabelecer-se em Morro Alto, a mando da senhora Rosa Osório Marques.[115] Finalmente, na entrevista mais recente, Aurora hesitou bastante antes de identificar o nome da avó de seu marido.

Efetivamente, ao longo do século XX, as famílias descendentes de escravos do testamento de Rosa Osório Marques foram aquelas que conservaram de forma mais presente a memória do cativeiro. Da mesma maneira, são aquelas que foram identificadas por seus netos como cativos. Isso não é gratuito: face aos horrores associados ao cativeiro, as famílias mencionadas puderam encontrar, ao menos, um referencial positivo: a condição de herdeiras de terras. Em outros termos, encontraram possibilidades de vivenciar a memória da escravidão através de *prenomes*, e não apenas de *pronomes*. O testamento de Rosa representa uma possibilidade *nominável* de lembrança da realidade escravista.

Não pretendo postular que as demais famílias da região não tivessem memórias sobre o cativeiro. Não as entrevistei para o presente estudo, mas participei da pesquisa de Morro Alto e posso afirmar que elas, também, têm suas representações acerca da realidade escravista. Através da história oral, das intrincadas inter-relações entre as famílias da região, e ainda por meio de registros paroquiais de batismo, foi possível remontar seus vínculos genealógicos até o século XIX, até os tempos do cativeiro (Barcellos *et al.*, 2004, p. 424-452). Todavia, na maior parte dos casos, carecem do colorido, da precisão, da nitidez das descrições dos "herdeiros".[116] Além disso, parecem ter sido recuperadas e acionadas em um momento mais recente, a partir da mobilização étnica de Morro Alto. "Nós somos descendentes de escravos, nós vamos recuperar muita coisa..." (Barcellos, 2004 *et al.*, p.5), dizia o falecido senhor Ildo Fortes dos Santos.[117]

Tais nuances da memória sobre a escravidão entre as famílias da região tem a ver, ainda, com as representações sobre a bondade e a maldade senhoriais. Rosa Osório Marques é percebida como uma senhora boa, que não desamparou seus cativos e

---

[115] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.

[116] Por outro lado, um morador da região entrevistado em 2000 ou 2001 por mim e pelo antropólogo Alessandro Garcia Gomes negou ter vínculos genealógicos com o passado escravista, muito embora eu seja capaz de traçá-los, com facilidade, por meio de fontes documentais. Coincidentemente ou não, o dito senhor não se encontrava engajado na mobilização comunitária ocorrida em Morro Alto (Gomes, 2003, p. 41-43).

[117] O senhor Ildo foi o primeiro vice-presidente da Associação de Moradores de Morro Alto.

procurou prepará-los para a vida em liberdade. Se as terras não lhes foram entregues, tal se deu em virtude da maldade de seus familiares (Barcellos *et al.*, 2004, Chagas, 2005a). Proponho a hipótese de que tal percepção binária do caráter dos senhores repercutiu entre as demais famílias, netas e bisnetas de cativos de proprietários que não legaram terras aos escravos e que, portanto, seriam *maus*, não restando boas experiências do cativeiro a serem lembradas.

Um último exemplo de experiência *nominável*, e que conserva referenciais positivos para a comunidade em questão, é o daqueles que *resistiram* à opressão associada ao escravismo. O caso exemplar é o dado pelo escravo Bastião. Em uma narrativa corrente entre os diversos entrevistados durante a pesquisa de Morro Alto, relata-se, em tom jocoso, que ele teria matado o senhor Machado, que era, por excelência, o *senhor ruim* (Barcellos *et al.*, 2004, Chagas, 2005a). Machado é visto como o avesso de Rosa Osório Marques: enquanto a última "deu" as terras aos negros, a família do primeiro é identificada como aquela que se apropriou da doação. Embora os dados genealógicos indiquem seu parentesco com os Marques – tanto João Machado Ramos, vítima da fúria de Bastião, quanto Manoel Marques Machado, seu filho, casaram-se com integrantes da família Marques (ver gráfico genealógico da família senhorial) – pairam dúvidas, entre os entrevistados, acerca de se eles de fato pertenciam àquela família. Alguém tão ruim *não podia* ser Marques.

Bastião cometeu o assassinato com um pau de porteira, instalou-se na cozinha da casa senhorial e demandou à *sinhá* que lhe servisse leite. Nas narrativas dos entrevistados, trata-se de verdadeira inversão das relações sociais escravistas, como punição à maldade do senhor. Finalmente, Bastião fugiu para o mato e nunca mais foi localizado. O fato é real, e gerou processo criminal localizado pelo historiador Paulo Moreira.[118] Segundo o registro documental, o crime ocorreu em janeiro de 1882, e o escravo Paulo – sim, enquanto a comunidade o denomina Bastião, o processo o identifica como Paulo – foi condenado à pena de morte, em 1883, morrendo, todavia, de anemia na cadeia em novembro de 1886.

Existem evidentes dissonâncias entre o registro escrito e a memória comunitária, no que toca ao nome do escravo, a detalhes das circunstâncias e principalmente ao desfecho. Não pretendo, contudo, discuti-las, nem suas implicações na relação entre memória e história, por questões de fôlego. Tal me desviaria do argumento que

[118] Seu resumo encontra-se no livro de Barcellos *et al.* (2004, p. 461-463).

desenvolvo no momento. Além disso, tais narrativas não estão especificamente presentes na família que estudo (as recupero de pesquisa anterior); finalmente, as julgo já suficientemente esmiuçadas pela bibliografia pertinente (Barcellos *et al*., 2004, Chagas, 2005a). Por ora, basta dizer que aqui a história torna-se *mito*, ao realizar na pessoa de Bastião/Paulo uma metonímia da resistência escrava na região.

O que aqui me interessa é que, assim como a herança de Rosa, a resistência escrava é positivada e, portanto, *nomeada*; seja Bastião ou Paulo, o escravo que resiste possui um nome. Não é "ele"; não se trata de um negro abstrato, referido na terceira pessoa. Trata-se, também, de uma afirmação da condição humana face ao caráter brutal de um escravismo inominável. Todavia, ao contrário dos escravos herdeiros, e a exemplo dos cativos que sofriam castigos, Bastião/Paulo *não tinha laços familiares*. Era muito comum os narradores lembrarem, de forma animada, sua história, mas ninguém era seu parente ou apontava algum familiar do mesmo.

No caso da "*gente* da Felisberta", é fácil explicar tal aspecto: um vínculo genealógico com Bastião/Paulo iria contrariar a forma negociada através da qual essa família afirma que seus ancestrais procuraram estabelecer seu espaço nas relações sociais da sociedade escravista. Se o binômio negociação/conflito proposto por Reis e Silva (1989) não é estático, havendo permutações entre eles, e ambos insiram-se no marco da resistência escrava, também é claro que a família analisada não optou pelo confronto direto. Muito pelo contrário, como veremos a seguir, a representação complementar de Manoel Inácio e Felisberta, passa por critérios de racialização e gênero: esse casal batalhou para garantir o melhor para seus filhos, articulando alianças verticais e horizontais.

*Interlúdios de racialização II: Manoel branco, Manoel pardo, Felisberta preta*

Já vimos que Manoel Inácio aparece, de uma forma geral, como *pardo* na documentação escravista do século XIX – registros de batismo, lista de matrículas, inventários. Existe sólida discussão historiográfica sobre os significados sociais dessa designação. Não cabe aqui realizar uma exaustiva revisão da bibliografia a respeito, apenas recorrer a alguns livros que possam nos oferecer balizas fundamentais para avaliar a experiência de racialização, tal como vivida por Manoel Inácio e Felisberta, tal como lembrada por seus descendentes.

Embora a discussão proposta por Gilberto Freyre em Sobrados e Mocambos careça de precisão – ele emprega indistintamente "mulatos", "mestiços", "pardos claros", "semibrancos", "quase-brancos" – o autor, na década de 1930, propugnou uma ideia de permeabilidade da sociedade brasileira face à ascensão desses sujeitos sociais. Para Freyre, as fronteiras raciais amenizar-se-iam perante o critério de classe. Isso permitiu-lhe afirmar que a mobilidade social "favoreceu entre nós *a ascensão* de mestiços, de mulatos, de homens de cor, *à condição sociológica de brancos*", ou ainda em qualidades e recursos plásticos dos mulatos "*em ascensão para branco*" (Freyre, 2006 [original de 1936], p. 398 e 793. Grifos meus). Embora faça a ressalva de que tais transferências não se aplicavam para "pretos" (Freyre, 2006 [original de 1936], p. 498), sua abordagem foi posteriormente problematizada.

Muita tinta foi gasta na crítica a Freyre e seu excessivo otimismo em relação às relações raciais no Brasil. No entanto, a discussão por ele proposta foi seminal para os debates posteriores. Freyre intuiu uma passagem do cromático ao sociológico na avaliação de categorias de "cor", embora não tenha levado isso às últimas consequências, talvez pela imprecisão conceitual anteriormente apontada. Estudos recentes debruçaram-se sobre a denominação 'pardo', procurando definir o seu lugar na sociedade colonial e imperial.

Viana (2007) dedicou um estudo às irmandades de pardos, dedicando-se à investigação do significado dessa categoria. Amparando-se em bibliografia pertinente, a autora constatou que o termo se prestava a preencher espaços de indefinição nas hierarquias sociais da sociedade escravista, particularmente no que se refere aos homens livres de cor. Ele referia-se quer à mestiçagem, quer aos aspectos de ascensão social sublinhados por Freyre. Contudo, a autora destacou também a situacionalidade e a multiplicidade de significados assumidos pela categoria em questão. Com efeito, em seu trabalho empírico junto às irmandades, a autora constatou o uso preferencial do termo "pardo" em relação ao "mulato" precisamente por ele não estar imbuído dos estigmas associados àquele.

Dialogando com vasta bibliografia, Roberto Guedes (2008, p. 93-108) procurou sublinhar a "cor" como um lugar social, cujas categorias são historicamente construídas. Demonstrando com sólidas fontes documentais que as mesmas pessoas "mudavam de cor", deduziu o seu papel como definidor de hierarquias, porém hierarquias fluidas. Tais mudanças resultaram de negociações entre os sujeitos sociais envolvidos no regime

escravocrata. O autor esteve atento aos usos das categorias, evitando reificá-las. Retomando os argumentos de Mattos, que em breve apresentarei, a categoria ‘pardos’ implicava em um distanciamento em relação à escravidão. Sendo assim, o autor substancializou empírica e teoricamente o argumento freyriano.

Sílvia Lara assinalou a “flutuação de significados para palavras que apontam critérios classificatórios baseados na cor e na mestiçagem”. Para a autora, que também encontrou situações de ambiguidade em que uma mesma pessoa era qualificada com “cores” distintas, as categorias eram operacionalizadas no sentido de estabelecer fronteiras entre o cativeiro e a liberdade no século XVIII (Lara, 2007, p. 143-144).

Hebe Maria Mattos, por sua vez, questionou o uso sem problematizações da noção de ‘pardo’. Em consonância com a argumentação central de seu livro, esse qualificativo foi visto como uma forma de aproximar-se de experiências de liberdade. Na medida em que essa categoria registrava “uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco”, era um significante que “sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista” (Mattos, 1998, p. 30).

Em estudos posteriores, a autora aprofundou essa discussão. Verificou-se que a categoria ‘pardo’ possuía uma abrangência superior às de ‘mulato’ ou ‘mestiço’:

> “Pardo” foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de “preto” ou de “crioulo”, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativeiro – consolidou a categoria “pardo livre” como condição lingüística necessária para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava. (Mattos, 2000, p. 17; ver também Mattos, 2004, p.100).

Se aqui Mattos dissertou acerca do duplo papel da categoria “pardo” – afastar estigmas do cativeiro e manter determinadas restrições civis – posteriormente ela veio a inscrever a análise das categorias de “cor” no estudo dos processos históricos de construção de identidades racializadas no Brasil. A autora preferiu definir tais identidades como “racializadas” em lugar de “raciais” por entender que “da perspectiva adotada nesta tese, procurei evitar trabalhar com a noção de raça enquanto construção

substantiva, preferindo utilizar o conceito de 'racialização'" (Mattos, 2004, p. 9). Com isso, a autora conclui pela subtração – algo que está presente desde "Das cores do silêncio", embora não explicitado dessa maneira – das experiências de racialização ao biológico e ao cultural.

> O que propomos aqui, para concluir este ensaio, é um esforço de romper com a ênfase na mestiçagem, seja biológica ou cultural, para pensar as diferenças nas linguagens e nas práticas próprias aos processos de racialização, associados à expansão da escravidão atlântica. Em todas as situações coloniais do Novo Mundo ocorreram necessariamente, em maior ou menor graus, fenômenos de miscigenação e de mestiçagem cultural. Todas elas foram, de uma forma ou de outra, economicamente determinadas pela "opressão sistêmica do escravismo colonial" (Idem, ibidem, p. 353). Responder quando e por que estes fenômenos geraram determinados modelos de classificação e de identificação racial, e não outros, implica em deixar o terreno da biologia e da cultura e entrar no da política, entendida em sentido amplo. (Mattos, 2004, p. 248)

De toda a discussão apresentada, podemos depreender que o uso da categoria pardo para designar Manoel Inácio não resulta de sua composição cromática ou biológica. Supondo ser filho do senhor, não era pardo devido a seus genes, e sim ao lugar de poder em que era instalado no seio da escravaria dos Marques. Independente de tais considerações, já vimos que o dito escravo gozava, de qualquer forma, de um estatuto diferenciado. Gabriel Aladrén (2009, p. 125-131) sustenta que os termos pardo e mulato eram relativamente intercambiáveis no Rio Grande de São Pedro do século XIX, embora a primeira designação fosse mais utilizada em contextos formais e a segunda, no cotidiano. Não sei quais foram as evidências utilizadas pelo autor para acesso ao uso cotidiano das categorias de "cor", mas eu não as obtive para a fazenda do Morro Alto no século XIX. A única certeza é que os vestígios documentais apontam Manoel Inácio insistentemente como pardo. E – ainda mais – não se tornou pardo na vida em liberdade. Já o era enquanto cativo.

Como visto, os descendentes desse escravo têm consciência do estatuto diferenciado gozado por seus avós, traduzido através da noção de *escravos livres*. Porém, em uma curiosa inversão do argumento historiográfico, tal situação é justificada pela "cor" branca. Nas narrativas familiares, Manoel Inácio quase sempre aparece como *branco*.[119] Em lugar da ascensão social cumprir um papel de modificação da "cor", é ela

[119] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório. Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório. Entrevista filmada com dona Diva Inácia

que é apontada como suficiente para considerá-lo, *a priori*, branco. A "cor", portanto, é acionada como forma de justificativa do estatuto para ele imaginado e do fato dele ter sido "bem sucedido", "bem de vida".

Disso estão convictos seus netos. Em raras e máximas concessões, admite-se que ele era *nego branco*. "decerto era branco com negro. Era tudo misturado... Feijão com arroz, como se diz aqui".[120] É interessante observar que Diva menciona feijão com arroz, e não café com leite. Enquanto o leite 'branqueia' o café, o feijão 'preteia' o arroz.[121] Quer dizer, na perspectiva local da miscigenação, o elemento negro prevalece, e esse papel, veremos em seguida, foi representado por Felisberta.

Mesmo ela, porém, sempre lembrada como "bem pretinha", também é imaginada como filha de brancos, porque tinha o "cabelo bom". De uma forma mais geral, porém, nos jogos da memória, a representação da origem familiar é feita por um Manoel Inácio branco e uma Felisberta preta, que legou tal condição a seus descendentes.[122]

> Ele [o fazendeiro Manoel Machado, descendente dos Marques] chamava o meu pai se ele queria carnear. Qualquer coisa ele chamava o meu pai. O meu pai ia. A gente do meu pai era parente dele. Era parente dele. Eram branco mas era parente deles. Só que ele era filho de branco, e a mãe era preta. E nós somos tudo, da, da, da nossa família, *o mais moreno da nossa família toda é só nós. O resto tudo, porque que a minha vó era bem pretinha e o meu avô era branco.*[123]

Um neto de Pulquéria Felisberta (que, como veremos no capítulo seguinte, não era filha de Manoel Inácio) por mim entrevistado chegou a afirmar que sua bisavó Felisberta se casara com um *gringo*.[124]

Como se justificava, porém, a condição escrava de Manoel Inácio? Segundo a maior parte dos entrevistados, a escravidão não se restringia aos negros. Brancos podiam ser escravos.[125] A única que apresentou objeção a essa perspectiva foi a senhora

---

Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório. Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

[120] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.

[121] Devo essa observação à antropóloga Cíntia Beatriz Müller, há muito tempo atrás e em um contexto distinto (comunicação pessoal).

[122] Inexistem registros documentais ou relatos orais acerca de uma possível ancestralidade indígena do ramo de Felisberta, ao contrário de outras famílias de Morro Alto.

[123] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório. Grifos meus.

[124] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 11 de fevereiro de 2009 em Porto Alegre.

[125] Entrevista com dona Severina Maria Francisca Dias no dia 15 de outubro de 2010 em Osório.

Eva Marques Correia, que associou a instituição escravista à questão racial e diferenciou escravos de livres a partir da "cor".[126] No mais das vezes, porém, Manoel Inácio era branco e era escravo a uma só vez. Essa situação foi explicada de duas maneiras.

Em primeiro lugar, pela pobreza, e aqui há uma tensão na memória familiar. Manoel Inácio é lembrado como 'bem de vida', devido aos bens deixados aos sucessores e aos laços estabelecidos com a família Marques. Tal face do patriarca justifica a distintividade pretendida. Por outro lado, explica-se sua condição escrava por ser pobre.[127] "É branco, é pobre, é escravo. Na época. Não tinha direito de nada. Era escravo. Era igual aos negros".[128] Em sua formulação, Diva simplesmente inverte a argumentação freyriana. Em lugar da ascensão social "embranquecer" os mulatos durante o período pós-escravista, são o cativeiro e a pobreza que "enegrecem" os brancos no regime escravocrata: "Só que naquele tempo branco pobre, fosse branco e era pobre era negro, né".[129] Negro, aqui, não representa um signo de orgulho étnico; pelo contrário, é um sinônimo de escravidão (ver último interlúdio de racialização).

Uma segunda explicação pode ser dada pelo ventre materno. Como afirmou dona Diva, "mas ele, ele foi nascido ali na senzala. Senzala do Morro Alto. Ele foi nascido de uma escrava, nem sei quem é a mãe dele. Era uma escrava. Era filho de rico. Mas os pais eram ricos, assumiam".[130]

Existe um evidente contraste entre um Manoel Inácio branco e uma Felisberta preta. Essa diferença sobrepõe racialização e gênero. O primeiro é representado como um homem ativo, cujo caráter empreendedor e alianças privilegiadas simbolizam a distintividade pretendida. É curioso que os entrevistados mais idosos falem muito mais de seu avô – que não conheceram – do que de sua avó, por quem sentiam imenso afeto (pelo que se percebe do carinho com que a mencionam). Aurora Inácia, Diva Inácia, Eva Inácia, Manoel Inácio Neto também me falaram muito mais de seu pai do que de sua mãe, Clara. Talvez acreditassem que os fatos 'públicos' me interessassem mais do

[126] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[127] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório. Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[128] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[129] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[130] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

que os ‘privados’. Manoel Inácio representa a inserção da família em questão nas atividades da *rua*.[131]

Por outro lado, é possível que esse destaque dado aos negócios represente uma forma de demonstrar que o grupo familiar não se reduziu à passividade e a vitimização associadas ao estereótipo do cativeiro. Nesse sentido, Manoel Inácio ocupa um lugar de ‘herói familiar’, sendo esse um lugar marcadamente masculino. Tomo emprestada a Barcellos (1996) essa noção, constatada em seu estudo da ascensão social de famílias negras em Porto Alegre durante o século XX:

> O padrão de reconstrução da origem familiar, se de um lado preenche os vazios com hipóteses cujos indícios são vinculados à aparência, de outro lado, relega a um segundo plano o vazio de origem, passando a contar a história a partir daquilo que reproduz de forma mais aproximado o modelo genealógico, percebido por eles como uma sucessão de grupos nucleares que desemboca no seu próprio núcleo – como famílias que geram famílias.
> Quando não há essa possibilidade, *marcam o início da trajetória com um personagem que ocupa o lugar de “herói familiar”, aquele que deu origem à família – aquela família que deu certo, aquela da qual faz parte o narrador e que é capaz de engendrar sua continuidade através de seu desdobramento nas famílias bem sucedidas de seus filhos.* (Barcellos, 1996, p. 133. Grifos meus).

Felisberta, por sua vez, representa os vínculos familiares, a tradição, o doméstico. A *casa*. Se em uma ocasião foi referida por um bisneto como morena[132] – mas veremos no interlúdio de racialização final que moreno não possuía uma conotação de branqueamento, sendo uma noção êmica expressiva de “cor” –, no mais das vezes foi definida como “bem pretinha”.[133] Representava também, todavia, os encargos de responsabilidade assumidos na senzala dos Marques, uma vez que era responsável por cuidar dos filhos da *sinhá*.[134] Felisberta é uma “reserva de negritude” da família, e isso é indissociável da condição feminina. Ela evidencia a identidade negra que não se pretende perder de vista.

---

[131] O espaço público, representado pela *rua*, seria atualizado hoje em dia sob a forma da luta política do quilombo, ainda que a última conte também com lideranças femininas.
[132] Entrevista com o senhor Teodoro José Cardoso no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[133] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório; Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório; Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde. Na lista de escravos anexa ao inventário de Thomaz Osório Marques, Felisberta também aparece como preta. APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1883, f. 26.
[134] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório; Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório; Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

Felisberta é vista como batalhadora, e isso é encarado como uma modalidade de resistência. “O valor das mulheres batalhadoras, que sem terem estudado “conseguem” o que precisam, as transforma em objeto de admiração e respeito na fala de seus filhos” (Barcellos, 1996, p. 213).[135] Na medida em que avança a luta comunitária étnica, na fala das lideranças, o lugar de Felisberta é realçado, em detrimento de Manoel Inácio. Tal não se deve apenas à sua situação de herdeira de Rosa Osório Marques, mas principalmente por ela representar o lugar batalhador – ter cuidado dos filhos – e a negritude do casal, em lugar das alianças verticais encarnadas em seu marido.

> Wilson – A tia Bebeta [Felisberta] foi uma liderança, né.
> Rodrigo – Mas se tu...
> Marilda – E ela era muito forte...Eu conheci a dona Aurora, a dona Aurora do... a mãe do Manoel Alípio, né. Tu conheceu também, né.
> Rodrigo – Eu conheci, conheci.
> Marilda – E ela falava dela, né, da Bebeta.
> Wilson – É tia Bebeta, chamava tia Bebeta.
> Marilda – Tia Bebeta, ela falava da tia Bebeta.
> Wilson – *Ela era muito forte. Eles fizeram muita resistência, né.*
> (...)
> Marilda – *Ela deve ter resistido, porque pra amparar os filhos*, né. Então tem essa história das terras que ela diz pro Wilson, entende, que ela diz pro Wilson, diz pra mãe que era a Rosalina e depois a dona Rosalina diz pro Wilson, pra ele ir atrás das terras, então quer dizer...
> Wilson – Mas ela era escrava, né.[136]

Wissenbach (1998a, p. 143-147) assinala tensões internas às famílias negras no pós-Abolição. Valores machistas levaram os homens a tentar resguardar suas esposas na função de administradoras do lar. Para eles, fazerem-se livres tinha também o significado de afirmarem-se como *mantenedores*, tendo esposa e filhos sob sua tutela. A autora ainda observa que as mulheres frequentemente não se conformavam em abrir mão de possibilidades de deslocamento e trabalho conquistadas desde o cativeiro. A resistência das esposas consistia em um questionamento ao caráter supostamente masculino desse papel, na medida em que procuravam exercer atividades econômicas.

No entanto, tais dificuldades parecem ter sido maiores no ambiente urbano investigado pela autora do que no meio rural que observo. Felisberta era autoridade em um ambiente doméstico, mas também era economicamente ativa, assim como as crianças, na medida em que as lides agrícolas davam-se no terreno familiar. Ela

[135] Pode-se traçar um paralelo com as falas a respeito de Rosalina, já no pós-Abolição, apresentadas no capítulo anterior.
[136] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa. Grifos meus.

plantava, colhia e processava os frutos da terra. Não tropeava gado para cima da serra, evidente, mas tampouco imagino que o pretendesse. Como veremos no capítulo seguinte, não foi secundarizada por seu filho na gestão dos negócios familiares após a morte do marido. Continuou, pois, mantendo o lembrado papel de *batalhadora*.

A união de um Manoel Inácio branco e de uma Felisberta pretinha funciona praticamente como um *mito de origem* da "*gente* da Felisberta", na conjunção entre racialização e gênero. Como qualquer mito, não apenas explica origens, mas opera até hoje, definindo e sintetizando como se pensa o grupo familiar em questão: distintividade pelo contato com brancos e orgulho negro; *rua* e *casa*; memória de laços com os senhores e memória da escravidão; alianças e tradição; vínculos verticais e solidariedades horizontais; "consideração e conquistas".

Convido, porém, os leitores a embarcarem comigo na análise de como as "cores" foram registradas em documentos policiais e judiciais. Se essa família rememora e constrói representações específicas das experiências de racialização, se elas remetem ao "tempo do cativeiro", se elas são, até mesmo, constituintes da memória familiar, não se pode esquecer que existia uma sociedade que os classificava, rotulava e atribuía gradações; isso dava-se, particularmente, em momentos de tensão social registrados em processos-crime. Mas isso é assunto para o próximo interlúdio.

# Capítulo 3 – Geração de camponeses

> Fue esa la época en que adquirió el hábito de hablar a solas, paseándose por la casa sin hacer caso de nadie, mientras Úrsula y los niños se partían el espinazo en la huerta cuidando el plátano y la malanga, la yuca y el ñame, la ahuyama y la berenjena. (Márquez, 2006, p. 13)

O presente capítulo constitui uma análise da trajetória de Manoel Inácio, Felisberta e de seus filhos uma vez tendo sido extinto o cativeiro, no que chamo de "geração de camponeses". Verifico aspectos como o estabelecimento de um campesinato negro na região, estratégias de apadrinhamento, mecanismos de sucessão, a busca por cidadania por parte desse grupo social, tensões que os opunham entre si e com fazendeiros brancos da região, relações estabelecidas com antigos senhores e noções de justiça, ocupações desempenhadas, estratégias matrimoniais, relações estabelecidas com o mercado e participação na Guerra Civil de 1893-1895. Colocarei em diálogo documentos escritos, a memória de seus descendentes e a bibliografia pertinente sobre sociedades camponesas.

Como visto, a carta de alforria de Manoel Inácio Marques data de 1884, mas em registros de batismo anteriores àquele ano data, figura como padrinho sem referências à condição escrava. Possivelmente tropeando gado entre os campos de Cima da Serra e o litoral e exercendo o ofício de carpinteiro, conforme veremos, Manoel Inácio acumulou

certo pecúlio.[1] Em agosto de 1890, adquiriu de Manoel Osório Marques, neto de Isabel Maria Osório, um terreno de 100 braças de extensão no lugar de nome Espraiado, pela quantia de 500 mil réis.[2]

**Foto 6 – Planície do Espraiado, vista do alto do Morro da Vigia.[3]**

O *recibo*, título que formalizou a transação imobiliária pela qual Manoel Inácio comprou um terreno, é orgulhosamente guardado por sua neta. Ser dono de terras é um projeto camponês longevo, e sua conquista representava liberdade e autonomia no estabelecer modos e ritmos de trabalho, descanso, éticas familiares e soberania da unidade doméstica, além da tão desejada segurança no acesso à terra (Machado, 1994, Rios e Mattos, 2005, Rios e Mattos, 2007). Mattos de Castro observou que o trabalho para si estabelecia uma diferenciação em relação ao trabalho escravo, caracterizado pelo cultivo para outrem (Mattos de Castro, 1987, p. 96).

Como veremos, a permanência de um campesinato negro na região longe esteve de ser atípica: o Morro Alto e arredores caracterizou-se, ao longo do século XX, por ser lembrado como uma área de territorialidade negra arraigada, apontado mesmo por

[1] Longe estamos da situação descrita por Lima (2005, p. 308) a respeito dos libertos do Desterro, em que grande parte deles encontrou ocupações incertas, descontínuas e mal pagas, em uma situação social marcada pela precariedade. Sem pretender generalizar tal condição ao conjunto do campesinato negro da região, a precariedade não parece ter sido, contudo, exatamente a tônica das condições de vida da "*gente* da Felisberta" no pós-Abolição. Certamente parte desse descompasso reside em tratar-se de freguesias rurais ou urbanas, e na situação peculiar do grupo estudado.

[2] Recibo em poder de sua neta Aurora Inácia Marques da Silva, em Osório. Ver fotografia e transcrição do documento adiante.

[3] Foto cedida por Marcelo Vianna e Paulo Moreira. O terreno de Manoel Inácio vinha do morro até o braço do rio morto, segundo fluxo de água (vindo do morro, em direção à lagoa) visto no mapa.

Dante de Laytano, em 1945, como "habitat *com as verdadeiras características de um quilombo*" (Laytano, 1945, p. 28. Grifos meus). A percepção pela sociedade envolvente da região do Morro Alto e da Prainha como um território etnicamente diferenciado precede, pois, em muito, a mobilização comunitária contemporânea. Conforme Paixão Côrtes: "A região é conhecida pelo nome de Morro Alto e Prainha, *tradicionais redutos de cultura afro*". (Côrtes, 1987, p. 146. Grifos meus).

Porém, na tessitura desse território negro, não se encontram apenas as aquisições de terras – muitas vezes sem formalização escrita ou registro no cartório de imóveis –, mas também os casos de terras deixadas para se tomar conta, seja mediante autorização de fazendeiros, seja face ao abandono do território por eles, e ainda doações de terras, formalizadas por escrito – como é o caso do testamento de Rosa Osório Marques, filha de Isabel Maria Osório que doou terras para seus cativos – ou não (Barcellos *et al*. 2004, p. 135-154). Também não foi uma exclusividade de Morro Alto. Mello (2012) demonstra como ex-escravos e descendentes adquiriram terras para se estabelecer no pós-Abolição na comunidade de Cambará e Weimer (2008a, p. 253) chega até mesmo a sugerir que a devastação das terras sulinas após a Revolução Federalista tenha facilitado tais aquisições, a partir da depreciação do preço das terras.

Embora Felisberta fosse legatária do testamento de Rosa, e efetivamente outros herdeiros desse documento se tenham estabelecido no Morro Alto em terras doadas por aquela senhora escravista, a ex-escrava em questão seguiu para o Espraiado, acompanhando seu marido, segundo a prática patrilocal corrente na comunidade, através da qual a mulher estabelece-se no lugar de moradia de seu marido. Manoel Inácio, por sua vez, dirigiu-se àquela localidade porque sua mãe, junto com seu padrasto, o italiano Francisco Pastorino, e meio-irmãos já ali se haviam estabelecido.

**Gráfico genealógico 3 – Filhos de Angélica Inácia Isabel[4]**

[4] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 3, 4 e 5 (livros 1, 2 e 3 de escravos de Conceição do Arroio). Utilizou-se, bem como nos demais gráficos genealógicos desta tese, as datas de nascimento ou ano de nascimento e/ou morte conforme as informações disponíveis.

Francisco Pastorino legou, em 1887, bens a seus filhos e a Angélica Inácia Isabel.[5] Ainda que em termos legais aquela união não se tenha formalizado, no momento de oferecer à viúva garantias jurídicas, o testador cercou-se de cuidados para lhe garantir o usufruto de seus bens. O tratamento similar ao que seria dispensado a uma esposa legítima indica que provavelmente a não-formalização legal não impediu que funcionasse, na prática, como um casamento de fato.

No mesmo documento, o finado legitimou Herculano, Serafina, Clementina e José como filhos que tivera com Angélica.[6] O quarteto tinha, respectivamente, 29, 27, 23 e 21 anos quando faleceu seu pai; Serafina morreu em novembro de 1887, de forma que seu quinhão coube a seu filho de nome José. Constam no rol de bens 840 metros e quatro decímetros no local denominado Espraiado, além de uma casa de palha e uma casa de engenho. Outros bens arrolados indicam que aquela família ali plantava e produzia farinha, contando com a mão de obra familiar: tinham um alambique, um forno e um tacho de cobre, um coxo, uma marquesa, uma mesa, um banco, um carro ferrado, cinco bois mansos, 20 reses de criar, dois cavalos mansos, três éguas xucras. Bens modestos, mas superiores aos que a maior parte dos ex-escravos da região conseguiram acumular.

Essa recapitulação do estabelecimento da família de seu padrasto no Espraiado tem como objetivo demonstrar que a escolha daquela localidade para estabelecer-se não foi obra do acaso. Antes, obedeceu a imperativos claramente afetivos: tratava-se de permanecer próximo às terras dos irmãos e da velha mãe. Manoel Inácio já estava prestes a completar 43 anos quando comprou essas terras, vindo a falecer em 26 de julho de 1906, com 58 anos. Sua neta julga que seu avô preferiu ali se estabelecer, em detrimento das terras herdadas à senhora de sua esposa devido ao caráter incerto das últimas – cuja situação até hoje é reconhecida como indefinida.

> Rodrigo – E porque que ele comprou o terreno no Despraiado se a esposa, se a Felisberta tinha herança lá no Morro Alto?
> Aurora – Porque era uma herança ou sim ou não, né. E aquela...

[5] APERS, CP – CA, estante 159, maço 2, auto n.39, inventário e testamento de Francisco Pastorino, ano de 1887.

[6] Foram alforriados ainda crianças, no inventário de sua senhora, em 1867 (APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.). Herculano tinha dez, Serafina nove, Clementina sete e José três anos. Para os quatro, foram apresentadas as quantias pelas quais foram avaliados no inventário da senhora. Em se tratando de menores, provavelmente sua alforria foi bancada pelo pai biológico, que os reconheceu no momento de seu testamento. Isso é reforçado pelo fato de que seu meio-irmão Manoel Inácio não foi alforriado naquele momento. Vale lembrar que Clementina era afilhada de sua senhora.

> Rodrigo – Como era uma herança sim ou não?
> Aurora – Ah, porque [balança a cabeça negativamente], não tem papel, não tem nada, né? E ele era muito esperto, meu avô. Já fez o... comprou o terreno e fez a folha de partilha no escritório pros, pros filhos.
> Rodrigo – Porque era incerto.
> Aurora – É. Ali [no Espraiado] era uma coisa certa (...).[7]

Conforme adiantado no capítulo 1, a família em questão nutre a convicção de que seu avô adquiriu o terreno no Espraiado para partilhá-lo entre seus filhos e uma atafona no Ramalhete na qual costumava trabalhar na produção de farinha. Ali, sofreu um ataque cardíaco e perdeu a vida.[8] O registro documental acompanha o relato familiar no sentido de que o terreno do Espraiado efetivamente foi distribuído entre seus filhos e o terreno do Ramalhete *perdido* porque não havia quem dele cuidasse[9] – ao menos, não foi registrado em inventário.

Antes, porém, conheceremos os filhos de Felisberta e Manoel Inácio e seus padrinhos.

*Filhos de ventre-livre, filhos livres e seus padrinhos*

Roberto Guedes (2008), em estudo sobre a mobilidade social de libertos em uma freguesia da Província de São Paulo na primeira metade do século XIX, destacou a importância de laços de compadrio verticais entre ex-cativos com trajetórias de ascensão social. Tais vínculos viabilizariam oportunidades mais favoráveis de inserção, pelos recursos materiais e simbólicos que se poderia acessar. Concordo, no caso por mim estudado, com ressalvas. Ao contrário do caso da família estudada pelo autor (Guedes, 2008, p. 273), percebem-se as alianças verticais como *majoritárias*, mas não como exclusivas. É evidente que trabalho com uma amostra pequena, já que seria impossível reconhecer a totalidade de ex-escravos nos livros de batismo meramente a partir de seus nomes.

Entre dez filhos de Felisberta e Manoel Inácio foi possível localizar o registro de sete deles.[10] Porém, se há alguma distorção, é no sentido de maximizar, e não de minimizar, alianças ascendentes: como os leitores lembrarão, trata-se de cativos com um relativo trânsito na casa-grande. A eles era reservada uma relação privilegiada que

[7] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório
[8] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[9] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.
[10] Para o conjunto dos filhos de Manoel Inácio e Felisberta, registrados ou não, ver quadro 10, anexo ao fim do capítulo 5.

não era disponível aos demais. Esclareço ainda que, antes de constituírem família, Felisberta e Manoel Inácio haviam tido filhos com outros pais. Em 2 de abril de 1874 a escrava Libânea, pertencente a Clara Marques da Silveira – uma prima do senhor de Manoel Inácio – deu à luz um menino de nome Belizário.[11] A paternidade desse rapaz de "ventre livre" é atribuída a Manoel Inácio.Os descendentes de Belizário reconhecem os filhos de Felisberta como tios e vice-versa.[12] Igualmente, em 1º de março de 1881, nasceu Pulquéria, filha de Felisberta e de pai ignorado.[13] O casal reuniu-se entre 1881 e 1883, já que neste ano nasceu Angélica, em 28 de novembro, a primeira menina lembrada como filha do casal.[14]

A filha seguinte, Raquel, nasceu livre, no dia 18 de fevereiro de 1886,[15] a exemplo de Rosalina, de data de nascimento estimada em 1885,[16] Maria, nascida a 15 de janeiro de 1890,[17] Manoel, de 1º de novembro de 1894,[18] Mercedes, de 8 de dezembro de 1896,[19] Ladislau, de data de nascimento estimada em 1898,[20] e José, nascido depois de 1898 e falecido entre 1904 e 1906.[21]

---

[11] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 26v, ano de 1874.

[12] Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório; Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

[13] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 79-79v, ano de 1881. Dona Diva procurou-me demover de procurar um neto de Pulquéria, já que, no seu entendimento, deveriam ser contemplados na pesquisa apenas os descendentes do casal. Diário de campo de 19 de novembro de 2010 em Osório.

[14] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 97, ano de 1883.

[15] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 4, livro 13 de batismos de Conceição do Arroio, f. 88, ano de 1886. Felisberta deve-se ter emancipado por ocasião da grande leva de alforrias de meados dos anos de 1880 no Rio Grande do Sul (a respeito, ver Moreira, 2003). No registro de batismo de Raquel, Felisberta é descrita como Felisberta Osório Marques.

[16] De acordo com o inventário de seu pai, nascida em 1885 (APERS, COA - CA, estante 159, caixa 027.0335, Auto n. 814, inventário de Manoel Inácio Osório Marques, ano de 1906). Embora o registro de batismo de Raquel aponte 1886 como data de nascimento e o inventário indique 1885 como nascimento de Rosalina, o título de herdeiros do inventário aponta Rosalina como *mais jovem* que Raquel. Creio que o ordenamento dos filhos no título de herdeiros seja um indicativo mais confiável que a idade estimada.

[17] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 6, livro 15 de batismos de Conceição do Arroio, f. 75, ano de 1890.

[18] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 1, livro 16 de batismos de Conceição do Arroio, f. 83, ano de 1894.

[19] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 2, livro 17 de batismos de Conceição do Arroio, f. 79, ano de 1896.

[20] APERS, COA - CA, estante 159, caixa 027.0335, Auto n. 814, inventário de Manoel Inácio Osório Marques, ano de 1906.

[21] APERS, COA - CA, estante 159, caixa 027.0335, Auto n. 814, inventário de Manoel Inácio Osório Marques, ano de 1906.

**Gráfico genealógico 4 – Filhos de Felisberta e Manoel Inácio.**
Fonte: ver notas anteriores

Permito-me dividir os filhos em cinco casos distintos, para avaliar quem eram os padrinhos escolhidos: em primeiro lugar, Belizário, filho de "ventre-livre" de outra escrava, que, até onde me consta, não tinha o mesmo estatuto de Felisberta na escravaria de sua senhora; em segundo lugar, Pulquéria, também nascida de "ventre-livre", porém filha apenas de Felisberta; uma terceira condição é a de Angélica, filha do casal nascida de "ventre-livre"; outro caso é o de Raquel, Rosalina e Maria, filhas livres nascidas antes dos pais tornarem-se proprietários de um terreno; finalmente, Manoel Filho, Mercedes, Ladislau e José nasceram quando seus pais já tinham uma situação estável como camponeses negros, donos de terras. Creio que historicizar o nascimento dos filhos é importante a fim de verificar com mais precisão os critérios para escolha de padrinhos.

| Quadro 3 – Filhos de Manoel Inácio e Felisberta – padrinhos e madrinhas – 1874-1896 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome** | Mãe | Nascimento | Padrinhos | Madrinhas | Livro | Folha |
| **Belizário (caso 1)** | Libânea (parda, escrava de Clara Marques da Silveira) | 02.04.1874 | Elias (escravo de Sebastião Marques da Silveira) | Jacinta (escrava de Clara Silveira) | libertos | 26v |
| **Pulquéria (caso 2)** | Felisberta (escrava de Tomás Osório Marques) | 01.03.1881 | José Marques Osório | Maria Osório Marques | libertos | 79/79v |
| **Angélica (caso 3)** | Felisberta (escrava de Tomás Osório Marques) | 28.11.1883 | João Osório Nunes | Isabel de Azevedo | libertos | 97 |
| **Raquel (caso 4)** | Felisberta Osória Marques | 18.2.1886 | Zeferino Antônio de Oliveira | Raquel Marques | 13 | 88 |
| **Rosalina (caso 4)** | | | | | | |
| **Maria (caso 4)** | Felisberta da Conceição | 15.1.1890 | Feliz Luirissi | Nossa Senhora da Conceição | 15 | 75 |
| **Manoel (caso 5)** | Felisberta Severiana | 1.11.1894 | Marcelino Osório Marques | Isabel Osório Marques | 16 | 83 |
| **Mercedes (caso 5)** | Felisberta Silveira Marques | 8.12.1896 | Luiz Eufrásio Marques | Serafina Francisca Pastorina | 17 | 79 |
| **Ladislau (caso 5)** | | | | | | |
| **José (caso 5)** | | | | | | |

Recebi de Manoel
Inacio a quantia de
quinhentos mil rs 500:000
proveniente de cem brassas de
terras que vendi no lugar
de nominado despraiado co
mo não tendo escritura pu
brica porisso passo o presen
te fica em lhe passar a
escritura publica e me
assigno
Cima da Serra 5.
de Agosto de 1890
Manoel Osorio Mar
ques
Na beira
do Arroio grande
contra a Cruz

**Foto 7 – Recibo de aquisição das terras no Espraiado**

Recibo de aquisição das terras no Espraiado, em poder de Aurora Inácia Marques da Silva, neta de Manoel Inácio Osório Marques: “Recebi de Manoel Inácio a quantia de quinhentos mil rs 500:000 proveniente de cem braças de terras que vendi no lugar denominado despraiado como não tendo escritura publica por isso passo o presente fico em lhe passar a escritura pública e me assino. Cima da Serra, 5 de agosto de 1890. Manoel Osório Marques”.

Belizário era afilhado de uma escrava pertencente à mesma senhora de sua mãe e de um cativo de um irmão daquela senhora. A crer na genealogia apresentada em Barcellos *et al.* (2004, p. 444), Jacinta era mãe de Libânea e portanto, avó do batizado. É possível que Elias fosse, também, um cativo, no máximo, aparentado, ou no mínimo, das relações de amizade e confiança daquele núcleo cativo. É possível que Libânea não tivesse à disposição vínculos verticais para os quais apelar. No entanto, creio que não se pode definir tais relações unicamente pela ausência de alternativas: é provável que essa mãe tenha, simplesmente, confiado o parentesco espiritual de seu filho àqueles em quem sentia confiança e afeto.[22]

Estratégia distinta foi a de Felisberta: embora Pulquéria e Angélica não fossem filhas do mesmo pai, em ambos os casos apelou-se a padrinhos oriundos da família senhorial, inclusive bastante próximos ao seu núcleo. Ambos os padrinhos de Pulquéria eram sobrinhos do senhor de sua mãe, e irmãos de Manoel Osório Marques (Barcellos *et al.*, 2004, p. 55-57), aquele que em 1890 vendeu o terreno no Espraiado para Manoel Inácio. Quanto aos padrinhos de Angélica, não sei de quem se trata João Osório Nunes, mas possivelmente seja irmão de Ana Osório Nunes, cunhada do senhor de Felisberta e, como apresentado no capítulo 2, esposa do possível pai de Manoel Inácio Marques. De qualquer maneira, trata-se de um integrante da família senhorial Osório, assim como Isabel de Azevedo, que tinha tal sobrenome por casamento com Antônio de Azevedo e Souza, mas era Osório Marques de nascença e, portanto, irmã dos padrinhos de Pulquéria (Barcellos *et al.*, 2004, p. 55-57).

Machado (2008, p. 192) destacou o grande número de alianças de compadrio a unir cativos e membros da família senhorial. A autora destaca que, se era raríssimo senhores apadrinharem seus próprios cativos, era relativamente comum que padrinhos fossem recrutados no seio da família senhorial. Sem querer polemizar quanto ao possível caráter paternalista envolvido em tais alianças – é inegável, o quanto a família em questão relacionava-se estreitamente com os Marques –, procuro, contudo, ponderar que, no pós-Abolição, Felisberta e Manoel Inácio, sem prescindir desses vínculos, procurou diversificá-los. É o que vemos quando analisamos o batismo de Raquel. A madrinha, homônima da batizada, era *Marques*. Porém, no exaustivo levantamento daquela família senhorial realizado por Barcellos *et al.* (2004), não há *nenhuma*

[22] Como bem destacou Cacilda Machado, "a despeito da importância estratégica do compadrio com membros da parentela senhorial e da elite branca, esses escravos nunca deixaram de relacionar-se com outros cativos, com forros, com livres de cor, e mesmo com brancos pobres" (Machado, 2008, p. 196).

integrante da família senhorial com esse nome. Mais provável tratar-se de uma irmã de Felisberta assim denominada,[23] que tendo obtido a liberdade assumiu o sobrenome senhorial (ver capítulo 5). Seu padrinho, Zeferino Antônio de Oliveira, não era um integrante da família senhorial e tampouco me parece ser um notável local, assim como o padrinho de Maria, Feliz Luirissi. A madrinha da última era Nossa Senhora da Conceição, em homenagem à padroeira da freguesia. Tais alianças com homens livres – e com o divino – demonstram, parece-me, um esforço no sentido de ampliar seu arco de alianças. Não significa um abandono dos vínculos com a antiga família senhorial. Pelo contrário, esses encontravam-se consolidados e podia-se buscar outros compadres.

Tais vínculos foram reafirmados no batismo de Manoel Inácio Filho, quando Marcelino Osório Marques e Isabel Osório Marques foram chamados a ser padrinhos do primogênito do sexo masculino do casal. Tal batismo é marcante por duas razões. Em primeiro lugar, não se trata de um apadrinhamento *tão vertical* quanto antes. Afinal, Manoel Inácio Marques procurou novamente a antiga família senhorial justamente no momento em que se tornou terratenente. Não deixa de ser uma forma de demonstração de que o desnível social entre eles, se ainda era elevado, não mais era tão chocante quanto antes. Orgulhosamente, Manoel Inácio apresentava-se para Marcelino e Isabel como um pequeno proprietário de terras, próspero e bem-sucedido.

Mais do que isso, considerando a hipótese apresentada no capítulo 2 estar correta – isto é, de Manoel Inácio Osório Marques ser *filho* de Pascoal Osório Marques, conforme acreditam os seus descendentes –, Marcelino e Isabel eram *meio-irmãos* de Manoel Inácio.[24] Filho de Pascoal ou não, é fato que as filhas de Manoel Inácio Filho remetem a esse compadrio como índice do parentesco com a família senhorial. Em uma fala, Diva aponta a possibilidade da madrinha de seu pai ser, precisamente, irmã do avô.

> Diva – A madrinha dele era dessa gente do Romário Machado, essa gente dele, do meu avô, Rodrigo, a madrinha do meu pai era dessa gente do meu avô, não sei se era irmã do meu avô, uma coisa assim. Era, só gente...[25]

Romário Machado era filho de Manoel Machado – aquele que, conforme os leitores se lembrarão do exposto no "mapa da tese", não gostava de *nego* e atirava para

[23] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 45v, ano de 1867.
[24] Marcelino e Isabel Osório Marques eram filhos de Pascoal Osório Marques e Ana Osório Nunes (Barcellos *et al.*, 2004, p. 55-57).
[25] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.

cima quando os via. A madrinha de seu pai era "*da gente*" de Romário Machado por ser sua mãe, contando com a já citada genealogia levantada por Barcellos *et al*. (2004, p. 55-57) e apresentada no capítulo 2. Embora dona Diva corresse para o mato quando Machado chegava atirando, ela apresenta certo orgulho pelo fato de que, mesmo não *gostando de nego*, ele gostava de seu pai e o visitava.

> Rodrigo – E porque que não gostando dos negros ele gostava do seu pai?
> Diva – Ah, porque era afilhado da mulher dele. Era Marques, era a mesma assinatura da esposa dele. E o pai, o pai do meu pai era não sei se irmão, não sei o que da esposa dele. Era uma coisa assim. Ele gostava.[26]

O fato de Machado dar-se com um descendente de escravos quando, em geral, não gostava de negros – a família de Machado é apontada, inclusive, pelos descendentes de Manoel Inácio Marques Filho, como os responsáveis por não ter sido entregue a terra doada em testamento por Rosa Osório Marques – pode ser considerado um exemplo de possíveis vantagens advindas de alianças ascendentes. No entanto, essas vantagens não estavam disponíveis para todos: pelo contrário, o batismo de Manoel Inácio Filho apenas confirma vínculos privilegiados que Manoel Inácio Marques trazia com a casa-grande. Em meio a isso tudo, os vínculos horizontais não foram desprezados, como comprova o batismo de Mercedes, a outra filha nascida após a aquisição do terreno no Espraiado de cujo nascimento tenho registro escrito.

Para batizá-la, foram chamados Serafina Francisca Pastorina, meia-irmã de Manoel Inácio Marques, filha de Angélica Inácia com o italiano Francisco Pastorino, e seu marido, Luiz Eufrásio Marques, também oriundo da senzala dos Marques. Se o apadrinhamento de Manoel Filho por Marcelino e Isabel Osório Marques não foi *tão vertical*, poderíamos dizer que o apadrinhamento de Mercedes por Serafina e Luiz Eufrásio não foi *tão horizontal*. Não há dúvidas de que Manoel Inácio procurou camponeses negros tais como ele, isto é, pessoas em situação sócio-econômica similar. Sua meia-irmã, porém, foi alforriada aos nove anos, enquanto Manoel padeceu do cativeiro até, aproximadamente, 37 anos. Serafina tinha terras herdadas de seu pai (que era italiano); as de Manoel eram fruto do seu trabalho. Chamá-la para ser madrinha de

[26] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório. Também na primeira entrevista com dona Eva Marques Correia, que contou com a participação de dona Diva, dona Eva relatou os maus tratos apresentados pela esposa (referindo-se a dona Julia, segunda esposa de Machado) em relação aos negros, e dona Diva fez questão de frisar que seu pai era tratado muito bem, pois sua esposa (mas no caso era Isabel, a primeira) era madrinha de seu pai. Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

sua sobrinha Mercedes era, assim, uma demonstração de *equiparação*, de que atingira um estatuto social mais aproximado ao dos Pastorinos.[27]

Esse jogo de alianças verticais e horizontais – dicotomia que, espero ter demonstrado, nem sempre é tão evidente – poderia estar concluído não houvesse um termo ausente, porém dificilmente perceptível na documentação oficial. O fato é que, em paralelo aos batismos oficiais, registrados na igreja, havia batismos realizados em casa, sobretudo diante da indisponibilidade dos padres percorrerem todo município. Tal prática não constituiu especificidade da "*gente* da Felisberta": encontra-se presente não somente entre o campesinato negro da região, mas, possivelmente, entre segmentos *populares* de Conceição do Arroio. Não apenas, mas principalmente quando a criança tinha problemas de saúde e havia o temor de que ela morresse pagã, realizava-se um ritual doméstico:

> Diva – Ah, o batismo em casa é porque a gente não pode ter criança dentro de casa sem ser batizada, porque o anjo é pagão. Então a gente pega uma velinha, acende uma velinha, bota água dentro do [?] e batiza a criança. "Em nome do pai, do filho, do Espírito Santo, Amém". Reza o Pai Nosso, reza o Deus Pai, o padrinho garra a velinha, a madrinha [incompreensível].[28]

No entanto, a prática do batismo em casa dava-se mesmo quando a criança era saudável. Parece-me uma possibilidade de multiplicar as possibilidades de alianças de compadrio – há também os padrinhos de crisma – e de conciliar alianças verticais com alianças horizontais, e esse jogo, sim, talvez constitua especificidade do núcleo familiar estudado. Dona Diva contou uma história que o ilustra bem. O fazendeiro João Machado – filho da madrinha de seu pai – fora escolhido como seu padrinho. No entanto, ele nunca conseguira descer a serra junto com sua esposa para a realização do rito, e tampouco seu pai conseguira subir a serra com a filha e a esposa para batizar Diva. Nesse impasse ficaram até que ela ficou mocinha – cerca de treze anos – e ainda possuía, apenas, o batismo "em casa".

> Diva – Eu disse pro pai, ah, eu vou convidar um padrinho para mim. Mas tu não quer teu padrinho? Eu quero, mas ele não desce nunca pra me batizar,

[27] É claro que padrinhos, *grosso modo*, tinham estatuto social superior aos afilhados, o que relativiza essa *equiparação*, que só seria atingida, veremos adiante, quando Felisberta casasse seu filho Manoel Inácio Filho com uma neta de Serafina. Por ora, basta afirmar que se trata de uma aliança *menos vertical* do que seria em se tratando de um integrante da família senhorial.

[28] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.

> cada vez que ele vinha ele me dava dinheiro, ele não sabia o que fazia comigo, mas ele não vem![29]

Formalizou-se, assim, o batismo na igreja, com um padrinho da própria comunidade escolhido pela própria batizada – Manoel Maria – e a madrinha no religioso foi a própria madrinha de batismo em casa, Benta, sua irmã mais velha.[30]

Entre os irmãos de dona Diva cujos laços de apadrinhamento pude acompanhar, prevaleceu um padrão de recrutamento de padrinhos no interior da família extensa. A escolha daquele fazendeiro foi exceção. A mais velha, Benta, era afilhada dos avós maternos. A seguinte, Amélia, era afilhada de uma tia-avó e de um tio; Aurora, de um tio-avô e de uma tia-avó; Maria, de uma prima, neta de Pulquéria, e de um tio; Geni, de Pulquéria e seu marido; Manoel Inácio Neto, de uma pessoa de Morro Alto de quem não pude identificar um eventual parentesco e de um primo, filho de Belizário; e, finalmente, Eva, de uma irmã de seu pai e seu filho. A geração seguinte parece consolidar uma tendência desenhada com a Abolição da escravidão de buscar relações de apadrinhamento mais equânimes.

De qualquer forma, acredito ser necessário relativizar a oposição apadrinhamentos verticais/horizontais e levar em conta, mesmo que de difícil acesso, as modalidades informais de apadrinhamento.

*Relações consensuais e noções locais de legitimidade*

A historiografia tem questionado o modelo freyriano de família patriarcal, desenvolvendo, nos anos 1980 e 1990, uma atenção especial para modalidades alternativas de arranjo familiar e formas consensuais de relacionamento. Segundo Machado,

> inúmeros historiadores destacaram a vigência, no passado brasileiro, de modalidades de relações consensuais entre iguais, conhecidas e aceitas pela comunidade, pelos parentes e por autoridades civis e eclesiásticas, as quais estariam na origem da constituição de outras formas de família que não aquela de nítidos traços patriarcais (Machado, 2008, p. 71)

[29] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.

[30] O batismo em casa podia ser consagrado na Igreja, referendando os mesmos padrinhos do rito doméstico, ou, pelo contrário, possibilitando a escolha de padrinhos distintos e multiplicando de vínculos de apadrinhamento.

Sem querer me posicionar na polêmica identificada pela autora, sobre a existência efetiva da família patriarcal como síntese da arquitetura do poder da sociedade colonial, ou, pelo contrário, acerca de seu mero caráter de ideal disciplinador, como conjunto de valores e práticas norteadoras das vivências familiares, destaco o excerto acima por resumir brevemente o "estado da arte". A partir dele, pretendo verificar, no grupo por mim estudado, como algumas dessas relações consensuais foram tomadas como legítimas e outras não pelas próprias pessoas que as viveram; em outros termos, quais foram, na "*gente* da Felisberta" e Manoel Inácio, as noções específicas e locais de legitimidade.

Felisberta e Manoel Inácio não eram legalmente casados, porém em testamento ele legitimou os filhos que tivera com essa mulher, a eles legando a totalidade de seus bens. Manoel Inácio prevenia, ainda, a possibilidade de nascimento de outro filho além daqueles que Felisberta tivera com ele, contemplando-o antecipadamente em testamento:

> Declaro que sou natural deste município, filho de pais incógnitos, sou solteiro e não tenho impedimento algum para casar-me, porém há muito vivo amasiado com a mulher também solteira de nome Felisberta Marques, com quem tenho os filhos seguintes: Angélica, Raquel, Rosalina, Maria, Manoel Deodício, Mercedes, Ladislau e José; possuindo alguns bens de fortuna, tenho resolvido que por minha morte sejam estes meus filhos reconhecidos como filhos legítimos e meus únicos e universais herdeiros, e se durante a minha vida esta mulher Felisberta tiver mais algum filho, peço ao meu testamenteiro que o contemple como irmão dos outros, e que goze das mesmas regalias que a lei deve direito aos oito primeiros filhos.[31]

Também seu padrasto, Francisco Pastorino, havia reconhecido em testamento os filhos que tivera com Angélica Inácia:

> Declaro que tenho 63 anos de idade. Declaro que nunca fui casado. Declaro que no estado de solteiro com que me acho, digo, em que me conservo, tenho quatro filhos de nomes Herculano Francisco Pastorino, com vinte e nove anos de idade, Serafina Francisca Pastorina,, com [f. 12] vinte e sete anos de idade, Clementina Francisca Pastorina, de vinte e três anos de idade, e José Francisco Pastorino, com vinte e um anos de idade, os quais houve no estado de solteiro, com Angélica Ignácia Isabel, também solteira. Declaro que os meus quatro filhos acima mencionados havidos no estado de solteiro, na forma do decreto número 463 de 2/9/1847, os reconheço como meus legítimos filhos, e como tais os instituo meus únicos e universais herdeiros de todos os meus bens, direitos e ações, como se fossem filhos de legítimo matrimônio. Declaro que deixo à mesma Angélica Ignácia Isabel , mãe de

[31] APERS, COA - CA, estante 159, caixa 027.0335, Auto n. 814, inventário de Manoel Inácio Osório Marques, ano de 1906.

> meus quatro filhos o usufruto de todos os meus bens, e por sua morte passará a pertencer seus ditos filhos.[32]

Percebe-se uma noção nativa de legitimidade, independente daquela sancionada pela Igreja, já que esses casamentos eram reconhecidos como válidos pela comunidade em que estavam inseridos.[33] Sustento a hipótese de que naquela geração, mais que os vínculos legais e eclesiásticos, bastava àquela comunidade o estabelecimento de uma *casa*, de um lar compartilhado comunitariamente reconhecido como tal. A inexistência de casamento formal entre Felisberta e Manoel Inácio Marques é explicada, por seus descendentes, através da negação da possibilidade de formalização do casamento para os escravos, e não de uma percepção de sua união como ilegítima.[34] Muito embora os pais fossem solteiros, tanto Manoel Inácio quanto seu padrasto reconheceram em testamento os filhos que tiveram com suas amásias. Elas não eram percebidas na localidade como tais, por terem famílias constituídas e também, como veremos no capítulo 5, pelos pais terem legado a seus filhos os seus nomes. A existência de um padrão de *legitimidade* é confirmada por um padrão contrastivo de *ilegitimidade*.[35]

Pulquéria e Belizário, como visto, filhos unicamente de Felisberta e Manoel Inácio, não foram contemplados no testamento de seu padrasto e pai. O caso de Pulquéria não é surpreendente, na medida em que ela era filha apenas da esposa do testamenteiro.[36] No que toca a Belizário, porém, Manoel Inácio poderia tê-lo reconhecido como fez com os demais filhos. Porém, o que estou propondo como noção local de legitimidade o impediu de fazê-lo: ele optou por reconhecer apenas os filhos

---

[32] APERS, CP – CA, estante 159, maço n. 2, auto n. 39, inventário de Francisco Pastorino, ano de 1887.

[33] Tal padrão foi constatado, também, para a primeira metade do século XX pela antropóloga Cíntia Beatriz Müller, para quem o casamento "encontrava-se vinculado a coabitação e não às formalidades da igreja e do Estado, necessariamente" (Müller, 2006, p. 157). Também Scott e Hébrard (2012) apontaram a existência de padrões de legitimidade não necessariamente coincidentes com os estatais ou eclesiásticos. Contudo, como veremos adiante, creio que o pai/marido ao optar por não formalizar seus laços afetivos, não dialoga apenas com uma lógica local, que pode os reconhecer como válidos desde que obedeçam a critérios locais de legitimidade, mas também com a perspectiva da sociedade envolvente já que, perante os parâmetros dessa, não reconhece os filhos. Creio, ainda, que a tolerância a relações não formalizadas é historicamente variável, sendo mais aceitas no século XIX e menos no século XX. Também na Cuba pós-Abolição, os membros da comunidade sabiam muito bem quem eram os pais das crianças e consideravam pais não casados como um casal estabelecido (Scott e Zeuske, 2004, p. 532).

[34] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório; Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório. Essa percepção de legitimidade do relacionamento dos avós é invariante no intervalo de dez anos entre as entrevistas.

[35] Abreu Esteves (1989, p. 190-191) demonstrou que existiam circunstâncias nas quais as relações de amasiamento poderiam ser considerada válidas pelos grupos populares, ensejando uniões duradouras e mesmo avaliações por parte de pais de quem seriam os melhores amásios para suas filhas.

[36] Um eco contemporâneo dessa percepção de Pulquéria como ilegítima está na ocasião em que dona Diva desestimulou-me de entrevistar um neto. Ver nota 13.

que teve com Felisberta, com quem veio a constituir uma família – independente da inexistência de seu reconhecimento legal ou eclesiástico –, mas não o fruto de uma aventura juvenil. Tais critérios diferenciados não obedeciam a gradações cromáticas. Belizário parecia ser filho de uma mulher provavelmente mais clara que Felisberta, dado o fenótipo dos descendentes. O pai de Pulquéria, por sua vez, é lembrado como "um branco".

Também o italiano Francisco Pastorino, em seu testamento, instituiu os filhos naturais que tivera com Angélica Inácia, com quem também não contraíra matrimônio na Igreja, como legítimos herdeiros. Esse caso é ainda mais eloquente, já que o conceito local de legitimidade representou a alforria, bancada pelo pai, dos filhos que viriam a ser legitimados, e a manutenção da condição cativa dos meio-irmãos ilegítimos. A condição ilegítima ou legítima de Pulquéria, Belizário e seus irmãos não foi uma questão meramente formal, mas teve desdobramentos concretos e significativos para suas trajetórias e de seus descendentes (ver adiante).

Resta responder ainda, por qual razão, sendo tacitamente aceitas em um contexto local as relações de Francisco Pastorino com Angélica Inácia e de Manoel Inácio com Felisberta, eles não as oficializaram perante a igreja? A resposta parece evidente: ainda que compartilhassem dos padrões locais segundo os quais aquelas famílias constituídas eram aceitas como válidas e legítimas, aqueles homens não eram alheios aos padrões vigentes de legitimidade. Não é à toa que ambos, em testamento, declararam-se solteiros, de forma que eles gozavam de um estatuto duplo: aos olhos da sociedade envolvente, não se haviam casado e não tinham quaisquer compromissos com aquelas mulheres, às quais, inclusive, não deixaram qualquer bem como herança (Angélica Inácia ficou como usufrutuária, mas não como proprietária, de bens legados por Pastorino); porém, segundo os padrões comunitários, eram pais de família ciosos de seu núcleo doméstico.

Pude acompanhar o mesmo padrão uma geração após, entre os filhos de José Francisco Pastorino. Em 3 de agosto de 1921, Idalino Gomes Cidade registrou o nascimento de seu filho José Emídio Gomes, nascido na véspera. A mãe do menino era Galdina Gomes, e o registro apontava José Francisco Pastorino e Guilhermina Juliana como seus avós maternos.[37] Ocorre que em 28 de novembro de 1918 foi registrada

[37] IJCSUD - CHF, Mcf. 1444093, It. 9, livro 2 de registros civis de nascimento do tabelionato do distrito de Maquiné, f. 46v, ano de 1921.

Maria José Francisca, nascida em 1º de janeiro de 1895,[38] filha da mesma Guilhermina Juliana. Apenas dela. O declarante era José Francisco Pastorino, ao que tudo indica, o pai da criança que não se assumiu enquanto tal, mas encarregou-se do registro. Tal percepção é reforçada pela existência de outra neta de Guilhermina que teve José Pastorino como declarante: Angélica Idalina Gomes, irmã de José Emídio, nascida em 6 de julho de 1914 e registrada em 22 de maio de 1915.[39]

Filho de um italiano e de uma ex-escrava, José Pastorino tinha dupla pertença: era um homem de prestígio na sociedade de Conceição do Arroio. Ele testemunhou e assinou a rogo de pessoas que não sabiam ler um sem-número de registros civis no tabelionato de Maquiné. Ao mesmo tempo, tinha sólidos vínculos comunitários em Morro Alto. Assim sendo, ao mesmo tempo em que vivia em uma relação consensual tida como legítima na comunidade de origem, e registrava os rebentos de sua família, não os assumia como tais perante a sociedade em que era um homem respeitável. Nesse sentido, seguia os passos de seu pai e de seu meio-irmão.

***

A família dos Pastorinos foi aqui lembrada pelo evidente paralelismo dos mecanismos de reconhecimento tácito da legitimidade de uma união não-formalizada perante a Igreja, isto é, de percepções comunitárias da validade de determinadas uniões consensuais. No entanto, essa família de "italianos" aparecerá novamente nas páginas desta tese apenas no quarto interlúdio de racialização, por uma razão muito simples: os meio-irmãos de Manoel Inácio desapareceram na trajetória das famílias de seus descendentes. Os "Pastorinos" não são lembrados como parentes pela descendência de Felisberta, e desapareceram do conjunto de pessoas com quem mantêm relações sociais. Seu afastamento dos circuitos de sociabilidade e seu apagamento dos registros de memória dos descendentes de Felisberta com quem tenho contato explicita o delineamento de fronteiras étnicas e familiares e, assim, dá conta de critérios de pertencimento. Simplesmente, ao perder contato com tais familiares, alguns foram identificados – e talvez tenham preferido assim ser – como negros, e outros optaram, quer pela "cor", quer pela ancestralidade na península itálica, por "embranquecer".

[38] IJCSUD - CHF, Mcf. 1444093, It. 8, livro 1 de registros civis de nascimento do tabelionato do distrito de Maquiné, f. 110, ano de 1918.
[39] IJCSUD - CHF, Mcf. 1444093, It. 8, livro 1 de registros civis de nascimento do tabelionato do distrito de Maquiné, f. 31, ano de 1915.

Mesmo quando houve alianças matrimoniais ou filhos naturais com indivíduos aparentados, tais laços não foram ressaltados como vínculos de parentesco.[40]

Parece-me estar aí ressaltado um aspecto que será relembrado: em determinado momento do século XX, a identidade "italiana" pela qual os Pastorinos parecem ter optado não se coadunava com a condição de, sim, elite, mas elite negra da qual os descendentes de Felisberta nunca conseguiram – ou nunca quiseram – desvencilhar-se. A adesão a essa identidade negra traduz-se na aceitação contemporânea do encaminhamento de suas demandas políticas através da identificação como quilombolas.

*A herança de Manoel Inácio*[41]

Pastorino deixara Angélica como usufrutuária de todos os seus bens, enquanto Manoel Inácio deixava Felisberta formalmente sem nada. Como visto, está consolidado na memória familiar que seu avô havia adquirido o terreno do Espraiado para os filhos e o do Ramalhete, para sua labuta. Sendo assim, o terreno do Espraiado foi dividido igualmente entre aqueles considerados legítimos. Seu avô tinha amantes – possivelmente uma delas, a mãe de Belizário – que nada receberam.

> Manoel Inácio Marques Neto – Os filhos, as filhas, ele deixou tudo essa colônia que nós tínhamos lá, tudo cada um com o seu folha de partilha. Fez inventário em vida, que inventário em vida era um dinheirão, mas sei que era rico. Fez, deixou cada um a sua folha de partilha, mas só foi aberto que o meu pai falava, falou, foi aberto o inventário que ele fez no dia do [?] enterro dele, falar português, então foi não sei que nem nascido não era, só sei essa parte aí porque ele falava, ele dizia, que aquilo era lacrado, aquele envelope, aquelas folhas de partilha tudo ali dentro e a escritura velha ali dentro. Nós tinha escritura velha, tudo. Aí no dia do enterro dele levaram no cemitério, tinha um homem de confiança, não sei como falar isso, abriu aquele envelope e disse que que ele tinha deixado pros filhos com essa amante e pra ela não deixou nada, e nem pra outra amante, que ele tinha duas amantes, né, [?] tinha dinheiro, né, e assim, era bem de vida, né? Ricaço.[42]

---

[40] Os descendentes de José Francisco Pastorino parecem ter tomado rumo diverso dos de Herculano e Clementina: enquanto os últimos decididamente perderam toda forma de contato e parecem ter "embranquecido", os filhos do primeiro com uma negra de Aguapés, "enegreceram" (Weimer, 2008b). Ainda assim, não são lembrados como parentes pelos "Felisberta" por essa via, e sim pelos vínculos com Teresa, irmã de sua avó (uma filha de José Francisco Pastorino casou-se com um filho da irmã de Felisberta). Situação intermediária é a da descendência de Serafina: "embranqueceram", mas persistiram tendo filhos naturais com mulheres negras. As famílias negras incorporaram o "outro", o contrário não foi verdade. O vínculo de parentesco é reconhecido através dessas mulheres, e não dos pais "brancos".

[41] Uma versão preliminar deste subcapítulo foi discutida no I Seminário Caminhos da Abolição e do pós-Abolição (Niterói, 2010) e publicada em Weimer, 2011a. Uma versão ainda mais incipiente foi apresentada no XXV Simpósio Nacional de História (Fortaleza, 2009).

[42] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

Felisberta nada herdou do legado deixado por Manoel Inácio. Ele reservou a totalidade dos bens de que dispunha para os filhos, não destinando à viúva nada do que possuía. É difícil saber quais motivações o levaram a assim proceder. É possível que considerasse assegurado que seus rebentos dariam adequado sustento à sua companheira de toda uma vida. É digna de registro e, infelizmente, de difícil avaliação a hipótese a respeito apresentada por seu neto, segundo a qual seu avô objetivava que seus irmãos não se apossassem dos bens do casal:

> Rodrigo – E ela ficou sem nada?
> Manoel – Deixou sem nada, porque ele fez isso por causa dos irmãos dele não deixar ela e os filhos dele sem nada.[43]

A não-legitimidade do casamento, portanto, tornou a família vulnerável diante da morte súbita de Manoel Inácio. Ela teria levado à perda do terreno no Ramalhete, pois Manoel Inácio Filho era muito novo para cuidar, e só não implicou no mesmo, no que toca ao Espraiado, pelo previdente patriarca ter apelado ao estratagema de nomear os filhos diretamente como herdeiros, em lugar de uma viúva cuja condição pudesse ser legalmente questionada. Eles puderam manter o que passou para o nome dos filhos.

> Diva – Da mãe... Tudo que ele [Manoel Inácio Filho] comprava ele fazia a gente levar pra vó. Ela morava no mesmo terreno nosso, lá no Espraiado. Ele cuidou toda vida da mãe dele. Ele era o único homem.
> Rodrigo – E daí quando ele tinha doze anos faleceu o pai dele.
> Diva – Era criança, era muito criança! Pra tomar conta de uma família e tomar conta dos terrenos tudo!
> Rodrigo – Ele tinha bastante terreno, daí...
> Diva – Daí os irmão do pai, do meu avô, eles dali desgarraram.
> Rodrigo – Eles desgarraram?
> Diva – Sim, porque naquela época não usava casamento. O que passou pro nosso nome ficou. O que não passou, não deu tempo, né, porque ele morreu de ataque do coração. Então morreu ali na atafona, na hora que o ataque saiu.[44]

> Diva – E tinham a atafona de farinha que depois ficou pro meu avô.

---

[43] Ignoro se os irmãos de Manoel Inácio em questão são os meio-irmãos da família senhorial Marques ou os meio-irmãos "Pastorinos". Tendo a acreditar na primeira possibilidade, por serem tais irmãos "mais poderosos" e portanto em melhores condições de expropriar aquele núcleo de camponeses negros que de uma hora para outra viu-se sem seu patriarca. Poder-se-ia argumentar, em contrário, que a fortuna de Manoel Inácio era insignificante em relação à dos Marques, sendo mais passível de ser objeto de interesse dos "Pastorinos". Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

[44] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.

> Rodrigo – Já era do tempo dos escravos.
> Diva – Já era do tempo dos escravos, era do meu... Aí ela passou, ele ficou, comprou não sei de quem lá pra ele. Ele comprou. Atafona de farinha. Ele fazia farinha. Aí o meu pai era mocinho novo assim de uns 18, 19 anos, não podia comandar toda turma. Eram os irmãos dele, ele ficou sem o pai, ficou sem dirige.[45]

Portanto, no relato familiar, seu avô não dedicou a Felisberta parte de sua herança como um estratagema para a resguardar da investida de elementos externos ao núcleo familiar. O fato de sua esposa nada ter herdado que se pode verificar no registro documental, é também lembrado, mas os fatos são interpretados de uma maneira não-desabonadora, na qual o que prevalece são esforços protetores sobre a família. Necessário sublinhar a importância adquirida nessa narrativa pela família para a sobrevivência nos difíceis anos do pós-Abolição, como destacado no "mapa da tese". Há, portanto, convergência entre um relato familiar que coloca os esforços protetores sobre a família como chave explicativa para a herança de seu pai e as conclusões aventadas por uma bibliografia que coloca a unidade familiar como protagonista das questões suscitadas pelo período posterior à Abolição da escravatura.

A aquisição do terreno é vista como uma tentativa de impedir que seus filhos ficassem "na estrada", isto é, "sem nada",[46] legando a eles alguma coisa com que pudessem iniciar suas vidas. A condição de pequenos proprietários de terras que Manoel Inácio legava a seus rebentos representava, inclusive, a possibilidade de que eles se poupassem da possibilidade de se submeterem a contratos de trabalho desvantajosos "Ali era uma coisa certa, pros filhos dele não ficarem rolando, trabalhando nessas fazendas aturando desaforo".[47] Tratava-se de um esforço para manter, em sua descendência, uma relação estável com a terra. Na já referida tipificação do campesinato negro do pós-Abolição de autoria de Ana Rios (2005a, p.195-211), temos um estatuto de *pacto paternalista* – ainda que proprietários de terra, essa família tinha relações amigáveis com o *terrível* Machado – em lugar de permitir que eles "rolassem na estrada", "se submetessem a desaforos", em suma, se tornassem um *campesinato*

[45] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório. A percepção do pertencimento da atafona do Ramalhete e do terreno do Espraiado é uma constante nas entrevistas, perpassando as falas de 2001 e 2010.
[46] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 26 de agosto de 2001 na Prainha. Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi; Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 13 de setembro de 2002 em Porto Alegre. Realizada por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer
[47] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.

*itinerante*. Rios (2005b, p. 247) observou que os contratos de trabalho no pós-Abolição encerravam, como analisarei mais adiante, uma dimensão desarmônica e violenta.

Ao contrário de suas irmãs que puderam permanecer naquele terreno, no caso das que permaneceram solteiras, ou que tiveram oportunidade de casar-se com camponeses negros da região igualmente proprietários de terras, ou ainda que migraram, Pulquéria desposou alguém tão despossuído quanto ela, e ambos instalaram-se, como agregados, bem como seus filhos, na fazenda de Miguel Ventura, fazendeiro no Pontal, localidade no Faxinal do Morro Alto. Ela não herdara gado que pudesse servir como dote material e tampouco o prestígio simbólico de ser tida como legítima. As lembranças que um neto de Pulquéria que entrevistei possui desse fazendeiro é que ele era bom, muito embora não pagasse salário.[48]

> Neto de Pulquéria Felisberta – Não. Naquela época lá nem tinha salário.
> Rodrigo – Como é que pagava?
> Neto de Pulquéria Felisberta – Ganhava lá uns troquinhos lá pra trabalhar nas roças dos outros lá, e mais nada. Nem sabia falar o que era salário. Era uma briga até se falasse no salário. Ninguém sabia o que era salário. Quem é que sabia o que era salário naquela época? Agora só vim saber o que era salário aqui. Salário começou muito... Começou o salário mínimo. Ganhava era uma mixaria. Derramava o suor na roça dos outros mas não por salário.
> Rodrigo – E o que que recebia então pra trabalhar? O que recebia então pra trabalhar?
> Neto de Pulquéria Felisberta – Ah, nem dá pra dizer. Você nem sabe. Era 500 réis, 200 réis. Naquela época nem sei o que que era. 200 réis. 500 réis. Era o que a gente ganhava. Muito pouco.[49]

O mesmo entrevistado sustenta que sua avó morreu em Osório, para onde foi após o falecimento de seu avô, porém seu tio Teodoro José Cardoso afirma que Pulquéria terminou seus dias no Pontal.[50] Seja onde for, é evidente que ela conseguiu certa estabilidade na fazenda, não tendo padecido das privações e itinerários errantes do *campesinato itinerante* de Rios (2005a). Ali ela conseguiu estabelecer *casa*, mas também é claro que ela não pôde usufruir do estatuto de camponeses independentes gozado por seus irmãos e isso resultou em um casamento menos prestigioso para ela. É possível que, embora seu neto se lembre de Ventura como um *bom fazendeiro*, a família de Pulquéria tenha "aturado o desaforo" de que Manoel Inácio queria poupar a sua prole. Ao menos, a isso estava sujeita. Desse ponto de vista, convém colocar em perspectiva a "bondade" de Ventura. Para além do fato de que, quando carneava, dava-

[48] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[49] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 11 de fevereiro de 2009 em Porto Alegre.
[50] Entrevista com o senhor Teodoro José Cardoso no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

lhes partes dos animais "uma vez pegava uma ovelha, um carneiro e dava pra nós",[51] no discurso de seu neto adquire uma dimensão de gratidão em relação à *casa* concedida.

> Neto de Pulquéria Felisberta – Não tinha terreno, não tinha nada pra morar. Então ele como tinha dava propriedade pra nós morar.
> Rodrigo – Dava propriedade?
> Neto de Pulquéria Felisberta – Dava o terreno, tudo, nós construíamos casa, tudo. Esse meu avô fazia casa, minha mãe fez uma casa também, junto, tudo ao redor assim. Depois a falecida minha avó, tudo, tudo, morava tudo unido.[52]

Então, se Pulquéria não conseguiu estabelecer uma territorialidade através de herança paterna ou de casamento, logrou, ainda assim, firmar-se em um terreno sujeitando-se ao trabalho para Ventura. O arranjo de concessão de terras para plantio e casa, em troca da prestação de trabalho não remunerado monetariamente foi relativamente comum no meio rural brasileiro da primeira metade do século XX.[53] Como desenvolvo mais adiante, ao instituir esse tipo de relação, os proprietários de terras também acatavam e se sujeitavam a um jogo de expectativas e noções de justiça, do que é válido e do que não é válido, por parte dos agregados.

Ceder uma casa de moradia fazia parte da relação socioprodutiva denominada por Dezemone (2004) como colonato. Típica do meio rural no pós-Abolição, consistia na cessão de um lugar de moradia em troca de parcela da produção dos colonos e da prestação de trabalho em lavouras do fazendeiro. Palmeira (1976) dissertou sobre as relações sociais na "plantation" tradicional no nordeste açucareiro. Suas conclusões são de interesse para se pensar as relações sociais em Morro Alto em inícios do século XX, especialmente a relação entre espaços de moradia e de plantio. Segundo o autor,

> não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim *casa de morada*, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho e lhe abra certas possibilidades como a do usufruto de um *sítio* [...] a casa representa mais do que a simples construção e inclui sempre um *terreiro*, *chão de terra* ou *fundo de casa* que lhe é coextensivo, que é uma peça da casa. Isso *va de soi* e não precisa ser explicitado no "contrato" de moradia. O proprietário não reconhecer isso significa um desrespeito intolerável às regras do jogo, como fica evidenciado nas queixas generalizadas dos trabalhadores de que os proprietários estão plantando cana "dentro da casa dos moradores" ou na formulação inversa daqueles para quem as regras da morada representam

[51] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[52] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[53] Farinatti (2010, p. 440), analisando a campanha gaúcha do oitocentos, relativizou a alegada subordinação dos agregados em relação aos estancieiros.

> uma espécie de imperativo absoluto: "Em todo lugar que eu moro eu planto". (Palmeira, 1976, p. 306-307. Grifos originais).

A trajetória de Pulquéria Felisberta, certamente, poderia ter sido pior, caso não tivesse conseguido acesso estável a terras alheias, mas também poderia ter sido bastante melhor se, a exemplo da maior parte de seus irmãos, tivesse atingido o acalentado "projeto camponês", isto é, o acesso a terras próprias, para a autonomia e o sustento familiar, estabelecendo e ditando condutas e ritmos de trabalho de forma independente, e aproveitando para si o conjunto da produção (Rios, 2005b, p. 243).

***

Analisando as práticas de casamento e herança entre camponeses da Cabília, Bourdieu (2009, p. 313) verificou que a herança do terreno familiar em partes iguais entre os herdeiros ameaçava a terra ancestral de um esfacelamento indesejado, o que colocava em pauta "o princípio de uma competição pelo poder sobre a economia e a política domésticas". Uma possível solução encontrada para esse problema encontrava-se no favorecimento mais ou menos explícito de um ou outro de seus filhos (Bourdieu, 2009, p. 249). Essa contradição entre o perigo de esfacelamento da terra e imperativos de sua divisão igualitária não é uma exclusividade da Cabília: antes se trata de um problema recorrente em sociedades camponesas.

No caso da "*gente* da Felisberta", efetivamente percebe-se um tênue equilíbrio entre uma partilha que buscava conservar a totalidade do terreno intacta na mão do herdeiro mais velho do sexo masculino, como tática de sobrevivência e reprodução social, e a pretensão de uma herança que conservasse e compartilhasse para todos os filhos considerados legítimos o mesmo estatuto social dos pais (Thompson, 1976, p. 346), isto é, o tão duramente conquistado patamar de produtores de alimentos independentes e com acesso próprio à terra.[54]

No momento de distribuir o terreno do Espraiado entre os legatários de Manoel Inácio Marques, certamente interferiram na lógica camponesa de divisão de bens entre os filhos as disposições legais que determinavam a partilha igualitária entre os

[54] Burguière (2011 p.60-63) assinalou que as regras de divisão desigual expressam uma necessidade, mais do que um desejo de desigualdade. O autor observa ainda, contudo, que no jogo social da França de Antigo Regime, as regras de distribuição desigual da herança expressavam um princípio de distinção social.

herdeiros. Era a lei. Formalmente, no inventário de Manoel Inácio Marques foi o modelo seguido: cada um dos seus sete filhos recebeu bens equivalentes ao valor de 108$571 réis do monte-mor estimado em 760 mil-réis, distribuídos igualmente entre reses e terra, com uma pequena diferença na distribuição do gado: como o falecido possuía vinte animais, os seis filhos mais novos ficaram com três reses cada, enquanto a irmã mais velha, Angélica, ficou com dois, tendo essa diferença sido compensada em uma extensão um pouco superior de terra.[55]

Se o formal de partilha garantia, aos olhos da lei, uma divisão igualitária entre os sete filhos legitimados por Manoel Inácio Marques, a prática social concreta aponta para uma realidade mais complexa, tendo sido favorecido, efetivamente, o filho mais velho do sexo masculino do casal, Manoel Inácio Marques Filho. Enquanto suas irmãs se casavam, passando a constituir os núcleos familiares de seus maridos, ou partiam para Osório em busca de novas oportunidades de vida, ele permanecia no Espraiado administrando o terreno familiar junto aos irmãos que permaneceram solteiros, no melhor exemplo de uma lógica camponesa segundo a qual o primogênito deve se encarregar de manter o terreno indiviso.[56] Sua filha, ao ser entrevistada, sustentou que o terreno foi dividido igualmente entre todos os herdeiros, e que não ocorreu venda entre os irmãos, porém admitiu que o pai ficou cuidando da terra das irmãs, assim que elas se casaram ou partiram para Osório a fim de trabalhar.[57] Certamente operava aqui – e não apenas nessa família – uma hierarquização de gênero na herança familiar.

Além disso, dificultava a exatidão da distribuição da terra o fato de ela ser dividida entre os filhos em unidades monetárias, não espaciais. Sendo assim, à exceção de Angélica, que recebeu 72.571 réis de terras e matos no Espraiado, todos os seus irmãos herdaram 54.571 réis do mesmo terreno, sem haver especificações mais precisas quanto às dimensões legadas a cada um e a localização das partes. Afinal, quem herdou terras e quem herdou matos daqueles 35 hectares? Se essa prática tornava a partilha mais fácil formalmente, criava problemas no momento de dar concretude diante da necessidade de individualizar a propriedade da terra e contribuía para manter aquele terreno indiviso.

---

[55] APERS, COA – CA, estante 159, caixa 027.0335, Auto n. 814, inventário de Manoel Inácio Osório Marques, ano de 1906. f. 18v-21r.

[56] O privilégio de um filho em específico como herdeiro do terreno familiar, entre comunidades camponesas no século XX, em contradição à herança igualitária legalmente definida, foi constatado por Moura, 1978 p. 47-71 e Woortmann, 1995 p. 175-178.

[57] Entrevista realizada com D. Aurora Inácia Marques da Silva, no dia 13 de março de 2010, em Osório.

Como converter, em unidades espaciais, terrenos herdados em unidades monetárias? Trata-se de preocupação anacrônica: trata-se de um problema, apenas, para o analista do século XXI, preocupado com a possibilidade de individualização daquele terreno. A concretude que, aqui, considero de difícil alcance, era simplesmente julgada desnecessária. Para seus contemporâneos, a divisão era indiferente, dado que não seria realizada: tratava-se de um terreno ocupado coletivamente, pertencente a uma *irmandade*. O ponto, aqui, é sobre em quem residia a autoridade sobre aquela coletividade. Como visto, suas filhas relataram que Manoel Inácio Filho ficou responsável por cuidar de mãe, irmãs e irmão mais novo.[58] O filho mais velho assumiu a autoridade e o papel social de seu pai.

No entanto, Felisberta não ficou relegada a um segundo plano. A mãe logrou manter sua ascendência sobre o núcleo familiar. Um indício da continuidade da ocupação daquele terreno, em lugar de sua fragmentação entre os diversos herdeiros, encontra-se nas guias de pagamento dos impostos territoriais, que, como veremos, foram conservados pelos netos de Manoel Inácio e Felisberta. Se até o exercício de 1908 constam lançamentos de impostos correspondentes a 35 hectares, após essa data temos uma situação distinta da divisão igualitária do patrimônio entre os herdeiros: em 1911, Felisberta Inácio Marques pagou 1.120 réis em imposto equivalente a 19 hectares e sua filha Angélica pagou 430 réis por um quinhão de sete hectares.[59]

Logo, a viúva, lembrada nas narrativas familiares como alguém que nada herdou, e assim designada em testamento, mantinha alguma autoridade sobre o terreno familiar a ponto de sobre ele seguir pagando a maior parte do imposto territorial. Sendo assim, embora as disposições sociais daquele campesinato negro impusessem a possibilidade de que fosse escanteada, o mesmo não ocorreu de todo. Em 19 das 41 – quase 50%! – guias de pagamentos de impostos em poder de sua neta, entre 1899 e 1939, consta o nome de Felisberta tomando para si o protagonismo da relação tributária daquela família com o Estado.[60] Como veremos, isso representou também, um ato de cidadania.

---

[58] "Cuidando das irmãs" segundo suas filhas – entrevista a Rodrigo de Azevedo Weimer realizada com D. Aurora Inácia Marques da Silva, D. Diva Inácia Marques Terra e S. Celso Rodrigues Terra em 28 de janeiro de 2001.

[59] Guias de pagamento de impostos em poder de Aurora Inácia Marques da Silva, neta de Felisberta e Manoel Inácio Marques. Durante as décadas de 1910 e 1930 há guias no nome de outros filhos de Felisberta, tais como Manoel Inácio Filho, Rosalina e Raquel.

[60] O precocemente falecido marido aparece sete vezes, e o filho, que dela cuidava, apenas duas. Angélica aparece sete vezes, Rosalina, quatro, e Raquel, duas. Para além da vitimização, há uma tensão entre o privilégio dado aos homens na economia camponesa e o protagonismo feminino.

Se todos os filhos, em idade produtiva ou crianças, seguiriam trabalhando na roça para contribuir para o sustento de sua mãe e da coletividade de que faziam parte, era talvez irrelevante a individualização da propriedade da terra. Se 35 hectares era uma quantia relevante considerando uma unidade de produção familiar, sua divisão em quinhões de aproximadamente cinco hectares[61] reservaria a cada herdeiro uma porção diminuta de terras a cultivar. Isso veio a trazer problemas uma geração mais tarde, funcionando como um estímulo ao êxodo rural. Esse fracionamento retardou-se, no entanto, por uma geração, em virtude de três fatores fundamentais.

Quatro irmãos legítimos (Angélica, Raquel, Rosalina e Ladislau) permaneceram solteiros. Sua porção não foi subtraída à terra originalmente cultivada de forma coletiva, e tampouco sua mão de obra. Traçando novo paralelo com a Cabília estudada por Bourdieu, o autor sublinha ser comum irmãos mais novos, como Ladislau, serem destinados ao celibato, em prol da proteção da "casa" paterna. Assim sendo, "deve pagar a maior parte do tempo com a renúncia ao casamento a segurança econômica e afetiva garantida pela participação na vida familial" (Bourdieu, 2009, p. 262). Angélica e Rosalina chegaram a ter filhos enquanto eram solteiras, tendo a última migrado para Conceição do Arroio e abandonado o terreno familiar. Os possíveis motivos para o celibato das irmãs mais velhas serão discutidos em momento oportuno.

Além desses, temos Pulquéria Felisberta e Belizário, irmãos não legitimados por não serem filhos do casal. Embora não tenha herdado nada do legado do padrasto, Pulquéria ali viveu e contribuiu com seu trabalho até seu casamento e estabelecimento na fazenda do Pontal, de Miguel Ventura. Belizário residia junto a sua família materna.

Além disso, da mesma forma como Rosalina partiu solteira, as demais filhas, Maria e Mercedes, estabeleceram-se nos terrenos de seus maridos. Trata-se de uma comunidade em que os padrões matrimoniais são patrilocais – uma prática que privilegiava os homens no modelo de reprodução das unidades de produção camponesas – e, dessa forma, elas deixaram suas terras de herança para serem cuidadas e cultivadas pela "irmandade" à qual pertenciam. É possível que o gado que receberam tenha constituído alguma espécie de dote para assegurar uma melhor vida para as irmãs que abandonavam o seio doméstico. Descontados herdeiros solteiros, ilegítimos e irmãs que partiram do território, na prática o primogênito – Manoel Inácio Filho – "ficou

[61] Considerando aqui uma média, já que de fato o terreno foi distribuído não de acordo com a quantidade de hectares, e sim com o valor obtido na avaliação.

cuidando" das terras familiares, vivendo com o irmão e as irmãs solteiras.[62] Conforme visto, porém, essa autoridade era compartilhada por sua mãe. Desconhece-se até que ponto isso foi pacífico ou em quais tensões implicaram; de que maneira Felisberta e seu filho compartilharam e administraram o poderio e o legado de seu marido e pai.

No entanto, é necessário pensar a herança para além da mera distribuição de bens como terra e reses. Thompson alerta que também há que se considerar o acesso a direitos costumeiros, direitos esses que não podiam ser quantificados em um formal de partilha, mas que constituem a prática da herança camponesa, contemplando também aqueles que foram excluídos da herança formal (Thompson, 1976, pp. 337-342). Se todos os herdeiros de Manoel Inácio Marques receberam reses de criar há que se pensar que mesmo aqueles que não lograram permanecer no território sob administração de seu irmão tinham ali direitos de pastagens para a manutenção de seus animais. Segundo o autor, "(...) alguma falta de firmeza na definição dos direitos de pastagem, respigar, fazer queimadas pode ajudar no sustento de filhos que não herdaram posses, rebanhos e implementos. (...) Se (...) filhos mais novos às vezes herdavam bestas ou implementos (mas não terra), devemos assumir que eles deviam ter a expectativa de acessar a terra de alguma maneira." (Thompson, 1976, p. 342). Descontando a possibilidade de as reses terem sido vendidas ou aproveitadas na forma de dote no momento do casamento, não podemos excluir o acesso à terra sob a guarda de seu irmão.

A prática social nunca é crua como a análise que dela se pode fazer, e é evidente que não houve um cálculo deliberado das soluções que se foram encontrando para o perigo de fragmentação da unidade familiar. O risco era concreto e real, mas as estratégias[63] encontradas para contorná-lo foram encontradas na medida em que os problemas se apresentavam.[64]

---

[62] Müller (2006) verificou que, no século XX, em Morro Alto, também se privilegiava um herdeiro com a finalidade de conservar a integralidade dos terrenos. A preferência dada a Manoel Inácio Filho na sucessão do legado familiar não é alheia ao fato dele ter herdado, também, a prenominação do patriarca (ver capítulo 5). Conforme assinala Zonabend (1980b), "le chef de la maison, possesseur du patrimoine, transmet son prénom de façon quasi systématique au futur et unique héretier". [O chefe da 'maison', que possui o patrimônio, transmite seu prenome de maneira quase sistemática ao futuro e único herdeiro.] Minha tradução. Os vínculos estreitos entre nominação e herança foram assinalados também por Christiane Klapisch-Zuber, em seu estudo sobre a elite florentina entre os séculos XIV e XVI (Klapisch-Zuber, 1980). Realmente, não é fruto do acaso o fato de o pai e o filho herdeiro possuírem o mesmo nome.

[63] A noção de estratégia é aqui utilizada na falta de outra melhor que introduza "um tipo de situação que a historiografia clássica reservava apenas às elites", não obstante seu caráter aparentemente hiper-racionalista (Grendi, 1998, p. 235).

[64] Conforme assinala Bourdieu, em relação à Cabília: "As ações que visam superar a contradição específica desse sistema e, mais precisamente, as ameaças que todo casamento faz pesar sobre a propriedade, e por meio dela sobre a linhagem (...) não são, como a linguagem inevitavelmente

Desenvolveu-se aqui como se equilibraram e conviveram modalidades distintas de herança camponesa: um modelo igualitário, legalmente definido; um modelo de privilégio ao primogênito, como tentativa classicamente camponesa de manter o patrimônio indiviso; e a partilha do usufruto de direitos costumeiros, tais como a pastagem de animais. Embora diferentes modalidades de repartição de herança fossem concorrentes, elas não eram excludentes. A adesão formal e legal à modalidade igualitária não descartava a prática de uma partilha que privilegiasse a indivisibilidade das terras concentrando-as nas mãos de um dos filhos, no caso o mais velho do sexo masculino. A última forma, por sua vez, não negava o acesso a pastagens e caminhos comuns por parte dos demais herdeiros.

Equacionar a exigência legal por igualdade na partilha com a necessidade de conservar uma unidade indivisa em escala suficiente para que a família não caísse na penúria e, ainda, com a pretensão de transmitir a todos os descendentes o mesmo estatuto social dos pais, era um aspecto compartilhado pelas demais famílias do campesinato negro do Morro Alto. A solução encontrada pela "*gente*" de Manoel Inácio Marques e sua esposa Felisberta era comum a outros núcleos familiares. A evasão de mulheres e o celibato eram possíveis táticas para contornar um dilema no qual se viam envolvidos camponeses negros da região.

Thompson assinalou o *dilema* existente quando a partilha igualitária, parte a parte dos bens de um casal, representava o suicídio econômico da unidade econômica familiar camponesa. O fracionamento do terreno entre os diversos herdeiros poder-se-ia chocar com a pretensão de transmitir aos seus filhos o mesmo estatuto social acumulado pelos pais (Thompson, 1976, pp. 345-346). Esse dilema era vivido de forma particularmente delicada em momentos marcantes, como os de falecimento, inventário e partilha, em que a destinação dada aos bens do morto também dizia respeito a quem ocuparia o lugar social desempenhado pelo falecido. Em meio a tais problemas, a família permanecia como unidade organizacional para enfrentar as dificuldades e explorar as possibilidades do período republicano.

---

empregada para descrevê-las poderia levar a crer, procedimentos que a imaginação jurídica inventa para contornar o direito, nem mesmo estratégias sabiamente calculadas, à maneira dos "golpes" de esgrima ou do xadrez. É o *habitus* que, como o produto das estruturas que tende a reproduzir e porque, mais precisamente, implica a submissão "espontânea" à ordem estabelecida e à ordem dos guardiões dessa ordem (...)" (Bourdieu, 2009, p. 264-265. Grifos originais).

Em carta não-datada em poder de sua neta dona Aurora Inácia Marques da Silva (CP1), um sujeito de nome Saturnino Bernardo Souza, além das gentilezas habituais em que desejava perfeita saúde a Manoel Inácio Marques, apresentava algumas cifras de uma conta corrente que com ele tinha. Cito esse documento devido à forma como se dirigiu a Manoel Inácio: Sr Sidão – aparentemente, uma abreviatura de cidadão[65] – Manoel Inácio.

A noção de cidadania já parecia incorporada à vivência cotidiana na região, a ponto dessa palavra ter sido utilizada por Saturnino para se dirigir a Manoel. Há que substancializar o significado dessa cidadania no meio rural rio-grandense de início do século XX, especialmente considerando que ela vem sido abordada, pela historiografia, sob o signo da *incompletude*. Embora a noção de cidadão deva ser desnaturalizada – tendo em vista sua dimensão histórica, variável e contextual – também no Morro Alto de inícios do século XX, ela estava na ordem do dia.

Alguns estudos vêm questionando a percepção da população rural como mera massa de manobra – curral eleitoral – de poderosos fazendeiros (Rios, 2007, Mattos, 2012). Eles não eram sujeitos sociais desprovidos de vontade e manejavam as possibilidades para eles disponíveis almejando uma inserção cidadã. Cidadania e memória da escravidão, questões que estavam na ordem do dia na Primeira República brasileira.

***

José Murilo de Carvalho (1987), ao estudar a implantação da República na capital federal direcionou seu olhar para os projetos mal-sucedidos e frustrações de contemporâneos em relação ao novo regime implementado. Há uma tendência, já consolidada em estudos a respeito da Primeira República, de privilégio ao urbano, embora, por exemplo, em 1920, 73,56% da população do Rio Grande do Sul vivesse em

[65] O dicionário de abreviaturas de Flexor (2008, p. 87) registra Cid$^{m}$ como abreviatura de cidadão. No entanto, seu livro registra abreviações dos séculos XVI ao XIX, e essa, em específico, refere-se aos setecentos e oitocentos. É possível que no século XX tal forma de sintetizar uma palavra tenha sofrido alterações, especialmente por se tratar de um documento informal, e não oficial. Além do mais, cumpre observar que o C, o Ç e o S parecem intercambiáveis, pois cidade poderia ser grafada como Cid$^{e}$, Çid$^{e}$ e Sid$^{e}$ (Flexor, 2008, p. 87 e 382). Finalmente, a terminação "dão" faz mais jus à pronúncia oral do que a grafia "d$^{m}$".

zonas rurais (FEE, 1981, p. 127). Carvalho percebeu um divórcio entre República, cidade e cidadania, dissertando a respeito da "República que não foi", isto é, aferrando-se aos projetos republicanos malogrados. Em obra mais recente (Carvalho, 2008, p. 75), o mesmo autor definiu os partícipes de revoltas urbanas na Primeira República como "um esboço de cidadão, mesmo que em negativo", já que sua percepção do Estado era meramente reativa e não propositiva. Se apatia não havia, a noção específica sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado era mediada por um pacto implícito de não interferência em sua vida privada, e não em uma pretensão em dele participar sistematicamente. Em estudo de 1998, por sua vez, atribuiu aos movimentos sociais do espaço rural o caráter de uma resistência "parcial, ambígua ou simplesmente reacionária" face à modernidade (Carvalho, 1998 p. 112).

Obras posteriores insistem ainda em enfocar a população oriunda do cativeiro, durante a República, sob o viés de uma cidadania incompleta, isto é, da exclusão. Do ponto de vista de Priore e Venâncio, tal se deu em função dos estigmas impostos pelo racismo científico e de outros fatores arrolados pelos autores:

> O início da República conviveu com crises econômicas, marcadas por inflação, desemprego e superprodução de café. Tal situação, aliada à concentração de terras e à ausência de um sistema escolar abrangente, *fez que a maioria dos escravos recém-libertos passasse a viver em estado de quase completo abandono*. Além dos sofrimentos da pobreza, tiveram de enfrentar uma série de preconceitos cristalizados em instituições e leis, *feitas para estigmatizá-los como subcidadãos*, elementos sem direito a voz na sociedade brasileira. (Priore e Venâncio, 2010, p. 219-220. Grifos meus)

Se a abordagem dos autores possui o mérito de destacar as condições desiguais enfrentadas por descendentes de escravos em sua inserção em uma sociedade livre, por outro lado os apresenta como objetos passivos da providência do Estado, e não de sujeitos de sua própria História, já que sujeitos ao *abandono* por parte do mesmo – isto é, poderiam ter sido tutelados e não o foram. Ao caracterizá-los como subcidadãos, os autores não percebem a capacidade dos mesmos de agirem ativamente no sentido de busca dessa cidadania apresentada como obstaculizada.

Os camponeses negros da "*gente* da Felisberta" regularizaram a situação de sua propriedade frente ao imposto territorial sistematicamente ao longo da Primeira República. Essa prática pode ter sido vista como uma atividade extorsiva por parte dos governantes que, não há dúvidas, os onerava; contudo, representou também uma maneira de regularizar e comprovar a propriedade sobre a terra. Não foi por outro

motivo que esses papéis chegaram preservados por seus descendentes até os dias de hoje. Eram mais do que um recibo de uma taxa desagradavelmente quitada: eram também símbolos de uma busca por participação nos canais estatais e demonstrativos da propriedade da terra e da regularidade da mesma frente ao governo; por parte de homens, mas também de mulheres.

**Foto 8 – Guia de pagamento do imposto territorial de Felisberta Marques – 1909[66]**

Nº 119

Imposto 1$100
Multa $193
1$293

ESTADO Directoria PORTO ALEGRE

Divida activa de diversos impostos

A fls. 6 do livro respectivo fica lançada em receita a quantia de mil duzentos e noventa e tres reis

que pagou D. Felisberta Marques

proveniente do imposto territorial

do exercicio de 1909.

do 1.º 2.º semestre do exercicio de 1909

e para sua descarga, se lhe deu o presente conhecimento por nós assignado.

de de de 1911.

O Collector O escrivão

[66] Documento em poder de Aurora Inácia Marques da Silva.

Carvalho designou como *estadania* (Carvalho, 1987, p. 65). O caso por mim analisado, contudo, indica para uma participação efetivamente cidadã.

Essa é a razão pela qual me recuso a definir a República *em negativo*: busco *qualificá-la*, indagando-me acerca de *qual República foi*, o que ela pode ter representado para a família que estudo.[67] Não basta identificar a negação de direitos cidadãos; é fundamental, às avessas, indagar de que maneira as pessoas buscaram cidadania. Costa (2008) já fez isso ao constatar o afluxo de migrantes do Vale do Paraíba que recorreram aos registros civis em Nova Iguaçu.

O meio rural é caracterizado por Margarida de Souza Neves, em contraponto com uma urbanidade vertiginosa, com mudanças que se assemelham a "subidas, descidas, voltas e reviravoltas de uma montanha-russa estonteante", como um espaço de imobilidade.[68]

> Marasmo. E um tempo que parecia transcorrer tão lentamente que sua marcha inexorável mal era percebida. Assim, nas fazendas, nas vilas do interior e nos sertões do país, essa mesma virada do século seria percebida. Ali, nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na *inviolabilidade da vontade senhorial* dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo. Tudo parecia ser sempre igual, e o tempo, ao menos aparentemente, ainda seguia o ritmo da natureza (Neves, 2008, p. 15. Grifos originais)

A autora, acriticamente, transpôs à Primeira República a noção de *inviolabilidade da vontade senhorial* proposta por Chalhoub (2003) e, o que é mais grave, conferiu-lhe foros de prática social efetiva, enquanto esse autor demonstrou que essa *inviolabilidade* tinha um caráter ideal frequentemente contrariado no jogo relacional entre cativos e senhores. O quadro traçado para o pós-Abolição é, dessa maneira, curiosamente mais estático do que o que a historiografia acerca da escravidão tem traçado para o século XIX. Não obstante, cumpre notar que na "montanha-russa"

[67] Existem, hoje, trabalhos que apresentam um esforço para qualificar as características da República, em lugar de insistir em seu caráter excludente. No entanto, o último aspecto não é discutido ou criticado diretamente. Além disso, a maior parte da historiografia dedica-se ao meio urbano, não contemplando uma história social do espaço rural.

[68] Tal perspectiva é profundamente tributária do já clássico estudo de Victor Nunes Leal (1975, p. 251-253), que define o rural em função do isolamento, da rarefação do poder público, do que resultaria a manutenção dos trabalhadores da roça em "lamentável situação de incultura e abandono".

urbana dissocia-se *cidade* e *cidadania* enquanto novos estudos sobre o *marasmo* rural recuperem a busca por ela.[69]

***

Axt sublinhou que fazia parte do programa político do Partido Republicano Rio-grandense a substituição dos impostos de exportação e transmissão da propriedade pelo imposto territorial. Acreditavam os castilhistas que essa era uma maneira de desoneração fiscal da produção, e essa tornou-se, junto com o imposto de exportação, base da arrecadação do Estado (Axt, 2011). Do ponto de vista do autor, tratava-se de uma maneira do Estado castilhista-borgista aprofundar seu controle sobre a atividade econômica (Axt, 2011, p. 279). Ele demonstrou que os setores produtivos identificavam no imposto territorial um "gravame à propriedade imobiliária" (Axt, 2011, p. 141) e sua implementação contara com forte resistência de estancieiros, independente de colorações partidárias (Axt, 2011, p. 341).

O imposto territorial não gravou apenas os grandes pecuaristas, mas sobretudo os pequenos proprietários da região colonial (Axt, 2011, p. 342, 354). Poderíamos, porém, expandir essa conclusão para pequenos proprietários em geral, já que não apenas colonos italianos e alemães eram minifundiários no Rio Grande do Sul da virada do século XIX para o XX (Silva, 2004 e 2009). Axt, em suma, aponta que

> Destarte, através do imposto territorial, os governos do PRR transferiram recursos dos proprietários rurais e especialmente dos pequenos proprietários da região de colonização para os setores mercantil, financeiro e para os grandes exportadores. (Axt, 2011, p. 352)

Ao que indica a documentação em poder dos netos daquele casal, existiu uma taxação municipal sobre terras previamente àquela estabelecida por Castilhos, e que por um período coexistiu com ela. A família guarda uma guia de impostos da Intendência Municipal datada de 1899 no valor de dois mil-réis, e outra paga, também à municipalidade de Conceição do Arroio, no valor de dois mil e 500 réis, no ano de 1905. A última taxa obedecia às determinações de lei de 19 de dezembro de 1904.

[69] Novos estudos a respeito de movimentos sociais no meio urbano durante a Primeira República tem buscado romper com uma abordagem "espasmódica" e "reativa" dos mesmos, procurando descobrir suas motivações, a exemplo da Revolta da Vacina, estudada por Sidney Chalhoub (1996) e da revolta dos marinheiros de 1910, estudada por Álvaro Pereira do Nascimento (2008).

Infelizmente, não foi possível encontrar o texto daquela lei no Arquivo da Prefeitura de Osório, apenas o ato que a instituiu, do dia 20 de dezembro daquele ano.[70] Tampouco a localizei no fundo "Legislação", no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O acesso ao texto da lei seria importante porque existe, no Arquivo Histórico de Osório, um livro que registra os impostos pagos no município no ano de 1904, conforme a lei de 19 de dezembro. As taxas pagas são, invariavelmente, de 2$500 réis, como a de Manoel Inácio, ou de 5$000. Em lugar de apurar a extensão de cada propriedade e de cobrar o imposto cabível, a Intendência, grosseiramente, dividiu as posses em duas faixas e atribuiu às primeiras o valor venal de um conto de réis e às segundas o de 500 mil-réis, cobrando respectivamente, 5$000 e 2$500 réis de impostos.

Sem o texto da lei é impossível determinar o limite de extensão conferido às menores e às maiores propriedades, porém é evidente que tal modelo de taxação favorece aqueles cujas fazendas tivessem valor venal superior a um conto de réis – pois pagariam de acordo com um piso inferior – e prejudica os que possuíam terrenos de valor inferior a 500 mil-réis, por pagarem impostos conforme um teto superior. Como não se declarou a extensão dos terrenos, não se pode calcular a concentração de terras no município naquele momento. É possível, porém verificar a ampla predominância das pequenas propriedades: 1386 em 1736, ou 79,84%. Neste agregado estavam incluídos a maior parte dos familiares de Manoel Inácio que figuram dentre os pagantes de impostos, mas também há um seu meio-irmão, o mais velho e bem-sucedido dentre os Pastorinos, que chegou a figurar no extrato superior de faixas de terras.

**Quadro 4 – Contribuintes do imposto rural pertencentes à família de Manoel Inácio Marques (1904)[71]**

| Folha | Distrito | Número do registro | Nome | Valor dos bens | Importância a pagar |
|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 1 | 133 | Belizário Manoel de Oliveira[72] | 500$000 | 2$500 |
| 7 | 1 | 218 | Felipe Angélico[73] | 500$000 | 2$500 |
| 9 | 1 | 306 | Herculano Pastorino[74] | 1:000$000 | 5$000 |
| 14 | 1 | 497 | Luiz Eufrásio Marques[75] | 500$000 | 2$500 |
| 15 | 1 | 525 | Manuel Inácio | 500$000 | 2$500 |
| 18 | 1 | 641 | Romão Inácio Marques[76] | 500$000 | 2$500 |

[70] Ato n. 17 de 20 de dezembro de 1904 – APMO – Livro 1 de atos e leis.
[71] AHO – APASF, códice AM-05
[72] Filho ilegítimo de Manoel Inácio, conseguiu estabelecer-se como camponês independente apesar de sua condição de ilegitimidade.
[73] Irmão de Manoel Inácio.
[74] Meio-irmão de Manoel Inácio.
[75] Cunhado de Manoel Inácio, marido de sua meia-irmã Serafina e padrinho de sua filha Mercedes.
[76] Tio de Manoel Inácio, irmão de sua mãe Angélica Inácia, e seu sogro.

Por outro lado, o pagamento de impostos realizado por Manoel Inácio Marques não se restringiu ao registro no livro da Intendência, tendo sido a guia de pagamento conservada no corpo documental discutido no capítulo 1. Por quais motivos a família em questão manteve consigo os registros de pagamento de impostos?

Parece tratar-se de uma maneira de comprovar a posse sobre aquele terreno: sendo contribuintes para com os cofres públicos, seus direitos sobre o quinhão familiar restavam incontestes.[77] Não encontrei, no arquivo público municipal de Osório, nenhum novo registro de impostos rurais, a não ser o do exercício de 1904. Também os únicos registros de impostos municipais em seu poder referem-se aos exercícios de 1899 e 1905. É provável que essa fonte de arrecadação tenha sido subtraída às municipalidades com o imposto territorial estadual, instituído em 1902 e implementado em 1903 (Axt, 2011, p. 314, 340 e 407). A família guarda guias estaduais dos exercícios de 1904 e 1905, concomitantes ao imposto rural da intendência de Conceição do Arroio. Ao contrário do último, o valor pago ao governo estadual era proporcional à extensão em hectares do terreno[78] – 35, no caso de Manoel Inácio Osório Marques – e não em função de faixas de extensão arbitrariamente definidas. Após esse ano, temos uma longa série apenas de impostos estaduais, o que indica a extinção das taxas municipais.

Abarcando o período de 1904 a 1940, as guias de pagamentos de impostos conservadas possuem raras interrupções. Não necessariamente as guias disponíveis referem-se à totalidade do terreno, já que o pagamento de impostos foi fracionado – de uma forma diversa da apontada no testamento de Manoel Inácio – entre Felisberta, Angélica, Rosalina, Raquel, e Manoel Inácio Filho. Não se tem a totalidade das declarações de impostos por parte da mãe e dos diferentes filhos para cada ano mas, à exceção dos anos de 1906, 1910, 1919-1922, 1935 e 1940, de que não possuem guias, para cada ano há guias de pelo menos um declarante.

O ano em que o acervo documental em poder de dona Aurora conta com a declaração de impostos mais completa é 1914, pois se conservaram as guias em que

[77] Ana Rios (2007, p. 15) sublinhou a conotação política da aquisição de terras por parte de famílias libertas, já que essa implicava em uma "clara vontade de proteção legal e independência maior frente aos proprietários do que o corriqueiro arranjo de ocupações informais e submissão a redes clientelares". *Mutatis mutandi*, o mesmo raciocínio pode ser trazido ao exemplo da regularização da situação fundiária por meio do pagamento de impostos.

[78] Segundo o texto da lei: "[p. 7] Fica o Presidente do Estado auctorizado a: [p. 9] Artigo 5º - Cobrar o imposto sobre immoveis ruraes, na razão de 0,2% sobre o valor venal e 10 rs. por hectare, procedendo à respectiva lotação durante o primeiro semestre do exercicio e effectuando a arrecadação no segundo. § unico – Ao começar a arrecadação d'este imposto fica o Governo obrigado a abater das taxas de exportação, a seu juizo, o valor equivalente ao orçado para os immoveis ruraes." AHRS, Livro 0636 de Legislação.

Felisberta, Angélica, Rosalina e Raquel declararam posse sobre, respectivamente, onze, sete, quatro e quatro hectares.[79] Totalizando 26 hectares, os outros nove do total de 35 deveriam pertencer aos demais irmãos, que ou não pagaram impostos, ou suas vias se extraviaram. Esse retrato da distribuição, se não prática, ao menos formal do terreno em 1914, evidencia que o testamento de Manoel Inácio não impediu Felisberta de pagar impostos sobre um terreno no qual, como visto, ela deveria ter alguma autoridade. A partilha procedida, por outro lado, não foi letra morta, já que Angélica efetivamente tinha um quinhão superior aos demais irmãos. Felisberta pagou 19 das 41 guias em poder de suas netas – ou das 34 guias firmadas após a morte de Manoel Inácio – o que contrasta com a ideia de uma viúva despossuída e indica uma senhora ciosa da conservação e regularização da situação legal de um terreno do qual tinha usufruto, se não oficialmente, ao menos em termos práticos.

Como se lembrarão os leitores, a conservação de documentos, mesmo que não se soubesse lê-los, poderia ser útil *para quando deles necessitassem*. Mais do que o pagamento regular de impostos, o cuidadoso ato de guardá-los na esperança de comprovar a posse do terreno, em alguma eventualidade, é contrastiva com qualquer tentativa de perceber essa população alheia e marginal à atuação do Estado, do qual participavam segundo suas possibilidades. Ao fazerem-se contribuintes – e seria muito fácil não pagar os impostos –, faziam-se cidadãos. Apresento aqui apenas uma contribuição inicial para essa discussão, já que inspirada por um único – porém rico – corpo documental. Uma vez esboçada a relação desse campesinato negro com o Estado, apresentarei as relações estabelecidas por eles com os antigos senhores, com fazendeiros da região e entre si, a partir da análise de processos criminais.

### *Relações vicinais através de processos criminais: Primeira República*[80]

Agora, tenho como objetivo detalhar as condições de vida desse campesinato negro nas três primeiras décadas do século XX, analisando focos de tensões que os opunham entre si e a fazendeiros brancos da região. Não irei me ater, aqui, à "*gente* da Felisberta e do Manoel Inácio", já que foram pesquisados os processos criminais de Conceição do Arroio, município ao qual a Fazenda do Morro Alto pertencia, e

[79] Significamente, todas mulheres.

[80] Parte deste subcapítulo foi discutida no V Encontro de Pós-graduação em História Econômica/ III Conferência Internacional de História Econômica/V Encontro de Pós-graduação em História Econômica (Brasília, 2010), no X Encontro Estadual de História (Santa Maria, 2010) e no XIII Encontro Estadual de História (Chapecó, 2010). Uma versão preliminar foi publicada em Weimer (2011d).

selecionados os referentes a localidades englobadas por essa. A ênfase nos conflitos resulta de um esforço por colocar em perspectiva o caráter consensual das relações sociais possivelmente evocado pela ideia de comunidade.

No entanto, não acredito que o conflito e a violência sejam inerentes às relações sociais estabelecidas por homens livres pobres ou por qualquer tipo social específico.[81] Tenho ciência que se trata de características específicas da fonte documental utilizada, que merece ser adequadamente criticada. É evidente que toda sociedade equilibra-se entre dinâmicas de violência e de consenso. Minha proposta é verificar o que existe de violência dentro do aparente consenso – como realizado por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) – mas também o que processos violentos podem revelar e elucidar sobre vínculos solidários consensuais (Weimer, 2011c), bem como inscrever ambos nas relações sociais verticais e horizontais.

Da triagem realizada entre os processos criminais, resultaram sete documentos depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que abrangem os anos de 1901 a 1928, envolvendo o campesinato negro de Morro Alto. Os processos enfocam conflitos envolvendo usos de espaços de plantio, invasão e destruição de roças por animais pertencentes a vizinhos, a criação de crianças negras por fazendeiros brancos e o empréstimo de peças de vestuário entre vizinhos. Com os processos criminais, não se pretende fazer uma crônica policial de fatos pretéritos, e sim explorá-los no que podem evidenciar relações sociais então colocadas. Dos sete, escolhi três para discussão, que apresentam casos significativos e dizem respeito às relações sociais desse campesinato negro com fazendeiros ou entre si.

Sendo assim, além das localidades onde ocorreram os episódios, contribuiu para a identificação das peças documentais de interesse o nome dos indivíduos e famílias envolvidos. Uma vez que eu havia participado da pesquisa para reconhecimento de Morro Alto como "remanescente de quilombos" e mantive contato com a comunidade em questão no intervalo de uma década, não foi difícil, ao analisar a documentação escrita, identificar os personagens, ancestrais e ramos familiares a quem os entrevistados se remetiam.

[81] Como quer Franco: "ao passo que a pesquisa ia progredindo, a violência aparecia por toda parte, como um elemento constitutivo das relações mesmas que se visavam conhecer. Assim, não cabe a argüição de que a violência ressaltou porque esquadrinhei uma documentação especializada nela. O contrário é verdadeiro: foi a violência entranhada na realidade social que fez a documentação, nela especializada, expressiva e válida" (Franco, 1997, p.17). Discordo veementemente da perspectiva da autora.

***

Em janeiro de 1901, Tibério Marques da Silva foi acusado de lesionar gravemente um boi pertencente ao fazendeiro Bernardino Coelho da Costa,[82] amarrando-o e espancando-o. O último era fazendeiro no Faxinal do Morro Alto (Barcellos *et al.*, 2004, p. 138 e 364). Tibério era meio-irmão, por parte de mãe, de Belizário, mas ao contrário deste, que nasceu de ventre-livre, aquele era ex-escravo de Maria Bernarda Marques. Ele acabou por ser absolvido. Percebe-se como motivação para o episódio apontado o fato do boi recorrentemente invadir suas roças e estragar suas plantações. Vale lembrar que a presença de animais alheios estragando roças pertencentes a camponeses negros remete ao tempo da escravidão e da economia própria dos cativos (Guimarães, 2009, p. 36).

A invasão de roças por animais pertencentes a vizinhos surge como um problema recorrente no pós-Abolição – além dos casos que chegaram à Justiça, há prováveis episódios dessa natureza que não acarretaram em judicialização. Não se trata de um motivo fútil ou de menor importância para conflitos, considerando que a população camponesa oriunda do cativeiro tirava de suas plantações o sustento de suas famílias. Tanto é assim que a própria Justiça achou por bem não condenar aqueles que se insurgiram contra os danos provocados por animais pertencentes a vizinhos em suas próprias roças. Havia uma legitimidade tácita para aqueles que procuravam impedir tais prejuízos a suas plantações. Por outro lado, o processo criminal estudado aponta para outro aspecto importante: a influência tutelar dos antigos senhores. Afinal, a ascendência social dos seus "poderosos" ex-senhores Marques foi identificada, pela acusação, como um fator a pressionar para que aquele permanecesse impune.

O problema da destruição de roças de camponeses pela circulação de animais pertencentes a vizinhos decorria da inexistência de cercas que os mantivessem afastados. Trata-se de um problema típico de um momento em que os campos estavam indivisos. Nos processos crime apontados, a responsabilidade quanto a manter cercas foi discutida, de forma a inferir quem deveria responder pelos danos causados.

[82] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. De acordo com a memória local, Bernardino Coelho tinha apenas uma perna e era muito ruim com os negros (Chagas, 2005a, p. 173). Esses elementos apareceram em depoimento da senhora Eva Marques Correia. Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.

Quando apareceu o boi coberto de ferimentos, Tibério foi considerado o suspeito número um, em virtude de queixa realizada com Coelho da Costa, em setembro de 1900, sobre as destruições que seu boi estava provocando em suas plantações. Constatando que o animal entrava em sua roça, solicitou que ele fosse retirado para longe, ao que lhe responderam que ele levantasse e compusesse bem suas cercas.[83]

Verificou-se que suas cercas tinham apenas três palmos e meio de altura e estavam podres. A testemunha que vistoriou a cerca de Tibério relatou ainda que outro camponês negro da região – seu primo em segundo grau –, Ernesto Faustino, também tivera suas roças invadidas pelo referido boi, porém tal fato não se voltou a repetir, tendo em vista que ele ergueu as cercas necessárias para impedir tal fato.[84]

Do ponto de vista da acusação e de suas testemunhas, cabia aos camponeses erguer as suas cercas para impedir a destruição de suas roças pelo boi pertencente a Bernardino Coelho da Costa, e não a ele manter seu animal sob vigilância para que não prejudicasse a produção dos vizinhos. Se o boi de Coelho da Costa danificou a lavoura de Tibério Marques da Silva foi por desleixo do último, na medida em que seu primo tomou as medidas cabíveis e não voltou a enfrentar problemas da mesma ordem.

É compreensível a resistência de ambos em erguer as cercas. Fazê-lo significava estabelecer um limite para o espaço de cultivo ou de criação de animais. No caso de um ex-escravo, que sempre vivera na fazenda de seus senhores, os espaços de produção não estavam delimitados na antiga propriedade escravista, e ele seguia os ocupando em uma prática costumeira. Segundo Manoel Domingues Policano, "Perguntado se sabe que Tibério já foi escravo dos fazendeiros Marques do Morro Alto, e se ainda é peão ou empregado deles? Respondeu que Tibério foi escravo dos Marques e que atualmente mora em terras dos mesmos".[85]

Preservar os terrenos indivisos era uma questão de honra para Tibério, não apenas para a manutenção de seu espaço de produção, mas também para a preservação dos padrões de ocupação do solo em que fora socializado. E, ainda, de lealdade em relação aos fazendeiros Marques, em nome de quem se fazia presente naquele território. Em verdade, tratava-se de um exercício de negociação, já que, se Tibério dependia da

[83] APERS, CCC – CA, estante 114b, Caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Denúncia, f. 4.
[84] APERS, CCC – CA, estante 114b, Caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Manoel Jacinto Alves, f. 18.
[85] APERS, CCC – CA, estante 114b, Caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Manoel Domingues Policano, f. 27.

autorização dos ex- senhores para ali permanecer, esses dependiam de sua presença para manter sua posse nominal sobre aquele território. Aponta-se a concessão por parte dos ex-senhores, doações ou aquisições de terra como veículos para a presença de um campesinato negro oriundo do cativeiro na região do Morro Alto (Barcellos *et al.*, 2004, p. 135-154).

No fim das contas, indícios de violação nas cercas de Tibério foram utilizados como um argumento a favor de sua autoria dos ferimentos no animal. Tanto defesa quanto acusação igualaram "ter as roças invadidas" e "ter agredido o boi de Bernardino". A primeira sustentava que não havia indícios de arrombamento de sua cerca por animal algum e, portanto, ele era inocente[86]. Segundo a acusação, apenas as roças de Tibério tinham sido invadidas, o que o culpabilizaria.[87] Em comum às argumentações, à primeira vista opostas, estava o reconhecimento da invasão das roças por um animal estranho como motivo suficiente para as agressões, seja negando-a ou afirmando-a.

A vigilância sobre animais pertencentes a vizinhos emerge como um problema mesmo em situações não conflituosas. Convinha estar de olho nas próprias roças a fim de que elas não fossem prejudicadas por animais de vizinhos diante da ausência de cercas. Em outras palavras, mesmo quando não presentes, desentendimentos por tais motivos eram latentes.

No processo de Tibério Marques da Silva, há notícias de duas testemunhas que tiveram suas lavouras prejudicadas pelo boi de Coelho da Costa. Embora não tenham tido a iniciativa do acusado, Ernesto Faustino e Manoel Domingues Policano também tiveram problemas com aquele animal. O primeiro era inimizado com Coelho da Costa, de forma que também foi suspeito de ter praticado os ferimentos. É possível que essa inimizade se devesse ao fato de que, quando invadia as roças de Tibério, o boi passasse para as de Ernesto, fato que teve fim quando ele ergueu sua cerca.[88]

---

[86] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Peça de Demétrio Ferreira dos Anjos, advogado de defesa, f. 46.

[87] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Peça de José Vieira Barcellos, procurador do queixoso, f. 41.

[88] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Manoel Jacinto Alves, f. 18.

Já Manoel Domingues Policano relatou que vira o animal ferido porque seu filho Domingos foi enxotar o boi para fora de suas roças e o vira machucado.[89] Policano necessitava estar permanentemente atento para mobilizar seus familiares a afugentar o boi, como descreveu em seu depoimento. Sendo assim, mesmo quando não decorria um conflito direto com o proprietário do animal, a ausência de cercas implicava na vigilância permanente para que as roças não fossem destruídas.

O mesmo pode ser visto em outro processo criminal, em que Manoel José de Souza foi processado por tentar matar o "preto velho" Delfino, "fâmulo" de Bernardina Dias Sobrinha, em setembro de 1908. Um cachorro teria latido quando Manoel José de Souza invadiu seu terreno para agredir Delfino. Sem saber o que era, a proprietária "julgando ser gado que tivesse entrado sua roça mandou a irmã Rosa ver do que se tratava".[90] Dessa forma, gado alheio penetrando nas lavouras próprias afigurava-se como uma ameaça constante/cotidiana, em relação à qual cabia permanecer atento.

Não podemos contar com o depoimento de Tibério Marques da Silva, no processo que foi movido contra ele, porque no momento em que foi citado se encontrava em lugar incerto e não sabido.[91] Segundo a testemunha Manoel Jacinto Alves, Tibério evadiu-se de sua casa de moradia quando foi feito o auto de corpo de delito no animal, partindo para Cima da Serra. Conforme o mesmo depoente, o fizera acompanhando, na condição de peão, seus antigos senhores, que em São Francisco de Paula de Cima da Serra possuíam fazenda.[92] Outra testemunha confirmou que Tibério se refugiara no município vizinho ao terem início as diligências policiais.[93] Era comum que proprietários de terra tivessem fazendas tanto no município litorâneo como no serrano, bem como o trânsito de seus cativos e ex-cativos entre ambos os espaços. Essa prática habitual foi utilizada no sentido de evadir-se às malhas da Justiça, o que, de

---

[89] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Manoel Domingues Policano, f. 27.

[90] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0284, auto 670, ano de 1909. Processo Crime: réu – Manoel José de Souza, ofendido – Delfino. Depoimento de Bernardina Dias Sobrinha, f. 21.

[91] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Edital de citação de Tibério Marques da Silva em 26/1/1901, f. 11.

[92] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Manoel Jacinto Alves, f. 18.

[93] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Cipriano Leandro Corrêa, f. 22.

resto, também não era de todo incomum, considerando que São Francisco de Paula constituía um espaço tradicional de refúgio (Weimer, 2008a).

Isso foi suficiente, porém, para que a acusação afirmasse que Tibério estava sendo acobertado por seus ex-senhores Marques, que estariam pressionando para que ele permanecesse impune. Na peça que apresentou ao juiz, o advogado de acusação sustentava que os depoimentos das testemunhas apontadas pela defesa estariam distorcidos pela ascendência dos Marques sobre os depoentes.[94] Seria o caso, por exemplo, da testemunha Ernesto Faustino, ele, como Tibério Marques da Silva, ex-escravo de Maria Bernarda Marques. Ernesto Faustino teria declarado diante das testemunhas Manoel Jacinto Alves, José Nunes da Silveira e Cipriano Leandro Corrêa que Tibério Marques da Silva ter-lhe-ia confessado ter feito os ferimentos no boi de Bernardino Coelho da Costa.[95] Em juízo, no entanto, Ernesto Faustino negou ter feito semelhante afirmação.[96] Procedeu-se a uma acareação entre as testemunhas, mas de nada adiantou pois todos sustentaram seus pontos de vista.[97]

Também o depoimento de Manoel Domingues Policano foi posto sob suspeição, na medida em que afirmava ter ouvido gritos e alaridos vindos da roça de Tibério, porém não sabia se tal fato ocorrera no dia em que o boi fora encontrado ferido, e o atribuía a uma rês com cria de que o acusado andava atrás.[98] Segundo a acusação,

> Esta testemunha porém, influenciada, como a 5ª [Ernesto Faustino], pelo poderio dos Marques, procurou sofismar o caso, atribuindo-o a uma rês com cria de que Tibério andava atrás. Ora, nem Tibério, nem seu companheiro andavam tocando rês alguma, nem disseram a ele testemunha que iam procurar.[99]

---

[94] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Peça de José Vieira Barcellos, procurador do queixoso, f. 41.

[95] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Manoel Jacinto Alves, f. 18; Depoimento de José Nunes da Silveira, f. 20v; Depoimento de Cipriano Leandro Corrêa, f. 22.

[96] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Ernesto Faustino da Silva, f. 30.

[97] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Termo de confrontação das testemunhas, f. 39.

[98] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, Ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Depoimento de Manoel Domingues Policano, f. 27.

[99] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Peça de José Vieira Barcellos, procurador do queixoso, f. 41.

Em verdade, os Marques são os grandes ausentes no processo. Não foram chamados a depor em juízo. Sua sombra, sua presença invisível, porém, parecia – ou assim argumentava a acusação – suficiente para distorcer o caso em prol da absolvição do réu. Nos interrogatórios, ganha destaque a pergunta de se Tibério havia sido escravo dos Marques. Tal questionamento é incomum, feito de forma tão direta, em processos criminais do pós-Abolição. A "ética do silêncio" fazia com que fosse de mau tom lembrar a um determinado indivíduo o seu passado escravo, e mesmo a "cor" que pudesse servir como um indício de tal origem (Mattos, 1998, 2000, 2004 e 2005b). No entanto, nesse caso, esse aspecto foi considerado decisivo para elucidar as condições em que ocorreram o crime e os possíveis constrangimentos que poderiam estar sendo enfrentados pelas testemunhas.

Tibério Marques da Silva, por sua vez, também acionou, a seu favor, os vínculos que o ligavam à família Marques – expressos, ademais, pelo seu próprio sobrenome, herdado aos antigos senhores (ver capítulo 5). À sua defesa, assinada pelo advogado Demétrio Ferreira dos Anjos, anexou-se um "atestado de bom comportamento", no qual notáveis locais atestavam e juravam "que Tibério Marques da Silva é incapaz de praticar um ato que possa manchar a sua reputação de homem de bem, honesto e trabalhador, isto afirmamos pelo muito conhecimento que do mesmo temos". O documento vinha assinado por seis indivíduos, a maior parte dos quais com patentes militares, e metade deles pertencentes à família Marques.[100]

Mais do que uma relação de dependência, percebe-se aqui uma negociação entre antigos senhores e antigos escravos. Havia troca, ainda que desigual. Ao ocupar aquele território a título dos Marques, Tibério Marques da Silva garantia a posse nominal pelos antigos senhores, que há muito privilegiavam suas propriedades em Cima da Serra (Barcellos *et al.*, 2004, p. 126-127), mas também viabilizava para si um lugar para tirar o sustento dos seus. Se os Marques contavam com ele como peão e dependente, ele podia contar com seu apoio em um momento de complicações com a Justiça.

Os contratos de trabalho no período pós-Abolição não eram pacíficos e harmônicos. Os relatos colhidos junto aos camponeses negros da região Sudeste por Ana Rios – e também pela equipe de Daisy Barcellos, junto aos camponeses negros de

[100] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. Atestado de bom comportamento de Tibério Marques da Silva, f. 48. Os signatários são: Tenente Coronel Manoel Marques da Rosa; Alferes Antônio José Ribeiro; Major Manoel Marques da Silveira; Coronel Silvério da Silva Esteves; Fazendeiro Manoel Machado Marques; Tenente Francisco da Costa Morais.

Morro Alto – são pródigos em episódios de despejos, instabilidade, rompimento de acordos verbais, incêndios, punições físicas e humilhações. Ter suas roças destruídas por animais alheios é um pequeno exemplo. Rios observou que as expulsões e a destruição de colheitas suscitaram queixas mais contundentes do que a obrigatoriedade por permanecer nas fazendas por dívidas (Rios, 2005b, p. 247). Como destaca,

> Esses episódios de violência e exploração no meio rural por que passaram alguns descendentes de libertos, não aparecem neste texto para reforçar a idéia de que nada mudou com o fim da escravidão. Ao contrário, estão aqui para mostrar uma das muitas faces da mudança. Eles apontam para todo um espectro violento, sim, mas num contexto de fixação das novas regras, que veio a reger o estabelecimento dos acordos de trabalho no meio rural do Sudeste e no Vale do Paraíba, em especial (Rios, 2005b, p. 237-238).

Rios observou ainda que nem todos os camponeses negros padeceram de situações de violência tão extremada. Alguns conseguiram concretizar um projeto camponês, de produção relativamente autônoma. Percebem-se margens diferentes de tolerância e flexibilidade, por parte de fazendeiros, em relação a parcelas da população (Rios, 2005b, p. 249). Eu acrescentaria que a proximidade ocasionada pela condição de ex-escravo poderia influir nessa tolerância diferenciada.[101]

> Conseguir um espaço para a roça e mantê-lo, com suas possibilidades de trabalho em família, produção, relativa independência e toda a dimensão de realização pessoal que ela possibilitava foi uma ambição constante. Essa ambição, ou projeto, foi o centro em torno do qual se estruturaram as estratégias de negociação e de fixação das normas de contrato, bem como a amplitude do que seria contemplado por esses contratos, sobre os quais a parte menos importante e, ao mesmo tempo, a mais bem documentada, é o salário (Rios, 2005b, p. 243).

A família de Tibério Marques da Silva conseguiu concretizar seu acesso à terra de forma aparentemente satisfatória e bem-sucedida, de tal forma que se encontra ali presente ainda nos dias de hoje[102] – possuindo, na atualidade, títulos de propriedade, provavelmente mediante venda realizada pelos antigos senhores. Se em 1901, Tibério se complicava na justiça devido ao boi pertencente a Coelho da Costa, ocasião em que figurava como um agregado dependente da família Marques, no intervalo de três anos conseguiu firmar-se como um produtor autônomo de alimentos: na lista de contribuintes

[101] A percepção de "cor" também poderia interferir nas diferentes suscetibilidades de fazendeiros brancos.
[102] Entrevistei, nos últimos dez anos, um filho, um sobrinho e duas sobrinhas de Tibério José da Silva.

do município de Conceição do Arroio de 1904, figura Tibério José da Silva[103] como pagante de 2$500 réis sobre terras no valor venal de 500$000.[104]

Cabia-lhe conservar tal propriedade antes de questionar o poderio de seus patronos – afinal, existiam outros, bastante próximos a eles, em situação bastante pior. É necessário ressalvar, ainda, que se ter um terreno próprio ampliava a margem de autonomia, é de supor que nem isso fosse suficiente para torná-los isentos, em um primeiro momento, da ascendência da família Marques.

As roças de Tibério foram invadidas pelo boi de um grande proprietário, portanto, de alguém intocável para ele, caso não quisesse sofrer conseqüências graves. Na impossibilidade de surrar Bernardino, o fez metaforicamente, descontando em seu boi, afinal, o veículo da destruição de suas roças. Para se manter a salvo de represálias, apelou aos vínculos com os Marques, evadindo-se temporariamente para Cima da Serra, enquanto a Polícia e a Justiça investigavam o caso.

Por outro lado, o réu foi inocentado, e as denúncias do queixoso ficaram por isso mesmo. Parecia haver, como já se afirmou, um reconhecimento tácito da legitimidade dos camponeses desejosos de cultivar seus alimentos sem a interferência destrutiva dos animais pertencentes a vizinhos, para além da ascendência dos "poderosos Marques", como queria fazer crer a acusação do processo de Tibério Marques da Silva.

***

Em 1904, Bibiano Fortes pagou 2$500 réis em impostos à municipalidade por terrenos que possuía no primeiro distrito de Conceição do Arroio, na mesma ocasião em que Manoel Inácio e os seus o fizeram. No mesmo ano, seus filhos André Marcelino Fortes e Anacleto Marcelino Fortes eram proprietários de terras no mesmo distrito e pagaram por elas o mesmo valor em taxas, cada um.[105] No ano seguinte, Bibiano Felizardo Fortes pagou, novamente à administração municipal, a quantia de 10$000,

[103] É importante observar que ao se estabelecer como produtor de alimentos autônomo, Tibério abandonou o sobrenome dos antigos senhores. Como seu irmão é lembrado em Morro Alto como Vicente José da Silva e o nome paterno ou materno é comumente utilizado como *tecnonímico* (ver capítulo 5) na localidade, infere-se que Vicente e Tibério adotaram o nome de um pai de nome "José". A respeito, ver discussão no capítulo 5.

[104] AHO – APASF, códice AM-05 - Lançamento dos impostos de pessoas e estradas exercício de 1904, Lançamento dos contribuintes sujeitos ao imposto rural decretado pela lei n. 9 de 19 de dezembro de 1904, folha 20, contribuinte número 683.

[105] AHO – APASF, códice AM-05 - Lançamento dos contribuintes sujeitos ao imposto rural de 1904, folhas 4 e 1, contribuintes números 130, 26 e 27.

referente a uma atafona, na qual deveria produzir farinha.[106] São exemplos de um campesinato negro oriundo do cativeiro, já que todos eles haviam sido escravos da família Marques, da Fazenda do Morro Alto. Bibiano nasceu em 4 de setembro de 1849, filho da escrava Felizarda, de Manuel Antônio Marques. Seus filhos nasceram de ventre-livre: Cipriana em 8 de outubro de 1872, André em 14 de outubro de 1873 e Anacleto em 13 de junho de 1878, todos filhos da escrava Marcelina, de Maria Bernarda Marques.[107]

Os lançamentos de impostos municipais não esclarecem a localidade dos terrenos da família Fortes, porém no mesmo códice estão apontados os impostos de estradas de 1908, com a indicação da localidade dos contribuintes. Por alguma razão, os filhos de Bibiano foram registrados duas vezes, desconhecendo-se se ocorreu um erro ou se pagaram dupla taxação. Em ambos os casos, pagaram o valor do imposto, 3$000, em serviços.[108] No primeiro registro consta a localidade do Borba e no segundo, de Morro Alto, como moradia dos irmãos. É possível que eles possuíssem mais de uma casa, mas mais provável é que quem tomou nota dos impostos tenha adotado critérios distintos ao registrar os Fortes, já que o Borba é uma planície à beira da Lagoa do Ramalhete que se encontra englobada pela denominação mais ampla da região como Morro Alto.

Em 1915, por falecimento de Bibiano Felizardo Fortes, suas terras nos locais chamados Ribeirão e Borba e sua casa foram partilhadas entre sua viúva, D. Marcelina Cristina Marques, e entre seus filhos André, Anacleto e Cipriana. Em 1923, por ocasião do falecimento da mãe, os filhos concluíram a partilha, dividindo igualmente um terreno de faxinas, campos e banhados de 110m de frente no Borba e 34 hectares no Ribeirão.[109]

Os terrenos herdados pelos filhos, no entanto, permaneceram indivisos. Embora tenham recebido avaliação monetária – 1:200$000 para os terrenos no Borba, 400$000

---

[106] AHO – APASF, códice AM-06 - Lançamento dos contribuintes sujeitos aos impostos de indústrias e profissões, locomoção terrestre e marítima e pescaria, - exercício de 1905, f. 2.

[107] Batismo de Bibiano, IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 23, ano de 1849; batismo de Cipriana, IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 15, ano de 1872; batismo de André, IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 31v, ano de 1875; batismo de Anacleto, IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 60, ano de 1878.

[108] APASF, códice Administração Municipal (AM) 05 - Lançamento do imposto de "estrada" de 1908, folhas 61 e 63, contribuintes números 400, 401, 452 e 453. Era comum ao campesinato negro da região pagar os impostos de estradas através de sua mão-de-obra.

[109] Documento pertencente à família Fortes, reproduzido em Barcellos *et al.*, 2004, p. 474.

para os do Ribeirão, do que resulta 400$000 e 133$333 para cada herdeiro –, a partilha amigável não conta com uma delimitação da extensão do terreno dividido, muito menos do quinhão que cabia a cada herdeiro. No processo de 1928 no qual Eliza Luiza Marques – esposa de Anacleto – foi agredida por André e seu filho José Fortes, José Luiz Fortes, filho da agredida, relatou que havia cerca de cem braças entre a casa de seu pai e a dos denunciados.[110] Já Pedro Cipriano da Rosa, sobrinho da ofendida e de um denunciado, relatou residir a 80 braças de André Marcelino Fortes.[111] Temos, portanto, que não obstante a partilha, os irmãos seguiam nucleados em um raio de 100 braças[112] mesmo cinco anos após o falecimento de sua mãe Marcelina.[113]

Trata-se de uma dimensão próxima para o desenvolvimento de atividades produtivas, e não é à toa que cinco anos após a morte de sua mãe emergiu o conflito. Em verdade, exacerbou-se, dado que, questionado sobre a existência de desavenças entre as famílias, Manoel Cipriano da Rosa afirmou que "sabe serem intrigadas, há um ano e meio mais ou menos e a causa é motivada por questão de roça".[114] Compartilhando o mesmo espaço, surgiram disputas quanto à forma de utilizá-lo, que se concretizaram nas agressões sofridas por Eliza Luiza Marques.[115]

Examinemos mais detidamente as circunstâncias, descritas de forma confusa, como em qualquer processo criminal, do ataque sofrido por Eliza. Segundo a vítima, ela mandou três de seus filhos menores recolherem porcos que se tinham alojado nas roças do tio. Eles teriam voltado chorando, pois além de terem sido impedidos de levar os animais, foram ameaçados de espancamento por André Marcelino Fortes e por José Fortes. Eliza teria então mandado dois filhos, maiores, de nomes Luiz e João, buscarem os porcos, tendo sido igualmente repelidos. Segundo seu relato, ainda, os rapazes responderam:

---

[110] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, auto 786, ano de 1928. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques. Depoimento de José Luiz Fortes, f. 34.

[111] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, Auto 786, ano de 1928. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques. Depoimento de Pedro Cipriano da Rosa, f. 37.

[112] Aproximadamente 220 metros.

[113] Müller (2006, p. 262) vincula a inexistência de cercas no Borba a um compartilhamento de "um sentimento de pertença a um território de origem, ter consciência de uma terra de onde se parte rumo ao mundo".

[114] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, Auto 786. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques. Depoimento de Manoel Cipriano da Rosa, f. 32.

[115] Em um contexto distinto, o de uma propriedade cafeicultora no sudeste escravista, Guimarães demonstrou os conflitos potenciais em terrenos indivisos, no caso de uma sociedade entre dois irmãos em que a divisão dos terrenos foi deixada para o formal de partilha (Guimarães, 2009, cap. 5 e 6).

> nós levemos [sic] os porcos porque são nosso [sic], então André saltou de porrete e seu filho José puxou pela faca e um porrete dando porretadas e facadas sobre seus filhos. Elisia observou, então, a José: tu deixa os meus filhos tirar os porcos porque são meus e não são teus; então tu queres matar os meus filhos? Ordenando que os menores tocassem os porcos André e José Fortes agrediram novamente a ela depoente e seus filhos, esbordoando-a; neste ínterim chegou um filho da depoente, de nome José Luiz Marques, digo, José Luiz Fortes e disse aos agressores: então querem [8v] matar minha mãe? Ao que José filho de André respondeu eu dei foi para matar esta égua [sic] e podes procurar as autoridades que quiseres.[116]

A versão dos acusados difere. Ao que relata José Fortes, os filhos de Eliza foram recolher os porcos armados de porrete, aos brados de "venha cá filha da puta [sic] queremos te mostrar". Em seu relato, portanto, invertem-se os pólos da agressão e ele torna-se vítima, tendo apenas se defendido do ataque de seus primos.[117] Nos depoimentos de André Marcelino e José Fortes à Justiça a dimensão dessa agressão amplia-se, já que também o marido de Eliza, Anacleto Bibiano, teria participado, após insultos de "filho da puta [sic] e baiano [sic]".[118] Há indícios de premeditação, pois segundo alegou André e foi confirmado pela testemunha Florêncio Domiciano da Silva,[119] alguns dias antes, Florêncio encontrou-se com Anacleto pela estrada e este ter-lhe-ia dito que tinha um relho para as costas de André.[120]

Independente da versão de André Marcelino Fortes ter-se conseguido impor como verdadeira, aos olhos dos julgadores de então – ele e seu filho foram absolvidos, evidenciando um reconhecimento tácito da legitimidade dos que buscavam proteger suas roças da investida de animais de outrem –, e independente da responsabilidade pela agressão, que é inacessível *a posteriori*, a motivação é comum em ambas as visões.

---

[116] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, auto 786, ano de 1928. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques.Depoimento de Eliza Luiza Marques à Polícia, f. 8-8v.

[117] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, auto 786, ano de 1928. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques.Depoimento de José Fortes à Polícia, f. 8v.

[118] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, auto 786, ano de 1928. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques.Interrogatórios a André Marcelino Fortes e José Fortes, f. 22-24v. Baiano, no Rio Grande do Sul de inícios do século XX, era considerado um insulto.

[119] Florêncio Domiciano era sobrinho de Ernesto Faustino, depoente no processo criminal de Tibério Marques da Silva. Isso reforça o âmbito familiar e comunitário em que tais conflitos se davam. Trata-se de uma comunidade onde "todo mundo é parente" e na qual os conflitos e os laços comunitários eram mediados pelo idioma do parentesco (Barcellos *et al.*, 2004).

[120] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, auto 786, ano de 1928. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques.Depoimento de Florêncio Domiciano da Silva, f. 36.

Estava em jogo o acesso de vizinhos aparentados às roças invadidas pelos animais pertencentes a Anacleto e seus familiares.

A recusa da "*gente* de André Marcelino" em permitir que a família de Eliza retirasse seus porcos – ou a pressuposição dessa recusa, ao ponto de buscá-los armados com porretes – evidencia uma disputa espacial em terrenos indivisos. A fala de Eliza de que os suínos "são meus e não são teus" demonstra que a posse sobre os animais foi colocada em questão. Uma vez que não tinham capacidade de controlar o trânsito de seus bichos sobre as roças de seus vizinhos, o seu pertencimento foi posto em dúvida. E mais: a *indivisão* de terrenos para fins de herança, verificada também, como vimos, entre a "*gente* da Felisberta", não necessariamente acarretava em uma convivência pacífica e harmônica, podendo ir parar nos tribunais.

***

Em janeiro de 1919, a tragédia abateu-se sobre o Faxinal do Morro Alto. Enquanto Manoel Gomes da Rosa, 14 anos, brincava com Francisco Plácido da Silva, de 14 a 15 anos, acabou por manusear uma espingarda que havia sido esquecida, carregada, em casa, por Tomé Florêncio da Silva. A arma disparou e atingiu o segundo garoto, que veio a falecer.[121] Júlio Cesário da Rosa (ou "o crioulo Júlio", segundo a testemunha José Joaquim de Souza[122]) ainda tentou acudir o rapaz ("o mulatinho Francisco", conforme o mesmo depoente), mas isso não foi suficiente para salvar sua vida. A maior parte das testemunhas sustentou ter sido o incidente acidental, destacando os laços de amizade entre autor e vítima. Segundo o próprio réu no processo:

> Era amigo de Francisco, que andando embarcado com Tomé, chegou em casa deste, vindos de Tramandaí, que sempre que ali parava, *era Francisco seu companheiro com quem dormia e brincava*, que naquele dia depois de *deixar os brinquedos de recolher os terneiros* foi para a casa de Tomé seu tio, padrinho e patrão, onde com pequena demora chegou Francisco que ia para pousar junto.[123]

[121] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0288, auto 730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva.
[122] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0288, auto 730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva. Depoimento de José Joaquim de Souza.
[123] APERS, CCC – CA, Estante 114b, caixa 027.0288, auto 730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva. Depoimento de Manoel Gomes da Rosa. Grifos meus.

Francisco era filho de criação de Bernardino Coelho da Costa, o mesmo cujo boi fora pomo da discórdia com Tibério Marques da Silva. O garoto, que sequer possuía registro de nascimento, com ele encontrava-se desde a idade de um ano.[124] O processo, nos meandros da investigação das condições em que se dera o crime e nos posicionamentos tomados pelas testemunhas oferece indicativos sobre as relações sociais envolvidas no ato de criar crianças negras por parte de fazendeiros brancos. O excerto supracitado do depoimento de Manoel demonstra que a criação não deixava de ser uma relação laboral, já que ao menor cabia recolher terneiros e outras lides pastoris. É importante observar, contudo, que em seu depoimento a mesma atividade adquiria dimensão de brinquedo, isto é, era uma atividade economicamente produtiva, mas que possuía um aspecto lúdico compartilhado pelos rapazes.

Cumpre destacar que o trabalho desde a mais tenra idade não era prerrogativa dos filhos de criação. Desde os tempos do cativeiro, passando pelos filhos de camponeses negros (a exemplo dos filhos menores de Eliza Luiza Marques que foram buscar os porcos, no processo já discutido), o trabalho infantil era um meio de aprendizado das atividades rurais. Em um circuito de reciprocidade, tratava-se de uma retribuição pelos esforços para sua criação.

Tal aspecto, é claro, não oblitera o fato de seu trabalho não ser remunerado nem o fato dos filhos de criação negros estarem em uma posição subalterna em relação aos filhos legítimos de fazendeiros brancos. Entendo que a ideia de reciprocidade não se contrapõe à perspectiva de hierarquia, dominação e exploração. Trata-se, por outro lado, de perceber de que maneiras os dominados, em uma sociedade assimétrica, transitavam nos circuitos sociais disponíveis, objetivando obter o melhor para suas vidas e para a de seus filhos, seja por meio do confronto, seja através da negociação.

Ser criado por um fazendeiro branco não representava a ruptura dos laços com a família biológica. Seu irmão, Venâncio Plácido da Silva, lavrador, 36 anos de idade, residia na Várzea do Morro Alto. Embora tenha afirmado que residia distante da casa onde se deu o fato e só tenha sabido do ocorrido três dias depois, o próprio fato de ter sido avisado, por Tomé Florêncio da Silva, da morte do irmão, de residir na mesma localidade e de ter sido considerado uma testemunha digna de ser inquirida demonstram que os vínculos familiares não se dissolviam a partir da criação por outrem. Dessa

[124] APERS, CCC – CA, Estante 114b, caixa 027.0288, auto 730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva. Depoimento de Bernardino Coelho da Costa.

maneira, dar os filhos em criação ampliava os laços sociais disponíveis à criança, ao contrário de substituí-los.

Diversos trabalhos têm assinalado o interesse de mães por darem seus filhos, ingênuos ou livres, em criação quando sua própria sobrevivência, por uma situação de extrema pauperização, via-se ameaçada (Barcellos, 1996, Alaniz, 1997, p. 73 e 81, Papali, 2003, p. 132, Weimer, 2008a, p. 121, Perussatto, 2010a). Embora a maioria desses estudos tenha enfocado os anos finais do escravismo, em particular, a situação das crianças nascidas a partir da lei do ventre-livre, acredito que suas conclusões sejam extensivas ao período pós-Abolição. Dar um filho em criação podia afigurar-se uma alternativa palpável sobretudo por existir a possibilidade de com ele manter contato, como no caso de Francisco Plácido da Silva.[125]

O irmão da vítima afirmou não conhecer detalhes a respeito do caso. A maior parte das testemunhas, porém, acreditava tratar-se de acidente, devido à amizade notória entre os envolvidos. Uma exceção é justamente seu pai de criação. Bernardino Coelho da Costa acreditava "de si para si" que a morte ocorrera porque os dois rapazes se duvidaram. Em seu depoimento, aos costumes[126] respondeu ser pai de criação da vítima "e que não é amigo nem inimigo da família do denunciado, porém não se dá com eles, porque lhe pediram uma morada e ela testemunha não acedeu ao pedido".[127]

Conforme explicitado anteriormente, a população negra no pós-Abolição alimentava a aspiração de acesso à terra, para a autonomia e o sustento familiar (Rios, 2005b, p. 243). Tal "projeto camponês" era almejado inclusive por aqueles que não conseguiam adquirir terras próprias, e estabelecer "casa de morada" nas terras de um fazendeiro era uma alternativa possível. Ora, se a negação de ceder um local para morar, plantar e colher era tomada como justificativa suficiente para "não se dar", é de crer que

[125] No entanto, Marcelo Moura Mello (2012, p. 211, 217-220, 232) propôs, amparado nos depoimentos por ele ouvidos, uma leitura alternativa. Segundo o autor, há que diferenciar *cria* e *filhos de criação*. Aos primeiros era vedado o acesso à escolarização e reservado o trabalho braçal, sendo, por isso, uma situação associada pelos entrevistados à escravidão. Sem desrespeitar a percepção êmica – coisa que também procuro fazer ao discutir a representação do período desprovido de direitos trabalhistas como "tipo dos escravos" (ver capítulo 6) – há que sublinhar o pós-Abolição como um período em que estavam em jogo disputas para estabelecer novos parâmetros de relações sociais, e não como uma continuidade do período escravocrata, como fazem Cooper, Holt e Scott (2005). Assim sendo, "dar" o filho em criação podia ser uma estratégia palpável para viabilizar a sobrevivência e ampliar redes de relações sociais, ainda que lembrado como uma prática escravista.

[126] Aos costumes é um rito judiciário no qual a parte depoente é chamada a explicitar seus vínculos, positivos ou negativos, com os réus e as vítimas, a fim de evidenciar a possível parcialidade de seu testemunho.

[127] APERS, CCC – CA, Estante 114b, caixa 027.0288, auto 730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva. Depoimento de Bernardino Coelho da Costa.

conforme as noções de justiça[128] do campesinato negro da região fosse imperativo ao fazendeiro cedê-la. Ter quebrada essa expectativa, aos olhos de Bernardino Coelho da Costa, era suficiente para levar ao assassinato de seu filho de criação, ou ao menos ele julgava que isso seria plausível para os tribunais.

É compreensível que Coelho da Costa visse com desconfiança o fato ocorrido, sobretudo vindo daqueles com quem "não se dava". A par da afeição que certamente nutria por um rapaz que com ele se criara desde a mais tenra idade, perdia um cliente, um dependente, um trabalhador, um criado em lides agrárias. Em suma, a morte do garoto colocava em questão seu poderio, mais ou menos como a surra de Tibério em seu boi. Bernardino, ainda, censurou a Tomé Florêncio da Silva ter deixado uma arma carregada ao alcance de dois rapazes. Acredito que a autoridade de fazendeiro desafiada por aquela circunstância não se opõe, mas se sobrepõe ao seu afeto de pai de criação. Ele foi categórico ao manifestar-se pela intencionalidade do crime, quando seu irmão biológico afirmava desconhecer suas circunstâncias.

A versão de Bernardino Coelho da Costa não vingou, e Manoel Gomes da Rosa foi absolvido das acusações a ele feitas. Aparentemente, na apuração dos fatos ocorridos, pesou o fato de, ao ser interrogado, o réu ter demonstrado "bastante abatimento moral, custando a responder ao que eu lhe perguntava".[129] Suas próprias dificuldades para lidar com a situação de ter matado um amigo, a par dos depoimentos da maior parte das testemunhas, foram suficientes para inocentá-lo do dolo que Coelho da Costa lhe pretendia atribuir.

***

Os processos criminais analisados abarcam algumas situações vividas pelo campesinato negro no pós-Abolição e oferecem uma visão panorâmica de suas condições de vida. Contudo, há uma perspectiva comum que norteia a análise dos processos em questão: a desconstrução de uma ideia de um campesinato negro passivo e dependente de grandes proprietários. Se na escravidão se negociava e se barganhava

[128] Embora o autor sublinhe que os resultados de sua reflexão não podem ser transpostos acriticamente a quaisquer contextos históricos (Thompson, 1998b, p. 204-205), a noção de "economia moral" possui o poderoso e, creio, nunca desnecessário, efeito de lembrar que segmentos populares possuem uma noção própria de justiça e legitimidade.

[129] APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0288, auto 730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva. Depoimento de Manoel Gomes da Rosa.

condições de vida mais adequadas (Reis e Silva, 1989), porque os egressos do cativeiro e seus descendentes não o fariam no período pós-Abolição?

Quer na ocupação de terras a título de seus senhores, quer tomando medidas para impedir que animais de vizinhos destruíssem suas lavouras, ou ainda dando seus filhos em criação para que tivessem um destino mais favorável do que seus pais, os camponeses negros fizeram o que estava ao seu alcance para obter melhores condições de vida. É evidente que existiam relações assimétricas, de dominação e de exploração, mas também existia reciprocidade e expectativa por direitos costumeiros, os quais, caso frustrados, eram suficientes para que os envolvidos "não se dessem". Além disso, nos casos apresentados – certamente ínfimos diante da diversidade de situações que não se judicializaram –, os personagens em questão recorreram à Justiça ou foram por ela absolvidos quando apelados. Em ambos os casos envolvendo o fazendeiro Bernardino Coelho da Costa, suas versões dos fatos não prevaleceram nos tribunais.

Comparando o caso de Tibério Marques da Silva com o de André Marcelino Fortes, temos situações similares, porém envolvendo sujeitos de estatutos sociais distintos. André pôde descontar seu descontentamento diretamente em seu irmão e sua cunhada, por serem socialmente simétricos; Tibério o fez com o boi pertencente ao responsável pela destruição de suas lavouras, que lhe era assimétrico. Em ambos os casos, a Justiça absolveu quem tomou medidas para impedir a destruição de sua lavoura por outrem.

No que tange a um processo que envolveu um conflito de camponeses negros entre si, percebe-se em meio às ondas de violência e agressão características do tipo documental adotado, também laços de cooperação. Se o confronto familiar emergiu em meio às terras dos Fortes, é porque aquele território era explorado economicamente de forma coletiva e familiar. Nada impede, por seu turno, que tenham existido focos de conflito entre a família de Manoel Inácio, e os Pastorinos, no Espraiado, e mesmo de seus herdeiros entre si. Se houve, não deixaram registros escritos e não são acessíveis por meio da memória.

### *Interlúdios de racialização III: A 'cor' na polícia e na justiça*

Neste interlúdio de racialização, analisar-se-á como categorias referentes à "cor" foram empregadas nos processos criminais referentes à localidade de Morro Alto durante a Primeira República. Com isso, tem-se como objetivo investigar de que

maneira tais significantes eram acionados e em que situações foram omitidos, oportunizando uma reflexão acerca das implicações dos processos de racialização em um contexto de negociação e afirmação de processos de cidadania na incipiente República.

Para tanto, foram levantados, além dos três já analisados, outros quatro processos referentes a delitos ocorridos em Morro Alto. Do total de sete, um não foi devidamente judicializado, de tal maneira que temos apenas seis registros judiciais. Sei que se trata de uma amostra bastante pequena, mas são os documentos disponíveis para a localidade em questão. Por outro lado, tive a oportunidade de confrontar os dados sobre as "cores" registradas nos processos com o meu conhecimento das famílias de Morro Alto, adquirido durante os anos de pesquisa junto àquela comunidade. Certamente, tal levantamento mais minucioso não teria sido possível se trabalhasse com uma quantidade massiva de documentos. Se analisasse todos os processos criminais de Conceição do Arroio – de fato, os compulsei – não teria podido situar os "conhecidos", e acredito que minha pesquisa perderia um pouco de sua contribuição original.

Evidentemente, não "vi" as pessoas referidas no processo. Não posso avaliar subjetivamente se a "cor" de uma pessoa que já faleceu era preta, parda ou morena. De mais a mais, mesmo que tal me fosse possível, seria uma opinião irrelevante, quando tais percepções dependem de um olhar culturalmente coetâneo e não de uma avaliação contemporânea. Por outro lado, não se pode aceitar sem contrapontos as informações constantes acerca da "cor" na documentação policial ou judicial sem as contrapor à realidade social efetiva. Os antropólogos usam a expressão "beber da boca do informante" para referir-se ao mau-hábito de aceitar acriticamente uma fala de um entrevistado. Também nós historiadores não podemos "beber da boca de delegados ou juízes" a "cor" como um dado positivo. Pelo contrário, cumpre indagar sobre seus significados e funcionamento na máquina judicial.

Creio que o cruzamento entre a fonte escrita e a constatação de que seus descendentes participam das redes sociais de uma comunidade negra pode oportunizar um contraponto interessante diante das categorias acionadas pelos processos criminais: permitirá cotejar as frias qualificações oficiais com as relações tecidas no dia-a-dia, de maneira a substancializar a análise de ambas. Sendo assim, preparei duas tabelas (com os dados de inquéritos policiais e processos judiciais), nas quais registrei as formas como categorias raciais ou cromáticas (ou a condição de ex-escravo, no caso do processo de Tibério) dos indivíduos foram, ou não, mencionadas.

Dividi-os entre autores (ou vítimas), réus, testemunhas ou terceiros mencionados em depoimentos ou peças processuais. Contudo, como sei que os leitores não irão se contentar com a dura letra da lei, incluí, entre parênteses, o número de indivíduos pertencentes a famílias – negras, pretas, pardas, morenas, mistas, neste momento não importa, teremos bastantes oportunidades de falar nisso no último interlúdio de racialização – inseridas nas intrincadas tramas sociais e genealógicas de Morro Alto, e que tive a felicidade de conhecer ao longo desses anos.[130] Também está incluída sua percentagem diante do total de pessoas mencionadas.

**Tabela 5 – A "cor" nos inquéritos policiais (1901-1932)[131]**

| | Autor/a – Vítima | Réu/ré | Testemunha | Terceiros/as |
|---|---|---|---|---|
| Não mencionado | 2 | 6 (3 - 50%) | 33 (8 - 24,24%) | 23 (5 – 21,79%) |
| Crioulos | | | | 2 |
| Ex-escravo | | 1 | | |
| Mista | 1 | | | |
| Branca | | 2 | | |
| Preta | 1 | | | |
| Morena | 2 | | | |
| Parda | 1 | | | |

**Tabela 6 – A "cor" nos processos judiciais (1901-1932)[132]**

| | Autor/a – Vítima | Réu/ré | Testemunha | Terceiros |
|---|---|---|---|---|
| Não mencionado | 5 (2 - 40%) | 8 (4 - 50%) | 35 (10 - 28,57%) | 27 (5 - 18,51%) |
| Crioulos | | | | 1 |
| Mulatinho | 1 | | | |

[130] Dando um exemplo: entre os inquéritos policiais, 33 das testemunhas chamadas a depor não tiveram sua 'cor' identificada. Dessas, porém, 8 – 24,24% - pertenciam a famílias que me eram "conhecidas" devido à pesquisa anterior. Tratam-se de Ernesto Faustino da Silva, Júlio Cesário da Rosa, Venâncio Plácido da Silva, Elísia Círia, Estêvão Hortêncio da Silva, José Luiz Fortes, Manoel Cipriano da Rosa e Pedro Cipriano da Rosa.

[131] Fonte: APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0283, auto 654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa. APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0284, auto 666, ano de 1909. Processo Crime: réu – Campolino Luiz dos Santos, ofendido – Francisco Antônio da Silva. APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0288, auto 730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva. APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0290, auto 756, ano de 1925. Processo Crime: réu – Octavio Joaquim da Silva, ofendido – Maurílio Coelho da Rosa. APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0294, auto 802, ano de 1927. Processo Crime: réus – Pedro José Ricardo e Plácido José Ricardo Filho, ofendido – José Miguel da Rosa. APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, auto 786, ano de 1928. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques. APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 830, ano de 1932. Processo Crime: ré – Esmeraldina Maria dos Santos, ofendida – Leopoldina Florentina da Silva.

[132] Fonte: Ver nota anterior. Há um autor e um réu a menos devido ao inquérito policial que não foi judicializado. Há um número maior de réus do que de processos porque em dois autos havia dois indiciados. Há mais testemunhas porque foram eventualmente incluídos novos depoentes. Os nomes e genealogia de dois deles, Florêncio Domiciano da Silva e Pedro Hortêncio da Silva – primos-irmãos, vejam só – eram-me familiares. Finalmente, há mais terceiros mencionados nos processos criminais do que nas investigações policiais, não apenas porque foram mais abundantes os depoimentos, mas sobretudo por ter eventualmente incluído os nomes de juízes, promotores e advogados.

Em primeiro lugar, salta aos olhos o fato da linguagem racial operar de forma bem mais intensa nos inquéritos policiais. Mais próxima do cotidiano, a polícia deixava-se impregnar de uma forma mais presente por categorias que não poderiam ser acionadas no contexto de formalidade dos ritos judiciais. Na única vez em que, perante a justiça, uma vítima foi qualificada como mulatinho, o foi por uma testemunha, e não pelos operadores do Direito. A mesma coisa pode-se dizer do terceiro qualificado como "crioulo". No mais das vezes, a Justiça fazia questão de calar sobre a "cor" dos envolvidos. Era o ambiente de igualdade formal por excelência, e como tal, cabia silenciar acerca desse aspecto (Mattos, 1998).

Quanto à polícia, cabia vitimizar ofendidos e identificar criminosos, e a "cor" era um fator importante nesse sentido. É por essa razão que ela também é um termo ausente entre testemunhas e terceiros, à exceção de dois "crioulos" apontados por uma testemunha. Abundam os registros de "cor", antes de tudo, entre as vítimas. Isso não é de difícil interpretação: tais características foram assinaladas sobretudo nos autos de corpo de delito, nos quais as ofensas sofridas pelas vítimas eram minuciosamente examinadas por especialistas. Ora, é sabida a importância da questão racial no discurso médico de antanho. A *cura da raça* povoava o horizonte de *doutores* (Silveira, 2005), talvez mais do que de delegados e bacharéis.

Quanto aos réus, tem-se a qualificação de Tibério através de uma categoria sócio-histórica, não necessariamente racial, mas que a ela remete – ex-escravo – exatamente por aparecer, conforme visto, como elemento-chave no processo de investigação de um possível acobertamento pelos Marques. Os demais identificados conforme a "cor" foram "qualificados" como brancos, e não "desqualificados" como negros. Desconheço se foi somente em função da utilização dessa categoria ou não, mas em ambos os casos os assim identificados foram absolvidos de acusações de agressão física ou mesmo de homicídio culposo: de homens negros. Porém, parece-me que as categorias de "cor" operaram muito mais no sentido de vitimizar ofendidos do que de culpabilizar réus. Em Morro Alto, a "cor" era apenas um dos fatores que interferia nos rumos dos processos criminais, operando outros aspectos, tais como reputação vicinal de "bom comportamento" (Weimer, 2011c).

Tanto não era a "cor" um fator exclusivamente de culpabilização que assim como em inquéritos policiais, em 50% dos processos judiciais os réus eram meus

"velhos conhecidos",[133] ainda que não-identificados através de categorias de raça/ "cor". No que toca a testemunhas e terceiros mencionados, essas proporções oscilam entre 21 e 28%.[134] Detalhe: esses são limites *mínimos*, pois pude identificar nominalmente *apenas as famílias negras que ali permanecem até hoje*. Famílias que ali não mais se encontram e/ou que se perderam nos labirintos da memória, não pude identificar. Se quinze anos após o fim da Primeira República Laytano comparou Morro Alto a um *quilombo* (Laytano, 1945, p. 28), se existiu intenso processo de migração em meados do século XX (ver capítulo seguinte) e se ainda hoje ali existe uma comunidade étnica significativa e vigorosa, é de esperar-se que a territorialidade negra nas primeiras décadas do século XX fosse impressionante.

Muitos participavam de uma malha de relações sociais que de alguma forma remetia a vínculos com negros, morenos, pardos, pretos, mistos.[135] Estes frequentemente não tiveram sua "cor" identificada. Isso confirma a tese de Hebe Mattos a respeito do silêncio sobre a "cor" em situações formais de igualdade (1998). Nos inquéritos policiais – os mais *racializados*! – apenas 10 de 74 indivíduos (13,51%) foram identificados conforme a "cor", em uma comunidade eminentemente negra. No entanto, no caso específico por mim analisado, suspeito também que a identificação racial não fosse tão importante assim para apurar culpas. Muitos processos – e devemos pensar que boa parte dos conflitos foi resolvida por meios extrapoliciais ou judiciais – opunham camponeses negros entre si.

É o caso do conflito entre Esmeraldina Maria da Silva e Leopoldina Florentina da Silva.[136] As duas tornaram-se *desafetas* porque Esmeraldina estragou o guarda-chuva de Rosa, filha de Leopoldina. A primeira foi acusada de agredir ambas com um freio, e por fim acabou por ser absolvida por gozar de boa reputação entre seus vizinhos. Sei de sua inserção nas tramas sociais locais porque Esmeraldina era irmã do padrinho de dona Diva. A ré, de apelido Kena, foi identificada como filha de João Maria, patriarca de uma família de camponeses negros com descendentes na região. Além disso, ambas, agredida e agressora, eram *parentes* da testemunha Pedro Hortêncio da Silva, de outra

---

[133] André Marcelino Fortes, José Fortes e Esmeraldina Maria dos Santos.

[134] Nos processos judiciais essa proporção é levemente inferior entre terceiros porque eventualmente incluí os nomes de juízes, promotores e advogados. Se os últimos fossem desprezados, teríamos proporções similares às demais.

[135] Conforme justificado no "mapa da tese", esse rol de categorias será, doravante, sintetizado como não-brancos. O uso dessas categorias será discutido em momento oportuno.

[136] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 830, ano de 1932. Processo Crime: ré – Esmeraldina Maria dos Santos, ofendida – Leopoldina Florentina da Silva.

família enraizada na região. Porém, a “cor” de Leopoldina só interessou àquele que assinou o auto do corpo de delito. No âmbito local, delegado, testemunhas, todos sabiam muito bem quem eram aquelas mulheres, qual sua “cor”, que faziam parte do campesinato negro de Morro Alto, e o lugar que ocupavam na hierarquia social. Quanto à justiça, bem, como visto, a justiça simulava em seus ritos uma igualdade formal.

Por falar em mulheres, é importante destacar que em apenas um caso uma depoente foi ouvida. No mais das vezes, aparecem como agressoras ou agredidas. Fonseca (1997, p. 511) assinala que o aparato judicial era um espaço masculino. Sendo assim, havia pouco espaço para que as mulheres fossem efetivamente escutadas. Seu testemunho em contextos judiciais raramente era digno de crédito. Mesmo o conflito entre Esmeraldina e Leopoldina não recebeu maiores atenções. Foi apurado rapidamente e arquivado, como uma “briga de comadres”. O mesmo pode ser dito das agressões sofridas por Eliza. Os agressores foram absolvidos sem maiores complicações.

Quando destaco a existência de uma igualdade formal e de uma omissão quanto à “cor”, não ouso afirmar que a justiça fosse neutra e equânime para todos. Pelo contrário, é justamente o silêncio a respeito que permitia que as hierarquias se reproduzissem *no cotidiano*. Era nele que a racialização falava mais alto. Com um Machado, distribuindo tiros por não gostar de negros. Mais: com Thompson (1987), afirmo que o sistema legal é, também, um campo de disputas. Os camponeses negros a ele apelaram em momentos de necessidade, especialmente para resolver disputas entre si. Se era difícil enfrentar fazendeiros, eles não eram onipotentes. Que o diga Bernardino Coelho, que perdeu todos os processos em que se viu envolvido que eu estudei.

Deixemos Bernardino com seus fracassos judiciais e voltemos às “cores”. Para arrematar este interlúdio, procedo a uma análise do significado evidenciado pela documentação das categorias de “cor” utilizadas. Parece-me que, entre as vítimas submetidas ao exame de corpo de delito, categorias como “moreno”, “preto”, e sobretudo “pardo” e “misto” (que jamais apareceram em minhas entrevistas), remetem a uma avaliação cromática da parte do examinador. Não se trata, em absoluto, de formas de autoatribuição.

Tampouco é o caso de “crioulo”, sempre referente a terceiros. Trata-se de uma categoria descritiva, utilizada para ambientar situações conferindo caracteres racializados a personagens secundários nas narrativas, que raramente foram chamados a depor. Finalmente, “mulatinho” definitivamente não é uma categoria de autoadscrição.

O referido era o infortunado Francisco Plácido da Silva, o filho de criação de Bernardino Coelho da Costa. Achava-se morto. Parece-me que a categoria, no diminutivo, demonstra piedade – talvez afeto e compaixão – por seu triste fim. Vale destacar que foi a mesma testemunha que mencionou um terceiro como crioulo.[137]

Se a racialização e suas categorias eram um fenômeno social, ao que tudo indica, alguns indivíduos pareciam mais propensos a assumi-las como importantes em sua forma de perceber o mundo. Por que essa testemunha, especificamente, se embebia da retórica racial? Desconheço, não posso saber. Infelizmente, nada sei de José Joaquim de Souza. Por que a retórica racial incidia de forma diferencial sobre os indivíduos? Porque se tratava de um *campo de disputa social* no árduo processo de construção de uma cidadania na Primeira República.

Nesse sentido, há um aparente contraste entre minhas conclusões e aquelas de Ribeiro (1995). Ao analisar os processos que foram ao tribunal do júri na cidade do Rio de Janeiro, o autor demonstrou, através de métodos estatísticos, haver uma maior probabilidade de condenação quando o réu era considerado preto ou pardo ou quando a vítima era considerada branca, sendo também mais provável a absolvição em circunstâncias opostas. Isso indica uma maior importância das categorias de "cor" do que aquela que pretendo atribuir. No entanto, mais do que uma diferença de concepção, acredito que os resultados diferenciados resultem de abordagens metodológicas diversas e de eventuais descompassos geográficos e entre o meio rural e urbano.

Em momento algum pretendo negar que o racismo operasse no sistema judiciário. Apenas aponto a vida cotidiana como a instância fundamental onde se dava a segregação, e nesse sentido ali já estavam dadas as condições para "saber quem é quem". Talvez o ambiente mais anônimo de uma cidade da dimensão do Rio de Janeiro exigisse um registro mais sistemático das cores dos envolvidos, algo desnecessário na diminuta Conceição do Arroio. Por outro lado, o autor admite que em diversos casos a "cor" não foi explicitada nos autos, não ficando claro o tratamento metodológico adotado nessas situações. Tive a felicidade, por conhecer as teias sociais comunitárias e trajetórias individuais e familiares, de contrapor esse aspecto silenciado a circunstâncias específicas e critérios de pertencimento, podendo, assim, perceber tal *campo de disputa social* em torno das categorias cromáticas.

---

[137] José Joaquim de Souza, 30 anos de idade, lavrador, casado, natural deste município, residente no 5º distrito, lugar conhecido por Várzea do Morro Alto, a/c nada. Viu o "crioulo Júlio"segurando o "mulatinho Francisco". APERS, CCC – CA, estante 114b, caixa 027.0288, auto 730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva. f. 17.

Esse *campo de disputa social* aparece também nas formas como tais categorias foram arroladas nos registros civis. Percebe-se aí um descompasso entre as maneiras pelas quais foram caracterizados em cartório e as suas vivências e relações sociais cotidianas. Se isso, por vezes, dava margem a flexibilidades e possibilidades de negociação, muitas vezes impunha-se mui claramente quem era quem e os lugares reservados para cada um. É o que os leitores acompanharão no quarto movimento destes interlúdios de racialização.

*Fazer farinha para criar crioulas ou o retorno da atafona do Ramalhete*[138]

Dona Aurora tem, em seu poder, uma carta que seu avô recebeu de Ana Osório Nunes, uma integrante da família senhorial. Trata-se da Correspondência Passiva 8 (CP8). Raros são os documentos que dão registro a palavras trocadas por escrito entre ex-escravos e amigos, familiares, padrinhos, afilhados e compadres. Mais raros ainda, no entanto, são aqueles que dão conta de atos de comunicação travados com antigos senhores ou integrantes da família senhorial, demarcando a passagem de uma relação de natureza escravista para outra de tipo distinto. Que tipo de relação podia um produtor independente de alimentos manter com seus antigos proprietários? Como se dinamizava, na prática, uma relação dessa natureza? É o que a partir de agora analiso, discutindo quais convenções permitiram ao ex-escravo Manoel Inácio manipular uma atafona. Pretendo ainda verificar a partir de que ponto emergiu o conflito, relacionado às práticas costumeiras de uso daquela benfeitoria.

A carta guardada por Aurora Inácia Marques da Silva foi reproduzida, mediante sua autorização, no laudo por meio do qual a comunidade de Morro Alto obteve seu reconhecimento como "remanescente de quilombos" (Barcellos *et al.*, 2004, p. 472). Infelizmente, trata-se de documento sem datação. Certamente anterior a 1906, ano da morte de Manoel Inácio, estima-se que tenha sido redigido entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX.

Ana Osório Nunes era esposa de Pascoal Osório Marques, grande proprietário de terras e escravos na região da Fazenda do Morro Alto, e filho de Isabel Maria Osório, ex-senhora de Manoel Inácio. Trata-se, portanto, de papel redigido por uma pessoa próxima – a nora de sua ex-senhora. O tom da carta, apesar de animoso, evidencia uma

[138] Uma versão preliminar deste subcapítulo foi discutida no II Encontro do GT de História Agrária – ANPUH/RS (Porto Alegre, 2009) e no Seminário Relações de Poder, Trabalho e Movimentos Sociais (Seropédica, 2009) e publicada em Weimer, 2011a.

intimidade bastante grande, própria a sujeitos sociais que conviviam há anos a fio. Conforme visto no capítulo 2, Manoel Inácio nunca foi um escravo qualquer. Creio que naquele momento do pós-Abolição, ao menos para um *cidadão* dono de seu próprio terreno, uma perspectiva punitiva física não estivesse no horizonte de possibilidades. Ainda assim, é digno de nota que o mesmo gozasse de *status* suficiente para ser merecedor de uma correspondência escrita. Era uma reverência, certamente, direcionada a poucos.

Em minha dissertação de mestrado argumentei que, mais importante do que pensar em uma propriedade cativa individualizada, é necessário concebê-la em seu aspecto familiar, no qual as relações de autoridade exercem-se conjuntamente, bem como os riscos relacionados à partilha (Weimer, 2008a, p. 58). Assim sendo, é possível que Manoel Inácio estivesse sujeito à autoridade de Pascoal Osório Marques, exercida em nome da família e que, portanto, tivesse de sujeitar-se também às determinações da esposa dele. Independentemente de tais considerações, sabe-se que, no mínimo, Ana Osório Nunes era uma integrante da família senhorial, e, como tal, também a ela Manoel Inácio devia respeito e reconhecimento.[139]

Na carta, a ex-senhora relatava que entregara uma propriedade a Manoel Inácio para que tomasse conta; afirmava que "quando havia muitos pretendentes para ir aí, eu dei preferença a ti". Um primeiro ponto a ser desenvolvido é o motivo da preferência dada a Manoel Inácio, sobretudo considerando que "é o único aí que não paga arrendamento".[140] Segundo dona Diva, a eleição recaiu sobre seu avô porque ele era considerado o mais velho dentre os escravos e por um possível parentesco com a casa-grande.

> Rodrigo – E porque que ela tá dizendo que ela deu preferência pra ele?
> Diva – Pra quem?
> Rodrigo – Pro Manoel Inácio?
> Diva – Pro meu avô?
> Rodrigo – É, porque nessa parte...
> Diva – É porque ele era mais velho da família. Ele era o mais velho dos escravos. (...)
> Rodrigo – E porque que ela diz que ela entregou essa propriedade pra ele tomar conta?
> Diva – Porque era o único que... decerto era sobrinho dela.

[139] Concebendo a escravidão como empreendimento familiar, temos, portanto, Ana Osório Nunes como esposa de Pascoal Osório Marques, cunhada de Rosa Osório Marques, nora de Isabel Maria Osório e tia de Manoel Osório Marques, signatário do recibo por meio do qual Manoel Inácio Marques adquiriu as terras do Espraiado.

[140] É impossível não lembrar da representação de sua neta sobre a condição *escravos livres* resultante de *escolha senhorial.*

Rodrigo – Podia ser sobrinho dela?
Diva – Pode ser.[141]

A confiar na hipótese apresentada no capítulo 2, Manoel Inácio não era sobrinho de Ana Osório Nunes, e sim filho ilegítimo de seu marido, o que poderia ajudar a explicar o despeito e o descontentamento desta antiga senhora com o ex-escravo. Especulações à parte, o motivo para não o pagar é claro: independente dos vínculos de parentesco com a casa-grande, constituía prática comum, entre os grandes proprietários da região, deixar terrenos não mais ocupados para seus ex-escravos "tomarem conta", garantindo-lhes assim a posse, mas sem conceder-lhes a propriedade (Barcellos *et al.*, 2004, pp. 143-146). No entanto, dessa prática poderia resultar efeitos inesperados, pois criava, entre aqueles que ficaram cuidando do terreno, ou seus descendentes, a sensação de que aquela área lhes pertencia, sobretudo quando os proprietários lentamente saíam de cena. Por outro lado, a lembrança das suas netas, como visto, é de que seu avô havia adquirido aquele terreno, o que pode ter acontecido após o ocupar em nome dos Marques, tal como Tibério fizera. Essa pode ter sido, inclusive, a solução para o foco de conflito ali estabelecido.

O motivo para a escolha, pela família senhorial, de Manoel Inácio como guardião do terreno não parece questão de difícil solução, a exemplo das explicações dadas por sua neta. Ele era um escravo de confiança: "cria da casa", vivera a vida toda entre os Marques e provavelmente gozava de um estatuto privilegiado entre os demais escravos: foi por mais de uma vez apontado por seus netos como "branco" (ver primeiro interlúdio de racialização). Para possuir uma coloração mais clara do que os demais, Manoel deveria ser filho de um branco ou de um mulato claro e, possivelmente, de um integrante da família senhorial, conforme já discutido. Não se trata de uma especulação gratuita. Efetivamente, como visto, vínculos relevantes, inclusive de compadrio, ligavam a família de Manoel Inácio ao ramo específico de Pascoal Osório Marques da família senhorial. Sendo assim, que motivos teriam levado Ana Osório Nunes a confiar a guarda da atafona a um possível filho ilegítimo de seu marido?

Quando se torna impossível asseverar certezas históricas, resta elencar as possibilidades prováveis diante das evidências disponíveis. Em primeiro lugar, portanto, pode-se tratar de uma última vontade de seu marido, preocupado em não deixar desassistida a família de, no mínimo, um trabalhador dedicado a ele em lides agrárias

[141] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.

durante toda a sua vida, ou, no máximo, um filho não-reconhecido, mas com quem nem por isso deixava de sentir-se com obrigações de garantir assistência e possibilidade de sustento aos netos, livre de ônus. Os autores do relatório histórico-antropológico de reconhecimento de Morro Alto como "remanescente de quilombos" (Barcellos *et al.*, 2004, pp. 145-146) sustentam que a atafona poderia constituir, "na leitura de Manoel Inácio, um legado deixado por ex-senhores com os quais tinha relações de parentesco".

Além disso, Manoel Inácio parece ter sido um indivíduo *confiável*. Ana Osório Nunes parecia *sinceramente decepcionada* por ele não ter correspondido à confiança depositada. Ela queixava-se de que ele estragava a benfeitoria ao aproveitá-la para o sustento de sua família – o ex-cativo era acusado de "fazer farinha para criar crioulas":

> Manoel Inácio
> Esta tem por fim levar a teu conhecimento que quando te entreguei essa propriedade para tomares conta acha-se esse engenho com duas emprensa e todos os seus pertences em bom estado para trabalhar, ora muito bem, tu fazias 300 a 400 alqueires de farinha por ano, aí, tu tinhas a obrigação de compor ou fazer para me entregar, com mais tudo que aí deixei, por isso *quando havia muitos pretendentes para ir pra aí eu dei preferência a ti*, porque era para aguentar essa fazenda e não para estragar, por isso tudo que for se acabando tu tem obrigação de fazer de novo e arrumar no seu lugar porque *estragas com o teu serviço*, como é que agora precisando eu de uma emprensa *tu acabastes em fazer farinha para criar crioulas* me mandas pedir 20$000 rs para compostura da emprensa, isso eu não te pago nem um mil-réis, se quiseres saber quem tem razão, mostra esta carta a qualquer homem de entendimento para tu ver a quem ele dá razão; o Bernardo está pagando arrendamento do Sertão, no entanto as composturas é feito a custo dele, só esse engenho além de ser dos órfãos é o único aí que não paga arrendamento.
> Ana O. Nunes.[142]

A confiança mencionada, certamente, fora conquistada ainda durante o período em que estivera preso à família Marques pelos vínculos do cativeiro. A situação privilegiada de Manoel Inácio e sua família foi explicitada no capítulo 2, e pode ser atestada, ainda por Felisberta ter recebido, em 1888, uma doação de terras por parte da senhora Rosa Osório Marques. Segundo Slenes, era preocupação constante de senhores escravistas não deixar desassistidos certos cativos, cujo trabalho recebia, assim, alguma forma de reconhecimento, ainda que tardio, sobretudo quando se tratava de um cativo *confiável* ou aparentado da casa-grande (Slenes, 1996).[143]

Segundo Hebe Mattos (1998, p. 159), prerrogativas como a cessão de um pedaço de terra para se plantar eram concedidas como privilégios aos escravos, porém, lenta e

[142] Documento em poder de Aurora Inácia Marques da Silva (CP8). Grifos meus.
[143] Sobre doações de terras de senhores para escravos ver também Guimarães, 2006.

progressivamente, apropriadas como direitos costumeiros por eles. Inicialmente, o trabalho familiar era um signo de privilégio positivando alguns escravos entre a massa indiferenciada da escravaria. Depois, a prática tornava tais privilégios direitos, garantidos como tais pelo costume.[144] Foi dessa forma que Manoel Inácio pôde utilizar aquela unidade produtiva para a manutenção de sua família: a atafona era sua, pois era ele quem nela trabalhava com sua família e quem dela tirava o pão para o sustento dos seus.

A irritação visível na correspondência de Ana Osório Nunes, para além do despeito decorrente da possibilidade de Manoel Inácio ser filho ilegítimo de seu marido, diz respeito à passagem de uma lógica escravista a uma lógica camponesa. O que governava a produção não era mais o atendimento das demandas do senhor de escravos, e sim a subsistência de uma unidade familiar baseada no trabalho de seus integrantes. O trabalho buscava o equilíbrio entre a satisfação das necessidades de consumo familiar e a autoexploração da sua mão-de-obra (Chayanov, 1979a e 1979b).

É interessante observar que, diante da leitura da carta em questão, a interpretação de dona Diva foi oposta à minha. Se em meu entendimento Ana Osório Nunes indignara-se porque Manoel Inácio dedicara, como um camponês autônomo, as atividades da atafona ao sustento familiar, em lugar da lógica de extração de renda escravista e de dependência, para sua neta, a ex-senhora o censurava para que trabalhasse mais intensamente para o sustento de sua família: "ela tá reclamando porque ela achou que ele tinha que decerto que trabalhar mais pra ganhar uma coisa a mais." [145] Por mais opostas que pareçam nossas interpretações, no entanto, em um aspecto fundamental elas aproximam-se: seja pela negativa, seja pela positiva, o que estava em jogo era o sustento familiar através daquela benfeitoria.

É claro que tanto Manoel Inácio quanto a antiga senhora jogavam com suas concepções de propriedade e de posse da atafona. Ana Osório Nunes queixava-se por ter o ex-escravo pedido à ex-senhora uma quantia no valor de 20 mil-réis para o conserto de peças estragadas. Em suma, no momento em que a atafona se avariava, Manoel Inácio a reconhecia como sua proprietária, a quem cabia realizar sua compostura. Essa, por sua vez, naquele preciso momento, desresponsabilizava-se. A Manoel cabia substituir as peças danificadas: não fora ele quem usufruíra da mesma no momento de

[144] Sobre a instituição de direitos a partir do costume em outros contextos históricos, escravistas ou não, ver Thompson, 1998a, Genovese, 1988, e Foner, 1988.
[145] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.

“criar crioulas”? Não, Ana Osório Nunes não pagaria nem um mil-réis, e comparava sua situação à de um tal Bernardo, habitante de localidade denominada Sertão que ocupava uma atafona pagando arrendamento[146] e que se responsabilizava pelo conserto, no caso de avarias. Por fim, recusava a seu interlocutor a capacidade de argumentação de igual para igual. Aparentemente, a boa e velha lógica senhorial era incapaz de admitir um ex-escravo como indivíduo que se pudesse considerar como um “homem de entendimento”.

O que tem a nos dizer o documento analisado a respeito da vida em liberdade daqueles que padeceram a escravidão? Em primeiro lugar, é perceptível que a zanga de Ana Osório Nunes por causa das peças da atafona de farinha ocultam um descontentamento mais profundo: com o grau de autonomia atingido por Manoel Inácio e sua família ao explorarem a benfeitoria, que tanta discórdia causou. Assim sendo, que o ex-cativo fosse pelo menos consequente com sua economia camponesa aparentemente bem-sucedida. A iniciativa de solicitar dinheiro à ex-senhora foi interpretada como uma insolência e um abuso. A autonomia conquistada por Manoel Inácio contrastava com o lugar social que dele se esperava: o de um ex-escravo dependente.

*Carpinteiros, campeiros e tropeiros do Morro Alto*

A exemplo de Tibério Marques da Silva, que conduziu gado para Cima da Serra junto aos ex-senhores no pós-Abolição, diversos filhos de escravos campeiros da senzala dos Marques trabalharam para as famílias senhoriais de seus pais. Em lugar de, tão-somente, uma relação de dependência, vejo nesses vínculos um mecanismo de acumulação de recursos, de ampliação das possibilidades de sustento e de distinção frente aos demais descendentes de cativos que não gozavam de uma relação privilegiada com as antigas famílias senhoriais. Nos relatos de seus descendentes, há uma coincidência discursiva que sempre põe em paralelo o desempenho de atividades para a antiga família senhorial com os já analisados laços de compadrio. Por outro lado, seus filhos desempenharam as mesmas profissões de seus pais por um processo de aprendizado de ofícios no seio familiar (ver adiante).

Como visto no capítulo 2, nas relações de matrículas, devidas à lei de 1871, anexas ao inventário do Capitão Thomaz Osório Marques, figuram dentre os escravos

[146] O que reitera que algum tipo de compromisso não econômico ligava a família de Manoel Inácio à de Pascoal Osório Marques, já que ao contrário dos demais, por alguma razão não explicitada, esse ex-cativo foi dispensado do pagamento de renda pelo uso da atafona.

Manoel Inácio, filho natural de Angélica, e seu tio Ramão, filho natural de Inácia. A profissão do primeiro é identificada como carpinteiro, e a do segundo como campeiro.[147] Trata-se de ofícios especializados, considerando que a maior parte dos cativos do sexo masculino em Conceição do Arroio era composta de lavradores. Sobretudo o de Manoel Inácio demonstra uma grande qualificação, o que confirma a impressão de tratar-se de um cativo com o estatuto privilegiado frente os demais.

Guedes (2008, p. 108-125) argumentou, em contraposição às proposições historiográficas que postulavam a depreciação do trabalho livre em função da associação com o trabalho escravo, que o desempenho de ofícios poderia servir como marcas de estima social. O autor apresentou como exemplo eloquente o caso dos carpinteiros, que adquiriam um lugar de destaque em uma sociedade agrária, sendo imprescindíveis para o conserto e manutenção de engenhos e atafonas. Essa habilidade aprendida na vida em cativeiro poderia servir como mecanismo de inserção social na vida em liberdade (Guedes, 2008, p. 295), e, no caso de Manoel Inácio, foi o que possibilitou a aquisição do terreno no Espraiado. Segundo a recordação de dona Aurora:

> Aurora – Ele que comprou. Ele que comprou que ele trabalhava, ele era car... carpinteiro, era o maior carpinteiro que tinha. (...) Ele ia pras fazendas fazer móveis. Aí ele ganhou aquele dinheirinho, naquela época era barato, ele comprou e deu pros, pros filhos.[148]

Em uma carta em poder de dona Aurora Inácia Marques da Silva dirigida a Manoel Inácio (CP4) por João Silveira Machado, de Palmares em quatro de outubro de 1905, após as gentilezas habituais, o último solicitava-lhe que trouxesse madeiras que o ex-escravo Merêncio encomendara: "½ dúzia de varas de porteira finas e um eixo de boa qualidade e uma guilhada".[149] Merêncio havia sido escravo de Rosa Osório Marques, tal como Felisberta, e como ela, figura entre os legatários do testamento daquela senhora de escravos. Sua neta, Eva Marques Correia, descendente tanto de Manoel Inácio e Felisberta quanto de Merêncio, lembra-se de seu avô como carpinteiro:

---

[147] APERS, COA - CA, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1883.

[148] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.

[149] Tendo lido esse documento para dona Aurora, ela reconheceu um assunto de "uma coisa boa", de "prosperidade" (Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório). Sua irmã, por seu turno, recordou que João Machado seria seu possível padrinho e que cortavam madeiras no terreno do Espraiado (Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório).

> Rodrigo – No que que ele [Merêncio] trabalhava?
> Eva – Ele trabalhava de carpinteiro naquela época, ele tinha saúde.
> Rodrigo – Ele era carpinteiro.
> Eva – Era. Trabalhava na roça também. As minhas tias ajudavam muito. Trabalhavam, elas eram de quatro. Todas elas trabalhavam.[150]

Da leitura da carta advêm duas conclusões: em primeiro lugar, conclui-se pela existência de circuitos de circulação de recursos – madeira – e reciprocidade entre camponeses da região com estatuto social similar e que, como veremos, se tornaram parentes por aliança. Mais impressionante é que essa relação se encontra mediada por um integrante da antiga família senhorial, que menciona Merêncio de forma surpreendentemente íntima: "peço-lhe para trazer as madeiras que *o Merêncio* lhe encomendou" (Grifo meu). Merêncio também é recordado por dona Eva como filho ilegítimo da família senhorial, filho de "Zé Azevedo velho" [151] – um indicativo para tanto era o fato de chamarem-lhe por ocasião das carneações de animais[152] – e, assim, o abismo social entre ex-cativos e a família senhorial era matizado por um presumido parentesco com a casa-grande.

Dona Diva orgulha-se pela habilidade de seu avô Manoel Inácio como marceneiro, afinal ele fazia móveis apenas através de encaixes, sem utilizar sequer um prego.[153] Seu pai não apenas aprendeu o ofício com Manoel Inácio como dele herdou ferramentas que passaram de geração em geração.

> Diva – Ele tinha uma enorme caixa de ferramentas que eu conheci. Que ele fazia tudo que era coisa. O meu avô sabia trabalhar. Ele não era dessas pessoas preguiçosas que não sabiam. Ele sabia. E o meu pai ficou a mesma coisa, o meu pai ficou com aquelas ferramentas, o meu pai fazia casa, o meu pai fazia tudo que ele queria fazer ele fazia.[154]

---

[150] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

[151] Conferir árvore genealógica da família senhorial produzida por Barcellos *et al* (2004) e reproduzida no capítulo 2. Azevedo era marido de uma mulher da família Marques.

[152] Com a palavra, dona Eva: "Então quando chegava meio de maio, eles mandavam chamar o falecido meu avô e davam duas vacas pro meu avô trazer pra carnear. E quando meu avô morreu, o falecido vovô tinha uma porção de cavalos lá, aí eles mandaram chamar o pai, o pai foi, e aí venderam tudo que tinha lá. Repartiram o dinheiro. E eles tinham meu vô por irmão. Sabiam que o meu vô era irmão deles". Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde. A mãe do neto de Pulquéria que entrevistei também era filha natural e também recebia carne de seu pai por ocasião de carneadas. Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre. A distribuição de carne parece ter funcionado como um mecanismo compensador de relações extra-conjugais não-legitimadas.

[153] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório; Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.

[154] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

Assim como Manoel Inácio ensinou Manoel Inácio Marques Filho a exercer o ofício da carpintaria, o último repassou seu conhecimento para Manoel Inácio Marques Neto, através do auxílio prestado ao pai quando garoto. Veremos no capítulo 5 os mecanismos de transmissão de nomes entre gerações; no caso em questão, o nome "Manoel Inácio" parece acompanhar o desempenho de um ofício e de uma possibilidade de ganha-pão e de acumulação de recursos no pós-Abolição.

> Rodrigo – Mas quem foi que lhe ensinou a fazer trabalho com madeira?
> Manoel – Ah, pois meu vô era carpinteiro. O meu pai era carpinteiro.
> Rodrigo – Ah, aprendeu com seu pai.
> Manoel – Claro. Era carpinteiro. Ajudava ele quando era garotote.
> Rodrigo – Do avô passou pro pai e do pai passou pro senhor.
> Manoel – Exato. Eu tinha aqui ferramenta do meu vô. Tudo que era ferramenta que meu vô deixou.
> Rodrigo – E o senhor ensinou pros seus filhos?
> Manoel – Como é que eu vou ensinar? Porque extraviou, extraviou tudo, tudo, tudo...[155]

Da mesma forma que o nome e uma habilidade específica foram repassados de geração em geração, o foram as ferramentas necessárias para as atividades de marcenaria. O circuito, no entanto, foi quebrado, já que as ferramentas se extraviaram e Manoel não pode ensinar essa atividade a seus filhos.[156] O nome, novamente, oferece interessante paralelo, já que ao mesmo tempo em que esse circuito é interrompido, nenhum filho de Manoel Inácio Marques Neto se chama Manoel. Ele guarda, ainda, como relíquias, instrumentos de seu avô que sobreviveram ao tempo. Trata-se de uma chaira,[157] uma marca de gado e uma tesoura de cortar lã de ovelha. Não sendo destinados à carpintaria, e não possuindo Manoel Neto gado nem ovelhas no ambiente urbano de Osório, eles não têm qualquer função prática, se não a "produção de presença" nos termos apresentados no capítulo 1. Este senhor permitiu-me fotografá-los.

[155] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[156] Esse exemplo parece ilustrar a assertiva de Ricœur (2007, p. 390), para quem o conceito de geração dá densidade ao conceito de transmissão e de herança.
[157] "Instrumento para afiar facas e similares, composto de uma peça de aço com cabo de osso ou de madeira" (Houaiss e Villar, 2001, p. 686).

**Foto 9 – Manoel Inácio Marques Neto e Aurora Inácia Marques da Silva**
Foto: Rodrigo de Azevedo Weimer

**Foto 10 – Chaira, marca de gado de Manoel Inácio e tesoura de cortar lã de ovelha**
Foto: Rodrigo de Azevedo Weimer

**Foto 11 – Marca de gado de Manoel Inácio Marques no cimento fresco da casa de seu neto**
Foto: Rodrigo de Azevedo Weimer

A solidariedade e os vínculos de aliança, bem como a herança geracional de habilidades e ferramentas pautou a atividade dos "carpinteiros do Morro Alto", e esse parece ter sido um bom caminho para a inserção e mobilidade social no pós-Abolição. Um bom exemplo é o caso do outro "carpinteiro do Morro Alto" que resta por aqui analisar, além de Manoel Inácio e seus descendentes e Merêncio: ninguém menos que Belizário, o filho considerado ilegítimo.

Entrevistei uma filha dele, e ela relatou que seu pai pôde permanecer na terra de Morro Alto porque, em contraste com camponeses "fracos" – palavra da entrevistada –, possuía criação de porco, gado, galinha, ovelha, por causa do artesanato de cobertas ali confeccionadas e, principalmente, pelo trabalho de seu pai como carpinteiro. Ele trabalhava para Cima da Serra para a família dos Machado. Maria de Oliveira Caetano ainda me disse que graças a esses excedentes podiam adquirir coisas no mercado.[158]

Embora dona Maria não soubesse com quem seu pai tinha aprendido a atividade de marcenaria, o paralelismo com a família "legítima" de seu avô é evidente. Há uma prosperidade relativa de Belizário face ao restante do campesinato negro da região. Não seria extrapolar os limites de razoabilidade da "imaginação histórica" supor que apesar de Manoel Inácio não lhe ter legado nome, uma condição de legitimidade, terras e ferramentas, tenha-lhe ensinado a carpintaria, não o deixando totalmente desamparado.[159] Trata-se de um ofício bastante proveitoso, com possibilidades de acumulação para a vida em liberdade. Belizário parece ter aproveitado muito bem essa oportunidade, haja visto que, como mencionado, figura entre os proprietários de terras em Morro Alto em 1904. Para tanto, pode ter contado com a inserção na família dos Machado, também herdada de seu pai.

É provável que, como Belizário, Felisberta também tenha ensinado as habilidades que tinha, isto é, prendas domésticas, para sua filha Pulquéria. No entanto, ao contrário da carpintaria, aquelas não lhe asseguravam uma vantagem diferencial perante os demais. Sendo assim, deserdada, seu ramo familiar teve dificuldades maiores do que seus meios-irmãos e Belizário, igualmente ilegítimo.

Além da carpintaria, os homens também se dedicavam ao tropeirismo. Concluí, em estudo anterior, pela existência de um trânsito de cativos e ex-cativos entre a serra

---

[158] Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório. Dona Eva, prima de Maria por parte de pai e de mãe, também se lembra do tio Belizário como carpinteiro. Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

[159] Traçando um paralelo, como visto anteriormente, supondo Pascoal Osório Marques ser o pai de Manoel Inácio, tampouco o deixou desamparado.

gaúcha e o litoral (Weimer, 2008a), tropeando gado pertencente às famílias de seus senhores e ex-senhores. Já parece questão superada o emprego de cativos na pecuária gaúcha (Zarth, 2002, Osório, 2005 e 2007, Farinatti, 2010). Como dito anteriormente, essa parece ter sido uma atividade de maior especialização dentre os cativos dos Marques residentes no Morro Alto, e como tal, gozava de um estatuto hierárquico privilegiado no interior da escravaria.[160] Sobretudo conduzir gado de Cima da Serra para o litoral e vice-versa implicava em uma relação de confiança, mas também mecanismos de coerção, por parte dos senhores.

O relato da falecida dona Ercília dá conta das atividades desempenhadas por seu avô.

> Ercília – Ela [Diva] disse pra mim um dia: "Olha, Ercília, o falecido nosso avô era um homem bem de vida. Ele trazia tropa de cima da serra, trazia gado".
> Alessandro – De cima da serra onde?
> Ercília – De São Francisco de Paula. Subindo ia pra cima da serra. Diziam que meu avô trazia... Não sei se ele tinha terreno lá, não sei se não tinha, porque a falecida mãe nem, nunca falou isso. A minha tia que falou, lá Osório nos encontramos [Diva e Ercília] na igreja. O meu falecido avô tinha bens, e agora?[161]

É interessante observar que há elementos narrativos comuns quando se referem a Manoel Inácio Filho, porém os relatos são mais numerosos e detalhados, já que se trata de um personagem conhecido diretamente pelos entrevistados, e, mais significativo, há um paralelismo, e mesmo uma relação de *causalidade* entre a escolha dele como tropeiro e o presumido parentesco e apadrinhamento pela casa-grande.

> Diva – Família dele é serrano. Eles eram campeiros. Era tropeiro, era laçador, ele sabia. As coisas que tinha que fazer ele sabia. Da época dele, né? Então a gente tinha, aquela coisa boa, quando chegava domingo, a gente tava feliz, todo mundo que era sábado.[162]

---

[160] Evidentemente, todos tropeiros possuíam a habilidade para desempenhar o papel de campeiros. A recíproca não é verdadeira: nem todos os capacitados para as lides do gado gozavam de confiança e prestígio para a condução de tropas para Cima da Serra.

[161] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 26 de agosto de 2001 na Prainha. Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi. Relatos similares encontram-se na entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório e na entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

[162] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório. Esse excerto possui, apenas, um caráter de exemplificação. São muito numerosos os relatos das atividades de Manoel Inácio Filho como tropeiro.

> Diva – Meu pai era, meu pai era tropeiro, como se diz, ele nos criou assim, ele era tropeiro, ele saía oito dias pra lá, pra cima da serra, descia com a tropa de gado gordo pra vir pra Osório pra Conceição do Arroio. O gado vinha de cima da serra. Pra cá. Pra cá tinha, né, mas *ele às vezes trabalhava praqui porque conhecia todo mundo, era só essa gente rica que ele conhecia, porque ele era afilhado não sei de quem, essa gente rico, tudo, só rico!* Nós não somos de família pobre, a gente é pobre, não, da graça de Deus, mas é uma família direita, mas família que nunca passou fome e nunca andou dizendo que não tem, que não posso, que eu não vou fazer. Não.[163]

O pai de dona Eva Marques Correia chamava-se Bento, e era filho de Merêncio. As narrativas desta senhora a respeito de seu pai assemelham-se bastante às de suas primas acerca de Manoel Inácio Filho. Bento Merêncio também teria trabalhado como campeiro e tropeiro junto a famílias terratenentes no Morro Alto, com as quais mantinha boas relações.

> Eva – Ele foi levar uma tropa de gado junto com o seu João, falecido João Machado, que era filho do seu Maneca Machado, um fazendeiro que tinha quem vai pra Capão [aponta em direção a Capão].
> Rodrigo – E ele era tropeiro?
> Eva – Ele, [balança a cabeça afirmativamente] o falecido meu pai era tropeiro. Tropeiro, domador, ele era danado. Só que era muito doente, coitado.
> Rodrigo – E se dava com esses Machado?
> Eva – Tudo! [balança a cabeça afirmativamente]
> Rodrigo – Trabalhava pra eles?
> Eva – Trabalhou, nunca, não sei se o senhor viu falar no Antonico Marques que era brabo que era um tigre, né? Até com esse ele trabalhou. [balança a cabeça afirmativamente] Ele era muito trabalhador e sabia muito lidar no campo, né? Ele trabalhou. Seu Miguel Ventura, tudo era nosso amigo.
> Rodrigo – Campeiro mesmo.
> Eva – Era, campeiro [balança a cabeça afirmativamente]. O meu pai era. [respira fundo] Era campeiro, domador, ele era danado. Laçador, né.[164]

Percebe-se uma tensão entre as falas quando se diz, com convicção, que o Machado *não gostava de nego* e os assediava com tiros para o alto, ao mesmo tempo em que sublinham relações menos assimétricas entre seus pais e avós e aquela família. No entanto, essa tensão expressa o caráter ambíguo da sua condição, a um só tempo pertencendo a um campesinato negro que logrou permanecer na região, e representando o seu extrato que sofreu menores infortúnios.[165] No pós-Abolição, os antigos escravos tropeiros ensinaram, tal como a carpintaria, as lides do campo para seus filhos, que encontraram, assim, um capital social que os diferenciava daqueles que trabalhavam

[163] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório. Grifos meus.
[164] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[165] O que explica a hesitação de dona Diva em definir-se como pobre ou não, ou de apontar Manoel Inácio como branco ou como escravo. Ver capítulo 2.

exclusivamente na lavoura. Desnecessário dizer que tais atividades propiciavam também um mecanismo de acumulação mais estritamente pecuniário, mas nisso não se esgotavam as vantagens advindas dessa posição, que também era simbólica e social. Não afirmo que *apenas* as *gentes* de Felisberta, Manoel Inácio e Merêncio ocupassem um lugar de "elite" [166] no campesinato negro da região. Foram essas, no entanto, que me foi possível acessar neste trabalho. Não há dúvidas de que, tropeando gado e trabalhando como marceneiros, essas famílias alcançaram um estatuto privilegiado. É exatamente por essa razão que celebraram, preferencialmente, casamentos entre si.

*Estratégias matrimoniais*

No dia 27 de fevereiro de 1918, Felisberta Inácia Marques declarava, no Tabelionato de Maquiné, o nascimento de seu filho Manoel Inácio Marques. O registrado, de "cor preta", tinha 27 anos na ocasião, dado que nascido no dia 15 de janeiro de 1891.[167] Não havia registro de seu pai; apenas da mãe e da avó materna, Sibirina Tereza Marques. Manoel Inácio Marques Filho foi registrado já depois de se casar, fato que havia ocorrido três anos antes. Imagino o orgulho de Felisberta naquele 4 de setembro de 1915, quando, mais do que o matrimônio do primogênito do sexo masculino, ganhava concretude uma aliança matrimonial duplamente favorável:

> Casamento de Manoel Inácio Marques, solteiro, 22 anos de idade, lavrador, natural deste Estado, filho natural de dona Felisberta Inácia Marques, natural deste Estado e residente neste distrito e dona Clara Amélia da Rosa, solteira, 19 anos de idade, profissão doméstica, natural deste Estado e residente neste distrito, filha legítima de Ermenegildo Luiz Francisco[168] e de dona Amélia Ermenegilda Francisca [sic]. Assinaram a rogo dos contraentes por não saberem ler nem escrever.[169]

[166] Grafo "elite" entre aspas por compartilhar da advertência de Liane Müller: "Devido às próprias especificidades do processo histórico brasileiro, torna-se difícil configurar esse grupo diferenciado de negros dentro dos conceitos de elite mais utilizados na historiografia e nas ciências políticas, razão pela qual sempre que o termo for utilizado será colocado entre aspas. Esse fato remete para a necessidade urgente de construirmos categorias de análise próprias à realidade brasileira, tarefa essa que, diga-se de passagem, extrapola em muito os objetivos desse trabalho" (Müller, 1999, p. 12).
[167] IJCSUD - CHF, Mcf. 1444093, It. 8, livro 1 de registros civis de nascimentos do tabelionato do distrito de Maquiné, f. 90, ano de 1918.
[168] O sogro de Manoel Inácio Filho era um camponês negro da região, como Felisberta.
[169] IJCSUD - CHF, Mcf. 1444093, It. 10, livro 1 de registros civis de matrimônios do tabelionato do distrito de Maquiné, f. 7v-8, ano de 1915. A respeito da apresentação da mãe de Clara como Amélia Ermenegilda, ver capítulo 5 sobre o uso do nome do marido como *tecnonímico* como forma a criar legitimidade para uma relação.

Afirmo que essa aliança era favorável pela noiva tratar-se de uma neta de Serafina; ou seja, neta de uma prima de Felisberta e sua cunhada, e sobrinha-neta de Manoel Inácio. Ao mesmo tempo em que a aliança com uma prima reforçava laços de solidariedade internos ao grupo familiar – e, inclusive, consolidava a equiparação com parentes mais bem-sucedidos, esboçada no batismo de Mercedes –, não era, contudo, apenas uma aliança autocentrada naquela família extensa. Era, ainda, um vínculo social estabelecido com outros camponeses negros de estatuto social simétrico, já que o avô materno de Clara era Merêncio Jacinto Marques.[170] Esse casamento era, para aquela família, uma rara e feliz combinação entre duas soluções possíveis para problemas que a tensionavam – endogamia ou exogamia, reforço de vínculos internos ao núcleo familiar ou criação de alianças com famílias de estatuto social similar.

Essa tensão foi sintetizada por Bourdieu, no que toca ao discurso dos nativos da Cabília, em relação a casamentos realizados no interior do núcleo familiar ou com elementos externos a ele.

> A escolha entre a fusão e a fissão, entre o dentro e o fora, entre a segurança e a aventura, impõe-se a propósito de cada casamento: se ele garante o máximo de proteção ao grupo mínimo, o casamento com a prima paralela não faz senão redobrar a relação de filiação pela relação de aliança, desperdiçando assim, por essa espécie de redundância, o poder de criar alianças novas que o casamento representa; o casamento distante, ao contrário, não pode oferecer alianças prestigiosas senão ao sacrificar a integração da linhagem e a relação entre os irmãos, fundamento da unidade agnática. É o que repete de forma obsessiva o discurso nativo (Bourdieu, 2009, p. 307).

É bem verdade que o autor se refere a casamentos entre primos paralelos, enquanto essa família, quando se casou com primos, celebrou os matrimônios com primos cruzados: ao contrário da patrilinearidade da Cabília, a sociedade em Morro Alto admite critérios bilineares de filiação (Barcellos *et al.*, 2004, p. 210). Retenhamos, porém, do excerto de Bourdieu, a existência de uma tensão existente entre casamentos realizados no seio do núcleo familiar e alianças matrimoniais com outras famílias da região – escravas, nas gerações mais remotas, ou de camponeses negros. O gráfico genealógico abaixo dá conta de uma relação privilegiada entre descendentes das escravas Inácia e Eufrásia – que possivelmente eram já aparentadas – e, ao mesmo tempo, da recorrência de casamentos entre primos.

[170] A própria Clara já era fruto de um casamento entre primos, já que seu avô paterno era tio materno de seu avô materno.

**Gráfico genealógico 5 – Casamento entre Manoel Inácio Marques Filho e Clara Amélia da Rosa**[171]

Em entrevista não-datada, realizada em fins de 2001 ou início de 2002, um neto de Ramão Inácio Marques identificou Merêncio como sobrinho de seu avô.[172] Afora a possibilidade de se tratar do parentesco classificatório segundo o qual todas as pessoas mais velhas devem ser identificadas como "tio" (Barcellos *et al.*, 2004, p. 213), isso aponta para uma possível relação familiar entre Eufrásia e Inácia. Efetivamente, os livros de batismo oferecem alguns indícios nesse sentido. Suponho que a mãe de Inácia se chamasse Isabel, quer porque Angélica aparecesse como Angélica Inácia Isabel no testamento de Francisco Pastorino (ver capítulo 5), quer porque a avó materna de Serafina aparecesse no seu registro de batismo como "Inácia Isabel".[173] Ora, no registro de batismo de Merêncio, sua avó materna também aparece como Isabel, e não como

[171] Fonte: registros de batismo da IJCSUD – CHF e relatos orais. Além do casamento entre os primos-segundos Manoel Inácio Marques Filho e Clara Amélia da Rosa, temos nessa árvore genealógica Felisberta Inácia Marques e Manoel Inácio Marques como primos-irmãos e Ermenegildo Luiz Francisco e Amélia Ermenegilda da Rosa como primos em segundo grau.

[172] Entrevista com o senhor Ramão Maria da Silva, não datada, em fins de 2001 ou início de 2002. Entrevista realizada por Daisy Barcellos, Miriam de Fátima Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer.

[173] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 4, livro 2 de registros de batismos de escravos de Conceição do Arroio f. 63v, ano de 1857. A respeito da prática de juntar o nome materno ao prenome, ver capítulo 5.

Eufrásia, conforme apontado no registro de batismo de sua mãe Jacinta.[174] Os indícios são confusos e qualquer afirmação mais conclusiva seria temerária. Por ora, basta dizer que, de acordo com os elementos aqui reunidos, é possível sugerir que os laços "exogâmicos" entre as famílias de Manoel Inácio e Merêncio podem ser "endogâmicos" sob o ponto de vista de um parentesco mais remoto.

**Foto 12 – Manoel Inácio Filho, Clara Amélia de Jesus e sua neta Beta**
Acervo particular de dona Aurora Inácia Marques da Silva

**Foto 13 – Manoel Inácio Filho, com suas filhas Eva e Maria**
Eva à sua direita e Maria à sua esquerda
Acervo particular de dona Eva Inácia Marques

[174] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101 It. 4, livro 2 de registros de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 61r, ano de 1856 e 1r, ano de 1841.

**Foto 14 – Clara Amélia de Jesus, no casamento de sua sobrinha Edite Maria da Rosa**

Clara à esquerda da noiva (à direita na foto)
Acervo particular de dona Eva Inácia Marques

Já é tema clássico na antropologia, (ver Lévi-Strauss, 1976 e Dumont, 1975), a preferência dada em diversas sociedades, ao casamento entre primos cruzados. Embora a análise da possível presença desse fenômeno entre cativos e descendentes extrapole as ambições analíticas deste estudo, é digno de registro o fato de que Manoel Inácio se casou com a filha de um irmão de sua mãe, de que Ermenegildo Luiz Francisco contraiu matrimônio com a neta de uma irmã de seu pai, assim como Manoel Inácio Filho. No caso específico, o casamento com primas cruzadas pode ser uma maneira de escolher parceiras "familiares", mas não pertencentes à linhagem paterna.[175] Além disso, em se tratando de cativos como Manoel Inácio e Merêncio, referidos como filhos da família senhorial, é evidente a impossibilidade de estabelecer alianças matrimoniais com primas paralelas patrilaterais.

Em certa ocasião, dona Diva comparou meu trabalho investigativo a respeito da história familiar com o esforço que seu pai tinha, a cada vez que uma filha se casaria, a respeito da família do noivo: se se tratava de uma "boa família", com bons antecedentes, enfim, se se trataria de uma aliança familiar favorável e se a filha estaria entregue em boas mãos.[176] Não há dúvida de que celebrar casamentos entre primos poupava esse trabalho, já que os núcleos dos nubentes já eram conhecidos de longuíssima data. Não há dúvidas de que não se pode circunscrever os casamentos entre primos a uma mera

[175] Não se pretende o parentesco entre escravos e descendentes como dravidiano, apenas se aponta uma temática de interesse para investigações posteriores.
[176] Diário de campo de 7 de janeiro de 2009 em Osório.

estratégia de manter indivisa a propriedade da terra, haja visto que essa família já se casava entre si desde antes de tornar-se terratenente.[177] Mesmo após, as terras da família do pai de Clara eram no Borba, sem continuidade territorial ao Espraiado. Parece haver, pelo contrário, uma economia do afeto (Elias, 1990) no sentido de promover casamentos mais sólidos com famílias de quem se gozava de maior intimidade. Há, no entanto, além disso, um esforço por celebrar casamentos com famílias com condição social mais ou menos simétrica.[178]

Entre os filhos de Manoel Inácio e Felisberta, a aliança matrimonial com parentes de Merêncio surgiu, além dos evidentes vínculos de amizade, como uma alternativa no sentido desse ideal de simetria: para além do pressuposto parentesco, contava sua condição de terratenente, de possível filho da família senhorial, e as atividades econômicas de tropeiro e carpinteiro, que o conectavam, inclusive, ao *ilegítimo* Belizário.

**Quadro 5 – Alianças matrimoniais entre as famílias de Manoel Inácio e Merêncio – primeira metade do século XX**

| ***Nome*** | ***Cônjuge*** | ***Parentesco com Merêncio*** | ***Nome*** | ***Cônjuge*** | ***Parentesco com Merêncio*** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Belizário** | Emília | Filha | **Maria** | Timóteo | |
| **Pulquéria** | Zeferino José Teodoro | | **Manoel Inácio Filho** | Clara Maria de Jesus | Neta |
| **Angélica** | Solteira | | **Mercedes** | Bento Merêncio | Filho |
| **Raquel** | Solteira | | **Ladislau** | Solteiro | |
| **Rosalina** | Solteira | | **José** | Solteiro | |

Há, não há dúvidas, uma *preferência* pela família de Merêncio. De cinco filhos de Felisberta e Manoel Inácio, que se casaram – ou quatro, apenas do último, ou três, considerando apenas os legítimos –, três casaram-se com filhos e uma neta de Merêncio. Porém, há outro aspecto a ser ressaltado. À parte Belizário que, sendo *ilegítimo*, gozava de autonomia para estabelecer a estratégia matrimonial que julgasse mais conveniente, e Pulquéria, que desposou um camponês negro tão despossuído quanto ela e estabeleceu-

[177] A não ser que se considere a possibilidade de manter indivisas roças familiares de cativos no interior da propriedade escravista, a famosa economia dos escravos ou "brecha camponesa", como queiram os leitores.

[178] Acerca desse ideal de simetria, Bourdieu assinala: "(...) o mais velho não pode realizar um casamento demasiado alto, não apenas por medo de ter que um dia restituir o *adot* , mas também e principalmente porque sua posição na estrutura das relações de poder doméstico se encontraria ameaçada por esse *adot*; ele não pode realizar um casamento demasiado baixo, por medo de se desonrar com a má aliança e de se colocar na impossibilidade de dotar os mais novos. Quanto ao mais novo, ele deve evitar, mais do que o mais velho, os riscos e os custos materiais e simbólicos da má aliança, pode menos ainda, sem se expor a uma condição dominada e humilhante, entregar-se à tentação de realizar um casamento expressamente acima de sua condição" (Bourdieu, 2009, p. 253, Grifos meus).

se como agregada no Pontal de Miguel Ventura,[179] os casamentos celebrados pelos demais irmãos estavam sujeitos ao arbítrio familiar.[180]

Uma determinada *configuração* do conjunto de irmãos e a situação específica de cada moça e de cada rapaz podiam ser determinantes nas estratégias matrimoniais adotadas que, aponta o autor, eram cartadas em um jogo familiar mais amplo, e não iniciativas individuais (Bourdieu, 2009, p. 325). Foi decisivo nessa família o fato de que o primogênito do sexo masculino fosse, apenas, o quarto filho. Enquanto seu irmão não se casou, suas irmãs foram privadas da possibilidade de também contrair matrimônios favoráveis. Angélica, Raquel e Rosalina permaneceram solteiras, sendo que a primeira e a terceira tiveram filhos. É possível que o imperativo de espera de que seu irmão homem estivesse em condições de contrair matrimônio as tenha impedido de desposar os pais de seus filhos.

Desconheço se Maria se casou antes ou depois de seu irmão Manoel. Sei, porém, que Timóteo, seu marido, ou não era de Morro Alto, ou de era de uma família da região que não deixou marcas significativas, já que não é lembrada pelos moradores da região nos dias de hoje. É possível, assim, que ou Maria tenha esperado o casamento de seu irmão mais novo, ou tenha promovido um matrimônio menos vantajoso por motivações afetivas alheias ao interesse familiar, contrariando o imperativo de esperar por Manoel Inácio Filho. Isso não deixa de ser o mesmo que Angélica e Rosalina fizeram, ao ter filhos sem se casar. Talvez com uma carga de dramaticidade menor que a percebida em Cabília por Bourdieu, atitudes desviantes "em relação à trajetória mais provável (...) [sejam] ressentida [s] como um desafio lançado à família em questão, mas também a todo o grupo". (Bourdieu, 2009, p. 328) É, ainda, plausível que essa situação tenha

[179] Segundo seu neto, Pulquéria já era mãe quando se casou com Zeferino José Teodoro. Diferenciando "pais para fazer" e pais para "criar", ele sublinha que sua avó já era "usada". Zeferino ajudou Pulquéria a criar sua mãe. Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre. Desse ponto de vista, tratava-se de um casamento altamente vantajoso, já que um homem assumiu crianças de outro pai que necessitavam ser criadas.

[180] Para Bourdieu, "Admitindo-se que o casamento de cada um dos filhos representa para uma família o equivalente de uma cartada em um jogo de cartas, observa-se que o valor dessa cartada (medida de acordo com os critérios do sistema) depende da qualidade do jogo, no duplo sentido, isto é, tanto da distribuição quanto das cartas recebidas, cuja força é definida pelas regras do jogo, e pela maneira, mais ou menos hábil, de utilizar essas cartas. Em outros termos, já que as estratégias matrimoniais pretendem sempre, pelo menos nas famílias mais favorecidas, fazer um "bom casamento" e não somente um casamento, isto é, maximizar os benefícios econômicos e simbólicos associados à instauração de uma nova relação, elas são comandadas em cada caso pelo valor do patrimônio material e simbólico que pode ser engajado na transação e pelo modo de transmissão que define os sistemas de interesses próprios aos diferentes pretendentes à propriedade do patrimônio ao lhes atribuir direitos diferentes sobre o patrimônio conforme seu sexo e sua ordem de nascimento." (Bourdieu, 2009 p. 245).

levado Rosalina a partir para Osório, onde ganhou sustento, como lavadeira, para suas crianças, conforme será apresentado no capítulo 4.

Antes ou depois de Manoel Inácio, à revelia ou com a bênção de seus pais, Maria casou-se com um indivíduo ao que tudo indica externo à comunidade de Morro Alto e certamente de outra família que não aquela escolhida para se celebrar matrimônios de forma preferencial. Não há dúvidas de que outros fatores contribuíram para que aquela família se dispersasse e se inserisse socialmente de forma desfavorável perante seus primos. Segundo conta sua filha, Adiles Marques de Oliveira, criada por Rosalina, sua mãe faleceu quando seus filhos eram pequenos e eles tiveram que ser distribuídos entre diferentes famílias que continuaram sua criação.[181] Também a ela pertencia um irmão de nome Timóteo que, veremos no capítulo 4, é lembrado como alguém que "enlouqueceu" devido às investidas de brancos contra o terreno do Espraiado.

Uma vez casado Manoel Inácio, sua irmã mais nova, Mercedes, também pôde desposar um integrante da família de Merêncio, tio de sua cunhada.

*Os camponeses e a forca*

Entre os meus entrevistados, que viveram suas infâncias nas parcelas de seus pais, é recorrente a fala de que era episódico se recorrer ao mercado, e que o necessário à sobrevivência era produzido em casa, a exemplo dos seguintes bens de consumo:

**Quadro 6 – Plantações, indústrias vegetais, criações, indústrias animais, extrativismo – século XX**

| | O que produziam |
|---|---|
| Plantações | Cana, milho, feijão, trigo, arroz, café, banana, abóbora, batata, aipim, amendoim |
| Indústrias vegetais | Açúcar, farinha |
| Criações | Boi, vaca, porco, cabra, cavalo, galinha |
| Indústrias animais | Banha de porco |
| Extrativismo | Pesca |

Os relatos apontam para uma produção agrícola bastante diversificada, mas também indica que as indústrias vegetais só eram acessíveis aos camponeses mais bem sucedidos, que possuíam engenhos e atafonas. Aqueles que não os possuíam, ou

[181] Entrevista com dona Adiles Marques de Oliveira no dia 26 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.

pagavam pelo uso das benfeitorias,[182] ou recorriam ao empréstimo da parte de familiares mais aquinhoados.[183] Não obstante o idioma do parentesco mediar esse empréstimo, que assim se apresentava como uma oferta desinteressada, efetivamente estava condicionada à realização de tarefas, a exemplo da limpeza de casas, para Valério, primo "bem de vida", "fazendeiro" e neto de Luiz Eufrásio Marques e Serafina. Também as criações de maior monta, como bois, vacas e cavalos, estavam reservadas aos mais bem-sucedidos, ao passo que a pesca era uma alternativa produtiva apenas para aqueles que residiam nas proximidades de rios e lagoas.

No entanto, não só de subsistência se vivia. Mesmo que se produzisse a maior parte dos bens necessários à alimentação, o sal e a querosene eram buscados em vendas e armazéns, é o que se relata em diversas entrevistas.[184] Conforme visto no "mapa da tese", a perspectiva de Cardoso (1979, p. 52) era de que os camponeses costumavam recorrer ao mercado de forma episódica. Meu estudo de caso corrobora a argumentação do autor: embora os artigos aludidos sempre sejam lembrados como de consumo regular e impossíveis de se produzir no ambiente doméstico, existiam outros que, ainda eventualmente, eram necessários. Júlio Elói da Rosa, marido de Ercília Marques da Rosa e genro de Rosalina Inácia Marques, possuía um armazém na localidade de nome Prainha – o que o define como um segmento de "elite" no campesinato negro da região – no qual se abasteciam seus vizinhos. Através do relato de seu filho – situando-o já na segunda metade do século XX, portanto com novas necessidades de consumo –, se pode ter uma ideia do que Júlio Elói vendia e de quais eram as demandas daquela população, além dos cotidianos sal e querosene.

> Wilson – E o pai também tinha o armazém de secos e molhados; então a gente tinha lá as tulhas de feijão, vendia feijão, pra quem não... feijão, é, arroz, é, açúcar preto, que não tinha esse açúcar branco, era açúcar preto, açúcar preto que eles chamavam de... que eles chamam de açúcar mascavo, mascavo, farinha de trigo, sal, querosene, cachaça, bala pra molecada, [?] e aí, assim, enxada, é, machado, foice, é, sandália, tinha umas sandálias. (...) antes a gente comprava querosene, vendia querosene, sal, e... e açúcar preto, vinha dos engenhos, tinha os engenhos ali perto, não era muita coisa no

[182] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[183] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde; Diário de campo de 9 de junho de 2010 em Osório.
[184] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório; Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório; Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde; Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

> início, né, depois foi, o pai foi ampliando assim, tinha tudo, tudo, assim, de comércio tinha de tudo, secos e molhados.[185]

Alguns meios de produção como enxadas, machados e foices também deveriam ser buscados no mercado, e mesmo peças de vestuário, como sandálias. Também deveria ser esse o caso de armas de fogo e armas brancas. Aqueles que as possuíssem, evidentemente não as produziram em casa.

Percebe-se, portanto, uma contradição latente no discurso dos entrevistados: por um lado, apresenta-se a produção como destinada à subsistência, só buscando-se no mercado produtos como sal e querosene. Por outro lado, não há maiores esclarecimentos a respeito de como se pagava por tais produtos no armazém. Creio haver aqui duas razões fundamentais para a memória "evitar" esse ponto. Em primeiro lugar, quando instei as pessoas que entrevistei a falar a respeito, foram recordadas memórias dolorosas de humilhações impostas por comerciantes. "Pois eu quero esquecer daquilo", disse-me dona Eva.[186] São memórias delicadas, incômodas e doloridas, sendo mais conveniente silenciar acerca delas (Pollak, 1989). Além disso, há uma autorrepresentação da parte dessa comunidade como produtora autônoma de alimentos, minimizando os vínculos comerciais por ela mesma estabelecidos. De qualquer maneira, procurei tensionar um pouco essa contradição (só depois percebi quão doloroso poderia ser) no que ela pode ser esclarecedora dos circuitos mercantis de um grupo social que se pensa – e foi pensado por determinada *teoria do campesinato* – como isento de vínculos com o mercado, perguntei aos diferentes entrevistados como é que se obtinha dinheiro para pagar o mercado.

[185] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.
[186] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

| Quadro 7 – Falas sobre como pagavam as mercadorias no armazém – século XX | |
|---|---|
| 1) | Endividavam-se. Nem sempre restavam excedentes para venda. Pagavam com alguns tostões que recebiam pagos por Miguel Ventura.[187] |
| 2) | Compravam fiado para pagar depois ou nunca mais. Tiravam ovos ou uma galinha para pagar o armazém. Podiam pagar em serviço.[188] |
| 3) | A aquisição de mercadorias fiado é associada a uma "forca", porque se perdia o controle sobre o quanto se comprara e o quanto se gastava, e poder-se-ia imputar dívidas não realizadas. No armazém de Goldani, além de ser muito caro, o endividamento pelas aquisições fiadas deveria ser realizado nas plantações dos camponeses da região. Pagava também o trabalho de um mês inteiro com mercadorias – meio porco – consideradas desproporcionais ao serviço prestado.[189] |
| 4) | Seu marido não gostava de comprar fiado – há uma valoração negativa para compras fiadas.[190] |
| 5) | O pai de Edite nunca ficou endividado "ele sempre foi certinho, nas contas dele!" [191] |
| 6) | Para pagar pelo uso do engenho e o mercado, usavam do dinheiro ganho nas granjas e na comercialização de leite.[192] |
| 7) | A família de Wilson produzia excedentes vendidos para o balneário de Capão da Canoa através da navegação lacustre.[193] |
| 8) | A maior parte da produção era para subsistência. O máximo que se vendia era um porco, uma galinha, banana.[194] |
| 9) | Os irmãos de seu pai pescavam comercialmente.[195] |
| 10) | A venda de cobertas era uma maneira de adquirir um dinheiro para aquisições no mercado.[196] |
| 11) | Vendiam os produtos para a praia, aonde chegavam através de carroças.[197] |
| 12) | Café, sal, charque, roupa eram comprados em armazéns em Maquiné. Seus pais tinham dinheiro para fazer estas aquisições porque ele trabalhava como carpinteiro e ela como costureira.[198] |

Os dois primeiros excertos, retirados das entrevistas com um neto de Pulquéria Felisberta, dão conta de como as relações mercantis eram vividas pelo setor desse campesinato negro em uma situação de maior fragilidade, isto é, aqueles que dependiam de uma relação de agregação com um grande fazendeiro. Os relatos apontam para uma dinâmica de endividamento com os armazéns da região. Quando não sobravam excedentes para pagamento do armazém, sacrificavam-se criações, apelava-se pra venda de ovos ou ainda para os parcos recursos pagos pelo fazendeiro.

Outra possibilidade era o pagamento dessas dívidas através da prestação de serviços para os proprietários do armazém. No entanto, a relação social assim desenhada não pode ser considerada um vínculo semisservil, como a permanência forçada na

[187] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[188] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 11 de fevereiro de 2009 em Porto Alegre.
[189] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.
[190] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[191] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[192] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[193] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.
[194] Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha.
[195] Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha.
[196] Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.
[197] Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.
[198] Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.

fazenda por dívidas (que Rios, 2005b, p. 247 constatou efetivamente não ser majoritária no pós-Abolição). Isso dá-se por duas razões: no caso estudado, o armazém com quem Pulquéria e descendentes mantinham vínculos de endividamento não pertencia ao fazendeiro, mas sim à família Goldani, nas regiões circunvizinhas. Além disso, os serviços prestados aos comerciantes eram episódicos, na eventualidade de não se conseguir pagar as dívidas através de outros expedientes. O que mantinha a família de Pulquéria Felisberta nas terras de Ventura não era qualquer coação econômica por meio do endividamento, mas sim a possibilidade de acesso estável a uma roça familiar, ainda que não própria.

Curiosamente, o descendente entrevistado, ao contrário de seus primos, não nutre uma relação de ressentimento em relação aos Goldani "Nunca tiveram orgulho de negro. Eles eram tudo italiano, alemão, não sei o que, mas nunca tiveram orgulho comigo. Não tinham orgulho de negro nenhum".[199] Aquele que pertence ao ramo da família em situação de maior fragilidade social percebe, anos após, o proprietário do armazém de uma forma muito mais condescendente, ou mesmo favorável, do que sua prima Eva Marques Correia: "Os Goldani depois já levaram à breca tudo".[200] Os Goldani "levaram à breca" porque, tal como apresentado no terceiro excerto, tal como uma "forca", os mecanismos de endividamento estrangulavam ainda mais os produtores da região. Talvez haja uma percepção mais negativa das atividades comerciais dessa família de comerciantes italianos no que ela havia de onerosa à economia familiar, já que as mercadorias podiam ser pagas com parte da colheita. Dessa maneira, a cobrança incidiria de forma mais desfavorável frente aos que conseguiram estabelecer roças próprias. No entanto, também existem relatos de pagamentos realizados com força de trabalho, por parte desse segmento social, também.

O quarto e o quinto excerto demonstram que existia uma valoração negativa, por parte dos segmentos mais prósperos do campesinato negro da região – tratam-se da família de Eva Marques Correia e dos pais de Edite Maria da Rosa – quanto às compras fiadas. Aqueles que podiam evitá-las, e assim que puderam fazê-lo, imprimiram uma carga evidentemente negativa a esse tipo de transação. É o caso da família de Edite (excerto 6), que podia custear as despesas no mercado através da comercialização de leite, e do trabalho nas *granjas* de arroz (ver capítulo 4), da família de dona Ercília Marques da Rosa, seu marido e cunhados (excertos 7, 8 e 9), que comercializava com o

[199] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 11 de fevereiro de 2009 em Porto Alegre.
[200] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

balneário de veraneio de Capão da Canoa peixes pescados na lagoa dos Quadros e excedentes da produção agrícola, e da família de Belizário, que encontrava na produção de cobertores, nas atividades de carpinteiro e costureira e na comercialização de produtos com a praia (excertos 10, 11 e 12) mecanismos de poupança para aquisição de mercadorias.

É importante assinalar que, com exceção da família de Belizário, os pais de Edite e as famílias de dona Eva Marques Correia e Ercília Marques da Rosa já pertencem a uma geração posterior àquela que denomino "geração de camponeses". Sendo assim, são núcleos familiares que já tiveram tempo e oportunidade para descrever uma trajetória de mobilidade social ascendente, sendo aqueles que, na "geração de migrantes" (os leitores lerão no capítulo 4, se tiverem fôlego e paciência para até lá chegarem) lograram permanecer no território de origem, não necessitando trasladar-se aos centros urbanos.

*A adaga e os grãos*

Apesar de sua prioridade cronológica, o significado da Guerra Civil de 1893-1895 na região do Morro Alto foi deixado como um "fecho" para este capítulo porque, apesar de ser tomado como definidor de experiências de liberdade no pós-Abolição (Weimer, 2008a), trata-se de um processo virtualmente ausente na memória de seus descendentes. Essa ausência, ainda assim, é instigante. Não se trata do silêncio a respeito de um passado doloroso, nos termos de Pollak (1989), mas especificamente de um esquecimento: não há qualquer oposição, resistência ou demonstração de sofrimento ao falar-se do assunto, mas um estranhamento perante uma temática que lhes é alheia e lembranças em geral imprecisas.

A "Revolução" [201] Federalista vem sendo interpretada, *grosso modo*, como um movimento de elites rurais rio-grandenses, integrantes (ou não) de antigos partidos monárquicos, reativo à implementação da República e à ascensão ao poder de um grupo minoritário de republicanos radicalizados e exclusivistas, agrupado no Partido Republicano Rio-grandense, sob a liderança de Júlio de Castilhos. Os federalistas,

[201] Utilizo o termo "Revolução" entre aspas devido a advertência expressa em minha dissertação de mestrado: "O termo "Revolução" foi empregado entre aspas para expressar a maneira como tais episódios se difundiram. Na época, os federalistas acreditavam estar fazendo uma "Revolução", sendo portanto um conceito êmico antes que um termo analítico. No entanto, compartilho da percepção existente em parte da bibliografia de que "guerra civil" é um conceito mais adequado por não ter estado a ordem social fundamentalmente ameaçada e por não ter havido risco de substituição da classe social no poder" (Weimer, 2008a, p. 183).

também chamados de “maragatos” – por ocasião da eclosão da guerra –, eram a favor de um sistema político parlamentarista, enquanto os republicanos, denominados “pica-paus” no mesmo momento, defendiam o presidencialismo. A crônica política do processo revolucionário é muito mais complexa do que essas diretrizes gerais, dada que repleta de faccionalismos, variações e reelaborações programáticas, alianças e dissidências. As forças federalistas agruparam-se na região fronteiriça ao Uruguai, e seguiram em marcha rumo aos estados de Santa Catarina e Paraná. Não pretendo contribuir na análise da história política da Guerra Civil, que se encontra muito bem documentada (Cabeda, 2003).

Em estudo anterior procurei desviar o foco de minha análise para uma história social da participação de ex-escravos na Guerra Civil (Weimer, 2008a, capítulo 3), concluindo que não se verificou um alinhamento automático dos libertos com qualquer uma das facções em conflito, e tampouco uma lealdade a toda prova aos partidos dos antigos senhores, nem uma rebelde e necessária oposição a eles. Verifiquei, em primeiro lugar, a inexistência de diferenças ideológicas significativas entre “pica-paus” e “maragatos” no que tange à questão da inserção social de antigos cativos, que justificassem a participação majoritária junto a um ou outro grupo. Verifiquei também um jogo situacional e micropolítico, onde estavam envolvidas as relações sociais travadas durante o cativeiro, que determinava onde seria mais conveniente para esses sujeitos sociais engajarem-se. Tratava-se, em suma, de um momento privilegiado para a barganha por melhores condições de vida.

Barcellos *et al*. (2004, p. 147) atribuem às atribulações decorrentes da assim chamada “Revolução” Federalista na região do Morro Alto, deslocamentos espaciais de ex-escravos para regiões mais tranquilas, acompanhando a família senhorial. Efetivamente, 15 telegramas dirigidos pelo delegado de polícia de Conceição do Arroio, Antônio Marques da Rosa, entre fevereiro e novembro de 1893 dão conta da probabilidade de que os federalistas descessem de Cima da Serra[202] através de Três Forquilhas e atacassem a sede da vila de Conceição do Arroio. Para tanto, necessariamente, a fazenda do Morro Alto estava no itinerário descrito. Essa pertencia à família Marques, aliada aos castilhistas, e era ocupada por seus ex-escravos. Os documentos demonstram uma crescente ansiedade em Conceição do Arroio e expectativa diante da chegada dos federalistas, que se intensificou no mês de setembro,

[202] A respeito do núcleo federalista em São Francisco de Paula de Cima da Serra, independente das facções “maragatas” mais conhecidas, ver Escobar (1983).

de inúmeros e urgentes telegramas, que se tornaram mais escassos, mas desesperados, em outubro e novembro.[203] Barcellos *et al*. (2004, p. 130) reuniram indícios do assédio "maragato" na antiga fazenda do Morro Alto, inclusive com o incêndio da casa do coronel Marques (Silva, *apud* Barcellos *et al*., 2004, p. 130).

Em minha dissertação de mestrado argumentei por uma maior facilidade na aquisição de terras por parte de ex-escravos devido à desvalorização de terrenos decorrente da Federalista.

> Estas restrições não anulam o fato de que diversas comunidades puderam usufruir de melhores condições oferecidas pelos anos de guerra ou imediatamente posteriores, com a desvalorização de terras devastadas e pauperização de antigos proprietários. O acesso à terra foi facilitado por esta situação. (Weimer, 2008a, p. 235).

Esse não foi, certamente, o caso de Manoel Inácio e Felisberta, que por ocasião da guerra já se encontravam estabelecidos no terreno do Espraiado, adquirido em 1890. Não se sabe como a família em questão reagiu ao assédio federalista na região.

As memórias dos integrantes da família por mim entrevistada remetem a uma lembrança abstrata a respeito da Guerra Civil que, no entanto, pode dizer respeito a diversos outros episódios de "Revoluções" no sul do Brasil. Para além da Federalista, a de 1923 e a de 1930,[204] mais próximas cronologicamente, trazem as mesmas características genericamente lembradas:

- A fuga para o mato foi realizada com o intuito de proteger-se e esconder rebanhos e produtos;[205]
- O recrutamento militar compulsório foi imposto pelas partes contendoras;
- Ocorreu a obtenção, forçada ou mediante solicitação, de recursos aos moradores por parte de soldados;
- A prática da deserção, uma vez tendo a mesma se tornado possível, indica não ter havido maior adesão ideológica às forças mobilizadas.[206]

[203] AHRS – Polícia – maço 6.
[204] O senhor Manoel Francisco Antônio, por exemplo, primo da *gente* da Felisberta, tinha oito anos por ocasião da Revolução de 1930, e recorda-se que nessa ocasião refugiou-se no mato, junto com seus familiares, para que não fossem obrigados a servir no movimento militar. Entrevista com o senhor Manoel Francisco Antônio no dia 16 de outubro de 2010 em Osório.
[205] Paulo Moreira (2002) desenvolveu uma reflexão acerca do sentido de *positividade* dado ao mato pela comunidade de Morro Alto.

Mais do que a uma imprecisão da memória em relação à diversidade de situações "revolucionárias" no sul do Brasil, depreende-se do quadro apresentado a existência de um *etnotexto* (Joutard, 1980; Mattos, 2004; Mattos, 2005a). Entende-se, com esse termo, um substrato cultural comum aos indivíduos entrevistados. Ainda que informado pelos interesses de pesquisa do entrevistador, ele emerge como um texto que diz respeito às memórias coletivas acerca não de *uma* "revolução" em específico, mas de *uma sequência* de processos conflitivos que atingiram aquela comunidade e o Rio Grande do Sul como um todo.[207]

Por esse mesmo motivo, as *vivências* relatadas adquirem muito mais importância do que situar as partes contendoras ou mesmo identificar de qual processo "revolucionário" se trata. Sem saber mencionar qual era o episódio histórico em questão, e muito menos em qual exército se encontrava engajado, dona Eva Marques Correia contou, divertida e com riqueza de detalhes, peripécias protagonizadas por seu sogro e companheiros, que deixaram derramar o leite no temor da chegada dos inimigos.

> Eva – Pois é. Falecido meu sogro contava que, meu sogro teve na guerra. Diz que eles tavam todos reunidos assim e passavam na casa de um e pediam um leite, tavam doidos de fome. Aí diz que botaram numa, numa latinha, a ferver o leite, né? Aí diz que o homem veio de onde, dizer que o leite tava crescendo, não, aí diz assim: [imita a voz] aí vem, aí vem. Aí vem tudo. Aí diz que ele agarrou, mandou o pé, aí quando voltaram aí o outro disse assim: [imita a voz] ah, rapaz, mas não era eles. Era o leite, voltaram. [risos] Olha, sempre contavam, quando chegava lá tinha derramado tudo. Não. Isso tudo é bobagem, decerto nem foi nada, né![208]

Se as memórias se fundem nesse texto coletivo acerca de guerras indistintas, seria natural que a maior parte das lembranças acerca de episódios conflitivos fosse atribuída àquele que é, por excelência, *o* processo "revolucionário" do Rio Grande do Sul: a "Revolução" Farroupilha. Pesavento (1993) destacou que essa é associada a atos de bravura e romantismo, e teria, ao menos de acordo com o discurso regionalista, mantido o Rio Grande do Sul unido perante o Império, enquanto a "Revolução"

---

[206] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto; Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde; Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório; Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[207] Ver adiante citações que exprimem o *etnotexto* referido.
[208] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde

Federalista representaria no imaginário regional, além de episódios muito sinistros, a divisão interna do Estado.

Dona Edite Maria da Rosa,[209] por exemplo, possui uma adaga que afirma, após alguma hesitação, que seu avô paterno, João Colona, teria portado na "Revolução" Farroupilha. Entrevistada, ela concluiu que ele lutou na guerra dos Farrapos ao lado dos legalistas – apesar disso não ser factível cronológica e geracionalmente. As insígnias da guarda da adaga de seu avô, por outro lado, exibem o brasão da República.

**Foto 15 – Adaga de dona Edite Maria da Rosa**
Foto: Rodrigo de Azevedo Weimer

**Foto 16 – Insígnia republicana na guarda na adaga de Edite Maria da Rosa**
Foto de Rodrigo de Azevedo Weimer

[209] Edite Maria da Rosa é prima-irmã de Aurora e Diva Inácia Marques pelo fato de suas mães terem sido irmãs.

**Foto 17 – Edite Maria da Rosa com a adaga de seu avô paterno – com bainha**
Foto de Rodrigo de Azevedo Weimer

**Foto 18 – José Inácio da Rosa com a adaga de seu pai**
José Inácio da Rosa era pai de Edite
Fonte: SMCO, acervo fotográfico do antropólogo Norton Corrêa.

Não obstante dona Edite se recorde das narrativas de João Colona como referentes à Guerra dos Farrapos, é nela que iremos encontrar as falas mais precisas acerca da "Revolução" Federalista, por ele ter sido inspetor de polícia do regime republicano. Segundo ela, seu avô lutava no mato e foi levado a situações em que morte ou vida estavam em jogo:

> Edite – Ah, da guerra... Meu avô..., ele contava pra nós... só que ele botava muito medo em nós, ele contava que ele participava da guerra, que eles ficavam muitos dias andando no mato, perseguindo, né, que eles lutavam e eles não tinham medo de morrer, né, valente, portanto..., ele foi, um, como é que eu vou dizer, inspetor, naquela época se chamava inspetor, né, além do prefeito, do... do prefeito, não, do delegado, tinha o subdelegado, né, como é, e o inspetor.
> Rodrigo – Inspetor?
> Edite – É inspetor, ele era inspetor, então ele prendia os bandidos. Como meu irmão era guri novo, então para ele assim, ter mais conhecimento, ter... Saber da vida, então ele colocava que para ser homem tinha que ser corajoso, valente; mas aí nós brincávamos que não, o senhor que vai matar todo mundo. Não, o que acontece, ou eles ou eu, era uma das duas, eles tinham que escolher e muitas vezes eles matavam as pessoas porque tinham que matar.[210]

As narrativas de seu avô eram ironizadas pelas crianças quando ele instava seu neto a um modelo de masculinidade que privilegiava a coragem e a valentia e eles indagavam-lhe se esses valores implicavam na morte de outras pessoas, e ele lhes explicava que, na guerra, estava em jogo matar ou morrer.

O caso do avô de Edite parece ser uma exceção, na medida em que ele parece fazer parte de uma "elite" negra que ascendeu a um cargo de inspetoria entre as forças republicanas. Assim sendo, tinha uma relação de compromisso com o Partido Republicano Rio-Grandense, desempenhando regularmente tarefas de polícia. A maior parte dos recrutados, no entanto, o fazia aparentemente sem vinculação partidária mais sólida – quer por laços ideológicos mais tênues, quer por interesses episódicos e estabelecidos em escala microscópica, quer pelo puro e simples recrutamento forçado (Weimer, 2008a, p. 220-236). Esse parece ser o caso do sogro de Manoel Inácio Filho, o único outro personagem referido, além do avô paterno de Edite, de quem se tem um relato mais específico de participação no conflito federalista.

[210] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.

Ao contrário de João Colona, Ermenegildo Luiz Francisco,[211] avô materno de Diva e Aurora, teria lutado ao lado dos "maragatos" – mas isso não é lembrado com muita certeza e nem se dá uma atenção muito grande a essa informação. Era, não um integrante de forças militares, mas um camponês negro da região.[212] Foi recrutado de forma forçada, e tão logo pôde, abandonou as forças federalistas. Nas seguintes falas podem ser encontradas características do "etnotexto" apontado.

> Rodrigo – E seus avós nunca lhe falaram sobre uma guerra que aconteceu entre pica-paus e maragatos?
> Aurora – O falecido meu avô serviu.
> Rodrigo – Quem era esse avô?
> Aurora – Manoel... Ermenegildo Luiz Francisco.
> Rodrigo – Ele serviu nessa guerra?
> Aurora – Serviu.
> Rodrigo – Ele serviu junto com os maragatos ou com os pica-paus?
> Aurora – Maragatos.
> Rodrigo – Os maragatos?
> Aurora – Uh-hum [balança a cabeça afirmativamente]
> Rodrigo – E ele contava história dessa guerra?
> Aurora – Contava.
> Rodrigo – Que que ele contava?
> Aurora – Ah, eles se escondiam no mato.
> Rodrigo – Porque que se escondiam no mato?
> Aurora – Ah, não... eles não pegar eles, né?
> Rodrigo – Não pegar eles.
> Aurora – É. Aí não... numa época ele andou junto com eles. Eles davam cavalo, davam tudo, pra ele andar, e ele andou. Aí depois ele enjoou, já tava nervoso, decerto. E parou.
> Rodrigo – Parou.
> Aurora – Ele conversava sempre com a gente.
> Rodrigo – Foi embora?
> Aurora – Aí terminou a guerra.
> Rodrigo – Terminou a guerra.
> Aurora – Terminou.
> Rodrigo – Diz que foi uma mortandade muito grande essa guerra.

---

[211] Sobrinho de Manoel Inácio Marques.

[212] A situação do avô de Aurora e Diva exemplifica um tipo de transação de trabalho por terras que acredito ter sido corrente na região, contudo, raramente adquirindo registro escrito. Muito embora tenha nascido livre, filho da liberta Serafina, trabalhou de forma não-remunerada para um integrante da família Marques e, em inventário dele (APERS, COA - CA, estante 159,caixa 027.0334, auto 789, inventário de Manoel Marques da Rosa, ano de 1913), recebeu terras em troca do pagamento monetário. Segundo Barcellos *et al*. (2004, p. 136) "Além do trabalho especializado, sabemos que *alguns dos forros conseguiram ter acesso à terra por meio de dívidas contraídas pelos seus ex-senhores por meio de trabalho não-remunerado: os mesmos passavam a vida a servi-los como se escravos fossem e, ao fim da vida, recebiam um quinhão de terras em pagamento.* A maioria desses trâmites dava-se no âmbito da informalidade, sem registro escrito, portanto. Todavia, o caso de Ermenegildo Luiz Francisco parece ser exemplar, e felizmente, pudemos acessá-lo por meio do inventário de Manuel Marques da Rosa, datado de 1913. Ao serem listadas as dívidas passivas do falecido, constata-se que Ermenegildo era credor de 300$000 réis, relativos a '*serviços que prestou ao referido finado'*. Foram-lhe destinadas, pois, parcela das terras que o falecido possuía no Espigão do Morro Alto. Em 1915, este último requereu a passagem de uma guia comprobatória de que era proprietário do dito terreno, a fim de que pudesse pagar o imposto territorial". Dona Diva relata que seu avô, mais tarde, ficou sem nada, porque queimou sua casa, e seu sobrinho Valério "deu casa" para a família de Ermenegildo morar, instalando-se este no Borba. Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

> Aurora – Foi. Uma mortandade muito grande, ele falava.
> Rodrigo – E teve guerra lá no Morro Alto ou foi em outros lugares?
> Aurora – Foi em outros lugares. No Morro Alto eles falavam muito. Até eles escondiam os cavalos, porque eles só chegavam e... e era uma tropa grande, pegavam os cavalos... já saíam [movimenta a mão direita sinalizando a saída]
> Rodrigo – Escondiam os cavalos pra não levarem.
> Aurora – É, escondiam os cavalos no morro, num lugar que eles não achavam. Porque era um trilhozinho, né, e as casas sempre eram na beirada assim.[213]

> Rodrigo – Ele era maragato ou era pica-pau?
> Diva – Era maragato. Parece que era maragato. Ele serviu.
> Rodrigo – Ele serviu.
> Diva – Ele serviu. E o...
> Rodrigo – Ele lhe contava histórias dessa guerra?
> Diva – Ele contava que diz que tinham que ir pro mato escondido, pra não, pra não ir, pra eles não matar eles. Porque é tudo mato, tinha assim que nem tá lá, é só mato, tinha esse morro ali, tu, agora se vê casa, mas não se via nada, era só mato, né, tu entrava mato adentro que se ia. Nunca mais a pessoa te achava. Os maragatos iam atrás. Não achavam. Pra ti servir, pra ti ir pra lá pra guerra. O meu avô serviu nessa guerra.
> Rodrigo – Ele não conseguiu. Foi pro mato mas não conseguiu escapar.
> Diva – Não. (...)
> Rodrigo – Mas ele foi recrutado à força, a senhora sabe, ou foi porque quis?
> Diva – Não! Só... Eles chegavam assim na casa como nós tamos aqui, botavam pela frente e vamos.
> Rodrigo – Vamos.
> Diva – Não tinha e não tem esse negócio de tu vai ou tu vai ficar. Vamos.
> Rodrigo – E aí ele foi.
> Diva – Aí teve que ir, né? Daí ele serviu lá, ficou lá não sei se um mês ou quinze dias, quando ele pôde fugir, ele fugiu.
> Rodrigo – Aí ele fugiu.
> Diva – Ele fugiu, mas o nome tava lá, né?[214]

Essa parece ter sido a forma mais comum de participação do grupo estudado em eventos militares. Ao contrário de João Colona – que tem vínculos de aliança com a família em questão, mas não pertence a ela –, as estratégias de busca pela cidadania passaram pelo pagamento de impostos e regularização da situação fundiária, e não de um engajamento militar que é lembrado a partir de uma participação episódica. O recrutamento forçado e a expropriação de cavalhadas – não apenas na Federalista, mas em outros episódios bélicos – são lembrados até hoje justamente por terem representado um inconveniente à economia camponesa que se almejava desenvolver. Ao contrário de João Colona, portanto, a "*gente* da Felisberta" buscava uma inserção social não através da adaga, mas através dos grãos que produzia.

[213] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[214] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

***

A guerra civil de 1893-1895 gerou traumas profundos e divisões acirradas na sociedade gaúcha. Possivelmente, a cisão entre republicanos e federalistas não foi tão profunda no campesinato negro de Morro Alto. É o que indica, ao menos, a aliança entre uma família de "pica-paus" e outra de "maragatos", entre a adaga e os grãos, realizada quando João Colona e Ermenegildo Luiz Francisco promoveram o casamento de seus filhos José Inácio da Rosa e Maria Ermenegilda da Rosa, pais de Edite. José Inácio da Rosa adquiriu terras nas proximidades da região de onde sua esposa era oriunda, e hoje seus filhos possuem ali o seu quinhão. Em outros termos, João Colona lutara, mas seu filho, por fim, também veio a tornar-se um pequeno produtor de alimentos. Aparentemente, a ascensão social por meio da adaga era englobada pelo mesmo "projeto camponês" que levara Manoel Inácio[215], no ocaso do século XIX, a adquirir terras no Espraiado com a finalidade de produzir grãos, e processá-los na atafona do Ramalhete a fim de "fazer farinha para criar crioulas".

[215] Se associarmos a adaga à *rua* e os grãos à *casa*, perceberemos uma confirmação da intuição de DaMatta (1991, p. 19-20), no qual a segunda *engloba* a primeira, nos termos de uma oposição hierárquica tal como proposta por Dumont (1985).

# Capítulo 4 – Geração de migrantes[1]

> Mira la casa vacía, nuestros hijos desperdigados por el mundo, y nosotros dos solos otra vez como al principio. (Márquez, 2006 p. 132)

Entre a Primeira República e a Ditadura Militar, o Brasil modificou seu perfil rural para um país majoritariamente urbano. Tais alterações no perfil demográfico nacional, paralelas a um grande crescimento populacional, foram interpretadas como decorrentes de migrações rurais-urbanas a fim acompanhar o desenvolvimento industrial do país (Patarra, 2007). O município de Conceição do Arroio/Osório não foi alheio a essa tendência geral do país, como se pode acompanhar pela tabela e pelo gráfico a seguir. Apresenta-se a tendência de participação relativa de sua população rural, suburbana e urbana entre 1920 e 1950. A primeira, embora tenha sofrido um crescimento em números absolutos, certamente decorrente de sua reprodução endógena, decaiu em termos relativos, em virtude de migrações para o meio urbano.

**Tabela 7 – População rural, suburbana e urbana em Conceição do Arroio / Osório (1920-1950)**

| | 1920 | 1940 | 1950 |
|---|---|---|---|
| Rural | 16500 (95,93%) | 29121 (85,94%) | 35822 (83,18%) |
| Suburbana | 0 | 1947 (5,75%) | 3609 (8,38%) |
| Urbana | 700 (4,07%) | 2817 (8,31%) | 3637 (8,44%) |

[1] Uma versão parcial e preliminar deste capítulo foi discutida no XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio (Rio de Janeiro, 2010) e publicada em Weimer, 2011b.

**Gráfico 4 – População de Conceição do Arroio (1920-1950)** [2]

Com esse gráfico, não pretendo apresentar um "cenário" estático no qual se desenrolaram as ações dos personagens cujas narrativas e trajetórias de migração conto a seguir. A tendência geral é apresentada como ponto de partida, não como um ponto de chegada. Não basta relacionar tal processo às suas determinantes estruturais; há também, a par do processo de industrialização que demandou a mão-de-obra migrante, que verificar as motivações que levaram contingentes populacionais a se mover do campo para a cidade. É a partir dessas motivações, tal como lembradas pelos próprios protagonistas dos processos migratórios, que pretendo os perceber não como números nas curvas do desenho de um gráfico, mas como agentes que contribuíram, com motivações muito específicas, a definir o seu formato.[3]

Revel assinala que a micro-história surge em um momento de crise de um modelo de história social cujos métodos de pesquisa "se inscreviam globalmente numa perspectiva macro-histórica que eles não explicitavam nem testavam" (Revel, 1998, p. 18). Diante de uma crescente recusa por tomar a quantificação de dados seriados como expressão de uma realidade objetiva, em lugar de problemas de pesquisa, procurou-se problematizar a *escala de observação* como variável fundamental da análise social. No que tange ao problema da migração, cumpre reduzir o enfoque analítico a fim de descobrir comportamentos e motivações do ato de abandonar o lugar de nascimento e de reconstrução da vida no meio urbano, sem por isso abrir mão de uma "tendência geral". Essa tendência, contudo, adquire sentido se atualizada em seus *usos sociais* – no *vivido*:

> O recurso a sistemas classificatórios baseados em critérios explícitos (gerais ou locais) é substituído na microanálise pela decisão de levar em consideração os comportamentos por meio dos quais as identidades coletivas se constituem e se deformam. Isso não implica que se ignore nem se despreze as propriedades "objetivas" da população estudada, e sim que as trate como

[2] Fonte: FEE (1981, p. 127, 147 e 175).

[3] Bittencourt Junior (2006, p. 285) descreveu o processo migratório através da noção de "diáspora interna".

> recursos diferenciais cuja importância e cuja significação devem ser avaliadas nos usos sociais de que são objeto – ou seja, em sua atualização. (Revel, 1998, p. 26)

Busca-se entender quais foram, nas narrativas dos migrantes entrevistados, os motivos que levaram à partida para a cidade, esmiuçando fatores de expulsão do meio rural e atrativos representados pelo meio urbano, bem como as condições de vida nele encontrados. Verifica-se, ainda, que a urbanização não foi um processo linear, irreversível ou sem contradições em relação ao modo de vida adotado pela comunidade de origem dos migrantes. Por enfatizar o ponto de vista dos partícipes do processo de migração – e propor-se a apresentar um *etnotexto* (Joutard, 1980; Mattos, 2004; Mattos, 2005a) –, minha análise recairá sobretudo nas narrativas que eles trazem a respeito do processo por eles vivido. Assim, fiz a opção de, neste capítulo, apresentar abundantes referências a entrevistas. Trata-se de *tornar presente* sua percepção.

Não se trata, na análise aqui realizada, de propugnar a migração como uma alternativa de vida buscada exclusivamente pelo segmento negro da população. O êxodo rural foi de fato uma realidade mais abrangente da sociedade brasileira de meados do século XX. No entanto, o que aqui defendo é que essa alternativa de vida foi buscada, com maior ou menor êxito, por parcelas significativas da população negra. Não afirmo que a partida para as cidades seja uma especificidade de netos de escravos, mas descrevo esse itinerário como aspecto fundamental da vida dos sujeitos sociais por mim investigados.

Segundo a análise de Barcellos (1996), os processos migratórios envolveram a busca de melhores condições de vida e implicaram em itinerários de ascensão social de famílias negras. De acordo com Costa (2008), a decisão de abandonar casa, família, parentes e amigos era bastante dificultosa, mas não tomada a esmo. Trata-se de uma situação em que estava em jogo a busca pela sobrevivência e a certeza da possibilidade de obtenção de recursos. Compartilho da visão dos autores, segundo a qual a migração faz parte de uma estratégia de sobrevivência e reprodução familiar, e é essa que procurarei ressaltar neste capítulo. A migração faz parte de um processo de mobilidade social – aqui tomada como geracional – e luta por uma vida melhor.[4] Por outro lado,

[4] Salaini, Oliveira e Fontoura (2008), ao realizar o relatório técnico relativo ao reconhecimento da comunidade quilombola de Rincão dos Caixões, foram levados a dar ênfase aos processos de expropriação verificados nessa comunidade. Sem negligenciar essa dimensão, a análise do caso de Morro Alto e, mais especificamente, da "*gente* da Felisberta", leva a observar também as debilidades e dinâmicas próprias da economia camponesa, imperativos de gênero e dinâmicas familiares, bem como a

como destaca Marcelo Mello (2012, p. 221), a itinerância podia-se dar com referenciais de territorialidade familiar que representavam um *lugar para onde voltar*.

Assim, evita-se defini-la negativamente como uma busca desesperada diante da total falta de alternativas. O ar da cidade liberta – diz o ditado medieval – e seu eco pode ser encontrado na narrativa do senhor José Boaventura da Rosa. Segundo esse senhor, sua tia Maria Antônia foi criada por uma família de brancos e conseguiu autonomia dos "donos" [sic] no momento em que se estabeleceu no meio urbano. Não me proponho, aqui, a elucidar a complexa inter-relação simbólica entre urbanidade e libertação, ou o evidente paralelismo estabelecido pelo narrador entre a realidade da escravidão e do pós-Abolição. A ênfase aqui estabelecida é no sentido *positivo* dado ao ato de migrar.

> José – Desapareceu e ai ela veio morar nessas, nessas vilinhas populares, como uma favela, né?
> Rodrigo – Ham, ham. E muita gente vinha pra cidade, pra essas vilas populares?
> José – Muita gente vinha...
> Rodrigo – E porque que vinham?
> José – Vinham por causa que não tinham outro lugar pra se esconder, muitas vezes, né, pra que os donos deles não viessem atrás e tal, então essa aí era a moral da história; (...) que é, o negro é que nem japonês: um era igual ao outro e um tentava ajudar o outro, entendeu? Então era mais ou menos, era mais ou menos assim que era a vida, a vida da cor negra, né?[5]

Com a finalidade de melhor entender a dinâmica da busca por uma nova vida – quiçá liberdade em relação a relações sociais tradicionais – no meio urbano, investigarei as narrativas acerca dos motivos que levaram ao abandono da terra familiar no Morro Alto e dos atrativos do meio urbano. Tais narrativas serão apresentadas sem a pretensão de avaliar – nem tampouco negar – sua objetividade. O intuito, aqui, é um pouco distinto, qual seja, o de verificar como tais relatos conferem coerência e sentido à decisão de migrar e em que medida eles são tomados como explicativos, em um processo de rememoração, do processo migratório vivido.

---

esperança de uma vida melhor – em especial, a conquista de direitos trabalhistas – que levaram à decisão por migrar. Por outro lado, ao contrário do exemplo estudado pelos autores, temos uma situação distinta: no caso em tela, a itinerância não se revelou uma estratégia de negociação. Os entrevistados que relataram uma dinâmica conflitiva e de expropriação na saída da terra não apresentam em seus relatos a alternativa de circular por diversas territorialidades como possibilidade de barganha. Tampouco é o caso daqueles que apontaram uma saída definitiva supostamente mais harmoniosa.

[5] Entrevista com José Boaventura da Rosa no dia 29 de junho de 2010 em Porto Alegre.

*Motivos para partir – narrativas de expropriação*

Processos de expropriação de terras do campesinato negro da região de Morro Alto na primeira metade do século XX já foram objeto de análise por Barcellos *et al.* (2004, p. 167-179), e relacionados à modernização da região decorrente da construção de estradas. O plano nacional de estradas de rodagem data de 1937, com o advento do Estado Novo.[6] Em 1944, previa-se a existência de estradas longitudinais, no eixo norte-sul, transversais e ligações entre as mesmas. 884 quilômetros eram previstos para uma rota longitudinal que faria o circuito entre Torres e Uruguaiana; o trecho entre o primeiro município e Porto Alegre compreendia 192 quilômetros de extensão e passava pela localidade de Morro Alto no município de Osório.[7] Em um plano de viação de três anos após, porém, dava-se conta de que os únicos trechos que haviam sido concluídos eram a BR-37, entre Uruguaiana e Alegrete, e a BR-59, entre Porto Alegre e Osório.[8] O impacto da estrada atingiu a localidade onde ficavam os terrenos da "*gente* da Felisberta" em meados do século XX, já que o trecho entre Osório e Torres desta última rodovia foi entregue ao público em 1952 (Barcellos *et al.*, 2004, p. 164)

Mas em que medida a construção de uma estrada pôde redundar em processos de expropriação de terra? Tal questão foi analisada por Barcellos *et al* (2004, p. 167-174). Conforme os autores, as estradas fracionaram terrenos de uma forma que apenas uma pequena parcela restou às famílias em questão e ofereceram oportunidades para que intrusos cercassem os terrenos, instalando-se nas margens das mesmas. Além disso, a BR-59 cortou os terrenos, configurando uma nova organização espacial da região: a estrada passou a ser o eixo das atividades econômicas.[9] Se anteriormente as terras de camponeses negros estendiam-se desde o morro até divisas de água, a estrada cortou, em suas terras, para um lado as planícies de campos e para outro os terrenos de morro.

---

[6] SOUSA, Eng. Egídio – Estradas de Rodagem. Considerações gerais sobre sua evolução, influência política, econômica, e em particular sobre o Estado do Rio Grande do Sul. Conferência realizada na Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, 1937. BN II – 408,8,15.

[7] BRASIL – DNER – Plano Nacional organizado pela Comissão designada em Portaria n . 168, de 19 de fevereiro de 1947, do Ministro da Viação e Obras Públicas, aprovado pelo decreto n. 15.093, de 20 de março de 1944. Rio de Janeiro, 1944. BN – II – 285, 7, 17 n. 2. A rodovia transversal do Rio Grande do Sul tinha uma importância estratégica no plano nacional de viação, por realizar a conexão entre o sistema viário nacional e a cidade de Uruguaiana, permitindo integrar as estradas brasileiras a outras internacionais, dando vazão a projetos "pan-americanos" [sic].

[8] BRASIL – DNER. Plano Geral de Viação Nacional (Revisão e atualização do Plano Geral de Viação Nacional aprovado pelo decreto 24.497 de 29/6/1934). Rio de Janeiro: DNER, 1947. BN II – 408,8,15 n. 10.

[9] "os cortes e novos traçados, mais práticos e eficientes ao transporte rodoviário, ignoravam limites e traçados antigos, que tinham sua razão de ser na região. As terras da comunidade foram profundamente divididas" (Barcellos *et al.*, 2004, p. 170).

Os primeiros foram muitas vezes perdidos para grandes fazendeiros, restando para o campesinato negro as últimas, menos rentáveis.

A vinculação entre a abertura de pedreiras, a construção de estradas e o desenvolvimento urbano das praias de veraneio com os processos de expropriação comunitária foi assinalada por Norton Corrêa, em artigo de 1978.

> Acontece que com o surto de progresso que as praias [de veraneio, no litoral norte gaúcho] experimentaram, especialmente depois da melhoria das estradas, cresceu muito a demanda de pedras, sejam para construção, sejam para calçamento de ruas. E nos morros, cujas terras tinham pouco valor, descobriram-se pedreiras de primeiríssima qualidade que poderiam render lucros fabulosos.
> Isto foi o quanto bastou para que gente inescrupulosa, aproveitando-se da ignorância, da pobreza e da boa fé dos proprietários, simplesmente avançassem, sem mais aquela, nas terras alheias. Mais ricos, podendo pagar bons advogados, só não fizeram chover. (Corrêa, 1978d)[10]

A expropriação, particularmente nos mencionados terrenos de campo, deu-se principalmente pelo recurso a falsificações e ao arame farpado – que consistia em "tapar" as terras e impedir o acesso e utilização de áreas anteriormente de uso comum, como campos de pastagens e beiras de lagoas (Barcellos *et al.*, 2004, p. 323-325).[11] Essa narrativa de expropriação é apresentada em paralelo a uma fala de não entrega de terrenos herdados de Rosa Osório Marques (Barcellos *et al*, 2004, Chagas, 2005a, *passim*), e foi a primeira explicação, espontaneamente tomada, pelos meus entrevistados no momento em que lhes perguntei por que tantas pessoas originárias de Morro Alto abandonaram a região e foram embora:

> Diva – Cada vez mais apertado, e aquele povo pra cá foi se apertando, não tinha terra, não tinha terra, foram saindo pra fora. Não no terreno ali nosso, mas é que esse do seu Manuel Machado, vendia e não dava pros negros.[12]

> Eva – Ó, é lá tem minha, tem da Aurora, da Diva, da Maria, da Doca... Mas... [movimenta o ombro] Eles deram pra nós? [sorriso irônico e após movimento de ombros] Hum?[13]

---

[10] A primeira das mencionadas pedreiras foi aberta pelo falecido marido de dona Aurora Inácia Marques da Silva. Sua família, contudo, não seguiu a explorando devido ao seu falecimento precoce por infarto enquanto nelas trabalhava. Essa situação gera um sentimento de frustração muito grande na entrevistada, na medida em que ela aponta como "roubalheira" o fato de tanta gente ter lucrado naquilo que inicialmente coube exclusivamente ao pioneirismo de seu falecido marido.

[11] A comunidade negra de Cambará viveu processo similar. Ver Mello (2012) p. 191-192.

[12] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.

[13] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

> Rodrigo – Porque tanta gente foi embora?
> Diva – Porque não podiam plantar.
> Rodrigo – Porque não podiam plantar?
> Diva – Porque não deram terra, agarraram as terras deles.[14]

Por vezes a família Machado é responsabilizada pela não-entrega das terras legadas por Rosa em testamento,[15] por vezes, um irmão da donatária.[16] As alternativas não são excludentes, haja visto a família Machado ser aparentada dos Marques por meio de um dos irmãos de Rosa Osório Marques. Outras vezes acredita-se que os italianos e os alemães pegaram aquilo que era dos escravos.[17] Seja como for, a própria aquisição do terreno do Espraiado pelo seu avô é explicada através do fato das terras doadas estarem sendo todas vendidas em lugar de serem entregues. Assim sendo, Manoel Inácio não desejou que seus filhos "ficassem na rua":

> Diva – O Espraiado tava [dentro do terreno doado por Rosa Osório Marques]. Só que depois, com o tempo, quando eles começaram a vender, o meu avô pegou e tirou um pros filhos, pra nós. Pros filhos dele. Aí meu avô tirou, então assim, já os que tão vendendo tudo, os meus filhos vão ficar na rua, então não vão ficar na rua.[18]

De qualquer maneira, o terreno que constituía as terras de doação de Rosa Osório Marques para seus cativos era originalmente aberto – isto é, desprovido de cercas de arame farpado. O ato de tapá-los é atribuído aos brancos:

> Rodrigo – E esse terreno antes, ele era aberto ou era fechado?
> Eva – Era aberto. [balança a cabeça afirmativamente]
> Rodrigo – E quem foi que tapou?
> Eva – Não, eles taparam, ah [sacode o ombro], por baixo, assim [aponta as direções com o braço esquerdo], por, do morro pra baixo, pra banda da lagoa, pra banda de Capão. Ali tinha muito, mas os moradores infelizmente já morreram tudo também, que Deus me perdoe. Daqueles que taparam. É, acho que até nem tem mais ninguém.
> Rodrigo – Mas quem tapou foi moreno ou foi branco?
> Eva – Foi branco.

---

[14] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[15] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 26 de agosto de 2001 na Prainha. Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi; Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde; Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[16] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[17] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[18] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.

> Rodrigo – Foi branco.
> Eva – [balança a cabeça afirmativamente] Foi branco. É.[19]

Dona Eva não migrou para o meio urbano, e sim para outra área rural (ver adiante). Assim sendo, sua narrativa é espontânea e não tem como objetivo justificar qualquer processo migratório. Tal estado de coisas simplesmente foi considerado "enrolado", isto é, não se lhe confere um estatuto de legitimidade. Aqueles que "taparam" eram muito "esganados" e passaram a considerar-se donos dos terrenos cercados com arame farpado:

> Eva – É. E é assim, [tom de voz baixo] a gente, a gente não sabe, mas que a coisa lá foi enrolada, foi [sacode o ombro e eleva tom de voz], eles ficaram com eles e pronto, né. Ali tinha o Adelino, Deus me perdoe, já morreu, era muito esganado, você passava aqui agora tava tudo aberto, quando passava tava tudo fechado, que ele fechava, [mostra] né? [sacode o ombro e abaixa tom de voz] Era dele, né? Que ele dizia que era dele. Então... Tá bom. Eu não [olha pra baixo]... Eu não, não me importo. Que eles fiquem com [?] pra eles. Podem ficar. Não preciso.[20]

Processos de expropriação não são associados exclusivamente ao estabelecimento de cercas, mas também, em um segundo momento, à mudança de sua localização, uma vez tendo sido postas. Dona Edite relata como fazendeiros brancos – em um ato por ela rememorado quando indagada da existência de racismo na região – deslocavam as cercas a fim de tomar para si terrenos de seus vizinhos negros. Novamente seu relato torna-se mais eloquente por não vir de alguém que através dele busca justificar a partida de Morro Alto; pelo contrário, trata-se de família que permaneceu vivendo na região e assim, assistiu o processo descrito com proximidade.

> Edite –Eles até que eles não eram...A única coisa que eles tratavam é que a cerca um dia tava aqui e outro dia ela já tava lá. [...] Mudava de lugar de noite. De dia ele, de manhã amanhecia aqui, de noite, é, de noite, né, eles trocavam, iam pegando um pedaço, por isso é que o Zé Luis tem um monte de terras.
> Rodrigo – Quem é esse Zé Luis?
> Edite – É o filho do Quininho Quadros. [...] Parece que eu ouvi falando que ele tem oitenta hectares parece de terras e o resto não é dele. No papel no caso ele tem uma quantidade mas ele tem muito mais pedaço que não é dele.

[19] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[20] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

> O pai dele, no caso, trocava de noite. A cerca tava aqui e no outro dia amanhecia do outro lado.[21]

Uma narrativa marcante relacionada à expropriação de terras foi-me relatada pelo presidente da Associação de Moradores Rosa Osório Marques, de Morro Alto. Wilson afirma que um primo de sua mãe, de nome Timóteo, teria "enlouquecido" e "se metido no mato" em um rancho, no lugar onde hoje é um túnel da BR-101. A responsabilidade por ele ter perdido a sanidade caberia aos brancos que tomaram suas terras no Espraiado, em especial, Fabinho Souza. Ele não podia ver brancos na sua frente, e apenas permitia que negros se dirigissem para lá para lhe levar alimentos. Comia frutas e tinha um cabelo rastafari, hirsuto.[22]

A saída de Rosalina – respectivamente, mãe de dona Ercília e avó de Wilson – do terreno é vinculada por eles a uma narrativa de expropriação.

> Ercília – Então eles tomaram, né? Meu tio é que cuidava, né? Então ele foi tomando, foi tomando e tomou mesmo, ficaram de dono. (...) Por exemplo, o negro não tinha... Até que eles venderam, dizem, né? Não é do meu tempo porque eu morava em Osório. Eles quiseram vender ... do tio Deodício, dizia que aquilo ali era deles, tava no testamento.[23]

Como será retomado no capítulo 6, Wilson associa a expropriação do terreno no Espraiado à ditadura militar, quando os grandes fazendeiros da região adquiriram poder e a polícia foi colocada a serviço daqueles que avançavam as cercas. Fabinho Souza e Bassani apropriaram-se das terras da vó Rosalina – e de seus irmãos – no Espraiado. O primeiro, que não possuía documentos, ia, munido de brigadianos, colocar cerca e derrubar aquela construída pelo pai de Wilson, que questionava na Justiça a presença dos intrusos. Júlio Elói endividou-se com Vitalino Munari para pagar advogados. Obteve ganho de causa sobre uma parte, mas teve que entregar a terra para Munari, em pagamento por seus honorários. Wilson estima ainda que a invasão do terreno aconteceu em 64 ou 65, e que tinha cerca de dez anos quando veio o ganho de causa. Wilson vê uma continuidade entre essa demanda fundiária e a mobilização de Morro Alto.[24]

---

[21] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[22] Entrevista com Wilson Marques da Rosa no dia 22 de junho de 2010 em Porto Alegre.
[23] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 26 de agosto de 2001 na Prainha. Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi.
[24] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 13 de setembro de 2002 em Porto Alegre. Realizada por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer.

Contrastante é a narrativa de saída do Espraiado por parte dos descendentes de Manoel Inácio Filho. Enquanto os descendentes de Rosalina apresentam um cenário conflitivo e de expropriação, seus primos simplesmente afirmam que seus pais venderam o terreno porque os filhos dali já tinham ido embora, porque estavam velhos e necessitavam de cuidados de saúde mais acessíveis em Osório – o que não nega a possibilidade da venda ter se realizado mediante coação.[25] Sem querer confrontar as duas versões, ou estabelecer a "veracidade" ou "falsidade" de qualquer uma delas, há que colocá-las em perspectiva dos lugares de onde se está falando. A primeira narrativa é coerente com a posição de Wilson como protagonista da luta fundiária de Morro Alto, na condição de presidente da Associação de Moradores da referida comunidade. Porém, entre os descendentes de Manoel Inácio Filho não são ausentes – apenas mais tímidos – os relatos de expropriação.

Dona Diva relatou para mim no dia 14 de julho de 2010, pela primeira vez, uma narrativa nesse sentido. Disse que tinha muita raiva de Luiz Bassani, e de italianos em geral – após perguntar, aos risos, se eu seria de família italiana – porque eles vêm lá de longe de navio e constroem casas em cima do que é dos outros. Em seguida, relativizou o comentário, afirmando, rindo, que seus ancestrais também vieram de navio lá da África, "e vai saber se não fizeram o mesmo". Mais do que a gênese de uma nova versão temos, aqui, a emergência de condições de explicitação de um discurso até então silenciado – por ser delicado e evidenciar as fragilidades sociais em um ambiente racialmente tenso. Após cerca de dez anos de contato sistemático e conquistada uma intimidade, traduzida na brincadeira a respeito de minha suposta origem italiana, foi que Diva sentiu-se à vontade para tocar na sensível questão da expropriação fundiária.

Disse que Bassani apossou-se de parte das terras de seu pai, que antes iam até o rio morto, atravessando o braço do rio Tramandaí, mas o pai não quis se incomodar e deixou. Não quis correr o risco de se ver com a polícia ou arrumar incomodação com um vizinho. Ela afirmou que em seu lugar teria feito a mesma coisa. Perguntei como ele fez para se apossar do terreno, se avançou a cerca ou fez uma escritura falsa. Diva disse que não sabia, só sabia que ele fez casa em cima "e ficou". Afirmou ainda que a

---

Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

[25] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório; Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório; Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.

escritura deveria estar com um dos filhos de sua prima.[26] Dois anos mais tarde, Diva relatou detalhes ainda mais dolorosos da experiência de expropriação, ao dizer que seu pai foi ameaçado de prisão. Não apenas tomaram o que era dele como queriam que ele fosse preso, conta.

Não obstante as narrativas de expropriação, a insuficiência das terras que restaram também foi apontada como um aspecto que levou à migração.

*Motivos para partir – a terra que enfraqueceu*

Ao elencar os motivos pelos quais partiram para a cidade, é recorrente entre os entrevistados a afirmação de que "a lavoura não compensava".[27] Com isso, querem dizer que a partir de determinado momento, o trabalho na roça passou a ser insuficiente para atender às necessidades de abastecimento no mercado. Os mecanismos tradicionalmente empregados para dar conta dessa despesa foram vistos no capítulo anterior. Em algum momento entre a "geração de camponeses" e a "geração de migrantes" eles tornaram-se falíveis:

> Rodrigo – Porque que não dava mais na roça?
> Aurora – Porque num ano dá planta e no outro ano não dá, né? E não dava pra despesa.
> Rodrigo – Não dava pra despesa.
> Aurora – Não.[28]

Conforme visto no capítulo anterior, para dona Maria de Oliveira Caetano, sua família tinha excedentes que lhe possibilitavam a aquisição de produtos no mercado porque possuía criações, produzia artesanato, e seu pai trabalhava no ofício de carpinteiro. Ao contrário, os demais camponeses não contavam com tais benefícios e eram considerados "fracos", o que teria motivado sua migração para áreas urbanas:

> Rodrigo – E porque que os irmãos dela [sua mãe] foram embora?
> Maria – Porque quiseram, aí decerto, não tinha quase serviço, aí procurando serviço. Se afastando pra fora. Aí nunca mais voltaram, foram pra São Paulo, pra Caxias, pra outros lados.
> Rodrigo – Isso tudo porque não tinha serviço, então.
> Maria – Não é, não tinha serviço, e as pessoas precisavam trabalhar, né?
> Rodrigo – E não podia trabalhar na lavoura?

[26] Diário de campo de 14 de julho de 2010 em Osório.
[27] Entrevista com o senhor Teodoro José Cardoso no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[28] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.

> Maria – Trabalhavam, trabalhavam. Mas a lavoura nunca rendeu muito, *pra quem é fraco não rende.*[29]

Uma possível explicação para a diminuição do rendimento da terra e de ela ter-se tornado insuficiente para o atendimento das necessidades familiares está na redução de sua fertilidade, entendida aqui como um atributo divino. Na falha desse atributo, porém, o crescimento de plantas encontrou-se condicionado à adubagem:

> Diva – Mas naquele tempo tu comia tudo com aquele poder de Deus que Deus mexia na terra e a terra crescia e criava as plantas pra gente. Agora é abaixo de adubo, tudo que tu come tem adubo. Agora faz mal as coisas pra gente.
> Rodrigo – Porque, porque a terra enfraqueceu?
> Diva – Não, essa é a moda nova, né? Porque...
> Rodrigo – Moda nova.
> Diva – Moda nova. Bota adubo cresce, não bota adubo não cresce.[30]

O enfraquecimento do solo é creditado ao desmatamento, e, sobretudo, às dificuldades de plantar no morro e à inexistência de adubos adequados a esse tipo de terreno:

> Rodrigo – Seu Manoel, como é que foi que o senhor foi trabalhar em Osó..., em Porto Alegre? Porque o senhor falou que foi criado ali no Maquiné, né? Como é que foi que o senhor foi morar em Porto Alegre e foi trabalhar lá?
> Manoel – Eu fui trabalhar porque assim, ó. Aqui o nosso, teve uma época que dava, a planta ajudava, a terra, pra dar um pouquinho, falar português, a terra ajudava e depois não ajudou mais, enfraqueceu.
> Rodrigo – A terra enfraqueceu.
> Manoel – Até aqui agora.
> Rodrigo – E porque será que a terra enfraqueceu?
> Manoel – Aaah, é tirado assim, você desmata aí, ó... vocês não é criado na lavoura, que eu tô vendo. Assim ó, desmata, tem que deixar passar uns cinco, seis anos pra ela recuperar. É que nem nós. Nós temos que assim, fortalecer. Naquela época não tinha adubo, não tinha nada pra morro no meu tempo. Tem pra terra plani... Plana. Mas pra morro não tem. A não ser que seja uma parte, se não não tem.[31]

Além de um desgaste físico do solo – ainda que eventualmente justificado por um viés religioso –, os entrevistados chegam a apontar uma explicação sociológica para a migração, no caso, a exigüidade de terras deixadas a cada herdeiro e a impossibilidade

[29] Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório. Grifos meus.
[30] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[31] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

de reprodução social da unidade camponesa em um terreno demasiadamente parcelado. Tal aspecto vem sendo adequadamente sublinhado pela bibliografia pertinente acerca do pós-Abolição (ver Costa, 2008, p. 22). Souza (2003, p. 244) destaca:

> Estudiosos brasileiros também apontam problemas enfrentados por famílias camponesas com elevado número de filhos. Muitos destes problemas estão relacionados à dificuldade na manutenção da integridade da propriedade e mesmo de sobrevivência dos seus membros, sendo este último aspecto mais perceptível em se tratando de mulheres com muitos filhos pequenos e que não contavam com a ajuda masculina. A solução do problema, empreendido não apenas pelos camponeses, mas também pela elite agrária, foi estabelecer regras próprias de herança, que consistiam em favorecer determinado herdeiro, contrariando dispositivos legais que previam a partilha igualitária dos bens. *Outra estratégia adotada foi incentivar a migração de alguns membros da família, evitando, com isso, uma excessiva fragmentação do patrimônio.* (Grifos meus) [32]

Manoel Inácio Marques Neto aponta uma descontinuidade entre a geração de seus pais e a sua. No caso dos filhos de Felisberta e Manoel Inácio, foi possível, conforme visto no capítulo anterior, através dos mecanismos arrolados, conservar a propriedade camponesa indivisa. Mais do que isso, a única tia do entrevistado que, naquela geração, se dirigiu a Conceição do Arroio em busca de uma vida melhor foi Rosalina. Na sua geração, porém, não foi possível impedir um esfacelamento do terreno adquirido por seus avós. Conforme seu relato:

> Manoel – Porque nós tínhamos terra de montão, nós pra trabalhar, mas não era só nós, tinha os outros herdeiros, era tudo cada um na sua, folha de partilha, o nosso era vinte, vinte braças assim, com mil e pouco de fundo, de frente, então era pouca, trabalho é pouco, vinte braças no morro é pouca terra.[33]

Assim sendo, o papel de "empregado" foi julgado mais conveniente, diante da exiguidade de terras e de uma lavoura que não mais atendia às necessidades familiares.

---

[32] Lima faz considerações mais gerais sobre o papel da migração em sociedades camponesas, ao dissertar acerca das hipóteses de Giovanni Levi a respeito do tema: "a migração sazonal era lida como uma estratégia familiar construída em um quadro de manutenção do equilíbrio econômico da família e que era utilizada em um quadro mais geral de estratégias que incluíam o celibato, o retardo na idade do matrimônio, a emigração definitiva, etc. As diferentes formas de migração eram pensadas de acordo com essa lógica de equilíbrio: desde a migração "normal" dos rapazes entre a adolescência e o matrimônio ou aquela dos próprios chefes de família nos casos em que as outras estratégias de equilíbrio falhavam. A migração (que havia sido estudada anteriormente por Levi a partir do ponto de chegada, Turim) era pensada do ponto de vista da origem, não como uma forma de desagregação da família e da comunidade, mas como uma estratégia para sua conservação." (Lima, 2006, p. 242)

[33] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

Embora a migração fizesse parte da lógica de reprodução da unidade econômica camponesa, no caso dessa família, nessa geração, foi além: partiram, todos, para a cidade, avaliando que não valia a pena fracionar o terreno original diante de uma lavoura considerada deficitária. Como visto, na recordação desse segmento da família, o terreno no Espraiado foi vendido.

> Rodrigo – E depois, esse terreno que vocês moravam lá no Espraiado quando o senhor era criança, que que aconteceu com esse terreno depois?
> Manoel – Não aconteceu nada, nós que vendemos.
> Rodrigo – Venderam? Venderam pra quem?
> Manoel – Espalhamos tudo, um prum lado, outro pra outro, viemos tudo pra cá, e outros pra Porto Alegre, aquela coisa toda e ninguém quis ficar mais lá e então fizemos um acordo, vendemos, demos a parte da minha mãe, que a gente tinha ainda, pra ela, e a outra parte nós se dividimos.
> Rodrigo – E porque que ninguém mais quis ficar lá?
> Manoel – Porque esse problema de assim acharam que era melhor, como eu também, que trabalhar de empregado seria mais prático. Que a lavoura já não dava. Nós era de oito, trabalhar ali, casado, solteiro e aquela coisa toda, tudo em vinte, vinte braças, mil e pouco de fundo, ficar no meio da navegação [sic], então como ia viver? Tudo mato! Não dava pra nada.
> Rodrigo – Era pouca terra?
> Manoel – Era pouca. Pouca e o rendimento não dava pra viver; então casaram, se espalhamos, eu me espalhei também, e enfim, a família é muito bom que uma vez eu falo aí pros meus amigos, tem muitos aí, ó, nós somos uns filhinhos de passarinho, nós somos uns filhinhos de passarinho que quando os pais tão dando comidinha, aquela coisa toda tá tudo [ali?]. Mas depois que cresce, então cria asas, sai, voar. Sai, vamos procurar comidinha, trabalhar, aonde que eles acham que é bom, [...]. [34]

Com a migração, ocorre um deslocamento de sentido das categorias "serviço" e "trabalho", que passam a ser entendidas como o trabalho no meio urbano, para onde "se espalharam". Assim sendo, são recorrentes as falas de que no meio rural não havia "serviço" – categoria na qual não está incluída a labuta rural. Partir para a cidade era partir em busca de "serviço", segundo Eva Inácia Marques.

> Eva – Pra trabalhar, né? *Lá não tinha trabalho*. Era só na roça né, então a gente tinha que sair pra fora pra trabalhar.
> Rodrigo – E que tipo de trabalho a senhora fazia?
> Eva – Doméstica. Sempre fui doméstica.[35]

Igualmente, sua prima Eva Marques Correia – não obstante tenha trabalhado a vida inteira na roça, na atafona de farinha e nas lides domésticas – afirma categórica e

[34] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[35] Entrevista com dona Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório. Grifo meu.

singelamente que *não trabalhou depois de casar-se*.[36] O trabalho, aqui, é evidentemente entendido como o trabalho para outrem.[37] A partir do momento em que o trabalho para terceiros passou a ser *garantido por direitos*, porém, essa percepção negativa atenuou-se.

*Motivos para partir – narrativas de direitos*

Dona Aurora Inácia Marques da Silva afirma que "muita gente de Morro Alto, que era tudo moreno, saiu. Pra trabalhar".[38] Tal frase expressa um processo social que tomou conta do campo brasileiro a partir da década de 1930. Atraídos pelos direitos trabalhistas inexistentes no campo, legiões de trabalhadores brasileiros rumaram às cidades desde então. A historiografia oscila entre considerar tal efeito um objetivo explícito da legislação sindical (D'Araújo, 2007 p. 220) e em apontar que a quantidade de migrantes rurais foi considerada um problema no meio urbano (Gomes, 2005 p. 240).[39]

Revestidos de conteúdo negativo ou positivo, frequentemente se apontam os vínculos causais entre ausência de direitos trabalhistas no meio rural e migração para o meio urbano, a exemplo do seguinte excerto de Ângela de Castro Gomes:

> A não-aplicação da legislação social ao campo era identificada como uma das causas do êxodo rural, uma vez que o trabalhador do campo via-se ignorado e desamparado. Sem educação e sem saúde, sem transporte e sem crédito, sem

[36] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

[37] Estudos apontam que, em diversos locais na América, o trabalho para outrem – e não o trabalho, abstratamente – foi rejeitado por descendentes de escravos. Ver, por exemplo, Scott, 1991 e Holt, 1992 e 2005. Tal perspectiva choca-se com a abordagem apresentada por Florestan Fernandes (1965). O sentido positivo dado ao trabalho para si pôde ser constatado também quando, exibindo para dona Eva o vídeo em que filmei sua entrevista, ela assistiu a própria resposta, no momento em que perguntei sobre o destino de antigos escravos, que saíram por aí a buscar trabalho. Ela comentou "graças a Deus", diante do próprio comentário no vídeo, reforçando a idéia de que o trabalho, ao contrário do que queria Florestan Fernandes, não era visto com uma valoração negativa por descendentes de escravos. Era pesaroso e dolorido, porém ter um trabalho próprio era uma dádiva.

[38] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.

[39] Silva e Negro destacaram que o governo Vargas promoveu a valorização da mão-de-obra nacional "a fim de viabilizar seu aproveitamento na industrialização do aço, dos transportes, da química, dos bens duráveis e das atividades portuárias". No entanto, atribuía-se a um operariado – egresso da escravidão ou do campo uma fragilidade congênita – "debilidade, conformismo e ação histórica inepta". Visto como "servo do atraso e, portanto, incapaz de inventar suas tradições de forma independente" era presa fácil para o arbítrio patronal e para "lutas espúrias" promovidas pelas esquerdas, devendo ser tutelado via Ministério do Trabalho (Silva e Negro, 2008 p. 49-50). Jorge Ferreira opôs-se à visão segundo a qual essa imagem de passividade do trabalhador nacional adquire colorações reais. Um exemplo disso pode ser encontrado em Rodrigues, 2007. Ferreira demonstrou, pelo contrário, que sob essa imagem de tutela, se barganhava e negociava melhores condições de vida e a conquista de direitos (Ferreira, 2001 e 2005).

> possibilidade de uma atividade rendosa, acabavam ficando no campo apenas aqueles que não conseguiam migrar.(Gomes, 2005 p. 241)

Tal perspectiva vem sendo relativizada por uma historiografia mais recente, que tem criticado a ideia de que os direitos trabalhistas e o impacto do governo varguista foram inócuos no meio rural (Dezemone, 2004, 2009, Ribeiro, 2009). Tais autores destacaram que, por meios diversos, os trabalhadores rurais procuraram a justiça referenciados em parâmetros legais do direito trabalhista, dirigiram missivas a Vargas apresentando suas reivindicações e vivenciaram, naquele momento, uma decadência do poderio dos grandes fazendeiros.

O meio rural não pode ser entendido como impermeável às políticas pedagógicas e culturais do Estado Novo, tendo em vista a intensa troca entre o rural e o urbano (Mattos, 2004, p. 66). Dessa maneira, como veremos em seguida, Vargas angariou grande reconhecimento pelos novos direitos atingidos. Seu governo foi tomado claramente como um marco definidor de novas experiências de liberdade, em paralelo e para além da lei Áurea.

Deve-se considerar, ainda assim, que seu impacto fora de áreas urbanas foi, se significativo, indireto e informal. Em outros termos, o efeito da legislação trabalhista não foi incólume no meio rural, porém se deu "por tabela" dos direitos atingidos pelos trabalhadores urbanos. Ao menos para efeitos explicativos do êxodo rural, o acesso diferencial a direitos sociais, entre o urbano e o rural, deve ser levada em consideração.

Essa percepção não é minha, e sim de alguns dos meus entrevistados, que apresentaram uma percepção do meio rural como o lugar de ausência de direito. Relembrando do momento de sua partida de Morro Alto, durante o processo de entrevista, um neto de Pulquéria Felisberta travou um diálogo mental com sua mãe, que se opunha a sua saída para a cidade, explicando a ela porque seguia para Porto Alegre e observando que teria uma vida melhor no meio urbano.

> Neto de Pulquéria Felisberta – Nasci e me criei lá no Morro Alto, depois é que eu peguei e vim me embora pra cá, porque naquela época a gente trabalhava lá no Morro Alto, caído lá por cima das pedras, tudo vai plantar um pezinho de planta, não tinha nada, não tinha direito nenhum, né, naquela época. Agora tem mesmo direito de quem tem aqui, então, *vou-me embora, que que eu vou, trabalhar com meus direitos, porque um dia eu posso me aposentar.* Aí agarrei e fui embora. Mas menti pra minha mãe que eu não vinha a Porto Alegre, que eu ia pras granjas, que eu sempre ia pras granjas e ela conformava com isso, ficava anos nas granjas trabalhando, aquela granja [Lipo?] Azevedo, trabalhar [direto?] nas granjas. Então menti pra ela e foi ela disse "tu não vai pras granjas, né, tu tá mentindo pra mim, tu vai-te embora

> pra Porto Alegre", e aí foi que eu disse pra ela "Mamãe, eu não sei mentir. Eu não vou lhe mentir, *eu vou-me embora pra Porto Alegre por causa do que? Vou trabalhar lá com os meus direitos lá, que um dia eu me aposento e posso ter um direitozinho de me aposentar e ter mais um modo de viver, porque aqui não adianta, a gente trabalha, ia morrer e não tem direito a nada.* Então vou-me embora" e vim-me embora pra cá em 57 vim pra cá. Em 57, 58.[40]

A par dos processos de expropriação apresentados *supra*, e a modificação de sistemas produtivos camponeses decorrentes da abertura de pedreiras para pavimentar as estradas abertas na região de Morro Alto (Barcellos *et al.*, 2004), a cidade e os direitos sociais por ela assegurados constituíam um pólo de atração.

Se a urbe era o espaço dos direitos sociais, assim o era por obra e graça do governante. Getúlio Vargas é entendido pelos depoentes como aquele que concedeu os direitos, enquanto antes "era ditadura. Não tinha nada".[41] Se a escravidão é tida como tempo, por excelência, de ausência de direitos (Barcellos *et al.*, 2004, p. 359-370; Chagas, 2005a, p. 171-180), os governos trabalhistas, mais do que a princesa Isabel, são concebidos como aqueles que representaram um momento de ruptura, instituindo direitos e apresentando-se como verdadeiros extintores do regime escravista em algumas narrativas referentes à região Sudeste colhidas por diversos pesquisadores (Mattos, 2004, p. 63; Dezemone, 2004, p. 125-135; Mattos, 2005a, p. 54-55; Gomes e Mattos, 2010).

Na narrativa de dona Aurora Inácia Marques da Silva, Vargas aparece, ele mesmo, como um grande proprietário de cativos que teria, contudo, os libertado e dado direitos que seriam instituintes dos mesmos para os demais.

> Rodrigo – E pros negros, o Getúlio foi bom?
> Aurora – Foi sim. Ele foi bom desde aí. Desde aí que ele foi governador, que ele tinha muita pena dos negros. Ele tinha muita pena que eles sofriam muito.
> Eva – Eu acho que ele foi perseguido, né Doca. Por causa disso aí.
> Aurora – Ele tinha uma fazenda que era só escravo.
> Rodrigo – Ele tinha?
> Aurora – Uhum. O Getúlio.
> Rodrigo – Que que aconteceu com esses escravos do Getúlio?
> Aurora – Ah, ele libertou, ele ajudava, ele fazia tudo que era bom.[42]

---

[40] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre. Grifos meus.
[41] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[42] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.

Dona Aurora e dona Eva sabem muito bem que o regime escravista extinguiu-se em 1888, e certamente os "escravos" de Getúlio denotam trabalhadores sem acesso a direitos sociais, como, de resto, os demais – brancos ou negros – de seu período. Trata-se de uma comparação para dar conta da situação daqueles que trabalharam *tipo dos escravos* – conforme veremos com mais vagar no capítulo 6. Dona Aurora interpreta, inclusive, os atos da Princesa Isabel e de Getúlio Vargas como dois momentos distintos de um processo de emancipação.

Não há concorrência ou sobreposição entre ambos os atos, igualmente importantes. A libertação dos escravos pela princesa teria sido um ato de inspiração divina, uma graça, enquanto a ação de Getúlio, algo pertencente à esfera e à caridade humana. A primeira teria deixado os escravos "por conta deles", garantindo o direito de ir e vir. "Puderam seguir seu caminho, sair debaixo da asa dos brancos", disse-me ela. O segundo, por sua vez, os teria instituído como indivíduos verdadeiramente livres por serem portadores de direitos.[43]

A partir de então, houve o direito de votar e de ter carteira assinada. Aurora data as primeiras leis trabalhistas depois de sua vinda para Osório, "isso faz uns 50 anos, eu acho", mas ainda quando seus familiares moravam em Morro Alto, portanto, sem um nexo causal com sua vinda para a cidade. As associa ao momento em que obteve a sua carteira de trabalho, e não àquele em que elas passaram a existir, o que remonta à década de 1930.

É importante observar que o discurso do acesso a direitos trabalhistas como um motor para o êxodo rural verifica-se apenas entre os depoentes que se dirigiram para Porto Alegre,[44] eles mesmos mais jovens do que os que foram para Osório. Procurei "testar" essa hipótese de trabalho, perguntando diretamente a dona Aurora se o acesso a direitos trabalhistas constituiu uma motivação para o êxodo rural. Obtive um "não" categórico:

> Rodrigo – E será que as pessoas não vieram pra cidade também porque tinha carteira assinada aqui?
> Aurora – É, carteira.. não, até que no começo a gente veio sem car... sem ter carteira assinada.
> Rodrigo – No começo veio sem ter carteira assinada.
> Aurora – É. Eu vim pra cá não tinha carteira assinada.
> Rodrigo – Só depois que começou.

[43] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[44] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre; Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

> Aurora – Eu trabalhei 12 anos na casa de um médico e não tinha carteira assinada.[45]

A entrevistada lembra-se de ter trabalhado desde os 14 anos sem carteira assinada. Considerando que nasceu em 1927, desde quando era criança Vargas já estava no poder, e quando ingressou no mercado de trabalho, já existiam carteiras de trabalho, porém não acessível a trabalhadoras domésticas. Contudo, simbolicamente, a presença do Presidente é associada ao momento em que *ela* teve acesso a elas, mesmo que ele já governasse e aquelas já existissem anteriormente.

> Rodrigo – E o que que ele fez pros negros, assim. Que medidas ele fez que ajudou?
> Aurora – Ele deu essa libertação, de votar, de... de... a ter carteira assinada, que não tinha carteira assinada. Eu trabalhei desde 14 anos sem carteira assinada.
> Rodrigo – Quando é que a senhora começou a ter carteira assinada, foi com o Getúlio?
> Aurora – Depois do Getúlio. Que eu comecei a ter carteira.
> Eva – Não tinha carteira, todo mundo trabalhava assim. Não era só negro, era branco também. Quem era branco também.
> Rodrigo – Branco também.
> Eva – É, não tinham.
> Aurora – Eu ainda fui pra Porto Alegre e meu irmão fez a minha carteira de trabalho. Porque ele tava com pena de mim.
> Rodrigo – O seu Manoel?
> Aurora – É. De tanto eu trabalhar sem um papelzinho. Aí no verão a gente tinha uma carteira de saúde. Dois meses. Passou dois meses eles faziam uma injeção na gente, uma vacina pra gente não dar febre de a gente endurecer o braço e trabalhar doente. Tinha que fazer aquela vacina no posto de saúde. Era só dois meses. Depois que passou dois meses.[46]

Havia, assim, redes familiares para viabilizar a obtenção de documentos que garantiriam os direitos almejados. Aurora relata que seu irmão, que na ocasião vivia em Porto Alegre, a ajudara a fazer sua carteira de trabalho, por pena dela trabalhar "sem um papelzinho". Ela ainda recorda que a carteira lhe garantia um atendimento básico em saúde, tal como a vacinação.[47]

Mesmo os direitos trabalhistas instituídos após o período varguista são atribuídos por dona Aurora à pena de Getúlio, que os deixou assinados, porém não pôde vê-los concretizados devido à perseguição por ele sofrida, que culminou no suicídio. Os

[45] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[46] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[47] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.

governos posteriores não quiseram dar vazão ao direito de folga e ao direito de aposentadoria do trabalhador rural, cujo responsável maior ainda é Getúlio Dornelles Vargas. Percebe-se aí a força do mito dos direitos trabalhistas como dádiva governamental, e não como uma conquista dos trabalhadores, que se impõe até mesmo diante daqueles direitos cuja responsabilidade não remete ao varguismo. Por outro lado, a leitura de dona Aurora não é, nem de longe, disparatada, haja visto que a implantação de direitos sociais para os trabalhadores rurais esteve em pauta das décadas de 1930 a 1950 (Camargo, 2007 p. 164-166; 178-185). Ela considerava-se bem informada a respeito dos acontecimentos políticos devido à convivência com seus patrões, ricos.[48]

É inegável, porém, que a expectativa de direitos, particularmente, a possibilidade de aposentar-se, alimentou essa mitologia em torno das carteiras de trabalho como uma benesse. Os entrevistados lembram que para confeccionar do documento, era necessário o registro de nascimento.

> Rodrigo – E a senhora lembra do que que precisava pra fazer a carteira de... de trabalho?
> Aurora – Era o registro.
> Eva – Registro de nascimento.[49]

Costa (2008), analisando a documentação de Nova Iguaçu entre 1889 e 1939, constatou uma procura significativa por parte da população de pretos e pardos pelo registro civil a partir de 1934, com a promulgação das leis trabalhistas. Conclui o autor que "essas leis e decretos, na década de 1930, permitiram a essa parcela da população, formada em sua maioria de pretos e pardos, que estava em busca de trabalho ter maior acesso ao registro civil de nascimento" (Costa, 2008, p. 174). Verificando ainda a maioria de homens nos registros, afirmou que "O notável número de homens, presentes nos registros, provavelmente, indica que essas pessoas buscaram o registro para terem acesso ao trabalho, visto que os novos arranjos de trabalho, provenientes do avanço urbano, podem ter exigido o registro civil" (Costa, 2008, p. 160).

A associação feita por dona Aurora e dona Eva entre carteiras de trabalho e registros de nascimento corrobora a afirmativa de Costa: se os registros civis eram necessários para fazer a carteira de trabalho, a demanda por essa implicava na busca por

[48] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[49] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.

aqueles. Entre os entrevistados, a correlação entre a busca pelo registro civil e o acesso a direitos trabalhistas verifica-se. Não pesquisei a documentação do cartório de registro civil de Osório, a fim de ver o mesmo afluxo constatado por Costa no município fluminense. No entanto, a pesquisa efetuada, mediante autorização judicial, no Tabelionato de Maquiné, oferece dados interessantes.

Costa (2008) verificou o afluxo de cidadãos em busca de direitos trabalhistas através do registro civil a partir da década de 1930 na Baixa Fluminense, região receptora de contingente populacional e economicamente promissora, devido à produção de laranjas na Baixada Fluminense. O autor, assim, verificou a busca pelo acesso a direitos trabalhistas em uma área dinâmica em termos econômicos.

A contribuição, creio, de meu estudo é verificar o mesmo afluxo no período varguista em uma área de expulsão de contingente populacional, como o meio rural de Maquiné.[50] Tomando os registros civis de cinco em cinco anos – a fim de produzir dados comparáveis com os de Costa –, analisei um total de 1348 registros.[51] Verifica-se um pico, nos registros civis de Maquiné, da presença nos registros civis, tanto em números absolutos quanto relativos, de sujeitos classificados como não-brancos no ano de 1934, quando foram instituídas as carteiras de trabalho, e uma média, nos anos seguintes, de cerca de 10% da população. Cabe observar que, como um todo, para além de Morro Alto, Maquiné é uma localidade de forte presença de imigrantes italianos e poloneses, e que uma média entre 30 e 10% no pós-1930 não é nada desprezível.

**Tabela 8 – Número total de registros civis da amostra (1914-1949)**

| | 1914 | 1919 | 1924 | 1929 | 1934 | 1939 | 1944 | 1949 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total | 31 | 106 | 69 | 78 | 160 | 238 | 359 | 307 |
| Pretos, pardos, morenos, mistos | 1 | 8 | 0 | 5 | 48 | 22 | 36 | 38 |
| % de pretos, pardos, morenos, mistos | 3,23 | 7,55 | 0,00 | 6,41 | 30,00 | 9,24 | 10,03 | 12,38 |

[50] Sublinho enfaticamente que não é intuito da presente pesquisa proceder a uma quantificação exaustiva dos registros civis em questão, o que exigiria um esforço investigativo exclusivamente destinado para tal. Apenas se procura não deixar a descoberto uma documentação que, mesmo se esquadrinhada de uma forma genérica, é importante para a compreensão dos cenários de pós-Abolição que se pretende contemplar. Adianto, porém, que essa documentação será analisada de uma forma mais frouxa do que o aprofundamento metodológico que sei existir na história quantitativa e serial. Trata-se de uma opção de pesquisa.

[51] Faço, desde já, a advertência de que, como veremos no quarto interlúdio de racialização, os registros civis são um indicativo pálido e frágil dos processos de racialização do pós-Abolição, quer por sub-representarem não-brancos, quer por suas categorias refletirem muito mais a avaliação cromática do escrivão do que a experiência social concreta dos sujeitos históricos.

**Gráfico 5 – Pretos, pardos, morenos, mistos nos registros civis de Conceição do Arroio/Osório – números absolutos (1914-1949)**

**Gráfico 6 – Pretos, pardos, morenos, mistos nos registros civis de Conceição do Arroio/Osório – percentagens[52] (1914-1949)**

Tais dados indicam para dois aspectos, igualmente significativos, e ambos convergentes com a argumentação desenvolvida por Costa. Em primeiro lugar, há que considerar que não estava em jogo apenas, do ponto de vista prático, o *acesso* a direitos, mas também a *expectativa* de direitos. Mesmo entre camponeses para quem, a rigor, a carteira de trabalho não representaria um benefício imediato, verificou-se uma procura crescente pelos registros civis no meio rural, para si ou para seus filhos, na expectativa de que o acesso a uma carteira de trabalho pudesse ser facilitada na eventualidade de uma futura migração.

A finalidade de obter a carteira através desse registro pode ser mais facilmente verificada quando observamos a proporção de homens e mulheres entre aqueles que procuraram os registros tardiamente (ver adiante). Se entre os registros tardios por outras pessoas observam uma taxa equilibrada de masculinidade, com leve predominância de mulheres (o que pode ser explicado por uma cultura machista da mulher não poder ser considerada autônoma o suficiente para se fazer representar), [53] a presença de autodeclarantes na impressionante proporção entre 575 (para não-brancos)

[52] Fonte para 1914-1924: IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, It. 8-9; para 1929-1949: ORCTNM: livros A3, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11 e A12.
[53] Como venho procurado desenvolver, a sociedade local claramente privilegiava os homens.

ou de mais de 615 homens (para a amostra total) para cada 100 mulheres leva-me a concordar com Costa (2008, p. 160) de que a busca pelos registros civis deve ter atendido a demandas dos novos arranjos de trabalho: aqueles homens adultos procuravam certidão de nascimento para si para realizar suas carteiras de trabalho; as mulheres raramente o faziam pelo trabalho doméstico não ser regulamentado.

**Tabela 9 – Taxa de masculinidade – registros civis de Osório – 1914-1949** [54]

| | Homens | Mulheres | Taxa de masculinidade[55] |
|---|---|---|---|
| Registros Tardios por outrem (total) | 197 | 208 | 94,71 |
| Autodeclarantes (total) | 80 | 13 | 615,38 |
| Registros Tardios por outrem (pretos, pardos, morenos, mistos) | 42 | 49 | 85,71 |
| Autodeclarantes (Pretos, pardos, morenos, mistos) | 23 | 4 | 575 |

Portanto, mesmo no meio rural, há uma expectativa de obtenção de direitos sociais. Afastamo-nos, assim, de um cenário em que os despossuídos rurais são interpretados como vítimas das fatalidades do destino, para uma apreciação mais adequada de suas condições: sujeitos históricos capazes de planejar e projetar o melhor para si e para seus rebentos.

Porém, esses dados não devem ser examinados apenas do ponto de vista da *razão prática* (Sahlins, 1979, p. 7), mas também do ponto de vista dos laços *simbólicos* por eles indicados, e aqui entramos no segundo aspecto a ser examinado. Ao registrar-se, ou registrar um filho, no tabelionato, um cidadão não busca tão-somente – busca, também, é evidente, mas não apenas – o benefício prático da carteira de trabalho. Ao invés, procura-se, e isso é mais claro quando tratamos de trabalhadores rurais para os quais o acesso a esse documento trabalhista era mais dificultoso e abstrato, por uma perspectiva de *inclusão* e *pertencimento* a um Estado nacional que lhes ampliava a margem de participação. Tal como a "geração de camponeses", vista no capítulo anterior, através da quitação regular de impostos e da capacidade de comprovar a propriedade da terra por ela garantida, a "geração de migrantes" – inclusive aqueles que permaneceram em Morro Alto – procurou, por meio do registro civil, concretizar um espaço de *cidadania*.

[54] Fonte: ver nota 52.
[55] A taxa de masculinidade representa o número de homens para cada 100 mulheres. Calcula-se através da multiplicação da razão matemática entre homens e mulheres por 100.

Carlos Eduardo Costa (2008, p. 134-137) historicizou de forma detalhada a legislação que procurou facilitar os registros civis, verificando que a partir da década de 1930 a população parda e preta foi amplamente beneficiada pela prerrogativa de realizar registros tardios, quer por outrem, quer por meio da autodeclaração. Emprego essa divisão dos registros civis inspirado pela metodologia utilizada por esse autor.[56] Comparando os registros civis de Maquiné com aqueles de Nova Iguaçu, como se verá no gráfico a seguir, é surpreendente a disparidade representada pelo ano de 1919, no qual *todos* os não-brancos são registrados tardiamente por outrem.

Credito essa característica, em primeiro lugar, à pequena amostra representada – são apenas oito "morenos" nesse ano – e, além disso, à possível tolerância de um tabelião em um cartório do interior em um ano específico, antes de uma política de Estado mais sólida que visasse a inclusão dessa população, que só ocorreria após 1930. Efetivamente, no ano posterior e anterior da amostra – 1924 e 1914 – não há registros tardios por parte desse grupo. O "pico" desse ano é acompanhado também pelos brancos, cujos índices correspondem a mais de 60%.

**Tabela 10 – registros tardios realizados por outrem e pelo próprio declarante e registros no ano do nascimento – 1914-1949**

| | 1914 | 1919 | 1924 | 1929 | 1934 | 1939 | 1944 | 1949 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total de registros de pretos, pardos, morenos, mistos | 1 | 8 | 0 | 5 | 48 | 22 | 36 | 38 |
| Total registros de brancos ou de indivíduos de "cor" não-registrada | 30 | 98 | 69 | 73 | 112 | 216 | 323 | 269 |
| Número de registros tardios por outrem: pretos, pardos, morenos, mistos | 0 | 8 | 0 | 0 | 24 | 17 | 25 | 25 |
| % | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 50,00 | 77,27 | 69,44 | 65,79 |
| Número de registros tardios por outrem: brancos ou de indivíduos de "cor" não-registrada | 10 | 64 | 22 | 0 | 23 | 116 | 119 | 56 |
| % | 33,33 | 65,31 | 31,88 | 0,00 | 20,54 | 53,70 | 36,84 | 20,82 |
| Número de registros tardios pelo próprio declarante: pretos, pardos, morenos, mistos | 0 | 0 | 0 | 0 | 17 | 0 | 6 | 4 |
| % | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35,42 | 0,00 | 16,67 | 10,53 |
| Número de registros tardios pelo próprio declarante: brancos ou de indivíduos de "cor" não-registrada | 0 | 0 | 1 | 0 | 20 | 0 | 32 | 14 |
| % | 0,00 | 0,00 | 1,45 | 0,00 | 17,86 | 0,00 | 9,91 | 5,20 |
| Número de registros no ano do nascimento: pretos, pardos, morenos, mistos | 1 | 0 | 0 | 5 | 7 | 5 | 5 | 9 |
| % | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 14,58 | 22,73 | 13,89 | 23,68 |
| Número de registros no ano do nascimento: brancos ou de indivíduos de "cor" não-registrada | 20 | 34 | 46 | 73 | 69 | 100 | 172 | 199 |
| % | 66,67 | 34,69 | 66,67 | 100,00 | 61,61 | 46,30 | 53,25 | 73,98 |

[56] Considero registro tardio aquele não realizado no primeiro ano de nascimento da criança.

**Gráfico 7 - Registros tardios realizados por outrem: % em relação aos registros totais do ano (1914-1949)[57]**

**Gráfico 8 – Registros tardios realizados pelo próprio declarante: % em relação aos registros totais do ano (1914-1949)[58]**

O pós-1930 representou uma possibilidade crescente de realizar tardiamente o registro de pessoas que não haviam sido registradas, quer no que toca às registradas posteriormente por outrem, quer às que buscavam o registro civil para si. O Decreto 19.710 de 18 de fevereiro de 1931 instituiu a obrigatoriedade dos registros de nascimento, isentando-os do pagamento de multas e de justificativa para o registro tardio (Costa, 2008, p. 136).

A curva tendencial desse movimento, no caso do registro civil por outrem, é ascendente entre 1934 e 1939, ocorrendo, depois disso, leve decréscimo. O desenho do gráfico de autodeclarantes sugere a mesma tendência de acesso facilitado aos registros tardios pelo próprio indivíduo no pós-1930 para brancos e para não-brancos. Todos foram beneficiados por um alargamento das possibilidades de registro; os últimos, porém, a eles recorreram de forma mais acentuada. Há um pico em 1934; por alguma

[57] Ver nota 52.
[58] Ver nota 52.

razão que não fui capaz de elucidar, somem em 1939;[59] reaparecem em 1944 e decaem em 1949. O ápice desses registros em meados dos anos 1930 certamente está relacionado à demanda reprimida por registros dessa natureza, mas também à possibilidade de confecção da carteira de trabalho.

A procura pelos e o acesso aos registros civis diferia entre homens e mulheres. Conforme já foi esboçado, e será desenvolvido mais adiante, tal se devia ao caráter diferenciado dos serviços, e dos direitos decorrentes, no meio urbano. No entanto, uma diferenciação já separava homens e mulheres desde o momento da migração. As partidas do campo para a cidade eram diferentemente possíveis e davam-se de formas distintas.

*Motivos para partir – a parte feminina e a parte masculina*

É necessário diferenciar, entre as migrações de jovens em idade produtiva durante a era Vargas e o período de experiência democrática, as realizadas por homens e as realizadas por mulheres. Trata-se de uma comunidade negra em que o padrão de moradia é patrilocal (Barcellos *et al*., 2004 p. 209-210), isto é, em que as mulheres costumam estabelecer-se junto ao local de moradia da família de seus maridos a partir do momento do casamento.[60]

Segundo esse padrão, comum em comunidades camponesas em áreas de fronteira fechada, as mulheres veem-se despojadas de sua herança paterna ao atingir a idade adulta. Elas passam a constituir as unidades produtivas de seus maridos. Isso aconteceu na "geração de camponeses", conforme examinado no capítulo anterior. Tal lógica do meio rural manteve-se mesmo durante o processo de migração para a cidade, não desaparecendo com a adoção de uma vida urbana, conforme veremos adiante.

Havia entre os homens uma maior autonomia para partir do campo rumo à cidade em busca de melhores empregos. Em levantamento realizado em 1952 dentre habitantes das denominadas "vilas de malocas" de Porto Alegre, dos núcleos familiares oriundos de fora da cidade, a busca por maiores oportunidades de trabalho foi apontada por 83,08% como o motivo para a migração.[61]

---

[59] Possivelmente, algum tabelião mais intransigente em relação às possibilidades de registrar tardiamente – para negros e brancos. Tal se daria em contraposição com as próprias determinações legais.
[60] Ver também Müller, 2006.
[61] AHPOA, Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952, II Volume. p. 861.

As mulheres, por sua vez, o fizeram quando se tornaram viúvas ou acompanhando seus maridos. Novamente se percebe uma lógica tradicional que tendia a privilegiar os homens face às mulheres e o protagonismo feminino reativo a essa dinâmica. É o de mulheres que partiram para o centro urbano em busca de uma vida nova: é o caso de Aurora Inácia Marques da Silva e Diva Inácia Marques Terra. A primeira foi para Osório depois de perder seu marido em um ataque cardíaco em uma pedreira, por ele aberta, na qual se encontrava trabalhando;[62] a segunda foi para a cidade quando se casou, alguns anos mais tarde, pois ali morava seu marido. Ele era motorista, residindo em uma pensão.[63] Quer dizer, ainda que dificultosa para as mulheres, a tentativa de uma nova vida na cidade não era de todo impossível. Aurora não o fez acompanhando seu marido. É possível que, ao enviuvar, estivesse em seu horizonte de possibilidades a permanência em Morro Alto e um novo matrimônio. A migração, todavia, se revelou mais atraente.

**Foto 19 – Casamento de Aurora Inácia Marques da Silva**
Acervo particular de dona Eva Inácia Marques

[62] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.
[63] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.

**Foto 20 – Casamento de Diva Inácia Marques Terra**
Fonte: Barcellos *et al*, 2004, p. 242

A presença de parentes estabelecidos na cidade facilitou a vinda de novos migrantes apoiados por redes de solidariedade e sociabilidade, como é o caso de Diva e sua irmã. No já citado levantamento de habitantes de vilas de malocas, 2,94% dos migrantes vieram à cidade por laços afetivos.[64] Até hoje, no município de Osório há regiões, nas redondezas do Centro da cidade ou no bairro de Caravaggio, onde se concentram casas de pessoas oriundas de Morro Alto, que assim atualizam no meio urbano as redes de relações sociais compartilhadas no meio rural.

A migração de Morro Alto rumo a Osório é descrita como um processo familiar, facilitado, é evidente, pela presença de parentes pioneiros que desempenharam anteriormente o ciclo migratório, englobando inclusive, seus pais:[65]

> Diva – Aí o pai depois ficou muito mal, a gente trouxe pra cá. Com o meu marido, depois ele morreu aqui. Aí a mãe ficou aqui com nós, depois essa minha irmã já tava pra cá trabalhando pra cá. *E aí viemos vindo a família.*[66]

---

[64] AHPOA, Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952, II Volume. p. 861.

[65] Ana Rios (2007) assinalou que o fluxo rural-urbano que se iniciou na década de 1930 "se mostrou até aqui como proveniente de famílias mais estruturadas e estáveis que tinham membros que se distanciavam, mas que não perdiam o contato com a família original." O caráter familiar das migrações foi, ainda, ressaltado por Rios (2005a) e Durham, para quem "a migração não envolve necessariamente uma dissolução das relações com a família e com o grupo primário mais amplo (parentes, compadres, vizinhos e amigos) e possui um caráter eminentemente familial o qual, entretanto, não se manifesta necessariamente no deslocamento de todo um grupo doméstico." (Durham, 2004 p. 189)

[66] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório. Grifos meus.

A busca por auxílio médico para os idosos foi outro fator a colaborar para o abandono do meio rural e para dirigir-se a áreas urbanas. A procura por recursos médicos foi destacada por 5,83% dos migrantes no citado levantamento realizado com moradores de "vilas de malocas".[67]

Tais dados são trazidos unicamente no intuito de esboçar uma aproximação às motivações que levaram ao êxodo rural. Há que se destacar as condições de moradia e habitação encontradas uma vez estabelecidas suas vidas no meio urbano. Com efeito, os migrantes por mim analisados dirigiram-se para áreas periféricas das cidades onde habitaram – ou que eram periféricas por ocasião da migração, porém hoje em dia não o são mais. Todos eles estabeleceram-se em vizinhanças e moradias humildes. No entanto, não se trata, em absoluto, de "vilas de malocas" ou "favelas". A maior parte dos entrevistados reside em casas de alvenaria, mas não sei se tal já ocorria por ocasião da migração.

Os homens solteiros, em contrapartida, gozavam de mais autonomia para partir para a cidade. A possibilidade de adotar um emprego urbano surgia no momento de alistar-se no serviço militar, em Osório ou Porto Alegre, é o que relatam Manuel Inácio Marques Neto e o neto de Pulquéria Felisberta que entrevistei. Ambos encontraram nesse momento chave a possibilidade de sair de casa e trabalhar por conta própria. Segundo o último depoente, as mães temiam a partida de seus filhos para o exército devido à possibilidade de não voltarem. Já antes havia a possibilidade de migrações sazonais para o trabalho agrícola nas granjas de arroz, mas por serem temporárias e em regiões mais próximas, como Palmares do Sul, não contavam com a oposição de suas mães. Ir para Porto Alegre, porém, gerava apreensão e temor.

> Neto de Pulquéria Felisberta – Mas deixava vir pra Porto Alegre? Naquela época nunca se veio a Porto Alegre! Vir pra Porto Alegre era um sacrifício, quando vinha pra Porto Alegre as mães ficavam chorando. Que foi embora pro fim do mundo. Agora não é fim do mundo. Agora se vem em meio dia praqui e volta pra lá. Agora...
> Rodrigo – E se ia pra granja, ela ficava chorando? Se ia pra granja, ela ficava chorando?
> Neto de Pulquéria Felisberta – Porque a gente ia até longe. Ia até longe, não se saía pra longe. Quando saía ela ficava chorando. Naquela época quando vinha pro exército era uma briga, um sacrifício. Que a mãe chorava, o filho foi embora pra longe, pra servir o exército.[68]

[67] AHPOA, Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952, II Volume. p. 861.
[68] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 11 de fevereiro de 2009 em Porto Alegre.

A saída da casa dos pais e usufruto da vida no ambiente livre da cidade era vivido como a exacerbação de uma experiência de masculinidade. Manuel Inácio Marques Neto, filho único entre sete irmãs, afirma que até aquele momento fora criado como elas, e depois passou a sair, ir a bailes, trabalhar. O tenente que o alistou teria advertido ao seu pai: "cuidado com o rapaz pra ele se divertir um pouco, que você tá segurando muito ele. E ele não é parte feminina. É masculina." E no período em que viveu em Porto Alegre, "namorada tinha de montão", de dia trabalhava, "dinheiro não faltava, e trabalho também", afinal seu patrão pagava-lhe quase dois salários, de forma que "de noite eu girava. Eu não parava (...) era o dono da rua".[69] A identidade de gênero, portanto, consolidou-se distante de pais e irmãs, no momento em que se tornou trabalhador e gerenciou os próprios recursos.

Uma geração mais tarde, apontam-se, por parte de mulheres e homens, motivos mais diversificados para a partida do território de origem – e o retorno sempre esteve presente como alternativa. Assim, Edite Maria da Rosa partiu para Osório e Porto Alegre no intuito de estudar, e retornou à área rural uma vez formada professora.[70] Luiz Marques da Rosa partiu – e também voltou – visando "conhecer o mundo" fora da comunidade de origem.[71] Wilson Marques da Rosa, por sua vez, conforme veremos no capítulo 6, encontrou no empreendimento da luta pela terra de Morro Alto a justificativa para sua saída da terra paterna.[72]

Esse poder de atração do modo de vida urbano foi constatado pelo antropólogo Norton Corrêa, em reportagem de 1978:

> À custa da estrada, da televisão e do rádio (o uso do rádio de pilha é generalizado) o centro urbano vai estendendo sua área de influência até o campo, mostrando falsos contrastes: a "superioridade" do homem urbano, escolarizado, frente ao "grosso" do interior, ignorante, cuja figura sempre faz o papel do ridículo em qualquer programa de rádio ou televisão: o despojamento do interiorano face ao da cidade, com a casa repleta de bugigangas eletro-domésticas. Vai, assim, impondo-se uma nova realidade (embora apenas em seus aspectos positivos) que termina criando para o campesino, a imagem da cidade como o "paraíso urbano".
> Isto se observa mais intensamente nos jovens – e aqui voltamos para Morro Alto – que passam a fazer resistência a trabalhar na lavoura. E como os outros empregos são escassos, fica ainda mais difícil de trabalhar.

[69] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[70] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[71] Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha.
[72] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

> Assim, a pobreza empurrando e a atração da cidade puxando para o grande centro urbano, o que acarreta, ainda, no campo, a escassez de mão-de-obra. (Corrêa, 1978c)

O sentimento de que os migrantes rurais, uma vez estabelecidos no meio urbano, se encontram "espalhados" foi recorrente em diversas entrevistas.[73] Essa percepção pode ter a ver, inclusive, com laços que ficaram fragmentados no caso de familiares que se instalaram em cidades diferentes, como os que foram para Porto Alegre ou para Osório.

***

Embora o espaço urbano seja lembrado como um ambiente onde o racismo existia[74] – Manuel Inácio Marques Neto lembra-se de ocasião em que foi impedido, junto com uma namorada também negra, de assistir a um jogo de futebol, sob o argumento de que apenas a presença de brancos era permitida –, era contudo um espaço de distensão das tensões raciais existentes em Morro Alto. O neto de Pulquéria Felisberta por mim entrevistado, ele próprio um negro muito claro – tem o fenótipo de branco, mas pode ser considerado negro porque reivindica essa identidade e porque em virtude de sua origem familiar sempre o foi considerado em sua comunidade de nascimento (ver último interlúdio de racialização) – veio a casar-se com uma senhora branca de Morro Alto, de família italiana, a quem conhece desde criança.

> Neto de Pulquéria Felisberta – Porque que nós viemos se encontrar aqui em Porto Alegre eu e a minha esposa? Porque eu nunca fui procurar ela porque eu conhecia o meu lugar. Que eu era negro.[75]

É possível questionar até que ponto não procurá-la antes do reencontro na capital resultou de uma autocensura ou se não existiram de fato pressões racializantes externas que a sua narrativa oculta em virtude da representação de uma relação harmoniosa com

---

[73] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório; Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório; Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre; Entrevista com dona Adiles Marques de Oliveira no dia 26 de janeiro de 2009 em Porto Alegre; Entrevista com Antônio Luiz Barbosa Cardoso em 20 de novembro de 2010 em Osório.

[74] Adiante analisar-se-á a segregação racial em bailes em meados do século XX.

[75] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.

a família dos sogros. Apenas a convivência no ambiente "desracializado" de Porto Alegre – ao menos para esse senhor, onde sua condição de integrante de uma família negra era desconhecida e seu fenótipo não acusava esse pertencimento étnico-racial – permitiu a ele aproximar-se daquela que veio a tornar-se sua esposa. Antes, ele "conhecia seu lugar" – o que indicaria a internalização de critérios hierarquizantes de uma sociedade em que os lugares a serem ocupados pelas pessoas estavam definidos.

Essa discussão foi realizada por Roberto DaMatta (1981, p. 139-193), que apontou em ditos como "Você sabe com quem está falando?" ou "Você não conhece o seu lugar?" interpelações autoritárias que cumprem o papel de *ritual de reforço* de rotinas hierárquicas em situações de igualdade consideradas intoleráveis. Tal se daria, em uma sociedade como a brasileira, a fim de preservar posições sociais estáticas, isto é, "um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar".

No caso em questão, tratava-se de hierarquias raciais que cumpria preservar. No entanto, o senhor que entrevistei não precisou ser interpelado, por "conhecer seu lugar". DaMatta ainda sublinha que o "Você sabe com quem está falando?" desmascara uma situação de anonimato e de potencial igualdade formal (DaMatta, 1981, p. 163). Por motivos óbvios, a indistinção decorrente do anonimato não era plausível nos casos em que a diferença racial era acentuada por uma diferença fenotípica significativa. Não era o caso do senhor em questão, considerado bastante "claro" na comunidade de origem. Se lá ele deveria "conhecer o seu lugar" – e não havia necessidade de interpelá-lo para tal –, em Porto Alegre não havia quem o fizesse, por não ser mais um problema colocado: ele deixava de ser visto como negro.

No último interlúdio de racialização, veremos a narrativa sobre o fato de esse senhor ter sido impedido de participar de um baile de morenos. Antes, porém, peço paciência aos leitores e os convido para que visitem comigo o Tabelionato de Maquiné a fim de verificar as maneiras como as "cores" dos sujeitos sociais investigados recebiam registro.

*Interlúdios de racialização IV: A 'cor' no cartório ou o retorno dos 'italianos'*

Neste interlúdio, procuro realizar uma análise do significado das categorias "branco", "preto", "pardo", "moreno" e "misto" tal como aparecem nos registros civis. Adianto haver um movimento contraditório em relação à caracterização delas. Por um lado, poderiam ser bastante plásticas no que toca ao registro civil – no qual, certamente,

havia interferência do escrivão. Por outro, elas parecem estar subavaliadas. Diversas famílias por mim conhecidas como descendentes de escravos da região de Morro Alto encontram-se registradas sem menção a "cor" ou ainda como brancas.

É o caso dos descendentes da escrava Libânea, invariavelmente registrados sem identificação de "cor" ou como brancos.[76] Todavia, esse ramo familiar estava – e está – fortemente imbricado na tessitura das relações comunitárias da comunidade negra de Morro Alto. Tibério José da Silva, por exemplo, foi festeiro da festa de São Benedito em 1934, quando se dançava o maçambique. Ele enviou um convite e a solicitação de donativos à "Exma. Sra. Felisberta" (CP6). Em carta do mesmo ano, de autoria e destinatário desconhecidos – mas em poder da "*gente* da Felisberta" –, o/a missivista afirmava que encaminhara 28$000 "pelo Venâncio do Tibério".[77] As relações comunitárias poderiam ser acionadas para o transporte de bens e valores (CA7). Uma filha de Venâncio, todavia, foi registrado como "branca".[78] Ou seja, as "cores" presentes nos registros civis são apenas um instantâneo relacionado à percepção cromática do escrivão na presença do declarante. Não traduzem, em absoluto, as teias de relações sociais nas quais os indivíduos estão inseridos – e essas importam muito mais do que os rótulos empregados na documentação cartorial.

Portanto, as informações constantes dos registros civis só poderão ser levadas em conta se cotejadas com as práticas e relações sociais tecidas no dia-a-dia. O registro capta apenas a impressão do tabelião em um momento específico, e pouco tem a dizer sobre como as pessoas vivenciaram as experiências de racialização.[79] A aparente plasticidade pode ser acompanhada no que toca aos registros civis da família de Brás Floriano da Rosa.[80] Ainda que seus filhos e netos possam ser classificados das formas mais diversas nos registros civis, essa família encontra-se profundamente enraizada nas

---

[76] IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093; ORCTNM – Livros A3, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11 e A12 de registros civis de nascimentos do tabelionato do distrito de Maquiné.

[77] Tive oportunidade de conhecer e entrevistar o senhor Venâncio, por ocasião da pesquisa para o laudo de Morro Alto. Seu pai, Tibério, era meio-irmão de Belizário, filho de Manoel Inácio Marques. Assim sendo, o rapaz que portava a carta era sobrinho de um meio-irmão dos filhos de Felisberta.

[78] ORCTNM, livro A12, f. 52v.

[79] Não assumo aqui uma perspectiva iconoclasta quanto às possibilidades de uso de fontes desta natureza. Não pretendo destituir sua relevância. Por outro lado, atento para a necessidade de um cuidado metodológico e problematização mais sistemática dos significados dos qualificativos de "cor", confrontando-os às práticas sociais comunitárias.

[80] Parente da família Fortes, que protagonizou processo criminal analisado no capítulo anterior. Não realizei essa análise utilizando a "*gente* da Felisberta" como exemplo por ter encontrado apenas um registro civil da "*gente* da Felisberta": o de Manoel Inácio Marques Filho, em 15 de janeiro de 1891. IJCSUD - CHF, Mcf. 1444093, It. 8, livro 1 de registros civis de nascimentos do tabelionato do distrito de Maquiné, f. 90, ano de 1918.

teias sociais e genealógicas da comunidade negra de Morro Alto (Barcellos *et al.*, 2004, p.221 e 428).

**Quadro 8 – "Cores" da família de Brás Floriano da Rosa (1914-1949)**

| Livro | Folha | Ano[81] | Declarante | Declarado | Relação com Brás | "Cor" |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 12v[82] | 1914 | Brás Floriano da Rosa | Gustavo Brás da Rosa | filho | morena |
| 1 | 104v[83] | 1918 | Brás Floriano da Rosa | Luzia Maria da Rosa | filha | branca |
| 1 | 105[84] | 1918 | Brás Floriano da Rosa | João Floriano da Rosa | filho | branca |
| 1 | 179v[85] | 1920 | Brás Floriano da Rosa | Manoel | filho | parda |
| 2 | 65[86] | 1921 | Brás Floriano da Rosa | André Floriano da Rosa | filho | não mencionada |
| 2 | 156v[87] | 1923 | Brás Floriano da Rosa | Adélia da Silva Rosa | filha | não mencionada |
| A6 | 4v[88] | 1934 | Brás Floriano da Rosa | Gustavo Maria da Rosa[89] | filho | moreno |
| A6 | 22 | 1934 | Francisco Maria da Rosa | Francisco Maria da Rosa | filho | morena |
| A10 | 32 | 1944 | Sebastião de Oliveira Gomes | Eloi Julia Gomes | neto | branca |
| A12 | 19 | 1949 | Sebastião de Oliveira Gomes | Ivoni de Oliveira Gomes | neto | branca |
| A12 | 14v | 1949 | Brás Floriano da Rosa | Maria Brás da Rosa | filha | mista |

É sabido que as identidades étnicas são fluidas e dinâmicas; mais do que isso, Crapanzano (2001), nos fala do caráter *retórico* e *pragmático* tomado pelas formas de expressão racial.[90] No entanto, esses dados revelam algo além. Em primeiro lugar, estou convencido de que as denominações de "cor", tal como aparecem nos registros, derivam de uma avaliação cromática feita pelo escrivão no ato do registro, e não de uma autoidentificação do declarante. Penso assim porque o apontamento das "cores" dos filhos de Brás acompanha de forma evidente os anos em que foi realizado. Que motivo

[81] Ano de declaração, não de nascimento. Constam aqui anos não-contemplados na amostra porque, além desses registros, pesquisei todos aqueles disponíveis no Centro de História da Família da Igreja Mórmon, objetivando análises qualitativas como esta.
[82] IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, Item 8.
[83] IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, Item 8.
[84] IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, Item 8.
[85] IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, Item 8.
[86] IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, Item 9.
[87] IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, Item 9.
[88] Os demais registros da tabela foram pesquisados no ORCTNM.
[89] Não é a mesma pessoa registrada em 1914, pois nasceu um ano depois.
[90] Em sua revisão acerca das teorias de raça e etnia, Barcellos (1996, p. 91-92) retoma as críticas de Van der Berghe às posturas "primordialistas" e "subjetivistas": as primeiras podem levar ao racismo, ao substancializar e essencializar o fenômeno racial; e as últimas, levar "ao extremo da arbitrariedade na definição dos atributos culturais possíveis de serem tomados como sinal demarcador de fronteiras entre grupos". A autora prescreve uma postura intermediária entre os dois extremos, e é o que procuro fazer aqui. A raça possui, sim, uma dimensão retórica e pragmática mas, como veremos, existem limitações sociais bastante objetivas para pretensões e discursos racializados.

outro seria para todos os registros realizados em 1918 os qualificarem como brancos, todos em 1934 como morenos e assim por diante?

Trata-se de muito mais do que um processo de branqueamento[91] – explicação fácil e insuficiente diante do fato de seus filhos voltarem a aparecer como pardos ou morenos após terem figurado como brancos. Não me parece ser totalmente aplicável ao contexto de pós-Abolição, ao menos nesse caso, a relação estabelecida por Guedes (2008, p. 93-108) entre mobilidade social e mudança de "cor".[92] Sustento que Brás não mudou de "cor", e sim a maneira como os sucessivos escrivãos o avaliaram. Uma condição de proprietário de terras não parece "branquear" Brás, e sim localizá-lo em uma situação de liminaridade que lhe permitia flutuar entre diversas caracterizações de "cor". Era o contexto de igualdade *formal* que permitia a essa família circular entre diversas avaliações. Todavia, não me parece um manejo intencional de categorias de "cor". Ou não apenas.

Os leitores atentos lembrarão-se dos descendentes de italianos que, meio-irmãos de Manoel Inácio, afastaram-se do convívio familiar e desapareceram da memória dos descendentes daqueles, a não ser quando tiveram filhos com mulheres negras de Morro Alto; nesse último caso, porém, seus descendentes são lembrados devido a *elas*, e não a *eles*. Aqueles ainda mais atentos devem lembrar da nota 40 do capítulo 3 e saberão que esse processo foi ainda mais agudo entre a descendência de Herculano e Clementina. Prometi no título do presente interlúdio de racialização um retorno dos italianos, e o que eu prometo, eu cumpro.

Uma comparação entre os descendentes de Herculano com os de Brás pode ser bastante esclarecedora. No ano de 1934, o meio-irmão de Manoel Inácio registrou em cartório um filho, Francisco Herculano Pastorino, nascido em 1906. Naquele ano, o escrivão parecia particularmente propenso a utilizar a categoria "moreno", e foi o que fez.[93] Já seu filho Luiz Herculano Pastorino, nascido em 1895, foi registrado em 1921, e como costumava acontecer naquele ano, sua "cor" não foi identificada.[94] Esse último registrou cinco filhos de uma vez só em 1936: os gêmeos Otávio e Francisca, nascidos em 1922; Maria, Herculano e Pedro, nascidos respectivamente em 1924, 1927 e 1929.[95]

---

[91] Além disso, procurarei demonstrar no último interlúdio de racialização que a categoria 'moreno' não necessariamente implica em um esforço branqueador.
[92] Isso porque a caracterização da "cor" da família de Brás no registro civil parece ter sido mais flutuante do que pode ter sido sua condição social.
[93] ORCTNM, livro A6, f. 23v.
[94] IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, Item 9, livro 2, f. 41.
[95] ORCTNM, livro A6, f. 34v-36.

Naquele ano, a percepção cromática do escrivão tendia para classificar os filhos de descendentes de escravos através da categoria “morenos”, e foi o que de fato aconteceu.

O caso da descendência de Herculano parece confirmar aquilo que os registros da família de Brás apontaram: a sucessão dos critérios classificatórios acompanha a variação dos escrivãos ao longo dos anos. As semelhanças, no entanto, terminam por aqui. O cotejo dos critérios de avaliação cromática realizada nos registros civis com as trajetórias familiares descreve experiências muito distintas. Em alguns momentos, Brás e sua família *puderam-se passar* por brancos; mas não quiseram. Seus laços comunitários arraigados em Morro Alto, sua participação no compadrio de crianças na região, seus cunhados, genros, filhos e filhas ali estabelecidos simplesmente tornavam um “branqueamento” uma hipótese remota e indesejada.

Pelo contrário, Herculano e os seus afastaram-se desse legado comunitário. No capítulo 3, apresentei-o como o único, dentre os familiares de Manoel Inácio, que pagou impostos territoriais fazendo parte do estrato superior dos contribuintes. Pelo menos nesse caso, ao contrário do que quis Gilberto Freyre (2006, [original de 1936]), a ascensão social, com ascendência italiana e tudo, não foi suficiente para “branqueá-lo”. Em dados momentos, a sociedade atentamente lembrava-lhe que era moreno. Se a Brás – ao menos em 1918 – foi dada a possibilidade de aparecer como branco, e essa possibilidade era incongruente com sua experiência social, pelo contrário, Herculano *quis* “branquear”. Mas não pôde. Ao contrário das identidades étnicas, as experiências de racialização não dependem somente da autoidentificação, mas também de uma chancela social que poderia ser ambicionada com empenho, mas que também poderia ser *negada*.

Se minha avaliação estiver correta, portanto, o poder dos registros inferirem as experiências de racialização dos indivíduos revela-se bastante precária. Em outros ambientes, em que não estava em jogo uma lógica de busca de cidadania e de apresentação de todos os indivíduos como iguais perante a lei, a plasticidade observada nesse tipo documental era deixada de lado. Na prática cotidiana – conforme magistralmente apontam os processos criminais, sabia-se bem – muito bem – quem era branco e quem não era. São recorrentes nos relatos dos entrevistados as situações de *bailes* aparecerem como aquelas em que a hierarquização racial adquiria visibilidade e concretude, conforme analisar-se-á no interlúdio de racialização subsequente.

*Interlúdios de racialização V: A 'cor' na festa ou o Baile do Biriva e outros bailes*

A noite do dia 12 para o 13 de maio de 1932 prometia muitos divertimentos a Nelcindo José Joaquim. O toque dos gaiteiros do baile do Biriva, as belas moças da casa de Maria Pêra, a companhia de amigos como Sinval Negreiros, conhecido por Barroso, "Alcides de tal" – conforme consta no documento para assinalar aqueles cujos sobrenomes eram desconhecidos – e Manoel José da Silva, de alcunha Juca da Honória. Mal supunha que despertaria de madrugada, banhado em sangue, no quartel da prefeitura, para onde foi levado, ferido, pelo praça municipal Hermenegildo Manoel Pereira e por Manoel Ferreira Pacheco, o Polaco.[96]

Victorino da Terra Osório, vulgarmente conhecido como Biriva, tinha 26 anos em 1888. Não se sabe se acompanhou com entusiasmo ou decepção a campanha abolicionista e o término da escravidão. Desconhece-se, sequer, se descendia de escravos ou de proprietários. Sabe-se que os Terra Osório possuíam cativos,[97] porém era hábito corrente, entre libertos, adotar os sobrenomes dos antigos senhores (ver capítulo 5). O que é certo é que decidira promover na noite de quinta-feira, 12 para 13 de maio de 1932, um "baile de crioulos", segundo as palavras de Polaco,[98] para festejar "o dia da libertação dos escravos", de acordo com o próprio organizador do baile.[99] Victorino deixou claro que obteve autorização do subprefeito do Primeiro Distrito, cidadão Leôncio Luiz Marques. O festejo ocorreu na casa de Maria Pêra, nos subúrbios de Conceição do Arroio.

Por volta da meia-noite, dançava Nelcindo – descrito no auto de corpo de delito como mulato – quando um grupo de rapazes brancos chegou ao baile: Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes, Dinarte Luciano do Amaral, Antônio Madalena e Manoel Ferreira Pacheco, conhecido por Polaco. Eles pediram licença a Victorino para

---

[96] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim.

[97] Em inventário de 1877, Bernardino da Terra Osório legou oito escravos para sua viúva e para seus filhos. APERS, COA – CA, estante 159, caixa 026.0309, auto 176, inventário de Bernardino da Terra Osório, ano de 1877.

[98] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f.6.

[99] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 6v.

entrarem, o que foi concedido.[100] Porém, segundo a testemunha Almiro Ramos, foi-lhes dito que, por determinação de Victorino, pessoas brancas não deveriam dançar.[101]

Cumpre observar, supondo que Victorino fosse branco, que ele se podia fazer presente sem pedir licença a ninguém, por ter promovido o festejo. Por outro lado, apostando na hipótese de que se tratasse de um homem negro, sua condição de "dono do baile", aliada à de septuagenário, concedeu-lhe a autoridade necessária para decidir quem ali podia entrar ou dançar. O fato é que o grupo chegou armado, com condições de impor sua presença.

No processo criminal que se seguiu para apurar a autoria dos ferimentos sofridos por Nelcindo José Joaquim, na defesa do denunciado Ary Gomes, a quem representava, o advogado Antônio Stenzel Filho – um dos melhores de Conceição do Arroio – sentiu-se na obrigação de justificar o que aqueles rapazes faziam em baile de má reputação: "No dia 13 de maio último teve lugar nos arrabaldes desta vila um baile em comemoração à libertação dos escravos. Era um baile típico: de negros, mulatos e mulheres à toa. Os rapazes de família da vila foram apreciá-lo. Fizeram mal? Não duvido que sim. Mas quem pode atirar-lhes a primeira pedra? *Somente quem nunca foi rapaz, e principalmente rapaz de lugar pequeno, como o nosso, onde, para eles, quase não há divertimento*".[102]

A juventude, à qual apelava esperando uma cumplicidade do juiz, justificava os jovens lá se meterem. Mais do que isso, a palavra *rapaz* remete à identidade masculina da mocidade em questão. Tais aventuras seriam formativas do homem, e para isso o jurista apresentava uma expectativa da condescendência do julgador. A adjetivação *à toa* utilizada para desqualificar aquelas mulheres era claramente uma tentativa de associá-las à prostituição: não eram mulheres de *casa*. Eram mulheres da *rua*. O que estavam fazendo naquele baile comemorativo do 13 de maio, quando se esperava que mulheres respeitáveis estivessem em seus lares, cuidando dos maridos?

O *Baile do Biriva* diferia dos demais bailes, em seguida apresentados, por não ser considerado "baile de famílias". Os últimos poderiam ser frequentados por moças,

---

[100] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 10.

[101] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f.9.

[102] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 29. Grifos meus.

acompanhadas por seus pais, sem representar maior perigo à sua respeitabilidade, constituindo, mesmo, uma circunstância privilegiada para recrutamento de cônjuges. Tal não se dava no caso do baile em tela, no qual moças desacompanhadas poderiam ser confundidas com prostitutas. No entanto, foi essa acusação que precipitou os episódios naquela noite fatídica.

O estigma insinuado pelo jurista que se encarregou da defesa de Gomes foi o estopim para os acontecimentos que ali se deram. Na versão que apresentou em seu depoimento à polícia, o ofendido Nelcindo afirmou que Barcelos dissera "bobagens",[103] ao que respondeu que não abusasse. Ao testemunhar diante da Justiça, foi mais preciso quanto a que "bobagens" eram essas. Talvez decepcionado pelo impedimento de dançar com as moças que ali estavam, Waldomiro Barcelos teria

> dito que *aquele baile era de putas e encordoando diversas palavras obscenas*, o que não agradou a ele declarante, que deixando o par dirigiu-se a Barcelos e pedir-lhe [sic] para não mais dizer aquelas palavras, porque estavam dançando seriamente, ao que insultou-se Barcelos e levantando-se dirigiu-se ao declarante ameaçando tirar uma arma da cintura.[104]

É bem verdade que, segundo o testemunho de Antônio Madalena, amigo de Waldomiro Barcelos, Nelcindo adotou posturas provocativas desde a chegada do grupo. Nelcindo teria dito que esquecera o facão em casa, e que o mesmo seria necessário porque ali iria dar baderna. Ele ainda teria pisado propositalmente o pé do depoente. Seguiu-se, pois, a altercação entre Barcelos e Nelcindo, já que o último teria dito a eles para que deixassem de esculhambação.[105]

É impossível, pelo processo criminal, reconstituir o que se deu a partir de então. As versões das testemunhas, do ofendido e dos denunciados são desencontradas – o que levou o juiz a absolver os acusados sob a alegação de não haver elementos suficientes para inferir a culpa das partes. Para se ter uma ideia da imprecisão dos depoimentos, um dos acusados ora é referido como tendo sido o autor dos ferimentos de Nelcindo, ora como tendo interferido na briga para apartá-la.

---

[103] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 5.

[104] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 20-20v. Grifos meus.

[105] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 10-10v.

Mais interessante do que descobrir a “verdade” sobre o processo – coisa que sequer os julgadores de outrora foram capazes de fazer –, trata-se de verificar os significados subjacentes aos autos no que eles podem elucidar sobre as relações sociais da década de 1930 no município de Osório. Embora eu tenha minha opinião a respeito da autoria do crime, é inútil apresentá-la, dado que especulativa. O máximo que se pode fazer é inferir alguns elementos a partir das narrativas.

Uma coisa é certa. A acusação de que ali era um baile de “putas” ateou fogo ao barril de pólvora das relações raciais em Conceição do Arroio. Desconheço – e pouco me importa – se as moças de Maria Pêra eram prostitutas ou *mulheres à toa*, como quis Antônio Stenzel Filho. Mesmo que o fossem, a intromissão de rapazes brancos com aquelas acusações soou inadmissível para os presentes. Wissenbach (1998a, p. 143-147) demonstrou o quanto os homens negros, no pós-Abolição, eram ciosos e mesmo possessivos em relação às famílias negras. Apontando a mesma lógica para muitos anos após, e mesmo em um ambiente extra-familiar, Waldomiro e seus amigos escolheram o questionamento da honra das mulheres ali presentes como agressão racializada. Uma injúria étnica.

Toda forma de violência, física ou simbólica, tem seus pontos de inflexão, momentos em que se tornam intoleráveis e despertam reações. A acusação dirigida àquelas mulheres foi a mais indelicada forma de agressão verbal a *todos* participantes do baile. Aquelas mulheres constituíram metonímia de um grupo ultrajado. Ao metaforizar na mulher negra a prostituição, insultava-se os negros em geral. Reservava às brancas a pureza e a honestidade e direcionava às mulheres, às *suas* mulheres, uma condição considerada extremamente vil.

Nelcindo alegou ter defendido a seriedade do baile, desacatada pelos insultos de Barcelos. Os dois rapazes estranharam-se, ocorrendo alguns empurrões. Veio a “turma do deixa disso” – dentre os quais o próprio Biriva – para apartar os contendores. Nelcindo foi conduzido à rua, para uma casa nas proximidades do baile, e tendo ali esperado por algum tempo, decidiu voltar.

Ao retornar para a festa, foi agredido ao passar por uma porteira, segundo alguns, por seu amigo Manoel José da Silva – provavelmente negro –, segundo outros, por Waldomiro Barcelos e Ary Gomes, que o seguiram após o episódio sucedido no interior do salão de baile. De acordo com os depoentes que deram a última versão, o aquele defendeu Nelcindo, tendo inclusive seguido Barcelos, visando agredi-lo ou até mesmo matá-lo. A vítima foi levada ao quartel com ferimentos na cabeça, provocados

por coronhadas de revólver. O auto de corpo de delito apurou quatro ferimentos de profundidade até o crânio, respectivamente de dois, cinco, três e dois centímetros de comprimento.[106] Foi visto por diversas testemunhas banhado em sangue.

Ao longo dos autos, em nenhum momento coloca-se em questão a legitimidade de haver uma separação entre bailes para negros e bailes para brancos. Aparentemente, esse questionamento não estava no horizonte de preocupações dos homens de Conceição do Arroio na década de 1930. Pelo contrário, o advogado de defesa de Ary Gomes julgava que a presença de rapazes brancos em um baile de negros demonstrava que "em lugar pequeno quase de nada valem preconceitos sociais, de maneira que se dão mesmo às vezes com intimidade branco e preto, pessoas de posição e pessoas da última classe".[107]

Obviamente, os bailes dos brancos não eram tão permeáveis à presença de "crioulos", e a própria equiparação dos "pretos" a "pessoas de última classe" reafirma os preconceitos negados. Pelo contrário, a memória de pessoas idosas do Litoral Norte é pródiga em recordações de que os bailes eram segregados: "no baile de branco, moreno não entrava", costuma-se dizer. O caso analisado demonstra que a segregação ocorreu sem necessitar de um registro legal, por se impor por meio da informalidade. Negros e brancos não frequentavam os mesmos ambientes de sociabilidade, apesar da inexistência de amparo legal para essa separação.

Infelizmente, não se pode acompanhar a vida daqueles homens – e o processo cala quanto à visão das mulheres presentes sobre o incidente – após a sentença de 6 de novembro de 1932.[108] Os acusados Waldomiro Alves Barcelos e Ary Guimarães Gomes devem ter retomado suas vidas e suas profissões, respectivamente de comerciante[109] e tipógrafo.[110] Dependendo da autoria real do crime, Nelcindo José Joaquim, jornaleiro,[111]

---

[106] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 4.

[107] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 29.

[108] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 66v-67v.

[109] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 17v.

[110] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 17.

e Manoel José da Silva, mecânico,[112] deram continuidade a sua amizade ou tornaram-se inimigos. Quiçá algum deles tenha vivido até as décadas de 1960 e 1970, para, já idoso, assistir ao fim da segregação racial nos bailes do Litoral Norte – e do Rio Grande do Sul – segundo referem alguns relatos orais.

São diversas datações – a maioria das quais, imprecisas – para o final da segregação racial nos bailes do litoral norte, assim como são diversos os atores que lideraram momentos de extinção da mesma. Inicialmente pensei que cada depoente procurava "puxar a brasa para sua sardinha", isto é, atribuir a alguém de seu círculo de relações – marido ou pai – o protagonismo sobre o fim da segregação.[113] No entanto, percebi haver diversos protagonistas e diversos finais e locais na separação de negros e brancos em bailes. Isso porque parece haver quatro instâncias de separação racial relatadas, que devem ter-se sucedido ao longo do tempo. Diferentes narrativas significam diversos momentos nesse processo:

- Bailes diferentes para negros e para brancos;[114]
- Bailes com salões distintos para negros e para brancos;
- Bailes no mesmo salão, mas com uma corda separando os dançantes conforme a "cor";
- Bailes mistos nos quais negros e brancos não podiam dançar uns com os outros.

Esclareço que por motivos de fôlego não me proponho a fazer uma história social da cultura dos bailes negros no litoral norte do Rio Grande do Sul. Procuro verificar em que medida eles estabeleciam fronteiras de pertencimento étnico-racial. Não irei adentrar nos conteúdos culturais étnicos assumidos pelos bailes.[115] Assumo,

---

[111] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 5. Na documentação de época, "jornaleiro" refere-se aos que trabalhavam por jornada, geralmente em ocupações de baixa qualificação. Ver adiante.

[112] APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim, f. 18v. Na documentação de época, "mecânico" significa artífice, aquele que trabalha com ofícios mecânicos.

[113] Para outras versões a respeito do mesmo fenômeno, bem como a perspectiva de que os narradores privilegiam aquelas nas quais se sentem – ou ao seu ramo familiar – incluídos, ver Gomes (2003, p. 78-79).

[114] Alguns anos antes do processo de Waldomiro, Ary, Manoel e Nelcindo, outros autos criminais também apuram episódio ocorrido em um baile "destinado aos pretos". APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0290, auto 747, ano de 1924. Processo Crime: réu – Manoel Adão, ofendido – Edmundo Alves de Araújo.

[115] Segundo Diva Inácia Marques Terra, nos bailes de brancos e de negros tocava o mesmo tipo de música – valsas, "músicas antigas" –, muito embora os músicos fossem brancos em bailes de brancos e negros em

aqui, a preocupação de Barth de verificar antes as fronteiras étnicas do que os conteúdos culturais variáveis acionados na definição das mesmas (Barth, 2000 p. 25-67). Conforme veremos, o próprio estabelecimento de quem podia, ou não, participar dos bailes delineava fronteiras. Em outros termos, de certa forma, a possibilidade de participação em bailes consolidava uma classificação racial dada pela "cor".

Diversas narrativas dão conta do fato de que negros não podiam entrar em bailes promovidos por brancos em Morro Alto até o início dos anos de 1970.[116] À exceção de Diva Inácia Marques, que faz a ressalva de que "se fosse convidado podia entrar",[117] os demais apontam para uma realidade de segregação mais rígida. Parecia haver um esforço, em novembro de 2001, por parte desta última entrevistada, de enfatizar o trânsito social de sua família em redes de relações que envolviam seus vizinhos brancos, conferindo-lhes certa distintividade em relação a outras famílias do "quilombo" entrevistadas pela equipe de pesquisa e que não gozavam da mesma teia de relações. Tal distintividade, ainda que realçada por uma convicção sincera da inadequação de traços classificatórios racializados, pode ser observada na seguinte fala, que sintetiza o teor de sua abordagem dessa temática na entrevista como um todo:

> Diva – Que o pai não tinha isso aí de classificação. E eu me sinto muito mal com isso, de classificação, de moreno, de branco. Eu não sei, acho que todos são iguais. Na minha cabeça. Acho que não tem isso aí. (...) Não temos isso aí. É muito feio isso aí. Eu acho muito feio, não pode ter classificação.
> Rodrigo – A senhora não gosta da divisão.
> Diva – Não, não, não, não, essa divisão não é comigo. Não mesmo. A gente vai em tudo que é lugar aí, sempre convidado pra sociedades finas, de branco tudo, não tem isso aí. E eles são convidados quando a gente faz qualquer coisa, a gente faz, a gente convida e todo mundo vem, não tem isso aí. Eu não tenho, eu acho isso muito feio e eu acho assim, que eles tinham que terminar com essa classificação. De negro, de branco. De negro, de branco.[118]

---

bailes de negros. Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.

[116] Luiz Marques da Rosa, com 53 anos em janeiro de 2009, aponta que ele deveria ter a idade de 15 anos quando acabou a segregação nos bailes. Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha. Na comunidade gaúcha de Cambará, estudada por Mello (2012), até 30 anos antes de sua pesquisa persistia tal separação.

[117] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.

[118] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório. Pierre Ansart observa que para grupos que guardam memórias e ressentimentos de episódios de ódio de que foram vítimas, há a necessidade simbólica de afastar-se da lógica destrutiva de seus opressores: "E, mesmo em se tratando de ódios dos quais foi vítima, o indivíduo experimenta repugnância em conhecer e explorar o ressentimento daqueles de quem foi objeto, a compreender o que é, para ele, irracional. Quando estamos nessa situação, nos contentamos com alguns julgamentos simples que nos permitem não entrar na lógica afetiva de nossos antigos adversários e que nos bastam para os condenar. Somos levados a isso, salvo exceção, pelo próprio movimento de nossas novas experiências, pela preocupação de não sentir o peso das psicologias agressivas ou assassinas cujas violências físicas ou simbólicas sofremos." (Ansart, 2004 p. 31)

A necessidade de abolir sistemas classificatórios baseados em categorias racializadas, na fala de dona Diva, aponta para o passado, na medida em que é apresentada como um legado de seu pai, através da forma como foram educadas, para o presente, como forma de distinção em relação àqueles que os tem como critério de sociabilidade, e para o futuro, como profissão de fé no sentido de uma sociedade não-racista.

No entanto, na entrevista realizada em 9 de janeiro de 2010, oito anos após, portanto, com Aurora Inácia Marques da Silva e outra irmã, Eva Inácia Marques, a temática da segregação racial surgiu de forma espontânea. Comentando sobre o fato da sogra de sua irmã não ter obtido registro de nascimento, dona Eva passou a relatar sobre as dificuldades enfrentadas pelos negros naquele tempo para atingir os mesmos direitos civis usufruídos pelos brancos, trazendo à memória o exemplo dos bailes como um espaço de segregação.

> Eva – Negro naquela época era bucha. Não era fácil. Não tinha direito a nada. É. Agora tem direito. Frequentam a mesma sociedade e tudo assim. Mas antes não. Era tudo separado. Eu alcancei aí. E como é que ia na sociedade, num baile que tinha branco? A coisa não era fácil. E onde tinha sociedade de branco, negro não metia o pé lá.[119]

Indagada se ela conhecia algum caso em que algum negro tenha sido colocado para fora de um baile frequentado por brancos, Eva respondeu: "Olha, eu até nem conheci, mas sempre me falavam isso aí. Eu nunca fui em baile que branco conseguia entrar e não deixavam. Mas era comentado. Na minha época já existia".[120] Essa negativa em apontar um exemplo concreto indica, por um lado, que tais posturas discriminatórias já eram internalizadas, no sentido de que as pessoas já sabiam de quais bailes deveriam participar, e portanto raramente tentavam ultrapassar tais barreiras. Mas evidencia, além disso, sobretudo quais experiências eram dizíveis. No caso de memórias que envolvem experiências de vergonha de ordem racial, humilhação e discriminação, elas tornam-se passíveis de relato apenas na medida em que não envolvem diretamente os próprios narradores. Segundo Pollak, "É como se este sofrimento extremo exigisse uma

[119] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[120] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.

ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado" (Pollak, 1989).

Ao contrário de sua irmã, Diva Inácia Marques Terra conhecia uma história de um negro que tentou entrar em um baile de brancos. A mesma informante que na entrevista de 2001 afirmou que se convidados, poderiam entrar em bailes de brancos, em janeiro de 2010, respondendo à mesma questão, afirmou que não se podia entrar. Quando questionada sobre o que acontecia se eles tentassem, foi direta: "matavam!"

O assassinato referido pela entrevistada ocorreu em Cidreira, mas ela generaliza a segregação racial para todo litoral norte. Em festas religiosas exclusivas para brancos, os negros católicos poderiam participar exclusivamente das missas e procissões, mas não dos bailes e jantares no salão comunitário.

> Diva – Ele ia lá pra cozinha, podia assistir a missa, desde que eu cheguei aqui, assistir a missa, a procissão, só não se metia em nada, terminava a missa e a procissão pegasse a estrada e fosse embora.
> Rodrigo – No baile ele não podia?
> Diva – Não entrava no salão pra comer. Não entrava no salão para comprar um pedacinho de carne. Podia ir lá pegar o trem e ir embora. Na Nossa Senhora da Conceição também.[121]

Diva adverte ainda que alguns familiares de tez mais clara, praticamente brancos, eram admitidos em tais ocasiões festivas, mas não aqueles morenos mais escuros. Ao mesmo tempo em que apresenta um relato incisivo a respeito do que ocorria no caso de negros que se propusessem a participar de bailes de brancos – corriam risco de vida – Diva reafirma o discurso de sua entrevista anterior segundo o qual no caso de sua família as coisas eram diferentes. Seu pai era sábio, e seus extremantes alemães e italianos recorriam a ele de forma constante, tanto para pedir ajuda material ou explicações quanto ao que e como fazer. Da mesma maneira, sua família pedia auxílio aos vizinhos quando necessário. Segundo ela, em sua juventude os bailes já estavam começando a se misturar, e em seu casamento os alemães foram convidados e dançaram. Ela relata isso com certa dose de satisfação.

> Diva – O alemão foi na nossa festa pra ser dançante. Naquele tempo se chamava vizinho. Ele perguntou pro meu pai assim: "O vizinho. Me custa perguntar que eu posso dançar com essas negrinhas tão bonitinhas?" [...] Daí

[121] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.

> ele disse "Decerto, se quiser dançar contigo pode dançar". Dançou a noite inteira.[122]

Já no baile de casamento de sua irmã Aurora, mais velha, os vizinhos brancos não participaram.[123] Diva ainda adota o mesmo discurso da entrevista anterior quando afirma que ela e os irmãos foram criados sem distinções de ordem racial:

> Diva – Mas nós, nós somos diferentes, Rodrigo. Nós, filhos dos meus pais, somos diferentes. (...) O pai não nos criou com esse papo. De negro, de branco, de branco, de negro. Nada disso. É uma coisa só e uma pessoa só.[124]

Percebo, no paralelismo da narrativa de dona Diva – ao afirmar, por um lado, que negros corriam risco de vida ao tentar participar de bailes de brancos e, por outro, que sua família era diferente e transitava por circuitos mais amplos –, a importância de denunciar o racismo mas ao mesmo tempo manter a distintividade. Episódios de racismo aconteceram, mas não com os informantes. Na narrativa de sua irmã Eva, a segregação ocorria de maneira automática nos bailes, sem notícias de um episódio específico que o atestasse, de forma que a separação já era internalizada. Já se sabia que não poderiam participar dos bailes dos brancos. Na narrativa de Diva, há um episódio específico narrado, porém no discurso não há nada que o date, descreva as condições do ocorrido ou nomeie a vítima do assassinato. O único dado fornecido é o local onde aconteceu.

Ainda que com recorrências discursivas – a memória não é um dado bruto, mas também não é completamente maleável ao sabor do vento –, percebe-se que algo mudou entre a entrevista de 2001 e as entrevistas de 2010. A ênfase deslocou-se de relações laborais e cooperação vicinal estabelecidas entre negros e brancos – conforme veremos quando se falar dos *pixurus* – e um maior espaço foi dado às tensões entre brancos e negros, exemplificadas pelos bailes. Não se trata, na perspectiva da história oral, de optar por qual versão é verdadeira ou está imbuída de falsidade.[125] Trata-se de investigar

---

[122] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[123] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[124] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[125] Paul Thompson (1992, p. 138) destaca que tratar, tão-somente, o discurso oral como fonte de "informações fidedignas" é ignorar o valor extraordinário que possui como "testemunho subjetivo, falado". Alessandro Portelli sublinha que depoimentos orais não são dados brutos disponíveis à análise do historiador, mas já contêm, em si, interpretações dos fatos recordados (1996 p. 60).

quais condições levaram a memória a acionar diferentes camadas de recordações e a produzir interpretações diversas.

Em primeiro lugar, o interesse do pesquisador deve ser apontado. Conforme Portelli (s/d) assinala, “fontes orais são geradas em uma troca dialógica – uma entrevista” na qual a presença e os estímulos, um papel ativo do historiador, são decisivos. Alberti também destaca o peso do relato “científico, acadêmico, político” do entrevistador na produção das entrevistas (2004, p. 34). Em 2010, a existência de racismo e de bailes separados entre negros e brancos pautavam meu questionário. Ainda assim, ressalvo que na entrevista de 2001 também fiz essa questão, e observo que na entrevista com dona Aurora e dona Eva, em 2010, o tema surgiu de forma espontânea, sem ser instado por mim.

Um segundo aspecto, bastante importante, está na relação de confiança adquirida pelas informantes no intervalo de uma década. Na primeira entrevista, elas não me conheciam e sequer sabiam muito bem porque eram entrevistadas. Na segunda ocasião, vinham de contatos regulares comigo no intervalo de uma década, já me conhecendo e se sentindo à vontade para abordar uma temática tão delicada quanto o racismo sofrido pela comunidade negra no litoral norte.

Outro ponto está na metodologia de pesquisa. Em 2001, foram entrevistadas conjuntamente Aurora e Diva. Diva é, certamente, mais eloquente, e é aquela que tende a enfatizar a distintividade em relação às demais famílias. Sua presença pode ter servido, de forma involuntária, como um mecanismo de censura sobre o depoimento das irmãs, impondo sobre elas um enquadramento da memória familiar (Pollak, 1992). Não percebi o mesmo ocorrer quando entrevistei juntamente Aurora e Eva, já que ambas são mais discretas, e na ausência da irmã sentiram-se mais à vontade para discorrer sobre o passado.

Finalmente, entre 2001 e 2010 as referidas irmãs engajaram-se no processo de mobilização comunitária pelo reconhecimento e titularização de Morro Alto como área “remanescente de quilombo”. É possível que a participação em um movimento de emergência étnica tenha dado uma maior legitimidade para um assunto como as tensões entre negros e brancos em suas falas. Longe de mim está sugerir que o movimento social tenha imputado memórias nas informantes, afinal as tensões entre negros e brancos, sob diversos aspectos, está presente na fala de 2001, assim como a eventual cooperação com vizinhos brancos não desaparece no depoimento de 2010.

Simplesmente o que ocorreu foi um maior espaço político criado para que memórias subterrâneas, de sofrimento e humilhação, pudessem vir à tona.

Todos os depoimentos expressam verdades condizentes com as condições em que foram produzidos. Quanto à relação entre brancos e negros no litoral norte, lembro que a existência de mecanismos racistas de exclusão em circunstâncias festivas não oblitera a necessidade de cooperação mútua entre camponeses brancos e negros quando o que estava em jogo era sua sobrevivência, nos episódios de *pixurus*, ou mutirões.

***

Significativos são os relatos que dão conta dos momentos em que o "racismo acabou", isto é, todos puderam frequentar livremente as mesmas festas.[126] Há um esforço, por parte dos entrevistados, de trazer o protagonismo de tal fim para pessoas integrantes de suas famílias. Assim, Luiz Marques da Rosa conta que quem deu cabo da separação entre brancos e negros em episódios festivos foi seu pai, Júlio Elói da Rosa.

Tais momentos são entendidos como tendo instaurado espaços de maior igualdade, já que todos poderiam confraternizar sem separação. Questiona Luiz: "Foi aí que terminou. Porque como é que ir pra macega[127] podia ir branco com negro ou negro com branco e pra dançar junto não podia?" [128] Indaga os motivos pelos quais em espaços socialmente válidos, como os bailes, o contato inter-racial era vedado, enquanto no descompromissado, informal e escondido ambiente das "macegas" a mestiçagem era permitida. Luiz denuncia a hipocrisia pela qual as mulheres negras podiam ser "usadas" pelos homens brancos, mas não podia haver danças entre os dois grupos. Identifico, aqui, uma indignação similar à de Nelcindo quando procurou defender a honra das mulheres negras.

Na Prainha, localidade próxima a Morro Alto onde Júlio Elói residia com sua família, o fim da segregação nos bailes ter-se-ia dado em virtude de uma aposta realizada entre o pai de Luiz e um comerciante branco, Monteiro, porque Júlio Elói da Rosa, quando festeiro, afirmou que faria "o baile tudo junto". Deu-se, então, a contenda:

---

[126] É evidente que este historiador não pensa que o racismo cessou ao fim da segregação racial em eventos festivos. Tal foi enfrentado e combatido pela geração seguinte. Aqui, apenas, dou registro à percepção dos mais idosos.

[127] Macega é um regionalismo que define "arbusto rasteiro que cresce geralmente em terreno de baixa qualidade" (Houaiss e Villar, 2001, p. 1801). No contexto da entrevista, a vegetação rasteira onde dever-se-iam dar contatos sexuais não formalizados perante a Igreja e o Estado é metafórica dessas mesmas relações.

[128] Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha.

> Luiz – Aí o Monteiro, famoso, que tem lá em cima, dono do mercado Monteiro, na época, fez um jogo com o falecido pai, ele disse "então tá, se" porque tinha um outro salão do falecido Lúcio, uma casa lá que eles abriam e faziam baile, dizendo "se tiver mais negro, dança no salão, se tiver mais branco, dança no salão". [?] Aí fizeram o jogo os dois, o falecido pai e o Monteiro. Aí quando foi sábado de tarde começou a descer isso. Negro trazia excursão de Porto Alegre, tinha o falecido Pedrinho, sobrinho do falecido pai, foi a Porto Alegre e trouxe uma excursão, aí a negrada dançou tudo no salão ali, aí no fim fizeram o baile dos brancos, não tinha moreno, e os brancos vieram tudo pra cá. [risos] E dali começou. Teve uma época que chegaram a colocar uma corda no meio do salão pros negros dançar de um lado e os brancos do outro.[129]

O fracasso dos brancos em trazer um número maior de pessoas para aquele baile teria configurado o início de bailes mistos, já que os brancos se integraram à festa dos negros, muito embora uma corda tenha continuado a realizar a separação. O fim da segregação racial ter-se-ia devido ao seu pai também no município de Capão da Canoa, onde Júlio Elói possuía um salão de baile onde negros e brancos podiam dançar conjuntamente, é o que conta Wilson, irmão de Luiz.[130] A tolerância racial que imperava naquele salão foi combatida pela sociedade capoense através de um abaixo-assinado:

> Rodrigo – Nos bailes que ele fazia, dai podia entrar negro e branco?
> Wilson – É, ele, então, seu Prates... a mãe tinha um delegado de Osório que era muito amigo dela, que eu não sei o nome, e tem o Seu Prates que era o subdelegado daqui de Capão. Seu Prates, acho que é vivo ainda, não sei se é morto, já, mas aí o pai diz, olha, no meu salão quem paga entra e dança não tem essa de... negro prum lado e branco pro outro. Precisava botar corda pra não deixar dançar junto, mas lá em casa, não. Aí seu Prates e esse, esse delegado amigo da mãe dão guarida, mandam eles fazer do jeito deles. Então o pai teve que fazer muita força, ah, às vezes ele se agarrava a socos com os caras, que não permitiam. Aí foi quebrando, foi quebrando, foi quebrando, aí eles fizeram um abaixo-assinado, é, quem lidera o abaixo-assinado é um tal de... Hélio Rech, é, e acho que Adão Pasteleiro, um cara que fazia pastel; eles fizeram um movimento pra fechar o salão, um abaixo-assinado pra fechar o salão. Aí o pai vai... ele e a mãe foram a Osório e tal, e aí liberaram, mas aí não... mas aí o que é que a gente fazia, no verão a gente vinha, ali no Natal, final, início de janeiro a gente vinha e abria, lavava o salão, trazia as mercadorias, a gente vinha de canoa, trazia a quitanda e em março a gente levava, no final da temporada a gente levava de canoa, de carreta.[131]

---

[129] Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha.

[130] Edite Maria da Rosa também atribui ao sogro de seu irmão, em Morro Alto, o fim dos bailes separados, afirmando que ele possuía um salão de bailes e não mais permitiu a segregação. Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.

[131] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

Wilson mostrou-me uma foto do salão de bailes de seu falecido pai em Capão da Canoa. Ao menos pelo que aponta o retrato, não obstante o baile tivesse um público misto, e talvez por isso, a maior parte dos seus frequentadores era de negros:

**Foto 21 – Salão de bailes de Júlio Elói da Rosa em Capão da Canoa**
Acervo particular de Wilson Marques da Rosa

Também a senhora Eva Marques Correia reivindica o protagonismo da dissolução dos bailes segregados no Caconde, localidade próxima a Morro Alto, para alguém bastante próximo a ela, no caso, seu marido, Pompeu Correia. Ela conta que ele interveio em um baile para permitir que uma moça, irmã de um amigo, tirada à força dos braços do rapaz com quem dançava, pudesse participar:

> Eva – Tinha baile aqui. E as minhas gurias foram. Daí eu não fui porque tinha aquele negrinho que passou aqui e eu tinha ele pequeno, eu criei ele desde pequeno. Daí chegaram lá e o que era festeiro não era daqui, era de Mostardas. Mas esse tá morando aqui. Daí quando ele veio convidar pra festa, trazer o cartãozinho pra nós, tudo muito bem, faceira, tudo, e ela até era madrinha da minha filha de crisma, a falecida Juraci, aí tavam dançando, aí o falecido foi mais elas. Aí chegou lá e diz que uma irmã do Dega foi dançar, mas a guria você não dizia que ela era morena. Bem clara. Cabelo bom [sic], bem liso. Aí eles tavam lá, tavam assando o churrasco, ela chegou e... chegou chorando. Aí o falecido disse, olhou pra ela e tava chorando. "Como é, porque tá chorando, Lúcia?" "Ah, eles me tiraram dos braços do rapaz com quem eu tava dançando porque eu era negra". Aí os brigadianos[132] tavam na porta. Então o falecido disse, "com licença, eu vou lá conversar com esses bichos velhos, como é que é isso?". Aí chegou lá e falou com eles. Disse aqui "eu vou perguntar uma coisa pra vocês. Ainda existe racismo?". Aí eles disseram "não! Não existe mais. Porque que você pergunta?". Aí o falecido disse assim, "não, porque ela não é minha filha, mas é minha amiga, filha, irmã do meu amigo. E ela chegou lá chorando porque eles tiraram, o festeiro tirou ela dos braços do rapaz que ela tava dançando". Aí eles disseram "não, então o senhor entra. E você tem filha?" E aí o falecido disse "eu tenho, três

[132] Policiais militares.

> filha, três gurias aí e dois rapazes". O Arli não tinha ido. "Então manda eles dançar." Aí o [Silvio?] tava com o microfone na boca falando: "os morenos aqui não [?], moreno aqui não dança!". Aí o falecido chegou, ele fez uma coisa muito ruim, chegou e passou a mão no microfone e falou "rapaz, tu não sabe nada. Me dá esse microfone aqui". E os brigadianos nas costas dele, né? Aí ele disse "é, mas aqui é baile de branco". Aí o brigadiano disse assim "não, o senhor, aliás, pode dançar. Já mandei ele trazer as filhas dele e dançar e o rapaz, todo mundo". Barbaridade, deu um rebuliço! Já queria brigar, já foi aquela coisa, aí já arrancaram faca, já arrancaram revólver, arrancaram aí... Deus que me perdoe. Que bom que eu nem fui. [133]

É digno de nota que Pompeu usou em seu favor o discurso socialmente aceito de inexistência de racismo a fim de reivindicar que o mesmo se configurasse na prática. Talvez por isso tenha conseguido o apoio do poder público, através dos brigadianos ali presentes. Também cumpre observar que, no relato de dona Eva, a moça em questão, "não se dizia que era morena": era "bem clara", de cabelo "bom", liso. Um indício de que os laços de segregação na região não seguiam critérios unicamente fenotípicos, mas também de pertencimento social, familiar e de classe a um campesinato negro que se queria manter em seu devido lugar. Naquela ocasião, segundo ainda dona Eva, "acabou o racismo": na festa seguinte, ela e seu marido foram escolhidos para ser festeiros.

Porém, não apenas nos momentos em que foi extinta a segregação racial em bailes negros ocorreu resistência a essa. Mesmo em momentos em que não se logrou dar fim ao "racismo", não se "deixou barato" o ultraje racial sofrido perante a negativa de frequentar as mesmas festas. Assim, fazia-se com que cavalos defecassem na porta de bailes exclusivos de brancos ou soltavam-se as rodas de suas carretas. Dona Edite relatou:

> Rodrigo – E o pessoal, na época, deixava barato?
> Edite – Não, não deixava.
> Rodrigo – Que que o pessoal fazia?
> Edite – Brigavam!
> Rodrigo – Brigavam para participar do baile junto?
> Edite – Para participar do baile junto. Nós tínhamos que ser respeitados, né? Era respeito. Tinha o delegado que chamavam, ... olha, o baile tal dia vai ser dos brancos, no salão tal. E os negros não podiam ir lá [?] Ai o que é que eles faziam? Eles iam ao baile, com um [?] encilhavam um cavalo, que naquela época não tinha carro, [?], encilhavam o cavalo, botavam espora, e quando chegavam na porta do... do salão, eles davam aquela esporada nas costas do cavalo e o cavalo soltava cocô pra fora [?] pra cima deles... E lá se mandavam, faziam aquelas artes. Ou iam ao baile... que eles iam muito de... com aquelas carretas de quatro rodas, eles iam lá e tiravam as rodas, aqueles coisas que tinham... não sei como é que chama, pra trancar as rodas, pras rodas não cair, eles tiravam fora, quando ele iam tocar os cavalos, as rodas

[133] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

> caiam no chão. Eram as artes deles, que eles faziam para se vingar, que eles não deixavam participar do baile.[134]

Uma exceção para a lógica de associação entre o fim da separação nos bailes e o protagonismo de um parente próximo está na fala de Aurora Inácia Marques da Silva, para quem o responsável pelo fim dessa "ditadura" foi o "governador" João Goulart, que teria instituído bailes mistos.[135] Igualmente, sua irmã Diva Inácia Marques Terra atribui o "fim do racismo" à solidariedade e à amizade estabelecidas entre os jovens:

> Diva – Assim. Por exemplo. A gente tá conversando. Tu é minha amiga. Tá no colégio. Junto. Tu levou "vamos lá em casa". "Não, não vou, porque não posso entrar, porque não sei". "Não, mas vamos, vamos, o pai não se importa, ou a mãe não se importa, vamos comigo". Daí eu ia. Chegava lá, tu me dava um pedaço de pão, se tu queria tomar um café tu me dava, se tu comia uma laranja tu me dava. Foi os jovens, foi quem terminou com esse racismo dos negros. Foram os jovens.[136]

Em entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta residente em Porto Alegre o episódio do fim dos bailes separados entre negros e brancos não foi relatado, afinal, ele veio para a capital do Rio Grande do Sul em 1957 ou 1958, antes da divisão ter cessado. Assim, em seu discurso aquele momento específico não tem a dimensão que há no relato de Luiz e Eva, como instituinte de um momento em que o racismo "acabou-se".

Ele limita-se a dizer que "agora não se vê nada disso, não tem separação, né", sem contudo articular em sua fala como se deu o fim da segregação, e ressalvando ainda que "mas em alguns lugares ainda existe a separação".[137] No entanto, a impossibilidade de participação dos bailes promovidos pelos brancos – "o baile de branco moreno não entrava. Muitas vezes nem na porta pra olhar" [138] – foi igualmente vivenciada como uma experiência de segregação e humilhação. No entanto, afirma que "Não, nem eu não podia, nem eu entrava mesmo. Não gostava. Não gostava".[139] Nessa fala, a impossibilidade converte-se em uma preferência dele pelos bailes de negros. Ele não gostava de bailes de brancos. Mais do que um recurso defensivo, parece-me haver aqui

[134] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[135] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[136] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[137] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[138] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[139] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.

uma opção sincera pelos meios onde foi socializado. Tanto é assim que continuou a frequentá-los em Porto Alegre.

A realidade, no entanto, era outra, e distante dos vínculos comunitários que atestavam sua aderência a uma comunidade negra – esse senhor possui a tez de sua pele bastante clara – não foi reconhecido como pertencente a ela.

> Neto de Pulquéria Felisberta – Uma vez aqui em Porto Alegre me tiraram do baile de moreno porque eu não era moreno.
> Rodrigo – Aqui em Porto Alegre?
> Neto de Pulquéria Felisberta – É. Eu dizia "eu sou moreno" "não, não é moreno". Aqui não lhe pertence. Me tiraram dum baile de negros. Dum baile de morenos me tiraram. Não deixaram eu dançar num baile de morenos.[140]

Estupefato, o senhor entrevistado via negado o seu pertencimento à comunidade da qual sempre se sentira parte. "Aqui não lhe pertence". Em vão tentou argumentar que era moreno. Parece que essa condição não lhe era reconhecida a não ser próximo aos seus, com quem vivera a infância e juventude e junto aos quais fora socializado. Ao mesmo tempo, em Morro Alto não podia pleitear um lugar nos bailes de brancos. Esse senhor foi excluído de bailes brancos, em virtude de seus laços comunitários étnicos, no meio rural de Morro Alto; e em Porto Alegre, meio urbano, de bailes negros em virtude de seu fenótipo.

E assim, através dessa experiência, ele, que sempre se identificara como negro, descobriu que poderia vir a ser classificado como branco. Os bailes segregados operavam a classificação racial, através da seleção dos que podiam entrar. Não é à toa que *sempre*, ao se tocar na temática racial com os entrevistados, o assunto do baile é o primeiro, se não o único, a ser lembrado. Por vezes outros aspectos de discriminação são lembrados, mas frequentemente, sob insistência do entrevistador.

Afirmo, com segurança e convicção, que o baile aparece como *locus* por excelência, em Morro Alto e mesmo em Osório, que estabelece fronteiras raciais; confere negritude e nega "branquidade", *para além da "cor"*; ousaria mesmo dizer que a possibilidade de entrar ou não em um festejo era internalizada, desde a infância, como definidora de possibilidades raciais de atuação social. Ao senhor entrevistado, por sua peculiar condição de negro de pele mais clara, não "lhe pertenceram" os bailes nem em sua terra natal, nem naquela que lhe acolheu.

---

[140] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.

Nelcindos, Júlios, Pompeus. Nomes de homens que apareceram neste interlúdio e foram lembrados – ou registrados – como partícipes de bailes. Que não aceitaram, cada qual à sua maneira, que festejos de negros fossem desrespeitados ou até mesmo separados daqueles dos brancos. O negro que foi assassinado em Cidreira, segundo o relato de dona Diva, porém, não tinha nome. Não foi lembrado. Talvez ninguém sequer o soubesse. Um anônimo.

A possibilidade de ter acesso a um nome próprio era fundamental para a construção de uma cidadania. E era também um campo de disputas *políticas*, conforme acompanharemos no próximo interlúdio.

*O trabalho nas cidades – 'esses negócios dos homens quando se encontram'*

No dia 7 de janeiro de 2009, entrevistei a senhora Amélia Inácia Marques da Silva, que então tinha 87 anos. A entrevistada teve grandes dificuldades para recordar o passado, que se devem à idade elevada e a problemas de saúde. Porém, tais dificuldades são seletivas. Segundo explicação de sua filha Madalena, de 60 anos, ela apagou da memória os momentos mais difíceis de sua vida. Assim sendo, dissertou mais longamente acerca de sua infância no Espraiado, junto a seus pais, havendo poucos comentários a respeito da vinda para Osório. Limitou-se a afirmar que se dirigiu ao meio urbano por causa de afazeres que seu primo e, na ocasião, marido, Manoel Belizário, arrumou: "desses negócios dos homens quando se encontram".[141] Neste subcapítulo procurar-se-á esmiuçar de que se tratam os negócios referidos por dona Amélia.

O analisado processo a respeito da segregação racial ocorrida no "Baile do Biriva" é precioso não apenas para a análise das relações raciais no litoral norte na década de 1930, mas também no que pode ter de esclarecedor sobre as ocupações das testemunhas ali presentes. Todas eram pretas ou pardas, à exceção do promotor do festejo, sobre quem pairam dúvidas acerca de sua condição, daqueles que acompanhavam os acusados – provavelmente, brancos –, e de um praça municipal, de quem se desconhece a "cor". A ocupação das demais testemunhas, porém, frequentadores da festa, há de indicar em que trabalhavam, se não migrantes, ao menos pretos pobres nos subúrbios de Conceição do Arroio.

[141] Entrevista com dona Amélia Inácia Marques no dia 7 de janeiro de 2009 em Osório.

**Quadro 9 – Ocupação dos participantes presumivelmente pretos ou pardos no "Baile do Biriva" (1932)** [142]

| ***Testemunhas*** | ***Ocupação*** |
|---|---|
| Nodário Leôncio de Oliveira | Lavrador |
| Manoel Guatimosim Sobrinho | Jornaleiro |
| Honorato Luiz de Oliveira | Empregado no açougue |
| Alfredo Pedro da Rosa | Não informado |
| Antônio Santos da Silveira | Sapateiro |
| Alfredo Cesário | Jornaleiro |
| Almiro Ramos | Jornaleiro |
| Domingos Antônio Ferreira | Não informado |
| Bento Luiz Ferreira | Jornaleiro |
| Nelcindo José Joaquim | Jornaleiro |
| Manoel José da Silva | Mecânico |

Tem-se o predomínio de "jornaleiros", isto é, sujeitos que trabalhavam por jornada diária. É necessário observar que antes do estabelecimento da carteira assinada, não havia vínculos empregatícios formalmente definidos, e assim a jornada se colocava como alternativa viável, diante do trabalho mensal, de contrato de trabalho. O trabalho desses jornaleiros era não-qualificado, braçal, de baixo grau de especialização. São também os casos em que o processo criminal foi mais específico quanto às atividades desempenhadas: empregado no açougue, mecânico, isto é, o artífice, aquele que trabalha com ofícios mecânicos, e sapateiro, trabalho mais qualificado.

Note-se também a presença de um lavrador dentre os depoentes. Em uma cidade de médio porte, como Conceição do Arroio, ou mesmo em Porto Alegre, não era inviável para o morador de seus subúrbios o trabalho na roça. A separação entre o rural e o urbano não é mecânica. Evidentemente, não se espera que o migrante que veio à cidade em busca de perspectivas no trabalho urbano vá ter estritamente o mesmo tipo de ocupação que tinha no meio rural; por outro lado, o fato de estabelecer-se na cidade não faz *tabula rasa* de suas experiências laborais e culturais. Aqueles que tivessem seus quintais ou pátios, especialmente nas áreas suburbanas, poderiam ter jardins, hortas e pequenas roças na medida em que o trabalho urbano permitisse.

Os entrevistados relataram ocupações igualmente de baixa especialização. Andrews explica um predomínio de brancos no proletariado industrial paulista pela inundação do mercado de trabalho com imigrantes europeus, "enfraquecendo assim a posição de barganha, tanto dos trabalhadores negros quanto dos brancos, e permitindo

[142] Fonte: APERS, CCC – Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim.

que os empregadores demonstrassem sua preferência pelos últimos" (Andrews, 1998 p. 151). Em estudo mais específico a respeito da composição do operariado fabril das cidades de Pelotas e Rio Grande na Primeira República, Beatriz Loner constatou que, não obstante um menor afluxo de imigrantes para essas cidades, "o trabalhador nacional sempre foi preterido em relação ao imigrante, como acontecia em todo o país, especialmente para os primeiros anos da República" (Loner, 2001, p. 84). Ainda assim, os negros "foram os elementos operários por excelência, especialmente em Pelotas, pois sua concentração, devido à atividade charqueadora, tornou-os na República o maior grupo em disponibilidade para trabalhos braçais" (Loner, 2001, p. 239).

Os dados de que disponho se referem a períodos mais adiantados do século XX e são quantitativamente pouco representativos para apresentar uma contribuição substantiva à discussão sobre predominância ou não da população negra no proletariado. Ainda assim, destaco que o único depoente que informou ter sido operário fabril foi o neto de Pulquéria Felisberta por mim entrevistado. Ele tem, significativamente, um fenótipo mais claro do que os demais e sofreu um acidente laboral, trabalhando como serralheiro em uma metalúrgica, no qual perdeu uma de suas vistas.[143]

Manoel Inácio Marques Neto, por sua vez, trabalhou em uma gama enorme de ofícios: em Osório no porto lacustre, em lavagem de carros, em posto de gasolina, como sapateiro, carpinteiro e na construção civil, e em Porto Alegre no transporte portuário, como guarda e como motorista de caminhão.[144] A última ocupação também foi desempenhada por seu cunhado Celso Rodrigues Terra.[145] Manoel, filho de Rosalina, era funcionário da Prefeitura Municipal de Osório, fazendo carga e descarga de caminhões.[146] Teodoro José Cardoso, filho de Pulquéria Felisberta, tinha a mesma profissão. Além disso, mantinha no meio urbano uma roça com a qual ajudava no sustento da família. Seu irmão, José Pulquéria, era funcionário do porto lacustre.[147]

Já a maior parte das mulheres entrevistadas empregou-se em afazeres domésticos, tais como criada, lavadeira e cozinheira. Andrews assinala continuidades mais ou menos intactas entre o serviço doméstico no tempo da escravidão e ao longo do século XX, destacando tratar-se da área menos atrativa da economia urbana e a única

[143] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[144] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[145] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[146] Entrevista com dona Adiles Marques de Oliveira no dia 26 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[147] Entrevista com o senhor Teodoro José Cardoso no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

em que brasileiros poderiam concorrer com imigrantes[148]. Entrevistas com integrantes da comunidade de Cambará feitas por Mello (2012, p. 219) evidenciam que o trabalho doméstico foi lembrado com continuidades face à escravidão. Graham (1992, p. 134 e 148), por sua vez, demonstra que não era bem assim, já que a Abolição abriu novas possibilidades de negociação do trabalho doméstico, a transformação das criadas de "parte da família" em estranhas, a necessidade de cativar a mão-de-obra dessas últimas e ainda, discussões acerca da regulamentação de seu trabalho.

Os casos por mim estudados, contudo, indicam que também as mulheres procuraram ocupar nichos do mercado de trabalho que lhes garantiam um mínimo de direitos sociais. Como a trajetória da "*gente* da Felisberta" vem evidenciando, raramente as mulheres aceitaram conformar-se ao papel cultural e socialmente subalterno que se lhes buscava conferir. As irmãs Aurora e Diva foram cozinheiras. Embora trabalhadores domésticos não tivessem direitos trabalhistas assegurados (Carvalho, 2008 p. 114), Aurora trabalhou como gerente de cozinha de uma fábrica de calçados.[149] Diva foi proprietária de um restaurante. Empregos com carteira assegurada eram mais raros do que para os homens, e altamente cobiçados. Uma alternativa eram os trabalhos sazonais na praia, em hotéis, como camareiras e cozinheiras.[150]

A maioria das mulheres, contudo, efetivamente relatou o trabalho doméstico como o emprego mais comum a que tinham acesso. É necessário respeitar seu sentimento, a ser discutido no capítulo 6, de ter trabalhado *tipo dos escravos*, e até mesmo as sequelas físicas que guardam de anos de trabalho exaustivo.[151] Porém tal percepção deve ser analisada também em sua dimensão de representação. Parece-me, todavia, um paralelo desproporcional aquele que Andrews faz com um tempo em que pessoas eram *mercadorias*.

As mulheres costumavam acompanhar seus maridos rumo às cidades, mas em geral apenas eles podiam usufruir das benesses da legislação social. Sob outro prisma, a economia doméstica só podia contar com a contribuição masculina para a aposentadoria

---

[148] "Fora das forças armadas, o serviço doméstico era a única área do mercado de trabalho braçal em que os brasileiros, tanto negros quanto brancos, competiam mais efetivamente com os imigrantes. Não coincidentemente, ocorria de ser esta talvez a área menos atrativa da economia urbana. *Muitas características do serviço doméstico no regime da escravidão sobreviveram mais ou menos intactas até o século XX*." (Andrews, 1998, p. 115. Grifos meus)

[149] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.

[150] Entrevista com dona Adiles Marques de Oliveira no dia 26 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.

[151] É o caso de dona Aurora, que esfolou os seus joelhos de tanto escovar ajoelhada o piso das casas. Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.

do casal. O importante a destacar, contudo, é que se procurava encontrar formas de viabilizar uma velhice com um mínimo de recursos. O neto de Pulquéria Felisberta que eu entrevistei, por exemplo, após se aposentar por invalidez, pagou o INPS de sua esposa.[152] Adão de Oliveira, por sua vez, aposentou-se pelo INPS enquanto o patrão de sua esposa a aposentou.[153]

*Os que não migraram – 'assim que nós fizemos a nossa vida'*

O levantamento das profissões dos pais das crianças nos registros civis de Maquiné confirma o caráter rural desse distrito de Osório na primeira metade do século XX. Trata-se de exercício um tanto quanto circular – assegurar-se, através de dados quantitativos, se uma região rural *efetivamente* era rural. Ainda assim, salta aos olhos *quão rural* era ela. Aproximadamente ¾ dos pais em registros civis de 1914-1949 foram descritos como agricultores ou lavradores, e a imensa maioria dos demais simplesmente não recebeu registro de sua profissão, em lugar de ter apontada outra qualquer.

**Tabela 11 – Profissão dos pais das crianças na amostra de 1348 registros civis 1914-1949 [154]**

| | Amostra total | | Pretos, pardos, morenos, mistos | |
|---|---|---|---|---|
| | Total | % | Total | % |
| Não Registrado | 258 | 19,14 | 45 | 28,48 |
| Agricultores e lavradores | 1002 | 74,33 | 100 | 63,29 |
| Artesãos | 18 | 1,34 | 4 | 2,53 |
| Comerciantes | 32 | 2,37 | 0 | 0,00 |
| Trabalho não-especializado | 18 | 1,34 | 8 | 5,06 |
| Profissionais liberais | 4 | 0,30 | 0 | 0,00 |
| Funcionário público | 10 | 0,74 | 0 | 0,00 |
| Religiosos | 2 | 0,15 | 0 | 0,00 |
| Militares | 2 | 0,15 | 1 | 0,63 |
| Industrialistas | 2 | 0,15 | 0 | 0,00 |

[152] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[153] Entrevista com dona Adiles Marques de Oliveira no dia 26 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[154] Fonte: ver nota 52.

**Gráfico 9 – Profissão do pai dos registrados nos registros civis de Maquiné – 1914-1949 (%)[155]**

A comparação das profissões desempenhadas pelo conjunto de pais dos declarantes e apenas por aqueles designados como não-brancos oferece algumas conclusões relevantes. Antes de tudo, há que considerar que, ainda que não atingindo as mesmas proporções da amostra total, a esmagadora maioria do último grupo era de agricultores, servindo, assim, como mais um argumento a favor da formação de um campesinato negro na região.

No entanto, é bem verdade que eles estão representados em cerca de 10% a menos do que o conjunto de camponeses, e isso deve-se a um motivo bastante claro: os mesmos 10% de diferença contam a favor dos não-brancos na indicação daqueles que não tiveram suas atividades registradas. Ou seja, é possível que parte dos agricultores negros, por uma relação mais instável com os meios de produção e a propriedade da terra, não tivesse sua condição registrada enquanto tal. Há uma proporção maior de não-brancos dedicando-se a atividades não-especializadas, e uma proporção levemente superior de artesãos. A última atividade pode contemplar ofícios tendentes à ascensão social (Guedes, 2008). Não há registros de pais comerciantes, religiosos, profissionais liberais, funcionários públicos ou industrialistas, e apenas um militar.

Os censos de 1940 e 1950 também apontam para uma participação maior de brancos em atividades de natureza agrícola.[156] Nesses anos, a proporção da população qualificada como branca foi, respectivamente, de 88,66 e 89,13%; entre os que se dedicavam à agricultura, pecuária, e silvicultura, essa proporção aumentava para 90,26 e

[155] Fonte: ver nota 52.
[156] Só se conta com dados relacionados de acordo com a especialidade profissional para o conjunto do Estado do Rio Grande do Sul, de forma que todos os dados em seguida não se referem apenas a Osório.

90,43% em cada um daqueles anos. Portanto, os brancos estavam representados em ocupações rurais em uma proporção superior à que eles apresentavam na população total. Contrastivamente, a proporção de pretos, pardos ou de "cor" não-declarada[157] era inferior quando as atividades eram rurais. A uma participação no conjunto da população de 11,31% em 1940 e de 10,85% em 1950, equivalia a uma participação, respectivamente, de 9,72 e 9,55% no que toca aos agricultores, pecuaristas e silvicultores nos mesmos anos.[158]

Longe de depor contra a ideia de um campesinato negro, creio que esses dados, cruzados com outros, indicam outros aspectos. Os censos precisam ainda o papel por eles desempenhados nas referidas ocupações agrícolas, qualificando-os como empregados, empregadores ou aqueles que trabalhavam por conta própria ou com a mão de obra de membros da família. Vale a pena acompanhar essas proporções no Estado do Rio Grande do Sul para os anos de 1940 e 1950:

**Tabela 12 – População rural do Rio Grande do Sul – 1940-1950 (%)** [159]

| **1940** | Empregados | Empregadores | Por conta própria ou membros da família |
|---|---|---|---|
| Brancos | 16,68 | 1,93 | 72,83 |
| Pretos | 50,01 | 0,62 | 48,00 |
| Pardos e de "cor" não-declarada | 46,34 | 0,97 | 51,39 |
| **1950** | Empregados | Empregadores | Por conta própria ou membros da família |
| Brancos | 15,69 | 3,00 | 81,21 |
| Pretos | 54,16 | 0,77 | 44,92 |
| Pardos e de "cor" não-declarada | 41,16 | 0,90 | 57,85 |

A presença de pretos e pardos em uma proporção bastante superior à de brancos na posição de empregados indica para uma maior participação dos mesmos em uma incipiente proletarização das relações sociais – e raciais – no meio agrário. Ainda assim, não convém menosprezar a importância do segmento negro que logrou estabelecer-se como camponês, dado que entre cerca de 45 e 48% de pretos e entre 51 e 57% de pardos cultivavam terras com base na mão-de-obra familiar. Contudo, de forma marcante entre os pretos, essa proporção decai nos dez anos de intervalo aqui abordados. Isso sugere que o segmento mais escuro do campesinato negro do Estado alimentou o êxodo rumo às cidades. Em suma, interpreto essas informações demográficas trazidas pelos censos de 1940 e 1950 não como um questionamento à ideia de que houve um campesinato

[157] Nesse censo, foram contabilizados junto aos pardos.
[158] Fonte: IBGE, 1950, p. 52 e 24 e IBGE, 1955, p. 66 e 30.
[159] Os dados não totalizam 100% porque existem indivíduos de "posição não-declarada" que não foram incluídos na tabela.

negro importante na região – ele representou cerca de 50% da população rural parda ou preta, mas, pelo viés contrário: ele alimentou o êxodo rural e relações sociais mais mercantilizadas no meio agrário, como veremos em seguida.

***

Embora a tendência de migração seja, como visto ao longo deste capítulo, marcante e significativa, isso não quer dizer que *todos* se trasladaram para Porto Alegre ou para Osório, ou que não haja famílias que ali permaneceram. Dentre os entrevistados, há que destacar as famílias de Eva Marques Correia, Ercília Marques da Rosa e de Edite Maria da Rosa, todas primas de Aurora Inácia Marques da Silva. As duas primeiras são filhas de irmãs de seu pai e a segunda, filha de uma irmã de sua mãe. O caso de dona Ercília será discutido com mais vagar no subcapítulo seguinte, por se tratar de um caso de *retorno*, mais propriamente do que de *permanência*. Ainda assim, alguns elementos do discurso de seus filhos serão apresentados aqui no sentido de contextualizar as experiências de trabalho no meio rural de Maquiné em meados do século XX em contraste com aquelas da "geração de camponeses" do imediato pós-Abolição.

A família da falecida dona Eva, 88 anos em 2010, possui terras no Caconde. Dona Eva "atravessou" a lagoa por ocasião de seu casamento com Pompeu Vitorino Correia de Andrade, natural daquela localidade. No momento do casamento, os noivos eram despossuídos, tendo logrado adquirir terras na região por meio de mecanismos de acumulação esmiuçados neste subcapítulo. Percebe-se aqui, uma lógica de neocalidade, isto é, do estabelecimento da família em um novo terreno.

**Foto 22 – Dona Eva Marques Correia em 12 de março de 2010, no Caconde**
Foto de Sandro Netto.

**Foto 23 – Dona Eva Marques Correia**
Dona Eva está à direita. A foto não tem data.
Fonte: Barcellos *et al*, 2004, p. 437

Já dona Edite,[160] 67 anos em 2010, reside no Ribeirão do Morro Alto – localidade um pouco ao norte do Morro Alto – em um terreno que seu pai adquiriu previamente ao seu nascimento. Também se examinará, aqui, os mecanismos de acumulação que possibilitaram a aquisição daquelas terras. Conforme visto no capítulo anterior, o pai de Edite era filho de um líder republicano na Guerra Civil de 1893-1895,

[160] Edite e Eva, além de ter primas-irmãs em comum, são também primas em segundo grau. A avó materna de Edite era irmã do pai de Eva, ambos filhos do ex-escravo Merêncio.

enquanto seu avô materno lutou ao lado dos federalistas. Seu pai, José Inácio da Rosa – e aqui poderíamos encontrar uma exceção à lógica de patrilocalidade –, estabeleceu-se na região de origem da noiva, Maria Ermenegilda da Rosa.

Ainda assim, há que levar em consideração que seu sogro era inspetor de polícia no meio urbano, ou seja, caso desejasse instaurar uma vida rural – o que parece ser o caso –, não havia a possibilidade de a noiva estabelecer-se no terreno do marido, a menos que ele adquirisse um, como efetivamente aconteceu. O arranjo que então se deu, com esse matrimônio (e com o de dona Eva), não foi matrilocal – ou seja, casos em que o marido vai residir junto à família da esposa –, e sim neolocal.

Assim sendo, em lugar de colocar em questão a lógica patrilocal, esses exemplos a confirmam, na medida em que os noivos, não tendo terras para "trazer" sua esposa, foram obrigados a adquiri-las, em lugar de ocupar as de seus sogros. Com isso, não pretendo afirmar que, na vivência prática das relações sociais no meio rural da "geração de camponeses" e da "geração de migrantes" de Morro Alto inexistissem casos em que o cenário ideal de patrilocalidade não cedeu à necessidade dos noivos se estabelecerem nas terras das famílias das noivas. Destaco, todavia, que nos exemplos por mim coletados, tal não se deu, e as tendências comunitárias foram cumpridas.

Tanto Eva e seu marido quanto os pais de Edite puderam acumular certo pecúlio e adquirir terras devido ao trabalho nas granjas de arroz, localizadas na região de Palmares e Capivari, que empregavam mão-de-obra sazonal durante o período da quaresma. Durante esse período – após deixar a roça capinada para o plantio da mandioca –, os homens iam para as referidas regiões e ganhavam um montante de dinheiro que constituía um recurso extra.

Conforme visto no capítulo anterior, tais recursos podiam representar uma renda que viabilizava a aquisição de mercadorias. Muitos homens participavam da colheita do arroz, mas possivelmente o marido de Eva conseguiu melhores condições de acumulação por ser *empreiteiro*: "ele não trabalhava, ele ia só determinar e fazer dinheiro".[161] Esse papel de liderança em uma turma de trabalhadores pode ter possibilitado margens de acumulação maiores em relação aos demais.

> Eva – Mas o meu marido, muito dinheiro ele ganhou nessas granjas. Quando ele vinha de lá ele vinha cheio de dinheiro. Foi aonde que nós compramos isso tudo por aqui [aponta para as direções], por lá pra banda do Palmital, lá

[161] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

> pra baixo. O nosso terreno ia até naquela beira de... até lá naquela igreja velha que tá caindo lá, pra baixo e vai lá na divisa do Morro Alto.[162]

Dona Edite também fala do trabalho de seu pai nas granjas de arroz como mecanismo de acumulação para aquisição de terras:

> Rodrigo – E como é que ele [seu pai] juntou dinheiro para comprar esse terreno, tu sabe?
> Edite – Ah! Trabalhando; trabalhando na... plantação de..., como é que é o nome? Na granja...
> Rodrigo – Na granja?
> Edite – Cortando arroz, fazendo .... ele era capataz, comia arroz, parava uma semana inteira, um mês, quinze dias...pra fora, e deixava nós junto com a mãe, né, ele juntava dinheiro pra... Foi isso que ele fez, acho que trabalhando, trabalhando nas granjas de arroz.
> Rodrigo – E essa granja era aonde?
> Edite – Ah! Pra fora, pra Palmares, pra lá, praqueles lados.
> Rodrigo – E, me diz uma coisa, dona Edite, então esse terreno ele comprou depois que você já era nascida?
> Edite – Ah, me lembro que... Não, foi antes.[163]

Além da lavoura de arroz, dona Eva aponta que o trabalho na produção de farinha e polvilho, em uma atafona primeiramente arrendada, depois adquirida para si – reconhecida como um "conforto" diferencial em relação aos familiares de seu marido que migraram para a cidade –, possibilitava, mediante a economia dos recursos disponíveis, a aquisição de terra e gado. Dona Eva apresenta um evidente orgulho da trajetória de luta pela ascensão social no meio rural pela qual passou, afirmando que foi "assim que nós fizemos a nossa vida".

> Eva – Ah, nós tínhamos atafona de farinha, nós criávamos porco, bastante porco, ovelha, gado e a gente vendia pra, o meu marido trabalhava na granja, empreiteiro, ele ia dois meses, três meses na granja de empreiteiro, só que ele não trabalhava, ele ia só determinar e fazer dinheiro. E eu ficava lutando. Eu ficava lutando que a minha mãe parava comigo, né? É, naquele tempo né?[164]

> Eva – Nós conseguimos ficar aqui. Porque não sei. Nós tínhamos os nossos confortos, eles não tinham.
> Rodrigo – Que conforto era esse?
> Eva – A gente tinha atafona de farinha, a gente trabalhava o verão todo, o inverno todo fazendo farinha. Guardava aquela farinha. Quando era janeiro nós vendíamos tudo, fazíamos aquele dinheiro. Fazia um dinheiro bom naquela época, né? Secava o polvilho, vendia. Cinqüenta pila o saco de

[162] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[163] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[164] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

> polvilho. Cinqüenta pila o saco de farinha.[165] E a gente tinha, tinha gado, tinha ovelha, a gente criava tudo e a gente foi fazendo a vida, a gente não botava fora, só ia...[166]

> Eva – E depois quando a vó, a vó do falecido meu velho ficou muito mal ela tinha um terreninho. Aí ele comprou. Ninguém tinha dinheiro naquela época, e ele tinha. Aí eles perguntaram se ele queria comprar, ele disse que queria. Daí ele comprou aquela, aquela lasca de terreno, né? Aí depois nós estávamos no terreno ali arrendado, tinha atafona, também era arrendada, a casinha pequeninha assim, aí depois o falecido fez uma casa boa e fizemos um paiol de farinha porque a farinha a gente não vendia, na, assim quando fazia de vereda. A gente paiolava ela em janeiro, a gente começava a vender. Aí ia fazendo aquele dinheirinho e ia guardando, né? Ia guardando, e quando ele tinha um dinheiro que dava, ele comprava. Comprava e já pagava.
> Rodrigo – E esse terreno que ele comprou da vó dele ele juntou um dinheiro na lavoura de arroz?
> Eva – Na lavoura de arroz. Todos dinheiros ele juntou na lavoura de arroz e depois na farinha que nós fazíamos. Aí a gente fazia aquela farinha, fazia um paiol assim mais ou menos que nem menos que essa minha casa bem sarrafia... sarrafiadinho, bem arrumadinho, bem limpinho, depois colocava a farinha ali. Colocava a farinha ali e guardava. Aí em janeiro, a gente vendia tudo. Aí aquele dinheiro a gente guardava. A gente não comprava, não. Aí comprava ou terreno ou gado. Assim que nós fizemos a nossa vida.[167]

Um contraste significativo e evidente quando comparamos as relações sociais da "geração de camponeses" com as da "geração de migrantes" ou, se se preferir, aquelas narradas pelos entrevistados quando se lembram de sua infância com aquelas experienciadas na idade adulta, é um elevado grau de mercantilização das relações sociais nas áreas rurais de Osório em meados do século XX. Contrastivamente, durante as décadas iniciais do mesmo século as relações sociais eram concebidas em termos de ajuda mútua e cooperação, mediadas pela linguagem do parentesco e da ajuda vicinal.

Na primeira entrevista que realizei com dona Eva, ela relatou que se debulhava o arroz produzido em sua propriedade na trilhadeira de um vizinho.[168] Em entrevista posterior, indaguei se se pagava para realizar essa operação, e ela respondeu enfática – quase ofendida – que sim:

> Rodrigo – E uma coisa que eu ia perguntar pra senhora. Quando a senhora falou da trilhadeira do arroz.
> Eva – Isso era lá do falecido Pompilho. Ele vinha trilhar pra nós.
> Rodrigo – Ele vinha trilhar pra vocês.
> Eva – Vinha. Nós pagávamos.
> Rodrigo – Vocês pagavam.

---

[165] "Pila" é um regionalismo que se refere à unidade monetária corrente – *qualquer* uma. Ver Houaiss e Villar (2001, p. 2210).
[166] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.
[167] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[168] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

> Eva – Nós pagávamos. [balança a cabeça afirmativamente]
> Rodrigo – Ele não fazia de favor.
> Eva – Não [balança a cabeça negativamente]. Não, de favor não.
> Rodrigo – De favor não.
> Eva – Não [balança a cabeça negativamente], de favor não.[169]

Assim, impunha-se em lugar da cooperação vicinal, a *honra*, por mim involuntariamente posta em dúvida, de ver-se capaz de honrar seus compromissos e pagar regularmente pelo uso da benfeitoria. No entanto, em ocasião posterior, passei para dona Eva o vídeo da entrevista que com ela filmei[170] e aproveitei para dirimir dúvidas suscitadas pela entrevista. Na mesma ocasião em que afirmava enfaticamente que pagavam pelo uso da trilhadeira de Pompilho, dona Eva destacava que, durante sua infância, seus pais não tinham engenho de açúcar. Para moer a cana, tinham acesso, por ela esclarecido como não-oneroso em termos pecuniários, ao engenho de um fazendeiro vizinho, deles aparentado, o Valério.[171] Em suma, quando mediado pelo parentesco e pela relação de vizinhança, e no que toca às relações sociais vividas em sua infância, a cooperação que envolvia o empréstimo de benfeitorias não aparece como desabonadora.

Da infância de Wilson, nascido em 1958, ele também recorda do pagamento pelo uso de benfeitorias destinadas ao processamento da colheita – agora a trilhagem do trigo –, que, porém, a prestação não era monetária, e sim em grãos.

> Wilson – Não, quando a gente era pequeno a gente plantava o trigo. Esse cidadão ele só trabalhava nessa máquina trilhando, entendeste?
> Rodrigo – Aham. Mas ele emprestava a máquina?
> Wilson – Não, ele cobrava por uma quantias, que tinha em semen... Em grãos pra fazer o trabalho.
> Rodrigo – Era em trigo, não era em dinheiro que ele cobrava.
> Wilson – Era em trigo. Em trigo.
> Rodrigo – Ah, tu vê.
> Wilson – Falecido Pedro. Pedro Pioner. Isso eu lembro assim tão bem que a gente lavrava as terras e depois tinha que cortar os galhos de árvore, botava, e a gente subia em cima pra tapar o trigo.[172]

Também dona Edite rememora que quando era criança a moagem do milho para fazer farinha era paga.

---

[169] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
[170] E também para outras entrevistadas. Diário de campo de 9 de junho de 2010 em Osório.
[171] Diário de campo de 9 de junho de 2010 em Osório.
[172] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 13 de setembro de 2002 em Porto Alegre. Entrevista realizada por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer.

> Edite – E o arroz também levava pra moer no moinho, a farinha de milho levava pra moer no moinho, também.
> Rodrigo – E tinha que pagar?
> Edite – Tinha!
> Rodrigo – E vocês pagavam muito caro?
> Edite – Não, era baratinho... É barato, não era caro. Levava a cavalo. Levava uma parte. Uma lata de milho...[173]

Talvez o exemplo mais eloquente dessa nova ordem de relações sociais no meio rural esteja na ressignificação da categoria *pixuru*, equivalente local dos "mutirões" encontrados entre os "caipiras" por Antônio Candido. Segundo esse autor, a mobilização da força de trabalho em comum por meio da ajuda mútua solucionava as limitações de mão-de-obra da atividade familiar ou individual, particularmente em situações de urgência. Igualmente, implicava na formação de uma ampla rede de relações, amparada na necessidade de ajuda e na retribuição automática. (Mello e Souza, 2010 [original de 1964], p. 81-83).

A maioria dos entrevistados, ao falar de suas infâncias, lembrou-se da mobilização de mão-de-obra coletiva, com base na solidariedade vicinal.[174] O *pixuru* era realizado com brancos e morenos.[175] Tratava-se de instância de solidariedade vicinal em que estava em jogo a sobrevivência da unidade econômica camponesa e, assim, passava-se por cima de critérios raciais de segregação, válidos apenas para a socialização em bailes, os quais pertenciam aos mecanismos de funcionamento do mercado matrimonial. Segundo Barcellos *et al*. (2004), a remissão aos *pixurus* trazia a lembrança de uma lógica de trabalho pautada pela união e pela ajuda mútua, que teria sofrido o impacto da construção de estradas e do parcelamento da terra decorrente dos cercamentos:

> O "pixuru" é uma espécie de mutirão. Trata-se de uma prática onde se troca força de trabalho e sociabilidade. (...) Além disso, o saudosismo e as referências aos "pixurus" de antigamente são uma referência constante sempre ressaltando que "naquele tempo" as pessoas se ajudavam mais, é o tempo "da amizade".

---

[173] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[174] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório; Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório; Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
[175] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório; Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.

> Com a ausência de dinheiro no interior da comunidade as trocas de dias de trabalho eram algo comum. Isso além de refletir um modo de organização para a produção deixa clara uma idéia do trabalho como algo que poderia ser trocado, como algo que ensejasse a interação social entre parentes e vizinhos. Essa troca, entretanto, não se dava com qualquer pessoa "de fora" mas com pessoas nas quais se depositava a confiança da contrapartida, do contra dom, afinal "antigamente era tudo unido". (Barcellos *et al.*, 2004, p. 338-339)

Em suma, também no *etnotexto* investigado na presente pesquisa, o *pixuru* fez-se presente. "é reunir os amigos pra... pra trabalhar, plantar, pra roçar, pra derrubar. Eram os vizinhos".[176] – sublinha dona Aurora. Porém, seus irmãos mais novos têm essa prática como uma reminiscência, não tendo o "alcançado". É o que afirma Eva Inácia, caçula,[177] e também Manoel Inácio, segundo mais novo, que traz uma descrição detalhada das práticas de *pixuru segundo lhe contavam*:

> Manoel - O pixuru era uma união. Mesma coisa que nós temos aqui reunidos agora palestreando, memória, uma palestra, outra, aquela coisa toda. Seria isso aí. Só que ele ia pra lá, então aquele dia ele ia pra lá, roçava uma quarta de terra pra milho, pra feijão, sei lá, na época de plantar, porque agora é época de colher essa planta aqui na nossa região. Nos outros lugares não. Mas assim ó, isso aí era muito bom, ia pra lá de manhã, quando chegava de noite largava tudo tava pronto, aquela roça ali. Aí cinco, seis, não sei quando depois, machado, ficava pronto.
> Rodrigo – E fazia festa também depois?
> Manoel – É, tinha tudo né?
> Rodrigo – Depois de terminar o trabalho?
> Manoel – *Não, já ia pra outro. Essa aí não alcancei. Eu tô dizendo porque eles diziam. Essa aí não alcancei. Alcancei uma parte.* Então assim ó, já ia pra outro. Todo mundo tinha, se ajudava, caminhava, depois que caminhava dava uma palheta pra um, um quarto pro outro e aquela coisa toda e todo mundo vivia bem. Se você hoje em dia fosse assim, todo mundo vive bem, porque se reúne, hoje em dia não. Fazer reunião. [...]. Então era melhor de viver. Não tinha lá, o senhor comia porco com feijão, comia na época de plantar, fulano me arruma aí meio saco, fazer plantação, eles já diziam não, tem lá, vai lá buscar, vai de a cavalo, vai lá buscar, que naquele tempo era só de a cavalo. Agora com carroça de quatro rodas com seis, oito, oito burros, quatro na traseira e quatro na dianteira, era oito burros que tinha, então botava lá e conforme a distância, trazia e levava lá e pronto. Mas era tudo de acordo. E tudo sobrevivia. Com a maior beleza.[178]

[176] Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.
[177] Entrevista com dona Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório. Dona Eva disse ter 72 anos, e apresentou-se como a mais nova, e realmente é o que eu sei desde que conheço essa família. Em entrevista realizada no mesmo dia, seu irmão Manoel Inácio Marques Neto afirmou ter 68 anos. Independente da ordem de nascimento, é claro que Eva e Manoel são os benjamins.
[178] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório. Grifos meus.

No entanto, quando Eva Marques Correia fala na realização de *pixuru* em sua propriedade, na esteira dos seus primos mais novos que afirmam não terem o conhecido, se refere a trabalhadores *pagos* que para ali se dirigiam para ajudar no trabalho da lavoura. Pode-se, portanto, periodizar a existência de um "*pixuru* solidário" na década de 1920 e 1930, infância dos depoentes entre 80 e 90 anos, seu declínio na década de 1940, infância daqueles da faixa de 70 anos, e a ascensão de um "*pixuru* mercantilizado", quando os primeiros já eram adultos. Existia, é evidente, uma ética a presidir o último. Além da transação monetária, havia a obrigatoriedade da oferta de comida e bebida para alimentar os trabalhadores.[179] Ainda assim, estamos distantes do mutirão exclusivamente orientado para a ajuda mútua e a sociabilidade entre vizinhos.

> Rodrigo – E outra coisa da entrevista passada. Que eu perguntei pra senhora se fazia pixuru aqui. A senhora falou que botava uns quatro, cinco pra capinar.
> Eva – Aham.
> Rodrigo – Esses quatro, cinco vinham de favor, ou pagava?
> Eva – Não, era pago.
> Rodrigo – Era pago.
> Eva – Não, não, era pago. Comida e bebida. Café de manhã, café às nove e almoço meio-dia. Só a janta que eles iam jantar em casa [aponta para fora do terreno].
> Rodrigo – Mas pagava dinheiro?
> Eva – Aham. [balança a cabeça afirmativamente] A dinheiro.
> Rodrigo – E caro?
> Eva – Ah, ainda tem o sujeito aí [aponta para fora do terreno com a cabeça] que ainda capinou conosco na roça.
> Rodrigo – Ah é?
> Eva – Uh-hum. Ainda tem aí. Não, naquele tempo era barato, né? Agora não [balança a cabeça negativamente] dá mais.[180]

Além daqueles que não migraram para o meio urbano de Osório ou Porto Alegre, permanecendo na localidade onde seus pais ou eles mesmos compraram terras, temos a narrativa de um movimento oposto, isto é, o de quem retornou para o território de origem após uma experiência de migração.

[179] Os últimos aspectos sugerem estar inscrito, ainda, o segundo tipo de *pixuru* em uma economia de reciprocidade, já que havia imperativos morais envolvidos. Todavia, havia a evidente mediação monetária.
[180] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde

*Os que voltaram – 'ela indo pra lá e nós indo pra cá'*

A pioneira na família estudada que partiu de Morro Alto rumo à cidade de Conceição do Arroio, na busca por melhores condições de vida, foi Rosalina Inácia Marques. Ainda antes da legislação trabalhista de Vargas, Rosalina evadiu-se para a vila de Conceição do Arroio onde ganhou a vida como lavadeira de roupa e onde criou seus filhos.[181] Segundo Carvalho (2008, p. 52) a migração de descendentes de escravos para o meio urbano efetivamente antecede a legislação trabalhista.

Graham (1992) assinala que as lavadeiras padeciam de um estigma e de uma aura de suspeição quanto a sua virtude, tendo em vista desempenharem suas atividades no espaço público. Por outro lado, a possibilidade de entreter-se, de conversar e de interagir com suas colegas de profissão criava espaços de liberdade impossíveis para criadas em residências particulares. É possível que o estigma de ter tido filhos sem se casar tenha-lhe obstaculizado conseguir emprego como criada em *casas de família*. No entanto, não creio que esse tenha sido o motivo para a partida para a cidade, tendo em vista que sua irmã, Angélica Inácia Marques também teve um filho enquanto era solteira e nem por isso saiu de casa.

A filha de Rosalina, Ercília Marques da Rosa, nasceu em 1921, já em Conceição do Arroio (Rosa, 1999). Considerando que seu irmão, Manoel, era mais velho, e também nasceu no meio urbano, temos que Rosalina provavelmente partiu de Morro Alto na década de 1910. Conforme visto no capítulo 1, manteve ativa correspondência com sua mãe e irmãos. Seu caso demonstra que o trânsito entre campo e cidade não se inaugura com a legislação social varguista, apenas se intensificou quando existiram melhores condições para tanto. No entanto, pessoas dispostas a tentarem uma vida nova em um lugar diferente sempre existiram e sempre existirão.

Por outro lado, a filha de Rosalina, Ercília, descreveu a trajetória oposta à de sua mãe e de seus primos. Através do laço matrimonial com Júlio Elói da Rosa, retornou para o território de origem de sua mãe, o que demonstra que não deixava de haver ali um referencial de uma territorialidade para onde é desejável retornar. Já tendo direitos assegurados como funcionária pública, casou-se com um morador da região de onde

[181] Entrevista com Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa em 13 de setembro de 2002 por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo Weimer. Entrevista com dona Aurora Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2009.

vinha sua mãe e passou a lecionar na localidade onde seu marido tinha roça e uma venda. Segundo sua prima:

> Diva – (...) a Ercília não tava lá naquela época. A Ercília morava lá no, morava aqui na vila.
> Rodrigo – E quando é que ela foi pra lá?
> Diva– Ela foi pra lá quando ela foi lecionar.
> Rodrigo – Só quando ela foi lecionar.
> Diva – Sim, que ela tava mocinha, tinha vinte, vinte e poucos. Quando se formou professora ela foi lecionar lá.
> Rodrigo – Ela morava aqui em Osório.
> Aurora – Ela é nascida e criada aqui.
> Diva - Com a mãe dela, ela morava aí.
> Rodrigo – Então na verdade o caminho dela foi o contrário do caminho de vocês...
> Diva – O contrário.
> Aurora – Ficou assim, ela indo pra lá e nós indo pra cá. (rindo)[182]

O exemplo demonstra que a lógica da patrilocalidade podia ser mais forte do que a da urbanização. Ao invés do marido partir para o meio urbano para acompanhar sua esposa, mais bem estabelecida em relação a direitos sociais, ela, que já tinha seus direitos e salário garantidos, acompanhou seu marido, como era de praxe na comunidade de que fazia parte. Assumiu, inclusive, encargos da vida rural, tais como trabalhar na roça, o que para ela antes era desconhecido. Esse exemplo é importante para não tomarmos a urbanização como uma lógica irresistível e linear.

Temos, assim, um tênue equilíbrio entre a necessidade, que muitas vezes desempenhava um papel centrífugo, e os laços afetivos que desempenham um papel centrípeto, tomando o território de origem como "centro".[183] Barcellos *et al.* destacam:

> Outra prática reiterada e cujo significado remete à importância dada à terra é ato de retornar para morrer nela. O fato de ter o umbigo enterrado em

[182] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.

[183] Essa opção por tomar o meio rural como "centro" de referência ao designar movimentos como "centrífugos" ou "centrípetos" é proposital e tomada como contraponto à abordagem etnocêntrica que toma, necessariamente, a cidade como foco "central". Contudo, creio que se deva evitar exageros nessa perspectiva. Parece-me que Müller carregou nas tintas ao afirmar que "sair da comunidade de Morro Alto *nada representou* além de um recurso para viabilizar a possibilidade de permanência daqueles que nela ficaram" (Müller, 2006, p. 238. Grifos meus). Concordo com a autora quando sublinha que os evadidos prestavam auxílio aos que permaneceram no território de origem. No entanto, tomar esse auxílio como motivação para o processo migratório representa, por um lado, subestimar as aspirações próprias dos migrantes, que buscavam uma vida melhor para si e para os seus – inclusive buscando usufruir dos benefícios das novas leis trabalhistas, como procurei desenvolver no presente capítulo – e, por outro, pode representar uma leitura teleológica, na medida em que parte da importância que o território tradicional tomou na aurora do século XXI, a partir da mobilização comunitária étnica, e não da importância que esse possuía para os atores sociais em meados do século XX.

> determinada localidade faz com que os moradores de Morro Alto que eventualmente morem em Porto Alegre, Capão ou Osório, voltem quando já estão velhos. Além da perspectiva econômica, pois geralmente eles retornam com uma aposentadoria conquistada com o trabalho em hotéis ou como maquinistas, no caso dos homens, e, assim, garantem o sustento de várias pessoas de suas parentelas, existe o aspecto simbólico. (Barcellos *et al.*, 2004 p. 330-331. Ver também Müller, 2006, p.270)

Tal expectativa foi explicitada por parte dos entrevistados cujas citações foram apresentadas neste capítulo. Desejam retornar à sua terra natal, onde "está enterrado seu umbigo", para ali encerrar o seu ciclo de vida. Quanto a seus descendentes, existem discursos desencontrados: há quem acredite que ninguém iria querer ir para lá, por já estarem acostumados como o modo de vida urbano, mas percebe-se também a fala de que, já com direitos sociais estendidos aos trabalhadores do meio rural, poderiam ali encontrar o seu sustento.

Wilson Marques da Rosa, há pouco tempo aposentado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, acalenta o sonho de voltar a morar no território da Prainha, local onde sua mãe viveu durante sua vida. Nesse sentido, objetiva descrever o mesmo circuito urbano-rural desenhado por Ercília Marques da Rosa, e aguarda para tal, apenas, a aposentadoria de sua esposa Marilda da Rosa.

***

Os leitores terão percebido certo caráter contraditório na análise, na medida em que aponto a pluralidade de formas possíveis de atuação por parte dessa "geração de migrantes". Alguns partiram, alguns ficaram, e outros retornaram ao território de origem. Não hierarquizei – ou ao menos procurei não hierarquizar – tais opções. O capítulo chama-se, sim, "geração de migrantes", mas o deslocamento populacional não se inaugura com essa geração, não possui vetor único, e tampouco dá conta de todas as possibilidades vividas por aquela família no meio rural do litoral norte rio-grandense.

Quando abordo as leis varguistas, apresento uma diversidade de alternativas que podem, em um primeiro momento, remeter a uma análise contraditória. Afirmo que alguns se dirigiram para as cidades para usufruir dessa legislação, ao mesmo tempo argumento que alguns dos que permaneceram no meio rural buscaram os registros civis na expectativa de alcançar tais direitos. Os leitores, exigentes, perguntar-se-ão: afinal, a legislação social era ou não era acessível a camponeses negros no pós-1930?

Minha resposta é que a contradição não se encontra na minha análise, e sim na realidade à qual reporto-me. A legislação social não abriu uma porta única de entrada e de acesso a direitos, mas possibilidades e caminhos variáveis que os sujeitos sociais procuraram ocupar conforme suas possibilidades e preferências. Certamente há muitas maneiras como os camponeses negros se relacionaram com a legislação social, e não tive a pretensão de esgotá-las. Só procurei apresentar algumas "claves" nas quais eles compuseram suas melodias de partida, permanência ou retorno.

*A 'reforma agrária'*

Na primeira metade dos anos de 1960, o debate político nacional centrou-se na realização das reformas de base, pretendidas pelo governo de João Goulart mediante pressões intensas de movimentos sociais (ver Ferreira, 2005 e, para o Rio Grande do Sul, Eckert, 1984). Houve a participação de integrantes da comunidade de Morro Alto naquelas mobilizações, identificadas pelo senhor Manoel Francisco Antônio, sobrinho-neto de Felisberta, como "tempo da reforma agrária". O senhor em questão chegou a ser preso em função desse processo político.

Segundo Manoel, ele engajou-se na Reforma Agrária em 1960 em um grupo vinculado a Brizola. Relatou também que nos anos de 1960 houve um acampamento no Morro Alto, perto da Rodoviária e da Escola. Havia 350 famílias de acampados, mas quando a repressão chegou, todos fugiram, restando apenas oito homens: ele, seu irmão José, e ainda "um velho" com seus filhos. Eles foram presos.[184]

Conforme jornais, em setembro de 1963, realizou-se o dito acampamento de agricultores sem terra em Morro Alto.[185] A Brigada Militar[186] efetuou um cerco, sob determinação do governador Ildo Meneghetti, que governava sob uma coligação que agregava PSD, PL e UDN, opositores das reformas de base. A oposição, representada pelo PTB, protestava contra a truculência com que os agricultores foram reprimidos.

---

[184] Entrevista com o senhor Manoel Francisco Antônio no dia 14 de outubro de 2012 em Osório.

[185] A narrativa desse processo é um resumo da argumentação de Barcellos *et al.* (2004, p. 186-191). Vali-me, também, de entrevistas com o senhor Manoel Francisco Antônio nos dias 16 de outubro de 2010 e 14 de outubro de 2012 em Osório. Não dei um desenvolvimento maior no desenrolar deste capítulo por esse momento não estar presente na memória da maior parte dos entrevistados. No entanto, o descrevo brevemente em forma de adendo ao capítulo por duas razões: por se tratar de um processo histórico importante, que não pode passar batido, e por estar no fundamento da *cultura política* trabalhista que irei desenvolver no capítulo 6.

[186] Polícia Militar.

A família Goldani, considerada *invasora* pelas famílias negras, estava associada à UDN. Em meio às negociações do impasse criado pela realização do acampamento, Meneghetti condicionou o diálogo à saída das áreas ocupadas. Os agricultores refugiaram-se na fazenda do petebista Protásio (*Tazinho*) Marques da Rosa, descendente da antiga família senhorial. Conforme Barcellos *et al*.:

> Talvez essa vinculação possa representar uma atualização do referencial simbólico que a comunidade encontra no legado de Rosa Osório Marques: na conjuntura dos anos 60, mais uma vez a família Marques se colocava como senhores generosos a quem se devia a possibilidade de acesso à terra. (Barcellos *et al*., 2004, p. 190)

O governo procurou arrefecer a mobilização com promessas de distribuir terras, o que efetivamente aconteceu em 19 de novembro de 1963, quando se assinaram decretos de desapropriação de três áreas pelo governo estadual, inclusive uma de 5.200 hectares em Osório. Todavia, os mesmos nunca tiveram cumprimento, já que se sucedeu, logo após, o golpe de março de 1964.

Embora ressalvando que naquela ocasião se tratasse de um processo de redistribuição de terras e, agora, um momento de luta comunitária étnica pela restituição de um terreno herdado, Manoel Francisco Antônio traça linhas de continuidade entre os dois processos de luta. Efetivamente, os atuais quilombolas travaram contato, pela primeira vez, com o documento (a memória eles já tinham) do testamento de Rosa em meio à efervescência política e fundiária das décadas de 1960 e 1970.

Perguntei ao entrevistado como havia começado a participar daquele movimento, e ele disse que um coronel perguntou-lhe acerca de suas condições de moradia. Manoel respondeu com a narrativa de sua avó Tereza de que terras ali haviam sido doadas por uma senhora de escravos para seus negros, totalizando 24 herdeiros. O coronel perguntou-lhe se não tinha os papéis no cartório. Para Manoel, Zé Marques havia feito o documento sem mostrar para ninguém, colocando no arquivo para que não fosse visto. Mais tarde, estes papéis foram recuperados pelos interessados, o que estaria na gênese da atual demanda política de Morro Alto como comunidade "remanescente de quilombos". [187]

[187] Entrevista com o senhor Manoel Francisco Antônio no dia 14 de outubro de 2012 em Osório.

# Capítulo 5 – A família dos "Inácios": práticas de nominação e memória da escravidão[1]

> No habló mientras no le preguntaron cuál era su última voluntad.
> – Díganle a mi mujer – contestó con voz bien timbrada – que le ponga a la niña el nombre de Úrsula. – Hizo una pausa y confirmó –: Úrsula, como la abuela. Y díganle también que si el que va a nacer nace varón, que le ponga José Arcadio, pero no por el tío, sino por el abuelo. (Márquez, 2006 p. 148)

Neste capítulo, proponho-me à análise da inter-relação entre nominação, identidade social e memória entre os descendentes de Felisberta e Manoel Inácio, através do estudo dos sobrenomes, *tecnonímicos*[2] e prenomes por eles utilizados e

[1] Uma versão preliminar de partes deste capítulo foi publicada em Weimer, 2011e. Além disso, outras reflexões encontram-se no prelo, no texto "Os comos do nome: desencontros e encontros entre micro-análise e estudos de nominação. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa." (Weimer, no prelo a).

[2] Por *tecnonímico* entende-se a prática de atribuir ao filho, como segundo termo de um prenome composto, o prenome do pai – ou avós – se legítimo, ou da mãe, se natural (Woortmann, 1995, p. 304). Ver adiante. Provavelmente essa autora apropriou-se da noção de *tecnônimo* empregada por Lévi-Strauss (1970, p. 222), isto é, formas de nomeação que situam os indivíduos em relação a um determinado familiar. Tal definição, para fins deste trabalho, é meramente instrumental. No entanto, a delimitação conceitual aqui apresentada permite que se o reconheça como uma peça chave na interpretação sobre as práticas de nominação e herança nominal entre descendentes de africanos. Mesmo na Europa Ocidental a adoção daquilo que referimos como "sobrenomes" é recente. Em seu estudo sobre a Florença de fins da Idade Média, Klapisch-Zuber (1980, p. 79) apontou que a forma principal de denominação era através da referência aos pais, avós e bisavós junto aos prenomes individuais. Zonabend (1985, p. 28) observou nas ilhas Tory, Irlanda, a prática de conferir aos indivíduos uma cadeia de prenomes familiares que os situam nas genealogias.

atribuídos por essa família aos seus filhos.[3] Apresento a hipótese de que, ao denominar-se as crianças através da maneira como haviam sido referidos ancestrais que passaram pela experiência do cativeiro, imprimiu-se naquilo que se entende como a marca individual mais específica em um sistema classificatório – o nome – (Lévi-Strauss, 1970, p. 200) uma referência à memória familiar que passa pela memória da escravidão.[4] Para tanto, parto da contribuição de diversos estudos que constataram, para a sociedade francesa de Antigo Regime, o papel desempenhado pelos prenomes como meio de admissão das crianças em pertenças familiares e comunitárias, mais do que como forma de individualização (Dupâquier, 1980a, Schnapper, 1980, p.18-19, Burguière, 1980b).[5]

Enfatiza-se a experiência da transição jurídica do cativeiro à liberdade vivida por Manuel Inácio e Felisberta, que se defrontaram com o imperativo de assumir uma identidade civil na sociedade que se desenhava nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Através dos nomes utilizados por seus filhos e netos, verifica-se a persistência ou não de uma memória do cativeiro na memória familiar latente no sistema de nominação.

*Um pouco de teoria, pra começo de conversa*

Peço licença aos leitores para uma digressão teórica a fim de melhor situar as discussões desenvolvidas neste capítulo. Tema clássico na antropologia social, as práticas de nominação passaram a despertar maior atenção dos historiadores somente a partir da passagem 'do porão ao sótão' nos estudos dos Annales, quando se passou a aplicar a metodologia da história serial a assuntos propriamente socioculturais (ver Le Goff, 1998, Burke, 1997). Os nomes empregados em sociedade foram, então, um dentre esses objetos, não adquirindo, não obstante, a mesma projeção de outras temáticas.

A nominação não está presente entre os novos problemas, abordagens e objetos discutidos na célebre obra organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1974). Ora

[3] A análise da pluralidade das formas de nomear a partir da "decomposição" dos diferentes elementos presentes no nome foi inspirada pela abordagem encontrada por Geertz (1989) para se aproximar da forma como os balineses constroem a noção de "pessoa". Isso não significa, em absoluto, que me aproxime do tema a partir da antropologia interpretativa do autor. Meus caminhos teóricos serão desbravados ao longo do capítulo.

[4] Quanto à possibilidade de generalização, afirmo que embora seja esse o padrão observado de forma minuciosa apenas nessa família, uma observação mais impressionista permite generalizar as conclusões aqui obtidas às demais de Morro Alto. Há ainda evidências esparsas em estudos sobre história da escravidão que demonstram que era recorrente a prática de atribuir nomes compostos à escravaria.

[5] Para os mesmos aspectos, em aldeias bretãs contemporâneas, ver Segalen (1980).

por seu caráter naturalizado – aparentemente autoevidente –, ora por serem fugidios, o estudo dos nomes tem sido um objeto errático na historiografia – particularmente na brasileira.[6] Isso é uma pena, pois se desperdiça uma forma fecunda de acesso às relações latentes ao social. Existe um estudo aqui, outro acolá, mas a temática ressente-se de um balanço ou uma sistematização dos rumos das reflexões existentes.

Por práticas de nominação entende-se as maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los. As críticas apresentadas em relação às diferentes abordagens da nominação disseram respeito, única e exclusivamente, à sua capacidade de dar conta desses aspectos.

A passagem, realizada pela 'terceira geração' dos Annales dos estudos das estruturas demográficas e econômicas a aspectos culturais e mentais da vida social, metaforizada pela figura 'do porão ao sótão' pode ser mais bem compreendida pelo exemplo da história das mentalidades: não obstante a preocupação com as formas de pensar dos sujeitos sociais, procurava-se ainda denominadores comuns estruturais de determinada época. Tal perspectiva veio, mais tarde, a ser criticada por desprezar as cisões classistas, de gênero, étnicas ou de quaisquer outra natureza no pensamento social. Ao pretender uma uniformidade – expressa pelo conceito de mentalidade – ignorava-se as maneiras pelas quais as concepções culturais eram variáveis, vivenciadas, manipuladas de acordo com diversas situações pelos atores sociais.

Mas peço aos leitores que me acompanhem de volta aos anos de 1970. A efervescência historiográfica e essa forma de fazer história encontraram expressão significativa em estudos que buscaram nos nomes uma via de acesso às mentalidades. Tomou-se de empréstimo à antropologia social francesa o conceito de *stocks nominais* – o conjunto de nomes disponíveis e utilizados em sociedade – e pretendeu-se inventariá-los, na longa duração, através de metodologia quantitativa.

---

[6] Para uma revisão inicial da literatura brasileira acerca do tema, ver Hameister, 2011. A autora, informada por Barcellos *et al.* (2002), interessou-se pela temática da nominação em sua tese de doutorado, embora desenvolvendo-a sob um viés um tanto utilitarista (Hameister, 2006). Para uma crítica mais detalhada, ver Weimer, 2008a, p. 240-241.

Através de exemplos tais proposições podem tornar-se mais palpáveis aos leitores. Em seus estudos, alguns pesquisadores fizeram extensa leitura de registros de batismos e quantificaram a percentagem de nomes de Louis, Pierres, Maries ou Antoines (por exemplo) conferidos às crianças em diferentes localidades, e suas variações ao longo do tempo; transmissão de prenomes de familiares ou padrinhos, frequência dos nomes mais comuns e extensão dos *stocks nominais* socialmente disponíveis para homens e mulheres. Talvez o melhor exemplo dessa perspectiva esteja em Dupâquier (1980b).

Em 1980, através da École des Hautes Études en Sciences Sociales, publicou-se uma obra coletiva (Dupâquier, Bideau e Ducreux, 1980) que pretendeu reunir estudos históricos a respeito da temática da prenominação. Tais levantamentos foram realizados com todos os rigores da história quantitativa e serial – é abundante a utilização de métodos estatísticos, tabelas, gráficos e diagramas.

Longe de ser um exercício diletante, esse exaustivo e importante esforço contribuiu para a compreensão da variação de devoções religiosas, filiações políticas e da laicização da sociedade – no período revolucionário – nas regiões estudadas. Os autores engajados nesse esforço historiográfico para dar conta da problemática do nome preocuparam-se com a difusão da Reforma Protestante (Hoyez e Ruffelard, 1980, Kintz, 1980) ou da Revolução Francesa (Bernet, 1980, Bianchi, 1980) nas dimensões mais íntimas da vivência social, e com a atribuição de nomes a meninos e meninas expostos (Corsini, 1980). A transmissão de prenomes foi eventualmente relacionada às práticas de distribuição de heranças (Fine, 1980).

Em que pese a ampla gama de aspectos de interesse que se descortinaram a partir de um problema de pesquisa aparentemente trivial, a escola francesa, em muitos casos, pecou por um distanciamento excessivo das práticas sociais efetivas e cotidianas. Mais interessados no inventário do que nos usos dos nomes, na longa duração do que no tempo vivido, nas determinantes estruturais que justificariam o emprego de determinados nomes e não de outros, os autores supracitados esqueceram-se, muitas vezes, de observar as maneiras pelas quais os atores sociais efetivamente se relacionaram com o passado e com a identidade conferida através de seus nomes. Hipnotizados por seus gráficos e suas tabelas em que Jeans e Louis adquiriam destaque por serem os nomes mais comuns, esqueceram-se das vicissitudes e das práticas sociais ativas de homens comuns assim chamados.

Houve uma interação permanente com a reflexão antropológica – simbolizada, talvez, pelos prefácios de Georges Duby e Claude Lévi-Strauss à obra coletiva 'Histoire de la famille'. Tal livro, que tangenciou em diversos de seus capítulos a temática da nominação, ao relacioná-la à história das relações familiares, foi organizado conjuntamente por historiadores e antropólogos (Burguière, Klapisch-Zuber, Segalen, Zonabend, 1986). Françoise Zonabend, uma das maiores autoridades da antropologia francesa acerca da temática escreveu, ainda, um dos textos de abertura da coletânea coordenada por Dupâquier, Bideau e Ducreux (Zonabend, 1980b).

Esse contato, no entanto, nem sempre resultou em um diálogo frutífero. O texto de Zonabend limitou-se a apresentar o debate antropológico então de ponta sobre parentesco, nominação e identidade, sem uma maior articulação com a reflexão dos historiadores. Se os antropólogos enfatizaram sempre o papel simbólico dos nomes e a importância de desvendar suas camadas de significação – como em seguida os leitores poderão constatar –, os historiadores apresentavam na maior parte dos casos levantamentos numéricos e quantitativos da distribuição dos nomes mais utilizados – ainda que não o fizessem desprovidos de objetivos intelectualmente mais audaciosos.

Uma exceção é dada pelos estudos de Christiane Klapisch-Zuber (1988). Anos depois da obra coletiva publicada pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, a autora marcaria uma guinada na perspectiva dos estudos de nominação. Escolhendo como *locus* de observação o caso dos magnatas de Florença no século XIV, a autora preocupou-se, mais do que com a quantificação dos *stocks nominais*, com a manipulação realizada por essa elite da nomeação e de suas identidades pessoais no percurso de ascensão social. O nome, assim, deixava de ser um formato fixo em uma tabela estatística, mas historicizava-se com variações que cabia investigar e narrar. Klapisch-Zuber, ao dirigir sua atenção às *mudanças* ocorridas nos nomes, e não com um eventual lugar estrutural ocupado por eles, descortinou novos caminhos para os estudos de nominação. Sem embargo, a curto prazo seu trabalho não despertou maior atenção.

Desde o início do século XX, com Durkheim e Mauss (2002 [original de 1903]), as formas pelas quais são estabelecidos representações e critérios classificatórios estiveram no cerne das preocupações da escola antropológica francesa. Com efeito, para os autores, estava em jogo desvendar as maneiras pelas quais as sociedades, ao classificar a realidade natural e o mundo representados em mitos e categorias, classificavam também a si mesmas e estabeleciam hierarquias sociais. Essa abordagem foi fundamental para as reflexões posteriores acerca de práticas de nominação.

Profundamente eruditos acerca dos estudos antropológicos a eles contemporâneos, autores como Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss procuraram teorizar a respeito do fenômeno da nominação. Mais tarde, nos anos de 1970, Françoise Zonabend desenvolveu trabalho de campo efetivamente direcionado a responder questões suscitadas por essa temática.

Mauss (2003 [original de 1938]) estabeleceu sua discussão acerca da utilização dos nomes no marco de sua reflexão sobre as concepções de pessoa nas diferentes sociedades. As formas como cada grupo entende a existência pessoal é, ela também, assunto de reflexão antropológica, na medida em que não é natural nem dada. Ao tematizar quer a sociedade ocidental, quer as não-ocidentais, o autor desnaturalizou a concepção do Ocidente a respeito: a maneira como ele concebe a existência pessoal é apenas uma entre diversas outras formas possíveis. Mauss percebeu tais concepções como cultural e socialmente determinadas, e historicizou-as.

Na medida em que as formas de nomear traduzem as concepções de pessoa, Mauss prestou, indiretamente, inestimável contributo aos estudos de nominação. Na esteira de seu tio e mestre, procurou encarar o nome como fato social, com outras determinantes além da vontade individual. O autor constatou a diversidade de formas de nomear e manejar nomes: ao contrário de uma concepção ocidental de um nome individual, fixo e unívoco, ele observou mudanças, variações e heranças geracionais que inscrevem o nome em uma coletividade. Por exemplo, o autor observou que as formas de nomear podem ser secretas e públicas, variar conforme a idade, a função social desempenhada e até mesmo as estações do ano.

A formulação teórica mais acabada, porém, dada pela antropologia francesa à temática da nominação foi aquela proposta por Claude Lévi-Strauss n'‘O Pensamento Selvagem’. Nesse livro, em uma formulação claramente tributária de Durkheim e Mauss (2002, [original de 1903]), o autor aponta que o nome constitui a marca individual mais específica em um sistema classificatório (Lévi-Strauss, 1970, p. 200). No entanto, a nominação não independe de formas mais gerais de classificação social, a elas estando relacionados e subordinados (Lévi-Strauss, 1970, p. 227). Em outros termos, através do nome se concretiza, em nível individual, as formas de classificação social às quais o indivíduo está sujeito. Os nomes fazem parte de *sistemas* que cabe ao pesquisador tratar como códigos e contêm em si significações que inscrevem os indivíduos em hierarquias. Em sua teorização sobre os processos de nominação, Claude Lévi-Strauss propôs os nomes como classificadores de linhagens, na medida em que situam os indivíduos,

desde o nascimento, em uma filiação (Lévi-Strauss, 1970, p. 224). O autor observou diversas sociedades nas quais a nominação está intimamente ligada às formas de classificação totêmica.

O papel do nome é tão radical que situa não apenas o nomeado, mas também o nomeador, nos ditos sistemas de classificação social. Ao nomear, classifica-se a si mesmo: as características realçadas através do nome atribuído diz respeito a como pretende ser visto quem o escolhe, classificando-se "como membro da classe formada por minhas intenções e meus gostos" (Lévi-Strauss, 1970, p. 212). Em outros termos, se algum dos leitores chamar-se *X*, ao conferir ao seu filho o nome *Y*, o está classificando com todas as conotações socialmente estabelecidas para *Y*, mas também a si mesmo como "alguém que tem a intenção e o gosto de classificar o filho como *Y*". O nome inscreve os filhos, mas também os pais, em identidades sociais. Os maiores efeitos, porém, do processo de nomeação dão-se sobretudo sobre o nomeado: "cada nome possui, consciente ou inconscientemente, uma conotação cultural, que impregna a imagem que os outros fazem do portador, e que, por caminhos sutis, pode contribuir para modelar sua personalidade de maneira positiva ou negativa." (Lévi-Strauss, 1970, p. 216).

Portanto, Lévi-Strauss procurou sublinhar que o papel da nominação é muito maior do que a mera identificação dos sujeitos sociais. Ela também é importante para significar – as ditas conotações culturais e cargas simbólicas latentes aos diferentes nomes – e para classificar os indivíduos em estatutos sociais. Para o antropólogo francês, inexiste identificação sem classificação (Lévi-Strauss, 1970, p. 211). Essa tríplice função do nome – identificatória, significativa, classificatória –, proposta pelo autor, tornou-se um carro-chefe na teorização estruturalista do seu papel, e adquiriu expressão na pesquisa empírica conduzida por Françoise Zonabend.

Estudando a aldeia francesa de Minot-en-Châtillonnais, Zonabend (1995) procurou dar expressão prática às preocupações formuladas teoricamente por Lévi-Strauss. Decompondo o nome em prenomes, sobrenomes e apelidos (*prénoms*, *patronymes* e *surnoms* ou *sobriquets*), a autora inferiu o poder classificatório de ser por eles denominados. Aqueles que não tinham nada além dos apelidos eram situados marginalmente naquela sociedade, e os que não possuíam sobrenomes, apenas nomes compostos de prenomes, eram estigmatizados como filhos naturais.

Zonabend demonstrou ainda como o sobrenome suporta memórias familiares e a filiação a uma linhagem – justamente por isso, os que não o tinham ficavam à margem.

Da mesma maneira, os prenomes desempenhavam esse papel na medida em que eram herdados de geração em geração. Assim, a autora demonstrava com dados de campo o papel do nome como classificador de linhagens, teoricamente sublinhado por Lévi-Strauss. No mesmo texto, aponta-se ainda a disposição hierárquica dos diversos sobrenomes, indicativos de *status* e poderio.

A partir da observação da situacionalidade do emprego dos nomes em Minot-en-Châtillonais, Zonabend rapidamente chegou à questão da identidade.

> Tout comme les appellations de parenté ou les dénominations statutaires varient selon le locuteur, la circonstance, la situation, la variabilité des prénoms renvoie à différentes positions de la personne au sein de son groupe, et son identité est faite, entre autres, de la somme de tous ces points de référence (Zonabend, 1980a p. 16).[7]

Com efeito, se a identidade é feita da soma dos pontos de referência expressos pelos nomes, pode-se chegar a uma concepção da mesma como maleável, mais do que um lugar rígido e determinado em um sistema de classificações. Embora não tenha rompido com os cânones e com o legado intelectual do estruturalismo, suas constatações indicam a possibilidade de pesquisar de que maneira os sujeitos manipulam e deslocam-se nas grades classificatórias oferecidas pelos nomes.

Convido, porém, os leitores a retornar às reflexões dos historiadores. A partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, um importante movimento historiográfico contrapôs-se à análise macroestrutural da história serial e do estruturalismo franceses. Focalizando a atuação dos sujeitos históricos, pesquisadores italianos como Edoardo Grendi, Giovanni Lévi e Carlo Ginzburg procuraram jogar com as escalas de observação do conhecimento histórico, a fim de testar nos comportamentos efetivos dos personagens analisados aquelas conclusões aventadas por pesquisas macrodimensionadas (ver Lévi, 1992, Revel, 1998). Sem se contrapor frontalmente às pesquisas seriais, tais historiadores convergiam no entendimento de que suas conclusões seriam densificadas pela investigação das minúcias do funcionamento social. Tal perspectiva de investigação lançou surpreendente e vigoroso fôlego à produção historiográfica contemporânea.

---

[7] [Todas as apelações de parentesco ou as denominações estatutárias, variam segundo o locutor, a circunstância, a situação. A variabilidade de prenomes remete às diferentes posições da pessoa no seio de seu grupo, e sua identidade é feita, entre outras, da soma de todos esses pontos de referência.] Minha tradução.

Em uma das primeiras tentativas de sistematização teórica e metodológica das contribuições dos historiadores italianos, Ginzburg e Poni (1991) propuseram o rastreamento dos nomes portados pelos indivíduos como uma estratégia de aproximação a itinerários individuais e coletivos. Ou seja, ao percorrer a documentação no encalço de determinado sujeito social, o historiador teria acesso, por exemplo, aos seus ambientes de circulação, aos seus comportamentos, a suas práticas matrimoniais, de compadrio e apadrinhamento, a suas alianças sociais, a suas estratégias de ascensão ou suas solidariedades. É desnecessário arrolar a repercussão da metodologia proposta pelos autores, sobretudo na historiografia brasileira.

Em uma citação já célebre, Ginzburg e Poni observaram que as "linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia ou malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido". (Ginzburg e Poni, 1991, p. 175). No entendimento dos autores, caberia ao historiador recuperar tal imagem gráfica. Tendo esse objetivo, o nome surge como ferramenta metodológica, um meio privilegiado de acesso ao comportamento e aos itinerários sociais. Isso fica claro se tomamos as metáforas apontadas pelos autores para se referir à nominação – *bússola preciosa*, *fio condutor*.

A utilização dos nomes próprios como via de acesso a trajetórias individuais revelou-se uma poderosa ferramenta metodológica em fecundos estudos históricos (para diversos exemplos, conferir Oliveira e Almeida, 2009). Contudo, deve ser utilizada com o cuidado de não esvaziar o estudo dos nomes de seus conteúdos históricos e culturais, sob a pena de perder uma oportunidade de penetrar nas relações sociais e significações nominais do passado de uma forma mais densa e profunda.

Parece-me que, em sua crítica ao estruturalismo, a micro-história abriu mão de contribuições das quais não deveria abrir. Atentos à disposição ativa dos sujeitos em sociedade, os micro-historiadores frequentemente desprezaram o papel simbólico da nominação, reduzindo-a a uma maneira de aproximar-se de estratégias subjetivas. O poder classificatório dos nomes, suas camadas de significação, esvaziou-se no intuito de identificar sujeitos na massa documental e acompanhar os caminhos por eles percorridos. O nome, ao invés de *problema* de investigação histórica, aparece como uma *ferramenta* – útil e privilegiada, é verdade, mas apenas uma ferramenta.

No entanto, os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles não são neutros: traduzem relações de poder e hierarquias. Se os leitores lembrarem, supus que um deles se chamava *X*, pai de *Y*. *X* e *Y* expressam formas de classificação social e

disposições identitárias individuais, familiares ou grupais frente aos demais. Se me limitar a perseguir *X* e *Y* nas fontes documentais, saberei por onde andaram, mas irei omitir-me quanto a suas identidades sociais. Os nomes trazem impressos tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de relacionar-se com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir.

Os nomes são plurais – e esse é um obstáculo prático frequentemente observado por quem se propõe a trabalhar com a metodologia ginzburgiana. Tal limitação não passou despercebida para alguns historiadores. Regina Xavier (2002, p. 5), por exemplo, sublinhou que os diversos "significados sociais, políticos e culturais" latentes aos nomes portados em situações plurais e diversas não podem ser desprezados. Assim sendo, a autora reconhece os nomes como inconstantes, o que, se não inviabiliza a perspectiva de Ginzburg, a complexifica. Os nomes podem ser, também, fios condutores, mas são *muito mais* do que isso.

Um exemplo magistral de como a investigação por meio do acompanhamento dos nomes pode ser articulada com a problematização dos mesmos pode ser encontrado em Scott e Hébrard (2012). O estudo dos autores acompanha a trajetória familiar no espaço atlântico na "era da emancipação". Para tanto, não há dúvidas, eles acompanharam sobrenomes e prenomes dos sujeitos analisados em arquivos de diversos países, a fim de mapear seus caminhos e descaminhos. Os autores (2012, p. 4) explicitamente inscrevem sua perspectiva de análise na proposta teórico-metodológica da micro-história. No entanto, não se furtaram à análise dos significados sociais impressos aos nomes analisados, do significado de possuir prenomes, sobrenomes, apelidos, de ser qualificados ou não por categorias de "cor" ou de estatutos de livre/liberto/escravo, das implicações de assumir tal ou qual sobrenome, dos significados culturais da repetição de prenomes, etc.

Oliveira (2006), em um estudo micro-histórico a partir do qual acompanhou o itinerário do africano Manoel Congo, traficado ilegalmente após 1850, vendido em leilão clandestino e apreendido como africano livre pelas autoridades, esteve atento às reelaborações identitárias procedidas pelo sujeito de pesquisa. O autor observou que Manoel substituíra a designação étnica pela nomeação de José Joaquim de Paula, capitão que o cooptara para trabalhar em sua fazenda com a promessa de liberdade. O autor assim explicou sua nova maneira de identificar-se:

> Manoel construía, assim, uma nova identidade para a vida em liberdade, uma identificação que o afastava do estigma do cativeiro e remetia à sua nova condição jurídica de "africano livre". Devemos considerar que a designação "Congo", recebida após o comércio atlântico de almas, possivelmente fosse uma identidade inventada e atribuída pelo mundo colonial, carecendo de significado para o africano. Essa constatação talvez nos ajude a entender o porquê de Manoel assumir o sobrenome "Paula" e dimensionar a importância do momento em que o conquistava a liberdade e visualizava a possibilidade de escolher, ele mesmo, o seu sobrenome. (Oliveira, 2006, p. 123-124)

Embora não tenha acompanhado tão detalhadamente trajetórias específicas, Sidney Chalhoub também esteve atento à instabilidade do emprego dos nomes em meados dos oitocentos, seja por parte de escravos que almejavam a liberdade ou escapar do recrutamento, seja por meio da manipulação operada por "sedutores", "receptadores", negociantes ou fazendeiros que pretendiam tomar para si escravos de outrem ou reduzir ao cativeiro africanos livres:

> não deve espantar que a documentação das prisões da Corte deixe ver tanto a sem-cerimônia com a qual negociantes e proprietários manipulavam a instabilidade dos nomes dos escravos para validar transações espúrias quanto a habilidade dos cativos em apropriar-se da prática para atingir objetivos próprios (Chalhoub, 2012, p. 167).

Da mesma forma, Mello (2000) demonstrou as maneiras pelas quais as famílias de senhores de engenho em Pernambuco colonial procuraram manipular suas identidades familiares, através da nominação, a fim de ocultar suas origens como cristãos novos. No entanto, a nominação não é manipulação, ou não só: possui vínculos e significados simbólicos que convêm explorar.

No limite, as apelações podem ser tão numerosas quanto os espaços sociais pelos quais os sujeitos históricos circulam. Tomá-los de forma unívoca é um erro ingênuo. Há nomes autoatribuídos e heteroatribuídos, e cada qual possui cargas pejorativas, dimensões positivadas – e essa positividade ou negatividade podem ser para uns e não para outros. O nome recebido de pais, avós e padrinhos representa um peso do passado a ser assumido, carregado, tolerado, suportado, usufruído, renegado, ou com o mesmo haver reconciliação. Como o filho de *X* irá lidar com o fato de ser denominado *Y*?

Nomes podem ser inventados, recriados, modificados. Eles são maleáveis conforme a interação frente aos demais. Em alguma medida, sempre são invenções, posto que construções histórico-culturais. Os atores sociais estão submetidos a essas heranças e invenções, mas também delas se apropriam e nelas se constroem. Nesse

sentido, proponho um programa de pesquisa que procura levar em conta essas vicissitudes da análise nominal, sem, no entanto, abrir mão da perspectiva micro-analítica.

A análise que realizo é, de todas as maneiras, tributária da micro-análise: a circunscrição de um grupo limitado de sujeitos sociais e a exploração intensiva de indícios referentes aos seus itinerários. Teria sido impossível investigar com minúcia e exatidão os empregos dos nomes por parte de ex-escravos em uma dimensão macroscópica, que daria margem apenas a inventários de *stocks* nominais. Limitar a análise a uma família possibilitou deter-me no nome de cada indivíduo, em seus usos e variações. No entanto, por me referir a personagens que especialmente após a abolição da escravidão aparecem de forma rarefeita em registros oficiais, vali-me particularmente de fontes orais, através das entrevistas com netos e bisnetos de escravos. O emprego da metodologia da história oral revelou facetas que geralmente escapam à abordagem microanalítica.

Em paralelo aos nomes registrados em documentos oficiais eventualmente compulsados, tive acesso às práticas de nominação utilizadas em âmbito familiar e comunitário. Dito de outra forma, as apelações que as pessoas costumavam utilizar no seu dia-a-dia não coincidiam em absoluto com aquelas que as fontes escritas me forneciam. Tal como Geertz (1989) e Zonabend (1995), o caminho metodológico adotado para atingir tal objetivo foi a decomposição das "partículas" componentes das práticas de nominação. Portanto, abordarei tais parcelas das designações nominais de forma inversa à sequência utilizada para denominar os sujeitos pesquisados: sobrenome, *tecnonímico* – e os leitores, que já tiveram contato com essa palavra na nota 2, em breve familiarizar-se-ão melhor com o que refiro quando emprego esse termo – e prenome.

*Os usos do nome senhorial*

Gilberto Freyre teve o mérito de ser o pioneiro, nos estudos afro-brasileiros, a interessar-se pelas práticas de nominação utilizadas pelos escravos, uma vez tendo adquirido a condição de liberdade. No entanto, sua abordagem consolidou uma visão que considero insuficiente, e que se arraigou na historiografia brasileira, inclusive em estudos mais recentes. Segundo sua leitura, os escravos, genericamente, adotaram, na vida livre, os sobrenomes dos antigos senhores, sob a influência do patriarcalismo e como uma maneira de imitar-lhes formas exteriores de superioridade (Freyre, 2005

[original de 1933], p. 539-540). É possível indagar-se porque esse padrão foi eficaz no Brasil como forma de submissão dos antigos cativos, contrastivamente às Antilhas francesas onde, precisamente, houve uma preocupação para que os libertos não adotassem nomes senhoriais de maneira a manter, através de distinções nominais, as hierarquias raciais (Lapierre, 2006, p.45, Dégras, 2011, p.22).

Guimarães (2006) afirma ter sido bastante comum, no Brasil, a adoção do sobrenome dos senhores. Wissenbach (1998a, p. 253) e Lara (1988, p. 165 e 268) identificam nessa prática um índice de paternalismo e exercício de poder por parte de ex-senhores. Guedes (2008, p. 297) chega mesmo a afirmar que o emprego do nome senhorial atesta a submissão das famílias libertas em relação à família senhorial. Outros estudos (Schwartz, 1988, p. 237, Slenes, 1996, p. 62, Xavier, 1996 p. 114-116, Moreira, 2003, p. 293-294; Machado, 2008, p. 167) relativizam essa visão afirmando que a utilização do nome senhorial também poderia trazer vantagens relativas aos ex-cativos, ao servir como demarcador da condição de livre e signo de consideração social. As observações desses autores convergem com as de Rebecca Scott (1988, p. 11-12), para quem adquirir personalidade legal, para os ex-escravos cubanos, representava o acesso a um novo conjunto de relações com outras pessoas jurídicas e com o processo legal. Com efeito, o direito de um nome legal representava o direito de ser cidadão (Scott e Zeuske, 2004, p. 534).

Não há dúvidas de que o sobrenome dos senhores foi frequentemente – não sempre[8] – utilizado pelos antigos escravos, e que eles manejaram com as vantagens identitárias que eventualmente poderiam ter com um vínculo simbólico com a casa-grande. A própria família que estudo é disso um exemplo cabal. Aparentemente. O problema que vejo nessa abordagem, e que já discuti em estudo anterior (Weimer, 2008a), contudo, é o de reduzir as práticas de nominação a *um* de seus aspectos – o sobrenome –, justamente aquele que realça e reforça os vínculos com os ex-senhores.

[8] Em Morro Alto, o sobrenome Marques foi utilizado muitas vezes por aquelas famílias com um presumido vínculo biológico com a família senhorial. Mais do que isso, o próprio fato de utilizarem esse sobrenome é tomado por seus descendentes como um indício do parentesco alegado. Outras famílias utilizaram outros sobrenomes, tais como Silva, Santos, Conceição, Jesus, Rosa, Fortes, Pastorino, bem como frequentes nomes decorrentes de prenomes – *tecnonímicos*. Fraga Filho (2006, p. 296) observou, para o Recôncavo Baiano, a prática de adotar sobrenomes diversos do senhorial. Há que observar que, para Freyre (2005 [original de 1933], p. 539), apenas *alguns* descendentes de escravos, justamente aqueles mais bem situados nas relações hierárquicas do cativeiro, adotaram o sobrenome dos ex-senhores. No que toca a Cuba, também Rebecca Scott e Michael Zeuske constataram que apenas por vezes os nomes de família eram adotados pelos ex-escravos, mas que eles também tinham necessidade de nomes de família que lhes fossem próprios, em uma "sutil dialética entre escolha pessoal e imposição" (2004, p. 528-529).

Há outros aspectos que pretendo discutir aqui, tais como os *tecnonímicos* e os prenomes escolhidos para os filhos, que sublinham os laços horizontais entre os ex-escravos.

Jean Hébrard (2003, p. 91-92), ao estudar as formas de nomeação utilizadas pelos antigos escravos na Bahia do século XIX, observou que a hipótese frequentemente evocada para explicar a utilização de patronímios portugueses está geralmente associada a uma visão paternalista da escravidão no Brasil. No entanto, o autor constatou que a adoção de um prenome (ou de uma devoção – Santos, Conceição, Anjos) poderia ser mais frequente do que a adoção de um sobrenome. A conquista de um nome representa uma filiação que instala um indivíduo não apenas em uma identidade, mas em sociabilidades familiares explícitas que representam "minúsculas conquistas simbólicas da liberdade".

Como já destacou Antônio Candido (Mello e Souza, 2010 [original de 1964], p. 277-278), em áreas rurais brasileiras os nomes "oficiais" são utilizados apenas em situações "oficiais",[9] sendo, no cotidiano, empregados o que o autor chama de patronímicos:

> Verifica-se tendência para usar, invés do sobrenome, ou além dele, o nome do pai, prolongando o uso arcaico da patronímia (...) O que sempre houve foi o patronímico, a junção, ao nome próprio, do nome do pai, quase sempre modificado pela desinência es, com função genitiva, equivalente a "filho de", como o *Mac* dos escoceses e irlandeses, o *O'* destes últimos, as desinências *sohn, son, sen* dos *alemães*, ingleses e escandinavos, ou o *itch* dos eslavos. Mais tarde, os patronímicos com desinência se transformaram em sobrenomes propriamente ditos, e nós nem sempre lembramos que Enes é "filho de João", Antunes, "filho de Antônio", Pires, "filho de Pedro" etc. (Mello e Souza, 2010 [original de 1964], p. 277).[10]

O autor consegue sintetizar muito bem as características dessa forma alternativa de denominação, que aqui está sendo denominada de *tecnonímico*. Opto pela última designação, utilizada por Ellen Woortmann (1995, p. 304), que também estudou sociedades tradicionais do meio rural brasileiro, por uma razão muito simples: o termo patronímico foi empregado, também, por Zonabend (1995), porém para se referir ao sobrenome paterno. Preferi, pois, evitar a confusão de conceitos, diferenciando-os. Além disso, Cottias (2004, p. 549) sublinha quão delicado é utilizar a noção de

[9] Em estudos mais específicos a respeito de Morro Alto, Barcellos *et al* (2004) e Chagas (2005a) constataram o mesmo.

[10] Como assinala Antonio Candido, a referência aos indivíduos através da nomeação paterna – ou de avós – é historicamente recorrente. Ela foi sublinhada, também, na Provence da Idade Moderna por Alain Colomp (1980, p. 60), e nos Bálcãs contemporâneos por Stahl (1998).

patronímicos para aqueles que não herdaram nomes de seus pais, tendo-os instituído a partir da Abolição da escravidão.[11]

De qualquer maneira, existem dois aspectos fundamentais, genialmente percebidos por Antonio Cândido, a reter-se aqui: a) a adição do nome do genitor como componente do nome próprio; b) a utilização em paralelo de um nome oficial e de outro informal, reconhecido – muitas vezes o único conhecido – na comunidade onde se vive.

> Desta forma, os indivíduos costumam ter dois sobrenomes usados independentemente: o que indica, no sentido amplo, a família a que pertence, e o que delimita o seu ramo próprio, a partir do pai, avô ou bisavô, e que se pode chamar de *sobrenome alternativo*. O primeiro é o *nome de papel* – na frase expressiva de um meu informante macróbio – usado nas ocasiões públicas, em que se requer atitude de tipo legal: casamento, contrato, imposto, censo demográfico. O segundo é o de uso corrente, ativo e passivo, sendo frequentemente o único que a maioria conhece. (Mello e Souza, 2010 [original de 1964], p. 278. Grifos originais).

Os nomes raramente são utilizados de forma fixa e invariável; pelo contrário, são situacionais e performáticos, conforme sublinham diversos estudiosos (Zonabend, 1995, p. 268-272; Xavier, 2002).[12]

> Dans des manières de désigner un individu se rassemblent les multiples facettes de la dénomination qui, souvent, change avec l'âge, le temps, les alliances contractés ou les événements.[13] (Hébrard, 2003, p. 51)

Creio que a ênfase dada pela historiografia brasileira aos sobrenomes deva-se a um problema de fontes. É claro que em fontes *oficiais* – aquelas às quais geralmente os historiadores têm acesso – irão aparecer somente formas *oficiais* de nomear. Os *tecnonímicos* só irão aparecer através de fontes orais ou de raros indícios a serem minuciosamente perseguidos em fontes escritas por pesquisadores que os tenham como foco de seu olhar. Já a utilização de prenomes, dentre os inúmeros filhos das famílias de (ex-) escravos deve ser contemplada através de um mosaico de informações a buscar-se em entrevistas e em registros civis de nascimento.

---

[11] Cottias (2004, p. 549) sublinha ainda que tais sociedades de ascendência africana seriam matrilineares.

[12] A autora sublinha, ainda, que o empreendimento proposto por Ginzburg e Poni (1991), de utilização do nome como "fio condutor" de um trabalho de pesquisa deve ser complexificado: dada sua variabilidade, há que considerar os "significados sociais, políticos e culturais" nele latentes, em lugar de neles perceber, apenas, "fios condutores" de trajetórias individuais (Xavier, 2002, p. 5).

[13] [Dentre as maneiras de designar um indivíduo reúnem-se as múltiplas facetas da denominação que, frequentemente, muda com a idade, o tempo, as alianças contraídas ou os eventos.] Minha tradução.

O caso das Antilhas francesas oferece um interessante contraponto ao exemplo brasileiro. Ao contrário do Brasil, onde os sobrenomes foram escolhidos de forma informal[14] – e portanto a preferência pelo sobrenome dos ex-senhores deu-se de forma voluntária –, nas Antilhas, foram-lhes atribuídos pela administração colonial. Segundo Butel (2007, p. 390), as ilhas conheceram, após 1848, uma intensa desorganização produtiva devido à falta de mão-de-obra ocasionada por numerosos novos livres terem abandonado a lavoura de cana-de-açúcar.

Em paralelo a esse processo, a administração colonial tratou de definir o estatuto social dos antigos cativos, e conferir-lhes um sobrenome era fundamental. Se o sobrenome que lhes foi dado era uma insígnia de liberdade, a diferenciar o estatuto dos livres daquele dos cativos, foi contudo buscado no calendário gregoriano ou na história antiga. Alguns a quem não foram atribuídos tais nomes "administrativos", porém, por iniciativa própria adicionaram outros nomes a seus prenomes (Cottias, 2003). Segundo Cottias, muitos ex-escravos preferiram ser identificados por aspectos como idade, prenome, prenome materno[15], paterno feminizado ou nome do local onde trabalhavam, em lugar de uma designação oficial a eles externa. Eles ainda modificavam frequentemente a forma como eram identificados (Cottias, 2003, p. 169-171).

É notável o contraste entre as constatações da autora e aquelas da historiografia brasileira. Para a última, a utilização dos sobrenomes dos ex-senhores dar-se-ia não obstante a inexistência de legislação específica acerca dos nomes a serem assumidos pelos recém-libertos, podendo os mesmos ser escolhidos de forma informal. Por outro lado, em um contexto em que havia uma atribuição por parte da administração colonial dos sobrenomes a ser empregados pelos libertos, Cottias (2003, p. 169-171) verificou uma prática de modificar ou adotar outros nomes em paralelo àqueles que eram externamente conferidos.[16]

---

[14] Essa dita informalidade pode ocultar, porém, o uso costumeiro de sobrenomes entre os cativos ainda sob a vigência da escravidão. Nesse caso, parte dos sobrenomes aparentemente adotados de forma informal, na vida em liberdade, poderiam ser sobrenomes costumeiramente adotados durante o cativeiro. Para Engemann (2008 p. 132-139), a adoção de sobrenomes no interior de plantéis cativos era um dos "estágios no caminho da formação comunitária", e não resultava de um ato individual de identificação, mas requeria um reconhecimento coletivo. Isso ajuda a entender de que maneira, ainda cativo, Manoel Inácio foi reconhecido como Osório Marques, bem como leva a crer que o fato de que aquela família empregou esse sobrenome, uma vez livre, pode ter implicado no reconhecimento, pelos demais, dos alegados vínculos com a família senhorial.

[15] Em uma interpretação que considero insustentável – sobretudo por não estar atenta ao possível caráter feminilizado do nome do pai – Germain (1981) atribui tal fenômeno ao caráter matrifocal das famílias e à suposta irresponsabilidade paterna.

[16] Para Durand e Logossah (2002), mesmo nomes reconhecidos como africanos.

Coloca-se, pois, uma questão: por qual razão os libertos brasileiros, livres de constrangimentos que foram para adotar quaisquer sobrenomes, teriam escolhido justamente aqueles de seus antigos senhores, enquanto os antilhanos, constrangidos a adotar nomes escolhidos pelas autoridades coloniais, procuraram empregar sobrenomes mais próximos às suas vivências culturais? O paralelo com as Antilhas francesas pode ajudar a entender por quais motivos no Brasil se fez essa opção, mas também sugere que essa conclusão pode encontrar-se, em parte, distorcida pelo próprio recorte historiográfico usualmente dado à questão.

Antônio Candido (Mello e Souza, 2010 [original de 1964], p. 277-278) apontou para o Brasil rural de meados do século XX e Cottias (2003, p. 173) observou nas Antilhas francesas da segunda metade do século XIX o uso, em paralelo, de um nome "administrativo" e outro "de vizinhança".[17] Acredito existir esse paralelismo entre ex-escravos e descendentes em áreas rurais brasileiras. O que leva a crer nisso é o trabalho de campo realizado na comunidade do Morro Alto, onde se diferencia claramente entre os nomes utilizados no cotidiano e os "nomes de assinatura" (Barcellos *et al.*, 2004). Creio que a historiografia brasileira a respeito do tema tem muito a ganhar se se dedicar ao estudo das formas de nomeação e identificação que *fogem à oficialidade* – e que, a exemplo do que apontam os estudos a respeito das Antilhas francesas, eventualmente eram *preferíveis* aos nomes "oficiais" –, e aqui se tem o objetivo de apresentar uma contribuição inicial.

*Os usos dos tecnonímicos*

No dia 14 de junho de 1937, Rosalina, filha de Felisberta e bisneta de Inácia, escreveu uma carta a sua mãe. Ditou àquele que por ela redigia a missiva seu nome como *Rosalina Felisberta Inácia* (CA11). Na mesma ocasião, sua filha Ercília dirigiu versos a sua madrinha Angélica (CA10), assinando como *Ercília Inácia Marques*, imprimindo ao seu o nome da avó de sua avó. A adoção do nome ancestral como

[17] Françoise Zonabend (1980b, p. 26) também destacou a pluralidade de nomes que os indivíduos podem assumir em sociedades tradicionais. Burguière (1980b, p. 39) apontou a multiplicidade de prenomes, na França da época moderna, como uma maneira de satisfazer a um só tempo a necessidade de individuação e a preservação do patrimônio nominal familiar. Klapisch-Zuber (1988) observou a fluidez da forma de nominação entre indivíduos que transitavam entre camadas sociais diversas na Florença do século XIV. Em povoados bretões na década de 1970, Segalen (1980) verificou também o descompasso entre a nomeação oficial e aquela utilizada no dia-a-dia. Na Cuba pós-emancipação, realidade histórica mais similar à por mim analisada, Scott e Zeuske (2004, p. 530) verificaram, também, a utilização de forma plural de nomes por antigos escravos. Finalmente, para exemplos contemporâneos de trocas de nomes, ver Lapierre, 2006.

partícula da identificação pessoal, para além do uso exclusivo do sobrenome senhorial, foi recorrente na "*gente* da Felisberta", bem como na comunidade na qual se insere, de uma forma geral.

Santos (2006, p. 158-159) destaca que no sistema português tradicional de nominação, as mulheres não recebiam os sobrenomes dos pais, mas tinham prenomes compostos nos quais o segundo termo era o prenome materno. Dessa maneira, nas aldeias da Beira-Baixa por ele estudadas, os filhos recebiam o sobrenome paterno, mas as filhas recebiam apenas o prenome materno como *tecnonímico*, de forma que as filhas de uma Ana chamar-se-iam Luiza Ana e Lúcia Ana, e as filhas de Luiza Ana receberiam os prenomes da avó e da tia, e o prenome da mãe como *tecnonímico*: Ana Luiza e Lúcia Luiza.

Sustento que, ao menos nos casos por mim estudados na fazenda do Morro Alto, esse modelo de nominação foi parcialmente transposto ao Brasil, mas, no caso dos escravos, era extensivo aos filhos do sexo masculino, devido aos baixos índices de legitimidade – ou legitimidade formalmente reconhecida como tal. Por não terem pais assim reconhecidos, a geração nascida sob a vigência do cativeiro – ou os filhos considerados naturais, na geração posterior – trouxe para si os prenomes de suas mães.[18] Tanto Angélica quanto Ramão, filhos de Inácia, aparecem na documentação[19] de batismo de filhos, netos e afilhados como Angélica Inácia[20] e Ramão Inácio.[21]

Não pretendo aqui, é claro, propor uma transposição mecânica de modelos europeus. É evidente que, se tais práticas nominais lusitanas encontraram adesão por

[18] Jean Hébrard (2003, p. 88-90) verificou, entre os libertos baianos de fins do século XIX, a alta incidência de nomes compostos.

[19] Ramão Inácio também na memória de netos.

[20] Foi denominada Angélica Inácia de Jesus em 1884, quando do nascimento de Eufrásia, sua neta filha de Serafina Pastorina (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 4, livro 13 de batismos de Conceição do Arroio, f. 18); em 1894, por sua vez, seu nome foi registrado como Angélica Inácia, por ocasião do nascimento de Luiz, filho de seu filho Herculano Francisco Pastorino (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, Item 1, livro 16 de batismos de Conceição do Arroio, f. 56).

[21] Em 1883, por ocasião do nascimento de seu filho Joaquim, seu nome foi grafado como Romão Inácio Marques (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 3, livro 12 de batismos de Conceição do Arroio, f. 123). Em 1887 veio ao mundo Idalina, e o nome de seu pai também foi escrito dessa maneira. Na mesma ocasião, ele foi padrinho da pequena Siberina, sendo denominado da mesma forma (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 5, livro 14 de batismos de Conceição do Arroio, f. 73v). Finalmente, sua esposa Francisca Maria da Silva deu a luz a José. O registro foi realizado duas vezes, em 1888 e 1891, por razão que desconheço. Na primeira ocasião, foi identificado como Romão Inácio, e na segunda, como Romão Inácio de Oliveira (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 6, livro 15 de batismos de Conceição do Arroio, f. 11 do suplemento, e f. 99). No Livro de lançamento dos impostos de pessoas e estradas do exercício de 1904, no pagamento de taxa referente à conservação da estrada naquele ano, Ramão também foi referido como Ramão Inácio (AHO – APASF – AM-05, f. 18). A designação "Inácio" foi um signo identitário relevante não apenas para ele, mas também para seus descendentes. Eles são, até hoje, conhecidos na localidade de Morro Alto como a *gente* dos "Inácios" ou dos "Ramão". Certamente a memória de Inácia está perdida, mas Ramão ainda é recordado por seus netos.

parte de famílias de cativos, era por terem repercussão em suas próprias crenças quanto ao papel desempenhado pelos processos de nomeação. Sem pretender generalizações ao conjunto das plurais sociedades africanas, vale a pena lembrar que Durand e Logossah (2002, p. 132), ao estudarem a África colonial francesa de meados do século XIX, verificaram ser bastante comum a homenagem à memória de um ancestral ou de um pai ou mãe falecido ao atribuir às crianças o seu nome.

Além de ser ingenuamente etnocêntrico ignorar o evidente fato de que as sociedades africanas se organizam por sistemas de linhagens, deixar de lado o debate a respeito das heranças africanas no Novo Mundo seria estar de fora das discussões de ponta a respeito realizadas pela historiografia brasileira.[22] Por outro lado, vimos no capítulo 2 que a escravaria que deu origem ao grupo estudado estava estabelecida no Brasil havia gerações, tendo passado, provavelmente, por um intenso processo de crioulização, acentuado pelo fato do contingente de africanos aportados no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX ser inferior àquele chegado ao Sudeste cafeeiro. Por outro lado, Mattos (1998, p. 145) sublinha que a formação de uma comunidade escrava passou pela ressignificação do sistema de linhagens. Arrematarei essa "ponta" do argumento na parte final deste capítulo. Por ora, adianto que "*encontrei uma África*". Porém, ela não é autoevidente, foi ressignificada, e para apresentá-la terei de, antes, desenvolver um pouco mais a análise das formas de nominação. Peço escusas, pois, aos leitores, por deixá-los na curiosidade.

Hébrard (2003, p.74) afirma que, estigmatizada pelo estatuto de filho natural, pela ausência do registro do nome paterno e de um nome familiar, a criança escrava figurava como um bem móvel, inscrevendo-se, assim, não em uma linhagem, mas como objeto do patrimônio senhorial. No entanto, procuro demonstrar que as famílias escravas empregaram todos seus esforços no sentido de minimizar essa marginalização, empregando, se não sobrenomes inacessíveis, perpetuando no segundo termo de nomes próprios compostos – *tecnonímicos* – ou mesmo nos prenomes, a lembrança de uma linhagem cujo pertencimento não se queria esquecer.

Também Manoel, filho de Angélica, é por diversas vezes referido como Manoel Inácio, porém ainda durante a vigência da escravidão. Alforriado em 1884, quando foi mencionado apenas como Manoel (Scherer e Rocha, 2006, p. 242), aparece contudo

[22] Para uma revisão crítica, ver Faria (2007).

como Manoel Inácio no inventário de sua senhora Isabel Maria Osório, em 1867,[23] e é padrinho de batismo de cinco crianças na segunda metade do século XIX mediante tal denominação, conforme visto no capítulo 2.[24] Em dois casos o padrinho é apontado não apenas com o *tecnonímico* "Inácio", como também com o sobrenome *Osório Marques*, que é o mesmo que figura em seu inventário de 1906.[25]

O *tecnonímico* inscreve a *persona* social da criança na memória familiar. Essa prática já foi observada, entre os camponeses negros do Morro Alto, em 1978, pelo antropólogo Norton Corrêa:

> A gente do Morro Alto tem jeitos curiosos de botar apelidos nas pessoas. É costume, por exemplo, acrescentar ao primeiro nome, mais outro que é, por sua vez, o primeiro nome da mãe ou do pai. Assim, tem o Antônio "Teresa", o Pedro "Serafina", o João "Jenuca" (apelido de Januária), o Antônio "Rosa". (...) Aliás, é sistema antigo e estas denominações emprestadas, com o advento dos registros de nascimento oficiais, os cartórios, muitas vezes terminaram por tornar-se nomes de família. (Corrêa, 1978d).

Segundo Ellen Woortmann (1995, p. 304), entre os sitiantes por ela estudados, em Sergipe do século XX, a utilização do prenome paterno junto ao prenome do filho[26] remete ao pai biológico e ao *sítio* desse. A autora atribui o uso do *tecnonímico* à pertença familiar mas também aos vínculos de territorialidade com o terreno familiar, o que também foi verificado, nas Antilhas do século XIX, por Cottias (2003, p.172). Segundo Bourdieu,

> O poder simbólico dos categoremas jamais é tão bem visto quanto no caso dos *nomes próprios*, que, como emblemas que concentram todo o capital simbólico de um grupo prestigioso, colocam em jogo uma intensa

[23] APERS – COA, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.

[24] IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 11 ano de 1862; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 1, ano de 1871; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 62v, ano de 1879; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 97v, ano de 1884, IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f.102v-103, ano de 1884. O primeiro batismo é de Filomena, sua prima, filha de Ramão, e futura cunhada.

[25] APERS – COA, estante 159, caixa 027.0335, auto n. 814, inventário e testamento de Manoel Inácio Osório Marques, ano de 1906. Ainda em correspondência esparsa a ele dirigida na virada do século XIX para o século XX – CP1, CP4, CP8 – em poder de seus descendentes, aparece como Manoel Inácio, assim como em guias de pagamentos de impostos (em poder de descendentes e também registradas Livro de impostos – 1904 – AHASF, f. 15).

[26] No caso analisado pela autora, utiliza-se a partícula "de" na composição do *tecnonímico*. "O *tecnonímico* é do tipo José de Carolindo, isto é, José filho de Carolindo" (Woortmann, 1995, p. 304). Em Morro Alto, o emprego dessa partícula é raro. Seria mais comum, utilizando o exemplo da autora, o formato "José Carolindo".

> concorrência: apropriar-se desses indícios da posição genealógica (fulano, filho de sicrano, filho de beltrano etc.) é de alguma forma se apropriar de um *título* que dá direitos privilegiados sobre o patrimônio do grupo. Dar a um recém-nascido o nome de um ancestral importante não é somente realizar um ato de piedade filial, mas predestinar de alguma forma o filho assim designado a "ressuscitar" o ancestral epônimo, isto é, suceder-lhe em suas tarefas e em seus poderes. (Bourdieu, 2009, p. 280-281. Grifos originais).

A atribuição do nome de um ancestral, portanto, embora possua aspectos patrimoniais, não esgota nisso seu significado, já que diz respeito, também, à "ressurreição" de características, tarefas e poderes do ancestral em questão.[27] Cumpre, portanto, funções *simbólicas*. Conforme assinala Ricœur,

> Cada um de nós tem um nome que não deu a si mesmo, que recebeu de outro: em nossa cultura, um patronímico que me situa numa linha de filiação, um nome que me distingue na fratria. Esta palavra de outrem, depositada sobre uma vida inteira, ao preço das dificuldades e dos conflitos que se conhecem, confere um apoio de linguagem, um aspecto decididamente auto-referencial, a todas as operações de apropriação pessoal que gravitam em torno do núcleo mnemônico. (Ricœur, 2007, p. 139).

O autor refere-se aos patronímicos, mas sua argumentação é claramente passível de ser utilizada no que se refere aos *tecnonímicos*. Barcellos (1996, p. 143) sublinha que "relacionar família à nome é um modo de defini-la. É também um modo de marcar a fundação de uma família. O pertencimento familiar associa-se ao nome que por sua vez pode estar ligado a um lugar de origem".

Embora a "*gente* da Felisberta" efetivamente se tenha tornado terratenente no pós-Abolição (ver capítulo 3) a utilização da dita forma de nominação remete aos tempos da escravidão e a um momento de não-propriedade da terra. Sendo assim, a tônica de sua utilização parece residir em demarcar o pertencimento familiar.[28] A cabo de algumas gerações, aquilo que anteriormente foi um prenome transmuta-se em um sobrenome.[29] É o que ocorre na família estudada, na qual "Inácio" é cultivado como o sobrenome do avô, mas não se tem mais em vista que era o prenome da avó materna

[27] Em trabalho anterior (Weimer, 2008a, p. 240) considerei inadequadas as perspectivas que vêm na homonímia uma fusão da *persona social* de pais e filhos. Continuo sendo dessa opinião, parecendo-me bastante clara a distinção pessoal estabelecida, por exemplo, por dona Aurora e dona Diva entre a *persona social* de seu avô, seu pai e seu irmão. Isso não nega, por outro lado, a existência de uma expectativa de continuidade expressa pela herança de nome, ofício e ferramentas, como visto no capítulo 3. Dona Aurora reconhece a existência de semelhança física entre o irmão e o pai, mas veja-se: semelhança não é identidade.

[28] A não ser que consideremos a hipótese do nome como demarcador do vínculo territorial com roças familiares no interior da propriedade escravista.

[29] Trata-se de uma forma bastante comum de composição de sobrenomes no Brasil, não apenas de famílias afro-descendentes, mas também entre descendentes de ameríndios.

daquele avô. Em trabalho anterior, sustentei (Weimer, 2008a, p. 320-332) que essas formas de composição de prenomes evidenciam, da parte das famílias de ex-cativos, um esforço por construir ancestralidades no Novo Mundo, e vínculos de pertencimento e identificação com seus familiares.

Os prenomes de mães e avós eram adotados como *tecnonímicos* que identificavam ramos familiares, mas também apontam para o pertencimento comunitário e para a "resistência do grupo em ser identificado apenas por nomes que não falam de suas raízes – a origem escrava africana – e sim do vínculo com os senhores." (Barcellos *et al.*, 2004 p. 219). Gutman (1976 cap.6) observa que a adoção de nomes oriundos da própria família escrava ressalta identidades sociais que extrapolam o vínculo com os senhores de escravos.

Felisberta, prima e esposa de Manoel Inácio, aparece nos registros de batismos de seus filhos apenas com o seu prenome – eventualmente com os sobrenomes Marques ou "da Conceição", remetendo à santa padroeira da freguesia –, mas também com o *tecnonímico* de sua mãe, Severina. No entanto, após o falecimento de seu marido, descartou o *tecnonímico* materno e adotou o de sua avó paterna. A uma nova condição social correspondeu, também, uma nova identidade que implicou em uma forma diferente de nomear. Felisberta era, não há dúvidas, uma "Inácia", já que filha de Ramão Inácio, mas, quando viúva, ao manejar seu *tecnonímico* no sentido de utilizar o de seu pai e não de sua mãe, legitimava seu relacionamento, que não era sancionado pela igreja, com o falecido marido, Manoel Inácio.[30] Parece ser também o caso de Aurora Inácia Marques da Silva. Viúva de Antônio Inácio da Silva – cujo Inácio não tinha nada a ver com a família de sua esposa –, a neta de Felisberta parece-me demarcar, a um só tempo, o vínculo com seu tronco familiar, mas também com seu falecido marido, nesse caso, sim, uma relação sancionada diante dos homens e legítima perante Deus.

A nominação parece demarcar, assim, uma noção local de legitimidade, para além da sancionada pela Igreja. Tal como em Cuba, transmitir um nome à descendência é uma forma de lhes evitar a desvantagem social de uma presunção de nascimento ilegítimo (Scott e Zeuske, 2004, p. 531). É digno de nota que nem Pulquéria, nem Belizário, os filhos que Felisberta e Manoel Inácio haviam tido com outros pais, fossem

[30] Felisberta apresentou-se como Felisberta Inácia Marques já nos autos de inventário de Manoel Inácio, mas também no casamento de seu filho Manoel Inácio Marques Filho. IJCSUD - CHF, Mcf. 1444093, It. 10, Registro Civil do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório Distrital de Maquiné, Conceição do Arroio, 5º Distrito, Matrimônios 1914-1928, f. 7v-8, ano de 1915.

“Inácios”. Já os filhos do casal são todos lembrados, e registrados por escrito, como Angélica Inácia, Raquel Inácia, Rosalina Inácia, etc. (ver gráfico genealógico 4, no capítulo 3 e quadro 10, ao fim do capítulo). A legitimidade estabelece, para as famílias, fronteiras de pertencimento e de não-pertencimento, e, conforme Catroga (2001, p. 27), os nomes fazem parte de um repertório de critérios de pertença familiar.

Como visto no capítulo 3, Raquel e Ladislau não se casaram. José faleceu ainda criança. Angélica teve um filho sem se casar, e Rosalina, dois. Um deles foi a mim referido como Manoel Rosalina, tendo herdado o *tecnonímico* de sua mãe, e a outra, Ercília, assumiu o nome de seu marido. Também sua tia Mercedes assumiu o nome do esposo, não passando “Inácio” aos seus filhos, que receberam *tecnonímicos* de sua família paterna. Maria, porém, o transmitiu às suas filhas do sexo feminino, enquanto os filhos do sexo masculino receberam o *tecnonímico* “Timóteo”, de seu marido. Todos os filhos, e alguns netos, do único filho homem que se casou, Manoel Inácio Filho, são conhecidos como “Inácios”.[31]

Mesmo quando o *tecnonímico* “Inácio” não foi transmitido de geração em geração, a lógica de estabelecer um nome de vizinhança com base em uma herança geracional foi mantida. Indagada por mim a respeito de seu nome de solteira, Eva, filha de Mercedes, de “nome de assinatura” Eva Marques Correia, parou para pensar um pouco e, por fim, concluiu por Eva Mercedes Marques, assumindo o prenome materno como *tecnonímico*.[32] Creio que, mais do que *rememorando* seu nome de solteira, dona Eva o estava *compondo* de acordo com a lógica local de sua formulação, e por fim terminou por acrescentar ao seu o de sua mãe. Da mesma forma, quando lhe perguntei o nome de sua mãe, Eva respondeu “Mercedes Felisberta do que, rapaz?”.[33] Isso demonstra não haver uma determinação *estrutural* acerca do formato de tais nomes, mas, como já referido, sua utilização *situacional*, porém a partir de um idioma coletivamente compartilhado. Isso sugere que, conforme as circunstâncias e conjunturas identitárias, o nome possa ser objeto de uma permanente disputa e negociação.[34] No limite, *o nome não existe*, ao menos como expressão de um núcleo identitário rígido e imutável.

---

[31] Ver quadro 10, ao fim do capítulo.
[32] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde. Dona Eva tinha 88 anos no momento da entrevista.
[33] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.
[34] Vimos, no capítulo 3, como Felisberta tornou-se “Inácia” em lugar de “Severina” após o falecimento de Manoel Inácio, ou ainda, em seguida, como dona Aurora Inácia apresentou-se como Marques, e não como Silva, em um processo judiciário no qual postulou-se como parte.

Dona Maria *Belizário*, como referida por sua prima Eva, destacou, enfaticamente, que embora ela e seus irmãos utilizassem o nome de seu pai junto a seus prenomes, *tinham sobrenome*. Esse esclarecimento parece uma questão de honra: ela não quis dar margem a dúvidas de que Belizário legou sobrenome a seus filhos. Todavia, embora o nome de assinatura fosse "certinho", só se usava no dia em que precisava. Já os *tecnonímicos* eram "só porque queria chamar assim", mas eram usados "toda vida" se não houvesse necessidade de utilização do nome de assinatura. A fala da entrevistada remete, ao mesmo tempo, a um orgulho e um reconhecimento da necessidade de ter sobrenomes para o diálogo com a sociedade envolvente, e ao uso paralelo de nomes reconhecidos como comunitários.[35]

A identidade da "*gente* da Felisberta" como uma família de "Inácios" extrapola o vínculo com a ancestral fundadora da linhagem, que há muito se perdeu: Inácia não é mais recordada; perdeu-se no mar da memória. Mas os descendentes de Ramão Inácio e de Manoel Inácio – que têm a firme convicção de serem aparentados entre si – mantêm a designação de "Inácios" justamente em referência a Ramão e a Manoel como ancestrais fundadores que passaram pela experiência do cativeiro e que tomaram o lugar de Inácia como longínqua ancestral cativa. Uma neta de Manoel Inácio, Diva Inácia Marques Terra – Terra por parte de seu marido –, optou por legar a seus filhos o sobrenome "Inácio", herdado do bisavô das crianças, em lugar do "Marques" de sua família paterna, o que demonstra que a reverência ao ancestral pode superar o orgulho de portar o sobrenome senhorial.

Se existe paralelismo entre o uso de *tecnonímicos* e de sobrenomes, os mesmos puderam ser articulados nas formas de identificação pessoal. Não raro, os *tecnonímicos* foram incorporados aos nomes de assinatura, mesmo face à representação legal. Nos anos de 1960 e 1970, tramitou na comarca de Osório um processo de usucapião de terras em Morro Alto por parte da empresa José Agostinelli S.A. Descendentes de escravos herdeiros da doação de um terreno legado pela senhora Rosa Osório Marques – dentre os quais se encontrava Felisberta – contestaram a ação, alegando que o testamento de Rosa previa uma cláusula de usufruto inalienável e hereditário para os descendentes dos ditos escravos, e acusaram a empresa que pleiteava o usucapião de má-fé e de ludibriar uma das famílias envolvidas, que efetuara a venda de um terreno

[35] Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório. No interlúdio de racialização VI, há uma discussão mais detalhada acerca da *honra* latente ao fato de ser referido através de um nome. Coincidentemente ou não, o exemplo apresentado é o do pai de dona Maria, um indivíduo *ilegítimo* e para quem, portanto, possuir um nome era mais valorizado.

que não podia ser alienado (para detalhes, ver Barcellos *et al.*, 2004, p. 191-196 e Chagas, 2005a).

Procurando qualificar-se como parte do processo, em petição de 15 de dezembro de 1972,[36] a senhora Aurora – neta de Felisberta – *apresentou-se*. Requeria ser admitida tendo em vista ser viúva de um integrante da família ludibriada. Segundo me confiou a então requerente, Agostinelli enganara sua cunhada, Iraci Olina, e sua sogra, Olina Gonçalves da Silva, filha da escrava Eufrásia. As duas acabaram por vender o terreno familiar. A parte de seu falecido marido, porém, Antônio Olina da Silva, jamais fora vendida. "Eu não vendi a minha parte", afirmou, com convicção.[37]

Aurora identificou-se no processo como Aurora Inácia Marques, isto é, realizando uma adição de seu *tecnonímico* – o "Inácia" da esquecida avó de seu avô, demarcando um pertencimento familiar remetendo à ancestralidade – com um "Marques" que também, de certa forma, a sublinhava como pertencente à linhagem de Manoel Inácio. E, o que é ainda mais impressionante, o fez no caso de uma representação legal, no diálogo com a oficialidade.

É curioso que não tenha adotado o nome do falecido marido – Silva, considerando que em diversas entrevistas assim se identificou. Em reforço, era através de seu pertencimento à família de Olina Eufrásia – mas uma parte da família que *não vendera* – que postulava sua admissão na contestação ao usucapião de Agostinelli. Talvez não tenha incorporado o "Silva" à sua identificação pessoal para demarcar seu distanciamento em relação àqueles que desrespeitaram as cláusulas de inalienabilidade do testamento de Rosa Osório Marques.[38]

***

Um questionamento que se poderia fazer diz respeito à especificidade do uso de *tecnonímicos* nesse grupo. Até que ponto essa prática prevalecia entre negros e até que ponto ela era compartilhada por outros indivíduos? Os registros civis permitem uma aproximação dessa questão. Classificando os registros, empiricamente, conforme a origem dos sobrenomes registrados – ítalo-descendentes, teuto-descendentes, famílias

[36] FO, Cartório da 1ª vara civil e criminal, auto 175/66, 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária.
[37] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.
[38] FO, Cartório da 1ª vara civil e criminal, auto 175/66, 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária.

de origem étnica variada, descendentes de poloneses, não identificados, luso-descendentes, e, dentre os sobrenomes lusos, os identificados como não-brancos pelos documentos –, verifica-se que entre os primeiros os nomes próprios adotados como sobrenomes e os *tecnonímicos* são insignificantes.[39] Entre os lusos, porém, tais formas de compor os sobrenomes atingem 40% e, entre os apontados como negros, aproxima-se de 60% dos sobrenomes.[40] Tais evidências oferecem sustentação à ideia apresentada no início deste subcapítulo de que tais práticas nominativas podem possuir uma origem portuguesa, mas demonstram ainda maior difusão entre indivíduos de origem africana.

**Tabela 13 – Difusão de *tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios conforme o grupo étnico-racial (décadas 1880-1940)** [41]

| | Pai | Mãe | Registrados | Total de indivíduos com *tecnonímicos* ou sobrenomes compostos | Total de indivíduos | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Pretos, pardos, morenos e mistos | 102 | 89 | 71 | 262 | 453 | 57,84 |
| Ítalo-descendentes | 1 | 0 | 5 | 6 | 409 | 1,47 |
| Luso-descendentes | 194 | 203 | 175 | 572 | 1430 | 40,00 |
| Teuto-descendentes | 12 | 5 | 7 | 24 | 399 | 6,02 |
| Famílias de origem étnica variada | 76 | 42 | 53 | 171 | 1232 | 13,88 |
| Descendentes de poloneses | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0,00 |
| Não-identificados | 0 | 0 | 1 | 1 | 63 | 1,59 |

**Gráfico 10 – Presença de *tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios (décadas de 1880-1940)** [42]

[39] A distinção aqui estabelecida diz respeito à herança de um nome paterno, materno ou de avós como segundo termo de um nome – tecnonímico – ou a um sobrenome, nos mesmos moldes usuais, porém com o significante de um prenome luso – Lucas, Mateus, etc.

[40] Lembrando-se que muitos dos que aparecem como "lusos" nos registros podem ter uma origem africana que não recebeu registro. Desse prisma, boa parte dos 40% de *tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios encontrados nesse grupo social podem-se dever a indivíduos negros que não foram assim apontados.

[41] Fonte para 1914-1924: IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, It. 8-9; para 1929-1949: ORCTNM: livros A3, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11 e A12.

[42] Fonte: ver nota anterior.

Sobrenomes compostos por prenomes – tais como Cândido, Francisco – muito provavelmente foram, outrora, *tecnonímicos*. No entanto, entre os portugueses eles se "institucionalizaram" – tornaram-se nomes de família – de uma forma muito mais intensa do que entre os negros. Fazendo um cômputo um pouco diferente, consideramos – no total e de acordo com as décadas dos registros – os sobrenomes compostos por nomes próprios de luso-brasileiros e não-brancos, e os pais que apenas legavam seus prenomes aos filhos como *tecnonímicos*. De acordo com esses agregados, verificou-se a incidência relativa de cada uma dessas categorias, percebendo-se que as famílias de sobrenome português adotavam majoritariamente nomes próprios como sobrenome enquanto, numa proporção muito superior, os pais ou mães negros juntavam seus prenomes como segundo nome de um nome composto de seus filhos:

**Tabela 14 – *Tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios: luso-brasileiros e pretos, pardos, morenos e mistos. (décadas 1880-1940)**

| | *Tecnonímicos* | Sobrenomes compostos por nomes próprios | Total | % *tecnonímicos* | %sobrenomes compostos por nomes próprios |
|---|---|---|---|---|---|
| Pretos, pardos, morenos e mistos | 189 | 73 | 262 | 72,14 | 27,86 |
| Luso-descendentes | 241 | 331 | 572 | 42,13 | 57,87 |

**Gráfico 11 – *Tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios: luso-brasileiros e pretos, pardos, morenos e mistos. (décadas 1880-1940)** [43]

[43] Fonte: ver nota 41.

**Gráfico 12 – *Tecnonímicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios: luso-brasileiros e pretos, pardos, morenos e mistos. % por década (1880-1940)** [44]

Constatada a relevância do uso de *tecnonímicos* entre a população preta, parda, morena e mista de Conceição do Arroio no pós-Abolição, e discutida sua importância simbólica para a criação de vínculos de ancestralidade com pais e avós, parto para a análise dos prenomes conferidos pelos integrantes dessa família às suas crianças, e sua relação com uma identidade familiar e com a memória da escravidão.

*Prenomes e memória da escravidão*

Neste subcapítulo discutirei a composição e os usos de uma marca de individuação tão importante quanto o prenome. Conforme destacado, a antropologia dos termos de nominação costuma utilizar o termo *stock* nominal para se referir ao repertório socialmente disponível de prenomes a serem atribuídos a uma criança (Zonabend, 1995 p. 258).[45] A "reutilização" de prenomes portados por ancestrais não é novidade para antropologia (Stahl, 1998; Mauss, 2003), e tampouco, para a historiografia sobre o pós-Abolição no Brasil (Rios, 1990, p. 48-49). É evidente que o conjunto de prenomes socialmente "disponíveis" não é estático, sendo objeto de

[44] Fonte: ver nota 41.

[45] Na obra de Lévi-Strauss (1970, p. 200-204), aquilo que outros autores viriam a, posteriormente, qualificar como *stocks* nominais demonstra a vinculação entre a individualização expressa nos nomes e os sistemas classificatórios sociais. "Cada clã ou subclã possui um conjunto de nomes, cujo uso é reservado a seus membros e, da mesma forma que o indivíduo é parte do grupo, o nome individual é uma 'parte' da denominação coletiva". (Lévi-Strauss, 1970, p. 204) É verdade que em sociedades complexas os *stocks* nominais não possuem o exclusivismo dos clãs e subclãs mencionados pelo autor; contudo, existe a utilização *preferencial* de certo conjunto de nomes por determinado grupo social, a exemplo das famílias descendentes de cativos.

constante renovação. Slenes (*apud* Rios, 1990 p. 48) constata, na São Paulo cafeeira do século XIX, que os pais conferiam a seus filhos os prenomes de pais, tios e avós.

Um estudo que pioneiramente observou as práticas de atribuição de prenomes de integrantes da família aos filhos de escravos é o de Hackenberg (1997, p. 97-99).[46] Não obstante a autora tratar do período escravista, seus resultados são surpreendentes por apontarem uma proporção de 39% de nomes tomados a familiares dos cativos na fazenda de Cabussú. No período em liberdade, veremos, encontrei proporções superiores, que podem expressar, contudo, um acompanhamento mais regular dos vínculos patrilaterais por mim, que acompanhei não apenas registros de nascimento, mas também relatos de história oral. A autora procura enfatizar o peso dado à linhagem materna dos cativos como um caractere cultural africano entre eles presente; no entanto, inclino-me a acreditar que essa pode ser uma distorção ocasionada pelas fontes consultadas, que geralmente expressam somente os vínculos matrilaterais.[47]

Guedes (2008, p. 297), ao analisar uma família de descendentes de escravos (ainda durante a vigência do regime escravocrata), constatou que entre primos de quarta geração, a proporção de prenomes compartilhados era superior a 50%, afirmando tratar-se de escolhas intencionais que expressavam sentimentos de família. Infelizmente o autor não desenvolve tanto quanto eu gostaria essa interessantíssima constatação, que a meu ver demonstra nuances em sua própria interpretação segundo a qual a nominação poderia traduzir vínculos de submissão em relação à família senhorial.

Para realizar cálculo semelhante, considerei filhos e netos de Manoel Inácio e Felisberta. As informações pesquisadas a respeito dessa família, nas últimas gerações da escravidão, permitem inferir se os prenomes tomados em empréstimo pelas crianças se referem a irmãos, tios e avós de seus pais. Porém, considerando que a documentação pode conter lacunas e, além disso, os vínculos genealógicos patrilaterais são falhados, é provável que as referências a prenomes "herdados" estejam subavaliadas.

Considerando a família como um todo, veremos que, de um total de 39 indivíduos, 22 receberam prenomes idênticos a familiares de gerações anteriores.[48] Tal proporção, 54%, é similar à constatada por Guedes. No entanto, desconsiderando

---

[46] Para estudos antropológicos que abordam a mesma temática, ver Barcellos *et al.*, 2004 e Müller, 2006.

[47] Com efeito, os dados recuperados por Barcelos *et al.*(2004) indicam para uma filiação bilateral na comunidade em questão. Da mesma forma, os percursos genealógicos que identifiquei através da herança nominal remetem tanto às famílias maternas como paternas.

[48] Conferir quadro 10, ao fim do capítulo. Em estudo anterior constatei que, no vizinho município de São Francisco de Paula, "se o *stock* de sobrenomes majoritariamente provinha dos ex-senhores, os prenomes eram abastecidos em suas próprias famílias" (Weimer, 2008a, p. 328).

Belizário, Pulquéria e os respectivos filhos, que afinal representam "ramos" considerados ilegítimos e nos quais o repertório de familiares a homenagear por mim conhecidos cai pela metade,[49] tem-se um total de 26 indivíduos, dos quais 17 com herança nominal por mim conhecida. Em outros termos, considerando apenas os filhos de ambos integrantes do casal, a utilização do *stock* nominal familiar nas gerações de filhos e netos de escravos eleva-se para 65%. Essa proporção era, provavelmente, superior, já que o conhecimento das genealogias familiares é incompleto. As árvores por parte de pai são mais falhadas devido aos baixos índices de legitimidade. Se pudéssemos contar com genealogias mais completas, esses índices seriam superiores a 54 e 65%.

Dentre os familiares a quem buscar um prenome, predominam os tios das crianças e dos pais: daqueles 22 indivíduos que receberam prenomes de integrantes da família, 10 foram legados por seus tios e tios-avós.[50] Apenas dois, um menino e uma menina, adquiriram prenomes de seus primos ou primos em segundo grau, e uma menina ganhou o prenome de um outro familiar mais distante.[51] Nenhuma mulher recebeu o prenome de sua mãe, mas três homens o receberam de seus pais. Também entre os que herdaram prenomes de avós há uma predominância da herança nominal por parte masculina: quatro meninos receberam os prenomes de seus avôs e apenas duas garotas foram nomeadas com os prenomes de suas avós.

O último aspecto pode ser facilmente explicado pelo prestígio de Manoel Inácio como patriarca daquele núcleo familiar, que, como visto no capítulo 3, acumulou um pecúlio, provavelmente trabalhando como carpinteiro nas casas dos grandes fazendeiros da região, que lhe permitiu adquirir um terreno para seus filhos. O protagonismo na ascensão social que levou aquela família de ex-escravos despossuídos à condição de camponeses negros, a rememorada condição de filho de um senhor de escravos e, possivelmente, seu precoce falecimento, levaram a uma reverência significativa por parte de sua descendência. A regra é o convívio com a fração da família que "deu certo"

---

[49] Isto é, os descendentes de Pulquéria só homenageariam os familiares de sua mãe Felisberta, e os de Belizário, apenas os de seu pai Manoel Inácio. Desconheço o nome do pai de Pulquéria e tenho contato apenas parcial com a genealogia da mãe de Belizário.

[50] Conferir quadro 10, ao fim do capítulo. Nesse sentido, meus resultados contrastam com os de Rios (1990, p. 48-49), que verificou, entre os descendentes de cativos em Paraíba do Sul, a predominância de prenomes de avós e bisavós, em detrimento do de pais e tios. Não sei a que atribuir essa disparidade regional, mas como analiso apenas uma família de forma mais detida, é possível tratar-se de uma peculiaridade dos "Inácios".

[51] Trata-se da avó da cunhada da mãe da criança.

ou que originou-construiu as bases da ascensão, fração essa definida como "a família" por excelência (Barcellos, 1996, p. 159).

É fato que *todos* os seus filhos e filhas que tiveram filhos do sexo masculino – inclusive o *ilegítimo* Belizário – nomearam um filho, até onde pude constatar, o primogênito, como Manoel. Isso reforça o argumento de que a repetição nominal entre gerações não é resultado de mera casualidade, mas de uma comunhão identitária significativa.[52]

Para diferenciar, no uso cotidiano, pai, filho e neto, utilizava-se o recurso dos *apelidos*. Sendo assim, Manoel Inácio Filho era correntemente conhecido como *Deodício,*[53] enquanto Manuel Inácio Neto é conhecido entre amigos como *João*. Segundo dona Diva, seu pai tinha uma madrinha em Cima da Serra que desejava que ele se chamasse Deodício. Como não era um nome de santo, o padre recusou-se a assim o batizar, sugerindo o nome de João. A família, *de birra*, colocou no rapaz o nome do pai.[54] Já seu irmão era chamado de João – o mesmo nome que o padre sugerira a seu pai – no ambiente familiar porque sua irmã, Benta, que o criou, assim o apelidou, mas Manoel era considerado o nome legítimo.[55] Ainda que, nesses casos, Manoel tenha sido uma "segunda opção", é significativo que tenha sido, exatamente esse, o nome escolhido.

Também quantifiquei entre aqueles prenomes, dentre os 22 que possuíam herança nominal conhecida, os tomados em empréstimo à linhagem materna ou paterna da família, ou ainda a ambos os segmentos.[56] Desses, 13 (59%) correspondiam à família da mãe da criança, quatro à família do pai, quatro a ambas as famílias, e uma a uma

---

[52] A inter-relação entre identidade social, memória e práticas de nominação foi levada ao extremo por Compan (2004), que pretendeu ver no repertório onomástico provençal, exaustivamente estudado por ele, uma demonstração de que a região por ele analisada não corresponde apenas a uma construção política artificial. A lista de antroponímicos constituiria *prova* de uma permanência regional. Compartilho com o autor da pretensão de vincular nomeação e identidade, porém creio que sua perspectiva é um tanto quanto essencializada por minimizar o caráter dinâmico e performático das formas de atribuição de nomes. Para outro exemplo de um estudo tradicional, no qual um levantamento exaustivo do *stock* onomástico é tido como expressivo da singularidade nacional, ver Dauzat, 1945. Para uma abordagem que, igualmente, se limita a inventariar os nomes antilhanos, sem maiores esforços interpretativos, ver Germain, 1981.

[53] Para ter ideia do quanto esse nome é corrente na família, em visita realizada no dia 7 de janeiro de 2009, tive contato com uma filha e uma neta que desconheciam que o nome legítimo de seu pai e avô era Manoel. Diário de campo de 7 de janeiro de 2009 em Osório.

[54] Diário de campo de 14 de julho de 2010 em Osório.

[55] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório. Trata-se de nome que possuiria a virtude de espantar doenças causadoras da mortalidade infantil. Pode tratar-se de crença de origem africana, já que Durand e Logossah (2002, p. 132) a identificaram entre os iorubá.

[56] Contempla-se, aqui, duas possibilidades: seja a daqueles casos em que, pelo lado paterno e pelo lado materno existem pessoas com o mesmo prenome, não sendo possível identificar a quem se teve a intenção de homenagear, seja a daqueles casos em que um mesmo indivíduo é, simultaneamente, familiar matri e patrilateral, em virtude dos recorrentes casamentos entre primos.

familiar mais distante.[57] Tais resultados não deveriam surpreender, considerando que as genealogias matrilaterais são mais completas que as patrilaterais. Sendo assim, acredito que a nomeação não expresse uma preferência pelas famílias das mães das crianças, mas seja uma característica do tipo de levantamento realizado: o pesquisador conhecia melhor as famílias das mães investigadas. Além disso, há que considerar que Felisberta e Manoel Inácio tiveram um número de filhas bastante superior ao de filhos, e desses apenas um deixou descendência. Como nem sempre foi possível apurar as genealogias de seus maridos (ou dos pais de seus filhos),[58] seus *stocks* nominais também se perderam.

Finalmente, realizou-se um levantamento, entre aqueles 22 descendentes de escravos de prenomes reconhecidamente tomados a familiares, da condição jurídica daqueles que emprestaram prenomes a seus netos e sobrinhos. O resultado é impressionante: 15 deles, ou 68%, eram escravos, sendo dois de "ventre-livre", quatro livres e um de condição ignorada.[59] Se descontarmos três Josés – prenome presente tanto entre antepassados escravos como em um liberto,[60] e portanto não há como saber a quem se prestou homenagem –, tem-se, ainda assim, a não-desprezível quantidade de 12, ou 54%. Esses dados sugerem uma preferência por ancestrais que viveram a experiência do cativeiro. Se o nome familiar é um classificador de linhagens, que inscreve o indivíduo desde o nascimento em uma filiação, conforme recordarão os leitores (Lévi-Strauss, 1970, p. 224, Zonabend, 1980a p. 11; 1995 p. 257),[61] essa filiação parece vinculá-los – significando-os, classificando-os, identificando-os – intimamente a uma memória familiar que remonta ao cativeiro.

---

[57] Conferir quadro 10, ao fim do capítulo. Ver nota 51.

[58] Pude levantar de forma apurada o *stock* nominal da família do ex-escravo Merêncio que, como visto no capítulo 3, foi preferencial nos casamentos promovidos pela "*gente* da Felisberta". No caso dos demais cônjuges, não pude apurar suas famílias.

[59] Conferir quadro 10, ao fim do capítulo.

[60] Serafina, Clementina, Herculano e José, como visto no capítulo 3, eram meio-irmãos de Manoel Inácio, filhos de Angélica Inácia. Luiz era o nome do marido e Ermenegildo, de um dos filhos de Serafina. É importante observar que Serafina, Clementina, Herculano e José não receberam o *tecnonímico* da mãe, e sim o *tecnonímico* e o sobrenome de seu pai, que os legitimou chamando-se, assim, Serafina Francisca Pastorina, Herculano Francisco Pastorino, etc. Isso reforça o argumento aqui apresentado de que a nominação sustenta noções locais de legitimidade.

[61] Sobre o papel classificatório da nominação ver, ainda, Stahl, 1998: "In fact, a personal name also has classifying qualities, because it links you with consanguineous relatives, it places you among those who follow a certain profession, in a religion, an ethnic group, it brings you together with deceased members of your family line" [De fato, um nome pessoal também possui qualidades classificatórias, pois o relaciona com parentes consanguíneos, o situa entre aqueles que desempenham certa profissão, em uma religião, um grupo étnico, o traz junto a integrantes falecidos de sua linhagem familiar] Stahl, 1998 p. 193. Minha tradução.

Poder-se-ia objetar que não se trata de uma preferência explícita por ancestrais escravos, mas apenas de uma decorrência implícita da maior parte dos ancestrais disponíveis ter passado pela experiência do cativeiro. No entanto, esse não me parece ser o ponto fundamental. Parece não haver, de fato, uma preferência destacada pelos ancestrais livres, que correspondiam apenas a 18% daqueles que cederam prenomes a seus sobrinhos e netos.[62] Em havendo ancestrais livres – sobretudo considerando serem mais "bem-sucedidos" –, por que se buscou nos escravos o prenome a dar aos seus filhos? Por que não há Serafinas, Clementinas, Herculanos, Luizes e Ermenegildos no repertório nominal familiar?[63]

Em sua teorização sobre os processos de nomeação, Claude Lévi-Strauss propôs que, ao nomear, classifica-se a si mesmo. O tipo de característica realçada através do nome atribuído diz respeito a como pretende ser visto aquele que o escolhe. *X* classifica-se ao designar *Y*. Se considerarmos convincente a argumentação do autor – e eu considero – perceberemos que ao dar aos seus filhos os prenomes de ancestrais escravos, essa família identificava-se como um grupo social oriundo do cativeiro e cuja memória era suficientemente relevante a ponto de ser desejável sua preservação ao longo das gerações.[64]

O massivo predomínio de ancestrais cativos entre os "doadores" de nomes torna-se ainda mais impressionante quando se leva em conta que o século XIX conheceu uma ética de silêncio quanto à "cor" e à experiência escrava pretérita em momentos de igualdade formal (Mattos, 1998, 2000, 2004). A abolição da distinção entre homens livres e escravos maximizou o processo verificado pela autora. Esse silenciamento, contudo, parece ter-se dado no espaço público. Mattos (2004, p. 88) sublinha que muitas das famílias mais antigas e estruturadas continuaram a organizar-se internamente como *grupos invisíveis* (Cohen, 1978, *apud* Mattos, 2004). Permanecia acesa, assim, impressa nos nomes, nas marcas mais individuais de identidade social, a memória do cativeiro, e não como estigma, mas como iniciativa de nomeação assumida pelos pais.

---

[62] Eis o motivo pelo qual discordo da observação de Burguière (1980a, p. 34; 1980b, p. 41), para quem, ao se conferir a uma criança o nome de um irmão defunto, não se trata de conservar sua memória, mas sim manter aquele prenome no *stock* familiar, impedindo sua perda por "falta de titular". Eu inverteria a ponderação do autor, indagando o que motivaria a manutenção de determinado prenome no *stock* familiar, se não o intuito de preservar a memória daqueles que os legaram?

[63] Ver nota 60. Não terá sido por não serem "herdeiros" de Rosa Marques, tendo em vista que diversos que legaram nomes à sua descendência tampouco o eram. Da mesma forma, a "herdeira" que está na gênese do ramo familiar em questão não foi homenageada pelos filhos e netos: "Felisberta" não é um nome que faça parte do repertório nominal familiar.

[64] Isso não quer dizer, contudo, que não tenha havido flutuações. Ver capítulo seguinte.

***

Em seu estudo acerca da mobilidade social de forros na primeira metade do século XIX na freguesia de Porto Feliz, São Paulo, Roberto Guedes (2008) procurou enfatizar os vínculos verticais manejados pelos antigos escravos para obter a ascensão social. A ênfase aqui dada é diferente: a exemplo de Rios (1990), meus dados apontam para a existência de solidariedades horizontais e familiares no ato de nomear. Espero ter conseguido demonstrar que a adoção do sobrenome senhorial não dá conta das relações identitárias tecidas pelos antigos cativos, que transmitiram a seus filhos e netos *tecnonímicos* das gerações antepassadas e prenomes minuciosamente escolhidos em um repertório nominal alimentado por tios, avós e tios-avós, frequentemente escravos.

A escolha dos sobrenomes utilizados pelos ex-escravos e descendentes como foco da análise do historiador não é inocente, já que privilegia os vínculos verticais com os antigos senhores e tende a ocultar a existência de laços horizontais inter e intrafamiliares. Embora se trate de um problema de fontes mais ou menos acessíveis, é necessário um esforço para fugir dos *nomes* informados pela oficialidade, sob a pena de ficarmos, apenas, naqueles utilizados em contextos *oficiais*. É evidente, e neste estudo temos alguns exemplos, que os nomes utilizados na informalidade perpassam e se permitem transparecer em documentos formais. Mas, para os registrar adequadamente, o historiador deve ter o olhar direcionado a eles.

A nominação utilizada pelos descendentes de escravos – não apenas sobrenomes e *tecnonímicos*, mas também prenomes – era objeto de orgulho e insígnia de individualização na vida em liberdade. A prática da esposa de Machado, relatada no interlúdio a seguir, de a eles referir-se como “aquele”, era tomada como particularmente ultrajante, já que proposital. Não dirigir-se utilizando seus nomes significava estabelecer hierarquias que não mais deveriam ter lugar após a extinção da distinção entre cativos e livres em 1888 e o estabelecimento da igualdade formal entre cidadãos da República.

Convém destacar a diferença entre ambientes públicos e privados no que tange ao cultivo da memória do cativeiro. Se essa não era sublinhada e destacada em ambientes públicos no pós-Abolição, devido à carga simbólica negativa a ela associada, isso não significa que o cativeiro e as referências a familiares que passaram por essa experiência devessem ser esquecidas. Os diferentes empregos de nomes operavam no

sentido de demarcar limites entre o desejo individual privado e a obrigação social coletiva.

As memórias familiares – inclusive aquelas do cativeiro – não apenas foram lembradas, como foram acionadas ao demarcar *tecnonímicos* perenes ao tempo e um *stock* de prenomes acionado até, pelo menos, a segunda geração após o cativeiro. Se os prenomes vinculam o sujeito a um personagem em específico que se pretende homenagear, o *tecnonímico* determina seu pertencimento a todo um ramo familiar (Woortmann, 1995, p. 304). Tais marcas, longe de serem banais, foram impressas no mais íntimo e específico signo identitário: o nome.

*Interlúdios de racialização VI: A 'cor'do nome ou o retorno de Belizário*

Dona Eva relatou uma anedota relativa a dona Júlia, segunda esposa de Machado. Ela recusava-se a chamar os negros pelo nome e a eles referia-se como "aquele". Essa personagem é lembrada como muito sovina e má. Seu tio Belizário trabalhava na residência dos Machado como carpinteiro e dona Júlia serviu para os empregados um angu bastante ralo e um café aguado. Como ele não estava comendo, ela perguntou-lhe por que não o fazia e ele respondeu que ainda não havia colocado seus dentes para comer o angu. Repreendido como "ô aquele", manifestou sua admiração por ela o conhecer desde rapaz novo e ainda não saber o seu nome.

Ao mencionar os negros como "aquele", aquela negava-lhes uma característica fundamental da identidade pessoal e mesmo da condição humana. Pollak (2000) e Lapierre (2006, p. 367), remetendo aos campos de concentração, assinalaram ser a subtração do nome próprio um indício de indiferenciação e de desumanização. Candau (2012) o justifica apontando a importância da nomeação na inscrição do indivíduo em uma identidade e em uma memória grupal. Mattos (1998), por sua vez, discutiu a homogeneização presente no cativeiro, essa mencionada no capítulo 2 através da referência a um escravo genérico, não nomeado. Quando, na narrativa de dona Eva, tio Belizário se indispôs diante da patroa exigindo ser chamado pelo próprio nome, estava afirmando uma condição humana menosprezada. Não era pouca coisa para descendentes de escravos ser mencionados através do nome próprio.

Se a experiência degradante do cativeiro não era nominável, sendo lembrada através do emprego dos pronomes, a vida no pós-Abolição era fonte de orgulho, sendo

inaceitável a ignorância da prenominação e a utilização de pronomes demonstrativos para a eles se referir. Dona Eva interpreta o episódio envolvendo seu tio:

> Rodrigo – E o pessoal se sentia ofendido quando era chamado de aquele.
> Eva – Sim, sim. [enfática] Aquele, ué. Pois se você tem nome, o moço ali tem nome [aponta para Sandro, o rapaz que estava filmando a entrevista], porque que eu vou chamar você por apelido?
> Rodrigo – E ela sabia.
> Eva – E ela sabia [balança a cabeça afirmativamente. Tom de voz elevado]. Ela sabia, ela chamava aquele porque ela queria. Né? Não sei se era pouco caso [abaixa tom de voz], não sei...[65]

Felisberta preta; Manoel Inácio pardo. Felisberta da Conceição, Felisberta Severiana, Felisberta Silveira Marques, dona Felisberta Inácia Marques, tanto faz; Manoel Inácio Osório Marques, Manoel Inácio Marques Osório ou apenas Manoel Inácio Marques, não importa. Um diferencial entre a realidade do cativeiro e a experiência da vida em liberdade consistia na prerrogativa de não ser denominado através da "cor". Isso está relacionado, é claro, à ética do silêncio a seu respeito proposta por Mattos (1998).[66]

No entanto, a exigência de não ser discriminado em virtude da "cor" ou de não ver esquecido o nome próprio como caractere distintivo de cidadania e humanidade não implicava na rejeição de uma identidade negra – ainda que não definida através dessa palavra. Como visto no capítulo 2, a experiência de racialização é fundamental na memória e na identidade familiar, particularmente através da figura de Felisberta. O nome próprio, atribuído pelos pais, o *tecnonímico*, herdado aos ancestrais, e o sobrenome representavam formas de afirmação face a "donas Júlias" que tinham a pretensão de menosprezá-los.

"Aqueles", segundo dona Júlia, ou "Belizários", segundo eles e os seus, manipulavam não apenas as categorias nominais visando afirmar sua cidadania, mas também categorias de identificação racializadas. Ser "negro", "moreno" ou "preto" possuíam sentidos muito específicos e, o que talvez possa ser surpreendente, completamente distintos da percepção contemporânea que se possui acerca dessas palavras, e a categoria "negro" indicava para a indiferenciação, para o anonimato,

---

[65] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

[66] Mattos (2012, p. 108) assinalou um processo criminal no qual dois *cidadãos* entraram em conflito porque um deles abrigara a preta Matilde, acusada de roubar o outro. "Ainda assim, ela permaneceu referida no inquérito simplesmente como a preta Matilde, incorporando ao próprio nome a condição de liberta." Esse tipo de operação semântica funcionava como uma tentativa de subtração de direitos de cidadania, e os libertos disso eram conscientes.

praticamente para a negação de uma condição humana. A famosa rainha Ginga do maçambique, Maria Tereza, que reinou na maior parte da segunda metade do século XX, em entrevista ao antropólogo Norton Corrêa em 1978, afirmou "Neste tempo não se chamava pelo nome: era só nêgo".[67] Na segunda metade do século XX, porém, há uma completa transformação dos usos e significados do termo. De "morenos" a "negros", pois: é assim que fecharei os meus interlúdios de racialização.

*Nomeação, raízes e rotas*

Losonczy (2004, p. 598) propôs que na Colômbia a memória étnica da comunidade negra pode ser definida por dois eixos: a ascendência africana, e a experiência da escravidão. Por que, no entanto, os exemplos apontados neste capítulo evidenciam, à primeira vista, apenas o segundo aspecto, no que toca ao sul do Brasil? Em outros termos, por que não encontrei sequer nenhuma evidência de formas de nominação africanas – ao contrário dos diversos exemplos etno-históricos reconhecidos como africanos por Germain (1981, p. 167-206) e Durand e Logossah (2002) no que toca às Antilhas francesas?[68] Seriam elas fugidias demais para adquirir registro escrito – salvo as "nações" – e ter-se-iam perdido, por sua alteridade e exotismo, no túnel do tempo da oralidade? A raridade de nomes "verdadeiramente africanos" exprimiria a brutalidade do desenraizamento, como quer Dégras (2011, p.13) para as Antilhas francesas? Não tenho respostas definitivas, infelizmente, para essas perguntas, mas propor as questões não deixa de ser um exercício saudável.

Igualmente saudável, diante da dificuldade de encontrar respostas, é apresentar proposições de outros estudiosos em contextos sócio-históricos distintos. Hébrard (2003, p. 43-47) propôs que, na Bahia, nos anos subsequentes à Revolta dos Malês, prenomes de natureza evidentemente africana poderiam constituir indícios de suspeição. Dessa forma, o uso paralelo de nomes portugueses pode-lhes ter colocado em um

[67] Maria Tereza, bem como seu marido, eram primos-irmãos dos filhos de Felisberta, aquela porque sua mãe Tereza era irmã de Felisberta, este porque seu pai Felipe era irmão de Manoel Inácio.

[68] Os últimos autores encontraram cerca de 15% de nomes de origem identificada como africana entre aqueles adotados pela população de origem servil após a abolição de 1848. Durand e Logossah (2002) observam, ainda, que essa percentagem pode representar apenas o segmento mais visível da nominação africana, havendo *stocks* nominais obscuros escondidos sob a oralidade pela qual se expressam. Vale lembrar que os autores trabalham com um paradigma de aculturação, segundo o qual a utilização de nomes ocidentais representaria uma crioulização tradutora de uma imposição branca, e o emprego de antroponímicos africanos, a resistência cultural e a afirmação de sua negritude. No entanto, conforme desenvolverei, a família que estudei *não adotou* nomes africanos e nem por isso "não resistiu" ou "aculturou-se", residindo a "africanidade" em aspectos mais sutis.

patamar mais favorável para integrar-se à ordem social escravista e para lhe tirar o melhor partido. Se inexistia no Rio Grande do Sul do século XIX o mesmo medo de sedição que na Bahia, ainda assim a integração social parecia ser desejável, ao menos para o segmento escravo representado pela "*gente* do Manoel Inácio". Essa pode ter sido, possivelmente, a mesma estratégia que levou aqueles cuja trajetória eu investigo a renunciar a formas africanas de nominação – levando em conta o fato, analisado no capítulo 2, dos ascendentes de Manoel Inácio já estarem há gerações no Brasil.

A crítica literária Priska Dégras (2011) analisou a recorrência da temática nominal nos romances referentes à América negra. Para a autora, o desenraizamento de nomes africanos e a necessidade de adoção de outras formas de nomear configurou uma "obsessão nominal" na obra literária de nosso continente. Essa intelectual apresentou um aporte importantíssimo à reflexão sobre as práticas de nominação, que pode ser de grande proveito se apropriada pelos historiadores. Partindo de Zonabend, Dégras apresentou uma proposição tão instigante e original quanto simples: o nome representa uma *metáfora da história*.[69] Tal assertiva parece intuída em diversos estudos de nominação, mas só recebeu uma formulação tão explícita nas palavras da autora em questão. A seguinte citação especifica melhor o que ela pretendeu com essa formulação.

> Le nom, en tant que signe premier d'identité, de reconnaissance, d'appartenance, de légitimité et de continuité, porte en lui la mesure du passé et de cette durée qui *n'est pas encore une conscience historique vécue comme telle mais dont le nom contient, au travers de sa forme même, la densité certaine.* Grifos meus (Dégras, 2011, p. 43).[70]

A densidade histórica expressa pelo nome evidencia que através dele, africanos e descendentes obstinadamente procuraram conferir sentido ao mundo, a uma comunidade, e fazer de sua história uma narrativa significante, para além da desordem, da obscuridade, do caos, da infelicidade e do indizível representados pela sociedade escravista. Ainda que a autora não lhe perceba, ainda, a dimensão de "consciência histórica", ela está latente por meio da mesma densidade (Dégras, 2011, p. 38). A temática nominal surge como *problema* para os entrevistados: como assunto merecedor

[69] Em francês, a palavra *nom* pode referir quer aquilo que denominamos sobrenome, quer o conjunto de nome e sobrenome. Creio que a formulação proposta pela autora se refira à segunda acepção.
[70] [O nome, como signo primeiro de identidade, de reconhecimento, de pertencimento, de legitimidade e de continuidade guarda em si a medida do passado e dessa duração que *ainda não é uma consciência histórica vivida como tal, mas da qual o nome contém, a través de sua própria forma, a densidade certa.*] Minha tradução. Grifos meus.

de reflexão e, portanto, como veículo de expressão de sua consciência histórica. Por exemplo, em entrevista com dona Eva, ela debateu com suas primas o nome de sua avó. Trata-se de um problema histórico relevante e merecedor de reflexão.[71]

Embora partindo da literatura, a proposta de reflexão de Dégras extrapola, em muito, o nome como uma metáfora na criação literária. Como a própria autora esclareceu,[72] o nome não é apenas um recurso literário utilizado pelos intelectuais para falar do desenraizamento africano no Novo Mundo – particularmente nas Antilhas –, mas ainda uma maneira empregada pelos próprios sujeitos sociais para expressar suas experiências históricas de desenraizamento e reelaboração identitária.

Assim, quando a autora referiu-se à história metaforizada pelo nome, não pretendeu remeter às narrações que os historiadores fazem, e sim à história vivida pelos personagens que estudamos. Em grupos sociais em que o acesso à palavra escrita é parcial, as formas de expressar experiências históricas são feitas através da oralidade e da memória – e os nomes são um veículo possível.

Dégras interpretou os esforços de renomeação como uma tenaz tentativa de restituir uma identidade que parece desaparecer da memória coletiva.

> Cet effort de rénomination est une entreprise ardue, inquiète et nécessairement belliqueuse car elle vise à traquer, au cœur même de sa langue, ce qui rend parfois impossible le libre déploiement de ce langage neuf (Dégras, 2011, p. 40).[73]

No entanto, viu-se que através da atribuição de nomes de ancestrais às crianças e, através disso, a criação de laços de pertencimento familiar, os descendentes de escravos analisados *desafiaram* os obstáculos que limitaram o desenvolvimento de uma nova linguagem nominal. Mesmo abrindo mão ou não tendo acesso a nomes africanos ou africanizados, os descendentes de escravos no litoral norte do Rio Grande do Sul – tomada essa família como metonímia – lograram *recriar* suas *ancestralidades*. A sucessão de nomes pode ser tomada como um texto que fala de experiências históricas, da memória da escravidão e de uma maneira específica de lidar com a historicidade.

---

[71] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.

[72] Comunicação oral de Priska Dégras no dia 21 de maio de 2012 na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Seminário "Anthropologie des sociétés post-esclavagistes. Études comparées à partir de la Caraïbe et des Amériques noires", coordenado por Jean-Luc Bonniol, Marie-José Jolivet, Anne-Marie Losonczy.

[73] [Esse esforço de renomeação é um empreendimento árduo, inquieto e necessariamente belicoso porque ele visa seguir, no cerne mesmo de sua língua, aquilo que frequentemente torna impossível o livre desenvolvimento dessa linguagem nova.] Minha tradução.

Dois autores destacam algumas possibilidades para a compreensão desses trânsitos e ressignificações das práticas de nominação africanas e apropriação de códigos nominais lusitanos no Novo Mundo. Mais do que uma suposta "aculturação", Slenes (1999, p. 53), apoiado em Gilroy, afirma que os escravos do Sudeste tinham "a capacidade de circular ladinamente entre tradições culturais e estratégias identitárias diferentes". O último autor, por sua vez, realiza um jogo de palavras entre raízes e rotas – *roots and routes*, em inglês – a fim de problematizar a relação entre a origem africana e os itinerários tomados na *diáspora*. Para ele, existe uma tensão entre ambos os aspectos, que não pode ser ignorada (Gilroy, 2001 [tradução]). Assim sendo, é apenas aparente a adoção de novos nomes na rota. Onde está, porém, a raiz?

A África pode estar presente não nos significados – os nomes empregados – mas em algo muito mais sutil e profundo: o significante, a linguagem, o código pelo qual as formas com que os nomes são herdados, dispostos e empregados no sentido de formar *linhagens*. Não relacionei tais práticas a um estudo aprofundado de como os nomes eram transmitidos entre povos africanos vindos para o Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX por duas razões: a primeira, por mero motivo de fôlego; o segundo, o fato de que, como visto no capítulo 2, o grupo estudado era crioulo havia várias gerações, o que fez dessa investigação um pouco menos premente. De qualquer maneira, fica o indicativo para novas pesquisas.

Para Robert Slenes (1999, cap. 4), o fogo doméstico dos escravos cumpriu seu papel na formação de uma identidade compartilhada, ao ligar vivos e mortos. Tais vínculos de ancestralidade parecem ter sido formados, também, pelas práticas de nominação, que articularam linhagens para além da escravidão. O complexo sistema nominal empregado por essa comunidade e por mim analisado representa um código, um idioma empregado para falar do passado. Mais do que isso, através dele a memória da escravidão conservou-se na identidade familiar ao longo do século XX.[74]

[74] Da mesma maneira que os direitos territoriais.

## Quadro 10 – Herança nominal na "*gente* da Felisberta" – séculos XIX e XX

Os filhos de Felisberta e Manuel Inácio encontram-se identificados por números e em negrito, e seus netos, por letras e em itálico. Foi utilizada a notação de parentesco inglesa.[75] O X representa nomes não-identificados como pertencentes ao estoque nominal familiar. Quando a notação de parentesco está separada por ";", trata-se de indivíduos diferentes, quando pela conjunção "e", trata-se do mesmo indivíduo. Empreguei a denominação que me foi identificada pelos integrantes da família.

| Nome | Notação de parentesco do familiar de quem se herdou o prenome | Grau de parentesco do familiar de quem se herdou o prenome | Familiar paterno, materno, ou ambos | Parente escravo / ventre-livre / livre |
|---|---|---|---|---|
| **1) Belizário Manoel de Oliveira** | X | | | X |
| *a) Maria Belizário de Oliveira* | X | | | X |
| *b) Osvaldo Belizário de Oliveira* | X | | | X |
| *c) João Belizário de Oliveira* | X | | | X |
| *d) José Belizário de Oliveira* | FB; FFB | Tio; tio-avô | Paternos | L |
| *e) Manoel Belizário de Oliveira* | FF | Avô | Paterno | E |
| **2) Pulquéria Felisberta da Silva** | X | | | X |
| *a) Honorata* | X | | | X |
| *b) Antônio* | X | | | X |
| *c) Teodoro* | MMZS | Primo segundo | Materno | VL |
| *d) Maria* | MS; MMS | Tia; tia-avó | Maternas | E |
| *e) João* | X | | | X |
| *f) José* | MB; MMB | Tio; tio-avô | Maternos | E |
| **3) Angélica Inácia Marques** | FM e MFZ | Avó e tia-avó | Ambos | E |
| *a) "Beta"* | X | | | X |
| **4) Raquel Inácia Marques** | MZ | Tia | Materna | E |
| **5) Rosalina Inácia Marques** | X | | | X |
| *a) Manoel Rosalina* | MF | Avô | Materno | E |
| *b) Ercília Marques da Rosa* | X | | | X |
| **6) Maria Inácia Marques** | MZ | Tia | Materna | E |
| *a) Manoel Timóteo Marques* | MF | Avô | Materno | E |
| *b) José Timóteo Marques* | MB; MFB; MMB | Tio; tio-avô | Maternos | E |
| *c) Timóteo Marques* | F | P | Paterno | ? |
| *d) Vitalina Inácia Marques* | MBWMM | Afim | Afim | E |
| *e) Adiles Inácia Marques* | X | | | X |
| **7) Manoel Inácio Marques Filho** | F | Pai | Paterno | E |
| *a) Benta Inácia Marques* | MMB | Tio-avô | Materno | L |
| *b) Amélia Inácia Marques* | MM | Avó | Materna | VL |
| *c) Aurora Inácia Marques* | MMZ | Tia-avó | Materna | L |
| *d) Maria Inácia Marques* | FZ; FMZ; MZ | Tia; tia-avó | Ambos | E |
| *e) Diva Inácia Marques* | X | | | X |
| *f) Geni Inácia Marques* | X | | | X |
| *g) Manoel Inácio Marques Neto* | F; FF | Pai; avô | Paternos | E |
| *h) Eva Inácia Marques* | FZD e MMBD | Prima e prima segunda | Ambos | L |
| **8) Mercedes Inácia Marques** | X | | | X |
| *a) Manoel Bento* | MF | Avô | Materno | E |
| *b) Eva Merêncio* | X | | | X |
| **9) Ladislau Inácio Marques** | X | | | X |
| **10) José Inácio Marques** | FB; MB | Tio | Ambos | E |

[75] A notação de parentesco inglesa utiliza os termos F (pai), M (mãe), D (filha), S (filho), Z (irmã), B (irmão), W (esposa), H (marido). Assim sendo, temos por exemplo FMZ: irmã da mãe do pai. Tia-avó paterna. MMBD: filha do irmão da mãe da mãe. Prima em segundo grau matrilateral.

# Capítulo 6 – Geração de quilombolas[1]

> Ella le hablaba de Macondo como del pueblo más luminoso y plácido del mundo, y de una casa enorme, perfumada de orégano, donde quería vivir hasta la vejez con un marido leal y dos hijos indómitos que se llamaran Rodrigo y Gonzalo, y en ningún caso Aureliano y José Arcadio, y una hija que se llamara Virginia, y en ningún caso Remedios. (Márquez, 2006, p. 453)

Dona Eva Marques Correia, 88 anos em 2010, sabe contar histórias do tempo dos escravos da fazenda do Morro Alto. Seu avô contava-lhe que as patroas batiam em sua avó quando atravessava a lagoa para trabalhar, e que uma vez arremessaram-lhe um garfo quente quando cortavam um pedaço de bolo ou carne. Também sabia que, após fustigados no tronco, os escravos eram colocados em cima de formigueiros.[2] Além dos sofrimentos e do trabalho que passaram em virtude dos castigos físicos impostos, sabe do terreno deixado em herança por uma senhora escravista para seus cativos e tem, até mesmo, condições de nomear os velhos que conheceu em sua infância que passaram pela experiência do cativeiro ou as atividades produtivas a que se dedicavam (ver

[1] Alguns subcapítulos deste capítulo foram discutidos no VI Encontro Regional Sul de História Oral (Pelotas, 2011), no XXVI Simpósio Nacional de História (São Paulo, 2011), no V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (Porto Alegre, 2011) e no Encontro de Pós-Graduandos do PRONEX da Universidade Federal Fluminense (Niterói, 2011). Uma versão preliminar de partes deste capítulo foi publicada em Weimer, 2010b, e o trabalho apresentado no último Encontro arrolado ("'Essa identidade tá sendo construída por nós': cultura histórica na voz do presidente da associação comunitária de Morro Alto") foi selecionado para participar de uma publicação e encontra-se no prelo (Weimer, no prelo b).

[2] Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.

capítulo 2). Tal conhecimento lhe é possível por ter convivido, quando criança, com ex-escravos idosos, principalmente sua avó materna Felisberta e seu avô paterno Merêncio.[3]

Os filhos de dona Eva, por seu turno, Maria e Arli Marques Correia, 58 e 64 anos em 2010, pouco sabem das experiências do cativeiro vividas por seus ancestrais. Eles têm a ciência de que seus bisavós foram escravos, porém guardam uma memória difusa e inespecífica da realidade do cativeiro, não sabendo os nomear ou exemplificar experiências por que passaram.[4] As representações da escravidão frequentemente são inspiradas por telenovelas. Apesar de terem convivido bastante com sua avó materna Mercedes, filha da escrava Felisberta, com ela aprenderam lides rurais mas não histórias sobre o cativeiro.[5]

A memória do cativeiro surgiu como problema de pesquisa espontaneamente no trabalho de campo, e não como demanda do pesquisador. Na medida em que os entrevistados só se consideravam aptos para apresentar depoimentos se pudessem relatar tais narrativas, revelou-se necessário problematizar tal aspecto. Procurei, pelo contrário, valorizar suas falas a respeito de experiências próprias, de seus pais e avós, e não apenas daqueles que vivenciaram o cativeiro. Graças a esse esforço criou-se a possibilidade de escrever os capítulos 3, 4, e este aqui. No entanto, a memória da escravidão surge como questão importante, quer do ponto de vista de política (e) de identidade, como veremos aqui e como já foi esboçado no capítulo anterior.

É possível objetar os limites do conceito de memória para dar conta de experiências não vividas, com as quais se teve contato apenas através da narrativa de outrem e, sobretudo, para aquela geração que, pelos diferentes aspectos que discutirei, não teve acesso ou não valorizou em um primeiro momento essa tradição oral.[6] Não obstante, o que se observa entre descendentes de escravos é que mesmo entre aqueles que possuem uma "memória precária" da escravidão, existe o sentimento de incompletude, de que há algo faltando a ser descoberto, seja através de relatos de

---

[3] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde; Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

[4] É importante observar que não busco, aqui, uma definição em negativo da memória da escravidão. Não se trata de algo que eles "deveriam ter" e que o pesquisador, decepcionado, constatou que parte deles "não tem". Pelo contrário, as entrevistas dessas pessoas foram riquíssimas a respeito de suas trajetórias e de seus familiares no pós-Abolição, independente de referências ao passado escravista.

[5] Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.

[6] Vansina (1985 p. 27) define tradição oral como "verbal messages which are reported statements from the past beyond the present generation" [mensagens verbais que são declarações relatadas do passado além da geração presente]. Minha tradução.

velhos, seja através de telenovelas e filmes. Aquilo é percebido como importante por eles, mesmo que não se considerem os interlocutores que julgam ideais em um processo de entrevista. É por essa razão que avalio o conceito de "memória da escravidão" operacional mesmo para a análise daqueles exemplos que aparentemente "não a possuem".

O padrão de "transmissão"[7] da memória da escravidão que descrevi brevemente para o caso da família de dona Eva é comum a famílias afins. Também entre primos de Eva Marques Correia, pessoas octagenárias sabem detalhadas histórias do tempo do cativeiro, por as terem ouvido de avós escravos, ao contrário da geração imediatamente posterior, que não ouviu essas narrativas dos pais de seus pais, nascidos livres. Não obstante dona Eva narre histórias ouvidas de seu avô Merêncio, o mais comum é a existência de um recorte de gênero nos relatos de histórias do tempo da escravidão: temos mais *narradoras* do que *narradores*, por motivos esmiuçados por Perrot:

> As lembranças da escravidão, abolida apenas em 1888, persistem entre o povo brasileiro através das velhas avós. E os pesquisadores da história oral conhecem por experiência própria a diferença entre a relação dos homens e a das mulheres com o seu passado: homens mudos, que esqueceram quase tudo que não tem ligação com a vida do trabalho; mulheres faladoras, a quem basta apenas deixar vir a onda de lembranças, por pouco que se as interrogue a sós: o homem habituou-se demais a impor silêncio às mulheres, a rebaixar suas conversas ao nível da tagalerice, para que elas ousem falar em sua presença. (Perrot, 1988, p. 207)

Existe uma diferença entre homens e mulheres sobretudo no que toca à *qualidade* dos relatos lembrados de avôs e avós. Devido ao lugar ocupado por eles ou por elas na sociedade camponesa de inícios do século XX, as memórias que os informantes apontam ter ouvido de avôs remetem ao espaço público, por exemplo, à relação com fazendeiros, às transações comerciais, ao mundo do trabalho – no que toca à prestação de *serviços* e às atividades como *empregados* –, ao deslocamento espacial para cima da serra, às tropas de bois e, sobretudo, ao testamento de Rosa Osório

[7] Sempre entre aspas, afinal, como veremos, a passagem intergeracional da memória da escravidão obedeceu a critérios mais complexos do que a mera reprodução daquilo que os avós lhes contavam; foi processada e decodificada conforme critérios contemporâneos de avaliação. Janotti e Rosa abordam a transmissão da memória sobre a escravidão, sem aspas. Embora as autoras tenham claro que o relato de vida não é esclarecedor de fatos passados, e sim uma interpretação atual a respeito dos mesmos e, ainda, que a memória trata de uma reconstrução dinâmica em parâmetros sociais, elas remetem-se aos "primeiros narradores" e aos "depositários" de sua narrativa, sem problematizar os processos de "narração", sua "transmissão" e as mediações implicadas. (Janotti e Rosa, 1995, p. 111-123). Connerton (1993, p. 3 e 45-47), por sua vez, também adota a noção de "transmissão", embora a perceba como resultado de sistemas de comunicação entre conjuntos de memórias diferenciados entre gerações, e que se apóiam em necessidades contemporâneas de legitimação de ordens sociais.

Marques. Já aspectos como a memória do trabalho na roça, das lides domésticas e, sobretudo, da intrincada trama genealógica, de relações de parentesco e compadrio, foram adquiridos junto às avós, por tratar do espaço familiar. A memória reproduz a dicotomia *casa-rua* pela qual as relações de gênero adquirem significado para o grupo em questão.

É bem verdade que, devido à maior longevidade das mulheres e ao fato de geralmente elas terem se casado com homens mais velhos, frequentemente os netos conviveram muito mais com as avós do que com os avôs. Ainda assim, eu acrescentaria que muitas vezes, esse nível de "tagalerice" a que as narrativas das mulheres parece estigmatizado, é justamente aquele que interessa ao historiador e ao antropólogo. Certamente foi aquele que interessou a mim. Pretendo discutir as razões pelas quais a memória do cativeiro parece saltar gerações, reproduzindo-se no circuito avó-neto, e não pai-filho; e analisar os motivos que levaram a primeira geração nascida após o cativeiro a evitar reproduzir sua memória entre seus netos, enquanto os próprios cativos contaram tais histórias aos filhos de seus filhos.

Finalmente, no que toca à geração dos netos de escravos, fujo à ideia de uma simples reprodução ou "transmissão" de memórias, buscando em suas experiências pessoais de inserção no mercado de trabalho as condições através das quais aquelas memórias familiares sobre o cativeiro conservaram atualidade. Na "transmissão" de uma memória, o pólo "receptor" assimila, reinterpreta, rememora e reproduz as narrativas em questão, e são esses imperativos, operados pelo presente, que levam a falar ou silenciar sobre as memórias do passado. Pensando o discurso oral como um texto, há que atribuir ao "ouvinte" as mesmas práticas ativas de recepção através das quais o lugar do "leitor" vem sendo pensado (Certeau, 1994, Chartier, 1998).

Entende-se aqui, com Portelli (1997, p. 16), a memória como um processo, e não como um depósito de dados. Segundo Catroga (2001, p. 20) "ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero *registo*; mas é retenção afectiva e "quente" do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo". Trata-se de analisar a memória não apenas como fonte de conhecimento histórico da qual se extraem informações sobre fatos e processos históricos pretéritos, mas ela mesma como objeto de reflexão e de via de acesso a uma historicidade dela e nela impregnada. Em outros termos, busca-se inscrever esses processos de memória em sua historicidade e dinâmicas específicas. No caso da presente pesquisa, "analisar como a memória histórica de um grupo constitui-se e

transmite-se, como ela ajuda a reforçar sua identidade e a assegurar sua permanência" (Raphaël, 1980, p. 127).

*Os mais novos não sabem tanto por causa da televisão.*

Em uma visita à prima de dona Eva, Aurora Inácia Marques da Silva, procurei obter com ela novas indicações de familiares com quem eu pudesse conversar e gravar entrevistas. Ela procurou-me demover de dar continuidade à pesquisa, afinal, eu já havia entrevistado todos os velhos, e os mais novos "não sabem tanto".[8] Percebe-se nesse fato uma pressuposição de quais histórias me interessariam e de quem seriam os capacitados para reproduzi-las. Nessa tentativa de desqualificar os narradores mais novos, percebe-se uma autoafirmação como guardiã da memória e, talvez, ciúmes em relação ao entrevistador. De qualquer forma, atribuía à televisão o fato de terem-se perdido os referenciais de uma memória familiar que se reproduziria de geração em geração.

Segundo Aurora, quando não existia televisão, os jovens sentavam-se ao redor do fogo, de uma fogueira no interior da casa,[9] para conversar com os mais velhos, que lhe contavam quem eram seus avós, seus bisavós, o que faziam e de onde vinham. Com o advento da televisão, tal canal de comunicação entre jovens e velhos perdeu-se, pois as pessoas só querem saber de assistir seus programas prediletos. Triunfante, Aurora perguntou à sua sobrinha ali presente se sabia o nome de sua bisavó, e diante do desconhecimento desta, Aurora demonstrou conhecer o nome de suas próprias bisavós por parte de pai e de mãe.[10]

Embora a narrativa de dona Aurora leve a crer em uma "transmissão" geracional da memória da escravidão, inclino-me a perceber circuitos de memória falhados entre gerações, e que só se fazem possíveis através de uma reconstrução de uma memória do cativeiro face a experiências contemporâneas. Não há dúvidas de que a sociedade industrial, a urbanização, a proletarização e o advento da televisão como fonte de informações, ao contrário dos relatos dos idosos, tiveram um impacto fundamental e

---

[8] Diário de campo de Rodrigo de Azevedo Weimer. 19 de novembro de 2010. Visita à casa de dona Aurora Inácia Marques da Silva.

[9] Existia a prática de, nas casas de pau-a-pique, acender o fogo no interior da residência para aquecê-la. Impossível não lembrar do fogo familiar assinalado por Slenes (1999) como um vínculo entre vivos e mortos, conforme discuti no capítulo anterior. O lugar do fogo familiar, portanto, era o do *relato* que realizava tal conexão.

[10] A explicação dada por Aurora para o desconhecimento dos jovens sobre o "tempo dos antigos" coincide com a teorização de Walter Benjamin apresentada no "mapa da tese", segundo a qual a modernidade tende a substituir a memória tradicional, passada de boca em boca (*Erfahrung*) por uma memória individualista que remete apenas ao tempo vivido (*Erlebnis*) (Benjamin *apud* Traverso, 2005, p. 12).

decisivo sobre as formas de recordar e legar a novas gerações as recordações que se tem. Tanto Cleci Terra da Silva, sobrinha de dona Aurora, quanto Maria Marques Correia, filha de dona Eva, trazem uma representação do cativeiro bastante informada por telenovelas como *Sinhá Moça*, reprisada pela ocasião em que lá andei fazendo pesquisa de campo, ou filmes como *Amistad*. A ênfase das narrativas diz respeito aos sofrimentos e situações de crueldade característicos do cativeiro, em lugar dos, sempre presentes nos relatos de seus pais, vínculos familiares solidários que os cativos teceram entre si. O realismo do suporte fílmico confere, talvez, uma credibilidade ainda maior do que os relatos de seus velhos pais e tios, que inclusive ajuda a criar um bloqueio quanto à possibilidade de se acreditar na veracidade de tamanhas barbaridades que, no entanto, sabem-se verdadeiras.

> Cleci – Eu acho tão horrível isso aí que acho que não foi real. Até tu vê naqueles filmes, tu vê aquelas novelas, sabe aquele navio, atiravam no mar assim, e tratavam no... sabe? É... Que nem bicho, aquela coisa que era mesmo. Nem bicho tu não vê hoje em dia. Então eu acho tão horrível, tão horrível, tão horrível que eu não consigo. A minha cabeça não...
> Rodrigo – Mas deixa eu te fazer uma pergunta. Uma dúvida que eu tenho. O que tu sabe disso, tu acha que vem mais da televisão, que tu vê em filme, ou que vem mais o que a tua tia te contou?
> Cleci – Ah, não, eu vejo muito na televisão, né. A tia conta, é como eu te disse, eu não quero acreditar, eu sei que é verdade, mas é tipo um bloqueio, né. É tão horrível o que os meus antepassados passaram que eu não consigo... até aceitar, de tão horrível que eu acho. Mas não quer dizer que eu não acredite, porque com certeza, né... [11]

No entanto, mesmo Arli Marques Correia, 64 anos em 2010, que não se criou sob influência da televisão e muito conviveu com sua avó materna, também demonstra uma lacuna nos seus relatos no que toca à memória da escravidão. A explicação que atribui à televisão a interrupção dos circuitos de memória do cativeiro pode ser suficiente e válida para dona Aurora, mas para fins desta pesquisa, merece ser um pouco mais esmiuçada e questionada. Entende-se aqui que, para além de fatores externos ao processo de recordar, cabe buscar nas próprias dinâmicas da memória uma explicação para os lapsos e diferenças geracionais do que se recorda e do que se esquece. Para isso, veremos os circuitos da memória da escravidão entre escravos, seus filhos, netos e bisnetos.

[11] Entrevista com Cleci Terra da Silva no dia 21 de novembro de 2010 em Osório. Na ocasião, a entrevistada tinha 52 anos.

*Memórias da escravidão atravessando gerações*

Catroga assinalou que a memória do indivíduo é, em primeira instância, uma memória familiar. É no ambiente doméstico que "melhor se poderá surpreender os laços que existem entre *identificação, distinção, transmissão* e a sua interiorização como *norma*" (Catroga, 2001, p. 27), possibilitando a reprodução do "espírito de família" e do sentimento de pertencimento a ela através de narrativas e outros referenciais simbólicos ou materiais:

> os complexos, as reminiscências comuns e as repetições rituais (festas familiares), a conservação de saberes e símbolos (fotografias e respectivos álbuns, a casa dos pais ou dos avós, as campas e mausoléus, os marcos de propriedade, os papéis de família, os odores, as canções, as receitas de cozinha, a patronímia, os nomes), a par da responsabilidade da transmissão do conteúdo das heranças (espirituais e materiais), são condições necessárias para a criação de um sentimento de pertença em que os indivíduos se reconheçam dentro de totalidades genealógicas que, vindas do passado, pretendem, sem solução de continuidade, projectar-se no futuro. (Catroga, 2001, p. 27)

A fim de melhor dar conta dos circuitos geracionais de reprodução de tais reminiscências comuns, no que tange às narrativas orais, apresento organogramas nos quais disponho graficamente os circuitos da narrativa de memórias da escravidão conforme me relataram os entrevistados quem lhes contava histórias do tempo da escravidão. Os indivíduos foram organizados de acordo com gerações, e essas, conforme seu estatuto jurídico. As flechas vermelhas representam narrativas sobre o cativeiro circulando de indivíduos mais velhos a outros mais novos. A ausência de flechas significa a omissão dos entrevistados em relação à existência de tais relatos, ou sua negação explícita, que contudo não representei de forma diferenciada para não tornar os gráficos demasiadamente poluídos. De qualquer maneira, casos de avós que foram explicitadas como não tendo contado a seus netos narrativas do cativeiro serão analisados em breve.

**Organograma 2 – Relatos a respeito da memória da escravidão na família de Eva Marques Correia**

Fonte: entrevistas com integrantes da família e registros paroquiais de batismo de Osório (Arquivo da Cúria Diocesana de Osório e Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias)

**Organograma 3 – Relatos a respeito da memória da escravidão nas famílias de Aurora Inácia Marques da Silva e Diva Inácia Marques Terra**

Fonte: entrevistas com integrantes da família, registros paroquiais de batismo de Osório (Arquivo da Cúria Diocesana de Osório e Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias) e registros civis de casamento do distrito de Maquiné (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias)

Percebe-se, em ambos casos, que a geração hoje octagenária sabe histórias do tempo do cativeiro através de relatos dos avós. Trata-se de um conhecimento

sistematicamente “transmitido” no circuito avó-neto. Seus filhos, por sua vez, sabem de histórias do tempo do cativeiro através de seus pais e tios, e não através dos avós. Há uma diferença fundamental, porém. Eva, Aurora e Diva *sabem*, ou julgam *saber* por lhes terem sido contadas histórias por seus avós. Trata-se de um saber *sistemático* e diante do qual apresentam *certeza*. Arli, Maria, Cleci e Terezinha associam às mães e às tias *o pouco que sabem*, recusando-se a dar maiores depoimentos, remetendo à geração anterior como a mais autorizada. Seu saber apresenta-se como *residual*. Inclusive, na entrevista realizada com Arli e Maria, dona Eva encontrava-se presente e, diante do desconhecimento alegado, tomou a iniciativa de relatar histórias que o avô lhe contava, que eram, então, desveladas para o pesquisador – mas também para seus filhos –, durante o processo de entrevista.

São recorrentes em entrevistas os relatos de crianças criadas pelos avós – e que cuidavam dos mais velhos – enquanto seus pais trabalhavam, tanto no caso de pessoas nascidas na segunda quanto na terceira geração após o cativeiro. Assim, os idosos participavam ativamente da educação das crianças, e isso era uma realidade não apenas no meio rural, como no urbano também (Bosi, 1994, p.73).[12] Já migrados para Osório, na família de Aurora e Diva, a avó Clara cuidou de seus netos Cláudio e Cleci, e criou Terezinha e irmãos, que perderam a mãe muito cedo. A prioridade de tios e avós como *pais de criação* de crianças sem pais é analisada por Barcellos *et al.* (2004 p. 218-219). Os aprendizados tidos com os avós eram formativos para a criança e internalizados como válidos. Isso se dava de tal forma que a alegação “meu avô me contava” é suficiente para conferir veracidade a um relato.

No caso, aquilo que Merêncio e Felisberta relataram a respeito do cativeiro pôde ser acionado pelos seus netos em diversos momentos de suas vidas, fazendo parte de um repertório de experiências a partir do qual, como explicarei em breve, avaliaram suas próprias experiências de inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, quando indagados sobre histórias do tempo do cativeiro, Arli, Maria, Cleci e Terezinha puderam alegar que seus avós não lhe falavam. As histórias de tios e pais foram ouvidas de forma eventual, quando adultos, e não como parte do processo educacional e formativo verificado entre avós e netos.

O fato é que as avós Mercedes e Clara (os entrevistados não conviveram com os avôs Bento e Manoel Inácio) foram apontadas pelos entrevistados, uma vez instados por

[12] Ver, ainda, Bloch *apud* Connerton (1993, p. 46-47).

mim, como pessoas que *sabiam* histórias do tempo dos escravos mas *não queriam* contar. Nesses casos, a ausência de flechas não significa meu desconhecimento sobre se existiam ou não esses circuitos da memória, mas sua inexistência.

> Rodrigo – E me diz uma coisa, ela [sua mãe Mercedes] contava história do tempo da escravidão?
> Eva – Não, a minha mãe não foi escrava.
> Rodrigo – Ela não sabia de história que falava?
> Eva – Ela sabia, mas ela não contava. Ela sabia, porque a mãe dela foi escrava, né. E o sogro também.[13]

Cleci, no caso de sua avó Clara, esboça uma explicação do motivo para *saber* e *não contar*. Trata-se de um desejo por não falar de coisas ruins, dolorosas.

> Rodrigo – E me diz uma coisa. Tu acha que esse bloqueio assim, pra saber dessas histórias é só teu, assim, de acreditar que isso foi real, se é tão horrível, ou tu acha que tem um bloqueio delas também pra contar?
> Cleci – Olha, é aquela história, tu gosta de lembrar de coisa ruim?
> Rodrigo – Uh-hum.
> Cleci – Pra que falar as coisas, sabe.[14]

Também sua prima Terezinha Marques da Rocha atribui à dor latente nessas memórias uma explicação para a resistência, não de suas avós, mas de suas tias, para relatar tais histórias. Não se trata de "lembrança boa" e, portanto, "não se faz questão de lembrar" .[15] A complexa dinâmica da memória da escravidão foi sublinhada por Gilroy (2001, p. 413), que destacou a necessidade de lidar-se com "o desejo de esquecer os terrores da escravidão e a impossibilidade simultânea de esquecer". Ainda assim, o pouco que sabem é através das tias, e não da avó. Tais silenciamentos de de aspectos proibidos, indizíveis ou vergonhosos da memória foram esmiuçados por Pollak, que argumentou, contudo, que não se trata de esquecimento, mas de aspectos dificilmente verbalizáveis, quer pela intensa carga de sofrimento a eles vinculados, pela ausência de uma escuta, ou mesmo pela pretensão de poupar descendentes de crescer na lembrança daquelas feridas (Pollak, 1989, p. 6-8).

Percebe-se uma interrupção nos circuitos de memória do cativeiro na primeira geração nascida após o cativeiro, o que irá repercutir entre seus netos. Acredito que a explicação encontrada por Terezinha e Cleci para o silêncio de suas avós e para a

---

[13] Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.
[14] Entrevista com Cleci Terra da Silva no dia 21 de novembro de 2010 em Osório.
[15] Entrevista com Terezinha Marques da Rocha no dia 15 de outubro de 2010 em Osório.

economia de palavras de suas tias, isto é, a dimensão dolorosa atualmente presente nas memórias do cativeiro dever-se-ia amplificar nos últimos anos do século XIX, quando o que estava em jogo era a afirmação de uma ideia de cidadania contrastiva ao cativeiro e às marcas por ele impostas aos sujeitos sociais em questão.

Mattos (1997, 1998, 2000, 2005b p. 257-301) assinala que vigorou, no século XIX, em momentos de igualdade formal, uma ética de silêncio quanto à "cor" e à experiência escrava pretérita. A abolição da distinção entre homens livres e escravos coroa o processo verificado pela autora ao longo do século XIX. Criava-se, assim, terreno fértil para o silenciamento de memórias do cativeiro, especialmente por parte dos nascidos durante a vigência da Lei do Ventre-livre e nas primeiras décadas após o fim do cativeiro, já que se queriam afirmar como livres. Segundo Pollak (1989, p. 7), determinadas experiências podem ser dificilmente dizíveis quando contrapostas a uma narrativa socialmente hegemônica. No contexto da Primeira República, de construção de uma ideia de cidadania contrastiva ao cativeiro, esse não convinha ser lembrado.

Curiosamente, uma prima distante dos anteriormente citados, Maria Conceição Dias Nunes – sua bisavó, Tereza, era irmã de Felisberta – da mesma faixa etária, conhecia narrativas sobre o tempo da escravidão com um grau de precisão superior ao de suas primas. Sabia o nome da senhora que havia posto os escravos em liberdade e os trabalhos domésticos a que sua bisavó se dedicava. Porém, o grande diferencial é que Conceição *conheceu* e *conviveu* com a bisavó centenária, com quem aprendeu a fazer crochê e outras lides domésticas e que a acalmou quando, menina, temia que o tempo dos escravos voltasse.[16] Mais do que se contrapor aos exemplos anteriores, esse caso o confirma, já que as narrativas em que Conceição inspirou seu conhecimento sobre o passado dos escravos remetem à geração que penou no cativeiro, e não à geração de seu avô, Francisco Manoel Antônio.

[16] Entrevista com Maria Conceição Dias Nunes no dia 17 de outubro de 2010 em Osório.

**Organograma 4 – Relatos a respeito da memória da escravidão na família de Maria Conceição Dias Nunes**

Fonte: entrevistas com integrantes da família e registros paroquiais de batismo de Osório (Arquivo da Cúria Diocesana de Osório e Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias)

O caso que parece oferecer uma exceção para o modelo aqui esboçado é o de Luiz e Wilson Marques da Rosa, descendentes de Rosalina, irmã de Mercedes e cunhada de Clara. Segundo ambos depoentes, sua avó lhes contava histórias antigas. Porém, no primeiro caso, indagado sobre os motivos que teriam levado sua avó a estabelecer-se em Osório, disse que devia ter a ver com os escravos,[17] o que indica um relato inexato, já que a ida de Rosalina para a cidade se deu na primeira geração após o cativeiro. Ele afirma que ela lhe contava "histórias de quando era nova", porém ele não se lembrava dessas histórias, que podem não dizer respeito ao cativeiro. A última resposta pode ter representado, inclusive, um esforço por parte de Luiz para acelerar o processo de entrevista e se desvencilhar do pesquisador, na medida em que ele estava visivelmente apressado naquele momento. Por essa razão, ao representar graficamente esse circuito de memória, mais adiante, coloquei uma flecha "quebrada", no que se refere a esse entrevistado, já que a recordação também o é.

O exemplo de seu irmão, liderança política e presidente da Associação Comunitária de Morro Alto, oferece um perfil diverso, por sua condição de liderança política. Seja por sua história de vida, seja por seu protagonismo na luta política daquela comunidade, ele sempre me pareceu – é – uma fortaleza: um homem *durão*, rígido,

[17] Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha. Na ocasião da entrevista, Luiz tinha 53 anos.

tenaz, convicto, por vezes intransigente. No dia 20 de janeiro de 2010, porém, conheci *outro* Wilson.[18]

Devido a algum imprevisto, o entrevistado não pôde comparecer na hora marcada. Após contato telefônico, solicitou-me que esperasse. Para *matar tempo*, fui caminhar na praia de Capão da Canoa. As ondas geladas do mar do litoral norte cobriram meus tênis de pano. Com os pés encharcados e abençoado por Iemanjá, dirigi-me à casa de Wilson. Não o reconheci. Ele estava evidentemente sensibilizado, com os nervos à flor da pele. Seus olhos encheram-se de lágrimas em duas ocasiões, quando dissertou sobre a falta de pulso de João Goulart na resistência à reação às reformas de base, nos anos de 1960 e quando se lembrou de sua falecida mãe. Era surpreendente vê-lo permitir-se demonstrar sentimentos mais íntimos.

Mais tarde, vim a saber que na véspera daquela entrevista fôra vítima de uma tentativa de assassinato. Depois de um novo atentado contra sua vida, Wilson Marques da Rosa tornou-se um homem visado devido à sua atuação na luta política de Morro Alto. Jurado de morte, poder-se-ia dizer. Na última vez em que tive contato com ele, não saía de casa sozinho e sem um colete à prova de balas, mesmo em Porto Alegre. Definia sua condição como prisão domiciliar. Porém, ao contrário de arrefecer seu empenho na defesa dos direitos quilombolas, ameaças e intimidações serviram para atiçar ainda mais sua garra e comprometimento com a *missão de vida* de que fôra encarregado por sua avó Rosalina (ver adiante).

***

O contexto agudíssimo de conflitos fundiários e enfrentamentos tomados como étnicos[19] politiza o conceito de cultura política. As narrativas a respeito do passado escravista são recuperadas em uma luta social contemporânea. Temos, portanto, um encadeamento distinto entre passado, presente e futuro. Antes, porém, de o analisar, discutamos brevemente como a cultura histórica dessa comunidade interferiu na atuação política de seus integrantes.

---

[18] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

[19] O relatório de Barcellos *et al*. (2004) situa, todavia, a existência de relações de vizinhança, de amizade, e até mesmo de compadrio e casamento com alguns brancos da região. Embora a grande imprensa noticie o conflito como uma contraposição entre brancos e negros – e isso repercuta nas relações sociais locais e no desenrolar que a luta política tomou desde então –, a oposição inicial da comunidade foi contra os grandes fazendeiros e expropriadores.

*Missão de vida: cultura histórica e movimento social*

Ao refletir acerca de "cultura histórica[20] e usos do passado", e de "movimentos sociais e produção de identidades", seria fácil – até mesmo tentador – aproximar-se do tema a partir de uma abordagem utilitarista.[21] Nesse sentido, seria possível contentar-se com a afirmação de que os movimentos sociais "usam" o passado a fim de construir determinadas identidades coerentes com demandas materiais presentes e imediatas, a fim de legitimá-las.

Proponho-me, aqui, a abordagem mais sofisticada: analisar de que maneiras a comunidade negra do Morro Alto apropriou-se de seu passado a fim de sustentar, sim, uma demanda política presente – seu reconhecimento e titulação como comunidade "remanescente de quilombos" –, mas pensar a relação entre política e memória de uma forma mais atenta às sutilezas da cultura e dos vínculos simbólicos com o passado. Assim, embora a satisfação de demandas materiais seja uma motivação, ela aqui só pode ser entendida quando imersa em um caldo cultural muito específico. A cultura oferece profícuas grelhas de análise da motivação de determinado comportamento político (Bernstein, 1998). Dessa forma, a noção de cultura política[22] oferecerá uma via de acesso à relação estabelecida por esse movimento social entre cultura histórica e produção de identidades.

Analisando a comunidade na qual Wilson Marques da Rosa é liderança política, duas pesquisadoras – que haviam pertencido, comigo e outros estudiosos, à equipe que elaborou o relatório de reconhecimento dessa comunidade – apresentaram diversas abordagens em seus trabalhos. Para dar conta da mobilização comunitária, e das disputas de significados intrínsecas, Müller (2006), aproximou-se do tema a partir da

[20] Emprego, sempre, o termo "cultura histórica", no sentido definido por Le Goff (2003, p. 48), isto é, a relação estabelecida por uma sociedade com o passado. Dessa maneira, portanto, não me limito ao saber produzido por historiadores de ofício. Quando me quiser referir a esse, assim especificarei.

[21] Entende-se, aqui, nos termos propostos por Marshall Sahlins, utilitarismo como a abordagem para a qual "a cultura deriva da atividade racional dos indivíduos na perseguição dos seus melhores interesses. Este é o 'utilitarismo' propriamente dito; sua lógica é a maximização das relações meios-fins." (1979, p. 7) O autor opõe a essa abordagem uma atenção às motivações simbólicas da ação humana, e é nesses termos que procuro estudar as demandas da comunidade quilombola enfocada.

[22] Cultura política é definida como "uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas". Nela, adquirem relevância representações que extrapolam a dimensão das ideologias e definem a identidade de grandes famílias políticas (Bernstein, 1998, p. 350). O autor refere-se a agregados políticos mais amplos – a exemplo do trabalhismo do qual, diga-se de passagem, integrantes da família examinada foram ativas lideranças em Osório. Alguns elementos analíticos da noção de cultura política, porém, em particular a importância das representações e da memória, são férteis para a discussão aqui proposta *também* em relação à atuação política de núcleos familiares.

adesão dos integrantes do grupo ao que chamou de uma "identidade jurídico-política". A autora buscou compreender como "o campo jurídico acaba por ditar tendências de abordagem analítica sobre tais comunidades" (Müller, 2006, p. 12) Segundo ela, as comunidades "*operacionalizam* categorias que lhes possibilitam uma maior eficácia na *operacionalização* do discurso" (Müller, 2006, p. 15. Grifos meus). Assim, as reelaborações identitárias aparecem como utilização de novas categorias do ordenamento jurídico constitucional a partir de 1988, tomadas de forma operacional, muitas vezes, diante de demandas materiais – tais como a duplicação da estrada BR-101 (Müller, 2006, p. 50).

Chagas (2005a, principalmente capítulo 2) [23], por seu turno, está mais atenta às motivações simbólicas dessa emergência de identidades, investigando as cosmovisões e os sentimentos de justiça ultrajados.[24] A esses ultrajes a categoria "remanescente de quilombos" foi contraposta. Quando investiga "uma sensibilidade jurídica do grupo, de seus sentimentos de justiça que remontam sua relação com a história da escravidão" (Chagas, 2005a, p. 22), a autora fala em "'problemas postos' pelos próprios pesquisados e em não procurar soluções para problemas postos pela sociedade envolvente" (Chagas, 2005a, p. 23). Nesses termos, propõe:

> A implementação do artigo 68 é justamente um instrumento jurídico de coletivos sociais que possam permitir um alargamento de perspectivas baseada nessa "conversa", em que o que cada saber/direito apresenta, entra como pauta aberta ao debate e não como algo pronto de antemão. (...) *O artigo 68 não representa um direito que está fora ou seja exterior, é ele mesmo meio de reconhecimento, valorização e fortalecimento de dimensões de saber/direito próprios das comunidades*. (Chagas, 2005a, p. 315-316. Grifos meus).

Recentemente, novos trabalhos também atentaram aos significados simbólicos latentes às recordações das comunidades quilombolas. Mello (2012) destacou que as narrativas e reminiscências dos seus entrevistados não obedecem, simplesmente, a demandas utilitárias na interlocução com o Estado, mas possuem um núcleo comum alheio a tais flutuações. Da mesma forma, Salaini (2012) assinalou a construção de associações quilombolas não como uma resposta a tendências jurídicas de análise. Pelo contrário, o autor sublinha que "O trabalho etnográfico sempre evidenciou o espaço da organização da associação quilombola mais como uma tentativa de produzir um texto

[23] Ver também Barcellos *et al*, 2004, 359-378.
[24] A autora utiliza a metáfora de "dobras" em sua história.

intercultural do que uma construção que estivesse "arremedando" as estruturas impostas pelos agentes externos." (Salaini, 2012, p. 117). Conclui o autor que as indagações dos grupos nem sempre coincidem com aquelas da sociedade envolvente.

Essas últimas perspectivas estão sintonizadas com os sentimentos nativos que levaram à identificação como "remanescentes de quilombos". Assim, adquire relevo a discussão proposta por Honneth (2003), para quem, em lutas coletivas por reconhecimento, está em jogo, mais do que a disputa por bens escassos, uma lógica moral que preside as motivações das partes em conflito, amparada em experiências subjetivas de desrespeito.

> Diferentemente de todos os modelos explicativos utilitaristas, ele [o conceito de luta social proposto pelo autor] sugere a concepção segundo a qual os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas (Honneth, 2003, p. 258).

As pessoas não lutam para ver, tão-somente, atingidos seus interesses materiais, mas também para fazer prevalecer aquilo que consideram moralmente correto.[25] Assim, a memória da escravidão remete a esse período como uma época de ausência de direitos (Barcellos *et al.*, 2004, p. 359-370; Chagas, 2005a, p. 171-180. Ver ainda capítulo 2), os quais, na concepção contemporânea de justiça, cabe recuperar.

É a partir dessa vertente – a investigação de imperativos morais da luta social e da reelaboração identitária – que busco entender os "usos" do passado. Para tal, empreendo uma análise do discurso do presidente da Associação Comunitária de Morro Alto, Wilson Marques da Rosa, na fatídica entrevista supracitada. Sua fala é, a um só tempo, atípica – na medida em que ele não residia na comunidade em questão e goza de condições de vida e inserção político-partidária privilegiadas e destoantes em relação à maior parte de seus companheiros –, mas oriunda de personagem fulcral na demanda comunitária em questão.

Como presidente da Associação, junto com outros integrantes da diretoria da mesma ou de moradores da comunidade que compuseram uma "vanguarda" dessa luta,

[25] Isso não deveria ser novidade para os historiadores desde que E. P. Thompson (1998a) ressaltou a importância de investigar-se as motivações morais de lutas sociais aparentemente motivadas, sem mediações, pela necessidade. Honneth (2003, p. 262-263) reconheceu ser sua filosofia tributária desta historiografia.

ele protagonizou passo a passo uma “peleia”[26] que se desenrola há mais de década. Por seus vínculos institucionais – Wilson trabalha na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pertence ao Partido Democrático Trabalhista – ele pôde realizar a interlocução entre sua comunidade, partidos, governos, instituições e outros movimentos sociais.

**Foto 24 – Wilson Marques da Rosa, segurando a carteira de identidade de sua mãe, Ercília**
Foto: Rodrigo Weimer

Foram diversos os temas que lhe propus – ou que ele me propôs –: trajetória de vida do entrevistado, histórias contadas por sua avó, seu entendimento da origem da demanda de Morro Alto como “remanescente de quilombos”, demandas fundiárias prévias à reivindicação por reconhecimento, humilhações impostas pelos brancos à população negra da região, emergência do qualificativo “quilombo”, o papel do laudo realizado pela equipe originária da Universidade, visando o reconhecimento da comunidade como “remanescente de quilombos”. A revisão desses aspectos,

[26] Termo de larga utilização no Rio Grande do Sul, com a conotação de “briga com ou sem armas; luta, disputa” (Houaiss e Vilar, 2001, p. 2171).

aproximadamente dez anos após o início da mobilização de Morro Alto, possibilitou ao entrevistado uma oportunidade de reflexão sobre sua própria trajetória, e ao entrevistador, uma abordagem menos ingênua sobre as relações entre "cultura histórica", "usos do passado", "movimentos sociais" e "produção de identidades".

Wilson Marques da Rosa recorda de sua avó Rosalina narrar-lhe histórias do tempo da escravidão: quilombos em Torres, Morro Alto e Palmares, a fuga de negros de um navio encalhado no Capão da Canoa, a resistência negra em uma revolução no "Capão da Negrada". Ao contrário das avós de seus primos, a sua relatava histórias sobre a luta dos negros na região.

**Organograma 5 – Relatos a respeito da memória da escravidão na família de Ercília Marques da Rosa**

Fonte: entrevistas com integrantes da família, registros paroquiais de batismo de Osório (Arquivo da Cúria Diocesana de Osório e Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias), inventário de Manoel Inácio Osório Marques (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) e Rosa, 1999

Principalmente, o importante era instar seu neto a empreender uma luta pela recuperação de terras doadas pela senhora escravista Rosa Osório Marques. Tal constatação corrobora a observação de Dutra (2002, p. 26-27) de que a memória é uma instância de socialização da cultura política, ao codificar e transmitir representações coletivas do passado, presente e futuro. O presidente da Associação entende as dimensões territoriais expressas no relato da avó como legítimas para a luta comunitária contemporânea.

> Wilson – *Me falava essa questão da terra, que era tudo nosso, que eles nunca tinham entregado, que de vez em quando tinham que fazer essa luta pra pedir devolução desse nosso território (...) Mas, assim, o que ela, o que ela batia mesmo era na questão da terra.* Das fazendas que a Rosa deixou, a Rosa Osório Marques deixam pra ela, pra eles, né, e o ... [...] Por isso que ela batia...ela batia muito nisso, né, *que quando eu crescesse que tinha que fazer essa luta, que tinha que ir atrás desse território.* E eu era... eu era.. pra ela eu um... eu era rico, ela me chamava de bem criado, eu era um neto bem criado e os outros guris ela chamava de mal criado e brigava com a mãe, que eles não atendiam ela, eu tirava a comadre, eu levava chá, ajudava ela a... a... a se virar na cama, né, que ela tinha muita ferida, ajudava a fazer os curativos...[27]

É necessário situar a fala de Wilson em seu local de locução. Como presidente da Associação Comunitária de Morro Alto, é esperado que seu relato enfatize a resistência negra na região, na qual o atual processo se ampara e da qual se apresenta como continuidade. A luta pela terra aparece como designação de sua avó, ao passo em que a ela dedicava carinho e atenção. Em uma conjuntura favorável à emergência de uma memória coletiva marginalizada (Pollak, 1989, p. 8), a luta política encontra fundamento ao redescobrir – e mesmo reviver e dar expressão jurídica a – uma perspectiva histórica a respeito dos quilombos, como assinala Chagas (2005a, p. 103-111). Dessa redescoberta participaram também pesquisadores, instados a produzir um relatório técnico a respeito de uma vivência comunitária, demandado pela luta política étnica.

O presidente da Associação Comunitária de Morro Alto relatou para Miriam Chagas narrativa similar à aqui apresentada, o que sugere o papel estrutural desse momento em sua narrativa da gênese de sua *busca* por aquelas terras. "Eu enrolava os palheiros para ela,[28] desde pequeno ela sempre me dizia para eu buscar essas terras, é uma *busca de família*" (Chagas, 2005a, p. 145. Grifos originais). A autora disserta a respeito do papel da *caminhada* para a descoberta de direitos (Chagas, 2005a, p. 119-120).[29] No caso em questão, porém, a *procura*, a *busca* tem um caráter familiar, e é inscrita em vínculos afetivos, caracterizando o que poderia ser definido como uma cultura política familiar: "uma leitura comum do passado e a uma projeção de futuro

---

[27] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa. Wilson tinha 51 anos na ocasião da entrevista. Grifos meus.

[28] Seu irmão Luiz também se recorda de ter feito cigarros de palheiro para sua avó, mas em seu relato não há menção de ela indicar-lhe a luta pelas terras. Luiz não participa ativamente da luta encabeçada por seu irmão e, assim, adquire sentido que, posicionados de forma diferentes no jogo de relações políticas contemporâneas, suas memórias a respeito dos relatos da avó divirjam. Esse aspecto está presente apenas na recordação de Wilson, que foi o único que o indica como um compromisso de vida. Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha.

[29] Uma ilustração desse aspecto assinalado por Chagas é a narrativa que Wilson fez, em sua entrevista, sobre uma ida sua à divisão de terras públicas à procura de mapas antigos da área pleiteada. O relevo que esse episódio adquire em sua narrativa decorre de seu caráter de *busca*.

vivida em conjunto" (Bernstein, 1998, p. 350). Segundo Chagas, "Nessa dimensão, a procura do direito está envolta por esse âmbito de *busca de família*, como uma forma de dizer que estão dando continuidade, passando adiante, a noção de justiça legada de seus antepassados" (Chagas, 2005a, p. 145. Grifos originais). Ao encabeçar a luta pelas terras de Morro Alto, Wilson concretizou compromisso assumido especificamente com sua avó, e de forma metonímica, com a coletividade à qual pertence.

Na narrativa biográfica de Wilson, a luta pela terra aparece como destino manifesto e missão pessoal. A ele cabia empreendê-la, desde a determinação de sua avó para que o fizesse até as instruções conferidas por Romildo Bolzan, político do Partido Democrático Trabalhista, a quem sua família era muito ligada e com quem Wilson foi trabalhar, em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ele teria-lhe dado o caminho das pedras para a demanda contemporânea.[30] Na entrevista, Wilson reproduziu mentalmente um diálogo entre sua mãe e Bolzan, no qual ele foi solicitado a ir a Porto Alegre ajudá-lo e só aceitou com a condição de que a ida para a capital se concretizasse na realização da luta territorial com a qual se comprometera com sua avó.

> Wilson – Preta, Pretinha, ele chamava a mãe de Pretinha...se eu me eleger vou levar um de teus meninos pra lá comigo, se eu me eleger deputado. Aí ele se elege e volta. Aí, a mãe diz, ah, tem que... tem que ir tu, Wilson, tem que ir. *Ah, eu só vou pra Porto Alegre se for pra fazer a luta da terra*.[31]

A partida para a cidade e a inserção nos meios políticos urbanos oportunizaram o posterior engajamento na luta pelo reconhecimento de Morro Alto como "remanescente de quilombos" .[32] Se os fatos do passado são organizados na medida em que dão sentido à situação vivida no presente, essa leitura é, contudo, mais do que uma legitimação *post-facto* ou uma "ilusão biográfica" (Bourdieu, 1998).[33] Trata-se, tão-somente, de uma maneira de dar coerência simbólica e sentido ao vivido.

---

[30] Na entrevista, Wilson relatou que Romildo Bolzan lhe instruíra a aguardar dez anos após a constituição de 1988 para dar encaminhamento à demanda fundiária de Morro Alto. Esse prazo teria sido necessário para que uma lei transitória adquirisse poder de lei ordinária. Ele teria, ainda, indicado que ingressasse com a demanda através do Ministério Público, e não de um advogado particular: "se pegar advogado eles compram, entra pelo Ministério Público, eles são obrigados a recorrer o território de vocês".

[31] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa. Grifos meus.

[32] Na entrevista de Wilson ele apresenta-se como pioneiro das lutas quilombolas no Rio Grande do Sul, de uma forma mais geral.

[33] Com isso, quero dizer que não há nada de "ilusório" na narrativa de Wilson: suas verdades lhe são completamente reais.

Hebe Mattos analisou a trajetória de uma liderança quilombola no estado do Rio de Janeiro, Antônio Nascimento Fernandes – Toninho –, que também percebe a saída da comunidade de São José da Serra como *missão* para melhoria de suas condições de vida, através do compromisso assumido com os avós. Suas conclusões são extensivas à história narrada por Wilson, cuja trajetória guarda tantas semelhanças com a de Toninho:

> Ao unir passado, presente e futuro, numa fala feita de improviso (ele não trouxe quaisquer anotações), a conferência de Toninho surpreende pela coerência e estruturação, a revelar alguém com reflexões prévias sobre si próprio e suas relações com a história do grupo. Confere, assim, ao conjunto dos moradores da fazenda, uma identidade, uma determinada personalidade coletiva atualizada, construída nas relações de parentesco, na prática do *jongo* e na luta conjunta pela posse da terra do novo quilombo – e não mais apenas na memória do cativeiro dos seus antepassados na Fazenda São José (Mattos, 2005b, p. 293. Ver também Mattos, 2004).

Embora Wilson e seus primos contrastem no sentido do primeiro sentir-se apto a relatar memórias do cativeiro e os demais não, existem semelhanças geracionais. As memórias acionadas por Wilson referem-se à resistência negra na região e ao direito pela terra representado pela doação de Rosa Osório Marques mas, como os demais, ele encontra dificuldades para situar com exatidão as relações de parentesco entre seus ancestrais. Ao contrário da geração anterior, ele não possui uma memória genealógica tão precisa. Talvez, isso não seja o fundamental para ele. No já discutido episódio em que ele cuidava da avó, que o encarregou de lutar pelas terras de Morro Alto, na entrevista para mim ele afirmou tratar-se de Rosalina, e para Chagas, disse tratar-se da bisavó Felisberta, com a qual, até onde eu saiba, ele não chegou a conviver. No entanto, configura-se, mais do que uma imprecisão propriamente dita, de uma memória genealógica mais difusa e uma percepção da história que confere maior importância ao ato de delegação de uma luta do que propriamente ao personagem da história familiar que o teria feito.

Ao longo da entrevista com ele realizada, em mais de um momento foi interrompido por sua esposa, a historiadora Marilda Aparecida Souza da Rosa, que o corrigiu ou complementou dados genealógicos dos quais não se recordava. Marilda realizou minucioso trabalho de história oral com sua sogra, a falecida Ercília Marques da Rosa, e tinha uma noção mais microscópica dos fatos familiares, enquanto a

recordação de Wilson era mais macroscópica e referente à história negra na região.[34] A politização da memória do cativeiro em um momento de luta fundiária implícita nesse recorte macroscópico, contudo, só foi possível por ter sido lida à luz de experiências prévias de desrespeito social.

*Narrativas de desrespeito social*

Em diversas ocasiões,[35] Wilson Marques da Rosa repartiu em três momentos a ocupação de terras na região, três camadas sobrepostas de historicidades negras instituintes de direitos territoriais: quilombo – e aqui ele parece remeter à concepção histórica tradicional –, testamento, e aquisições de terras – "feitas no braço", conforme depôs para Chagas (2005a, p. 164. Ver capítulo 3). Ele relata que nenhuma das modalidades de acesso à terra foi respeitada, evidenciando uma noção de desrespeito social sofrido.[36] Essa percepção de direitos ultrajados evidenciou-se por diversos momentos nas pesquisas realizadas na comunidade de Morro Alto, a exemplo das terras herdadas que jamais foram entregues (Barcellos *et al*, 2004 e Chagas, 2005a). O período escravista é assinalado como a experiência de desrespeito social por excelência, não apenas em Morro Alto como em outras comunidades. Conforme assinalam Chagas (2005a) e Mello (2012), contudo, a percepção de continuidades entre o trabalho escravo e o pós-Abolição que engendra sentimentos de justiça que levam à luta por direitos sociais (ver adiante, no subcapítulo o *tipo dos escravos*).

Dentre as experiências de desrespeito social inventariadas por Honneth, encontram-se as "experiências de rebaixamento que afetam seu autorrespeito moral: isso refere-se aos modos de desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer *estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade*" (Honneth, 2003, p. 216, grifos meus). Narrativas de injustiça, traduzidas no acesso precário ao direito de propriedade, fazem-se presentes na entrevista realizada: ganham relevo, sobretudo, nos relatos de expropriação sobre o terreno adquirido por seu bisavô Manoel Inácio para sua descendência, na localidade do

[34] Na geração de bisnetos reitera-se, pois, a oposição feminino-casa/masculino-rua no perfil das memórias acionadas.

[35] A exemplo da entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 13 de setembro de 2002 em Porto Alegre. Realizada por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer.

[36] Um ano após essa entrevista, a regulamentação do artigo 68, através do decreto 4.884, veio a fundamentar a demanda das comunidades remanescentes de quilombos, entre outros aspectos, na "resistência à opressão histórica sofrida" (Moreira, 2009, p. 247).

Espraiado, já mencionados no capítulo 4. Parte significativa da entrevista debruçou-se sobre a contenda entre seu pai – Júlio Elói da Rosa – e um fazendeiro branco – Fabinho Souza – que, apoiado pela Brigada Militar, avançou sobre o terreno herdado de sua avó Rosalina.

Segundo ele, tratava-se da época da ditadura civil-militar de 1964-1985, o que teria favorecido a expropriação de terras. Depois de demorada e atribulada luta judicial, sua família conseguiu recuperar parte do terreno invadido, mas acabou por ser uma vitória de Pirro: tiveram que vender as terras recuperadas judicialmente para pagar Vitalino Munari, um morador da região que emprestara dinheiro para que seu pai pudesse custear os advogados, conforme relatado no capítulo 4. O entrevistado observou que isso aconteceu porque os negros "não tinham para quem recorrer", sem deixar de destacar o papel do Estado do Rio Grande do Sul, através da Brigada Militar, na expropriação de terras. Há, portanto, um recorte racial na restrição ao acesso à justiça.

Outro tipo de denegação do reconhecimento mútuo consiste, segundo Honneth, não na negação de direitos, mas de estima social:

> (...) se agora essa hierarquia social de valores se constitui de modo que ela degrada algumas formas de vida ou modos de crença, considerando-as de menor valor ou deficientes, ela tira dos sujeitos atingidos *toda* a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades. A degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização tem para seus portadores a consequência de eles não poderem se referir à condução de sua vida como a algo a que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade; por isso, para o indivíduo, vai de par com a experiência de uma tal desvalorização social, de maneira típica, uma perda de autoestima pessoal, ou seja, uma perda de possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características. (Honneth, 2003, p. 217-218. Grifo meu)

Relativizemos, no mínimo, o alcance desse "toda", já que ele ignora as possibilidades reativas e de reelaboração do preconceito por parte de grupos marginalizados. Honneth parece, com efeito, absolutizar as repercussões negativas sobre a autoestima em situações de degradação social, quando a solidariedade grupal e familiar podem, se não negá-la, mitigá-la. De qualquer forma, episódios de racismo caracterizam muito bem as situações de ultraje à estima social caracterizadas por Honneth no excerto, e são bastante presentes na fala do entrevistado.

Conforme visto no primeiro interlúdio de racialização, sua mãe, Ercília Marques da Rosa, não foi aceita como professora na localidade de Bananeiras devido à sua

condição racial. Porém, o relato no qual fica mais claro o caráter racial da violência sofrida é aquele que dá conta do incêndio de ranchos de camponeses negros por parte de fazendeiros brancos no Morro Alto. Aqui, evidencia-se a indignação e o caráter de racismo intrínsecos ao episódio narrado – e novamente fica clara a ideia de não se ter a quem recorrer:

> Wilson – Mas eles judiavam muito dos negrão ali, judiavam, botavam fogo nos ranchos, não tinham pra quem... No Morro Alto os Goldani, por exemplo, assim, as terras dos Goldani, os negros saiam pra trabalhar, quando chegavam nos ranchinhos que eram uns ranchos de coqueiro, de palha, tavam tudo queimado, eles botavam fogo e *tu não tinha pra quem recorrer*. Isso é... é... tinha depoimento, testemunha que morreu agora, há poucos dias, que era o José Belizário, ele tinha um problema de paralisia, é padrinho do Renato, meu irmão; eu me lembro que uma vez eu levei dois jornalistas, lá, que ele deu esse depoimento, diz, ó nós íamos pro morro, quando chegavam os nossos ranchos tavam queimados e se nós reclamássemos eles passavam [a soiteira, melhor, a soiteira?].[37]

Se o artigo 68 permitiu a assunção de uma identidade quilombola, isso foi possível por haver um solo fértil para tal. Nos relatos mencionados, aparece com clareza a associação entre a condição de negros e a ausência de direitos, mitigada, eventualmente, pela intervenção dos governos trabalhistas. Chagas (2005a) relata os cuidados e avaliações – mesmo desconfianças – dessa comunidade ao verificar se o dispositivo constitucional poderia atender a suas demandas. Nesse sentido, parece-me que adotar o artigo 68 como estratégia de luta comunitária representou um "a quem recorrer" do qual se viram historicamente despojados – à exceção da percepção que possuem do período varguista.

Os vínculos históricos com o trabalhismo observados nessa família, verificados desde os anos de 1960 (ver capítulo 4), por seu turno, ancora esse "a quem recorrer", que ora se atualiza, em uma longa cultura política. Porém, os sentimentos de justiça e injustiça em jogo nessa luta política são muito mais profundos que a aparente adesão a uma categoria constitucional: o passado não é acionado, aqui, de forma utilitária. Ele é, a um só tempo, amparo e resultado de percepções nativas do que é justo e do que é injusto.

[37] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa. Grifos meus.

*‘Essa identidade tá sendo construída por nós’*

Uma maneira encontrada para suscitar no entrevistado uma reflexão sobre a constituição da identidade quilombola foi indagar se, antes da mobilização comunitária étnica, já se utilizava os termos “quilombo” e “quilombola”. Arruti (2006, p.39) observou que a autoidentificação das comunidades como tal é um fenômeno recente, não por isso menos relevante. Historicizando as reapropriações político-simbólicas do quilombo, ele apontou posições que se *desentendem* na compreensão do significado do termo: há aquela *primordialista*, que se aproxima de um uso do quilombo como ícone de resistência, consciência e cultura negras, e outra *ressemantizadora* que concebe os quilombos em termos de emergência étnica e de autoatribuição (Arruti, 2006, p. 100-101). O autor assinalou, ainda, a relevância de fugir a abordagens que percebem fenômenos de etnogênese de forma binária: ora *invenção de tradições*, ora *tomada de consciência de uma realidade histórica essencializada* (Arruti, 2009, p. 250). Nesse sentido, adquire importância o paralelo estabelecido por Marshall Sahlins (2004, p. 5-6) entre as sociedades que, contemporaneamente, estariam “inventando tradições” e o autoproclamado “Renascimento” de uma cultura greco-romana na Europa dos séculos XV e XVI, processo por todos admitido como legítimo.

A fala de Wilson circula por duas posições. Por um lado, ele conta que “o Morro Alto *sempre* foi considerado uma área de quilombo”, associando às histórias de sua avó sobre a resistência negra no litoral norte. Com isso ele afirma a idéia de ancestralidade do território étnico pleiteado. Assumir uma postura primordialista – ancorando a demanda presente nos *primórdios*, no *sempre* – representa uma maneira de demonstrar que o pleito em questão escapa à demanda fundiária recente e o remete à presunção de uma origem comum.

Por outro lado, ele não deseja ignorar as modificações identitárias trazidas pelo processo étnico contemporâneo. Pelo contrário, são caras em seu discurso as referências às melhorias de vida e autoestima trazidas para aquela comunidade pela inserção em uma luta política pelas garantias constitucionais asseguradas pelo artigo 68 (ver “mapa da tese”).[38] Assumir-se – e Arruti (2006, p. 207) observou que assunção é descoberta – quilombola é um ponto de inflexão para humilhações a que usualmente aquela comunidade vinha sendo submetida:

[38] Em parte porque os frutos destacados de tal luta resultam do esforço coletivo do qual é liderança.

> Wilson – Então, essa identidade tá sendo construída por nós, né, é uma identidade assim que a gente... que até então negro aqui não existia, era tido como... como cachorro, eram... eram ... eram desprezados, eram humilhados, é... é... todo o povo negro. Nós lá não, porque a gente, assim, sempre tava... o pai foi um cara muito de luta, sempre de resistência, eles nunca conseguiram dominar o velho. (...)
> Rodrigo – E quando é que parou essa humilhação?
> Wilson – *Isso pára a partir do momento do nosso movimento, a partir de quando a Universidade entra, que a gente entra com o processo.*
> Rodrigo – E foi aí que começou a chamar de quilombo?
> Wilson – E aí que a gente começa a chamar de quilombo e aí que eles começam... é, no primeiro momento, assim, eles acham que é uma loucura, que a gente tá... tava inventando, né, eles diziam, ah, isso aqui nunca foi terra de quilombo, isso aqui nunca foi, nunca foi terra de quilombo, isso foi terra de fazendeiro, não, então a partir daí começa uma relação a ser modificada, de tratamento, muitos começam a dizer... a puxar o saco da gente.[39]

A noção de identidade, em sua fala, remete a um sentimento de pertencimento coletivo que, contudo, não é automático, e sim resultado de um trabalho de "construção a partir do momento que a gente entra com o processo". A identidade, pois, resulta de uma dinâmica ativa da qual a própria comunidade é protagonista, como se pode ver na primeira frase do excerto acima, suscitado pela minha pergunta de quem a estaria construindo.[40] Resta que na percepção do presidente da Associação Comunitária que encaminha a luta social em questão, a identidade está vinculada à conquista de respeitabilidade, representando mais do que a *operacionalização* jurídico-política de categorias estatais.

*Movimento social, cultura histórica e historicidades mais densas*

Chagas (2005a, p. 134) destaca que, no processo de reconhecimento de Morro Alto como "remanescente de quilombos", os integrantes da comunidade acreditavam que o laudo escrito poderia ser veículo de vinculação ao universo da "oficialidade". Wilson dissera que o documento era "uma justificativa, uma prova, uma prova de nossa história". O estudo era entendido e valorizado como testemunho. Conhecer o passado sugeria o percurso de um caminho para atingir direitos (Chagas, 2005a, capítulo 4 e p. 313-321). Dez anos após a pesquisa para o relatório, sua fala permite avaliar até que ponto essas expectativas confirmaram-se.

Conforme mencionado anteriormente, a confecção do estudo histórico-antropológico foi reconhecida como ponto de inflexão em uma trajetória de

[39] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa. Grifos meus.
[40] Os termos "identidade" e "construção" foram espontaneamente utilizados pelo entrevistado.

humilhações da população negra na região. A relação entre brancos e negros modificou-se, a ponto dos primeiros terem passado a ser considerados *puxa-sacos*.[41] Mesmo com a advertência de o laudo não abranger o território que entende como o total, Wilson percebe a importância do estudo por ter sistematizado falas que estavam "todas elas soltas" e por ter conferido credibilidade a saberes tradicionais que vinham sendo menosprezados – considerados "abobrinha".[42]

Ele relata que, devido à repercussão do relatório, foi convidado pela embaixada estadunidense a representar o quilombo do Morro Alto em faculdades norte-americanas. Através da experiência da viagem, que foi para ele bastante marcante, ele afirma que aquele estudo apresentou a comunidade ao mundo, amplificando o alcance de sua fala: "Que antes eu só tinha minha fala e a minha fala num horizonte como, como o mundo é muito pequenininha, né, e a Universidade, *o trabalho de vocês amplia essa fala pro mundo*, é..." "o laudo retrata isso, ele retrata essa fala, ele é um documento assim importante, é... é... como uma referência histórica, como uma fala... *uma fala maior nossa*, entendeste? É a visão que eu tenho!" [43]

Tais reflexões suscitam ponderações a respeito da relação entre movimentos sociais e cultura histórica. É evidente que essa comunidade possui uma cultura histórica específica; ela passa pela memória e por referenciais históricos míticos. O'Dwyer (2002, p. 17), ao assinalar que o especificamente étnico em determinada identidade social é sua orientação rumo ao passado, rumo a uma pretensão de origem comum, observa também, amparada em Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 160-166) que esse passado não necessariamente se confunde com um passado histórico, podendo contemplar origens míticas ou lendárias.[44] A reflexão antropológica a respeito do tema tem procurado trazer, particularmente através de estudos de reconhecimento, as formas tradicionais de relacionar-se com o passado para uma condição de narrativas legítimas

---

[41] Essa configuração na correlação de forças modificou-se com a aprovação do RTID de Morro Alto – posterior à entrevista –, o que levou ao acirramento das relações raciais na localidade.

[42] O mesmo ocorreu na comunidade de Cambará, estudada por Mello (2012, p. 246).

[43] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa. Grifos meus. Falas similares dessa liderança em relação ao papel desempenhado pela escrita do laudo foram registradas por Chagas, 2005b, p. 72.

[44] Não procuro aqui dar conta dos referenciais histórico-míticos da comunidade de Morro Alto, até mesmo porque essa análise já foi realizada por Barcellos *et al*, 2004 e Chagas, 2005a, a exemplo da história do "escravo que matou o senhor". Referindo-se a esses estudos, Chagas (2005b, p. 73) observa que "permite-se, inclusive, confrontar historicidades comunitárias com a História oficializada, pelo modo mesmo com que elas têm expressado suas 'leituras' sobre a experiência histórica da sociedade escravocrata face ao atual processo de reivindicação de direitos". A oposição entre história e mito é nuançada por Marshall Sahlins (2006), quando traça um quadro comparativo entre a guerra do Peloponeso e a guerra da Polinésia de 1843-1855.

na interlocução com o jurídico e no embate por direitos (Barcellos *et al*, 2004, Chagas, 2005a).

O grande nó da questão, parece-me, é que, como Wilson aponta, é necessária a intervenção, a mediação acadêmica, a fim de postular a legitimidade do saber tradicional. Em outros termos, a liderança comunitária valoriza estudos fruto de um saber universitário. Se eles contribuíram para a melhoria da vida dos habitantes de Morro Alto, é irônico observar que, sem sua intercessão, os saberes tradicionais possivelmente teriam continuado a ser considerados "abobrinha" por aqueles que os menosprezavam.

No entanto, há que considerar que o trabalho de historiadores de ofício não se apresenta como externo ao grupo em questão. Arruti (2006), ao analisar a comunidade sergipana de Mocambo em um contexto de perícia antropológica, ressaltou que os habitantes daquela localidade jamais haviam sido instados, antes, a relatar para terceiros "sua história". Essa necessidade surgiu, exatamente, a partir do momento em que uma demanda política levou a comunidade a conhecer e dialogar com pesquisadores especializados que a visitaram e se prontificaram a ouvir seus relatos. O estatuto de saber histórico não é, portanto, dado, mas construído em um processo dialógico que leva da memória à história:[45]

> Essa passagem, no caso do Mocambo, implicou em um trabalho social de reinvestimento de significados sobre a memória local, primeiramente rompendo com o silêncio a que ela havia sido relegada, por motivos de sobrevivência, depois, investindo de forma produtiva sobre ela, a fim de ganhar, progressivamente, o estatuto de história. (Arruti, 2006, p. 201).

Essa passagem, no diálogo entre pesquisados e pesquisadores, também se verificou no caso de Morro Alto, tendo em vista a mencionada valorização do passado como narrativa de direitos e injustiças. A conversão de memória em história, na comunidade em questão, pode ser percebida, ainda, na afirmação de Wilson de que as falas, até então, estavam "soltas". O laudo, como produto de uma cultura histórica oriunda da Universidade, foi capaz, portanto, de reunir elementos "soltos" de uma cultura histórica local, amparada na memória e na oralidade.

Porém, Wilson assinala que a cultura histórica tradicional não encontrava condições de audição e nem de credibilidade enquanto não obteve recepção em saberes

[45] Em estudo posterior, o autor investigou a passagem de uma memória cabocla à história indígena (Arruti, 2009).

produzidos por historiadores de ofício e antropólogos que, assim, aparecem como *mediadores*:

> (...) a própria história é uma espécie de mediador cognitivo (tanto quanto os produtores desta história são os mediadores simbólicos) nestes processos de conversão identitária, tanto porque ela oferece ferramentas narrativas novas e estranhas às memórias locais, capazes de superar os obstáculos da descontinuidade social por meio da continuidade documental e cronológica, quanto porque ela ocupa um lugar legítimo no conjunto de dispositivos de verdade que sustentam os discursos jurídicos e administrativos e que é negado à memória (Arruti, 2009, p. 270).

Ocorreu, sim, um diálogo, sobretudo porque, levados a apresentar "sua história" como peça fundamental de uma demanda por direitos étnicos, sobretudo os mais jovens – que não possuíam uma memória tão precisa a respeito do passado escravista, das gerações que os precederam, das genealogias e trajetórias familiares, ao contrário dos idosos, que as têm em mente com precisão – passaram a "buscar" por sua história.[46] Através dessa busca, que possui um exemplo modelar na fala de Wilson, a geração de bisnetos reitera e renova a "consciência histórica" por mim investigada, adotando uma postura questionadora e problematizadora de seu passado.[47] Conforme precisa Marcelo Mello,

> na luta por reconhecimento, os apelos à história podem ser uma importante ferramenta na disputa política. No caso de Cambará, após a assunção quilombola a memória do grupo expandiu-se, adequando-se às novas necessidades e alcançando outros espaços, públicos e ouvintes. Escrever sobre o próprio passado cumpre uma função fundamental, pois abre os arquivos internos da comunidade, estendendo as cadeias de transmissão e circulação de lembranças. (Mello, 2012, p. 200)

Na situação referida, a Universidade aparece como um importante interlocutor, uma vez que oferece técnicas e metodologias especializadas de investigação e, principalmente, um espaço social de fala legitimada.

Isso é particularmente verdadeiro no caso do Presidente da Associação Comunitária de Morro Alto, como se pode perceber no empenho com que participou das entrevistas realizadas pela equipe de pesquisadores com sua mãe, Ercília Marques

---

[46] Novamente lembro que para Chagas, 2005a, nessa comunidade o direito resulta de uma *busca*.

[47] Não é acaso o fato de Wilson ter-se apresentado como pesquisador em seu texto para o encontro Raízes de Capão da Canoa (Rosa, 2004).

da Rosa, e pela forma como procurou manter algum controle, no início, sobre quem seriam os entrevistados pelos antropólogos e historiadores.

Parte das memórias que Wilson apresenta ter ouvido de sua avó, durante sua infância, conforme desenvolverei adiante, pode-lhe ter sido, também, aprendida ou atualizada em seu percurso de acompanhamento de nossos itinerários de pesquisa naquela comunidade. A "história" não é, assim, um dado bruto a ser recolhido, mas resulta de um processo de construção e descoberta, em um diálogo, por um lado, intergeracional, mas também com pesquisadores (e mediado por eles). Ou, como constatou Arruti na comunidade de Mocambo:

> Pode mesmo ser possível que tais memórias e tradições não existam simplesmente prontas para ser colhidas pelo pesquisador – como aquelas expressões sugerem –, mas se estabeleçam em função de um momento crítico, de perigo, sob os olhos do pesquisador. Que momento cheio de ambigüidades seria então esse. Nele, o "coletivo" seria levado a uma reflexão inédita sobre si mesmo, sobre seu passado e sobre como ele está relacionado aos quadros de uma história local, regional e mesmo nacional. Nele, o pesquisador, por sua vez, seria levado a refletir sobre a memória e a cultura não como um texto, mas como um processo, que não pode ser estancado para ser descrito. (Arruti, 2006, p. 202).

O diálogo entre culturas históricas tradicional e acadêmica aponta, pois, para dimensões de historicidade mais densas do que a *operacionalização* discursiva de identidades político-jurídicas.

*Bisnetos, seus nomes e profissões*

Não só de presidentes de Associações Comunitárias e lideranças políticas é feita a geração de bisnetos de Felisberta. As vozes dos demais, "pessoas comuns", é mais difícil de fazer-se ouvir em contextos de pesquisa. No entanto, procurei ir em busca delas, não me contentando com a fala de Wilson. Por mais importante que fossem seus pontos de vista, na condição da liderança política que desempenha, não poderia me limitar a ela, sob a pena de menosprezar vozes plurais na condução das políticas étnicas.

Um dos bisnetos de Felisberta ocupa um lugar marginal dentro de sua família. Não é muito benquisto, por frequentemente se encontrar em uma situação de drogadição e pelo estigma decorrente dessa condição. "Trampa" com empregos irregulares, o que contribui para o descontentamento da família, e mora de favor na casa de tias. Certa ocasião em que fui lá, ele fez questão de explicar-me que ganhava a vida catando

latinhas na praia. Quando entrevistado formalmente, afirmou já ter "mentido para ganhar dinheiro", possivelmente uma maneira de expressar a prática de atividades desonestas. Quando indagado se ainda fazia isso, disse que não, e expressou o alívio por ter conseguido verbalizar tal experiência: "Que bom que eu falei essa coisa pra ti".[48]

Certamente, é o bisneto em situação de maior fragilidade social, contrastando com os demais, que conseguiram descrever itinerários ascendentes. Exatamente por isso, se fez fulcral entrevistá-lo: por oferecer um contraponto aos que conquistaram uma vida melhor e por demonstrar que a vida foi difícil para todos.

Em sua fala, o valor e o orgulho decorrentes do trabalho ressaltam: apontou ter trabalhado como pintor, pedreiro, estofador, servente, na descarga de caminhão, fazendo concreto. Quando perguntado sobre o que sabia fazer, bateu no chão e mostrou que ele havia sido feito por ele. De certa maneira, o *mundo do trabalho* com o qual, por motivos diversos, relacionava-se de forma parcial e episódica, é também fonte de orgulho.

Ele acredita de forma enfática na demanda fundiária de Morro Alto, da qual se considera um fundador e se percebe como sujeito de direito, como uma aposta de vida melhor para seus filhos:

> Bisneto de Felisberta – Eu quero as minhas terras que tem lá que eu quero, quando os meus guris estiverem grandes que nem nós, assim, que eles plantem, é isso que eu quero. Plantem e o, o, o governo apóie eles pra eles plantar e colher e, e dar pras outras pessoas.[49]

Beneficiário de cestas básicas distribuídas desde a época do governo Lula para comunidades quilombolas,[50] ele indica que mensalmente as busca no Morro Alto e leva para seus filhos. Ele orgulha-se de não tomar seu conteúdo para si, dedicando-as totalmente ao sustento das crianças, que estão na escola: "Que eles me dão lá, eu levo pra eles. Eu não vendo nada. Eu levo pra eles."

Dois outros primos, que não participam das reuniões da Associação Comunitária, também se percebem como sujeitos de direito daquela luta étnica, posicionando-se, porém, quanto a uma lógica de mercado, segundo a qual aqueles terrenos deveriam poder ser objeto de transação imobiliária. Tais entrevistados valoram

---

[48] Entrevista com um bisneto de Felisberta em 15 de outubro de 2010.
[49] Entrevista com um bisneto de Felisberta em 15 de outubro de 2010.
[50] "Vou dizer uma coisa pra ti. Eu acho que eles tão fazendo uma coisa boa." Entrevista com um bisneto de Felisberta em 15 de outubro de 2010. Trata-se de um programa do Ministério de Desenvolvimento Social.

negativamente a necessidade de que os terrenos sejam ocupados pelos beneficiários do reconhecimento como "remanescentes de quilombos":

> Bisneta de Felisberta – Eu acho assim, que eles tinham que dar terra, quem quisesse vender vendia, quem... e ainda se ganhar não pode vender, a pessoa tem que se mudar e ir pra lá. (...)
> Bisneto de Felisberta – Ou se não, hoje assim, (...), ou se não pegar e dar uns dinheiros pra uns, pras terras.[51]

No entanto, nesse ponto da conversa, foram interrompidos por sua velha mãe, que os lembrou da cláusula de não-alienação do testamento de Rosa Osório Marques, tomada como uma forma tradicional de percepção comunitária do direito sobre aquela terra (Barcellos, 2004 *et al*, Chagas, 2005a): "Isso aí é dos escravos. Quando eles deram pros negros, que diziam os pretos (...), aí era assim. De filho, de pai, passa pra filho, de filho passar pra neto, bisneto, tataraneto, e deixar, *não era nunca pra vender*." (Grifos meus).[52]

Percebe-se uma relação tensionada entre uma lógica de mercado e uma percepção tradicional de direitos coletivos instituídos por testamento. No caso, essa tensão adquire contornos geracionais. Mais do que uma oposição imobilizante ou uma tipologia de posicionamentos irredutíveis, tais tensões são inerentes e constitutivas da luta comunitária em questão.

***

Com o auxílio de dona Aurora,[53] tracei um quadro com as ocupações desempenhadas pelos seus sobrinhos, que demonstram que a geração crescida na cidade ocupou-se de cargos que garantiram condições de vida mais favoráveis do que aquelas encontradas pelo bisneto de Felisberta apresentado no início deste subcapítulo. Com efeito, aquele exemplo de marginalidade social foi uma exceção, e não uma regra:

[51] Entrevista com um bisneto e uma bisneta de Felisberta em 19 de novembro de 2010.
[52] A percepção da cláusula de inalienabilidade do testamento senhorial como uma forma de regulação comunitária do acesso ao direito por ele instituído foi percebida também em outra comunidade com um testamento similar, a de Casca (Leite, 2002).
[53] Diário de campo de 15 de outubro de 2010.

**Quadro 11 – Nomes e profissões de netos de Manoel Inácio Filho e Clara Amélia da Rosa – século XXI[54]**

| ***Benta*** | | ***Amélia*** | | ***Aurora*** | | ***Geni*** | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Lúcia (filha de criação) | Caixa de super-mercado | Francisco | Operador de máquinas | Manoel | Faleceu criança | Bernar-dete | Doméstica |
| | | Emiliano | Operador de máquinas | Maria | Faleceu criança | Terezinha | Funcionária Pública |
| | | Madalena | Costureira | | | Sérgio | Diversas ocupações |
| | | Augusta | Dona de casa | | | Santo | Carregador de caminhão |
| | | Emília | Costureira | | | Maria Goreti | Faxineira |
| ***Diva*** | | ***Maria*** | | ***Eva*** | | ***Manoel*** | |
| Cláudio Inácio | Chefe de motoristas | Isair Jorge | Construtor | Não teve filhos | | Jorge Luiz | Construtor |
| Cleci Inácia | Cozinheira | Enedir Manoel | Construtor | | | Pedro Antônio | Construtor |
| | | Clara Regina | Doméstica | | | Augustina | Doméstica |
| | | Fátima Gorete | Funcionária pública | | | Cristiane | Operária |
| | | | | | | Batista | Motorista |

As atividades arroladas, mesmo quando demonstram um menor grau de especialização, permitiram aos integrantes dessa família condições de residência, alimentação e consumo de bens e serviços que as deixa longe de uma situação de marginalidade social. Em outros ramos da família que pude acompanhar, temos ainda agricultores (os filhos de dona Eva e Luiz, filho de dona Ercília), uma professora (Maria, filha de dona Eva), uma secretária (Ana, filha de Manoel Rosalina), um funcionário da Assembléia Legislativa (Wilson), e até mesmo um músico e um advogado (seus irmãos Renato e Romildo).

A pluralidade de ocupações permitiu a diversificação do ganha-pão e encontrar formas de inserção social. Diplomas de ensino superior foram muito valorizados, mais pelo *status* representado por sua conquista – ser *fino* e *instruído* – do que por vantagens

[54] Por vezes, seu nome é referido como "da Rosa", por vezes "de Jesus". Da mesma forma, eventualmente figura como "Maria Clara".

pecuniárias. É o caso de dona Diva, que se orgulha de ter netos formados em Pedagogia e Matemática, não obstante eles não trabalharem em suas profissões.

Os leitores atentos aos nomes utilizados na geração dos bisnetos de Felisberta terão percebido que os netos de escravos *raramente conferiram a seus filhos nomes buscados no stock nominal familiar tradicional* – à exceção de dois Manoéis, algumas Marias, uma Clara e uma Emília. Pelo contrário, na geração dos bisnetos prevaleceram nomes escolhidos por sua beleza, eventualmente compostos com nomes de santos, ou em homenagem a vizinhos e conhecidos ilustres.

Podemos observar, mais detidamente, os nomes adotados na família de Wilson e seus irmãos. Até os fins dos anos 50 e inícios dos anos 60, não havia ninguém na família de nome Luiz, nem nenhum Wilson ou Renato, tampouco algum Romildo. Tais nomes foram escolhidos por sua sonoridade, por sua beleza, em suma, por critérios de bom gosto de seus pais. O nome do caçula, claramente, foi inspirado pelo de Romildo Bolzan, político trabalhista com quem Wilson, conforme se relatou *supra*, veio a trabalhar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

**Foto 25 – Pais de Wilson, Júlio Elói da Rosa e Ercília Marques da Rosa, com propaganda eleitoral de Romildo Bolzan (ainda no MDB)**
Fonte: SMCO, acervo fotográfico do antropólogo Norton Corrêa.

Também abandonou-se, na maior parte dos casos, os tecnonímicos. A maior parte dos bisnetos de Felisberta possuem apenas os nomes "de assinatura", e esses são compostos pela adição dos *sobrenomes* da mãe e do pai, e não de seus *prenomes*. Mesmo entre os filhos de dona Diva – Cláudio Inácio Marques Terra e Cleci Inácia Terra (nome de solteira) –, que, conforme exemplificado no capítulo anterior, são

*Inácios*, esse *tecnonímico* encontra-se entre o prenome, e os sobrenomes da mãe e do pai – não substituem o "nome de assinatura". Antes, fazem parte dele. O compõem.

O caso mais expressivo do abandono da utilização dos prenomes familiares está no exemplo de um irmão de Wilson, falecido ainda nenê. Segundo dentre os irmãos, mais novo que Luiz, a criança possuía o nome de Manoel, tal como o bisavô (Manoel Inácio), o tio-avô (Manoel Inácio Filho), o tio (Manoel Rosalina). Desconheço a qual dos três se pretendia prestar homenagem (ou se a todos eles). O fato é que depois da morte dessa criança, a família buscou outras referências nominais.

É possível que, com a atual mobilização étnica, e a revalorização da memória do cativeiro, os filhos dos bisnetos de Felisberta – a maior parte deles já tem filhos adultos ou adolescentes – dêem para seus filhos nomes buscados no *stock* tradicional. É possível. Porém isso não é nem um pouco decisivo para direitos étnicos que se amparam sobre outros critérios de pertencimento.

*O 'tipo dos escravos'*

Venho afirmando que as narrativas sobre o cativeiro de avós escravos encontraram repercussão entre seus netos, hoje octagenários, por sua inserção no mercado de trabalho, ainda sem acesso a direitos trabalhistas. Muito embora as primeiras leis trabalhistas remetam à década de 1930, tudo indica para sua lenta difusão para áreas mais interiorizadas do país, como é o caso do município de Osório: os entrevistados, ao menos, não os acessaram de imediato. Mesmo ao se dirigirem ao meio urbano, na década de 1940, as narradoras lembram dos direitos trabalhistas como algo que conseguiram acessar bastante após o processo migratório. Vale lembrar que isso não se deu exclusivamente por terem se dedicado ao serviço doméstico, já que em sua adolescência muitas delas trabalharam como cozinheiras ou camareiras em restaurantes e hotéis nas praias de veraneio.

Outra determinação trabalhista do governo de Vargas que aparentemente teve efeitos limitados na região pesquisada é aquela estabelecida pelo decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Se ela poderia ter favorecido trabalhadores negros ao prescrever que dois terços da mão-de-obra empregados por "indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais" fossem ocupados por brasileiros natos, na prática esta reserva pouco favoreceu o grupo aqui delimitado. Percebe-se que a maior parte dos descendentes de imigrantes, durante as décadas de 1940 e 1950 – período em que a

geração estudada no capítulo 4 foi ao mercado de trabalho – já havia nascido no Brasil.[55] Além do mais, poderia haver uma seleção cromática no recrutamento deste proletariado nacional. Conforme visto no capítulo mencionado, o único integrante da família que logrou empregar-se como operário no setor industrial foi justamente aquele que não possuía um tipo físico que evidenciasse seu pertencimento étnico-racial.

Conforme visto no capítulo 4, a historiografia mais contemporânea (Ribeiro, 2009, Dezemone, 2004, Dezemone 2009) tem criticado a ideia de que os direitos trabalhistas e o impacto do governo varguista foram indiferentes ao meio rural. Ainda assim, vimos também que essa influência é percebida como indireta, na medida em que diversos deles trabalharam – ou percebem ter trabalhado – do *tipo dos escravos*. Os direitos permanecem associados a Vargas, já que o *tipo dos escravos* vivenciado nas décadas de 30 e 40 é dissociado da figura do presidente. Aurora percebe a si mesma como alguém que, por não ter usufruído de carteira de trabalho e por não ter tido horas de descanso e regulamentação da jornada de trabalho, se não foi escrava, trabalhou *tipo dos escravos*, traçando um paralelo entre o regime laboral vivido por seus avós e por ela mesma.

> Aurora – Os direitos, assinar carteira, a... respeitar as horas de serviço, então mudou. Porque é, quando eu comecei a trabalhar que eu tinha quatorze anos, não tinha domingo, não tinha dia santo, não tinha feriado, não tinha nada.
> Rodrigo – Não tinha nada.
> Aurora – Não tinha nada. Era... Era tipo dos escravos.
> Rodrigo – Era tipo dos escravos?
> Aurora – [enfática] Era o tipo dos escravos. Eu trabalhei no tipo, ainda, ainda peguei um pedaço no tipo dos escravos.[56]

Tais condições precárias de trabalho foram vivenciadas especialmente no período em que trabalhou como empregada doméstica. Michelle Perrot descreve as condições laborais de tais trabalhadoras na Paris do século XIX. Malgrado as diferenças históricas, é possível encontrar algumas similaridades que podem muito bem, em um cenário de pós-Abolição, ter levado à associação com a realidade escravocrata.

> As domésticas não são, aliás, assalariadas como as outras. Com casa e comida, elas recebem "retribuições" que lhes são passadas irregularmente, e sujeitas a descontos caso quebrem a louça ou estraguem a roupa. Sua jornada

[55] Por exemplo, em agosto de 1914, Oresto Gosule registrou suas quatro filhas Onovabili, Regina, Isolina e Leopoldina. Os avós das crianças eram naturais da Itália, mas os pais já haviam nascido no Brasil. IJCSUD-CHF, Mcf. 1444093, It. 8, livro 1 de registros civis de nascimento do tabelionato do distrito de Maquiné, f. 1-3. O fato é que a imigração para a região já era antiga e, a partir da década de 1930, esporádica.

[56] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório

> de trabalho é quase ilimitada. O domingo não é garantido como folga, mesmo quando a prática se torna mais freqüente. Além de seu tempo e de sua força de trabalho, sua pessoa e seu corpo são requisitados, numa relação pessoal que ultrapassa o compromisso salarial. (Perrot, 2008, p. 117).

Ora, tendo vivido condições de trabalho consideradas similares às do cativeiro, as memórias "transmitidas" por seus avós encontravam um terreno fértil para serem assimiladas, reinterpretadas, rememoradas e reproduzidas – e mais: chave explicativa para a própria situação por ela vivida. É algo muito distinto da geração de seus sobrinhos, que passaram a participar do mercado de trabalho após os direitos trabalhistas estarem consolidados (inclusive fora do meio urbano – Arli goza de aposentadoria rural), para os quais as narrativas sobre o passado escravo, se estão sempre presentes e configuram uma identidade da qual não se esquece, restam, todavia, alheias às suas próprias experiências de trabalho, ao contrário de seus pais.

*Contar a memória do cativeiro*

Se há "transmissão" da memória, é necessário existir também condições adequadas de locução, por parte do polo "transmitente", e de assimilação, reinterpretação, rememoração e reprodução por parte do polo "receptor".[57] Infelizmente, os dados de que disponho não permitem uma avaliação mais precisa a respeito dos motivos para a locução sobre tais memórias por parte da "geração de escravos". Uma coisa é certa: Merêncio e Felisberta contaram para seus netos narrativas sobre o cativeiro, tão certo quanto Mercedes e Clara não o fizeram. Afinal, Eva, Aurora e Diva lembram do que "seus avós lhes contavam". Resta por responder uma questão da qual não consegui dar conta até este momento. Se, nos anos iniciais do século XX, como já foi dito, estava em jogo a afirmação de uma cidadania contrastiva com a lembrança e a identificação com a experiência escrava, por qual razão esses dois ex-cativos julgaram importante manter essas vivências presentes entre seus netos? Dito em outros termos, por que o "silenciamento" a respeito das memórias do cativeiro parece ter atingido filhos de escravos muito mais do que eles mesmos?

[57] Conforme destaca Connerton (1993, p. 3) não há coincidência entre os conjuntos de memórias de cada geração, justamente por eles exprimirem distintas necessidades de legitimação de ordens sociais. Há um hiato, todavia rompido por um processo de "transmissão" que se efetiva por "sistemas de comunicação" (Connerton, 1993, p. 45-47). Embora o autor se debruce sobre as performances rituais e as práticas corporais, certamente poder-se-ía incluir, aqui, as práticas de comunicação verbal entre avós e netos; enfim, a dimensão da oralidade investigada ao longo desta tese.

Há que se considerar que tanto Merêncio quanto Felisberta eram legatários do testamento dirigido pela senhora escravista Rosa Osório Marques para seus cativos e descendentes. Talvez tenha havido uma positivação da experiência cativa através do testamento. Ser descendente de escravos representava um legado de sofrimentos e de recordações ruins, mas também uma expectativa de direitos. Não é pouco significativo que, quando perguntei quem eram os antigos escravos do Morro Alto, os entrevistados só souberam falar de famílias aparentadas aos arrolados em tal testamento.

Talvez a aposta na obtenção dos terrenos não fosse tão relevante para a geração posterior. Manoel Inácio Filho, filho de Felisberta e marido de Clara, e Mercedes, nora de Merêncio, pertenciam a famílias que, bem ou mal, lograram estabelecer-se como camponeses independentes no Espraiado e no Faxinal do Morro Alto. É possível que a "geração de camponeses" se sentisse menos seduzida pela possibilidade de uma herança em terras da longínqua senhora de seus pais, se sentisse contente com as terras ocupadas e se aferrasse à construção de sua cidadania sem enfatizar os vínculos com o cativeiro.[58] Na geração seguinte, porém, de Eva, Aurora e Diva, os conflitos fundiários na região do Morro Alto exacerbaram-se e o testamento de Rosa Marques foi uma importante peça em batalhas simbólicas e judiciais (Barcellos *et al.*, 2004, Chagas, 2005a).

Se as condições de trabalho vividas na juventude conferem à segunda e à terceira geração nascidas após o cativeiro interesses diferenciados pelas histórias que seus avós – mais ou menos predispostos a contar – tinham a respeito do cativeiro, a atual conjuntura, de luta fundiária e de emergência de etnicidade, traz um interesse renovado pela história regional e familiar. Certamente isso está por trás das falas do presidente da Associação Comunitária de Morro Alto, que se mostra tão interessado e bem informado acerca do passado da região. No entanto, como visto, não se trata da mesma memória da geração anterior, visto que menos minuciosa genealogicamente.

Isso leva, também, a uma reflexão a respeito do processo de pesquisa, já que o investigador involuntariamente se converte em partícipe e mediador de um diálogo intergeracional. Portelli (2010, p. 20) ressaltou que o pesquisador, por meio de suas presença, perguntas e reações, desencadeia processos de memória. No caso por mim analisado, minha presença implicou momentos de socialização intergeracional de relatos sobre o passado escravista.

[58] Não obstante, deu-se o nome de cativos a seus filhos.

Já relatei a ocasião em que, diante do *não-saber* dos filhos (real ou pressuposto), dona Eva demonstrou o seu *saber*, compartilhando não apenas com o pesquisador, mas também com seus rebentos, seus conhecimentos a respeito do que se estava demandando, isto é, o passado familiar. Poderia-me lembrar ainda das entrevistas realizadas para a elaboração do laudo de reconhecimento de Morro Alto como "remanescente de quilombos" com a falecida dona Ercília, às quais seu filho Wilson assistiu e das quais participou, onde pode ter aprendido ou atualizado lembranças que posteriormente apresentou como sendo de sua avó. Assinalo, ainda, a ocasião em que exibi, para dona Aurora, um DVD em que gravei uma entrevista com ela registrada em meio audiovisual, e que foi assistida também por uma sobrinha, atenta, interessada e jocosa. Aquilo que é uma *descoberta* para o investigador, também o é para a nova geração, e esse processo é fomentado pelo processo de pesquisa.

***

Vi, junto com os leitores, que a memória da escravidão vem sendo politizada na geração mais recente, em nome de uma luta fundiária e por reconhecimento social. No entanto, procurei demonstrar também que essa politização assenta-se em uma grande tradição de luta e cultura políticas, que perpassa por uma percepção positiva do governo varguista, por uma adesão ao Partido Trabalhista Brasileiro e, mais tarde, ao Partido Democrático Trabalhista, mas principalmente por uma percepção de desrespeitos históricos e sentimentos de justiça ultrajados. Tais pontos foram bordados nos capítulos precedentes e aqui arrematados.

É necessário concordar com Mattos (1997, 1998, 2000, 2005b p. 257-301) quanto à existência de um silenciamento quanto à "cor". No entanto, espero ter demonstrado que, ao menos entre aqueles pertencentes às famílias de "herdeiros" do testamento de Rosa Osório Marques, esse silêncio restringiu-se ao espaço público: no calor do lar, os avós – geralmente as avós – escravos relataram a seus netos histórias dos cativos. O ponto de inflexão para essa tendência foi a geração seguinte, quando seus filhos – que não vivenciaram o cativeiro, apenas, alguns, o ventre-livre –, esses sim, silenciaram.

Com as exceções e relativizações que procurei assinalar, pode-se dizer que na geração dos bisnetos de Felisberta, as histórias que suas avós não contavam foram revalorizadas, conforme destaca Chagas, 2005a. E mais, redescobertas e revisitadas

*junto* e *através* de pesquisadores de história. *Erfahrung* e *Erlebnis* (Benjamin *apud* Traverso, 2005, p. 12) talvez não se reconciliem de todo, mas a primeira é valorizada e torna-se uma aliada fundamental para que a memória contemporânea possa ser acionada para a conquista de direitos políticos de cidadania. Como quer Ricœur, "La mémoire de l'ancêtre est en intersection partielle avec la mémoire de ses descendants, et cette intersection se produit dans un présent commun qui peut lui-même présenter tous les degrés, depuis l'intimité du nous jusqu'à l'anonymat du reportage"[59] (Ricœur, 1985, p. 208).

Rüsen (2004) assinala diversos tipos de "consciência histórica". Podemos nos apropriar dos conceitos do autor para perceber suas mutações em paralelo à passagem da memória *Erfahrung* e *Erlebnis*. Nas três primeiras gerações analisadas, as formas de consciência acerca do passado parecem pautar-se por um modelo "tradicional": remete às origens e à repetição de obrigações; prescreve a coesão grupal; define a identidade histórica, a afirmação de padrões culturais predeterminados, a autoconfiança, o autoentendimento. Os padrões verificados na última gerações analisada indicam uma sutil alteração: ainda que sua historicidade *apresente-se* como tradicional, parece remeter mais ao modelo de "consciência histórica" definido por Rüsen como "exemplar": a história é apropriada como mestra da vida, como modelo de condutas, prescreve comportamentos. As lutas do passado inspiram, justificam e pautam as lutas do presente.

*Interlúdios de racialização VII – De morenos a negros.*[60]

Neste último interlúdio de racialização, analisarei o emprego das categorias "preto" e, sobretudo, "moreno", na terceira geração, de netos de Felisberta para Manoel Inácio, e sua transformação para a categoria "negro", na quarta geração de bisnetos. Para tanto, realizei um banco de dados no qual especifiquei as categorias raciais ou de "cor", étnicas ou raciais utilizadas nas entrevistas, a fim de aproximar-me dos significados utilizados no linguajar do dia-a-dia – ou melhor, no contexto de pesquisa –

[59] [A memória do ancestral está em intersecção parcial com a memória de seus descendentes, e esta intersecção produz-se dentro de um presente comum que pode, ele mesmo, apresentar todos os níveis, desde a intimidade do "nós" até o anonimato da reportagem.] Minha tradução.
[60] Parte significativa da discussão apresentada neste subcapítulo tem como ponto de partida as reflexões de Gomes (2003).

pelos entrevistados de diferentes idades.[61] O objetivo desse banco foi, tão-somente, organizar, para mim, o emprego desses termos pelos entrevistados. Quantificá-lo constituiria, verdadeiramente, um atentado à metodologia de história oral. Significaria deslocar os diversos discursos de seus contextos de locução e uniformizá-los sob a aparente homogeneidade de cada categoria.[62]

Sendo assim, concluo um itinerário que me levou da utilização desse tipo de categorias em documentos oficiais da primeira metade ou meados do século XX – processos criminais e registros civis (interlúdios III e IV) – para a análise do discurso sociorracial de pessoas que foram crianças ou jovens nos anos contemplados. O primeiro aspecto que salta aos olhos é que, ao contrário dos registros oficiais, o termo "negro" é utilizado, e muito. Possivelmente esse significante tenha restringido-se ao uso cotidiano, jamais permeando a documentação pública, devido ao caráter pejorativo e sofrido do qual o termo estava impregnado (ver adiante). Jamais um documento oficial iria apontar um *cidadão* como negro ou negrinho, por mais racializada que fosse sua perspectiva.[63] Mesmo em situações de suspeição, no que tange aos réus, se preferiu a especificação por meio de outros rótulos sociorraciais.

---

[61] Investiguei, nas transcrições, a utilização dos seguintes termos: "preto", "negro/nego", "moreno", "branco", "mulato", "raça", "cor", "racial", "misto" e "claro". Incluí no banco também as categorias "italiano" e "alemão", por ter percebido que elas muitas vezes eram utilizadas com conotação racial, e não simplesmente étnica. O termo "pardo" não foi utilizado em momento algum. "Mulato" foi muito raramente. "Misto" não foi empregado como um registro racial, apenas com a denotação de misturado, isto é, não como um indivíduo resultante de miscigenação racial e sim como ambientes em que brancos e negros poderiam transitar livremente – após o fim da segregação em bailes.

[62] Ao realizar uma analogia entre a memória coletiva e a distinção elaborada por Saussure entre língua – *langue* – e discurso – *parole* –, Funkenstein (1989, p. 7) assinala: "This distinction can be useful in defining collective memory. It, like "language", can be characterized as a system of clear signs, symbols and practices: times of memory, names of places, monuments and victory arches, museums and texts, customs and manners, stereotype images (incorporated, for instance, in manners of expression) and even language itself (in de Saussure's terms). The individual's memory – that is, the act of remembering – is the realization of these symbols, analogous to "speech"; *no act of remembering is like any other*. The point of departure and frame of reference of memory is the system of signs and symbols that it uses" (grifos meus). [Essa distinção pode ser útil na definição da memória coletiva. Ela, como a linguagem, pode ser caracterizada como um sistema de signos claros, símbolos e práticas: tempos da memória, nomes de lugares, monumentos e arcos da vitória, museus e textos, costumes e hábitos, imagens estereotípicas (incorporadas, por exemplo, em formas de expressão) e mesmo na linguagem, ela mesma (nos termos de Saussure). A memória individual – isto é, o ato de rememorar – é a realização desses símbolos, análogos ao "discurso"; *nenhum ato de recordar é igual a algum outro*. O ponto de partida e quadro de referência da memória é o sistema de signos e símbolos por ela utilizados.] Minha tradução. Assim sendo, através da análise dos *discursos* – específicos, situacionais e não-passíveis de quantificação – pretendo-me aproximar da *linguagem* acerca de processos de racialização.

[63] Tal situação contrasta com o averiguado por Hebe Mattos (1998, p. 291-337), no que toca aos anos finais do século XIX, quando há, de fato, indivíduos apontados como negros. Todavia, trata-se de um período em que a realidade escravista era ainda bastante presente. Mais do que contrariar, os dados por mim trazidos corroboram o argumento da autora acerca do silenciamento oficial a respeito de categorias de "cor", no que toca à primeira metade do século XX.

Poder-se-ia argumentar que os mais velhos utilizam, hoje, esse termo em decorrência da influência desempenhada pelos mais jovens, e não por se tratar de um termo característico de sua infância ou juventude. Sob esse prisma, meu argumento seria anacrônico. No entanto, não acredito que a utilização desse termo seja uma aquisição aos filhos e sobrinhos, sobretudo porque velhos e jovens o utilizam de forma bastante diversa. Ao contrário de um termo negativo, ofensivo, carregado de dor e sofrimento, passamos a outro positivo, que ressalta um orgulho racial e étnico. Eis a razão pela qual acredito que, mais do que a repetição de um termo utilizado por jovens, temos a reapropriação, por parte dos últimos, de uma palavra utilizada pelos idosos.

Seria, no mínimo, ingenuidade acreditar que os anciãos não possuíam aquilo que hoje denominamos de "consciência de negritude" meramente pelo fato deles utilizarem o significante "negro" como forma de denotar experiências de sofrimento e por associá-lo, muitas vezes, à realidade da escravidão. No máximo, tratar-se-ia de subestimá-los, ao atribuir ao movimento negro um poder "conscientizador" sobre pessoas incapazes de perceber as diferenças que a sociedade lhes impunha ao definir lugares sociais baseados em critérios raciais. Logo eles, que tanto sofreram com o racismo e o preconceito! Pelo contrário, procuro demonstrar a existência de uma clara consciência de sua especificidade grupal, ainda que traduzida através do emprego de termos distintos.

Não pretendo, por outro lado, obliterar a existência de ressignificações, rupturas e deslocamentos no emprego desses termos entre pessoas octagenárias ou nonagenárias – nos anos 2000 – e seus filhos. O termo "negro" foi ressignificado, politizado e positivado. Em realidade, trata-se de um processo bastante anterior à década em questão no Brasil do século XX (Gomes, 2005; Domingues, 2007; Alberti e Pereira, 2007). No entanto, chegou à área rural de Osório de forma mais ou menos concomitante à mobilização comunitária como "remanescentes de quilombos". Conforme percebe-se das narrativas de militantes do movimento negro[64] estudadas pelos últimos autores citados, a autopercepção como negros resulta de uma *tomada de consciência* e de uma *descoberta*. Se essa politização da questão racial se deu, muitas vezes, por influência de outros militantes, professores e pelo enfrentamento da discriminação no ambiente escolar, não passou alheia, contudo, ao ambiente doméstico. Pais e avós foram recordados como partícipes e estimuladores da tomada de consciência da experiência de

[64] Nascidos entre 1917 e 1968.

racialização e da necessidade de enfrentar o preconceito (Alberti e Pereira, 2007, p. 37-48).

Para o meu argumento, essa discussão é bastante importante, já que, embora meus informantes empreguem termos diversos – "moreno" e "negro" –, gerações diferentes enfrentaram preconceitos e discriminação. Se há uma ruptura na linguagem utilizada para caracterizá-la e para autoidentificar-se, há também um legado geracional que não pode ser desprezado.

A percepção do racismo, a autoidentificação e o sentimento de um pertencimento coletivo não se inaugura, em absoluto, com a influência do movimento negro. No entanto, essa influência redefine a linguagem através da qual é expressa a experiência de racialização. Se toda identidade implica em "histórias inventadas, biologias inventadas e afinidades culturais inventadas", isso dá-se porque "toda identidade humana é construída e histórica" (Appiah, 1997, p. 243). Cabe ao estudioso inserí-la em seu quadro histórico. É impossível entender a emergência de uma "consciência negra", no grupo estudado, sem analisar também como as esperiências de racialização, e as equivalentes categorias classificatórias, foram vivenciadas e empregadas pela geração precedente.

***

Nas palavras dos mais velhos, sobrepõem-se duas dimensões às palavras "preto", "moreno" e "negro", e essa dualidade, à uma primeira vista, pode levar a confusões. Há, de um lado, uma evidente dimensão cromática.[65] Assim, por exemplo, o apelido da falecida dona Ercília era Preta, em referência à cor de sua pele. Na entrevista de dona Eva, por exemplo:

> Eva – A Preta. Tratavam Preta.
> Rodrigo – Ah, a Preta. Eu conheci ela.
> Eva – Ah, [balança a cabeça afirmativamente] pois é. E era preta mesmo, né, e era preta mesmo [ri].[66]

[65] Apresento apenas alguns exemplos desses empregos tais como aparecem nas entrevistas. No entanto, são variados os casos da utilização cromática dessas designações.
[66] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde. Percebe-se, no entanto, que o "era preta mesmo" adjetiva cromaticamente a condição "preta" que, como veremos, possuía também outros significados.

Da mesma forma, o termo “moreno”, poderia ter uma conotação cromática, a exemplo da fala de Diva, quando compara a “cor” do pai de sua prima àquela de seu filho. Trata-se, no caso, de matizar uma pele escura, como uma maneira de relativizá-la e referir uma coloração mais clara.

> Diva – O pai [de Ercília] também não tinha cabelo ruim. Ele era moreno. Bem moreno. Moreno assim que nem o Cláudio. Mais ou menos. Um pouquinho mais claro, eu acho. Mas ele tinha cabelo bom.[67]

Finalmente, “negro” poderia, também, representar uma categoria cromática, geralmente intercambiável com o “preto”: ao referir-se ao seu trabalho em Porto Alegre, o falecido senhor Manoel Inácio Marques Neto destacou: “Tinha negro lá bem negro. Preto mesmo”.[68] Há que destacar, no entanto, que o senhor entrevistado beirava os 70 anos por ocasião da entrevista; era mais jovem que suas irmãs e vivera uma experiência de trabalho na capital. Aliás, é precisamente ao se referir a esse momento que emprega essa palavra que, possuía, contudo, significado bastante distinto em um contexto local.

Ocorre que, na maioria dos casos, a dimensão “cromática” é episódica e minoritária – e, quando digo maioria, apelo à tolerância e à possibilidade de confiança dos leitores neste historiador que se recusa a quantificar dados de história oral. É uma exceção. No mais das vezes, as categorias arroladas possuíam um significado bastante distinto entre os narradores idosos.

Elas remetem a um sentimento de pertencimento coletivo, àquilo que os distinguiria dos brancos. Pode ser surpreendente ao olhar contemporâneo, que tende a ver a categoria “negro” como aquela que representa, por excelência, a expressão de uma consciência racial politizada. No entanto, por incrível que pareça, em minhas entrevistas, na maior parte das vezes os termos “preto” e “moreno” parecem intercambiáveis, expressivos de uma coletividade não-branca.[69]

Ao referirem-se aos bailes, por exemplo, que, como visto no quinto interlúdio de racialização, era o *locus por excelência* no qual se identificam as experiências de segregação racial, afirma-se que *moreno* não entrava. De forma evidente, a categoria refere-se àqueles que, independente de variações cromáticas de tez, não eram considerados socialmente brancos e estavam vedados de participar dos festejos. Um

---

[67] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[68] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[69] Alguns estudos apontam o parentesco como um critério a partir do qual os laços comunitários entre “morenos” eram estabelecidos: Gomes (2003), Barcellos *et al.* (2004) e Chagas (2005).

exemplo eloquente é dado por uma entrevista que realizei com um neto de Pulquéria Felisberta. Ao indagá-lo sobre a segregação realizada em bailes, involuntariamente utilizei a categoria "negro". Ao responder-me, porém, o senhor em questão utilizou o termo "moreno": "Antigamente, no tempo em que eu me criei, que minha gente me criaram e me assistiram o baile de branco moreno não entrava".[70] Vale lembrar que aos olhos deste historiador – e de sua prima-segunda[71] – esse senhor poderia ser considerado fenotipicamente branco. Não o era, no entanto, socialmente, quer por seus vínculos genealógicos, quer por seu pertencimento àquela coletividade de morenos.

Uma ideia do sociólogo brasileiro Oracy Nogueira (1985, [original de 1954]), endossada pelo antropólogo norte-americano Marvin Harris (1967, [original de 1964]), bastante corrente nas ciências sociais brasileiras, afirma que, ao contrário dos Estados Unidos, onde as fronteiras raciais são estabelecidas no âmbito das origens familiares, bastando ao sujeito ter apenas um ancestral negro para ser considerado negro, no Brasil elas dão-se a partir do fenótipo. As modalidades de preconceito resultantes dessas diferentes formas de classificação foram denominadas de, respectivamente, *preconceito de origem* e *preconceito de marca.* No segundo caso, vigente no Brasil, a aparência bastaria para classificar determinado indivíduo como branco ou negro. Isso tornaria possível, no intervalo de algumas gerações, através da experiência da mestiçagem, superar a marca racial e os obstáculos por ela deixados aos afro-descendentes.

Outras reflexões, e mesmo o exemplo que trago à discussão, servem para a desconstrução ou, ao menos, relativização dos argumentos de Nogueira. Segundo Sansone (2003), a "raça" – e em seu entendimento, é por isso que se deve utilizar o conceito de "racialização" – nada mais é do que uma "das muitas maneiras de expressar e vivenciar a etnicidade – uma maneira que coloca ênfase no fenótipo" (Sansone, 2003 p. 16).

Para Sansone, na geração de adolescentes negros de Salvador por ele estudados, o que predomina para a identificação como negros não são os vínculos comunitários e identitários étnicos,[72] mas a identificação com bens de consumo que remetem a uma negritude ideológica e globalizada. Vimos, porém, que um neto de Pulquéria Felisberta,

[70] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
[71] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[72] Embora "etnia" não seja utilizado pelas famílias analisadas como uma forma de autoadscrição – ninguém afirma pertencer à "etnia negra" (raramente Wilson) – utilizo o conceito como um termo clássico das ciências sociais, no qual representa a crença subjetiva de uma comunidade humana em uma origem comum, tal como definiu Weber (2004 p. 270). Essa crença subjetiva pode ser – e costuma ser – acionada politicamente no sentido de reivindicação de direitos e é o que se verifica contemporaneamente em Morro Alto.

pertencente à geração dos avós dos rapazes estudados por Sansone, experimentou formas de exclusão de natureza racial, não obstante um fenótipo de branco. O senhor entrevistado não é fenotipicamente negro, mas socialmente o *é*, ou *era* em Morro Alto. Mais do que a aparência, uma constelação de fatores sociais contribuía para as experiências de racialização.

Embora não me sinta à vontade para citar o nome desse informante, estou bastante confortável em explorar sua entrevista, sobretudo por sua situação singular entre as pessoas que ouvi: apesar de sua aparência, o senhor em questão *sentia-se* negro, ou melhor, moreno. Moreno, aqui, não representa uma coloração de pele, mas a coletividade na qual se percebia inserido.

> Rodrigo –Porque que o senhor disse que o senhor é branco, tem cor de branco, mas não é branco?
> Neto de Pulquéria Felisberta – Porque *não me tenho como garantido por branco*. Nunca tive esse orgulho de ser branco. Minha descendência é de família tudo moreno. Então *eu queria ser moreno pra acompanhar minha família*. A minha avó era preta que nem carvão. As outras minhas famílias é tudo preto... Compadre Teodoro, não é moreno? O senhor não viu ele lá?[73]

Três aspectos saltam aos olhos do excerto citado. Em primeiro lugar, embora os termos "moreno" e "preto" remetam à tez da pele quando referidos a indivíduos específicos – a avó e compadre Teodoro –, são intercambiáveis no que toca a coletividades. A descendência de família é "tudo moreno". "Minhas famílias" é tudo preto. Em segundo lugar, a aparência não era suficiente para a inserção social na sociedade branca. Ele não se tinha "garantido" por branco, e isso decorre de sua situação familiar, genealógica, étnica, racial e mesmo de classe. Não interessava sua "cor": era um camponês negro assim como os seus. Finalmente, ele não *queria* ser branco. Ele *queria* ser moreno, a fim de acompanhar seus familiares.

Se a "raça" era uma retórica, como quer Crapanzano (2001), ela era também muito mais do que isso. Resultava de disposições socialmente hierárquicas que conferiam lugares distintos às pessoas. Representava também uma adesão a determinada coletividade familiar e comunitária.[74] Era vivida concretamente por meio de

[73] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre. Grifos meus.

[74] Para Gilroy, a identidade negra não é uma mera categoria social e política a ser utilizada conforme as flutuações do poder de persuasão da retórica que a apóia ou legitima. "Seja o que for que os construcionistas radicais possam dizer, ela é vivida como um sentido experencial coerente (embora nem sempre estável) do eu [*self*]" (Gilroy, 2001, p. 209). Isso torna possível ao entrevistado, na contramão

experiências de segregação e racismo. Se as fronteiras entre brancos e negros poderiam ser negociadas e, por vezes, ultrapassadas,[75] existia um sólido lastro social a definir quem era quem. Finalmente, Mintz e Price (2003, p. 41 e 71) assinalaram a importância das relações sociais na definição da cultura – e aqui incluiríamos as fronteiras raciais, entendendo-as como um construto cultural.[76]

Em suma, ser moreno resultava de um compromisso político e afetivo para com a comunidade à qual pertencia: "'Ser moreno' e 'ser negro' têm em comum, além do fato de constituírem-se em oposição a um grupo que se define do mesmo para ambos (os 'de fora'), *serem formas de identificação de uma mesma coletividade*." (Gomes, 2003, p. 57, grifos meus). Quer dizer, se a identidade negra passou a ser mobilizada no sentido de conquistas de direitos[77] e de combate à desigualdade apenas muitos anos mais tarde, ela não inaugurou o caráter político da adesão a uma identidade racializada. Pelo contrário, foi o solo fértil da autopercepção como "morenos" que permitiu que a identidade "negra" brotasse.

Talvez os leitores não se sintam suficientemente convencidos do caráter genérico do termo "moreno", em contraposição à identificação cromática individual. Nesse caso, só me resta elencar novos exemplos,[78] nos quais se evidencia o caráter dos "morenos" como "aqueles que não eram brancos". Para a senhora Eva Marques Correia "não casava moreno com branco não".[79] Para a senhora Adiles Marques de Oliveira, por sua vez, "baile era separado, né. Moreno com moreno e branco com branco".[80] Já o pai de dona Diva e de dona Aurora "não gostava dessa coisa de classificação, de moreno, de

---

daquilo que Gilroy qualifica como "absolutismo étnico", considerar-se negro não obstante um fenótipo de branco, já que suas experiências pessoais o levam a isso.

[75] Como visto no capítulo 4, ao chegar em Porto Alegre, onde seus vínculos comunitários eram desconhecidos, o senhor que entrevistei desvencilhou-se do estigma que o impedia de ser considerado branco. Esse exemplo dá uma ideia da complexidade com que operavam condição social e fenótipo na separação entre negros e brancos – aparentemente, em Morro Alto operou o "preconceito de origem", mas em Porto Alegre, "o de marca" – e, por outro lado, ressalta o papel do baile, também em Porto Alegre, como lugar onde se manifestavam, por excelência, as fronteiras raciais. Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre. Grifos meus.

[76] Para uma discussão sobre como a ideia de raça foi construída culturalmente, ver Banton (1977) e Guimarães (2003).

[77] Inclusive territoriais e constitucionais, a exemplo do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

[78] Ao investigar categorias racializadas, fatalmente o entrevistador utiliza algumas palavras cromáticas ou raciais ao indagar os entrevistados. Para não dar espaço à realização de induções, apresento apenas exemplos nos quais esses termos classificatórios apareceram *espontaneamente* por parte dos sujeitos pesquisados.

[79] Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.

[80] Entrevista com dona Adiles Marques de Oliveira no dia 26 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.

branco” .[81] Finalmente (ver segundo interlúdio de racialização), para dona Diva seu avô “Ele é branco, não é moreno”.[82]

Se espero ter convencido os exigentes leitores – e suponho que os meus o sejam – da utilização da categoria “moreno” contraposta a “branco”, dou-me conta que pode não estar suficientemente esclarecido que ela era intercambiável com o termo “preto”. Só me resta, portanto, novamente apresentar outros exemplos. Edite Maria da Rosa, por exemplo, presenciou uma situação de racismo, quando uma professora afirmou que não deixaria sua filha casar com um “moreno”, a que a entrevistada retrucou se ela deixaria casar com Pelé, que “É preto *também*!”.[83]

Mais do que isso, por vezes “moreno” aparece como uma categoria genérica da qual “preto” ou “negro” aparecem como subcategorias cromáticas. É o que percebemos quando o neto de Pulquéria que entrevistei afirmou que sua bisavó era “era morena preta”.[84] Se minha interpretação estiver correta, “preta” adjetiva cromaticamente o substantivo “morena”, que diz respeito à condição sociorracial de Felisberta. Por vezes, até mesmo “negro” define uma subcategoria do termo mais genérico “moreno”. Ao descrever seus vizinhos no Espraiado, dona Aurora enfatizou: “Aí *moreno que era negro* era cá no Ermenegildo”.[85] Quer dizer, existiam morenos em geral, dentre os quais “morenos pretos” e “morenos que eram negros”. Existiam morenos negros, morenos pretos, morenos de todos os tipos. O que tinham em comum? Ao que me parece, o fato de não serem brancos.

Em geral, porém, a subcategoria “negro” possui uma conotação bastante distinta de “moreno”. Se a última palavra remete a uma identificação coletiva na fala dos mais velhos, a primeira remete aos seguintes aspectos:

- Ao passado escravista;
- A condições de trabalho degradantes;
- Aciona-se ao mencionar a falta de acesso a direitos;
- A personagens genéricos;
- Ao anonimato e à ausência de uma identidade pessoal específica.

[81] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.
[82] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[83] Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto. Grifo meu.
[84] Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 11 de fevereiro de 2009 em Porto Alegre.
[85] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.

Mattos (2000, p. 17) assinalou que até bem avançado o século XIX, o termo "negro" foi empregado de forma a remeter à condição cativa. A utilização, hoje em dia, desse termo por octagenários e nonagenários de Morro Alto parece atualizar essa significação. Talvez os leitores lembrem, no capítulo 2, o caso do "escravo que matou o senhor", símbolo por excelência da resistência escrava em Morro Alto. Ele foi referido por dona Diva como "negro".[86] Quando afirma que seu avô era branco e pobre e, portanto, escravo (ver segundo interlúdio de racialização), a mesma senhora destacou que era "igual aos negros". Existe um paralelismo entre "negro" e "escravo".[87] Essa associação entre o significante "negro" e a condição cativa parece radicalizada quando a senhora Eva Marques Correia o empregou para denotar aqueles que sofriam castigos físicos.[88] Finalmente, a prima de ambas, Ercília Marques da Rosa, narrou a história de um naufrágio de navio no "Capão da Negrada". Conforme contou, "Encostou um navio ou naufragou e os negros se espalharam. Então tem negro... O Morro Alto tem muito moreno que é descendente desses negros."[89] O último exemplo é bastante eloquente: a categoria "negro" remete ao passado escravista, enquanto os descendentes daqueles homens trazidos como mercadorias por meio do tráfico atlântico eram "morenos". Gomes (2003) destaca, em diversos momentos de seu estudo, haver um lapso geracional na utilização das categorias "negro" e "moreno" entre os referidos por seus entrevistados, a primeira remetendo à geração anterior.

Contudo, não apenas ao passado escravista a palavra "negro" remete. Em alguns casos, ela foi aplicada na reflexão acerca da realidade pós-Abolição. Todavia, sempre associada a condições brutais de trabalho:

> Aurora – Era brabo. Deus do céu. A pessoa trabalhar. E era o clarear do dia. Não tinha relógio. Não tinha nada. Clareava o dia e o *negro* tinha que saltar e o café era tomado às nove horas. Não era levantar de manhã, encher a barriga e sair. Não. Sair de barriga vazia, às nove horas que tinha o café. Podia trabalhar onde quisesse. Podia ser o serviço que fosse.[90]

> Aurora – Seis horas no centro, lá na cidade, o sino batia às seis horas e a *negra* às cinco e meia tinha que estar fora da cama pra o clarear do dia [...], às

[86] Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
[87] Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
[88] Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.
[89] Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 26 de agosto de 2001 na Prainha. Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi.
[90] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório. Grifo meu.

> sete horas cada um agarrava pro seu serviço, às oito horas tinha que estar no serviço, tinha que já ter dado café, ter feito tudo.[91]

A imagem do negro é associada à realidade de sofrimento, a vivências brutalizantes, à indiferenciação legada pelo cativeiro e à percepção de sua continuidade após o 13 de maio. Também é mencionada nos discursos acerca da privação de direitos (Gomes, 2003, p. 49). Assim como "morenos", a categoria "negros" também é empregada na definição da segregação racial representada pelos bailes. Se aqui se aproximam, o que diferencia ambas palavras é o seu emprego em *outras* situações. A primeira parece indicar um pertencimento coletivo e o termo "negro", a impotência face à falta de prerrogativas.[92]

Quem não podia entrar no campo de futebol do Grêmio? Os negros.[93] Quem era desfavorecido pela professora na escola? O negro.[94] Quem não podia dançar com o rapaz branco, mesmo sendo "clara"? A moça negra.[95] Quem era ultrajado com o insulto de macaco? O negro.[96] Quem viu a herança senhorial ser subtraída e vendida por terceiros? Os negros.[97] Quem não tinha o direito de casar-se ou ser registrado? O negro.[98] Quem "não tinha direito a nada"? O negro.[99]

Assim sendo, é óbvio que a afirmação da identidade individual e, no limite, da própria humanidade, passava pela assunção de outras formas de designação menos carregadas por significações negativas. Lembremos do segundo capítulo, quando se discutiu as experiências inomináveis da realidade escravista; também o pós-Abolição teve aspectos degradantes dos quais é melhor esquecer e que, desse ponto de vista, preencheram o significante "negro". Contrariamente à geração posterior, em que essa

---

[91] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório. Grifo meu.
[92] Mello (2012, p. 84, 100-102) também assinalou a preferência pelo termo moreno face ao termo "negro", considerado uma palavra "muito aguda" na comunidade gaúcha de Cambará, por ele estudada.
[93] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[94] Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
[95] Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.
[96] Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.
[97] Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.
[98] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.
[99] Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.

categoria se converteria em símbolo de orgulho, então, "negro" era associado a situações vexatórias.[100]

Não é surpreendente, portanto, que os entrevistados em geral se tenham identificado como "morenos", categoria de caráter eufêmico, utilizada por educação, respeito ou estima (Corrêa, 1978b). "Negro" aparece sempre, nessa geração, como uma categoria genérica, utilizada na designação de terceiros não-nomeados e nunca, jamais, como uma forma de autoidentificação. Sempre na terceira pessoa.

***

No dia 21 de novembro de 2010 entrevistei Cleci Terra da Silva, filha de Diva Inácia Marques Terra, bisneta da escrava Felisberta. Ao introduzir um assunto, ela assim me disse: "Eu como negra vou te dizer uma coisa".[101] *Eu como negra*. Há uma clara ruptura em relação à geração de sua mãe e de suas tias no emprego de termos racializados. Para concluir este último "interlúdio de racialização", tomo como objetivo a interpretação desse deslocamento. Essa autoidentificação, por vezes, pode ser coletiva, como na fala de Wilson, filho da prima-irmã da mãe de Cleci. A liderança comunitária assinala uma mudança de correlação de forças a favor do grupo por ele representado a partir da conclusão do laudo de Morro Alto: "hoje tá uma boa relação, é, pra *nós* negros, né".[102]

Seja individual ou coletiva, a percepção do negro como eu/nós é consequência de uma positivação desse termo.[103] Ao contrário do rol de desgraças, sofrimentos e misérias associadas a esse termo pela geração precedente, Cleci indaga-se "Mas será que o negro não tem tanta coisa boa pra falar?"[104] E arremata, observando o quanto se sente comovida ao ver um negro "lá em cima". Essa ressignificação, portanto, passa por processos de ascensão social vivenciados pela comunidade negra. Tal como sua mãe,

---

[100] "Embora a cor de pele associada a essa classificação seja a 'negra', 'os morenos' é uma designação considerada hoje [2003] menos pejorativa, indicando uma possível estratégia de alteração de designação em função da carga altamente pejorativa atribuída ao termo 'negro'" (Gomes, 2003, p. 59).

[101] A coisa que Cleci quis-me dizer era que ela não acreditava nas narrativas segundo as quais os patrões batiam uma sineta para se dirigir aos empregados. A descrença é uma maneira de expressar a ojeriza, ao horror à situação de desrespeito social. Já dissertei acerca da dificuldade de dar crédito a relatos de semelhantes experiências de sofrimento. Nesse momento, interessa-me o fato dela ter reivindicado a condição negra como forma de sustentar seu ponto de vista.

[102] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

[103] Infelizmente, não me sinto habilitado a datá-la. O fato é que em fins dos anos de 1970, o termo "negro" ainda era relegado como pejorativo e ainda se privilegiava a categoria "moreno". (Corrêa, 1978b)

[104] Entrevista com Cleci Terra da Silva no dia 21 de novembro de 2010 em Osório.

Cleci é profundamente religiosa,[105] e é nesse campo que expressa tal emoção: seja pelo caso de um padre negro em Osório, seja por sua experiência pessoal ao cantar no coral da Igreja. Essa situação é contraposta a um "antes", quando aos negros era vedada a entrada em templos católicos.

No mesmo passo em que se emprega o termo "negro" sob novas feições e com novos significados, decai a utilização dos termos "preto" e "moreno". Cleci não os utiliza uma vez sequer. Seu primo Wilson e sua esposa, Marilda Aparecida Souza da Rosa, utilizam o termo "Preta" apenas para se referir ao apelido carinhoso de sua mãe/sogra. Jamais aparece como designativo de uma comunidade racializada, para o que emprega-se o termo "negro" constantemente. Tampouco o "moreno", tão caro à geração precedente, é utilizado.[106]

Na fala do Presidente da Associação de Moradores de Morro Alto há, evidentemente, narrativas de sofrimento, conforme visto no capítulo 6. Mas o negro aparece sobretudo como sujeito de uma luta coletiva: o processo de luta pela Reforma Agrária, descrito brevemente no capítulo 4, é entendido como um "levante negro"; ao falar sobre o Capão da Negrada, menciona a "resistência negra" numa "Revolução".[107] São diversos os exemplos. Da mesma forma, mesmo quando Cleci menciona "os negros" de uma forma genérica, não se trata de sujeitos inomináveis que passaram por experiências sociais vexatórias, e sim de uma coletividade em busca de direitos de cidadania. Ela relatou, um pouco desconfiada, que viu diversas pessoas pobres se cadastrarem na casa de sua mãe almejando a obtenção dos direitos como "remanescentes de quilombos".

> Cleci – Porque uma vez na minha mãe eles vieram, veio um monte de *negros* com identidade, com tudo, escreveram o nome deles, e deram o número de identidade e tudo. Sabe, e até bastante gente, tinha bastante gente humilde, simples, que eu até nem sei pra onde é que foi aquilo.[108]

Quer dizer, mesmo quando não nomeado individualmente, mesmo quando mencionado na terceira pessoa, o "negro" é um sujeito político ativo, um personagem

[105] Cleci estava em dúvida se eu poderia entrevistá-la. Só decidiu fazê-lo após a festa do Rosário de 2010, quando Nossa Senhora a "iluminou" para que tomasse tal decisão. Felizmente a santa esteve ao lado da minha pesquisa. Diário de campo de 15 de outubro de 2010 em Osório.
[106] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.
[107] Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa. Infelizmente, não consegui apurar de que processo revolucionário se trata. A Farroupilha? A Federalista? 1923? 1930? Eu não sei.
[108] Entrevista com Cleci Terra da Silva no dia 21 de novembro de 2010 em Osório. Grifos meus.

relevante no quadro de relações sociais do Brasil contemporâneo.[109] Isso dá-se pelo fato de constituir um *povo*. Essa categoria adquire maior relevo quando percebemos que não está presente apenas na fala da liderança política comunitária – Wilson –, mas também no de uma liderança religiosa em Osório – Cleci –, não envolvida com as demandas políticas das quais seu primo é porta-voz. O *povo negro* é um sujeito político coletivo e atuante. Enquanto Cleci se indaga "Aonde que vão arrumar tanta terra naquele Morro Alto pra esse *povo* negro todo?", Wilson destaca que o negro é um *povo* que tem direitos através de ações afirmativas e que o laudo é um documento de afirmação desse *povo*.[110] Para além de diversos posicionamentos entre os primos, há um idioma político comum através do qual eventuais divergências se expressam.

Wilson lembra que o Partido Democrático Trabalhista –a que pertence, bem como seus inspiradores de luta política – liderou com o movimento negro a inclusão do artigo 68 na Constituição de 1988. Sublinha a importância do deputado Carlos Alberto de Oliveira, Caó, autor da lei 7.716/1989, que tipificou os crimes de racismo, e de Abdias do Nascimento, primeiro senador negro, ambos pertencentes ao PDT. Procurando enfatizar a participação da agremiação da qual faz parte, ele sublinha a importância e a emergência do movimento negro, no período de redemocratização do país, para a conquista dos direitos pelos quais, hoje, a comunidade de Morro Alto luta.

Não há dúvidas da importância da mobilização negra naqueles atribulados anos na redefinição dos significados do termo em questão. No que toca a Osório, existe, não há dúvidas, o reflexo dos debates feitos nacionalmente, especialmente em um momento no qual *os mais novos não sabem tanto por causa da televisão*. Homens e mulheres, jovens e adultos da década de 1980 acompanhavam e estavam bem informados sobre o que acontecia em seu país. No entanto, acredito que não foi *apenas* isso. Considerar os sujeitos pesquisados como meros consumidores das formulações políticas do movimento negro em um plano nacional é subestimá-los.

Novamente, um paralelo entre Wilson e Cleci pode ser esclarecedor. Ele, um homem político envolvido em lutas sociais e na disputa partidária desde sua juventude: partiu ainda moço para Porto Alegre a fim de trabalhar com o deputado Romildo

---

[109] Em estudo realizado dez anos antes do meu, Gomes assinalou, de forma inspiradora aos meus resultados, que, na ocasião, a categoria "negro" remetia a um passado, e "moreno", à identificação naquele momento. Contudo, o autor também intuiu que a percepção de uma "raça negra" apontava para o futuro, o que realmente verifiquei (Gomes, 2003, p. 86).

[110] Entrevista com Cleci Terra da Silva no dia 21 de novembro de 2010 em Osório. Grifos meus. Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.

Bolzan. Ela, trabalhou de cozinheira e cafeteira em hotéis enquanto solteira. Após casar-se, dedicou-se às atividades de dona de casa. Além da aptidão para a cozinha, Cleci herdou de Diva seu papel de liderança religiosa frente à paróquia de Osório.

Com perfis tão distintos, seria de esperar que Wilson tivesse uma "consciência negra" mais aguçada que Cleci. Isso, no entanto, não ocorre. Ambos utilizaram apenas essa categoria ao problematizar processos contemporâneos de racialização. Mais do que isso, ela foi ainda mais enfática do que seu primo ao destacar-se como negra. Não se tratava apenas de uma identidade pessoal, mas também do lugar de onde falava para propor-me uma assertiva. "Eu como negra vou te dizer uma coisa".[111] A vigorosa condição negra era o que *a qualificava* para expressar um ponto de vista *a respeito da experiência desse grupo*. Cleci não se engaja na luta social do Morro Alto. Há, não há dúvidas, um papel dessa mobilização étnica no deslocamento semântico da categoria "moreno" para "negro". Porém, a entrevistada prova que não apenas aqueles que vivem de forma mais intensa essa batalha passaram a empregar o termo "negro" no seu uso cotidiano.

Vivendo no meio urbano é possível que a entrevistada tenha sofrido influência de militantes, professores ou vizinhos, a ponto de reformular categorias de classificação racial e de explicação de desigualdades do mundo que a cerca. Ela está sujeita à influência de noticiários na televisão e no rádio. Não está alienada do mundo ao seu redor, evidentemente. No entanto, recuso-me a acreditar que meus entrevistados sejam recipientes vazios a serem "preenchidos" pelas informações do mundo exterior. Como já disse, as práticas ativas de recepção que caracterizam a posição do "leitor" nas formulações recentes acerca da palavra escrita (Certeau, 1994, Chartier, 1998) podem ser pensadas também no que toca ao texto oral, ou mesmo audiovisual. Admitindo que Cleci tenha adquirido um discurso de "negritude" junto a militantes, professores, vizinhos, televisão, rádio, todos juntos, o que seja, tal só foi possível por estar embebida em um caldo cultural próprio que possibilitou que isso acontecesse.

Identifiquei três aspectos-chave nesse processo. Em primeiro lugar, as experiências de discriminação enfrentadas desde a infância por qualquer indivíduo moreno, preto, negro – o que for – tornam-no propício à recepção de um discurso de resistência e orgulho. Em segundo lugar, as trajetórias de ascensão social de negros e a conquista de "um lugar ao sol" foram palpáveis para Cleci, e devidamente sublinhadas

[111] Ver nota 101.

em sua fala. Trata-se de um fenômeno *objetivo*. Finalmente, e aqui me parece estar o elemento mais importante, se há, por um lado, uma ruptura com a geração anterior no significado dado ao termo "negro", por outro, mesmo entre os pais e avós existia uma consciência das hierarquias sociais que racializavam os indivíduos e uma percepção arguta de quem eram os "nós" e de quem eram os "eles".

Ainda que expressassem tais diferenças por meio da noção de "morenos", esse não representava, aos meus olhos, um esforço de branqueamento. Pelo contrário, representava uma tentativa de afastar-se de uma identidade negativa representada pelo termo "negros". A partir do momento em que essa categoria foi positivada, foi aquela preferencial para expressar as experiências de racialização. Há uma ruptura, sim. Mas essa ruptura, contraditoriamente, dá-se sob o signo da herança[112]. Se, com frequência, essa continuidade é minimizada e o termo "negro" é absolutizado como o único pelo qual se pode expressar uma "consciência crítica", é porque "a identidade grupal só parece funcionar – ou, pelo menos, funcionar melhor – quando é vista por seus membros como natural, como 'real'" (Appiah, 1997, p. 244). No entanto, foi a herança de uma consciência de alteridade, expressa pelo termo "morenos", que permitiu que a geração posterior se descobrisse "negra". De "morenos" a "negros": no caso de Morro Alto, no solo fértil da autopercepção como morenos, emergiu uma nova categoria.

Permito-me assim uma pequena discordância com o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida. Segundo o autor,

> A nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo camponês. Os termos e denominações de uso local politizam-se. Ou ainda, o uso cotidiano e difuso destes termos acompanha a politização das realidades locais: *os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana*. (Almeida, 2004, p. 22. Grifos meus).

"*Advento* de identidades"; "*Erigir* em sujeitos da ação", são os termos propostos pelo autor. Creio que os quilombolas, que melhor conheço, não se constroem como sujeitos de ação apenas a partir do momento em que politizam suas referências de autoidentificação no sentido de atingir direitos. Possivelmente pode-se politizar outras categorias – negro – que não as tradicionais – moreno –, sem que isso represente demérito à "tradicionalidade". As categorias são, simplesmente, dinâmicas. Diversos

[112] O legado familiar na "descoberta da negritude" foi destacado por Alberti e Pereira, 2007, p. 37-48.

estudos têm demonstrado que eles têm uma historicidade anterior às mobilizações contemporâneas. São sujeitos sociais, independentemente de pleitos (Mattos, 2005b, Mello, 2012, Salaini, 2012). A saga da família visitada nesta tese corrobora a última perspectiva. Foram sujeitos de ação em densas camadas de historicidade.

# Aonde o mapa nos levou

*O cipozal*

Estranho o mapa desta tese. Ele nunca teve um X apontando a localização do tesouro. Sequer existe tesouro, ao menos como ponto final do processo de pesquisa. O único tesouro encontrei foi logo no começo: as entrevistas através das quais pude compartilhar um pouco da memória dos sujeitos pesquisados. Tais tesouros me levaram a caminhos tortuosos por meio dos quais procurei percorrer um *cipozal*, como os habitantes de Morro Alto descrevem sua complexa trama de relações de parentesco. Talvez tenha-me perdido, no fascínio que ela despertaria em qualquer historiador *interesseiro*. Foram muitos caminhos secundários, atalhos, desvios. Como não se perder na densa historicidade de mais de um século e meio de história familiar?

Todavia, nesses itinerários percorridos pude localizar algumas pistas que talvez possam contribuir à construção do conhecimento histórico acerca do pós-Abolição. Além disso, creio que por mais que me tenha enredado nos seus cipós, o horizonte de minha hipótese – o desenvolvimento de uma *consciência histórica* operada pela oralidade e pela palavra escrita, pela memória e pelas história, pelas práticas de nominação e pelas experiências de racialização –, por parte do grupo estudado, sempre norteou minhas preocupações e serviu-me como farol. As conclusões aqui arroladas possuem duas naturezas: aquelas relacionadas ao meu argumento central e outras não diretamente ligadas a ele, pontuais, mas não desprovidas de valor. Trata-se de peneirá-

las. De alguma maneira ou outra, contribuem à construção do conhecimento histórico. Revisitemos as últimas.

*Atalhos, desvios*

Se a narrativa de história social se presta a oferecer um contexto a partir do qual a história da memória pode ser escrita – e na qual deve ser inscrita – ao reconstituir parte das tramas desse cipozal, embora não fosse meu objetivo principal, creio ter apresentado algumas contribuições à história social da escravidão e do pós-Abolição. Os leitores atentos deverão lembrar que afirmei, na nota 4 do "mapa da tese", que se tais aportes existissem, "seria lucro". Apresento, pois, alguns argumentos aqui desenvolvidos, e deixo aos seus juízos avaliar se lucro há. Procurei dar-lhes uma ordem cronológica, não necessariamente seguindo a ordem de exposição ao longo dos capítulos.

Ao abordar a geração dos escravos, referiu-se a existência de uma hierarquia interna ao conjunto dos cativos, definida pela antiguidade na escravaria, pelo grau de especialização e por possíveis vínculos familiares com a casa-grande. Tal se deu em uma unidade produtiva dedicada, entre outras coisas, à produção de açúcar e aguardente, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo tráfico atlântico. Com o cessar desse, a fazenda do Morro Alto decaiu. Assinalei ainda que, embora inserida nas engrenagens econômicas do tráfico negreiro, a região analisada não foi grande tributária do afluxo de africanos ao Brasil na primeira metade do século XIX. Pelo contrário, o principal contingente da freguesia em questão era composto por escravos crioulos, por vezes havia gerações. Finalmente, o ocaso do século XIX favoreceu a existência de estatutos sociais ambíguos que, contudo, refletiam uma sociedade na qual os papéis estavam em processo de redefinição.

Na geração seguinte, arrolou-se a possibilidade de permanência de um campesinato negro na região. Procurei esmiuçar a existência de noções locais de legitimidade, à margem daquelas legal e eclesiasticamente definidas, caracterizadas pela constituição de uma *casa*. Também se buscou relativizar o caráter vertical ou horizontal das relações de apadrinhamento e compadrio. Verifiquei que, posto que a família era uma unidade básica na sobrevivência no pós-Abolição, havia uma grande preocupação em assegurar um destino à prole. Um instrumento para tal era a delegação da palavra escrita, como uma maneira de "driblar" o analfabetismo. Essa sempre era associada a

caminhos para a ascensão social. As missivas redigidas dessa maneira eram pródigas em fórmulas estereotipadas de comunicação. Apesar da pretensão de assegurar um futuro a todos os filhos, a lógica camponesa levou ao privilégio do filho mais velho do sexo masculino. Quanto aos *ilegítimos*, a eles coube procurar a cessão, por fazendeiros, de um espaço de moradia e cultivo, arranjo bastante comum em inícios do século XX. Sustento ainda que o passado escravo e o conhecimento que os fazendeiros tinham daquelas famílias era uma peça importante na tolerância diferenciada da qual se podia usufruir.

Tive o intuito de demonstrar que, mesmo em uma República excludente, os camponeses negros procuraram encontrar canais para exercício de direitos de cidadania, ao regularizar o acesso à terra, acionar a Justiça na busca por seus direitos – e espero ter conseguido explicar que nesse campo os fazendeiros não eram *onipotentes* –, ao buscar acesso aos registros civis (inclusive no meio rural), ou ainda, ao fazerem questão de serem tratados por nomes próprios, e não homogeneizados como massa indiferenciada. Também a utilização de categorias racializadas de classificação foi um campo de disputas de processos de cidadania.

Assinalei ainda que houve uma continuidade, no caso em questão, em relação a muitos ofícios desempenhados pelos pais escravos, e até mesmo com a família senhorial para quem aqueles serviços foram desempenhados. Verifiquei também a existência de um tenso jogo entre endogamia e exogamia na elaboração de complexas estratégias matrimoniais, no qual podia pesar o casamento com primos ou a aliança com outras famílias de mesmo *status* – ou ambas as coisas. Por fim, contrapondo-me a determinadas concepções de campesinato, procurei demonstrar que os sujeitos sociais em questão recorriam e participavam do mercado de produtos, por vezes de maneira desfavorável e sofrida.

No que toca à geração seguinte, discuti que os processos macrossociais não são, por si só, explicativos das motivações que levaram às migrações: aspectos díspares como processos de expropriação, queda da fertilidade da terra, afirmação de uma identidade masculina, a existência de redes de apoio familiar e a busca por direitos trabalhistas – aos quais homens e mulheres tinham um acesso diferenciado – apareceram como fatores importantes desse fenômeno. Também analisei a passagem de relações tradicionais e solidárias no meio rural para uma mercantilização do acesso à mão-de-obra e de benfeitorias. Verificou-se o predomínio da patrilocalidade mesmo em situações de migração, o que indica que a urbanização não subsume as práticas culturais

habituais. Finalmente, verificou-se a importância da figura de Getúlio Vargas como aquele que concedeu os direitos trabalhistas, e a percepção da ausência dos mesmos direitos como *tipo dos escravos*.

No primeiro 'interlúdio de racialização', em um período coincidente com essa geração, observei que, por um lado, o ambiente escolar era um espaço de internalização de hierarquias raciais; por outro, a duramente conquistada condição de professora era um espaço de empoderamento para as mulheres – já que lhes conferia um lugar *honrado* no espaço da *rua*, masculino por excelência, refletindo até mesmo em uma situação privilegiada no mercado matrimonial, para além da tez da pele. Ser professora era uma conquista de respeitabilidade, de deferência e de orgulho étnico, posto que oferecia um espelho para os jovens se mirarem e uma possibilidade de exercício mais equânime, racialmente, da autoridade professoral. Tal trajetória de ascensão foi explicada pelo binômio conquistas-consideração, por vezes acompanhado pelo aspecto da resistência. Tais elementos são recorrentes nas narrativas dos entrevistados, sob "n" aspectos.

Rememorados esses caminhos que me desviaram um pouco de minha trilha, mas não total, nem inutilmente, volto para as contribuições mais substanciais de meu trabalho para a história da memória do campesinato negro, metonimizado[1] pela "*gente* da Felisberta". Para tanto, apresento aos leitores uma senhora que conheci em minhas andanças pelo cipozal.

*Ela trabalhou na fazenda de Rosa Osório Marques*

Em certa ocasião de meus itinerários de pesquisa, tive oportunidade de conversar com uma senhora, bastante velhinha.[2] Ela, em tom confessional, segredou-me que havia trabalhado na casa de Rosa Osório Marques. Ela *conheceu* a senhora de escravos. *Trabalhou* para ela. Qualquer desavisado – eu cheguei a pensar assim em um primeiro momento – interpretaria sua fala como uma simples confusão geracional de uma pessoa idosa. No entanto, não é assim. Trata-se, talvez, do testemunho mais vigoroso da maneira como os pesquisados relacionam-se com o passado. Ela poderia ter feito qualquer outra imprecisão, mas fez essa. Ela *encarnou* o ancestral, sua avó escrava.

Foi o exemplo mais acabado que encontrei de *produção de presença*. Em nenhum momento o passado e o presente encontraram-se de forma tão plena: eles

[1] Permito-me o neologismo pelo paralelo com "metaforizado", amplamente utilizado e aceito.
[2] Mantenho seu anonimato para não expô-la. Porém explicito de forma veemente que não era integrante da "*gente* da Felisberta", embora longinquamente aparentada – como todos, aliás, em Morro Alto.

sintetizaram-se na pessoa da própria locutora. Em nenhum momento do processo de pesquisa a memória encarou e desafiou de forma tão atrevida a competência do historiador. Ao relacionar-se pessoalmente com uma personagem da qual ouviu falar, desde a tenra infância, através do registro oral, debochava inconscientemente de minha incapacidade inscrever essa experiência por escrito. Embora essa senhora não me tenha falado de nominação ou experiências de racialização, creio que esses aspectos também estavam em jogo no embate em questão. Ao menos pretendo ter demonstrado sua importância na *consciência histórica* do grupo estudado. De qualquer forma foi impossível levar a conversa adiante. Havia ruído, ela falava muito baixinho, estava cansada e seus familiares estavam com pressa para retirá-la daquele ambiente. Se percebessem o teor da conversa, provavelmente censurariam a idosa.

Desse duelo entre memória e história, não existiram perdedores. Seria inútil explicá-la que Rosa Osório Marques faleceu muito antes de seu nascimento. Seria inútil impor minha palavra à daquela anciã. Mas fui vencedor, porque refletindo sobre o episódio, agora, no momento final de escrita da tese, posso recuperar alguns dos argumentos mais marcantes deste trabalho. Através da generosidade dessa idosa, que me confiou um segredo que provavelmente seria censurado pelos seus, posso-me propor um arremate da trama tecida nesta tese. Apenas desta, porque o cipozal, ah, esse jamais poderá conhecer um desenlace! Seria muita pretensão de minha parte...

*Caminhos principais*

A comunidade estudada constrói sua identidade coletiva através da noção de herança. Esse aspecto foi recorrente ao longo de todo trabalho. Em Morro Alto herda-se de tudo um pouco: terras, mas também documentos, ferramentas de trabalho, profissões, clientes dessas profissões, vínculos sociais horizontais e verticais, espadas, *tecnonímicos*, prenomes! Isso não é linear? Não é. Não há exceções e rupturas nessa aparente linha de continuidade? Há. Todavia, é um mecanismo recorrente de articulação entre passado e presente. Somente em um limite, até mesmo caricatural – e *apenas* no limite, no caso da senhora bastante idosa e que por conta disso está, talvez, perdendo a lucidez –, herda-se a *persona* do ancestral. Trata-se de um caso extremo, e que apenas a idade avançada pôde evidenciar, do lugar da *herança* entre os pesquisados. Todos, a não ser essa senhora, têm consciência de que *não se fundem*, apenas por esses motivos, àqueles que os precederam. No entanto, é através desses mecanismos que o passado

presentifica-se na atualidade. É a *produção de presença* assegurada dessa forma que alimenta a identidade social do grupo.

Não procurei omitir as diferenças e rupturas presentes, no caso da família elencada, ao longo de um século e meio – representadas pela lei do ventre-livre, pela abolição da escravidão, pela aquisição de terrenos, pelas migrações, pela consolidação das leis trabalhistas, pelas trajetórias de ascensão social, pela inserção no meio urbano, pela mobilização comunitária étnica. Existe, no entanto, a noção de que uma herança – não necessariamente material, mas também – conecta o presente e o passado e, ainda, de que o passado escravista é uma lembrança que pode e deve ser preservada ou recuperada.

A *produção de presença* verifica-se ainda, conforme visto, na relação com a palavra escrita. Por outro lado, esta é sacralizada *apenas* na medida em que lhe é reservado um lugar de mistério, inacessível e à parte. Ao se propor a "revelar" seus segredos, a história alimenta a memória tanto quanto a memória alimenta a história. Esse processamento, contudo, não é acrítico: a memória familiar apropria-se do discurso do historiador. O questiona. Dele duvida. A ele lança questões. O interpreta. Sim, meus narradores são intérpretes. Se propõem problemas que, evidentemente, não são os mesmos do historiador. É exatamente por essa razão que esmiuçar as relações entre palavra escrita e oralidade revelou-se de fundamental importância para compreender a consciência histórica do grupo estudado, isto é, a maneira como ele *indaga* e *debruça-se* sobre seu passado. Algo muito distinto de um conhecimento histórico acadêmico (embora com ele converse), mas muito além de um simples rememorar.

Além da herança, outra questão que perpassa a tese está na relação entre a *casa* e a *rua*. Se essa é uma oposição recorrente na cultura brasileira, ela é gritante no grupo que circunscrevi para estudar, delineando relações e identidades de gênero, mas não só. Às mulheres se prescrevia o espaço doméstico, ao passo que os homens cuidavam do domínio público. As poucas que se arriscavam a ultrapassar essa fronteira – à exceção das professoras, condição feminina respeitável por excelência – podiam expor-se a questionamentos quanto a sua honra e respeitabilidade. Isso não significa, em absoluto, que elas fossem pacatas e submissas. Pelo contrário, os leitores poder-se-ão lembrar de diversos momentos, em meu texto, em que ocorreu um tensionamento entre valores sexistas e protagonismo feminino. No entanto, tais valores operavam. A tensão entre uma *casa* feminina e uma *rua* masculina conformou relações e representações. Os significantes "Felisberta" e "Manoel Inácio" foram assim preenchidos pela memória. A

defesa da honra da mulher negra, no “Baile do Biriva” foi fundamental para a defesa de uma honra étnica, e que passava pelo seu pertencimento ao mundo da *rua* ou ao mundo da *casa*. Até mesmo os tipos de memória que os entrevistados e as entrevistadas têm são radicalmente distintas. Elas falam, majoritariamente, sobre relações de parentesco e do trabalho na roça. Eles falam, majoritariamente, das experiências no mundo do trabalho – o *serviço* – e da interlocução com o jurídico. Por outro lado, os leitores lembrar-se-ão do exemplo da “adaga” e dos “grãos”. Um projeto doméstico, camponês, a *casa*, por fim acabou por englobar a *rua*. A experiência militar e a acumulação e ascensão por ela oportunizada foram investidas na aquisição de um terreno voltado à produção agrícola. Isso podia ocorrer.

A memória da escravidão também aparece com destaque na história da memória do grupo estudado. Houve, não há dúvidas, um privilégio desta em relação à memória do pós-Abolição, devido a uma expectativa dos entrevistados de que seria este o aspecto que me interessava mais. No entanto, estou convicto de que as lembranças do cativeiro são conformadoras da identidade e da memória social do grupo estudado. Há interferência, sim, do lugar do entrevistador e de sua trajetória em uma experiência de pesquisa anterior. Mas não é só isso.

O cativeiro é lembrado como um período sobretudo de trabalho para outrem, falta de *governo* e degradação humana. Tais experiências dificilmente são nomeadas. São referidas em uma terceira pessoa sem nome. São muito sofridas. Exatamente por esse motivo, a percepção de seus ancestrais como *escravos livres* alivia a conotação pejorativa da experiência cativa e corrobora a autorrepresentação dessa família como um grupo especial, importante e com distintividade. Essa distintividade é associada à figura de Manoel Inácio que é apontado como *branco*.

Por outro lado, ao contrário dos parentes “italianos”, essa família nunca se permitiu e nunca pretendeu abrir mão de uma identidade negra e das raízes africanas, representadas sobretudo pela figura de Felisberta. Pelo contrário, ela, mais do que nunca, é valorizada em um contexto de emergência étnica – e não apenas por ser herdeira de Rosa Marques. É irônico observar, como lembrarão os leitores, que querer nem sempre é poder: a alguns dos *italianos* que “embranqueceram”, também foi vedado o reconhecimento dessa condição racial. Socialmente, sabia-se muito bem quem era branco e quem era negro, e impunham-se limites à atuação dos últimos. Tais mecanismos de definição de lugares sociais operavam na informalidade – a exemplo dos bailes –, não sendo os critérios cartoriais ou policiais definidores das experiências

sociais. Creio ser esta uma contribuição importante do presente trabalho: a relativização do poder definidor dos registros de "cores" face à dimensão do vivido e às tramas de relações sociais usuais. De qualquer maneira, os "italianos" desapareceram das narrativas. Foram apagados da memória coletiva, talvez porque uma origem comum nem sempre coincida com um destino compartilhado.

No que tange à questão nominal, percebeu-se que a utilização do nome senhorial, por si só, não dá conta das práticas de nominação. Ser denominado com o sobrenome do senhor não era para todos. Além disso, existia um complexo sistema de herança de prenomes e *tecnonímicos*, e eles remetiam à memória do cativeiro: parcela significativa dos familiares a quem se emprestava prenomes foram escravos, mesmo havendo parentes livres "disponíveis". Se em seu *conteúdo* os nomes não se evidenciam como aparentemente africanos, sustento que há uma herança do continente original na *linguagem* através da qual se expressam: com efeito, as práticas de nominação reproduzem e reconstroem, no Novo Mundo, um sistema de linhagens que, admito, cabe estudar melhor. Todavia, para efeitos de minha argumentação, importante aqui é entender que o nome é uma *metáfora da história*, ou seja, uma maneira encontrada pelos sujeitos pesquisados para falar de seu passado. Trata-se, portanto, de mais um veículo pelos quais se expressava a *consciência histórica* que sustento. Ao conferir os nomes ancestrais a seus filhos, a "*gente* da Felisberta" debruçava-se sobre e pensava seu passado.

É bem verdade que existe uma ruptura na "geração de quilombolas". Não se possuía mais os nomes ancestrais. A memória do cativeiro difere daquela de seus pais. Mais inexata, mais fragmentária, mais pontual. Há, é claro, uma passagem de uma memória tradicional, que remete a tradições orais e à palavra que passa de geração em geração (*Erfahrung*) a outra mais individual, que remete à experiência vivida, animada por meios de comunicação de massa (*Erlebnis*). Essa passagem é percebida pelos próprios entrevistados quando atribuem à televisão a mudança do perfil da memória por eles também constatada. No entanto, não me contentei com essa explicação e afirmei que há, também, uma influência do fato de que os circuito da memória, no grupo em questão, dava-se entre avós e netos, e não entre pais e filhos. Avós que viveram a experiência do cativeiro a relataram para seus netos. Para a "geração de camponeses", porém, com raras exceções, aquele era um passado que fazia mais sentido deixar de lado. No entanto, a atualidade traz de volta a curiosidade sobre o passado escravo. *Erlebnis* quer recuperar *Erfahrung*. Alimentar-se do outro tipo de memória. Tal está

relacionado, é evidente, pela conjuntura política atual da comunidade estudada, por suas demandas como *remanescentes de quilombos*. Mas para isso pesam, também, as dinâmicas dos processos de racialização vividos pelo grupo durante o século XX. Convido os leitores a acompanhar-me na sua exposição.

Procurei demonstrar nos "interlúdios", que o uso das categorias de "cor" em documentos escritos – processos criminais e registros civis – não passa de uma representação opaca e distorcida das relações sociais vividas no cotidiano. Indivíduos qualificados como 'brancos' poderiam estar imersos em relações comunitárias e sociais de uma comunidade negra. O contrário também era verdadeiro. Creio que tais denominações, nos documentos oficiais, expressavam antes de tudo formalidades jurídicas ou percepções cromáticas dos tabeliães. Isso não significa, em absoluto, que inexistissem hierarquias raciais. Pelo contrário, elas eram muito palpáveis, porém implícitas. Operavam no cotidiano e não dependiam de formalização escrita. Os bailes eram o espaço por excelência onde essas fronteiras de segregação operavam. Quando se falava em racismo, nas entrevistas, sempre se falava em baile. Não interessava o fenótipo, não interessava a maneira como foi registrado ao nascer, não interessava a forma como foi (ou não) designado em um eventual processo criminal. Aqueles que não fossem socialmente brancos não podiam entrar. Trata-se de categoria sociológica, não biológica, não jurídica, não cartorial. E, como tal, implicava em uma adesão *política* e *afetiva.* Trouxe um exemplo de um senhor percebido por muitos como "branco" que preferia ser "moreno" para "acompanhar" sua família. Assim, sustento que a autopercepção como grupo diferenciado – e segregado – não se inaugura com o movimento negro, que apenas realizou uma ressignificação em relação à categoria "negro" – e a utilizei de forma genérica ao longo do trabalho, quer por motivos de objetividade, quer por ser o termo contemporaneamente utilizado. Não me omiti, porém, de fazer a discussão pertinente das categorias de racialização no último interlúdio.

Antes do referido processo de ressignificação e politização do termo "negro" eles percebiam-se como "morenos". Tal se dava pela pesada carga pejorativa associada ao primeiro termo. Embora não apareça na documentação oficial – e exatamente em decorrência do que exponho a seguir – "negro" era uma categoria corrente. Aparece nas entrevistas sempre de forma a remeter à escravidão e/ou circunstâncias de trabalho degradantes. Ninguém queria ser associado a tal denominação. A categoria "moreno" era mais genérica e isenta de tal peso semântico. Sustento, veementemente, que ela não

representava uma perspectiva de “branqueamento”. Trata-se, pelo contrário, de uma forma de percepção da alteridade e de hierarquias raciais. Os idosos não são ingênuos.

A geração seguinte não inaugurou a autopercepção racial, mas a politizou de uma forma sem precedentes, ao realizar o deslocamento semântico que positivou a categoria “negro”. Em grande parte por causa da mobilização contemporânea em torno dos “remanescentes de quilombos”, mas não só, haja visto que a categoria “negro” é empregada também por quem não está mobilizado nessa luta. A positivação desse termo é, sim, realizada sob a égide de mobilizações políticas negras, mas encontra repercussão devido aos processos de ascensão social presenciados ou vividos. Mas, principalmente, não se deu a partir do nada. Foi graças à aguda consciência dos idosos, que se percebem como “morenos”, que seus filhos puderam politizar-se e identificar-se como “negros”.

Também nos processos de racialização, portanto, o passado e o presente se encontram. O diálogo dos tempos, o diálogo das gerações, foi mais uma maneira encontrada pela “*gente* da Felisberta” de falar sobre seu passado. De refletir sobre seu passado. De indagar seu passado. De expressar, em suma, sua *consciência histórica*.

Chegando ao fim deste percurso, talvez suas conclusões pareçam um tanto óbvias. Eles interrogam seu passado. Indagam a respeito dele. Óbvio, não? Um óbvio que, contudo, cabia demonstrar. Resta o consolo de que, no caminho, pudemos conhecer melhor essa família e as formas como se apropria e com que se relaciona com seu passado. E, também, um pouco da miríade de possibilidades de atuação social da população negra do Rio Grande do Sul no pós-Abolição.

***

Não terá passado batido aos atentos e decepcionados leitores o fato de eu ter apresentado, como epígrafes, um canto do maçambique, dança ritual em louvor a Nossa Senhora do Rosário, e uma letra de música que fala da memória que passa de geração em geração através do toque do tambor. No entanto, não analisei formas de expressão musical, sob a justificativa da falta de fôlego e do fato da participação da família escolhida no grupo de maçambique não ser tão direta assim. Finalizo retornando ao princípio deste texto apontando perspectivas de novas pesquisas. Se o passado é revisitado através de uma memória que remete à escravidão, expressando assim uma “consciência histórica”, uma boa proposta para análises vindouras é verificar como tal se deu em sua devoção à santa católica e no rufar dos instrumentos de percussão.

*‘Mas será que o negro não tem tanta coisa boa pra falar?’*

Essa foi a pergunta que Cleci formulou-me quando a entrevistei. Espero, cara Cleci, e desejo de coração que você se encontre entre meus leitores, que eu tenha conseguido contar, apesar de tantas histórias tristes, algumas das muitas coisas boas que você e seus familiares me falaram.

*As notificações*

Enquanto realizava a revisão deste trabalho, para entregar ao pós-graduação uma versão final com eventuais correções sugeridas pela banca, entrei em contato com Marilda da Rosa, esposa do presidente da Associação Comunitária Rosa Osório Marques. Quando me propunha a apresentar meu estudo em uma reunião com os quilombolas, ela contou-me que se havia iniciado as notificações por parte do INCRA – ainda que com “privilégio” dado aos moradores negros que já possuíam títulos próprios –, para desapropriação de terrenos e para a titulação de Morro Alto como remanescente de quilombos. Sinto-me feliz por ter participado, ainda que de forma periférica, deste processo, e desejo muito que este trabalho possa contribuir para a visibilidade que a comunidade de Morro Alto merece em suas lutas.

# ANEXOS – Gráficos genealógicos da *gente* da Felisberta

## Gráfico genealógico 6 (anexo) – Descendência de Manoel Inácio e Felisberta

**Filhos:**

## Gráfico genealógico 7 (anexo) – Descendência de Belizário

## Gráfico genealógico 8 (anexo) – Descendência de Pulquéria Felisberta

## Gráfico genealógico 9 (anexo) – Descendência de Angélica Inácia Marques

**Gráfico genealógico 10 (anexo) – Descendência de Rosalina Inácia Marques**

**Gráfico genealógico 11 (anexo) – Descendência de Maria Inácia Marques**

**Gráfico genealógico 12 (anexo) – Descendência de Manoel Inácio Marques Filho**

**Gráfico genealógico 13 (anexo) – Descendência de Mercedes Inácia Marques**

**Foto 26 (anexo) – Autorização de Aurora Inácia Marques da Silva para utilização de documentação para fins acadêmicos.**

AUTORIZAÇÃO

Eu, Aurora Inácia Marques da Silva, brasileira, viúva, residente e domiciliada no município de Osório, RS, autorizo o historiador Rodrigo de Azevedo Weimer, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no município de Porto Alegre, RS, a fotografar e consultar documentação de minha família, que se encontra em meu poder, com fins exclusivos de pesquisa acadêmica.

Osório, 9 de fevereiro de 2008.

Aurora Inácia Marques da Silva

# Fontes escritas

## Arquivo Histórico de Osório – Arquivo Público Antônio Stenzel Filho

Códices da Administração Municipal 05 e 06

## Arquivo Histórico de Porto Alegre

Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952, II Volume.

## Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Documentação da Polícia – maço 6.
Documentação de Legislação – Livro 0636.
Mapoteca – Conceição do Arroio – Móvel 5 – Gaveta 3 – Envelope 445 s/d Planta da cidade. 1: 358:000.
Mapoteca – Móvel 2 – Gaveta 5 – Envelope 021 – 1889. Estado do Rio Grande do Sul, cartografia executada no Departamento Estadual de Estatística por João Campomar J.º

## Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

*Inventários e testamentos:*

Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 026.0304, auto n. 45, inventário de Maria Osório Marques, ano de 1858.
Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 026.0264, auto n. 20, inventário de Ana Osório Marques, ano de 1859.
Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.
Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 026.0309, auto n.176, inventário de Bernardino da Terra Osório, ano de 1877.
Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 027.0338, auto n. 883, inventário de Thomaz Osório Marques, ano de 1883.
Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 026.0360, auto n. 839, inventário de Pascoal Osório Marques, ano de 1884.
Cartório da Provedoria de Conceição do Arroio, estante 159, maço 2, auto n.39, inventário e testamento de Francisco Pastorino, ano de 1887.
Cartório de Órfãos e Ausentes de Viamão, estante 24 e/c, caixa 030.0125, auto n. 108, inventário e testamento de Rosa Osório Marques, ano de 1888.
Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 027.0335, auto n. 814, inventário e testamento de Manoel Inácio Osório Marques, ano de 1906.

Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159,caixa 027.0334, auto 789, inventário de Manoel Marques da Rosa, ano de 1913.

### *Processos criminais*

Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio, estante 114b, caixa 027.0283, auto n.654, ano de 1901. Processo Crime: réu – Tibério Marques da Silva, ofendido – Bernardino Coelho da Costa.
Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio, estante 114b, caixa 027.0284, auto 666, ano de 1909. Processo Crime: réu – Campolino Luiz dos Santos, ofendido – Francisco Antônio da Silva.
Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio, estante 114b, caixa 027.0284, auto n.670, ano de 1909. Processo Crime: réu – Manoel José de Souza, ofendido – Delfino.
Cartório de Civil e Crime de Conceição do Arroio, estante 114b, caixa 027.0288, auto n.730, ano de 1919. Processo Crime: réu – Manoel Gomes da Rosa, ofendido – Francisco Plácido da Silva.
Cartório de Civil e Crime da Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0290, auto 747, ano de 1924. Processo Crime: réu – Manoel Adão, ofendido – Edmundo Alves de Araújo.
Cartório de Civil e Crime da Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0290, auto 756, ano de 1925. Processo Crime: réu – Octavio Joaquim da Silva, ofendido – Maurílio Coelho da Rosa.
Cartório de Civil e Crime da Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0294, auto 802, ano de 1927. Processo Crime: réus – Pedro José Ricardo e Plácido José Ricardo Filho, ofendido – José Miguel da Rosa.
Cartório de Civil e Crime da Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0293, auto n.786, ano de 1928. Processo Crime: réus – André Marcelino Fortes e José Fortes, ofendida – Eliza Luiza Marques.
Cartório de Civil e Crime da Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto n.826, ano de 1932. Processo Crime: réus –Waldomiro Alves Barcelos, Ary Guimarães Gomes e Manoel José da Silva, ofendido – Nelcindo José Joaquim.
Cartório de Civil e Crime da Comarca de Santo Antônio da Patrulha, termo de Osório, estante 114b, caixa 027.0297, auto 830, ano de 1932. Processo Crime: ré – Esmeraldina Maria dos Santos, ofendida – Leopoldina Florentina da Silva.

## Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório

Livro 1 de atos e leis.

## Biblioteca Nacional

SOUSA, Eng. Egídio – Estradas de Rodagem. Considerações gerais sobre sua evolução, influência política, econômica, e em particular sobre o Estado do Rio Grande do Sul. Conferência realizada na Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, 1937.
BRASIL – DNER – Plano Nacional organizado pela Comissão designada em Portaria n. 168, de 19 de fevereiro de 1947, do Ministro da Viação e Obras Públicas, aprovado pelo decreto n. 15.093, de 20 de março de 1944. Rio de Janeiro, 1944.
BRASIL – DNER. Plano Geral de Viação Nacional (Revisão e atualização do Plano Geral de Viação Nacional aprovado pelo decreto 24.497 de 29/6/1934). Rio de Janeiro: DNER, 1947.

## Documentos esparsos pertencentes a Aurora Inácia Marques da Silva, franqueados ao pesquisador

Guias de pagamentos de impostos territoriais pela família nos anos de 1899, 1903, 1904, 1905, 1907, 1908, 1909, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940 e 1941.
Recibo de aquisição de terras a Manoel Osório Marques por Manoel Inácio (5/8/1890).

Carta de Saturnino Bernardo de Souza a Manoel Inácio (16/4/1894). (CP1)
Carta de Felice Quirici a Manoel Inácio (28/3/1903). (CP2)
Carta de Alexandre Barbosa a Manoel Inácio (13/5/1903). (CP3)
Carta de João Silveira Machado a Manoel Inácio (4/10/1905). (CP4)
Carta de Ignacio Ramão da Silva a D. Felisberta (23/4/1929). (CP5)
Carta de Tibério José da Silva a Exma. Sra. Felisberta (13/3/1934). (CP6)
Carta de autoria e destinatário desconhecidos (15/8/1947). (CP7)
Carta de Ana O. Nunes a Manoel Ignácio (sem data). (CP8)

Carta de Rosalina Felisberta Inácia a sua mãe (14/6/1937). (CP9)
Carta de Manoel Isabel a Manoel Ignácio (sem data). (CP10)
Carta de Deolinda Antônia da Silva a senhora Felisberta (sem data). (CP11)

Carta de Rosalina Felisberta a seu compadre (15/1/1924). (CA1)
Carta de Ladislau Manoel a sua mãe e irmãos (3/8/1924). (CA2)
Carta de Rosalina Felisberta a uma comadre (26/7/1925). (CA3)
Carta de Rosa Felisberta da Silva a sua mãe (26/10/1926). (CA4)
Carta de Rosa Felisberta a sua mãe (3/1/1930). (CA5)
Carta de autoria não-identificada para Felisberta Sibirina (20/4/1933). (CA6)
Carta de autoria e destinatário desconhecidos (8/2/1934). (CA7)
Carta de Rosalina a Diodício (6/1/1937). (CA8)
Carta de Rosalina Felisberta a sua mãe (6/1/1937). (No verso do documento CA8)
Carta de Rosalina Felisberta a um compadre (6/1/1936). (CA9)
Poema de Ercília Inácia Marques para sua madrinha Angélica (sem data). (CA10)
Carta de Rosalina Felisberta Marques a sua mãe (21/5/1938). (CA11)
Carta de autoria não identificada [provavelmente Rosalina] a sua mãe (16/8/1944). (CA12)
Carta de Manoel Ignácio a Manoel Isabel (sem data). (CA13)
Carta de Rosalina a sua mãe (3/11 de ano não especificado). (CA14)

## Fórum de Osório

Cartório da 1ª vara civil e criminal, auto 175/66, ano de 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária.

## Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família

Microfilme 1391100, Item 3, livro 12 de batismos de Conceição do Arroio
Microfilme 1391100, Item 4, livro 13 de batismos de Conceição do Arroio
Microfilme 1391100, Item 5, livro 14 de batismos de Conceição do Arroio .
Microfilme 1391100, Item 6, livro 15 de batismos de Conceição do Arroio.
Microfilme 1391101, Item 1, livro 16 de batismos de Conceição do Arroio.
Microfilme 1391101, Item 2, livro 17 de batismos de Conceição do Arroio.
Microfilme 1391101, Item 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio.
Microfilme 1391101, Item 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio.
Microfilme 1391101, Item 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio.
Microfilme 1444093, Item 8, livro 1 de registros civis de nascimento do tabelionato do distrito de Maquiné.
Microfilme 1444093, Item 9, livro 2 de registros civis de nascimento do tabelionato do distrito de Maquiné.
Microfilme 1444093, It. 10, livro 1 de registros civis de matrimônios do tabelionato do distrito de Maquiné.

## Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

CORRÊA, Norton. No maçambique de Osório história virou folclore. In: Correio do Povo, 25 de janeiro de 1976a.
_____. O papel do maçambique na sociedade escravocrata. In: Correio do Povo, 1º de fevereiro de 1976b.
_____. O maçambique de Osório vai sair de novo. In: Correio do Povo, 23 de dezembro de 1977.
_____. Maçambique de Osório: o único e último auto popular do Rio Grande do Sul. In: Correio do Povo, 14 de janeiro de 1978a.
_____. Os negros do Morro In: Correio do Povo, 21 de janeiro de 1978b.
_____. Os negros do Morro Alto – economia. In: Correio do Povo, 28 de janeiro de 1978c.
_____. Os negros do Morro Alto – costumes. In: Correio do Povo, 11 de fevereiro de 1978d.
_____. Maçambiques vivem folclore negro. In: Correio do Povo, 27 de janeiro de 1980a.
_____.Tia Maria Tereza: Uma rainha negra festeja hoje seu 110º aniversário. In: Correio do Povo, 1º de fevereiro de 1980b.
_____. Tia Maria Tereza festejou aniversário rememorando momentos do seu passado. In: Correio do Povo, 8 de fevereiro de 1980c.

## Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas de Maquiné

Livros A3, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11 e A12 de registros civis de nascimentos do tabelionato do distrito de Maquiné.

## Secretaria Municipal de Cultura de Osório

Acervo fotográfico do antropólogo Norton Corrêa.

# Fontes orais[1]

## Diários de campo

Diário de campo de 9 de fevereiro de 2008 em Osório.
Diário de campo de 7 de janeiro de 2009 em Osório.
Diário de campo de 9 de janeiro de 2010 em Osório.
Diário de campo de 16 de janeiro de 2010 em Osório.
Diário de campo de 9 de junho de 2010 em Osório.
Diário de campo de 14 de julho de 2010 em Osório.
Diário de campo de 15 de outubro de 2010 em Osório.
Diário de campo de 19 de novembro de 2010 em Osório.

## Entrevistas apontadas com caderno de campo

Entrevista com dona Amélia Inácia Marques no dia 7 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com dona Maria Inácia Marques no dia 7 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com o senhor Teodoro José Cardoso no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com dona Severina Maria Francisca Dias no dia 15 de outubro de 2010 em Osório.
Entrevista com o senhor Manoel Francisco Antônio no dia 16 de outubro de 2010 em Osório.
Entrevista com o senhor Sebastião Francisco Antônio no dia 16 de outubro de 2010 em Osório.
Entrevista com Maria Conceição Dias Nunes no dia 17 de outubro de 2010 em Osório.
Entrevista com Antônio Luiz Barbosa Cardoso em 20 de novembro de 2010 em Osório.
Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 13 de outubro de 2012 em Osório.
Entrevista com o senhor Manoel Francisco Antônio no dia 14 de outubro de 2012 em Osório.

## Entrevistas gravadas em áudio

Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 26 de agosto de 2001 na Prainha. Entrevista realizada por Cíntia Müller, Mariana Fernandes, Alessandro Gomes e Cíntia Rizzi.
Entrevista com Manuel Francisco Antônio, Guilherme Francisco Antônio, Aurora Conceição da Silveira, Manoel Conceição da Silveira e Maria Conceição da Silveira no dia 13 de setembro de 2001. Entrevista realizada por Paulo Moreira e Miriam de Fátima Chagas.
Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.
Entrevista com o senhor Ramão Maria da Silva, não datada, em fins de 2001 ou início de 2002. Entrevista realizada por Daisy Barcellos, Miriam de Fátima Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer.

[1] Todas as entrevistas em que não menciono os entrevistadores foram realizadas por mim.

Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa no dia 13 de setembro de 2002 em Porto Alegre. Realizada por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer.
Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com dona Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto no dia 9 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 12 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.
Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com Luiz Marques da Rosa no dia 23 de janeiro de 2009 na Prainha.
Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.
Entrevista com dona Adiles Marques de Oliveira no dia 26 de janeiro de 2009 em Porto Alegre.
Entrevista com um neto de Pulquéria Felisberta no dia 11 de fevereiro de 2009 em Porto Alegre.
Entrevista com dona Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques no dia 9 de janeiro de 2010 em Osório.
Entrevista com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 16 de janeiro de 2010 em Osório.
Entrevista com Wilson Marques da Rosa e Marilda Aparecida Souza da Rosa no dia 20 de janeiro de 2010 em Capão da Canoa.
Entrevista com dona Edite Maria da Rosa no dia 10 de junho de 2010 no Ribeirão do Morro Alto.
Entrevista com Wilson Marques da Rosa no dia 22 de junho de 2010 em Porto Alegre.
Entrevista com José Boaventura da Rosa no dia 29 de junho de 2010 em Porto Alegre.
Entrevista com Sérgio Antônio Marques da Rocha no dia 15 de outubro de 2010 em Osório.
Entrevista com Terezinha Marques da Rocha no dia 15 de outubro de 2010 em Osório.
Entrevista com um bisneto e uma bisneta de Felisberta em 19 de novembro de 2010.
Entrevista com Arli Marques Correia e Maria Marques Correia Mendes no dia 19 de novembro de 2010 no Caconde.
Entrevista com Cleci Terra da Silva no dia 21 de novembro de 2010 em Osório.

## Entrevistas gravadas em audiovisual

Entrevista filmada com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde.
Entrevista filmada com dona Diva Inácia Marques Terra no dia 12 de março de 2010 em Osório.
Entrevista filmada com dona Aurora Inácia Marques da Silva no dia 13 de março de 2010 em Osório.

# Bibliografia


ABREU ESTEVES, Martha. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da* Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativeiro.* Niterói: LABHOI – UFF, 2005.

_____. e _____. *Jongos, calangos e folias. Música negra, memória e poesia.* Niterói: LABHOI – UFF, 2007.

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1830-1835.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

ALANIZ, Anna Gicelle G. *Ingênuos e Libertos: Estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895*. 1ª edição. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1997. 107 p.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar. Textos em História Oral.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. e PEREIRA, Amilcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais. *In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2004, V.6, N.1 p. 9-32. Disponível on-line em http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/102/86

ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988*. Bauru: Edusc, 1998.

ANJOS, José Carlos dos e SILVA, Sérgio B. da (orgs.) *São Miguel e Rincão dos Martimianos. Ancestralidade negra e direitos territoriais.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. *In:* BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai. A África na filosofia da cultura.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Thiago L. *Escravidão, Fronteira e Liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884).* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

ARRUTI, José Maurício Andion. *Mocambo. Antropologia e História do processo de formação quilombola.* Bauru: EDUSC, 2006.

_____. 'Da memória cabocla à história indígena: o processo de mediação entre conflito e reconhecimento étnico'. *In:* SOIHET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *In: Revista Estudos Históricos*, 1998, vol. 11 no 21, p. 9-34.

AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929).* Porto Alegre: Paiol, 2011.

BANTON, Michael. *A idéia de raça.* Lisboa: Edições 70, 1977.

BARCELLOS, Daisy M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre.* Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

BARCELLOS, Daisy M.; CHAGAS, Miriam de Fátima, FERNANDES, Mariana Balen; FUJIMOTO, Nina Simone; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜLLER, Cíntia Beatriz; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Direitos Constitucionais.* Relatório Técnico apresentado à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e à Fundação Cultural Palmares. Porto Alegre: 2002.

BARCELLOS, Daisy M.; CHAGAS, Miriam de Fátima, FERNANDES, Mariana Balen; FUJIMOTO, Nina Simone; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜLLER, Cíntia Beatriz; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Comunidade negra de Morro Alto. Historicidade, identidade e direitos constitucionais.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. [Coleção Brasiliana, vol. 305]

BASTOS, Pedro Paulo Z. e FONSECA, Pedro Cezar D. *A Era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade.* São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BÉDARIDA, François. Histoire et mémoire chez Péguy. *In : Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 73, janvier-mars 2002, p. 101-110.

BENJAMIN, Walter. Le conteur. Réflexions sur l'œuvre de Nicolas Leskov. *In: Œuvres III*. Paris: Gallimard, 2000

BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975).* Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativeiro. Uma história da escravidão nos Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Record, 2006.

BERNET, Jacques. 'Les prénoms républicains sous la Révolution française: l'exemple du district de Compiègne, 1793-1795' In DUPÂQUIER, Jacques, BIDEAU, Alain, DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom: mode et histoire.* Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

BERNSTEIN, Serge. 'A cultura política' *In:* RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural.* Lisboa: Estampa, 1998.

BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. *Maçambique de Osório. Entre a Devoção e o Espetáculo: não se cala na batida do tambor e da Maçaquaia*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

BIANCHI, Serge. 'Les prénoms 'révolutionnaires' en l'an II: l'exemple de Corbeil et de la Seine-en-Marne' In DUPÂQUIER, Jacques, BIDEAU, Alain, DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom: mode et histoire.* Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

BLOCH, Marc. *Introducción a la Historia.* Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.: 1982.

_____. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

_____. *O senso prático.* Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais.* Lisboa: Presença, 1990.

BURGUIÈRE, André. Prénoms et parenté. *In:* DUPÂQUIER, Jaques, BIDEAU, Alain e DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom. Mode et histoire.* Etretiens de Malher 1980. Paris: Editions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980a.

_____. Un nom pour soi. *In: L'Homme,* oct.-déc. 1980b, XX (4), pp. 25-42.

_____. *Le mariage et l'amour en France, de la Renaissance à la Révolution.* Paris: Seuil, 2011.

_____. KLAPISCH-ZUBER, Christiane, SEGALEN, Martin e ZONABEND, Françoise. *Histoire de la famille.* [2 vols.] Paris: Armand Colin, 1986.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales. 1929-1989. A revolução francesa da historiografia.* São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BUTEL, Paul. *Histoire des Antilles françaises.* Paris : Perrin, 2007.

CABEDA, Coralio B. P. Contribuição para uma bibliografia da Revolução Federalista. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2003.

CÂMARA, Nelson. *Escravidão, nunca mais!: um tributo a Luiz Gama.* São Paulo: Lettera.doc, 2009.

CAMARGO, Aspásia D. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). *In:* FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Política (1930-1964).* t. III, vol. 10, 9a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147-272.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

CANTARINO, Eliane, MATTOS, Hebe, ABREU, Martha. *Relatório Histórico-Antropológico sobre o Quilombo de Santa Rita do Bracuí.* Niterói/Rio de Janeiro: UFF, FEC, INCRA - SRRJ, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. *In:* _____. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Brasil 1870-1914: A força da tradição. *In:* _____. *Pontos e bordados. Escritos de História e Política.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. *Cidadania no Brasil. O longo caminho.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia.* Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).* Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano.* 9 edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAGAS, Miriam de Fátima. *Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da História: um estudo antropológico sobre territórios de quilombos.* Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2005a.

_____. "Estudos antropológicos nas 'comunidades remanescentes de quilombos': sinais que amplificam a luta por uma vida histórica, vida jurídica". *In:* LEITE, Ilka Boaventura. *Laudos periciais antropológicos em debate.* Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005b.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Machado de Assis Historiador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____ e SILVA, Fernando Teixeira. 'Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980'. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009. Trabalhadores Leis e Direitos.

_____. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. *In*: HEINZ, Flávio (org). *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas:* discurso, práctica, representación. 1 edição. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1998.

_____. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime.* São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina: introducción. *In:* PLAZA, Orlando. *Economía campesina*. Desco, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1979a.

_____. Acerca de la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. *In:* PLAZA, Orlando. *Economía campesina*. Desco, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1979b.

COLOMP, Alain. Le nom gardé. *In: L'Homme,* oct.-déc. 1980b, XX (4), pp. 43-61.

COMPAN, André. *Les noms de personne dans le comté de Nice. XIIe, XIVe et XVe siècles. Étude d'anthroponymie provençale.* Nice : Serre Editeur, 2004.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam.* Oeiras: Celta Editora, 1993.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da Escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORRÊA, Norton. No maçambique de Osório história virou folclore. *In*: Correio do Povo, 25 de janeiro de 1976a.

_____. O papel do maçambique na sociedade escravocrata. *In*: *Correio do Povo*, 1º de fevereiro de 1976b.

_____. O maçambique de Osório vai sair de novo. *In*: *Correio do Povo*, 23 de dezembro de 1977.

_____. Maçambique de Osório: o único e último auto popular do Rio Grande do Sul. *In*: *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1978a.

_____. Os negros do Morro *In*: *Correio do Povo*, 21 de janeiro de 1978b.

_____. Os negros do Morro Alto – economia. *In*: *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 1978c.

_____. Os negros do Morro Alto – costumes. *In*: *Correio do Povo*, 11 de fevereiro de 1978d.

_____. Maçambiques vivem folclore negro. *In*: *Correio do Povo*, 27 de janeiro de 1980a.

_____.Tia Maria Tereza: Uma rainha negra festeja hoje seu 110º aniversário. *In*: *Correio do Povo*, 1º de fevereiro de 1980b.

_____. Tia Maria Tereza festejou aniversário rememorando momentos do seu passado. In: Correio do Povo, 8 de fevereiro de 1980c.

CORSINI, Carlo A. 'Prénom et classe sociale. Les enfants trouvés à Sienne, 1766-1768' In DUPÂQUIER, Jacques, BIDEAU, Alain, DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom: mode et histoire.* Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

CORTÁZAR, Julio. *O jogo da amarelinha.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CÔRTES, J.C. Paixão. *Folclore Gaúcho. Festas, bailes, música e religiosidade rural.* Porto Alegre: CORAG, 1987.

COSTA, Carlos Eduardo C. *Campesinato negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Civis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940).*

Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

COTTIAS, Myriam. Le partage du nom. Logiques administratives et usages chez les nouveaux affranchis des Antilles après 1848. *In: Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003, n° 53/54, p. 163-174.

_____. Droit, justice et dependence dans les Antilles françaises (1848-1852). *In: Annales. Histoire, Sciences Sociales.* 59e année n. 3 mai-juin 2004.

CRAPANZANO, Vincent. Estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais. *In:* MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia B. *Raça como retórica – a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1991.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In:* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAUZAT, Albert. *Traité d'anthroponymie française. Les noms de famille en France.* Paris, Payot, 1945.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens. Três mulheres do século XVII.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DÉGRAS, Priska. *L'obsession du nom dans le roman des Amériques.* Paris: Éditions Karthala, 2011.

DEZEMONE, Marcus Ajuruam de Oliveira. *Memória camponesa: Identidades e conflitos em terras de café (1888-1987). Fazenda Santo Inácio, Trajano de Moraes – RJ.* 2004. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

_____. A era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. *In*: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.* 1a edição. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. Vol. 2, p. 73-98.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro. Alguns apontamentos históricos. *In: Tempo*, 2007, vol. 12, no 23, jul.-dez., pp. 100-122. Disponível on-line em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf. Acesso em 17 de maio de 2011.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido.* São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo.* São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE, Luiz Fernando Dias e GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias. Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DUMONT, Louis. *Dravidien et Kariera.* Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales e Mouton & Co., 1975.

_____. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.* Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUPÂQUIER, Jacques. Introduction. *In:*_____, BIDEAU, Alain e DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom. Mode et histoire.* Etretiens de Malher 1980. Paris: Editions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980a.

_____. *Prénoms, parrains, parenté. Recherche sur les familles du Vexin français de 1540 à 1900.* Pontoise : Société Historique et Anchéologique de Pontoise, du Val d'Oise et du Vexin, 1980b.

_____, BIDEAU, Alain, DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom: mode et histoire.* Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

DURAND, Guillaume e LOGOSSAH, Kinvi. *Les noms de famille d'origine africaine de la population martiniquaise d'ascendance servile.* Paris: L'Harmattan, 2002.

DURHAM, Eunice. R. Migrantes rurais *In:* _____. *A dinâmica da cultura.* São Paulo: Cosac Naify: 2004 p. 181-201.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. "Des quelques formes primitives de classification" (2002). Disponível on-line In http://www.social-sciences-and-humanities.com/PDF/formes_classification_Mauss_Durkheim.pdf. Acesso em 10 de julho de 2012. [original de 1903]

_____. *As formas elementares da vida religiosa.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUTRA, Eliana de Freitas. 'História e Culturas Políticas. Definições, usos, genealogias'. *In: Varia Historia.* Pelo Horizonte: UFMG, 2002. N. 28, Dezembro 2002.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964.* Itaguaí (RJ): UFRRJ, 1984. Dissertação de mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 1984.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizatório. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893.* Brasília: Editora da UnB, 1983 [1919]

FARIA, Sheila de C. História da Família e Demografia Histórica. *In:* CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. In. *Tempo* (22). Rio de Janeiro: UFF, 2007.

FARINATTI, Luiz Augusto. *Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FEE. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950.*Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, trabalho e poder.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo: Dominus Editora, Editora da USP, 1965.

FERNANDES, Mariana Balen. *Ritual do maçambique e atualização da identidade étnica na comunidade negra de Morro Alto/RS.* Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In:* _____.(org) *O populismo e sua história. Debate e crítica.* Rio de Janeiro, 2001.

_____. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (org). *As repúblicas no Brasil. Política, sociedade e cultura.* Niterói: Editora da UFF, 2011.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Cândido. *Novo dicionário da língua portuguesa.* 1913. Disponível on-line em http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf. Acesso em 19 de março de 2011.

FINE, Agnès. 'Transmission des prénoms et parenté en Pays de Sault'. In DUPÂQUIER, Jacques, BIDEAU, Alain, DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom: mode et histoire.* Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas : manuscritos dos séculos XVI ao XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790- c. 1850.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In:* DEL PRIORE, Mary e BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In:* _____. *O que é um autor*. Lisboa: Nova Vega, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FRAGOSO, João Luiz e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840.* 4a edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* 4ª edição. São Paulo: UNESP, 1997. 254 p.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2005. [original de 1933]

_____. *Sobrados e mocambos.* São Paulo: Global, 2006. [original de 1936]

FUNKENSTEIN, Amos. Collective Memory and Historical Consciousness. *In: History and Memory.* Tel-Aviv University, 1 (1), 1989.

GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista.* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

_____. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial.* Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

GEERTZ, Clifford. Pessoa, tempo e conduta em Bali. *In:* _____. *A interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram – I* . Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

GERMAIN, Robert. Origine et Formation des Anthroponymes Antillais. *In:* _____. *Grammaire créole.* Paris: Harmattan, 1981

GILROY, Paul. *O Atlântico negro.* São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como. *In:* _____. *A micro-história e outros ensaios.* Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1991 p. 169-178.

GOMES, Alessandro Garcia. *O processo de manipulação de identidades em uma comunidade a partir de um processo de intervenção institucional.* 2003. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. e MATTOS, Hebe Maria. Sobre apropriações e circularidades: Memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas". Disponível on-line em http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/hebe3.pdf. Acesso em 19 de fevereiro de 2010.

GOMES, Fabrício Romani. *Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988).* Dissertação de mestrado em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GOODY, Jack. *The interface between the written and the Oral.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. *Domesticação do pensamento selvagem.* Lisboa: Editorial Presença, 1988.

_____. *Pouvoirs et savoirs de l'écrit.* Paris: Editions La Dispute, 2007.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? *In:* REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas – A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Microanálise e história social. *In*: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios e micro-história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Sílvia H. e MENDONÇA, Joseli M. N. *Direitos e Justiças no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro. Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850).* Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "Como trabalhar com 'raça' em sociologia". In *Educação e Pesquisa*. São Paulo: v. 29 n. 1, 2003.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação. Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928).* São Paulo: Annablume/ Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

_____. *Terra de preto. Usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920).* 1ª edição. Niterói: Editora da UFF, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of Presence. What Meaning Cannot Convey.* Stanford: Stanford University Press, 2004.

GUTMAN, Herbert. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925.* New York: Pantheon Books, 1976.

HACKENBERG, Carla Casper. *Famílias em cativeiro. Uma negociação entre escravos e proprietários na fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1830).* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

HAMEISTER, Martha D. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763).* Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2006.

_____. Uma contribuição ao estudo da onomástica no período colonial: os nomes e o povoamento do Extremo Sul da Colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-c. 1777). (2011). Disponível on-line: http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Uma%20contribuicao%20ao%20estudo%20da%20onomastica%20%20-%20Martha%20Daisson%20Hameister.pdf

HANSEN, João Adolfo. Ler & ver: pressupostos da representação colonial. *Veredas*. v. 3-I Porto, 2000. p. 75-90.

HARRIS, Marvin. *Padrões raciais nas Américas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. [original de 1964].

HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps.* Paris: Editions du Seuil, 2003.

HÉBRARD, Jean. Esclavage et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle. *In: Cahiers du Brésil Contemporain,* 2003, no 53/54, pp. 31-92.

HEINZ, Flávio (org). *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEYMANN, Luciana Q. O"devoir de mémoire" na França contemporânea : entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC,, 2006. 27f.

HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História geral da civilização brasileira.* Tomo III. O Brasil Republicano. 2º volume – Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1978.

HOLT, Thomas C. *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938.* Baltimore / London: The Johns Hopkins University Press, 1992.

_____. A essência do contrato – A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. *In*: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.;

SCOTT, Rebecca. *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.* São Paulo: Editora 34, 2003.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOYEZ, Suzanne e RUFFELARD, Andrée. Prénoms protestants au XVIIe siècle en Brie et en Provence'. In DUPÂQUIER, Jacques, BIDEAU, Alain, DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom: mode et histoire.* Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil. 1o de setembro de 1940. Série Regional. Parte XX – Rio Grande do Sul. Tomo I – Censo Demográfico. População e Habitação.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível on-line: http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1940&titulo=Censo%20Demográfico%20e%20Econômico%201940. Acesso em 9 de maio de 2011.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil. 1950. Série Regional. Volume XXVIII. Tomo 1 – Estado do Rio Grande do Sul. Censo demográfico.* Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955. Disponível on-line: http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1950&titulo=Censo%20Demográfico%20e%20Econômico%201950. Acesso em 9 de maio de 2011.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco e ROSA, Zita de Paula. *Transmissão da memória sobre a escravidão.* História, São Paulo, número 14, 1995, p. 111-123.

JOUTARD, Philippe. Un projet régional de recherche sur les ethnotextes. *In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 35o ano, n. 1, jan-fev. 1980, pp. 176-182

KERSTING, Eduardo Henrique de O. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1890-1920).* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Cópia xerográfica. Porto Alegre: PPGH / UFRGS, 1998.

KINTZ, Jean-Pierre. 'Société luthérienne et choix de prénoms à Strasbourg. XVIe-XVIIe siècles' In DUPÂQUIER, Jacques, BIDEAU, Alain, DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom: mode et histoire.* Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Le nom "refait". La transmission des prénoms à Florence (XIVe-XVIe siècles). *In: L'Homme,* oct.-déc. 1980, XX (4).

_____. Ruptures de parenté et changements d'identité chez les magnats florentins du XIVe siècle. *In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations.* 43e année no 5. Septembre-octobre 1988.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LAPIERRE, Nicole. *Changer de nom.* Paris: Gallimard, 2006.

LARA, Silvia H. *Campos da Violência.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007

LAYTANO, Dante. *Os africanismos do dialeto gaúcho. In*: Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1936.

_____. *As congadas do município de Osório.* 1ª edição. Porto Alegre: Boletim de Estudos do Folclore do Rio Grande do Sul / Associação Rio-grandense de música, 1945. 132 p.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *Faire de l'histoire.* Paris: Gallimard, 1974.

_____. (org.) *A História Nova.* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *História e Memória.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Ilka B. *Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e Territorialidade.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia.* Florianópolis: NUER, 2002.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In:* BURKE, Peter (org.) *A escrita da História – novas perspectivas.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. *As estruturas elementares do parentesco.* Petrópolis: Vozes / São Paulo: Editora da USP, 1976

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *In: Topoi*, 2005, vol. 6, no 11, jul.-dez., pp. 289-326.

_____. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930).* Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *In:* REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas – A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. A tarefa do historiador. *In:* GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LOSONCZY, Anne-Marie. "Sentirse negro". Empreintes du passé et mémoire collective au Chocó. *In: Annales. Histoire, Sciences Sociales.* 59e année n. 3 mai-juin 2004.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras Paulistas. 1830-1888.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais – negros em Campinas (1888-1926)*. Campinas: Unicamp, 1997.

MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). *In:* _____. *O negro e o gaúcho. Estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: Editora UPF, 2008.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS).* Tese de doutorado em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Revisitando a 'transição para o trabalho livre': a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativeiro e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O direito de ser africano livre. Os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Sílvia H. e MENDONÇA, Joseli M. N. *Direitos e Justiças no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

MARQUES, Leonardo. *Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1888.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien años de soledad.* Buenos Aires: Debolsillo, 2006.

MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____; FARIA, Sheila Siqueira de Castro; RIOS, Ana Maria Lugão. Estudos sobre a escravidão II. *In: Cadernos do ICHF*, 1990, nº 23.

MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil 2*. Império: a corte e a modernidade nacional. Coleção dirigida por Fernando Novais. 1 edição São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Das Cores do Silêncio. Significados da Liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, século XIX*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *Marcas da Escravidão. Biografia, racialização e memória do cativeiro na História do Brasil*. Tese de Professor Titular em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

_____. Memórias do cativeiro: narrativa e identidade negra no antigo Sudeste cafeeiro. *In*: RIOS, Ana e _____. *Memórias do Cativeiro*: Família, trabalho e cidadania no pós-Abolição. 1 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. Novos quilombos: re-significações da memória do cativeiro entre descendentes da última geração de escravos. *In*: RIOS, Ana e _____. *Memórias do Cativeiro*: Família, trabalho e cidadania no pós-Abolição. 1 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. Quilombos históricos e quilombos contemporâneos. *In: Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2008, nº 32, ano 3 p. 98.

_____. A vida política. *In:* SCHWARTZ, Lilia Moritz. (coord.) *História do Brasil Nação. Volume 3. A abertura para o mundo (1889-1930).* Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2012.

MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. Lugares de Tráfico, Lugares de Memória: os remanescentes de quilombo e a memória do tráfico clandestino de escravos para o Brasil *In:* MATTOS, Hebe. *Diáspora Negra e Lugares de Memória. A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil Imperial.* (no prelo)

MATTOS, Jane R. *"Que arraial que nada, aquilo lá é um areal" O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PPGH / PUCRS, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.* Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'. *In:* _____. *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac e Naify, 2003 [original de 1938].

MELLO, Evaldo Cabral. *O Nome e o Sangue. Uma parábola familiar no Pernambuco Colonial.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos Quilombos. Territórios da memória em uma comunidade negra rural.* São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.* Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010 [original de 1964].

MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. *Cenas da Abolição. Escravos e senhores no parlamento e na justiça.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais *In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo (34), 1992, IEB/USP.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica.* Rio de Janeiro: Pallas; Universidade Cândido Mendes, 2003.

MONSMA, Karl. Conflito simbólico e violência interétnica: europeus e negros no Oeste Paulista, 1888-1914. *In: História em Revista (UFPel)*, 2004, v. 10, n. Dezembro, p. 95-115. Disponível on-line: http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_karl_monsma.pdf. Acesso em 17 de maio de 2011.

_____. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. *In:* DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, TRUZZI, Oswaldo M. S. (org.). *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas.* São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221

_____. Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e de resistência. *In:* V ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, Porto Alegre. UFRGS, UFPel, UFSC, UFPR, UNESP, ANPUH-RS, 2011. Disponível on-line:

http://www.labhstc.ufsc.br/vencontro/pdf/MONSMA,%20Karl.pdf. Acesso em 16 de maio de 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto S. 'Boçais e malungos em terras de brancos – o último desembarque de escravos nos arredores de Santo Antônio da Patrulha: 1852' In BEMFICA, Coralia; et al (org.) *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000.

_____. O mato como positividade: percepções de uma comunidade quilombola. *In: VI Encontro Estadual de História – Anais.* Passo Fundo: ANPUH/RS, 2002. CD-ROM

_____. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano.* Porto Alegre: EST, 2003.

_____. OLIVEIRA, Vinícius Pereira, WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Praia do Barco, ou Capão Alto, ou Capão da Negrada (Município de Capão da Canoa, RS). No prelo.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. "Usos do passado: a questão quilombola entre a história, a memória e a política". *In:* SOIHET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (orgs.) *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da História. Volume 1. Concepções de justiça e resistência nos Brasis.* São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra. Parentesco e herança numa área rural.* São Paulo: HUCITEC, 1978.

MUDROVCIC, María Inés. 'Por que Clio retornou a Mnemosine?' *In:* AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise, KNAUSS, Paulo, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT, Samantha Viz. *Cultura política, memória e historiografia.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MÜLLER, Liane Susan. "*As contas do meu rosário são balas de artilharia" – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920.* Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. *Comunidade Remanescente de Quilombos de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de "remanescentes de quilombos"*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – O pós-abolição no ensino de História. *In:* SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *A república e a questão do negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

_____. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910.* Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

NEVES, Margarida. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. *In:* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NOGARD, Anne-Valérie. Chez l'écrivain public. L'écriture par délégation. *In:* FABRE, Daniel. *Par écrit: ethnologie des écritures quotidiennes.* Paris: Edition de la MSH, 1997.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem :sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *In: Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. [original de 1954].

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *In: Projeto História*, São Paulo (10), dez. 1993, EDUC.

_____. *Les lieux de mémoire*. Paris : Editions Gallimard, 1997. [3 vols]

O'DWYER, Eliane Cantarino. 'Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos' *In:* _____. *Quilombos. Identidade étnica e territorialidade.* Rio de Janeiro: ABA, Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

OLIVEIRA, Vinicius P. *De Manoel Congo a Manoel de Paula. Um africano ladino em terras meridionais.* Porto Alegre: EST Edições, 2006.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino.* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

_____. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. *In: Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Porto Alegre: ANPUH, 2005 (CD-Rom).

_____. *O império português no sul da América. Estancieiros, lavradores e comerciantes.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PALMEIRA. Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Congrés International des Américanistes*, 42, Paris 2-9, setembro 1976. pp. 305-315.

PAPALI, Maria Aparecida. *Escravos, libertos e órfãos. A construção da liberdade em Taubaté (1871-1895).* 1ª edição. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2003. 220 p.

PATARRA, Neide. L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30". *In:* FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. Economia e Cultura (1930-1964)* t. III, vol. 11, 9a ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 305-333.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história. Operários, mulheres, prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____.*Minha história das mulheres.* São Paulo: Contexto, 2008.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Crias de Ventre livre: Tutelas de ingênuos em um município sul-rio-grandense na última década do escravismo. In:* X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, Santa Maria. ANPUH-RS, 2010a.

_____. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativeiro, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. Rio Pardo/RS, c. 1860-c.1888.* Dissertação de mestrado em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010b.

PESAVENTO, Sandra J. Revolução Federalista: a memória revisitada. *In:* POSSAMAI, Zita. *Revolução de 1893.* Cadernos Porto e Vírgula, n. 3. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

PESSI, Bruno S. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança. Volume 3.* Porto Alegre: CORAG, 2010.

PESSOA, Thiago Campos. Os Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no litoral sul fluminense. In: MATTOS, Hebe. *Diáspora Negra e Lugares de Memória. A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil Imperial.* (no prelo)

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro (vol.2 n. 3), 1989, Cpdoc/FGV.

_____. Memória e identidade social. *In: Estudos Históricos.* Rio de Janeiro vol. 5, n. 10, 1992. Cpdoc/FGV.

_____. *L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale.* Paris : Ed. Métailié, 2000.

POMIAN, Krysztof. De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire. *In :* _____. *Sur l'histoire.* Paris : Gallimard, 1999.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *In: Tempo.* Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996 p. 59-72. UFF.

_____. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *In: Projeto História*, São Paulo, número 15, abril 1997 p. 13-49.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *A Dialogical Relationship. An approach to Oral History.* http://www.swaraj.org/shikshantar/expressions_portelli.pdf Acesso em 26 de junho de 2010.

_____. *Ensaios de história oral.* São Paulo: Letra e Voz, 2010.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade.* São Paulo : UNESP, 1998.

PRIORE, Mary del e VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil.* São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: verdade!" Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *In: Revista Estudos Históricos*, 1998, vol. 11 no 21, p. 105-119.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. [Coleção Brasiliana, vol. 188]

_____. *A aculturação negra no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. [Coleção Brasiliana, vol. 224]

_____. *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. [Coleção Brasiliana, vol. 249]

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da L. *O Partido Republicano Rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895.* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

RAPHAËL, Freddy. *Le travail de la mémoire et les limites de l'histoire orale* Annales: Économies Societés Civilisations. Paris, número 35, vol. 1, jan-fev. 1980 p. 127-144.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti e AXT, Gunter (orgs) *História Geral do Rio Grande do Sul. República. República Velha.* 2 tomos. Passo Fundo: Méritos, 2007.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.151 p.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas – A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade. Estudo e análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930).* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra. *In*: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.* 1a edição. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. Vol. 2, p. 53-72.

RICŒUR, Paul. *Temps et récit 3. Le temps raconté.* Paris: Editions du Seuil, 1985.

_____. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Ana L. *Família e Transição (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920).* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1990.

_____. Filhos e netos da última geração de escravos e as diferentes trajetórias do campesinato negro. *In:* _____. e MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativeiro. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. Conflito e acordo: a lógica dos contratos no meio rural. *In:* _____. e MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativeiro. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. Campesinato negro no período pós-Abolição: repensando *Coronelismo, enxada e voto*. *In*: *Cadernos IHU Ideias.* V. 5, n. 76 (2007) p. 1-19.

RIOS, Ana L. e MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativeiro. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. e _____. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. *In:* CUNHA, Olívia Maria Gomes da; e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão. Histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROBIN, Régine. *La mémoire saturée. Un ordre d'idées.* Paris: Stock, 2003.

ROCHA, Cristiany M. *Histórias de famílias escravas.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

RODRIGUES, Leôncio M. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). *In:* FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Política (1930-1964)* t. III, vol. 10, 9a ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 603-660

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. [Coleção Brasiliana, vol. 9 – original de 1906]

_____. *O animismo fetichista dos negros baianos.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / Editora UFRJ, 2006. [Edição fac-similar de originais de 1896 e 1897]

ROSA, Ercília Marques da. Minha trajetória, minha vida. *In:* BARROSO, Véra Lucia Maciel e ELY, Nilza Huyer. *Raízes de Terra de Areia.* Porto Alegre: EST, 1999.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX. *In:* V ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, Porto Alegre. UFRGS, UFPel, UFSC, UFPR, UNESP, ANPUH-RS, 2011. Disponível on-line: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/rosa%20marcus%20vinicius%20de%20freitas.pdf. Acesso em 5 de outubro de 2012.

ROSA, Marilda Aparecida Souza da. Histórias da Vó Preta em Capão da Canoa. *In:* BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Cambará do Sul.* Porto Alegre: EST, 2008.

ROSA, Wilson Marques da. Negros em Capão da Canoa. *In:* ESPÍNDOLA, Luiz André; FLORENTINO, Renata Feldens; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Capão da Canoa.* Porto Alegre: EST, 2004.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV Editora da UFRJ, 1998.

RÜSEN, Jörn. 'Historical Consciousness: Narrative Structure, Moral Function, and Ontogenetic Development'. *In:* SEIXAS, Peter. *Theorizing Historical Consciousness.* Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 2004.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. *Ilhas de História.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.

_____. *Esperando Foucault, ainda.* São Paulo: Cosac Naify, 2004

_____. *História e cultura. Apologias a Tucídides.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821).* Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: USP, 1974. [manuscrito de 1853 de viagem realizada em 1821-1822]

SALAINI, Cristian J. *A "janela" do relatório técnico: variabilidade, criatividade e reconhecimento social em contextos de perícia antropológica.* Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SALAINI, Cristian J., OLIVEIRA, Vinícius P., FONTOURA, Luiz. *Relatório final (Decreto Nº 4.887/2003 e IN/INCRA Nº 20/2005) Comunidade Quilombola do Rincão dos Caixões – Jacuizinho/RS.* Porto Alegre: LABORS/UFRGS, 2008.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade.* Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

SANTOS, Armindo dos. *Antropologia do parentesco e da família.* Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. “Veja que o mundo virou”: Considerações sobre o processo-crime envolvendo os negros do Engenho Salgado – Pernambuco, 1890. *In:* “Histórias do trabalho no sul global”, I seminário internacional de história do trabalho, V jornada nacional de história do trabalho. Florianópolis. UFSC. 2010. Disponível on-line: http://www.labhstc.ufsc.br/globalsouth/Sessao%201.zip. Acesso em 16 de maio de 2011.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva.* São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHERER, Jovani e ROCHA, Marcia (coord). *Documentos da escravidão. Catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervos dos tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul.* Volume 1. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/CORAG, 2006. Disponível on-line em http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561.Cat_Sel_Cartas_Liberdade_Vol_1.pdf . Acesso em 31 de março de 2011.

SCHNAPPER, Dominique. Essai de lecture sociologique. *In:* DUPÂQUIER, Jaques, BIDEAU, Alain e DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom. Mode et histoire.* Etretiens de Malher 1980. Paris: Editions de l’École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. ‘A historiografia recente da escravidão brasileira’ *In:* _____. *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Rebecca. (org.) *The abolition of slavery and the aftermath of Emancipation in Brazil.* Duke: Duke University Press, 1988.

_____. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre 1860-1899.* Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

SCOTT, Rebecca e HÉBRARD, Jean. *Freedom Papers. An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation.* Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2012.

_____. e ZEUSKE, Michael. Le “droit d’avoir des droits”. Les revendications des ex-esclaves à Cuba (1872-1909). *In: Annales. Histoire, Sciences Sociales.* 59e année n. 3 mai-juin 2004.

SEGALEN, Martine. Le nom caché. La dénomination dans le pays bigouden sud. *In: L’Homme,* oct.-déc. 1980, XX (4), pp. 63-76.

SEIXAS, Peter. *Theorizing Historical Consciousness.* Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 2004.

SILVA, Fernanda Oliveira. *Os negros, a constituição de espaços para os* seus *e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas.* Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernando Teixeira da e NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). *In:* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Gilberto Ferreira, SANTOS, José Antônio dos e CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS negro. Cartografias sobre a produção do conhecimento.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Escravos e libertos no Paraná. *In:* II ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, Porto Alegre. UFRGS, UFSC, UFPR, UNESP, ANPUH-RS, GT Mundos do Trabalho – ANPUH, 2005. Disponível on-line: http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/41.pdf. Acesso em 16 de maio de 2011.

_____. Libertos e afro-descendentes no pós Abolição em São Paulo:trabalho e autonomia 1888-1926. In Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. Disponível on-line: http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Lucia%20Helena%20Oliveira%20Silva.pdf. Acesso em 16 de maio de 2011.

_____. Emergindo do silêncio: libertos e afro-descendentes no pós-Abolição. *In:* IV ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, Porto Alegre. UFRGS, UFSC, UFPR, UNESP, ANPUH-RS, GT Mundos do Trabalho – ANPUH, 2009. Disponível on-line: http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/LuciaHelenaOliveira.pdf. Acesso em 16 de maio de 2011.

_____. Diásporas internas de afrodescendentes: um estudo no Brasil e nos Estados Unidos. *In:* V ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, Porto Alegre. UFRGS, UFPel, UFSC, UFPR, UNESP, ANPUH-RS, 2011. Disponível on-line: http://www.labhstc.ufsc.br/vencontro/pdf/SILVA,%20Lucia%20Helena%20Oliveira.pdf Acesso em 16 de maio de 2011.

SILVA, Marcio Antônio Both. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900).* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

_____. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região da mata do Rio Grande do Sul (1889-1925).* Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SILVEIRA, Éder. *A Cura da Raça. Eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX.* Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV Editora da UFRJ, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SLENES, Robert W. Histórias do Cafundó. *In:* VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil. Linguagem e sociedade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Márcio de Souza. *A remissão do Cativeiro. A dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750- c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOUZA, Sonia Maria. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920).* Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

STAHL, Paul (org.) *Name and social structure. Examples from Southeastern Europe.* New York: East European Monographs, Boulder, Columbia University Press, 1998.

STENZEL FILHO, Antônio. *A Vila da Serra (Conceição do Arroio). Sua descrição física e histórica. Usos e costumes até 1872.* Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

TEIXEIRA, Luana. *Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871).* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. The Grid of Inheritance: A Comment. *In:* GOODY, Jack; THIRSK, Joan; e THOMPSON, Edward Palmer. *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800.* Cambridge: Cambridge University Press, Past and Present Society, 1976, pp. 328-360.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. *In:* _____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998a, pp. 150-202.

_____. A economia moral revisitada. *In:* _____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998b, pp. 203-266.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

TRAVERSO, Enzo. *Le passé, modes d'emploi*. Paris: La fabrique éditions, 2005.

VANSINA, Jan. *Oral tradition as history*. Nairobi: East African Educational Publishers; Oxford: Marston Book Services Limited, 1985.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na Serra Gaúcha no pós-Abolição*. São Leopoldo: Oikos/ Editora da UNISINOS, 2008a.

_____. Italianos, quase italianos e africanos: identidades contrastivas numa comunidade negra no pós-abolição. *In:* IX Encontro Estadual de História - Vestígios do passado: a história e suas fontes, 2008, Porto Alegre. Anais do IX Encontro Estadual de História - Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre : ANPUH - RS, 2008b. v. 1. p. 1-1

_____. Cidadanias e liberdades no Sul do Brasil nas décadas finais do século XIX. *In:* MÜLLER, Cíntia B. e CHAGAS, Miriam de F. *Dinâmicas de cidadania. Abordagens etnográficas sobre a diversidade.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010a.

_____. "O meu avô me contava": dinâmicas de circulação da memória do cativeiro entre descendentes de escravos. Osório, século XX. *In: Revista História Oral*, v. 2, no. 13, 2010b. Disponível on-line em

http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=140&path%5B%5D=141 Acesso em 28 de dezembro de 2011.

_____. A herança de Manoel Inácio: sobre a lógica da sucessão camponesa no pós-Abolição e percepções de direito campesinas. *In*: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus S. (Org.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. 1 ed. Niterói: PPGHistória-UFF, http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/hol_2011_CaminhosLiberdade.pdf Acesso em 3 de novembro de 2011. 2011a

_____. Migrações rural-urbanas entre descendentes de escravos no litoral do Rio Grande do Sul em meados do século XX. *História Unisinos*, v. 15, p. 14-22, 2011b. Disponível on-line em http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/view/955. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

_____. "Na qualidade de vizinha que era": solidariedade vicinal entre os camponeses das localidades de Aguapés e Barranceira através de processos criminais. Conceição do Arroio, RS, República Velha. *In:* ALVES, Clarissa de L. S. e MENEZES, Vanessa T. *Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias.* Porto Alegre: CORAG, 2011c

_____. Relações vicinais de camponeses negros entre si e com fazendeiros brancos analisadas através de processos criminais: antiga fazenda do Morro Alto, litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, 1901-1932. *In: Revista Observatório Quilombola*, 2011d, ano 1 no 1. Disponível on-line em http://www.koinonia.org.br/oq/uploads/revista/RodrigoWeimer-TN.pdf Acesso em 29 de novembro de 2011.

_____. La famille des "Inácios": héritage nominal parmi les descendants d'esclaves au sud du Brésil. In: *Revue Interdisciplinaire de Travaux sur les Amériques* n°5: décembre 2011e. Disponível on-line em http://www.revue-rita.com/traits-dunion98/la-famille-des-l-inacios-r-heritage-nominal-parmi-les-descendants-desclaves-au-sud-du-bresil.html. Acesso em 9 de março de 2012.

_____. Os comos do nome: desencontros e encontros entre micro-análise e estudos de nominação. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa. (no prelo a)

_____. 'Essa identidade tá sendo construída por nós': cultura histórica na voz do presidente da associação comunitária de Morro Alto (no prelo b)

WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880).* São Paulo: HUCITEC, 1998a.

_____. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. *In:* SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil 3. República: da Belle Époque ao Estado Novo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

WOLIKOW, Serge. 'L'histoire du temps présent en question' *In:* _____. e PORRIER, Philippe. *Territoires contemporaines. Où en est l'histoire du temps présent?* Actes du colloque transfrontalier – Cluse. Bulletin de l'Institut d'histoire contemporaine. No 5. Dijon, 1998. Disponível on-line em http://tristan.u-bourgogne.fr/umr5605/publications/ouenesthistoiretemps/ouenhistoiretempspresent.pdf Acesso em 14 de outubro de 2011.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.* São Paulo: HUCITEC, Brasília: Edunb, 1995.

XAVIER, Regina Célia L. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1996.

_____. *Tito de Camargo Andrade: Religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista.* Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

_____. *História da Escravidão e da Liberdade no Brasil Meridional. Guia bibliográfico.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor. Histoire juive et mémoire juive.* Paris: Gallimard, 1984.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

ZONABEND, Françoise. Le nom de personne. *In: L'Homme,* oct.-déc. 1980a, XX (4), pp. 7-23.

_____. Prénom et identité. *In:* DUPÂQUIER, Jaques, BIDEAU, Alain e DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom. Mode et histoire.* Etretiens de Malher 1980. Paris: Editions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1980b.

_____. De la famille. Regard ethnologique sur la parenté et la famille. *In:* BURGUIÈRE, André. *Histoire de la famille 1. Mondes lointains, mondes anciens.* Paris: Armand Colin, 1985.

_____. Pourquoi nommer? *In :* BENOIST, Jean-Marie *et al. L'Identité. Séminaire interdisciplinaire dirigé par Claude Lévi-Strauss, professeur au Collège de France, 1974-1975*. Paris: Quadrige / PUF, 1995 [1974-1975]

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A "literatura medieval".* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

# Filmografia

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativeiro.* Niterói: LABHOI – UFF, 2005.

_____. e _____. *Jongos, calangos e folias. Música negra, memória e poesia.* Niterói: LABHOI – UFF, 2007.

# Discografia

DREXLER, Jorge. Tamborero *In: Sea*. Virgin Records: 2001.

GRUPO DE MAÇAMBIQUE DE AGUAPÉS. Que senzala foi aquela. *In: Mosaico musical dos quilombos.* Cachuera, Fundação Cultural Palmares: s/d.